

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em História
Política, Memória, Cidade
Jogos do Político: Conceitos, Representações e Memória**

**A soma de luzes na construção da felicidade pública
e a reflexão sobre o passado português:
política e história na Revista do IHGB (1838-1889)**

Loyane Aline Pessato Ferreira

Campinas, fevereiro de 2010.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

F413s	<p>Ferreira, Loyane Aline Pessato A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889) / Loyane Aline Pessato Ferreira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.</p>	
-------	--	--

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Memória.
3. Política. 4. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889.
5. Brasil – História – Período colonial . I. Marson, Izabel Andrade.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: The sum of lights in the construction of public happiness and the reflection about Portuguese past: politics and history in the IHGB journal (1838-1889).

Palavras chaves em inglês (keywords): Memory
Politics
Brazil – History – II Reign, 1840-1889
Brazil – History – Colonial period

Área de Concentração: Política, memória e cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Izabel Andrade Marson, Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira, Leila Mezan Algranti

Data da defesa: 25-02-2010

**A soma de luzes na construção da felicidade pública
e a reflexão sobre o passado português:
política e história na Revista do IHGB (1838-1889)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Profa. Dra. Izabel Andrade Marson.

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 25 / 02 / 2010.

BANCA

Izabel Andrade Marson
Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (orientadora)

Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira
Profa. Dra. Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (membro)

Leila Mezan Algranti
Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (membro)

Iara Lis Schiavinatto
Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto (suplente)

José Alves de Freitas Neto
Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (suplente)

Campinas, Fevereiro de 2010

201003699

Agradecimentos

Acredito que não há trabalho verdadeiramente solitário. Ninguém pode estar realmente independente do espaço e do grupo em que vive, tampouco o esforço de compor uma dissertação e de encaminhar uma pesquisa poderia se dar sem a participação do todo. Considero todas as contribuições não em termos isolados, como se fossem complementares, mas como uma espécie mutirão silencioso que me ajudou a pôr de pé uma construção. Faltasse qualquer um deles, o resultado seria diferente.

Agradeço ao Departamento de História do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como um todo, e ao CNPQ, que dão alicerces essenciais para que os pesquisadores comecem a pensar e dêem forma à sua construção.

Agradeço muito a Izabel Marson, que abriu portas para a pesquisa para mim anos atrás, mostrando idéias, encaminhamentos e bibliografia que eu jamais poderia vislumbrar não fossem suas orientações; ensinando o que é de fato dedicação à História e à pesquisa, a cada reunião, a cada sugestão. Mesmo que este trabalho, pelas limitações da mestranda, não faça honra a todas as possibilidades indicadas por aquela, sua participação marcou irrevogavelmente minha trajetória.

Às professoras Iara Lis Schiavinato e Leila Mezan Algranti, agradeço pelas leituras atentas e cuidadosas do trabalho, quando ele ainda precisava ter arestas aparadas e formas delineadas, e pelas sugestões de leituras e abordagens, que colaborarão até mesmo em outras fases de pesquisa, que ainda pretendo percorrer.

Para além dos muros da Unicamp, tantos agradecimentos ainda a fazer – por certo, não há palavras nem espaço para todos aqueles que gostaria de lembrar.

Agradeço, primeiramente, (como não poderia deixar de ser, e sempre), aos meus pais – meus primeiros e eternos professores, meus amigos – pelo apoio incondicional. Falta realmente o vocabulário para expressar a gratidão por todo o amor, esforço e carinho; por tudo o que generosamente compartilharam comigo, sem cessar, permitindo que eu estivesse aqui.

Também agradeço muito a Plínio Marcos Tsai, que ensinou uma forma diferente de pensar a mim e ao mundo. Jamais poderei me lembrar destes anos sem pensar em sua ajuda transformadora, que colocou esta pesquisa no âmbito de outro caminho, dando-lhe outros sentidos, permitindo que ele fosse melhor, apesar das minhas dificuldades.

Aos meus irmãos Fabrício e Saulo e à Daniela Cartoni, pelo incentivo constante e pelo cuidado que tiveram comigo; ao Christian, por estar ao meu lado em cada etapa, convivendo com minhas loucuras. Aos quatro, pela paciência com possíveis humores inconstantes e ausências. Aos bons amigos de toda hora com quem dividi também uma vida acadêmica, agradeço por compartilhar esses anos de esforço e experiências. Menciono especialmente: Maíra Chinelatto, Rafael Abreu, Raquel Gryszczenko e Renata Xavier, que estiveram mais próximos, em diferentes momentos. E Simone Tiago Domingos, pelos diálogos e pelo exemplo inspirador de crescimento ímpar na pesquisa. De forma geral, agradeço a todos os queridos amigos que, sem exceção, vieram me dar um abraço ou palavras certas nas horas certas – amizades que tornaram ainda mais agradável o andamento de uma empreitada que ainda que seja adorada, é árdua.

Resumo

Na construção da História nacional pretendida na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) estava imbricado um projeto de estabelecimento de originalidades para a nação recém independente, que legitimasse o Brasil enquanto corpo político singular. Compreendendo que, em geral, os membros do IHGB foram também participantes ativos na política do Brasil Imperial, este trabalho tem por objetivo principal considerar que aquilo que foi produzido por eles possuiria marcas de referenciais e idéias daquela esfera no período entre 1838 e 1889. Assim, explora como modificações de interpretação ocorridas em temáticas do passado – especialmente a colonização portuguesa - poderiam se fazer presentes ora conforme alterações nas circunstâncias e necessidades políticas (a unidade e legitimidade da nação e de seu território, a afirmação da autoridade de Pedro II, a “conciliação”, as guerras platinas, a escravidão e o declínio do império) ora de acordo com o indivíduo que enunciava determinado discurso, ou defendia determinada interpretação da História. Nesse sentido demonstra que ao mesmo tempo em que se engendrava um trabalho intelectual, no qual havia espaço para indagações sobre a escrita da História, também eram condicionadas interpretações diferentes sobre o Império .

Privilegiando a leitura da Revista do IHGB, foram selecionados algumas memórias compostas pelos sócios, documentos coligidos relativos à História do Brasil, e as atas das sessões realizadas periodicamente. Este material permite vislumbrar a maneira como os sócios interpretaram a história do Brasil, dando especificamente ao passado português diferentes imagens e considerações diversas: ora como figura de participação valorizada, zeloso protetor do território, ora como representante de uma Colonização mal organizada, legando ao Brasil independente diversos problemas.

Abstract

In the creation of the Brazilian Institute of History and Geography (IHGB) in 1838 with the aim of constructing the national history, a project was implicated for the establishment of originality for the newly independent nation that would legitimize Brazil as a singular country. Understanding that members of IHGB were in general also active participants in the policy of Imperial Brazil, this paper's main objective is to consider what was produced by those members of IHGB has marks of reference and ideas from that area of politics in the period between 1838 to 1889. Thus, it explores how changes of interpretation in themes of the past – especially Portuguese colonization – could be present as alterations in the political circumstances occur (the unity and rightfulness of the nation and its territory, the affirmation of the authority of Pedro II, the “Conciliation” politics, the wars in Prata River area, slavery and the downfall of the Empire); or according to the individual who enunciates certain speech or defended his own particular interpretation of history. In this sense, the paper shows that at the same time IHGB engendered an intellectual work, in which there was room for questioning the adequacy of the writing of history, and different interpretations about the Empire were also conditioned.

Giving preference to the reading of the Journal of IHGB, some memoirs made by the members, documents relating to the history of Brazil collected by them, and extracts from the minutes of the meetings held periodically were selected for the study.. This material provides a glimpse of how members interpreted the history of Brazil, specifically giving the Portuguese past different images and different considerations: sometimes as a figure of valued participation, zealous protector of the territory; sometimes as a representative of a poorly organized colonization, bequeathing to independent Brazil several problems. These discrepancies were related to political issues of the Empire, as the search for legitimacy at the border of neighboring republics or the debates about the emancipation of slaves

Índice

Introdução	1
1. Para pensar as origens	1
2. O presente	2
 Capítulo I – O Instituto Histórico: memória e política na ordem do dia	 7
1. “Fundar-se-há sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora” um Instituto Histórico	9
2. O Instituto Histórico de Paris e “outros da mesma natureza em nações estrangeiras”	13
3. Bases de uma “utilíssima associação”	21
3.1. Efetivos, correspondentes e honorários do IHGB	21
3.2. Centralização política e intelectual: o IHGB e o Império	24
4. Coligir e metodizar para publicar: a Revista do Instituto Histórico	31
4.1 Memória e a política na RIHGB	35
 Capítulo II – Erigindo a unidade histórica e política da nação	 49
1. “Como escrever a História?” – Martius e o programa do IHGB	53
2. Aproximar as províncias	61
3. Integrar pela monarquia	70
4. Definir e legitimar o território	79
5. Identificar origens e originalidades:	
Indagações e restrições ao desempenho português na Colonização	93
6. Relatos de viagem, os portugueses e a construção da nação	105
6.1 A viagem filosófica de Alexandre Ferreira	106
6.2 O Diário de Rodrigues Barata	109
 Capítulo III – Conhecer, controlar, pacificar:	
O Império em progresso, a colonização portuguesa e o desenho das fronteiras	115
1. O Império em Progresso: folhetos e memórias entre política e história	116
2. As províncias no passado e no presente: harmonizar pelo conhecer	124
3. (Re)conhecendo e pacificando fronteiras: as guerras do passado e do presente	142
3.1. Passado e Presente das batalhas do sul	142
3.2. Desacordos no Norte: da colônia ao Império	162
 Capítulo IV – Conciliando litígios históricos:	
(re)afirmando marcos de origem e pacificando revoluções	171
1. Prevenindo “incalculáveis perturbações”: a criação da arca do sigilo	178
2. Desacordos na primeira página da História	187
3. “Poupar submissos, debelar soberbos”: conciliar motins da História nacional	205
3.1 Independência pacificada	213

Capítulo V – “O que pensar do sistema de Colonização?”:

Debates sobre o português, reflexão para o Império	219
1. Imigração – Emancipação – Colonização	221
2. O Império e a América	229
3. Re-conceituando a Independência	242
4. O Império e as particularidades das Províncias	255
5. . Reconceituando o passado do Império: A Colonização em debate	260
5.1. A Colonização na Ordem do Dia	262
5.2. Cândido Mendes: os cronistas e os pioneiros	275

Considerações Finais: Reformas e declínio do Império – “a Crisálida” do Instituto	289
--	------------

Fontes e Bibliografia	309
1. Fontes	309
2. Bibliografia	311

Anexo	319
--------------------	------------

Introdução

1. Para pensar as origens

O papel das origens foi elemento muitas vezes considerado essencial na composição da história. Ao buscar um ponto inicial, o que se procura é também um sentido para o presente, uma explicação para uma trajetória, entender a fundação de um acontecimento. Veremos neste trabalho, momentos em que o esforço deste tipo de reflexão no Brasil Império caracterizou-se e se deixou vincar por questionamentos de ordem política. Ora, se o que se busca é uma resposta para o presente, nada mais natural do que idéias deste presente marquem formas de refletir o passado. Formas e perguntas, mas também maneiras de responder.

Para apresentar este trabalho comentaremos sua trajetória – indicar como documentos, idéias e tentativas foram tornando possível o resultado, ora incorporado nestas páginas. Assim posto, podemos indicar arbitrariamente que o “marco inicial” desta história está em 2003, quando, após o encerramento de uma disciplina sobre teoria da história, a profa. dra. Izabel Andrade Marson sugeriu a um grupo de jovens graduandos uma pesquisa sobre a Política e a Memória no Brasil Império, tendo como objeto as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A idéia era um mapeamento do que fora publicado ali, tendo em vistas suas historicidades; cada um dos estudantes trabalhando em uma década. Trabalhando com o período 1848-1860¹, dentre outros temas, os trabalhos e documentos relacionados à presença portuguesa, bem como sobre a participação dos estrangeiros – ingleses, holandeses, franceses – na História brasileira pareceram bastante relevantes, e sugeriram um possível encaminhamento para uma nova empreitada.

Do primeiro ano de iniciação científica, para o segundo, a modificação no projeto pretendeu desenvolver especificamente um estudo que observasse a Revista, verificando de que maneira as nuances políticas influíram na abordagem daquele que seria o tema norteador da pesquisa: a Colonização – em suas variantes: desde aquela levada a cabo pelos portugueses a partir do Descobrimento, a participação estrangeira nos séculos seguintes e mesmo a abordagem do esforço da incursão de mão de obra estrangeira, já na primeira metade do século XIX.

¹ Trata-se do projeto de iniciação científica *Política e Memória no Império: a Revista do IHGB e a política partidária do Segundo Reinado (1850-1859)*, desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre julho de 2004 e julho de 2005

Este período do estudo teve como resultado a composição da monografia de fim de curso, *Política e Memória no Império: Representações da Presença Estrangeira na Revista do IHGB (1838-1860)*². O tema selecionado para a análise também se mostrou denso e extenso. A reflexão sobre as representações do estrangeiro se abriu em uma rede de discussões, nas quais aquele elemento era detentor de papéis diferenciados: uma imagem negativa de invasor, elemento inquietante, causa de preocupações nas questões fronteiriças; a imagem positiva de colono representante da cultura européia, que poderia colaborar nos propósitos civilizadores da nação. E, finalmente, a imagem polêmica e repleta, ela mesma, de nuances, do português: “possível ameaça à nação recém independente, mas também aquele que valida os marcos oficiais da história e da geografia nacionais”³. Ao observar a representação deste estrangeiro, tão específico e importante, estava sugerido em que termos se daria a próxima etapa de estudos – aquela cujos primeiros traçados apresenta-se a seguir.

2. O presente

O trabalho atual teve como idéia verificar de que maneira o português caracterizou-se como elemento de controvérsia, perpassado por questões políticas, na Revista do IHGB no Império. Seu papel na História brasileira é reconhecidamente destacado, e na história pensada pelo Instituto teria gradações de importâncias. Por um lado, a herança colonial expressava-se como argumento para os privilégios da coroa, de certa maneira sua herdeira; por outro, a emancipação do Brasil – não só política, mas também em referência a uma cultura e sociedade que se pretenderiam específicos em relação à metrópole – precisava ser legitimada frente ao passado de América-portuguesa.

As leituras foram mostrando que o passado lusitano foi entendido em diferentes momentos de acordo com motes políticos, resultando em maneiras diversas de se pensar, abordar e recortar não só a Colonização, mas também o Descobrimento, a Independência⁴ – mesmo as relações com os demais países da América, a interação das províncias entre si e frente ao todo, e

² Novamente, com amparo do CNPq e também da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP)

³ *Política e Memória no Império: Representações da Presença Estrangeira na Revista do IHGB (1838-1860)*, Unicamp/IFCH, Departamento de História; Campinas, 2006, p. 138.

⁴ Quando a referência for ao Descobrimento e Independência do Brasil, ou à Colonização feita pelos portugueses, por estes eventos terem se tornado "fatos" periodizadores e dessa forma serem concebidos e compreendidos pelos sócios do IHGB, mantivemos as grafias das iniciais em letra maiúscula; excetuando-se, naturalmente, as citações onde apareçam de outra maneira – nas quais foram mantidas as formas originais.

até a própria metodologia e fontes para o trabalho do historiador. Conforme veremos, o passado português, de acordo com cada situação política do Império, revestiu-se de determinados traços do presente; em outros termos, a contemporaneidade das questões que se colocam para o período colonial termina por lhe atribuir conteúdos políticos. Isto é, a história responde aos imperativos políticos, pois autoriza perguntas. Assim, o papel dos portugueses é, ora uma questão delicada para ser enfrentada pelos membros do IHGB – e pela política imperial –; ora, a dádiva de uma herança importante e bem-vinda, útil a determinados interesses.

A historiografia que se ocupou do Instituto histórico em geral percebeu sua proximidade com o ambiente político e deixou, algumas vezes, sugerida a idéia de que esta relação criava vínculos entre o tipo de material produzido pelos sócios e suas preocupações políticas. Essas idéias foram brevemente sinalizadas por Heloisa Bertol Domingues, Manuel Salgado Guimarães, Temístocles César e Lucia Paschoal Guimarães, na medida em que indicam em momentos diferentes do percurso do Império pontos de encontro entre sugestões – ou silêncios – na história composta pelo IHGB com questões políticas do momento. No entanto, não houve uma procura mais aprofundada pela maneira como estes liames poderiam surgir na análise e interpretações acerca de um determinado evento histórico, por exemplo, modificando-se conforme alterações contemporâneas se faziam presentes ou provocando possíveis dissonâncias relativas a diferentes concepções e/ou filiações políticas dos sócios .

Neste trabalho, buscamos um estudo que tivesse este sentido: iniciar uma compreensão acerca das diferentes falas presentes no Instituto Histórico, procurando indicar tendências políticas dos seus afiliados em momentos específicos da história do Império, dando-lhes cores e nuances diversas da imagem de discurso monolítico, que muitas vezes o IHGB recebeu quando estudado pela historiografia tradicional – que entendia que falas dissonantes ora eram voluntariamente abandonadas no momento da filiação ao Instituto, ora que o núcleo letrado era apenas como um reduto áulico, no qual conflitos não aconteciam. Embora haja relações entre a construção de História nacional com um projeto político específico, pautado em uma idéia de Império no qual Pedro II tem papel central, o Instituto Histórico não necessariamente contou, dentre suas fileiras, com vozes uníssonas e imutáveis. Tampouco deixou de retratar os momentos de conflitos econômicos e sociais pelos quais passou, dando tons contemporâneos àquilo que produziu, ainda que alguns de seus sócios insistissem em proclamar que era preciso manter uma imparcialidade.

O capítulo inicial, portanto, trata do estudo da criação do Instituto, bem como da historiografia que dele se ocupou. Nele buscamos referendar igualmente o papel dos sócios no núcleo, o projeto de história pretendida nas origens em relação à uma idéia de nação e Império. Apresentamos ainda a fonte principal para nossa pesquisa: a Revista do Instituto Histórico. Nela foram publicados os documentos, memórias e as atas das sessões que foram o corpo documental privilegiado.

A seguir, no capítulo II, acompanharemos o andamento dos primeiros anos do núcleo, que conviveu com os anos atribulados de Regência e os primeiros tempos do Segundo Reinado. Verificaremos de que maneira o projeto de história preferido incorporou o tema principal para suas pesquisas – o período de Colônia – de maneira a fundar marcos de origem que legitimassem a estrutura da nova nação independente. Disso depreendiam outros temas, como a configuração territorial, por exemplo – assunto urgente em tempos de esmorecimento de fronteiras e ausência de coesão entre a vida das diferentes províncias. O Instituto pretendia erigir a unidade política e histórica da nação, e os temas coloniais receberam reflexões muitas vezes com este sentido. Assim, verifica-se o esforço de desenvolver uma história que estabelecesse sentido para o presente – o esforço de estabelecer uma memória nacional para o Império que se consolida. O IHGB aspira cumprir a missão unificadora, estabelecendo uma história que amalgamasse partes. Anseio político-intelectual: eram necessários o registro e a construção da história, com seus marcos de destaque, “valorizados e cultivados voluntariamente pela memória e dota-los de sentido na direção do objetivo almejado” para que fosse possível partilhar da “herança da cultura ocidental, que permitiria lançar o olhar para um passado longo, glorioso e remoto”⁵.

No terceiro e quarto capítulos, verificaremos que as restrições feitas ao papel do português na História do Brasil não são unânimes e, também, não se dão sem cuidados ou polêmica, em especial no momento em que se consolida o Estado monárquico. Imiscuir-nos-emos em debates relevantes acerca da obra dos portugueses como desbravadores e pioneiros no Descobrimento – paralelos aos momentos em que não apenas a proposta de história do IHGB se materializa, mas definem-se fronteiras no Prata e no norte, e o próprio Estado Monárquico se consolida, vivendo o período da Conciliação. Este momento abarcou uma mudança na abordagem das fronteiras com as nações vizinhas – em paralelo ao histórico colonial da convivência com estas regiões, ocorriam

⁵ NAXARA, Márcia Regina Capelari “Cientificismo e Sensibilidade Romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p 22

conflitos e guerra, problemas políticos que lançavam para a história suas perguntas – e no tratamento da unidade das províncias – que se modifica conforme são pacificados conflitos e a unidade nacional se torna mais palpável.

A configuração de marcos para a História nacional também se delineia nestes anos, de maneira que a Independência e revoluções são abordadas. A escolha destes marcos, entretanto, se dava em momentos críticos da história do Império, e receberiam traços das preocupações políticas hodiernas. Um destes seria justamente a tentativa de silenciar idéias contrárias a determinados propósitos da construção da história – esforço que, materializado em mecanismos próprios de censura para o material dos sócios, pode ser um sintoma justamente da ausência de concordância dentre os participantes do IHGB.

Por fim, no quinto capítulo, a partir de um ponto chave na História do Brasil Império, analisaremos críticas direcionadas ao sistema colonial português, sinalizando possíveis mediações entre elas, a presença mais significativa do ideário liberal no IHGB e problemas graves então vivenciados pela política imperial, dentre eles os ataques mais contundentes ao regime monárquico. Deparamo-nos com um debate mais enfático abordando o sistema colonial levado a cabo pelos portugueses no Brasil, no qual o tema é lido a partir de diferentes perspectivas que sinalizam possíveis motivações políticas de seus intérpretes: preocupações com as Instituições monárquicas, seriamente questionadas desde a década de 1870 – união entre Igreja e Estado, escravidão, o Poder Moderador. Ainda, observações sobre a Independência do Brasil recebem diferentes tons, e guardam, em suas linhas, concepções a respeito dos portugueses, bem como sobre o próprio Império.

Contudo, nesse momento, as motivações políticas imbricam-se em mudanças de cunho epistemológico e metodológico, o que é ressaltado especialmente pela fala de Candido Mendes de Almeida. Jurista, político importante e sócio do Instituto que, conforme veremos, se preocupou em observar/comparar/analisar diferentes fontes recorrentemente utilizadas pelos historiadores de então, com o intuito de “livrar a História do Brasil de erros e interesses escusos”, ou em outros termos, instaurar encaminhamentos cobrados por uma “História científica”. Polemizando por vezes com Varnhagen, e com outros consócios ainda comprometidos com a confecção de heróis nacionais, com o destaque para as origens européias do Império e alguns poucos pólos colonizadores (São Vicente, Bahia e Pernambuco) e realizadores de trabalhos preparados com menor rigor acadêmico, Almeida apresenta-se como uma fala contraditória e um

marco nas discussões do IHGB, tanto no sentido político, como no sentido historiográfico: apóia, conservadoramente, a Igreja ultramontana e os jesuítas, mas, a partir da exploração exaustiva de muitas fontes, desconstrói heróis (João Ramalho e Caramuru), projeta as origens e construtores mestiços da nação reconhecidos em todas as capitanias. Nesse sentido, ao reinterpretar e problematizar as leituras mais divulgadas da Colonização portuguesa, sinaliza novas orientações de método e de interpretação que começavam a ganhar espaço no IHGB e que coincidiram com o desprestígio e esgotamento da monarquia e de suas instituições.

A seleção de determinados documentos – artigos e memórias publicados na Revista do IHGB – sobre o assunto dos portugueses guiou a pesquisa; em paralelo com a tentativa de localizar relações entre aquilo que se publicava e as atas das sessões do Instituto, lugar de debate no qual muitas vezes tornam-se perceptíveis linhas da política que porventura seriam silenciados nas escolhas para publicação. Caminhando por estes temas, pretendemos sugerir por meio do enfoque nas representações dos portugueses, a existência de concepções/falas/interpretações dissonantes, ao longo do período imperial. Assim, tomamos como ponto de partida o ano em que o Instituto teve sua criação anunciada e um projeto político-acadêmico específico acertado – o de fundamentação do trono de Pedro II – até o ano em que a República foi proclamada – época de mudanças importantes tanto na política quanto na própria associação de letrados de que tratamos, uma vez que extinguia-se a razão de ser do projeto relacionado à sustentação do Imperador e de sua dinastia. Ou seja, diante das novas circunstâncias políticas, impunham-se outras proposições, perspectivas e projetos para o IHGB, assim como leituras das temáticas aqui abordadas.

Capítulo I – O Instituto Histórico: memória e política na ordem do dia

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi instituído por sugestão de Cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos. Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 18 de agosto de 1838, Cunha Barbosa leu o texto que apresentava previamente suas bases, e chamava a atenção para a ausência preocupante, na corte, de um Instituto Histórico e Geográfico que organizasse documentos importantes, então “espalhados pelas províncias”, dificultando o trabalho dos “nossos escriptores”. Assim sendo, pedia-se sua pronta instalação, oferecendo ainda as bases para esta que seria uma “utilíssima associação” ⁶.

Da proposta apresentada na Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional à “imediate proteção” do Imperador Pedro II, o IHGB se tornou lembrança imperativa para a compreensão do processo que produziu “um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando” ⁷. De fato, sua criação, os caminhos percorridos até sua consolidação, colaboraram para o engendramento de um estatuto científico para a história com base em sólida pesquisa documental.

Assim, o Instituto é visto no interior do momento em que uma cultura histórica procurava dar sentido ao interesse erudito pelo passado, e que possibilitou a criação de instituições que colocaram em prática o projeto de história com traços da tradição e da pesquisa erudita ⁸. Devemos apontar que este projeto – a escrita da história em bases mais solidas e científicas – convivia com o desenvolvimento da idéia de nação. O trabalho do Instituto se ergue, portanto, também como uma construção política, na qual o passado é resgatado para justificar o presente. Em outras palavras, a instrumentação da história, a coleta de documentos, a retificação de possíveis erros perpetuados por cronistas e autores contemporâneos, eram também tarefas da agenda política, a serem cumpridas indivíduos que são reconhecidos por sua convivência íntima

⁶ MATTOS, R.J da Cunha. BARBOSA, J da Cunha “Breve Notícia sobre a Criação Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In *Revista do IHGB*, Tomo I, 1839, p. 6

⁷ CALLARI, Cláudia Regina “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes” in *Revista Brasileira de História*, Humanitas-FFLCH-USP, São Paulo, v.21, nº 40, p. 60

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado “Para reescrever o passado como História: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte” in Heizer, Alda ; Videira, Antonio Augusto Passos “Nação, Civilização e Império nos Trópicos” Acess, p. 01

com a burocracia estatal, a administração imperial. Políticos de renome, em tempos em que a disciplinarização e a segmentação de saberes ainda estava por se completar, os sócios do Instituto representavam ao mesmo tempo elite pensante e grupo político de destaque no Estado e na sociedade civil.

O cenário da criação do Instituto, entretanto, é ainda mais amplo e complexo. Os momentos seguintes à abdicação de Pedro I compunham um quadro político fracionado, com o desencadeamento da luta entre defensores de diferentes projetos para o Brasil e da proposição de reformas descentralizadoras. A seguir, os conflitos da Regência trouxeram o temor da anarquia e da fragmentação da nação – ao que se respondeu com a indicação de unidade: busca-se no trono o meio para estabelecer ordem e coesão nacional. Com efeito, o Instituto Histórico foi criado, segundo Claudia Callari, “nos últimos anos de um dos mais conturbados períodos da história brasileira” e, assim sendo, carregava “marcas indeléveis dessa época”⁹. Para Rollie Poppino, os membros refletiam o desejo de estudar o passado do país e examinar sob as luzes da história as bases de sua civilização, interesse este que seria típico de tempos de instabilidade política¹⁰.

A preservação do Império e da ordem escravista estava na ordem do dia; era necessário “um discurso unificador e delimitador do país”¹¹. A trajetória do Instituto deve ser pensada em articulação com o “processo de consolidação do Estado Monárquico e seus desdobramentos ao longo do Segundo Reinado”¹². Ainda, a criação do Instituto pode ser observada em conjunto ao Colégio Pedro II e o Arquivo Nacional, como partes de um mesmo projeto da elite política de forja da nação, para estabelecer uma identidade aos olhos de grupos internos dispersos em lutas, e das demais nações. Manoel Salgado Guimarães ressalta que este projeto se comunica com outros semelhantes no mundo ocidental.

O objetivo do IHGB de “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos sobre os quais se escreveria a história do Brasil foi ultrapassado, segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães¹³, chegando à construção da Memória Nacional. O ensaio de Januário da Cunha Barbosa, publicado no lançamento da revista, guardaria em si a idéia desse projeto e aponta as

⁹ CALLARI, Op. Cit, p 62

¹⁰ POPPINO, Rollie E.. “A Century of the Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro”, *in: The Hispanic Historical Review*, vol. 33, nº 02 (May, 1953), p. 307

¹¹ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz *Os “Guardiões da Nossa História Oficial” – Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros* – São Paulo: IDESP, 1989, p. 04

¹² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal “O Império de Santa Cruz: A Gênese da Memória Nacional” in HEIZER, Op. Cit, p. 266.

¹³ Idem, pp 265-285

fontes a serem usadas. Ainda, Paschoal comenta que a opção pela memória, em detrimento da história estava aliada a um projeto político que foi bem sucedido “graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador”¹⁴. A memória seria construída segundo a idéia de continuidade do legado do Império ultramarino português no Império brasileiro que se forma em 1822.

Comentaremos neste capítulo os percursos traçados por essa associação na busca do delineamento da História Nacional, desde os tempos (breves) em que esteve “sob os auspícios” da SAIN, até se colocar “debaixo da imediata proteção” de Pedro II – necessariamente buscando compreender seu papel político e intelectual na construção da unidade; observando seu diálogo com outras instituições nacionais ou estrangeiras. O estudo percorre a observação sobre seu funcionamento, estatutos, formas de admissão de sócios, dentre outros elementos, nos quais em muito colaboram os diversos autores que já se ocuparam do Instituto. Também, aqui daremos abertura às análises desenvolvidas para os capítulos seguintes, que demonstra a leitura do principal material produzido pelo IHGB: sua Revista, em que vinham apresentados os trabalhos dos sócios, documentos que julgassem relevantes e também as atas das reuniões que periodicamente aconteciam.

1. “Fundar-se-há sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora” um Instituto Histórico

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi uma instituição que embora tenha nascido da esfera civil e privada, tornou-se auxiliar de administração imperial com funções de consultora no Ministério do Império, para encaminhar melhoramentos materiais, também concessão de patentes, prêmios e privilégios. Seu objetivo era atuar como incentivadora da modernização da indústria e da economia do regime imperial. Para André Luis Andrade, a SAIN foi criada “no espírito da Ilustração” conforme outras sociedades científicas de seu tempo. O campo de trabalho pretendido era a “indústria”, no sentido múltiplo que o termo possuía na época. Era, simultaneamente, espaço de produção intelectual e de produção de bens materiais, ligada ao campo econômico: congregava dentre suas fileiras letrados, políticos e homens ligados dos negócios, voltados a tratar de problemas econômicos, proposição de soluções, “tanto no

¹⁴ Ibidem, p 270

campo prático, como no da formulação de políticas de Estado”¹⁵. Assim, a Sociedade adquiria uma função consultiva, mas também era “meio de expressão de idéias, alternativas e propostas sobre os problemas da construção da nação pela política ilustrada”. De fato, seus participantes, no fundo, também estavam ocupados na construção do Estado e da nação – enquanto “construção das instituições políticas” e “formação de um povo” –, mostrando-se um “lugar privilegiado para a expressão das dificuldades e das alternativas para vencê-las na realização desses objetivos”¹⁶.

Criada em 1827, a Sociedade Auxiliadora, segundo Manuel Salgado Guimarães, surgia sob a “marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu”. O autor comenta que assim como aquelas, a SAIN fazia parte de um projeto que punha em marcha o processo de centralização do Estado, por meio da integração das diferentes partes do Brasil – “ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade ‘Brasil’”¹⁷. O IHGB posteriormente se dedicaria a um plano similar: criar a totalidade por meio do engendramento do nexos histórico e geográfico.

Cunha Mattos era o primeiro secretário da Sociedade Auxiliadora. Ele e Januario da Cunha Barbosa foram os responsáveis pela apresentação da proposta de criação do IHGB¹⁸. Ambos sócios fundadores eram também sócios do Instituto Histórico de Paris, o que inspiraria alguns traços e escolhas que guiaram a concretização do Instituto Brasileiro.

Na *Breve Notícia sobre a Criação do Instituto*, publicada no tomo I da Revista do IHGB, assinalava-se a inexistência de um instituto que se ocupasse da centralização de documentos que poderiam servir à História e à Geografia do Império. A ele caberia “coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da História do Brasil”. O texto traz indicações sobre os conceitos de história, sua composição, e mesmo seu sentido para a política. Vejamos, nas palavras do autor:

“A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que accelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geographos é só quem pode offerecer-nos essa galeria de factos que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a

¹⁵ ANDRADE, André Luiz Alípio *Variações de um Tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de Escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/Instituto de Economia. 2002, p. 5. Cf também: SILVA, J. L. W da *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira*. Dissertação de Mestrado defendida na UFF, 1979; CARONE, E. *O centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional: 1827-1877*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.

¹⁶ ANDRADE, Ibidem, p. 8

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 8

¹⁸ Na verdade, dos vinte e sete sócios fundadores do IHGB, dezenove eram também pertencentes à SAIN.

conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro (...) Só desta arte a história nos pode oferecer importantíssimas lições; ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um machinismo (...). A história os deve pintar taes quaes foram na sua vida (...) fazendo-se responsáveis por suas ações”¹⁹.

Vemos que a história pretendida por estes fundadores possuía uma de suas funções claramente definida: era a *mestra* para os homens, cuja razão avançaria e se desenvolveria de maneira lenta, na ausência de um guia para fazer mais breve sua caminhada. Caberia ao IHGB organizar o conteúdo que servisse de condutor, de colaborador da razão do homem brasileiro, de maneira que avançasse mais rapidamente em especial naqueles tempos em que a Independência era ainda tão recente, agitações aconteciam e a legitimidade da autonomia ainda estava em pauta. Aos historiadores e geógrafos caberia a tarefa de compreender a melhor forma para ordenar “a galeria de fatos” segundo relações de tempo e espaço, para dar a compreender uma “verdade” sobre a nação, que fomentaria sua continuidade, uma adesão a se projetar no futuro. É segundo este sentido que a história se tornava a fonte de “importantes lições”, não cabendo a ela evitar dar aos homens as responsabilidades pelos seus atos.

Aos participantes do núcleo letrado estava colocada a tarefa de identificar o fio de continuidade partido do passado, que de alguma maneira unisse também o território, tornando compreensível histórica e geograficamente o presente e engendrando, por meio do esclarecimento do homem deste presente, a estrutura do futuro – isto é, o prolongamento de estruturas que, naquele período, encontravam-se em fase de organização e adaptação, como a própria monarquia. É com base nestas concepções pedagógicas presentes na proposta apresentada na SAIN pelo marechal e pelo cônego que “as letras” são caracterizadas por uma função maior do que o de adorno da sociedade: seriam essenciais em seus alicerces; “principalmente aquellas que, versando sobre a História e a Geographia do paíz devem ministrar grandez auxílios à pública administração e ao *esclarecimento* de todos os brasileiros”²⁰. Aqui, a vocação pedagógica está mais uma vez relacionada a um sentido político, com um objetivo próximo aos indivíduos já entendidos como “brasileiros” que serão instruídos e esclarecidos como tais, de maneira a portarem-se adequadamente enquanto grupo com linguagens e cultura consonantes. Destarte, as belas letras alicerçam “pelo adoçamento dos costumes públicos”, pela apara das arestas, pela vitória sobre a

¹⁹ MATTOS, BARBOSA, “Breve Notícia sobre a Criação Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Op. Cit, p 13

²⁰ Idem, p 05 (Grifo nosso)

heterogenia e rebeldia, de forma que “a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública” ²¹.

A produção da História do Brasil no IHGB traz a apreensão do passado com propósitos pedagógicos – a história como mestra da vida – e uma concepção linear do progresso – o presente como sentido da história. Assinala-se, por meio dessas interpretações, a importância dos estudos históricos para a vida política, legitima-se o presente político com base no passado, revelando uma teleologia da concepção histórica. Os resultados dessa interpretação podem ser vistos na Revista do IHGB na forma de publicação de biografias exemplares, colaboradoras na construção de heróis nacionais.

Instruir os brasileiros e lhes adoçar os costumes é também um dos objetivos. Havia um cunho pedagógico das publicações: os sócios esperavam esclarecer e aprimorar a sociedade por meio da história; seu desenvolvimento se daria, principalmente, na administração pública e na representação política. Os objetivos do IHGB, ligados à produção e arquivamento de dados histórico-geográficos segundo a perspectiva de criação do “nacional” atingiram a esfera da educação, elemento que, também é “fundamental na unificação ideológica das elites” ²². Muitos sócios do Instituto lecionaram no Colégio Pedro II, criado segundo moldes franceses. Este trabalho, segundo Claudia Callari, rendia prestígio intelectual – e por conseguinte social. Citando Ilmar Mattos, a autora lembra que educar era um caminho para solidificar características que iriam permitir o reconhecimento de determinado grupo como uma sociedade civil.

A abordagem educacional não se dá só pela via do magistério, mas também se volta para a produção de material didático, até então bastante deficiente. Muitos membros tornaram-se autores de volumes de História do Brasil; dessa maneira divulgavam ao grande público o modelo de historiografia que se produzia no meio intelectual privilegiado do IHGB – entretanto, esta tarefa era dada com dificuldades. Em 8 de fevereiro de 1840, Justiniano José da Rocha escrevia contando que fora nomeado para lecionar um curso de História Pátria no colégio Pedro II mas que se achava embaraçado pela falta de um bom Compendio de História do Brasil, por onde pudesse se orientar. Propôs que se nomeasse uma Comissão especial para organizar tal obra. A proposta foi apoiada e entrou em discussão. Cunha Barbosa declarou-se contra a proposta de Rocha, “fazendo sentir as grandes dificuldades e embaraços, que por ora ainda encontraria a

²¹ Idem, *ibidem*

²² GUIMARÃES, Manoel, *Nação e Civilização nos Trópicos*, Op. Cit, p 67

Comissão ou Comissões, na organização de um bom Compendio, visto não estarem ainda bem dilucidados alguns pontos da nossa História”.

Já no *Discurso Inaugural*, Cunha Barboza lembrava os problemas decorrentes de lacunas na História do Brasil. Afirmava que não se poderia mais deixar “em esquecimento os fatos notáveis” da história da Pátria brasileira, que, tendo acontecido em pontos diversos do Império possuíam seus relatos e documentos por todo ele dispersos. Na verdade, os escritores que se deram ao trabalho de escrever sobre tais fatos terminaram por reproduzir histórias locais, fomentando, na verdade, um conjunto bastante diverso daquele que almejava Cunha Barboza, que chama a atenção para a necessidade de se organizar uma história e uma geografia nacionais, advindas da superação desta dispersão documental (dispersão também identitária, geográfica e política) e feitas por meio da apreensão do todo. Com isso, mostrar-se-ia

“às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos fatos de nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso paiz, para que posssam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais quanto estrangeiros”²³.

Em outras palavras, o IHGB pretende encaminhar um projeto de história da pátria que exalte suas glórias, que já se fazia presente nas “nações cultas”. De fato, o IHGB desde seus primeiros anos estabeleceria uma relação com outros Institutos Históricos estrangeiros. Além da relação com o Instituto Histórico de Paris, que logo tomou conhecimento da fundação daquele – recebendo a notícia com satisfação – seria aberta correspondência com muitas outras associações, como forma de legitimar aquele grupo como núcleo letrado científico na esfera internacional mas também de dar conta daquilo que ele produzia ao exterior.

2. O Instituto Histórico de Paris e “outros da mesma natureza em nações estrangeiras”

Dentre as bases expostas ainda na SAIN, mencionava-se logo a necessidade de abertura de correspondência com o *Institut Historique de Paris*, para o qual remeteria “todos os documentos de sua instalação”²⁴. A indicação sinaliza algo sobre o que pretendiam os

²³ Idem, p 09

²⁴ MATTOS, BARBOSA, “Breve Notícia sobre a Criação Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Op. Cit, p. 7

fundadores, mencionando também suas próprias tendências à época – de fato, eram eles sócios do Instituto parisiense. Segundo Maria Alice de Oliveira Faria ²⁵, a comunicação com o núcleo francês tivera importante papel na experiência intelectual de figuras proeminentes da vida letrada do Brasil, tais como Domingos Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araujo Porto Alegre, e Francisco Salles Torres Homem ²⁶ que, junto a outros nomes importantes, apareceram referenciados no periódico daquela associação – e foram membros proeminentes do Instituto brasileiro. Para Elaine Cristina Carraro, a essa presença brasileira junto aos quadros acadêmicos franceses colaborou para o “afrancesamento do pensamento brasileiro no século XIX” ²⁷, por meio de um elo entre Brasil e França no qual o IHP teve importante papel, em especial entre 1834 e 1846.

Embora não tenha sido o único a ser criado segundo os moldes da associação parisiense, o IHGB mereceu com frequência “as mais vivas manifestações de interesse e simpatia” ²⁸. Segundo Maria Alice Faria, fora considerada “uma espécie de irmã mais nova”, cuja fundação foi recebida “com alvoroço pelos membros franceses” ²⁹, quando teve sua notícia comunicada por Eugene Garay de Monglave – que na ocasião teria elogiado os colegas. São publicados os estatutos e o discurso fundador de Januario da Cunha Barbosa; ao que parece, quando lidos em uma das sessões, foram recebidos com atenção. Em junho de 1838, Joseph Michaud – presidente do IHP – e Monglave – primeiro secretário – receberam diplomas de sócios correspondentes, e a RIHGB passa a aparecer com comentários favoráveis na revista francesa.

Monglave, que pode ser considerado o criador daquela associação, é caracterizado com um “entusiasta das coisas brasileiras” que teria acolhido “com distinção tudo o que dizia respeito ao Brasil” ³⁰ e também a Portugal. A aproximação com o Brasil foi explicada, por vezes, em razão do momento em que a Europa vivia: o exotismo estava em destaque, sendo apreciado por

²⁵ FARIA, Maria Alice de Oliveira “Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris” in *RIHGB*, jan-mar, 1965, vol 266

²⁶ Foram, os três, responsáveis pela edição da revista *Nitheroy*. Entre 1834, quando fundado, e 1856, foram admitidos quarenta e oito brasileiros. O Imperador também fora admitido em 1843, em conjunto com outros quatro nomes.

²⁷ CARRARO, Elaine Cristina *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da Sociedade*. Dissertação de Mestrado/IFCH, Departamento de Sociologia, 2002, p. 121. Também Maria Orlanda Pinassi considera “imperdoável” aquilo que chama de “desatenção” da historiografia brasileira, em não observar o relacionamento de brasileiros naquela instituição, que, para ela, teria tido como “fruto dos mais importantes a criação do Instituto Histórico”. PINASSI, Maria Orlanda *Três Devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy, Revista Brasileira de Ciências e Artes*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 109.

²⁸ FARIA, Op. Cit, p. 119

²⁹ FARIA, Op. Cit, p. 112

³⁰ A autora indica ainda que após sua demissão do cargo, os comentários a respeito de brasileiros diminuem vertiginosamente na revista do IHP, o *Investigateur*. FARIA, Op. Cit, pp. 106-107

escritores, poetas, cientistas e eruditos, recebendo comentários em revistas cultas, que traziam narrativas de viagens, memórias e descrições; assim, o IHP daria voz e expressão a uma “tendência geral” ³¹. O primeiro secretário do Instituto de Paris chegou a ser considerado “brasileiro adotivo” por Otavio Tarquínio de Souza. Comentou livros, deu cursos de literatura brasileira e portuguesa, corrigiu informações incorretas em publicações estrangeiras e inseriu pessoalmente diversos brasileiros nas fileiras do IHP. Anos antes de sua criação em 1814, tendo viajado ao Brasil, foi testemunha ocular dos acontecimentos de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro, e participou de eventos do movimento da Independência no Rio Grande do Norte ³².

Para Edney Christian Sanchez ³³, o Instituto parisiense fora, indubitavelmente, um modelo essencial para a concepção do IHGB. De fato, interpreta que somente seria possível que os fundadores deste, em 1838, tivessem pensado a necessidade da criação de um Instituto Histórico nos termos de uma “ausência” ³⁴ por conta do processo da época, em que os estudos de história e geografia começam a ganhar autonomia em especial pela criação de associações específicas que se dedicariam a eles. Diversas características presentes no IHP serão aproveitadas para organizar a associação brasileira: a estrutura de admissão de sócios, a periodicidade das reuniões, o formato da revista, a função destacada do primeiro secretário são alguns exemplos.

Entretanto, a correspondência com as associações letradas de outros países, para além da inspiração de um modelo, significou ao longo da vida do IHGB a busca por reconhecimento junto à esfera intelectual internacional – em paralelo, talvez, com a semelhante defesa de legitimidade do Brasil como nação no espaço das nações livres. Em outras palavras: interessava manter-se informado das discussões, mas também entendia a necessidade de informar sobre o Brasil, ao passo em que, por meio do cumprimento desta tarefa, conquista seu espaço no cenário letrado. De fato, quando instalado o IHP, um dos primeiros textos lidos em sessão fora uma pequena memória, escrita por Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem que tinha como base a idéia de que haveria na cultura do Brasil uma continuidade literária, perceptível em manifestações específicas que provariam a autonomia em relação a Portugal. Segundo Antonio

³¹ Idem., p. 118

³² CARRARO, Op. Cit, p. 122

³³ SANCHEZ, Edney Christian *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp-IEL- Departamento de Teoria e História Literária, Campinas, 2003.

³⁴ Era dito no texto da proposta apresentada à SAIN: “(...), os abaixo assignados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora (...) conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta corte que principalmente se occupe em centralisar immensos documentos preciosos(...)” MATTOS, BARBOSA “Breve Notícia...” Op. Cit, pp. 5-6.

Candido, o texto expressava de forma implícita que Frei José da Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, Antonio Pereira Souza Caldas e José Bonifácio de Andrada e Silva seriam indicadores de um caminho a seguir, “quanto a sentimentos e temas”. Era preciso, destarte, segui-los, “optando sistematicamente pelos assuntos locais, o patriotismo, o sentimento religioso”³⁵.

A Europa seria o “centro intelectual e exemplo a ser alcançado”³⁶; chega a cento e trinta e seis o número de instituições com as quais o Instituto mantinha correspondência³⁷ durante o Império. Para Edney Sanchez, isso era parte de uma estratégia “para ingressar em uma espécie de *rede* composta por diversas academias”³⁸ – quando estabelecia “correspondência com algumas dessas sociedades, o IHGB passava a ter seu status reconhecido de ‘igual natureza’”³⁹. Também Manuel Salgado Guimarães aponta nesta correspondência entre as associações brasileira e francesa a legitimação daquilo que era produzido no núcleo brasileiro, por também fornecer modelos de vida social e trabalho intelectual que seriam transmitidos por ele nos trópicos.

O mesmo raciocínio explicaria a relação com muitas outras associações contemporâneas. É assim que vemos, portanto, a entrada constante de materiais enviados por diferentes associações⁴⁰. Em sessão de 7 de outubro de 1841, uma carta escrita pelo conservador da Biblioteca Real da Bélgica e secretário da Comissão Real de História, respondia ao pedido de correspondência feito pelo Instituto, afirmando que “este commercio da intelligencia deve necessariamente redundar em progresso da civilização”⁴¹. Aceita a correspondência, é decidido o envio de uma coleção completa das publicações do IHGB à Comissão. Em 20 de julho de 1844, uma carta do secretário da Academia de Bruxelas agradecia o título de membro honorário que recebera, e propunha o contato. Nesse caso, fica claro que a idéia fora estimulada previamente por brasileiros. Por vezes, o apoio à correspondência vem da parte de algum sócio, como ocorre

³⁵ CANDIDO, Antonio *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, Vol. II, 1981, pp. 12-13. Apud: PINASSI, Op. Cit, pp. 111-112. O título da memória em questão era *Resumé d l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique*. (JIH, Première Année, Première Livraison, Paris, Aout, 1834).

³⁶ SANCHEZ, op. Cit, p. 28

³⁷ Sanchez em sua dissertação apresenta a listagem completa, quando trata da circulação da Revista do Instituto. Dentre estas associações, vemos que a Europa é a origem da maior parte delas. Idem, pp. 90-93

³⁸ Idem, p. 28, grifo original.

³⁹ Idem, ibidem

⁴⁰ Tais como: a Sociedade dos Amigos das Sciencias Naturaes de Vienna, que envia seus relatórios e trabalhos, publicados por Guilherme Haidinger; a Imperial e Real sociedade geográfica de Viena; o Real Observatório de Munich; também a sociedade de Ciências Médicas e Naturais de Giessen; a Sociedade Saxo-Thuringiana para pesquisa, indagação e conservação dos monumentos históricos e arqueológicos nacionais; as Sociedades Artística e Industrial de História Natural e de Horticultura; Sociedade de Historia e Archeologia nacionaes em Altemburgo; Imperial Sociedade dos Naturalistas de Moscow; Sociedade de Geographia de Paris.

⁴¹ “72ª sessão em 7 de outubro de 1841” in RIHGB, Tomo III, 1841, p. 488

em 1848, quando uma carta de São Petersburgo, escrita por Paulo Barbosa da Silva, contava que havia apresentado à Academia Imperial de Sciencias daquela cidade o Instituto, falando sobre sua criação e sobre sua ligação com o Imperador. Como resultado, a Academia, mesmo não tendo ainda deliberado, começou a enviar jornais e publicações ao IHGB ⁴².

Em abril de 1844, uma carta de Frederich Carl Von Martius sugeria a abertura de correspondência com a Academia Real de Munique. Outra vez, no ano seguinte, Martius retomava a sugestão, remetendo em nome daquela academia um Almanaque. Ainda, em 1848, por meio do mesmo intermediário, a Academia Real das Sciencias de Munich pede que se abra correspondência. Ficou ao primeiro secretario o encargo de enviar a coleção completa das publicações brasileiras, aceitando a correspondência proposta e de escrever a Martius, rogando que continue a organizar seus trabalhos sobre o Brasil .

Um dos primeiros contatos, destacado por Manuel Salgado Guimarães, foi com a Sociedade dos Antiquários do Norte. Essa sociedade interessava-se pelo estabelecimento do diálogo com letrados na América, como parte de um “projeto intelectual posto em marcha” que integraria outras associações visando “trabalho comparativo a respeito das antiguidades de regiões fora da tradição clássica” ⁴³. Procurava material que delineasse as populações do Norte, esboços sobre os povos pré-colombianos, relacionados a arqueologia, história e geografia da América. A relação, explica Manoel Guimarães, se pauta em interesse diferenciado: dialogar com uma associação de letrados que estudava o passado de um Império “que possui entre seus

⁴² A intenção de membros do IHGB em criar vínculos com estas academias é visível em outros casos. Em 18 de setembro de 1840, é lida uma carta de Joaquim José da Costa de Macedo; nela, falava sobre a honra de ter apresentado notícia sobre o Instituto à Academia Real das Sciencias de Lisboa; esta a recebera com satisfação, não só por tomar conhecimento do “estabelecimento d’uma Sociedade que tanto contribuirá, sem dúvida, para a illustração litterária do Império do Brasil; mas também por acrescentar, por meio das relações com este sábio corpo novos vínculos aos que já, por tantos títulos, unem as nossas duas Nações” [47ª sessão em 18 de setembro de 1840, in *RIHGB*, Tomo II, p 412]. No ano seguinte, uma remessa da parte da Associação Marítima Colonial de Lisboa mencionava que Antonio Lopes da Costa e Almeida, sócio do Instituto, havia dado conhecimento da existência deste e de seus trabalhos, que “no curto período de sua duração, já tem enriquecido a historia de seu paiz”. Assim, aquela associação, em consideração ao “quanto interessa ao desenvolvimento dos seus fins o conhecimento completo da historia e geographia das nações marítimas, e muito particularmente do Império do Brasil, onde a Nação Portuguesa tem mais intimas e extensas relações commerciaes” encarregou seu primeiro secretário de procurar estabelecer correspondência. O secretário perpetuo expressa o contentamento do Instituto pelo interesse, e decide que seja oferecido a Associação uma coleção completa das Revistas Trimensais. [“Sessão em 13 de Setembro de 1841” in *RIHGB*, Tomo III, p 368]. Outra carta da Academia Marítima é enviada, por ocasião da chegada das revistas lá. Nela lia-se que a leitura do material enviado cansou grande interesse, pelo seu valor literário, mas também pelas recordações e notícias “dos feitos de nossos maiores, que tanto lidaram n’essa parte do globo por alargar a antiga Casa Portuguesa”. [“90ª sessão em 18 de agosto de 1842”, in *RIHGB*, 1842, Tomo IV.]. Em 1846, relatava-se na sessão de 23 de dezembro a chegada de uma carta que respondia positivamente ao pedido de correspondência feito pelo IHGB ao Instituto Nacional em Washington.

⁴³ GUIMARÃES, Manoel, p. 06

habitantes um grande número de populações ‘primitivas’”, não seria impulso de “puro exotismo”, mas sim “parte de um projeto intelectual que vê nestes contatos possibilidades de validação de uma tese científica” ⁴⁴. A ligação entre esta sociedade e o IHGB, segundo o autor, também se dá pela semelhança administrativa interna, pela proximidade da Monarquia à associação de letrados, condicionando características na organização burocrático-administrativa – e pela aproximação de seus projetos historiográficos: “pela ação dessas instituições as ‘antiguidades nacionais’ ganham legitimidade para a compreensão do passado” ⁴⁵. A história estudada com o sentido do presente, característica de uma reflexão sobre o passado atrelada a uma política estatal, também são comuns às duas.

Ainda que as correspondências com os Antiquários ou com cada uma das demais sociedades não tivessem se dado de maneira constante ou perene ⁴⁶, a relação com as academias ilustradas era uma realidade, e os objetivos de reconhecimento para a associação brasileira e de troca de informações eram, desta forma, satisfeitos. A legitimidade vinha até na forma de elogios ao IHGB, que eram lidos em sessão, como na carta da Sociedade Etnológica de Paris, que agradecia as publicações remetidas e contava que haviam sido objeto de relatórios e de aplausos, pelas investigações conscienciosas que as revistas continham. O prestígio externo era pouco a pouco conquistado, na medida em que também aconteciam emparelhamento de interesses, idéias, tendências.

Estabelecer ligações com a esfera letrada internacional era também uma forma de buscar corrigir eventuais erros que escritores estrangeiros pudessem ter cometido na narrativa do Brasil – ou de lhes endossar as interpretações. Dentre os textos inaugurais ressaltava-se a necessidade de não mais deixar a História brasileira à mercê da escrita de autores que desconheciam a verdade do Brasil. Tal idéia estava na base de pareceres publicados dentre as atas da RIHGB, em que determinados autores de outros países tinham seus trabalhos cuidadosamente lidos, elogiados ou criticados: publicar tais resenhas era uma maneira de tornar conhecido tais “erros” – considerados assim de acordo, também, com o endosso ou a recusa do Instituto sobre determinado assunto. Em 1839, por exemplo, era pedida urgência na análise de uma obra de Ferdinand Denis, publicada

⁴⁴ Idem, p. 14

⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel Op. Cit, p. 03

⁴⁶ No caso dos Antiquários do Norte, por exemplo, ocorre um afastamento em virtude de conclusões de pesquisas que indicavam que o povoamento pré-cabralino do Brasil era bastante diferente de seus contemporâneos no Norte; também por conta de insuficiência de provas que comprovassem uma tese acalentada pela Sociedade: a de que teria havido presença escandinava na América ou no Brasil.

em 1837, de título *Le Bresil*. Foram nomeados para a tarefa Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva. Denis, como Monglave, era fascinado pelas coisas brasileiras, pela natureza, cores exuberantes, clima e costume. Elaine Carraro lembra que Antonio Candido considerou-o o responsável pelo “persistente exotismo que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje”⁴⁷.

Em 12 de agosto de 1841 foi apresentado um parecer sobre o artigo “Brasil” que fazia parte da obra *Curso methotico de Geographia*, publicado em Paris em 1839 por Chauchard e Muntz. Para o parecerista, o artigo não corresponderia “nem aos fins primários” do Instituto. Aqueles autores teriam afirmado que a maior parte do continente ainda não havia sido visitada por viajantes ilustrados, além de cometer outros erros e exageros “como se ainda podessem ser acreditadas as narrações exageradas dos que, escrevendo acerca do nosso paiz, o fizeram abundantissimo de cobras e animaes ferozes”⁴⁸ e ainda fizeram “figurar espantado o Europeo, que chegando aos nossos bosques os devisa povoados de numerosa quantidade de macacos, serpentes, amphibios”⁴⁹. Ignoraram, portanto a vinda de importantes viajantes de reconhecida instrução, brasileiros e estrangeiros, como Martius, Spix, Saint-Hilaire, Príncipe Maximiliano. Algumas capitais não foram descritas corretamente, de maneira que o parecerista julgou os autores parecerem alheios ao que se vinha publicando sobre o Império e, por fim “deram como precedente dos factos de 7 de abril de 1831 a imaginaria dissolução da Assembleia Legislativa de 1829”. O parecer indicava que o material fosse conservado no arquivo:

“não para servir de auxílio á confecção da história geral do Brasil, porém para fornecer mais uma prova de que não se deve depositar muita fé nas relações escriptas acerca do mesmo Brasil por estrangeiros que nunca o visitaram, e que regulando-se talvez por informações exageradas, ou destituídas do cunho da veracidade, empregam nessas relações contos romanescos, á vista dos quaes os homens illustrados fazem votos pelo complemento e publicação daquella história, objecto das atenções e solitudine do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro ”⁵⁰.

Assim, fica claro que o sócio que se dedicou a compor o parecer estava envolvido com os propósitos expostos no texto de Cunha Barbosa, a respeito de organizar uma História nacional livre de erros e da ação de autores estrangeiros pouco informados – e, de levar ao exterior uma imagem considerada correta do Brasil, em que pesasse sua capacidade de organização, seu papel de representante de civilização nos trópicos.

⁴⁷ CARRARO, Op. Cit, p. 122

⁴⁸ “Sessão de 12 de agosto de 1841”. In *RIHGB*, Tomo III, 1841, p 362

⁴⁹ Idem, pp. 362-363

⁵⁰ Idem, pp. 363-364

É válido lembrar que o mesmo parágrafo do texto inaugural do Instituto que anunciava a necessidade de dialogar com a esfera intelectual internacional, mencionava ramificações em suas províncias. Essa idéia envolvia outro espaço para existir um projeto: o IHGB objetivava se tornar o repositório de documentos da história e geografia do Brasil como um todo, com o objetivo de dar forma à unidade pretendida.

Lilia Schwarcz⁵¹ enxerga os institutos históricos como espaços de produção de um saber característico do século XIX, diferenciados perante outros como os museus de história natural e as academias de direito e de medicina. Comenta o perfil dos membros, a hierarquia interna e a produção intelectual, confirmando que estes núcleos se constituíram como o espaço de consolidação do projeto historiográfico ligado a um ambiente social e político específico. Neste ambiente se expressaria a busca pela criação de uma história unificadora, que resgatasse eventos e heróis nacionais para criar uma homogeneidade na representação da pátria. Schwarcz entende que a proposta de história está associada a uma perspectiva nacional em formação, a idéia de colaborar com o progresso ilustrado e com o engrandecimento do país.

O processo de consolidação do Estado Nacional teria condicionado e permitido a sistematização de histórias locais, que tem lugar nos institutos. O IHGB é modelo para institutos regionais, exemplos da adaptação do pioneiro às localidades e da forma como a proposta de história nacional foi interpretada por elites locais.

O Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) são estudados a partir do diálogo com a análise do IHGB; a autora a este se remeterá para traçar o perfil dos outros dois institutos. O IAGP apresentaria um projeto de história preocupado em destacar sua região, decadente economicamente, e em legitimar, por meio do passado, uma elite já em vias de se tornar falida. O IHGSP, nascido no período republicano, possuiria, por sua vez, a pretensão de ligação e justificação do novo regime. Pretenderia encontrar uma imagem que fosse ao mesmo tempo regional e nacional, configurando, de certa maneira, uma “provocação teórica e prática, na medida em que contestava a interpretação hegemônica do IHGB e sua concepção ‘imperialista de fazer história’”⁵².

As revistas dos três, para a autora, apresentariam em comum a atividade intelectual concentrada na elaboração de biografias, formando material mais volumoso que os próprios

⁵¹ SCHWARCZ, *Os Guardiões da Nossa História Oficial* – *Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*, Op. Cit.

⁵² Ibidem, p20

estudos históricos; “uma história colada a nomes e heróis” ⁵³ que engendrava uma prática de auto-promoção – principalmente nos institutos regionais, em que as biografias exaltavam personagens locais. Além disso, as três revistas observariam politicamente os eventos, o que é justificado na idéia de que para se fazer uma história nacional era preciso existir uma “adesão incontestável à situação vigente” e “a construção de uma ‘história patriótica’ parecia implicar antes uma atitude de aceitação, do que uma postura crítica e reformuladora” ⁵⁴.

Outra maneira pela qual o objetivo de se ramificar pelas províncias foi cumprido foi a admissão de sócios correspondentes nas regiões afastadas que trabalhariam pela centralização dos documentos na Corte. Na verdade, de maneira geral, observar como determinados indivíduos se aproximavam do Instituto e tornavam seus membros pode deixar entrever características importantes sobre ele.

3. Bases de uma “utilíssima associação”

3.1. Efetivos, correspondentes e honorários do IHGB

Homens que desempenhavam funções no aparelho de Estado foram uma constante nas salas de sessões do IHGB ao longo do Império, desde sua fundação ⁵⁵. Lucia Paschoal Guimarães indica que uma comparação entre a lista de sócios efetivos e os nomes que ocuparam cargos de ministro entre 1840 e 1889 daria uma idéia da presença constante de homens públicos na entidade: “dentre os 36 gabinetes que se sucederam no governo do país, apenas nove não contaram com a participação de filiados do IHGB” ⁵⁶.

⁵³ Idem, *ibidem*,

⁵⁴ *Ibidem*, p. 65

⁵⁵ Callari aponta que destes, doze eram conselheiros de Estado (dos quais, sete eram senadores), três eram professores (do Colégio Pedro II e da Academia Militar), e os demais dividiam-se em desembargadores, funcionários públicos, militares. CALLARI, Op. Cit, p. 61. É válido lembrar que até a primeira sessão do IHGB, dezesseis novos membros já haviam sido admitidos

⁵⁶ GUIMARAES, Lucia *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*, p. 489.

Dentre os sócios fundadores havia uma parcela de ilustres nascida em Portugal ⁵⁷, educados em Coimbra, formação que era seguida por “treinamento e carreira no aparelho de Estado” ⁵⁸. O grupo de brasileiros contava com uma maioria de nascidos no Rio de Janeiro, Bahia, Minas, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul; todos estabelecidos na Corte – o que, segundo Lucia Paschoal Guimarães, demonstraria “o jogo das influências regionais” na capital do Império ⁵⁹. Caracterizaram um conjunto dominante até o início da década de 1850 – figuras representativas da elite pensante, parte da hegemonia de Estado e Sociedade Civil, originados predominantemente da esfera urbana – segundo a autora, contrariando uma suposição prévia, não havia indivíduos oriundos da aristocracia rural ⁶⁰. Portanto, tendo em vistas as origens e vínculos partidários, Lucia Paschoal conclui que não seria possível admitir um olhar romântico acerca da fundação do Instituto, segundo a qual os fundadores teriam se aproximado motivados tão somente por um “amor às letras” ⁶¹.

A organização administrativa dos primeiros anos era erigida sobre regras que privilegiaram relações sociais e não a habilidade intelectual – o candidato não precisava demonstrar uma produção para ser admitido: era convidado, como foi o caso de alguns sócios correspondentes que receberam títulos de admissão na época da fundação; ou indicado por pares já sócios do IHGB. Para Lilia Schwarcz, este aspecto diferenciaria o Instituto em relação às academias científicas, tornando-o similar a uma sociedade de corte ⁶². Tal organização deixaria marcas na produção historiográfica, referentes a um tipo de socialização específico – escapando, segundo Manuel Salgado Guimarães, “às regras e injunções específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se no domínio de um certo saber específico” ⁶³.

⁵⁷ Lucia Paschoal Guimarães indica que seriam oito os nascidos em Portugal: Alexandre Sarmiento, Conrado Jacob Niemeyer, Francisco Alvim, José Antonio da Silva Maia, José Clemente Pereira, José Marcelino Cabral, José Silvestre Rebello, Raymundo da Cunha Mattos. Suas biografias indicam que foram indivíduos que chegaram ao Brasil com a transmigração da Família Real e, uma vez “enraizados” segundo expressão de Maria Odila Silva Dias, participaram do processo da Independência, ocupando cargos e funções destacados no Primeiro Reinado. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. In *RIHGB*: Rio de Janeiro, 156 (388): 459-613, jul/set 1995, pp. 477-478

⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel *Nação e Civilização nos Trópicos*, Op. Cit

⁵⁹ GUIMARÃES, Lucia Paschoal, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”, p. 478

⁶⁰ Idem, p. 480

⁶¹ Idem, p. 481

⁶² SCHWARCZ, Op. Cit, p. 08

⁶³ GUIMARÃES, Manoel *Nação e Civilização nos Trópicos*, Op. Cit,

Dentre as formas de filiação possíveis, contava-se três gêneros de sócios. Em primeiro lugar, os efetivos eram organizados em grupo limitado de cinquenta participantes, divididos equitativamente entre história e geografia . A seguir, os correspondentes, em número ilimitado. Para Sanchez, o crescimento rápido deste grupo se explicaria em primeiro lugar como uma estratégia para possibilitar que os documentos históricos fossem coligidos – “quando maior o número de sócios correspondentes, maior o alcance do Instituto e conseqüentemente maiores as possibilidades de contribuições para seu acervo” ⁶⁴. De fato, isso é visível na sessão de 4 de fevereiro de 1839, quando se propõe o envio de títulos de membros correspondentes para presidentes de províncias. Além disso, segundo o autor, a construção de uma rede de sócios sobre uma “longa lista de correspondentes por todo o país e com inúmeros representantes” no mundo auxiliaria na “consolidação do jovem Instituto” ⁶⁵.

Finalmente, os sócios honorários, para os quais não havia também um número ilimitado; seria conferido a pessoas de avançada idade, “consumado saber” e distinção, cuja filiação ao Instituto poderia dar a este crédito. Sanchez observa nesta definição o propósito deste tipo de associação: a eles caberiam “avalizar com seu prestígio a associação”, especialmente quando era ainda recém fundada. Segundo o autor, a lista logo chegou a sessenta nomes, contando brasileiros e estrangeiros ⁶⁶. Em outras ocasiões, contemplar determinado individuo com o diploma de sócio honorário poderia representar um referencial ou uma necessidade política, de acordo com o momento. Isso foi observado especialmente quando foram indicados para sócios honorários o Visconde de Inhaúma e o Marquês de Caxias, em 1868 e Bartholomeu Mitre em 1871 – conforme comentaremos nos capítulos adiante.

Para pleitear a associação, segundo os primeiros estatutos, estabelecidos em 1839, era preciso uma proposta assinada por um dos membros ⁶⁷ à comissão de geografia ou à de história (de acordo com a pretensão do candidato), que emitiriam um parecer. A seguir, os documentos eram encaminhados à mesa administrativa, que, sob escrutínio secreto, apresentaria à assembléia para ser aprovada. Era possível a admissão de mais de um sócio em uma mesma proposta, desde

⁶⁴ SANCHEZ, Op. Cit, p. 32

⁶⁵ Idem, p. 33

⁶⁶ Idem, ibidem

⁶⁷ No *Extracto dos Estatutos* não fica claro se é necessário ser sócio efetivo ou se a proposta poderia ser assinada por sócios correspondentes também.

que esta fosse acompanhada com dados de cada um dos propostos – nomes, sobrenomes, locais de nascimento, idade, qualidades, domicílio, motivos da admissão ⁶⁸.

Em 1841, algumas alterações aconteceriam. Em 21 de junho, propõe-se a criação de uma nova classe de sócios, com o título de “Presidentes Honorários”, que seria conferido aos Príncipes da família imperial brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros para quem o grupo todo votasse por dar esta contemplação. Aprovada, o primeiro secretário foi incumbido de levar ao conhecimento do governo o novo artigo. Em sessão de 5 de dezembro, foi adicionado um artigo aos estatutos que definia que para ser aceito sócio efetivo ou correspondente passaria a ser obrigatória a publicação de alguma produção literária, ou fazer alguma oferta de valor (como documentos, memórias, obras). A segunda sugestão indicava precocemente as alterações que o IHGB viria a experimentar ao final da década de 1840, e início da seguinte – período em que ocorria também modificações importantes na esfera política, com as quais o Instituto não só convivia, mas se misturava, como veremos adiante.

3.2 Centralização política e intelectual: o IHGB e o Império

Na primeira sessão do IHGB, em 1 de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa apresentou três propostas – todas aprovadas com unanimidade. Duas delas, tinham objetivos intelectuais: organizar instruções sobre o modo de enviar notícias históricas e geográficas sobre o Brasil para correspondentes; e sugerir um ponto para discussão: “Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões”. A outra, trazia a idéia de pedir a Pedro II que aceitasse ser o protetor do Instituto.

O Visconde de São Leopoldo, em março do ano seguinte, falou sobre a comissão que se dirigiu ao Paço Imperial, para apresentar os estatutos que regeriam o IHGB e pedir que o Imperador aceitasse o título de protetor do núcleo ilustrado. Orador da comissão, o Visconde pronunciara um discurso, publicado na Revista, em que comentava:

“A protecção ás letras é o mais valioso attributo e a jóia mais preciosa da coroa dos príncipes; por ella se fizeram grandes Luis XIV em França e os Medicis na Itália, quando acolhiam as sciencias e artes, que escapavam das ruínas do império grego: mas, sem necessidade de mendigar modelos estranhos, bastará o do augusto pai de V.M.I. que dignando-se acceitar a presidência da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para que nem esse benéfico predicao lhe faltasse, ia a este santuário da sabedoria

⁶⁸ “Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: *Revista do Insituto Histórico e Geographico do Brazil 1839*. Terceira edição, Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 19

repousar dos penosos cuidados da regência, e das fadigas da guerra; de sorte que, si outro Ferreira alli vivesse, dissera delle o que cantou de um dos mais famosos avós de V.M.I o Senhor D. Diniz, paz de reis, amor das gentes : Edificou, venceu, poetou, leu” (p.52)

Na defesa dos interesses do Instituto, o Visconde fazia referência a modelos históricos relevantes, remetia a nomes de monarcas importantes da história, como forma de legitimar o pedido feito ao Imperador, mostrar-lhe a importância da oferta que se fazia. O pedido envolvia a idéia de que o Brasil poderia ser uma monarquia tão legítima quanto aquelas, na medida em que propunha um encaminhamento para a consolidação do projeto monárquico, em que pesava a criação de uma determinada memória. Segundo Lilia Schwarcz, engendrar essa memória, neste momento, seria uma “questão quase estratégica”⁶⁹.

A aproximação entre IHGB e Império permeava outras esferas. O primeiro buscava aproximar-se do governo imperial no sentido de adquirir verdadeiramente a função para a qual fora criado: a de construtor da memória, bem como de uma imagem territorial do país. Isso fica visível em dezembro de 1838, ocasião em que Paiva Guedes, em sessão, sugere que se faça pedido ao governo imperial de doação de exemplares de quaisquer obras que tivessem sido impressas na tipografia nacional e pudessem interessar a história e geografia do Brasil. Também propunha requisitar que comunicassem quaisquer memórias ou outros papéis que existissem nas secretarias de Estado ou na biblioteca pública sobre história e geografia do Brasil, para serem aproveitadas e copiadas.

Buscou-se, ainda, uma proximidade que visava interesses mais práticos. Em 4 de maio de 1839, Cunha Barbosa propôs em sessão que se pedisse subsídios ao corpo legislativo. A proposta foi aprovada e remetida a uma comissão especial formada por Aureliano de Souza Coutinho e Candido José de Araújo Vianna para darem parecer sobre qual seria a melhor maneira de se pedir esse subsidio. Ao final daquele ano, o Instituto obtém o subsidio, no valor de um conto de réis⁷⁰. Assim, desde início, grande parte da receita era sustentada por verbas do Estado⁷¹. Além disso,

⁶⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 128

⁷⁰ SANCHEZ indica que este valor foi gradualmente aumentado, tendo chegado a nove contos em 1889. SANCHEZ, Op. Cit, p. 35

⁷¹ Segundo Sanchez e Schwarcz, o subsídio chegava a 75% da receita do Instituto.

naquele mesmo ano, por interferência de Paulo Barbosa – mordomo do Paço Imperial desde 1833 – é oferecido um espaço próprio ao Instituto, próximo ao paço ⁷².

Em 1849, outra vez o IHGB mudaria de instalações, ocasião em que o próprio Imperador faria um discurso. Sua fala vinha dotada de intenso tom programático, “marcando a maior aproximação entre os intelectuais – empenhados na tarefa de escrita da história nacional o Estado e a Monarquia” ⁷³. Colocando-se como “primeiro interessado no progresso do Instituto” ⁷⁴, comentava o serviço que o núcleo vinha promovendo pela história e geografia do Brasil.

“Sem duvida, Srs, que a vossa publicacao trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que também ao novo merecem as applicações da inteligencia, mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, tornei aquella a que pertenco digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da sciencia é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empreza, erijamos assim um padrão de glória á civilização da nossa pátria” ⁷⁵.

Sugeria que os membros se dedicassem a escrever pessoalmente a história, de maneira a tornar memorável o tempo em que viviam. Em outras palavras: o Imperador entendia que esforço para coligir e metodizar era válido, mas indicava que era igualmente necessário e parte da mesma tarefa fazer uma composição, dotada da vontade dos intelectuais daquele momento – era preciso que os sócios dedicassem aos seus próprios trabalhos. O estímulo a ordenar este trabalho assim faz sentido se vislumbrarmos, com Lucia Paschoal Guimarães, que entre 1839 e 1849, a quantidade de trabalhos historiográficos apresentados era muito maior do que a de documentos ⁷⁶.

Portanto, a recomendação seguinte do Imperador, ainda em seu discurso, era a de que o presidente do IHGB lhe informasse constantemente da “marcha das comissões” e que lhe desse uma lista dos sócios “que cumprem bem os seus deveres”. Pedro II mencionava, ainda, que verificaria pessoalmente os esforços empregados, nas ocasiões em que estivesse presente em sessão. É valido lembrar, neste ponto, que ao longo da monarquia e desde 1840, o Imperador

⁷² Tratava-se de um prédio junto ao Paço que fora a residência da rainha mãe, D. Maria I. As mudanças pelas quais o Instituto passou desde então foram todas dentro deste mesmo prédio. Em 1849, passou a ocupar uma sala no terceiro andar, e pouco a pouco suas instalações cresceram até ocuparem todo ele. Esse prédio, lembra Sanchez, possuía uma particularidade interessante: um passadiço, que o interligava ao Paço Imperial – que era ocupado pelo Imperador para chegar até as sessões periódicas do IHGB. SANCHEZ, Op. Cit p. 38

⁷³ GUIMARÃES, *Nação e Civilização nos trópicos*, Op. Cit, p. 10

⁷⁴ “212ª sessão em 15 de dezembro de 1849” in *RIHGB*, Tomo XXII, 1849, p. 551

⁷⁵ Idem, p. 552

⁷⁶ GUIMARÃES, Lucia “Debaixo da Imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. Op. Cit, pp. 513-514. Entre 1850-1859 foi o período em que a discrepância foi menor, mas ainda o número de documentos ficava na frente.

esteve presente em mais de quinhentas sessões no total ⁷⁷. A partir desta data, ele passa a estar presente e participante – antes, freqüentava principalmente as reuniões comemorativas. A imagem de monarca esclarecido e amigo das letras se fortalece com esta assiduidade e com participações na sugestão de temas, e até na oferta de prêmios para os melhores trabalhos – o que se remete à idéia do discurso acima, de que os sócios precisavam pegar à pena pessoalmente para tornar célebre a escrita da história feita naqueles tempos.

Destarte, os anos entre 1849 e 1850 são aqueles em que a relação próxima entre o Instituto e o Império se intensifica, “coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador” ⁷⁸. A inauguração das novas instalações simbolizavam a passagem à uma nova fase para a academia. Também, engendraram-se modificações nos estatutos, nas quais, inclusive, é perceptível a aproximação com o Império: os novos estatutos definiam diretamente Pedro II como protetor, retirando oficialmente deste papel a Sociedade Auxiliadora – que na prática já não ocupava.

Na mesma época, em 12 de novembro de 1852, todos os membros da sessão assinaram uma proposta para a adoção de um uniforme que os membros efetivos deveriam usar nas sessões aniversárias, nas festividades nacionais e que solicitasse do governo aprovação para tanto. Essa proposta sugere uma homogeneização simbólica e aparente dos sócios em festividades e momentos nacionais, como forma de transmitir a imagem ausência de diferenciações ou filiações políticas ou teóricas. Como veremos, embora haja o esforço simbólico e mesmo prático de evitar a abordagem de temas polêmicos ou de assuntos que se remetessem a questões políticas, de maneira a “uniformizar” a história produzida no IHGB, as vivências da administração imperial, filiações e as preocupações da esfera política, bem como diferenças de concepção de história, foram presentes durante o Império.

Em 22 de novembro de 1850 tem início a discussão de emendas aos Estatutos, que viriam a buscar maior objetividade para o trabalho do Instituto. Indicava-se também o fim da perpetuidade da presidência e das secretarias – ainda que na prática fosse comum a continuidade de um mesmo indivíduo no cargo por longo tempo ⁷⁹; instituição das datas das sessões públicas aniversárias, eleições e férias. Sugeria-se que os trabalhos feitos para serem lidos nas sessões

⁷⁷ SCHWARCZ, *Barbas do Imperador*, Op. Cit, p. 127.

⁷⁸ GUIMARÃES, Manoel, *Nação e Civilização nos Trópicos*, Op. Cit. p. 10

⁷⁹ Entre 1838 e 1889, por exemplo, o Instituto conheceu apenas três presidentes: José Feliciano Fernandes Pinheiro, Candido José de Araujo Vianna, Luis Pedreira do Couto Ferraz, e Joaquim Norberto de Sousa Silva. O cargo foi ocupado por cada um deles até seus respectivos falecimentos.

públicas deveriam ser previamente lidos em sessão privada e aprovados. Instituir-se-ia a obrigatoriedade dos sócios em apresentar trabalhos nas sessões segundo a ordem da tabela. Na sessão seguinte, ainda em novembro, mais emendas foram apresentadas: no artigo que determinava a leitura prévia de textos em sessão privada, ficava decidido que os trabalhos feitos para serem lidos nas sessões publicas seriam submetidos a comissão de exame, nomeada *ad hoc*, e que teria voto decisivo sobre a conveniência da leitura. As modificações trouxeram da mesma forma a supressão da promessa de cursos públicos de historia e geografia, a criação da comissão de admissão de sócios e da necessidade de apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil para candidatura à sócio efetivo:

“Para ser sócio correspondente é necessário, além da capacidade litteraria, offerecer ao Instituto alguma obra de valor sobre o Brazil ou sobre a América; ou então algum presente valioso para o museu ethnographico”⁸⁰.

A partir de então seria comum que se fizesse pedido de admissão para algum candidato e se exigisse a adequação aos termos dos estatutos. Em 1858, um ofício de Antonio David Vasconcellos Canavarro remetia relatório sobre o cólera reinante nas Províncias do Amazonas, Pará, Alagoas e Rio Grande do Norte, para servir de título de admissão ao Instituto. Poucos meses depois, a comissão de admissão de sócios emitiria um parecer sugerindo que ele se conformasse aos termos do artigo 6º dos estatutos, na confecção de memória que tiver de servir-lhe de entrada no IHGB. Igual situação ocorreu com a admissão de Pedro Galvez, no ano seguinte. Em carta, Felipe José Pereira Leal lembrava ao Instituto o nome e mérito daquele que era o ministro residente do Peru nas Republicas da America Central. Leal entendia que lhe davam direito a pertencer ao numero dos sócios correspondentes. O Presidente resolveu responder-lhe com cópia do artigo dos estatutos, relativo à admissão de sócios, para que Galvez satisfizesse suas condições e pudesse assim se apresentar legalmente como candidato ao título, que, dizia, seria conferido desde então se fosse lícito fazê-lo.

A seriedade e o rigor intelectual que passaram a ser buscados na admissão dos sócios traria, em 1868, um conflito que mostrava que admitir um novo membro passava a simbolizar algum tipo endosso ao seu trabalho ou pesquisa.

Em 25 de setembro de 1868 daquele ano, como relator da comissão de admissão de sócios, Perdígão Malheiros apresentou um requerimento para que se resolvesse sobre

⁸⁰ “Sessão de 22 de novembro de 1850” in *RIHGB*, Tomo XIII, 1850, p. 521

determinadas dúvidas envolvendo o artigo 6º a respeito da apresentação dos trabalhos literários de candidatos a sócio. Indagava se basta a suficiência literária do candidato; no caso negativo, se deveriam ser preferidos trabalhos próprios e especiais de historia e geografia e sobre etnografia, arqueologia e língua dos indígenas, tendo-se em atenção o fim da criação do Instituto (artigo 1º). Se a oferta tem que ser apresentado pelo próprio autor ou basta que seja por algum dos sócios, ou terceiro.

Na sessão seguinte, em 9 de outubro, outra vez representando aquela comissão, Malheiros leu uma exposição com referencia ao parecer da segunda comissão de geografia, emitido sobre o trabalho *Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo na Provincia de s. Pedro*, de H. A. Schuel, já aprovado em sessão de 5 de julho. A *exposição* – que por decisão geral, está apresentada na ata, – referia-se ao comentário apresentado daquele parecer de que o trabalho de Schutel estava mais próximo em sua matéria dos propósitos do Instituto do que trabalhos apresentados anteriormente. Malheiros entende que deste juízo comparativo fazia-se uma censura à admissão das pessoas que apresentaram aqueles trabalhos; censura que recairia ao grupo como um todo, à comissão de admissão de sócios e a ele em particular. Dizia que se houvesse intenção de fazer tal critica, em referencia aos nove anos em que vinha sendo cumprindo o cargo de relator, assumiria a responsabilidade por todas as admissões. Entretanto, acreditava que a critica era infundada.

Malheiros afirmava que, desde 1859, dera sucessivos pareceres de mais de quarenta sócios correspondentes, tendo ficado quatorze esperando –entendendo que não devia dar parecer sobre aqueles que não estavam em condições de aprovação. Apresentava listagem de todos, desde o ano de seu ingresso na função. Chamava atenção para o fato de que o total de sócios admitidos no período é de cinquenta e quatro não sendo um numero grande na média e não sendo também capaz de preencher as lacunas abertas pelas mortes de sócios – que totalizam setenta e dois entre 1839 e 1867, e 80 até o fim do ano corrente. Comentava ainda que a desproporção entre estrangeiros e brasileiros poderia ser censurada, havendo trinta e um nacionais contra dezoito estrangeiros. Contudo, a comissão procederia com rigor acerca dos nacionais, já que dentre estes eram escolhidos os sócios efetivos; também porque “a respeito dos estrangeiros distintos que tem sido admitidos, reputa antes um titulo de apreço da sua illustração, trabalhos e da consideração que prestam ao Instituto, equivalente quase a um titulo de membro honorário para não baratear esta elevada distincção”. A comissão também daria preferência a candidatos que apresentem trabalhos próprios sobre historia ou geografia. Assim, considerava injusta a crítica

que recaia sobre a comissão inclusive porque, dentre os aprovados, nenhum desdourava a associação e se não eram todos “summidades” é porque não havia propostas que os indicassem, nem o país possuiria “grandes capacidades e ilustrações”, que são raras, “mesmo nos paizes mais adiantados e populosos”. O Brasil teria “talentos modestos, obreiros conscienciosos, e alguns infatigáveis”, que são aceitos desde que mostrem boa vontade em cooperar com seu fim. Encerrava dizendo que se vinha errando, aceitava a crítica e colocava nas mãos do núcleo a solução de passar a tarefa espinhosa para quem entenda melhor seu pensamento ⁸¹.

Para Manuel Salgado Guimarães, as alterações em curso no início da década de 1850 também espelhavam o processo de “alargamento, consolidação e profissionalização do IHGB” ⁸². Contudo, Lucia Paschoal chama a atenção para o fato de que os novos estatutos foram capazes de ampliar as linhas de pesquisa e de mudar os critérios de admissão – o que, esperava-se, alteraria a composição dos quadros de sócios – mas que, de maneira estratégica, o número de vagas de sócios efetivos permanecia limitado a cinquenta.

Ainda que os “destinos da Academia” permanecessem “nas mãos dos grupos de fundadores por um bom tempo” ⁸³, passa a existir enfoque maior na produção de trabalhos de história, geografia e etnologia ; é nesta década, por exemplo, que ocorre a interessante discussão a respeito do acaso ou da intencionalidade no Descobrimento do Brasil – debate que fora, aliás, sugerido pelo próprio Imperador. Ainda, o papel do indígena na História do Brasil torna-se um ponto a ser observado: para Salgado, haveria uma concepção dos processos históricos enquanto uma linearidade, marcada pelo progresso. A Etnologia, a Antropologia e a Arqueologia eram formas de estabelecer na linha evolutiva do Brasil conhecimento para a cultura indígena.

Logo, fica mais fácil compreender por quais motivos ao final da década de 1859, a Revista passou a mencionar também os estudos etnográficos. As modificações feitas nos estatutos, na maneira de pesquisar e das bases do IHGB repercutiam em seu periódico. Também eram visíveis nele as nuances políticas de sócios e conflitos contemporâneos, ainda que os sócios buscassem evita-los.

⁸¹ Diante da exposição de Malheiros, Capanema, como relator da comissão de geografia, deu explicações, indicando que não se depreende de seu parecer censura feita a comissão de sócios.

⁸² GUIMARÃES, Manoel, *Nação e Civilização nos Trópicos*, Op. Cit, p. 11

⁸³ GUIMARÃES, Lucia Paschoal *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*, op. Cit, p. 487

4. Coligir e metodizar para publicar: a Revista do Instituto Histórico

Como forma de atingir seus propósitos de unificar o território e de se comunicar com associações estrangeiras, e seguindo o modelo do Instituto Histórico de Paris, a publicação de um periódico fazia parte do projeto do IHGB. Na 12ª sessão em 18 de maio de 1839, uma comunicação do cônego Cunha Barbosa contava que o primeiro número da Revista Trimensal já estava impressa e que deveria ser verificado o modo de distribuição, por qual preço seria vendida. Ficou decidido que os membros ausentes receberiam a Revista pelo correio e que os demais a fosse buscar na sala das sessões; os números avulsos seriam vendidos a seiscentos e quarenta réis e, aos assinantes anuais, quinhentos réis cada número.

A Revista é uma fonte importante para o estudo da concepção de história daqueles que buscaram uma historiografia nacional, também para verificar questões internas e localizar debates políticos. Ao longo dos anos do Brasil Imperial, a revista sofreu alterações diversas, desde elementos em sua capa – com mudança do nome, inclusão e exclusão de termos, modificação das vinhetas e dos símbolos gráficos, até reestruturações internas. Nos primeiros anos, por exemplo, ocupavam espaços paralelos em suas páginas documentos coligidos pelos membros e memórias históricas, indiferenciadamente. A partir de 1864, passa a existir uma divisão entre o material publicado, vincando claramente a diferença entre aquilo que era produzido e aquilo que era coletado. Além de publicar fontes primárias, artigos, biografias e resenhas, a Revista também registrou as atividades da academia. Em todas estas publicações, que totalizam, segundo Lucia Paschoal Guimarães, mil e cinqüenta e três documentos⁸⁴, podemos vislumbrar escolhas políticas participando do processo intelectual, ainda que se trate de um material extremamente heterogêneo – biografias e necrológios dividiam espaço nas atas; memórias e relatos de viagem eram publicados lado a lado com estudos de geologia e comentários sobre indígenas.

Manoel Salgado Guimarães⁸⁵ assinala que é possível estudar a seleção dos temas operada pela historiografia em sua “relação com o conjunto mais amplo das questões (culturais, políticas e em alguns casos até mesmo econômicas)”⁸⁶. Contudo, o projeto historiográfico não poderia ser visto como uma expressão direta de um modelo ditado pelo projeto político: o primeiro possuiria

⁸⁴ GUIMARÃES, Lucia Paschoal *Debaixo da Imediata proteção de sua Majestade Imperial*, Op. Cit, p. 509

⁸⁵ Guimarães, Manoel Luiz Lima Salgado “A revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857), Fazendo a História Nacional” in WEHLING, Arno Op.Cit, p 21-41

⁸⁶ Ibidem, p 24

função própria para o século XIX, apesar de fornecer base científica para o projeto nacional. Pensar em um condicionamento direto entre as duas esferas, segundo Salgado Guimarães, resultaria na interpretação da “produção historiográfica como mera ilustração do exercício da política”⁸⁷ levando à perda da “possibilidade de compreensão da especificidade da questão de porque se ocupar da produção científica de História (...) e de porque a História aparece como capaz de fornecer substratos *científicos* para um projeto nacional no século XIX”⁸⁸.

O autor propõe um recorte temático que permite pontuar as idéias tratadas na Revista, caracterizando a historiografia e a articulando ao “conjunto mais amplo das questões”. Atenta-se para a constância de temas na publicação de documentos e artigos, temas que possuiriam um papel específico na construção de uma história nacional. Ainda que a separação temática entre três mais frequentes – indígenas, relatos de viagens e temas regionais – seja possível, Salgado Guimarães lembra que se trata de artifício para facilitar a análise e não deve ser lido literalmente.

Os artigos que tratam dos grupos indígenas e sua cultura, da catequese e da absorção da mão de obra indígena refletiriam, ao mesmo tempo um debate intelectual e uma questão política e econômica do período, voltada para o problema da viabilidade de civilização dos grupos indígenas⁸⁹. Esta preocupação estava associada ao projeto de construção nacional: “civilização” era vista como conceito fundamental e objetivo a ser atingido. A reflexão em torno do indígena visava buscar um caminho para que a história dos grupos autóctones pudesse ser agregada e compreendida em relação à história nacional em formação; por outro lado, pensava-se na época, também em maneiras de integrar concretamente tais grupos a um território definido geopoliticamente como Nação – em outras palavras, os estudos levantados pelos sócios do IHGB relacionavam-se a elementos para a política indigenista do Estado. Além disso, a idéia de integrar o indígena à nação brasileira também reflete, a partir da década de 1840, a preocupação trazida pela extinção do tráfico negreiro com a mão de obra e a necessidade de criar alternativas à escravidão.

As descrições físicas minuciosas dos relatos de viagem, atentas para possibilidades econômicas e voltadas também para particularidades sociais, expressariam preocupação com a reunião de conhecimento geográfico, por meio do qual fosse possível viabilizar fisicamente a

⁸⁷ Ibidem, idem

⁸⁸ Idem ibidem.

⁸⁹ Conf. DOMINGOS, Simone Tiago *Política e Memória: A Polêmica sobre os jesuítas na Revista IHGB e a política imperial (1839-1886)* Campinas, Dissertação de Mestrado/Unicamp- Departamento de História, 2009

construção da nação. Era necessária a integração político administrativa do território nacional, então vasto e disperso graças à herança colonial lusitana de administração. Procurar-se-ia interligar o território visitado com a capital do Império, criando comunicação entre povos, fluidez civilizatória por meio do comércio, aumento da indústria, difusão da arte e da ciência e consolidação do corpo político.

Os temas regionais, abordados segundo uma concepção de história centralizante, reafirmaria laços entre as regiões e o centro político do Império; buscar-se-iam traços regionais que ratificassem a unidade nacional do ponto de vista histórico. Assim, o IHGB incentiva o estabelecimento de institutos regionais a fim de criar conhecimento local que se remeta ao centro. Cada instituto regional ligaria à matriz carioca a produção de sua localidade, formalizando a unidade política através de ferramentas intelectuais e culturais.

A interpretação de Salgado Guimarães sobre a ocorrência de temas regionais na Revista é especialmente válida para os primeiros anos de existência do Instituto. Com efeito, essa idéia já era indicada por Cunha Barbosa, no momento da criação do IHGB: era preciso centralizar documentos espalhados pelas províncias. Estabilizar uma imagem histórica e geográfica do Império, como veremos, não seria uma tarefa fácil, em especial nos primeiros anos. No tocante à questão territorial dos limites internos, havia inúmeros conflitos que ameaçam a unidade – alguns dos quais tinham caráter separatista. Os ruídos recentes de motins que ocorreram e ocorriam perturbavam a ordem pretendida. Assim, o esforço do IHGB em coordenar e “centralizar” documentos era um esforço político de unir o todo – equivalente àquele desenvolvido pela própria monarquia.

Portanto, talvez a escolha do termo “espalhados”, naquela fala de Cunha Barbosa, não fosse vã, embora possa ter sido accidental: a história e a geografia nacionais pretendidas encontravam obstáculos na desordenação, na falta de coesão, quando colocavam sob seus olhares as províncias. Não só os documentos estavam espalhados: também o estavam as próprias províncias. Um trabalho “por fazer”, como foi caracterizada a história das províncias por Cunha Mattos, em sua tentativa de escrever um roteiro para a escrita da História do Brasil. Veremos que estudar pormenorizadamente as províncias, exatamente por estarem “espalhadas” pelo continente antes luso-brasileiro, não seria de início uma tentativa aprovada. Pormenores e especificidades provinciais, nos primeiros anos, dariam lugar à tentativa de aproximar – também pela ameaça de esmorecimento de fronteiras com os países vizinhos. Em outras palavras: o trabalho da história

das províncias permaneceria “por fazer” até o momento em que as bases da monarquia e os primeiros passos de uma unidade já estivessem dados – em especial, pelo esforço de delimitar e legitimar territorialmente o Brasil em relação às nações americanas, que embora tenha sido constante (e tenha chegado ao extremo da guerra com a Argentina e o Paraguai), recebeu grande destaque na primeira década de vida do Instituto. As particularidades das províncias entrariam no foco a partir de 1850. As “ramificações” propostas desde a criação seriam possibilitadas de certa maneira pela aproximação com associações e bibliotecas nas mais variadas regiões, que se corresponderiam, enviando constantemente documentos e recebendo as Revistas. Com a criação e a filiação do Instituto do Rio Grande do Sul em 1860, este intento ganhou novo fôlego ⁹⁰.

Adotar uma separação temática pode significar perder de vista a heterogeneidade das publicações. Por vezes, um mesmo artigo pode concentrar relato de viagem, tema regional, análise de tribos indígenas e comentários históricos. Por outro lado, classificá-lo como “artigo ou documento” tampouco parece conveniente, uma vez que essa denominação pouco ilumina a respeito do perfil de um texto.

As memórias históricas redigidas pelos intelectuais – textos contemporâneos – e os documentos e manuscritos oferecidos, são classificados como tais de acordo com suas datas – aqui está incluso todo o material não contemporâneo, sem diferenciar seu teor ou sua forma. Em outras palavras, na perspectiva da RIHGB, classifica-se como documento tanto uma memória escrita no início do século XIX – ou seja, de historicidade mais recente –, quanto uma carta composta no período colonial do Brasil, ou ainda um relato de viagem. O sentido desta indiferenciação pode estar relacionado ao fato de que a publicação de um documento advém dos debates intelectuais do período: em geral, os textos são trazidos com o sentido de demonstrar e/ou provar teses no interior de discussões – que por vezes podem ser percebidas pela leitura das atas de reunião.

Assim, poderíamos distinguir dentre as memórias: relatos de viagem, nos quais é possível ler diários minuciosos, descrições geográficas, comentários sobre autóctones ou pequenos relatos históricos; Memórias sobre questões históricas, programas históricos, pareceres, defesas e anexos relacionados às mesmas, cronologias; biografias; notícias ou artigos que tratem de questões atuais, resenhas. E dentre os documentos podem ser relacionados documentos de época;

⁹⁰ Em sessão de 17 de agosto de 1860, é lida uma comunicação da parte do presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, informando ao Instituto a fundação daquela sociedade, pedindo-lhe sua filiação, remessas de revistas, enviando três exemplares de seus estatutos.

correspondências, textos que tratem de temas semelhantes aos discutidos nas memórias, mas que tenham sido escritos em época não contemporânea.

As atas das sessões constituem-se em fonte essencial para observar o trabalho dos membros, de que maneira se estruturaram suas pesquisas e corresponderam à tarefa de coligir e metodizar. Nelas, percebemos suas escolhas temáticas, estilísticas; seus esforços em atender aos objetivos a que tinham se proposto. Na sessão de 9 de maio de 1840, por exemplo, Cunha Barbosa depois de ponderar que muitos programas históricos que eram sugeridos ficavam sobre a mesa sem aparecer memória que os correspondesse, sugeriu que passadas três sessões depois do sorteio sem que determinado ponto fosse respondido, que se nomeasse um membro para fazê-lo. Na sessão de 4 de novembro de 1853, Macedo e Dias passaram à mesa a seguinte proposta, que foi aprovada: que em cada sessão se propusesse um ponto sobre “assumpto relativo ao Brazil, para ser discutido em ordem do dia na immediata, si o permittirem seus trabalhos ordinarios”. Com o debate dos meios práticos para dar execução à esta idéia, decidiu-se que um ponto nunca excederia uma sessão, salvo por exceções que o Instituto julgasse conveniente.

Principalmente, as atas permitem que verifiquemos o momento em que questões políticas transpareciam nas preocupações que guiavam o trabalho dos sócios. Devemos ter em mente a ligação de seus membros à administração imperial: de fato, o IHGB pode ser visto como uma peça importante no projeto de forja da nação levado a cabo por uma elite política. Este projeto pretendeu construir a História nacional de um país recém independente com o intuito de estabelecer uma identidade para ele. Contudo, conhecendo a maneira como o IHGB é tradicionalmente interpretado e apresentado, foi possível pensar em uma nova abordagem sobre o assunto, que tentasse localizar dissonâncias de idéias e, ao fim, que procurasse, nestas nuances, possíveis questões políticas.

4.1 Memória e a política na RIHGB

A pesquisa historiográfica se relaciona a um lugar social e de produção. Dentro deste lugar, gera-se meios de produção disponíveis para o pensamento histórico, condiciona-se pressões e formas. É "em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma

topografia de interesses, que se organizam (...) as indagações aos documentos (...)”⁹¹. Em outras palavras: "Da reunião de documentos à redação do livro, a prática histórica é totalmente relativa à estrutura da sociedade"⁹²; e é impossível "analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio"⁹³.

Seria possível entender que a interpretação histórica, qualquer que seja seu perfil, é dependente de um sistema de referência, o qual "permanece sendo uma filosofia implícita partícula, que, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o sem saber, remete à 'subjatividade' do autor". Concluímos que mesmo os fatos históricos são produtos de escolhas que lhes são anteriores e que a "relatividade histórica compõe dessa forma um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as de pensadores que se fazem passar por historiadores"⁹⁴.

Dentro desta lógica poderíamos entender a produção intelectual do IHGB; estas reflexões estão no cerne do problema proposto por esta pesquisa. Podemos entender que os textos da revista são perpassados por complexas forças, por conta da ocorrência da simultânea participação dos sócios do IHGB nas esferas política e intelectual. A partir do que nos diz Certeau, essa idéia é justificada pela tese de que a "a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social) e então, também por sua relação com os limites colocados pelo corpo, seja sob a forma do lugar particular de onde se fala, seja sob a forma do objeto distinto (passado, morte) do qual se fala"⁹⁵

Vemos que os sócios participam na instituição, e seguem suas regras internas e seus modelos; tentam articular um discurso próprio para o IHGB – ainda que isto não signifique opiniões homogêneas. Segue-se o enunciado de uma operação "que se situa no interior de um conjunto de práticas"; e "cada resultado individual inscreve-se num conjunto cujos elementos dependem estreitamente uns dos outros, cuja combinação dinâmica forma, num momento dado, a história"⁹⁶. Nesse sentido, uma obra de valor é aquela que é reconhecida pelos seus pares, que pode ser situada num conjunto operatório, que representa um progresso e abre portas para outras

⁹¹ CERTEAU, Certeau, Michel de "A Operação Histórica" in Le Goff, Jacques e Nora Pierre. "História: Novos Objetos". Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p 22

⁹² Idem, p 25

⁹³ Idem, p 22

⁹⁴ Idem, p 19

⁹⁵ Idem, p 27

⁹⁶ Idem, p 23

pesquisas – esses também poderiam ser os critérios de seleção de um trabalho para publicação na revista.

Como vemos em pareceres de admissão de sócios, após a reforma estatutária de 1851, muitas vezes aceitar um novo membro envolvia dar ao seu trabalho uma significação e um lugar dentro daquilo que o Instituto produzia. Por outro lado, recebiam destaque também trabalhos que tivessem um valor no sentido pragmático e/ou político. Em 26 de julho de 1861, por exemplo, a comissão de sócios considerou a admissão de José Franklin Massena e Silva. Apresentava-se uma notícia sobre a biografia do candidato e sobre os trabalhos – aliás, expediente que não se fazia anteriormente. No trecho final, o parecer indicava ter considerado a memória e os mapas oferecidos por Massena e entendido que prestavam-se à utilidade prática em relação a indústria e outros ramos da atividade humana, bem como da “pública administração. Concluía: “Trabalhos d’essa ordem são verdadeiros serviços ao paiz”⁹⁷.

O valor dado a obra de Massena, e a tantos outros textos que poderiam ser “úteis” em termos práticos, é compreendido melhor se tivermos em mente que ao mesmo tempo que se inserem na lógica própria da instituição, os sócios do IHGB, enquanto elite política, também pertencem ao espaço politizado da organização administrativa de uma nação. Tal esfera condiciona modos e perguntas, particularmente para cada membro e no todo do próprio Instituto, agindo de maneira multifacetada. Logo, o espaço científico também é uma extensão do meio social, e deixa de produzir um saber puramente científico – que na verdade, não poderia ser produzido descolado do seu meio - para originar um saber cuja forma é silenciosamente sugestionada pelo lugar de origem ou abertamente ditada por ele.

Dessa maneira, há uma relação muito próxima entre a maneira como determinados temas históricos serão tratados e os referenciais políticos. O IHGB pretendia estabelecer a verdade sobre a História da nação, selecionando e corrigindo equívocos que fariam nublar a realidade histórica. Neste processo, fatos, personagens, acontecimentos que estavam sujeitos ao olvido ou ao equívoco seriam trazidos à luz, até mesmo para responder às tentativas estrangeiras de se criar uma história brasileira. Esta resposta seria, para o cônego, a superação de um “silêncio reprehensível (...) em matéria que tanto afecta a honra da pátria”, a propagação de muitas inexatidões – reproduzidas pelo fato de que os historiadores se copiavam uns dos outros – “que

⁹⁷ “Sessão de 26 de julho de 1861” RIHGB, 1861, p. 728

deveriam ser imediatamente corrigidas”⁹⁸. Ele cita, por exemplo, o próprio tema da Independência, comentando que o “coração do verdadeiro patriota brasileiro” apertava-se “dentro do peito” quando via “relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência”⁹⁹. Cunha Barbosa entendia, portanto, que mesmo tão recente, deveria ser possível construir uma verdadeira história deste evento – levada a cabo com imparcialidade e critério, características que devem sempre formar o historiador.

O fundador defendia a existência de diversos dados e indivíduos dignos de serem lembrados na história pátria; cabendo aos sócios preencher lacunas, resolver os males dos erros presentes nas obras históricas sobre o país. O cônego propõe aos seus colegas intelectuais que salvassem “da indigna obscuridade em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e o nome de seus melhores filhos”¹⁰⁰, que se aponte o assentamento das vilas e cidades com exatidão e que seja exaltada a natureza, bem como suas utilidades – como no caso dos rios para a navegação. Para esta empreitada, ressalta a importância da colaboração de vários brasileiros, que, em força reunida, componham a história geral – história essa que, ao fim e ao cabo, contribuiria para dar corpo a um “Império do Brasil”.

Estabelecida a presença de um Império, era preciso localiza-lo no tempo, no espaço, delinear-lhe para dentro e para fora: estabilizar uma identidade para aqueles que doravante são brasileiro e situar no globo um Império recém independente, explicando a legitimidade de sua independência. Esse processo de definição de identidade é descrito por Manuel Salgado Guimarães na relação de duas esferas distintas, que condicionaram, ao mesmo tempo, a definição de alteridades. Define-se o “outro” externo e o “outro” interno por meio de contraposições: no campo político-administrativo – “o outro externo” – a nação brasileira está contraposta às demais nações latino americanas, antigos territórios coloniais que, uma vez independentes da metrópole espanhola, fragmentaram-se em repúblicas. Em termos culturais – “o outro interno” – a alteridade se firmaria frente àqueles que não representavam a herança européia: os povos indígena e negro. Assim, a abordagem da questão indígena nas linhas da revista do IHGB, por exemplo, seria responsável pelo acesso à cultura deste Outro, inserindo-o na ordem evolutiva segundo a qual o

⁹⁸ Idem, pp 09-10

⁹⁹ Idem, p 10

¹⁰⁰ Idem, ibidem

branco possui a superioridade civilizada –característica pretendida, uma vez que, segundo o autor, a alteridade não se constrói a partir da ruptura com a metrópole¹⁰¹.

Segundo Callari, manter a ordem, objetivo dos regressistas ao qual aderem os liberais, só seria possível por meio da manutenção primeira da integridade territorial e esta, por sua vez, “só seria conseguida por meio de um esforço efetivo de se criar um passado comum para a nação uma que despontava – tarefa desempenhada pelos intelectuais do IHGB”¹⁰². Dentro dessa lógica, a Inconfidência Mineira é um evento de interpretação elástica: se por um lado pode ser desacreditado por ser republicano, por outro é um movimento nacional que corresponde a aspirações brasileiras. A revista, forneceria um “painel das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX”¹⁰³, período no qual a veia republicana emerge e causa uma reação no meio científico, na forma de textos que tentaram defender a Monarquia dos ataques sofridos.

Neste momento historiográfico a concepção clássica – em que memória coletiva e tradição se confundem – é sobreposta pela concepção moderna – cujas bases se assentam na cientificidade e na base documental – ainda que a primeira concepção se adapte às mudanças trazidas pela segunda e não desapareça totalmente. Nas palavras de Callari: “Tal concepção se coaduna perfeitamente com o propósito de estabelecer os limites do Estado Nacional, buscando exemplos no passado que legitimassem o presente e formassem os herdeiros desse Estado”¹⁰⁴.

A autora comenta a pesquisa e o recolhimento de documentos para estudiosos da posteridade. Havia um referencial segundo o qual o historiador não deve se envolver em questões contemporâneas – entretanto, ainda assim, o IHGB se envolveu em debates políticos da época. Callari comenta a postura do Instituto diante de correntes de pensamento que lhe fossem contrárias e vemos, assim, uma sinalização para a idéia de que não existiria homogeneidade no interior da instituição. A principal dissidência, segundo a autora, seria a corrente do positivismo ali delineada no final do Império: muitos membros adentravam no IHGB tendo em sua bagagem educacional influências positivistas. Contudo, Callari crê que as dissonâncias seriam resolvidas no momento em que estes representantes vanguardistas cediam à organização já montada, para

¹⁰¹ É importante atentar para o fato de que esta interpretação diz respeito ao discurso da elite imperial brasileira e não necessariamente condiz com o processo complexo de forja da idéia de nação de maneira geral. Robert Rowland nos ajuda a não incorrer neste equívoco, mostrando que tal tese está, até mesmo, relacionada a posição de um dos mais destacados membros do Instituto, Francisco Varnhagen. Rowland, Robert “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses” in Jancsó, Istvan Brasil. *Formação do Estado e da Nação*. SP Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, 2003, p 366

¹⁰² Ibidem, p 65

¹⁰³ ibidem, idem

¹⁰⁴ Ibidem, p 74

não terem suas concepções intelectuais tomadas como posições políticas discordantes. Ainda assim, apesar da busca pela imparcialidade nas discussões políticas testemunhadas pelos membros, a autora reconhece que diversas vezes o “IHGB converteu-se em tribuna política, envolvendo-se em questões contemporâneas”¹⁰⁵ como, por exemplo, na questão da separação entre Igreja e Estado, suscitada com o advento da república e abordada por diversos eclesiásticos em seus discursos de posse.

Lucia Guimarães fala de uma tendenciosidade na seleção dos fatos presentes a serem divulgados na Revista, comentando, por exemplo, as narrativas da última fase do conflito da Farroupilha, não chegaram às páginas da revista. Também enxerga coloração política nas considerações em torno do Príncipe D. Afonso, cujo nascimento e morte receberam comentários com conotações político-providencialistas. Em sua morte, os discursos aludiram às questões políticas do período, em especial “aos regionalismos que estariam afetando a integridade da única monarquia do continente”¹⁰⁶.

O século XIX foi o período em que ocorreram em grande número as viagens e expedições com objetivo científico, inseridas no projeto de conquista de território e reconhecimento das fronteiras da nação. Para Heloísa Domingues¹⁰⁷, esse é um fator que explica porque nesse mesmo período houve a discussão em torno da validade da periodização da História do Brasil, pontuada a partir da viagem de Cabral. Em 1850 o Descobrimento foi apontado pelo Imperador Pedro II como tema de discussão, que convidou os membros a refletir acerca das hipóteses de acaso ou intencionalidade.

Joaquim Norberto de Souza e Silva, Antônio Gonçalves Dias e José Joaquim Machado de Oliveira foram os principais debatedores da proposição de tema feita pelo Imperador. O resultado lido nas linhas da revista do IHGB foi uma dissidência de interpretações. Norberto, personagem participante do funcionalismo público, que chegou a participar da secretaria de negócios do Império, defendeu a idéia da intencionalidade com base no desenvolvimento científico da época. Oliveira, responde com uma postura parcialmente discordante, assumindo o acaso para a descoberta da Terra de Santa Cruz mas concordando com a finalidade colonial do empreendimento. Sobre a questão da colonização, Oliveira desenvolve críticas ao descobrimento

¹⁰⁵ Ibidem, p 75

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal O Império De Santa Cruz : A Gênese da Memória Nacional” Op. Cit.

¹⁰⁷ DOMINGUES, Heloísa M. Bertol “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX” in HEIZER, Alda ; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos “Nação, Civilização e Império nos Trópicos” Acess, pp55-75

que, segundo Domingues, justificariam “a independência do país, outro fato que foi interpretado como marco da história do Brasil” dando menor espaço para “o papel dos portugueses na história do país”¹⁰⁸.

Já Dias, que em 1851 recebera a incumbência do governo de examinar o desenvolvimento da instrução pública e recolher documentos sobre a história pátria nas províncias do norte, tendo sido nomeado primeiro oficial da secretaria dos estrangeiros, escreve algumas reflexões sobre a memória de Norberto, contrariando seus argumentos e sustentando que Cabral veio ao Brasil por acaso.

Domingues entende que as viagens quinhentistas teriam sido “reificadas” a partir da preocupação política de reconhecer o próprio território brasileiro. Das expedições que se organizaram para adentrar e estudar a natureza, desbravando e dominando territórios pouco explorados, alargando fronteiras e unificando o território, e do desenvolvimento das ciências que permitiram aprofundar o estudo do espaço geográfico, viria o questionamento das expedições de descobrimento e a reflexão sobre o avanço das ciências naquele período – não se tratando apenas de um interesse meramente historiográfico, mas possuindo mesmo o intuito de registrar as origens coloniais das regiões que passariam a ser, com legitimidade da história, Império Brasileiro. Nas palavras de outro autor, Lúcio Menezes Ferreira, vemos que mais do que uma questão de reconhecimento do próprio território com o objetivo de se estabelecer uma identidade, o tratamento da geografia da nação também envolveria uma questão política – em especial no período de que tratamos. Afirma ele:

“se a demarcação das fronteiras por meio da argumentação histórica abre uma zona escura de dúvidas hermenêuticas, se os arquivos das ações políticas pretéritas não asseguram, *stricto sensu*, a legitimidade dos contornos geográficos, há que escrutinar a natureza. Instalar-lhe um inquérito cerrado. Congregar olhar e discurso a fim de se registrar, no presente, a materialidade do espaço e de suas populações. Desbravar os espaços limítrofes e áreas desconhecidas, os sertões que se supunham com acanhadas povoações e dilatadas matas, tais como a Colônia do Sacramento, na região do Prata, a fronteira com a Guiana Francesa, ao Norte, e a fronteira oeste de Mato Grosso, locais onde os conflitos datavam do período colonial”¹⁰⁹

A relação entre tais questões de Estado e a composição da história fica, então, visível pela maneira como os assuntos são discutidos, bem como pela seleção de determinados temas.

¹⁰⁸ Ibidem, p 65

¹⁰⁹ FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial” in: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 13 no. 2 Rio Janeiro. Abril/Junho 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200005&lng=en&nrm=iso.

Wehling procura demonstrar que o historicismo foi uma influência intelectual de destaque – embora, podemos pensar, não a única – nas origens do IHGB, atribuindo coerência ao discurso dos fundadores e “articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período” ¹¹⁰. O autor também comenta o substrato do Instituto, do qual faria parte uma elite política moderada, vinculada ao “Regresso”, que se opunha à república e ao modelo neo absolutista da Restauração. O grupo recusaria soluções liberais radicais perigosas à propriedade territorial e sua liderança política; destas podemos citar como exemplos as ameaças concretas da Cabanagem, Balaiada, Sabinada e Farroupilha, movimentos que tinham por objetivo redefinir o papel das instituições políticas e as relações de poder entre a corte e as províncias.

A ação desta elite reforçou a autoridade central e a monarquia constitucional, e a fundação do IHGB se insere nesse período. A reconstituição da história pátria é colocada como alicerce de consolidação do ideal nacional. A idealização do passado brasileiro e das riquezas naturais nos artigos da Revista demonstrariam o sucesso da formula nacionalista - romântica no Brasil, ainda que, segundo Wehling, apresente como especificidades o antilusitanismo e anticolonialismo. Para o autor, a fórmula romântica nacionalista de origem européia foi bem-sucedida no Brasil, embora demonstre contradições. A mais importante influência para a teoria histórica do IHGB teria sido o historicismo, que deu às demais linhas de influência corpo e moldagem.

Em geral, os autores que se dedicaram a observar o Instituto foram unânimes em ressaltar seu relacionamento com o Imperador, com a política imperial. Perceberam que essa aproximação seria capaz de deixar marcas indelévels na produção historiográfica daquele núcleo. Entretanto, a maneira como os temas históricos e geográficos possuíam muitas vezes enfoques políticos a lhes lançar luz não foram profundamente explorados, embora tenham sido ocasionalmente sinalizados.

Com efeito, outras questões políticas do período viriam à tona na revista, como a questão da mão de obra escrava – e seu papel no ambiente social brasileiro –, que na década de 1840 era discutida pelas decorrências do acordo de reconhecimento da Independência do Brasil com a Inglaterra, que impunha que se legislasse a respeito do tráfico para pôr-lhe termo. Todo o histórico de debates para o fim do tráfico, desde o início do século, teve repercussões na revista. Não obstante não terem sido publicadas memórias a respeito em determinados momentos, nas atas aparecem indicações sobre o assunto, que dão sinais de sua importância para o período. O

¹¹⁰ WEHLING, “Historicismo e Concepção de História nas Origens do IHGB”, in Wehling, Op.Cit, p 45

fato de apresentarem trabalhos sobre o tema – ainda que fossem guardados para momentos mais oportunos – demonstra mais uma vez que a ausência de polêmica e de envolvimento com palanques políticos pretendida pelo IHGB – e, diga-se, acordada por parte da historiografia que se ocupou do Instituto – não se confirma. Em 1839, por exemplo entra em debate na ordem do dia um ponto sobre a introdução dos africanos no Brasil, com a leitura de um texto por Silvestre Rebello. No mesmo ano, o desembargador Pontes sugere para tema de discussão “Se os escravos no Brasil são tratados com maior ou menor cuidado e humanidade do que nos outros países, que tem escravos”; que em 1840 o presidente do IHGB daria para que o Visconde da Pedra Branca desenvolvesse uma memória. Em 1844, João Diogo Sturz enviaria de Londres diversas obras e jornais modernos escritos em inglês e alemão contendo artigos sobre o Brasil, colonização e tráfico de escravatura. São repassadas ao desembargador Pontes, para que ele faça uma exposição do que nelas há que se possa ser traduzido e publicado.

Também transpareceu discussão sobre a participação inglesa no Brasil, especialmente à época do Bill Aberdeen – que concedeu à Marinha Britânica direitos de apreensão de quaisquer navios envolvidos em tráfico negreiro, em qualquer parte do mundo. Em novembro de 1845 Cunha Barbosa ofereceu o texto *Representação que a sua Magestade Imperial dirigem os negociantes da praça da Bahia, queixando-se das violências que soffrem os navios brasileiros dos cruzadores ingleses na costa d’Africa*, e Limpo de Abreu, então ministro de Estado dos negócios estrangeiros, deu para a biblioteca do Instituto um folheto com protesto feito em nome e por ordem do rei contra o ato do Parlamento britânico que sujeita ao julgamento pelos tribunais ingleses os navios brasileiros que fizerem o tráfico de escravos.

As relações com os ingleses no período de que tratamos neste capítulo e nos seguintes é bastante relevante. Ocorria uma controvérsia que envolvia interferência externa e soberania nacional. E, devemos lembrar, as relações entre Império Brasileiro e Inglaterra podem ser estudadas à luz da relação herdada deste país com Portugal. Houve diversas tentativas inglesas para coibir o tráfico português de escravos desde 1808. Segundo Alan K. Manchester, este seria o motivo do atrito “mais sério jamais ocorrido entre a Inglaterra e a América portuguesa”; o problema teria perturbado “as relações anglo-portuguesas durante a estadia de D. João no Rio, e contribuiu para o crescimento do sentimento separatista e republicano nas províncias de Pernambuco e Bahia”. Também se tornou uma condição fundamental para o reconhecimento da nação pela Inglaterra, interferindo com tal força nas relações entre o dois países no intervalo de

1827 a 1842, “que frustrou todos os esforços da Inglaterra para renovar o tratado comercial negociado como o preço do reconhecimento da independência brasileira” ¹¹¹. A situação culminaria com a ruptura das relações diplomáticas com o governo britânico por parte do Brasil. Segundo João Eduardo Scanavini, “as pressões diplomática e marítima exercidas pela Inglaterra sobre o governo imperial contra este tipo de comércio constituem o argumento mais recorrente na história do tema” ¹¹².

Tais são as formas pelas quais as atas expressam os momentos políticos da década de 1840, deixando entrever a fluidez entre a esfera intelectual e a política. Como poderemos ver nos próximos capítulos, muitas intervenções fizeram com que o material discutido nas sessões fosse mais claramente próximo aos problemas do ambiente político. Por um lado, devido à importância de algumas questões que foram tratadas, diversos textos terminaram por ser publicados ou, no mínimo, foram debatidos por outros participantes. Outros artigos terminaram por ser guardados devido ao seu potencial controverso.

No que diz respeito ao passado português e sua presença no Brasil – tema por excelência para demonstrar a fluidez entre esfera intelectual e política – a historiografia sobre o IHGB mencionou-o transversalmente – comentando apenas circunstancialmente a abordagem dos sócios do assunto, conforme ele surgia nas páginas da Revista. Lilia Schwarcz, por exemplo, para quem os artigos da revista do IHGB eram redigidos em tons de exaltação, marcando a imagem do historiador como figura de patriotismo, menciona a criação de “marcos de consagração, momentos de afirmação de figuras de destaque ou da própria nacionalidade” ¹¹³. Os sócios entenderiam a legitimidade do trabalho do historiador condicionada à temporalidade do evento que ele analisa: quanto mais remoto o fato selecionado para mais confiável a análise do historiador. O grande número de artigos sobre história colonial detectado pela autora confirmaria essa interpretação, e também demonstraria o interesse em estabelecer mitos de origem conformadores da identidade nacional. Os temas do Descobrimento do Brasil e da Independência de 1822 seriam bases nas quais o Instituto marcaria o estabelecimento da nacionalidade e a simultânea formação cronologia da história nacional.

¹¹¹ MANCHESTER, Alan K “Preeminência Inglesa no Brasil” São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 144.

¹¹² SCANAVINI, João Eduardo “Anglofilias e Anglofobias: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826-1837)”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História – IFCH – Unicamp. Campinas. Fevereiro/2003, p 25.

¹¹³ SCHWARCZ, *Os guardiões de nossa história oficial* Op. Cit, p 20

Um estudo pormenorizado acerca do papel do elemento lusitano para a História do Brasil do IHGB, entretanto, pôde se apresentar como um rico manancial para verificar não apenas o encaminhamento do processo que transformou eventos como o Descobrimento, a Colonização e a Independência em temas históricos de fundação da nação brasileira; mas também deixar vislumbrar que, durante este processo, tais temas receberam significados políticos não raro conflitantes de acordo com os problemas contemporâneos. Tiveram interpretações nuançadas conforme as tendências do estudioso que sobre o assunto falava e/ou o período em que seu trabalho se inseria. Assim, alguns trabalhos e documentos publicados na Revista e as atas das sessões são fontes para dar a compreender as preocupações políticas dos sócios, engendrando, para além da história ou a memória nacional – objetivadas pelo IHGB – fonte para compreender o lugar de onde falavam aqueles indivíduos: entre a sala das reuniões e o paço imperial – e apesar do esforço pela imparcialidade.

O papel do português na História do Brasil perpassará a identidade territorial do Império Brasileiro, que poderia ser resguardada através da demonstração da administração lusitana e de sua preocupação em ocupar, conhecer e defender suas regiões coloniais de incursões estrangeiras. Ao mesmo tempo, contudo, por vezes pode parecer necessário relativizar e até mesmo minimizar a importância deste empenho, como forma de não legitimar direitos que os portugueses de origem possam querer manter. Em outras circunstâncias, em especial a partir de 1870, quando a monarquia passa a ser alvo de críticas, a Colonização portuguesa recebe atenção, como forma de verificar a origem de determinados problemas que estavam sob forte discussão naquele momento – a escravidão, por exemplo. Há, portanto, modificações de interpretações que sinalizam condições diferentes de cunho político.

Na verdade, alterações de concepção e interpretação causariam mudanças até mesmo na maneira como a história em si era pensada – ou o papel do Instituto neste pensar. Nos primeiros anos de vida do IHGB, por exemplo, foi possível pensar em se criar uma história do presente, que formaria a fonte para historiadores futuros compreenderem aqueles tempos. Lucia Paschoal Guimarães compreende este esforço como um caminho paralelo entre a criação de um passado comum à nação que se formava e o desenvolvimento de uma imagem projetada para o futuro. Ela comenta a figura do Dr. Diogo Soares da Silva Bivar, cronista oficial, que escreveu sobre acontecimentos heterogêneos, passando depois a selecionar fatos de caráter político, em especial os que se referiam aos sucessos do governo.

O projeto de erigir a memória do presente era contemporânea à criação do IHGB. Em 1839, Cunha Barbosa propôs que fossem nomeados dois sócios para se fazerem uma espécie de Efemérides, notando diariamente os fatos que mais interessassem a história do Brasil. Foi aprovada, Moncorvo foi encarregado dos fatos ocorridos de 1º de maio em diante e Mariz Sarmento dos que se passaram de 1º de janeiro até o fim de abril do ano corrente. Em 1840, José Clemente Pereira propôs a composição de um livro de título *Chronica do Senhor D. Pedro II*, e que se nomeasse uma comissão de cinco membros encarregada de coligir e coordenar os fatos mais notáveis ocorridos durante o ano para os apresentar na sessão anual comemorativa. Por ocasião do aniversário da Aclamação de Pedro II em abril de 1842, comenta-se na ata de uma sessão que o conselheiro José Antonio Lisboa fez leitura de um discurso, diante do imperador. Dentre as palavras do discurso, falava-se que a homenagem mais transcendente que aquele núcleo poderia fazer a Pedro II seria traçar “com severa penna” de historiador “fiel e imparcial” os atos de seu governo – “a sabedoria dos seus Concelhos; a justiça, a prudência, a benignidade da sua administração; sua prestante e efficaz protecção ás Sciencias, ás Lettras e ás Artes”; estes elementos seriam “objecto dos cuidados e assíduos trabalhos do Instituto, para serem um dia transmittidos á mais remota posteridade”¹¹⁴.

A criação da imagem pública de D. Pedro II pode ser vista como parte do projeto de construção nacional, contando com representações feitas de acordo com o período do reinado. Uma dupla legitimação se dava por meio da mescla entre passado e presente na sua figura: tratava-se de um representante da linhagem monárquica lusitana ao mesmo tempo em que era um representante nascido em solo brasileiro – a questão da imagem de Pedro II será fundamental para a polêmica da presença portuguesa.

Entretanto, o esforço objetivo em redigir essa memória de Pedro II não foi constante durante o Império. Tendo sido abandonado, anos depois seria retomado de maneira indireta. Em 1863, um sócio sugeriria que se escrevesse a história do presente, a composição de um livro que daria conta de tudo o que se referisse nos assuntos políticos, religiosos, internacionais, as lides dos partidos políticos. Sua sugestão é recusada, sob alegação que o Instituto não poderia assumir uma tarefa de tal perfil, sem estar sob pena de parcialidade e desconfiança. Que explicações ajudam a entender as mudanças ocorridas entre 1839, data em que a história do tempo presente fora uma sugestão possível, até 1863, de maneira que os eventos contemporâneos tornaram-se um

¹¹⁴ “Sessão de 21 de abril de 1842”, in *RIHGB*, Tomo IV, 1842, p. 215

lugar de conflitos, de forma a serem evitados objetivamente? Esclarecimentos teóricos e políticos se combinam para, ao menos, começar a entender o encaminhamento deste tipo de mudança. É buscando observar este encontro, dado não raro com choques e dissidências, que desdobraremos nossas análises a seguir.

Capítulo II – Erigindo a unidade histórica e política da nação

O período inicial da publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro corresponde aos derradeiros anos da Regência e início do Segundo Reinado. Neste momento acontecem rebeliões que marcam a transição entre o governo de Pedro I e o de seu filho bem como o anterior processo de Independência. Há uma atmosfera de instabilidade bastante presente. A lembrança ainda efervecente ou a convivência com levantes contemporâneos, o temor diante da possibilidade de caos político e fragmentação transparece nas páginas da RIHGB, por exemplo, na forma de exposição de históricos de tratados de limites, com ênfase para viagens e reconhecimentos de territórios ainda não completamente explorados, organização de documentos para a condução da política externa e interna, memórias históricas e cronológicas das províncias, resgate de personagens e eventos do período colonial e, principalmente, na legitimação da Monarquia como o elemento necessário para a fundamentação da unidade nacional.

Como se sabe, vemos, concomitantemente, o ensaio da sistematização de uma História Nacional, objetivada pelo IHGB. Há um equilíbrio tênue ¹¹⁵: privilegiar os direitos da Coroa, entendida como brasileira vs sua ligação com Portugal. Dessa maneira, na construção de uma história e geografia referenciais, as representações e comentários sobre os portugueses e a Colonização estão permeados por duplo cuidado: pautar e fortalecer a individualidade da monarquia e ao mesmo tempo apresenta-la como autêntica e histórica defensora do território legado pelo passado colonial. Em outras palavras: é preciso, em nome da legitimidade, demonstrar que a monarquia é filha de uma administração anterior competente, pioneira em descobrimentos, que se animava na proteção do território a favor da civilização, contra possíveis usurpações e legou, inclusive, a semente da organização correta e gloriosa das terras e da sociedade: Pedro II.

A defesa do português como industrioso, zelando pelo território e estrutura da sociedade que viria a ser brasileira transparece, por exemplo, na publicação de um documento em 1848, no qual é relatado um dos conflitos entre portugueses residentes no Brasil e “brasileiros”. Escrito em

¹¹⁵ Como as contribuições que comentaremos adiante, que situam e identificam no passado colonial as origens da nação, “tendência consagrada pela linhagem historiográfica varnhageniana, respaldada pelas atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e retomada por historiadores republicanos”. SILVA, Ana Rosa Cloclet *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp. 2006, p. 20

1707, a *Representação dirigida a El Rei d. João V pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro acerca do procedimento que contra eles tinham os filhos da terra nas eleições dos oficiais do Senado da câmara*, é queixa dos filhos do Reino de que estavam excluídos do processo eleitoral pelos filhos “d’esta terra” “sem mais causa do que a má vontade que lhes têm”¹¹⁶.

O autor, André Lopes de Lavre, apresenta os filhos de Portugal, residentes no Rio de Janeiro, como cidadãos que viveriam “com todo o luzimento à lei da nobreza”, e seriam “da dita cidade já compatriotas por se acharem nela casados com filhas e netas de cidadãos”¹¹⁷. Não obstante, os “filhos da terra” procurariam ser árbitros perpétuos do magistrado dela não por zelo mas por ambição, por interesses particulares, embaraçando as eleições com embargos. Os reclamantes, “irritados de ver tão escandaloso procedimento”, escandalizados por “não poderem (...) ter voz ativa nem passiva nas dependências do governo da republica”¹¹⁸ visavam remediar tais problemas e estabelecer precauções para o futuro¹¹⁹. Reclama, por fim, da oposição dos “filhos da terra aos suplicantes” somente por estes serem portugueses, “quando se os suplicados desandarem alguns passos atrás, hão de achar que os seus antepassados não puseram os pés n’aquella cidade com mais nobreza do que levavam os suplicantes”¹²⁰.

Para que a queixa apresentada ganhasse contornos mais nítidos, o autor compara a atitude cotidiana dos filhos da terra e dos filhos dos reinos, mostrando estes como competentes, leais ao soberano, bons pagadores, bons cristãos, construtores, hábeis fazendeiros. Aqueles, em contrapartida, sequer responderiam prontamente a ataques, não se esmerando na defesa da terra. Seu governo, da mesma forma, é descrito como ruim e desordenado, repercutindo no trato da cidade. Diante disso, os suplicantes “(...) zelosos do bem comum da cidade, lhe notam estas faltas, e murmuram aqueles defeitos, e por isto os suplicados lhes são opostos (...)”¹²¹.

¹¹⁶ “Representação dirigida a El Rei d. João V pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro acerca do procedimento que contra eles tinham os filhos da terra nas eleições dos oficiais do Senado da câmara” in RIHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial: 1848, T. X, p 108

¹¹⁷ Idem, ibidem

¹¹⁸ Idem, p 113

¹¹⁹ Por meio da representação, pedem que seja mandado por provisão real “que em todas as eleições do senado da câmara d’aquella cidade do Rio de Janeiro sejam, três eleitores dos cidadãos filhos da terra e outros três cidadãos filhos de Portugal” [idem, p. 115]; e que nos pelouros da mesma forma a proporção seja esta.

¹²⁰ Idem, ibidem

¹²¹ Idem, ibidem

A escolha deste documento para publicação registra uma questão candente na política do Império – possivelmente remanescente do período colonial, como sugere esta fonte ¹²² – que se agrava sobremaneira nas primeiras décadas de existência da nação: os conflitos entre portugueses e brasileiros ¹²³. Entretanto, se em princípio parecera um relato destes conflitos tão somente, é preciso anotar que sua publicação na RIHGB pode estar relacionada ao fato de que funciona como registro da envergadura, moralidade e correção de comportamento, além de esforço de conservação e manutenção do território feitas pelos portugueses no Brasil, desde a época colonial. Se os aparelhos de Estado e muitos outros elementos foram herdados de Portugal, e se a sociedade brasileira ainda se encontra permeada por membros lusitanos – além de, conforme Lavre mesmo recordaria, ter origens no Reino –, a leitura do documento sugere a excelência destes representantes e sua utilidade no Brasil: na administração, no meio social, na organização da sociedade e até mesmo na religião. Em outras palavras, a publicação deste texto na Revista caracteriza um tipo de interpretação para a história do Brasil, na qual participa um argumento de defesa, um endosso da atuação positiva do português na vida brasileira: esta seria, em suma, necessária; sem ela, o Brasil não poderia existir e não teria se estruturado verdadeiramente. Além disso, tais portugueses, sagazes e diligentes, uma vez em território brasileiro, tornar-se-iam dedicados a este espaço; ocupados em engrandecê-lo – parte dele. Tal representação dos portugueses encontra-se em harmonia com uma imagem para a monarquia, cuja legitimidade e força política ainda eram tênues.

A constituição de uma história científica ocorre em paralelo à utilização política, na construção de idéia de nação. Segundo Temístocles Cezar, “dentro do Instituto não parece haver

¹²² À época da escritura desta Representação, ocorria em Minas Gerais uma disputa entre paulistas, descobridores do ouro na região, e indivíduos que, sabendo das descobertas, partiram do litoral e metrópole, forçando uma concorrência que os paulistas hostilizavam por considerarem-se pioneiros e detentores de privilégios sobre a mineração e sobre o trato comercial da região. Os dois grupos rivais teriam apelado para o apoio da Coroa, o que, segundo Carlos Guilherme Mota, teria colaborado para que esta firmasse sua autoridade sobre as regiões desbravadas. MOTA, Carlos Guilherme *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008. Ainda, sobre este enfrentamento, cf. BOXER, Charles R. “Paulistas e Emboabas” *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 87-100; ROMEIRO, Adriana “Os rumores na Guerra dos Emboabas” in FURTADO, Júnia Ferreira, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. SP/BH: Annablume, FAPEMIG, 2005.

¹²³ Iara Lis Carvalho Souza chama atenção para a necessidade de cautela quando se trata da oposição entre “metrópole e colônia”, “entre portugueses e brasileiros”, quando analisa a questão das Cortes de Lisboa, uma vez que havia, então, “brasileiros íntimos com o comércio português e suas formas de governo e vice-versa, portugueses enredados com os bens e negócios no Brasil”. A autora prefere que se estabeleça as especificidades históricas em que aparecem, o que demonstra cuidado no tratamento deste antagonismo. SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 118.

uniformidade discursiva; a história tal como a nação, também está se constituindo” ¹²⁴. Neste sentido, para Cezar, a escolha da história colonial seria política, mas também epistemológica. Se havia a necessidade de proteger os indivíduos que possivelmente ainda seriam vivos à publicação de trabalhos historiográficos sobre eventos contemporâneos, também não era desejável metodologicamente se fazer a história do imediato pois nasceria sob o “signo da desconfiança” ¹²⁵ e colocaria em cheque a imparcialidade e a objetividade do historiador. Isso explicaria as tentativas tímidas de se fazer história do presente.

Entretanto, Cezar localiza na historiografia do período colonial traços de esquecimentos, que confeririam um sentido histórico à historiografia brasileira. Poderíamos pensar que estas ausências – bem como algumas “presenças” –, voluntárias e/ou fruto de perguntas que se fizera ou não de acordo com a historicidade, talvez se constituam em lugares nos quais escolhas políticas não só acontecem, como sinalizam/determinam idéias, interpretações, temas, imagens – compondo uma história duplamente ancorada no contemporâneo: ao passo em que é mestra para o presente, é também composta por ele, não se furtando em, por vezes, apresentar-se agudamente política e crítica.

Neste capítulo veremos de que maneira e em que situações os problemas políticos contemporâneos escapam da tentativa de silenciamento e emergem nas sugestões temáticas ¹²⁶, apresentações de memórias, doação de documentos – e, dessa forma, inserem-se nas pautas daqueles anos. São passíveis de localização as dissonâncias e possibilidades (a)diversas que perpassam este processo, em especial nas atas das sessões. Aqui, as questões políticas que talvez pudessem ser disfarçadas nas demais páginas da publicação, por meio do arquivamento de materiais polêmicos, aparecem sem tantos retoques. Estes registros nos dão mostras de que a construção desta história e as representações a que nos dedicamos a localizar não se dão sem discussões – resultantes, por um lado, do fato de que o próprio estatuto da história está a se formular; por outro, indubitavelmente, pelas linhas políticas que entrecruzam o tecido historiográfico do IHGB.

¹²⁴ CEZAR, Temístocles “Presentismo, Memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista” in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, Linguagem, Objetos. Leituras de História Cultural*. Bauru, SP, EDUSC, 2004, p. 58

¹²⁵ Idem, p. 63

¹²⁶ Lucia Paschoal Guimarães indica, também, que o registro das sugestões serve como pista “para se descobrir quais os assuntos que mais despertavam atenção daqueles letrados”. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal “Debaixo da imediata proteção de SUA Majestade Imperial” in *RIHGB*, RJ, 156 (388) jul/set. 1995, p. 537

Nas atas veiculadas na Revista podemos verificar a validação de escolhas temáticas ou a indicação de referenciais teóricos, o que colabora para uma compreensão dos procedimentos do trabalho ali utilizados. Nos primeiros anos, há uma tentativa de decidir métodos de abordagem e organização da história e geografia, como na discussão acerca da periodização histórica brasileira, ocorrida a partir dezembro de 1838, envolvendo trabalhos escritos por Cunha Mattos, Lino de Moura, José Silvestre Rebello, da qual também tomaram parte Dr. Maia, Visconde de São Leopoldo, Pedro Bellegarde e Rocha Cabral, dentre outros. Esta discussão se estendeu por várias sessões e anos, culminando com o programa *Qual a melhor maneira de se escrever a História do Brasil*, vencido por Carl Friedrich Philipp von Martius, em 1847.

De fato, para nos debruçarmos sobre a construção nacional brasileira realizada no século XIX, de forma geral, o papel significativo de Friedrich von Martius deve ser visto ¹²⁷. Em seu texto percebemos uma análise sobre a empreitada colonizadora dos portugueses envolvendo uma visão mais favorável ao seu papel. Também, o fato deste texto ter sido premiado é demonstrativo do tipo de trabalho considerado interessante. Nas décadas seguintes, por vezes veríamos algumas tentativas de dar corpo a esta história – que o próprio vencedor do programa não realizou. As sugestões do viajante naturalista bávaro ¹²⁸ parecem indicar um conjunto de princípios e diretrizes “norteadores de como se pensar uma história nacional no Brasil” ¹²⁹.

1. “Como escrever a História?” – Martius e o programa do IHGB

A dissertação de Martius foi escrita como resposta à solicitação publicada no tomo 2º da RIHGB, que sugeria a composição de uma História do Brasil. Sinaliza, inicialmente, que aquele que se encarrega da missão de escrevê-la devia levar em consideração “os elementos que aí

¹²⁷ GUIMARAES, Manoel Salgado *Historia e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Oct. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 12 May 2009. doi: 10.1590/S0104-59702000000300008. Também cf. LISBOA, Karen Macknow, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹²⁸ Segundo Amílcar Torrão, não causaria espécie o fato de que um viajante tivesse escrito uma metodologia da história para uma nação em vias de “civilização” na América, “pois esta possibilidade já estava dada no caráter reformista, filantrópico e propositivo que tinham praticamente todas as narrativas de viagem”, todas elas preocupadas “com o progresso da civilização no Brasil, cuja face indistinta tanto lhes assustava”. TORRÃO FILHO, Amílcar *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: 2008. p. 251

¹²⁹ GUIMARAES, Manoel Salgado *Historia e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*, ibidem

concorrerão para o desenvolvimento do homem”. Tais elementos seriam de natureza diversa, e estavam relacionados às diferentes etnias – raças: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica” A partir do encontro destas e de suas relações, que provocaram mudanças, teria se formado “a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”¹³⁰.

Cada qual das raças viveria um movimento histórico característico e particular, segundo sua “índole inata” e as circunstâncias “debaixo das quais ela vive e se desenvolve”. Assim, sendo, o povo que surge do encontro e contato de grupos humanos tão diferentes, teria uma história desenvolvida “segundo uma lei particular das forças diagonais”; Martius toca então no “tema da convivência harmônica das raças” que termina por se delinear como “questão central desta história brasileira”¹³¹. As especificidades dos grupos, suas características morais e físicas, concorrerão de maneira diferente e especial na formação do grupo novo, de maneira que suas contribuições serão tanto maiores quanto o for a influência, “quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças”.

O português é considerado como aquele que necessariamente mais contribui, sendo o descobridor, conquistador e senhor, dando “as condições e garantias morais e físicas para um reino independente”. Ele é, portanto, “o mais poderoso e essencial motor”, ainda que o autor faça a ressalva de que as demais forças também tomem parte:

“seria um grande erro para todos os princípios da historiografia-pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”¹³².

A relevância dada aos grupos dos indígenas e negros considera também o fato de que eles teriam provocado reações na “raça predominante”. Isso não pode ser ignorado, ainda que o autor reconheça que “brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia”. Na participação dos dois grupos fomentava-se “um novo estímulo para o historiador humano e profundo”¹³³.

¹³⁰ MARTIUS, Karl Friedrich Philip von, “Como se deve escrever a história do Brasil”, RIHGB Vol. 219, abril-junho, 1953, p 187

¹³¹ GUIMARAES, M.S. *Historia e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação* Op. Cit.

¹³² MARTIUS, OP. CIT, p 188

¹³³ Idem, ibidem

Para Martius, é possível perceber na história do mundo que o gênio que conduz por bons e sábios caminhos muitas vezes lança mão do cruzamento de raças para atingir fins maiores na ordem do mundo. Como exemplo disto, cita a nação inglesa, que “deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando!”. A união de povos que possuam individualidades, índoles e físicos inteiramente diversos pode formar uma nação “nova e maravilhosamente organizada”.

A Providência teria predestinado o Brasil a esta mescla; o português absorverá as confluências menores do indígena e do negro. Martius sugere que se aprecie a participação do indígena e do negro segundo “seu verdadeiro valor”, permitindo-se não atentar à sua cor ou “desenvolvimento anterior”. Essa seria uma tarefa importante para que o historiador pudesse fazer um trabalho sério e verdadeiro. A maneira como a sociedade brasileira fazia conviver estes três grupos era marcante a tal ponto que Martius julga que determinaria “o desenvolvimento da nacionalidade brasileira”, em especial se pensada em comparação à forma como esta vivência era operada em outras partes do mundo. No Brasil, a convivência dava a possibilidade de aperfeiçoamento das três raças: “Esta reciprocidade oferece na história da formação da população brasileira em geral o quadro de uma vida orgânica”.

Martius retoma o período do Descobrimento, lembrando que as colônias mais antigas puderam se desenvolver e estender quase sem contato com os autóctones. A influência que teriam verdadeiramente exercido seria na pressão e ameaça de invasões hostis, resultando na instituição de defesa do sistema de milícias – relevantes por dois motivos. Em primeiro lugar, na medida em que fortaleceram e conservaram “o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento, e extensão do domínio português”. Em segundo, colaboraram para instituições livres, “e até desenfreamento dos cidadãos capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas, e poderosas ordens religiosas”¹³⁴. Martius situa aqui a capacidade dos portugueses que os fez vencer as incursões estrangeiras.

Quando se estabelecia no Brasil, o português, para Martius, abandonava, de certa maneira, direitos em relação ao monarca e a Portugal – esta idéia aparece em algumas análises de sócios. Nisto reside o motivo pelo qual os colonos jamais abriram mão das armas, estando sempre prontos a combater, dirigindo-se sempre em diferentes pontos do litoral e rumo ao interior, “aonde ninguém reconheciam acima de si, venciam aos índios à força (...) ou induziam-nos com

¹³⁴ MARTIUS, Op. Cit, p. 194

astúcias para servi-los”¹³⁵. Em outras palavras, a possibilidade de invasão de indígenas forçou uma tomada de postura por parte dos portugueses para um perfil guerreiro, o que contribuiu para a descoberta do interior do país, e para a extensão do domínio português.

As primeiras viagens ao interior eram incursões para escravização de indígenas, ou objetivavam a descoberta de riquezas minerais. Diante disto, Martius afirma, comparando a empresa colonizadora daquele período com aquela que ocorria no momento em que escreve:

“Não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os primeiros fundamentos do atual Império, segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização. Hoje em dia as colonizações são, com poucas exceções, empresas de particulares, e nascem quase exclusivamente da necessidade de trocar uma posição pobre e apertada, por outra mais livre e agradável”¹³⁶.

O objetivo de trocar de situação socioeconômica não apareceria como mote principal dentre os colonizadores e desbravadores portugueses. Para Martius, o que aqueles faziam era antes “uma continuação dessas empresas afoitadas e grandiosas, dirigidas para a Índia, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo; essas empresas que tornaram a nação portuguesa tão famosa como rica”. Não trilhavam também um caminho, empurrados por crises religiosas, como foi o caso da Inglaterra.

“(...) ele era antes uma conseqüência das grandes descobertas e empresas comerciais dos portugueses sobre a costa ocidental da África, do Cabo, Moçambique e Índia (...)’

‘Com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses”¹³⁷.

Martius ressalta, portanto, a necessidade de se associar na historiografia o processo do Descobrimento do Brasil ao movimento comercial universal do momento: o contexto europeu precisava ser levado em consideração e mesmo as possessões orientais mereceriam discussão, se houvesse interesse em “conhecer bem as molas que promoviam a emigração das populações européias para a Índia e o Novo Mundo”¹³⁸. O autor verifica, ainda, a necessidade do historiador brasileiro de traçar um quadro sobre os costumes do século XV, posto que o português descobridor, desbravador e colonizador seria um homem típico daquele período. Assim

¹³⁵ Idem, ibidem

¹³⁶ Idem, ibidem

¹³⁷ Idem, pp 194-195

¹³⁸ Idem, p 195

procedendo, tornaria-se possível descrever os homens da maneira como saíram de Portugal a cruzar o oceano: o português que emigrava para o Brasil, levando consigo “aquela direção de espírito e coração que tanto caracteriza aqueles tempos”; sendo ele mesmo “exemplo do efeito imediato do scisma de Lutero, em numerosos conflitos porém com a Espanha e mais partes da Europa” ¹³⁹.

Consequentemente, o historiador precisaria estudar a história de Portugal, legislações e situação social ¹⁴⁰. Com isso, devia objetivar “mostrar como nela se desenvolveram pouco a pouco tão liberais instituições municipais, como foram transplantadas para o Brasil” ¹⁴¹ e de que forma foram melhoradas no Atlântico. Neste tópico entram assuntos eclesiásticos e monacais, considerando-se o jesuíta, dentre os representantes das ordens religiosas, como o que teve papel mais importante. Suas construções seriam os únicos monumentos grandiosos que permaneceram daquele tempo, assim como “instituições suas há que até o presente não desapareceram inteiramente, nem perderam certa influência” ¹⁴². As missões deram-lhe ferramentas para conhecer a vida dos índios, de forma que todas as ordens tiveram atividades algo favoráveis ao Brasil, colaborando na instrução e civilização para “um povo inquieto e turbulento, na proteção de oprimidos contra os mais fortes” ¹⁴³. A oposição feita pelos colonos às ordens era fruto do conflito de interesses e o governo português, para o autor, foi, em geral, vigilante no que diz respeito à participação das ordens junto à população, cuidando dos direitos da coroa.

Para estudar a vida colonial, muitos detalhes precisam ser lembrados: o manejo da economia e o comércio e que também seria interessante verificar onde e como os colonos introduziram determinadas lavouras e flora, vindas de fora; também como se desenvolveram as navegações, construção naval e o conhecimento marítimo, “principalmente daqueles que foram sulcados pelos portugueses”. A idéia é a de que o historiador tem que apontar precisamente o

¹³⁹ Idem, p. 196

¹⁴⁰ Até mesmo o estudo das letras ligado à “mãe-pátria” foi considerado útil, observando-se “o método de ensino” do Brasil e o “grau de instrução obtido por ele”. Por isso: “pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica e todas as mais ciências em Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas no resto da Europa, e apontar qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil.” Idem, p. 198

¹⁴¹ Idem, p. 196

¹⁴² Idem, p. 197

¹⁴³ Idem, p. 197

caminho que da colônia levou ao presente, e qual o papel de cada parte do sistema e da vida neste caminho ¹⁴⁴.

A partir das narrativas de guerra com os holandeses ter-se-ia boas fontes, inclusive para verificar a maneira como os portugueses desenvolviam as experiências militares. O mesmo não valeria para os relatos das viagens belicosas de descoberta do interior do país, principalmente aquelas levadas a cabo pelos “mamelucos de S. Paulo e suas guerras com os espanhóis, e os missionários em Paraguai”: achavam-se os “poucos documentos escritos relativos ainda sepultados pela maior parte nos arquivos das diferentes cidades e vilas” ¹⁴⁵.

No texto de Martius o encontro de elementos étnicos diferentes não aparece como um acontecimento “desfavorável”, mas sim “conjuntura mais feliz e mais importante no sentido da mais pura filantropia”. Nas palavras do autor, a maneira como a História do Brasil precisa ser considerada:

“Nos pontos principais, a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia” ¹⁴⁶.

No trecho, Martius dá indicações a respeito dos traços que se deve ter em mente ao se estudar a história do Brasil. A *individualidade* é a primeira delas, conquanto mesmo sendo em sua origem uma história de portugueses, ela sempre será terá suas particularidades – como as relações destes portugueses com negros e indígenas.

No que diz respeito à forma, em primeiro lugar, o autor lembra as obras publicadas sobre as províncias que, embora tivessem grande valor, por trazerem fatos importantes, minúcias de acontecimentos variados e bastantes, não podiam ser consideradas como corpus de uma “verdadeira historiografia, posto que se assemelhavam a crônicas em seu estilo” e narravam de maneira repetida “participações de governadores” dão citações que “nada provam” e “cuja autenticidade histórica” ¹⁴⁷ pode ser duvidosa. A extensão do território e variedade de costumes e

¹⁴⁴ A vida da colônia, para Martius, precisaria ser resgatada de maneira integral, e o historiador pragmático deveria mostrar de que maneira se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes com o reflexo da vida européia “O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o estado da igreja, e escola; levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos.”, Idem, p 198

¹⁴⁵ Idem, p 199

¹⁴⁶ Idem, ibidem

¹⁴⁷ Idem, pp. 201-202

tipos da população podiam ser uma dificuldade a mais: grandes eram as diferenças entre províncias, suas vegetações e clima até os tipos humanos. Ao historiador caberia considerá-las sem se concentrar fixamente nas especificidades de em uma ou outra.

“Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendente dos portugueses; na outra tem maior mistura com os índios; e uma terceira manifesta-se a importância da raça africana; em quanto influía de um modo especial sobre os costumes e o estado da civilização em geral. O autor que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstancias, corria o perigo de não escrever uma historia do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores”¹⁴⁸.

Para equilibrar as escolhas; o historiador cumpriria duas etapas. Em primeiro lugar, tomando o estado do país no sentido geral, conforme o que houvesse de “particular em suas relações com a mãe pátria, e as mais partes do mundo” – este elemento era um ponto de unidade. Depois, deveria partir para as partes do país, verificando o que havia de específico nelas e realçando somente aquilo que fosse verdadeiramente significativo para a história. No assim proceder, não se aprofundaria detalhadamente em cada província: seria omitido o que houvesse de repetido em todas¹⁴⁹.

A história é entendida por Martius como mestra do futuro e do presente, tendo a capacidade de difundir “entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”. Logo, a obra sobre o Brasil sugerida por Martius seguia no sentido de “despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”¹⁵⁰. Isto porque no Brasil havia pessoas envolvidas com idéias políticas imaturas: “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades” – potencial público alvo de uma obra de história pragmática; na medida em que as

¹⁴⁸ Idem, p 202

¹⁴⁹ Para tratar corretamente de cada região, era importante que o historiador tivesse conhecimento empírico delas, ou seja, que visse pessoalmente “as particularidades da sua natureza e população”. Este contato direto lhe daria propriedade nos seus escritos. A existência da diversidade não seria muito bem conhecida no Brasil, posto que houvesse poucos brasileiros que o visitaram completamente. Isso explicaria o formar de “idéias muito errôneas sobre circunstâncias locais”, que são responsáveis pelo perdurar de conflitos políticos: por não haver um entendimento do real problema em um local, não se aplica a resolução apropriada. O historiador, contudo, podia se familiarizar com as particularidades, rendendo bons frutos também no auxílio à administração. Com relação aos demais leitores gerais, caberia ao historiador não excitar interesses vivos ou tratar de detalhes do país sem um embasamento histórico e, antes ainda, uma descrição da natureza particular local.

¹⁵⁰ Idem, p 203

luzes de um trabalho científico correto contribuiria para vencer sedições equivocadas e mal pensadas.

“(...) para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexigibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos”.¹⁵¹

Era imperativo atingir coesão e união do Império, tarefa a ser cumprida também pelo historiador. Havendo “preconceitos entre as diversas províncias”, deveriam ser aniquilados por meio de uma instrução sensata, de forma a tornar cada uma das partes necessária às demais – “procurar-se provar que o Brasil (...) alcançará o seu mais favorável desenvolvimento se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia (...)”¹⁵² Esta, para Martius, seria fundamental para a união do país, de forma que ao historiador caberia traçar a genealogia de sua existência, para que ficasse clara sua legitimidade e necessidade. Demonstrar o pertencimento de todas as partes ao Império seria útil até mesmo para evitar que influências estrangeiras incutissem desacordos, objetivando seus próprios interesses. A grandeza e força do Brasil estariam em unir a sua vastidão, dar coesão às variedades e especificidades de cada lugar e cada grupo de habitantes.

O tipo de espírito que devia guiar o historiador do Império do Brasil pode ser lido no trecho: “Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”¹⁵³. Com esta idéia, Martius encerra seu texto da maneira mais coerente possível com as expectativas e propósitos dos sócios na escrita da história, que frequentemente transparecem na Revista do IHGB – como veremos adiante.

A maior parte do programa sugerido por ele possui adequação com os interesses intelectuais mas também políticos do Instituto. Como monárquicos constitucionais e prestadores de serviço à pátria, os sócios situam a valorização da figura lusitana nas circunstâncias em que há interesse de preservação do patrimônio herdado pela nação. Isso está latente na publicação de textos que relembram as invasões francesa, holandesa e inglesa dos séculos XVI e XVII. É visto, por exemplo, na memória de Antônio Ladislau Monteiro Baena, que se preocupa com os possíveis desrespeitos aos limites do Império Brasileiro: *Memória sobre a questão do Oiapoque*,

¹⁵¹ Idem, p. 204

¹⁵² Idem, ibidem

¹⁵³ Idem, p 204

oferecida em 1840 e *Memória sobre a intrusão dos franceses Cayenna nas terras do Cabo do Norte em 1836*, de 1846. Tende-se a buscar no passado colonial os feitos portugueses, para legitimar as estruturas do Império brasileiro. Nessas ocasiões, a idéia do português como elemento externo/diverso ou ainda do qual se deve dissociar não se referenda uma vez que a defesa do território e da unidade implica, na maior parte das vezes, em valorizá-lo, colocando-o como desbravador e colonizador eficiente.

2. Aproximar as províncias

O conteúdo do texto de Martius é bastante pertinente aos propósitos do grupo. A escolha deste artigo para representar o “como deve ser escrita a história do Brasil” encontra consonância com outras escolhas do mesmo período. A necessidade política da escrita da história brasileira e alguns dos traços desejados para ela podem estar sinalizados no fato de que o trabalho a respeito da periodização da história, escrito em 1838 por Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do IHGB, somente ter sido publicado em 1863. Mattos afirmava naquele texto não ser possível se escrever uma história geral do Brasil que fosse digna e crível pois a história das províncias estaria ainda lacunar. Destarte, a história do Brasil deveria começar pela estruturação da história das províncias – idéia que é contrária à proposta de Martius.

Muitas razões envolvem a escolha ou o arquivamento de um artigo, dentro de qualquer academia ou corpo editorial. Entretanto, podemos considerar como bastante significativo o fato das linhas escritas por Cunha Mattos estarem em desacordo com o interesse geral de erigir para o Brasil uma “genealogia” unificadora e capaz de dar sentido ao presente ¹⁵⁴. Ainda, poderíamos sugerir a relação entre a recusa de uma tal proposta historiográfica e o sentido político que ela poderia acarretar; no limite, talvez permitisse brechas para sugestões de autonomia e particularização para as províncias, algo não desejado neste período de levantes e conflitos; muitos deles se levantando contra Pedro I, Portugal e mesmo a Independência ¹⁵⁵. Vários

¹⁵⁴ Segundo Iara Lis Schiavinatto, a publicação de um texto era uma maneira de o IHGB manifestar aprovação, que legaria ao autor um índice social de pertencimento ao meio acadêmico. Também, a autora nos lembra que letrados de várias partes do Brasil – e, como podemos conferir pelo andamento das atas, do mundo – remetiam suas memórias – e doações de documentos manuscritos ou impressos – para o Instituto, “formando sua biblioteca, acervo e universo de referências”. SCHIAVINATTO, Iara Lis “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”. In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 627

¹⁵⁵ Isso é particularmente válido se levarmos em consideração, também que em 1821, dentre os debates envolvendo representatividade, contrato social e as modificações de relações de poder entre o centro e o todo, nas províncias

episódios ilustravam a vivência fragmentária das províncias em relação ao todo – a história organizada pelo IHGB deveria justamente dar homogeneidade ao que era mosaico ¹⁵⁶.

De fato, a existência e a preocupação com levantes e choques sociais transpareceram nas páginas das atas, na forma de oferecimento de trabalhos referidos a eles ou a outros processos revoltosos de épocas anteriores. Isto pode ser percebido em diversos exemplos. Em 12 de maio de 1839 é oferecido um folheto de autoria de Dr. João de Sampaio Vianna, sobre os fatos na cidade da Bahia nos dias 14, 15 e 16 de março de 1838 ¹⁵⁷. Ainda que narrasse uma vitória política, o texto abordava um conflito recente e ilustrativo dos problemas da Regência. Sua mera apresentação ao Instituto é significativa, ainda que por esbarrar em polêmica tão viva, não tenha sido publicado. Este também fora o caso da *Breve História da Revolução dos dias 6 e 7 de abril de 1831 no Rio de Janeiro*, de Pedro Bellegarde, que em 20 de abril de 1839 foi oferecido por Eusébio de Queirós ¹⁵⁸.

Nesta mesma sessão, Queirós apresentou uma proposta delicada, que é, curiosamente, aprovada: *Que se convidem os Srs. Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o Januário da Cunha Barbosa, afim de formarem uma comissão encarregada de colligir e escrever tudo aquillo, que possa esclarecer ao historiador sobre a gloriosa época da nossa*

brasileiras foram organizados governos provisórios sem articulação ou sujeição ao Rio de Janeiro, que adquiriram certa autonomia. Iara Lis Sousa lembra a afirmação de Roderick Barman classificando tal situação de “governo de pequenas pátrias”. Para a autora, esse processo talvez tenha contribuído de alguma forma “para a explosão de várias revoltas no período regencial, que defendiam o principio da autonomia local” [SOUZA, I. L. C., *Pátria Coroada : O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Op.Cit., p. 116]. Vale lembrar que alguns atritos se deram por conta da presença portuguesa e pelo choque de interesses econômicos corporificados na dissociação entre brasileiros e portugueses. Isso pôde ser constatado no Grão Pará, em que o grupo ligado a exportações não respondeu positivamente à Independência, retirando-se da região [RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 10 volume, Belém:Universidade Federal do Pará, 1970.]; e principalmente em Pernambuco onde o antilusitanismo se expressou em diversos momentos em forte hostilidade popular. É importante lembrar, ainda, o fato de que na região de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, houvera já em 1817 a tentativa política de se instaurar um regime à parte, que seria republicano. Por fim, o próprio processo que levou à abdicação de Pedro I e o episódio da Maioridade de Pedro II são conflituosos e envolveram distúrbios em diversas regiões, além de enfrentamentos parlamentares. [Cf. JANCSÓ, István (Org.) . *Independência: História e Historiografia*. 1a.. ed. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005; MELLO, Evaldo Cabral de *A Outra Independência: federalismo republicano de 1817 a 1824*, São Paulo: Editora 34, 2004.]

¹⁵⁶ As “peças” do Brasil, “mosaico de diferenças”, “mal se acomodavam no império emergente do rompimento com Portugal”. JANCSÓ, I e PIMENTA, João Paulo – “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira” IN: MOTA, C.G. (org) *Viagem Incompleta; a experiência brasileira (1500-2000)*. SP, SENAC, 2000, p. 174

¹⁵⁷ O folheto abordava a derrota da Sabinada, revolta regencial que, além de reivindicações locais mostrava insatisfação com a administração dos regentes e a falta de participação pública na gerência do país, tentando estabelecer uma Republica local que governasse até o momento em que o Imperador atingisse a maioridade. SOUZA, Paulo César. *A sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. VIANA FILHO, Luiz . *A Sabinada (a Republica bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938

¹⁵⁸ A Abdicação era tema que envolvia personagens e eventos ainda muito próximos, o texto seria arquivado.

Independência ¹⁵⁹. Essa sugestão parece surgir de forma algo provocativa, e decerto era sabido que não poderia ser levada a cabo jamais, uma vez que tais indivíduos, membros destacados do IHGB, naquele episódio participaram ativamente de críticas aos interesses da dinastia portuguesa e indicavam a importância de um governo liberal ¹⁶⁰. Em 1847 publica-se uma carta pessoal enviada de Porto Alegre pelo Visconde de São Leopoldo a Manoel Ferreira Lagos, contando atividades a que se dedicava. Dizia estudar sua província por considerar interessante ao Império, e que, esbarrando em dificuldades, recuou por fim:

“ (...) cansaram-me montões de obstáculos, em um paiz que por dez annos tinha supportado os horrores da guerra civil: quase tudo havia mudado, a mor parte da povoação havia emigrado e dispersado pelos Estados visinhos; (...) uma horda desmoralizada de selvagens voltaram o paiz de baixo para cima, instituições, systema de governo, em fim tudo se desmoronou (...) ; é agora que o presidente o Sr. conselheiro Galvão principia a regenerar a província ” ¹⁶¹

A maior parte dos documentos e trabalhos deste perfil terá dois destinos: serão guardados e jamais publicados; ou somente virão à prensa anos depois, conforme for conveniente em cada momento. Para Temístocles Cezar, quando um texto relacionado ao presente é publicado,

¹⁵⁹ “10ª sessão em 20 de abril de 1839”. In *RIHGB*, Tomo I, 1839, p.112

¹⁶⁰ O grupo de Ledo, do qual também são representantes importantes Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Manuel dos Santos Portugal, contava com o apoio de atacadistas fluminenses e portugueses, donos de engenho e lavouras do Recôncavo da Guanabara e Campo de Goitacazes – homens que procuravam desde o final do século XVIII, constituir fortunas e galgar espaço na esfera pública. No início da década de 1820, ocorria um cenário de luta cujo cerne, segundo Cecília Oliveira, estava no mercado interno, no equacionamento de projetos políticos diferentes, reivindicações e ambições de grupos antagônicos. Ledo e seus companheiros chegariam a se insurgir contra setores mercantis que pressionavam para a permanência do rei no Rio de Janeiro, mas também contra dirigentes e negociantes que articulavam um governo provisório chefiado por Pedro I. “Nesse momento, Gonçalves Ledo e Clemente Pereira agiam não só no sentido de intensificar as pressões para que a partida do rei fosse apressada, como pretendiam organizar no Rio de Janeiro uma junta de governo semelhante àquela que se formara na Bahia e, portanto, não aceitavam nem mesmo a presença do Conde dos Arcos e de D. Pedro, já que, a seu ver, o ‘governo provisório’ deveria ser indicado pelos representantes do ‘povo’”. OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles *A Astúcia Liberal*, Bragança Paulista: Edusf e Ícone, 1999, pp129-131.

¹⁶¹ “174ª sessão em 5 de agosto de 1847”. In: *RIHGB*. Tomo IX, 1847, p 429. A menção aos acontecimentos daquela região e à situação de dificuldade em que se encontrava explica-se pelos conflitos da Revolução Farroupilha (1835-1845). Levante federalista que ganhou contornos separatistas no Rio Grande do Sul, sua deflagração contou com inúmeros fatores econômicos, ideológicos e políticos para uma situação desfavorável à economia local, envolvendo também uma séria questão ligada à estrutura tributária do Império, em conjunto com a concorrência com a carne vinda da região platina. À idéia de que o Rio Grande sofria uma espécie de espoliação econômica vinda do poder central juntou-se um pensamento político que reivindicaria autonomia para a região, como forma de conter abusos. Por causa da maneira como os presidentes de província representavam o poder central na localidade, a luta dos Farrapos foi trazida para dentro do Rio Grande do Sul. Em 1838, foi proclamada a República de Piratini, na região, que perdurou até o fim da Guerra. [cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997; PICCOLO, Helga *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; LEITMAN, Spencer *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Trad: Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979; SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982]

verifica-se que não é responsável por colocar em risco a concepção de história em vigor no IHGB. Por outro lado, os “historiadores do contemporâneo”, ao narrar episódios muito próximos, o fariam “em nome de um certo *dever de memória* ou a partir da idéia de *responsabilidade do* historiador, concepção que começa a ser formulada”. Um exemplo emblemático seria o texto de Gonçalves de Magalhães, que começou a ser lido em março de 1847, por convite do presidente Visconde de São Leopoldo, *História da ultima rebelião em Maranhão* ¹⁶². Magalhães seria detentor de uma percepção aguda, por notar que estava presenciando e participando de algo extremamente significativo. Enviado à província do Maranhão como secretário de governo junto a Luis Alves de Lima e Silva, na expedição que se destinava a debelar o movimento da Balaiada ¹⁶³, suas observações não se constituem um problema, mas facilitaria o acesso a documentos, e legaria autoridade de testemunha, que narra o que viu.

Na verdade, podemos entender também que a conveniência do momento político é chave dentre os fatores que colaboram para a veiculação do texto. Tal idéia é sugerida por Lucia Paschoal Guimarães, quando verifica que eram guardados os documentos contemporâneos que pudessem implicar em questionamentos para as instituições monárquicas ao passo que em se tratando de interesses políticos imediatos, exceções eram constantemente abertas ¹⁶⁴. A conclusão da leitura da *História* de Magalhães, na 163ª sessão de 15 de abril, trouxe-lhe aplausos e elogios, bem como o voto para que fosse publicado – o que ocorre, pouco mais de um ano depois, no terceiro trimestre de 1848. A aceitação, contudo, não fora unânime: naquele ano, ao apresentar o relatório dos trabalhos na sessão aniversária, Manoel Ferreira Lagos, ainda que reconheça a acolhida calorosa do trabalho, bem como as qualidades de historiador e literato do autor, indica que o Instituto não estava solidário a todas as idéias apresentada. Neste ponto é importante observar que na *Memória*, Magalhães dirige críticas aos ministérios e políticos da Corte e da província, a fazendeiros, aos costumes da imprensa e ao Clero, “com grande liberdade de tom”

¹⁶² CÉZAR, Op. Cit, p. 69.

¹⁶³ Ocorrida no Maranhão, a Balaiada (1838-1841) foi um levante dado contra comerciantes e proprietários portugueses e políticos provincialistas, municipalistas (“bem-te-vis”) em que tomaram parte também hostilidades envolvendo escravos quilombolas, constituindo-se também, segundo Alencastro, em guerra racial. [ALENCASTRO, Luis Felipe “Memórias da Balaiada: Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.23, março 1989, p. 11; também cf. ASSUNÇÃO, Mathias R. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luiz, Sioge, 1988. JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Balaiada*. São Paulo, Brasiliense, 1984].

¹⁶⁴ GUIMARÃES, L.M.P. “Debaixo da imediata proteção de SUA Majestade Imperial” Op.Cit, p. 462.

¹⁶⁵. O livro produzido após a expedição, *A Revolução na província do Maranhão*, conteria ainda restrições à elite maranhense. Segundo Adriana Barreto de Souza, para Magalhães, “rebeldes e proprietários se encontravam no mesmo nível de civilização” ¹⁶⁶ e o Maranhão seria uma sociedade de “brutos” – por responsabilidade da elite. Seria necessário conhecer essa sociedade, historia-la e doma-la, colocar freios em suas atitudes. Para tanto, mesmo a guerra – tão calamitosa – poderia ser eficaz: “dirigida pelo coronel Lima”, ela seria capaz de “implantar mecanismos de controle mais duradouros e de ação continuada”. Neste sentido, guerra e administração “se uniam num ponto – na necessidade de se reconstruir a ordem” ¹⁶⁷.

Detentor de perfil diferenciado, por ter sido redigido sob encomenda, o texto de Magalhães, segundo Luis Felipe Alencastro, registra um dos momentos mais intensos do processo pelo qual a administração imperial, buscando firmar sua legitimidade, “afirmou a necessidade histórica do Estado brasileiro”. Ao mesmo tempo, toma parte deste mesmo processo, tanto ao ser escrito quanto ao ser publicado, reforçando discursivamente aquilo que fora marcado pelas armas cerca de dez anos antes: a luta empreendida do extremo norte ao extremo sul para manter unido o Estado herdado em 1822 e a pretendida tarefa histórica de civilizar a sociedade para “construir a nação” então “inexistente” ¹⁶⁸.

Nas linhas introdutórias do texto de Magalhães, lê-se o seguinte trecho, que nos dá pistas a respeito de que tipo de preocupações políticas guiam sua análise do evento:

“Nada há que espantar nos deva n’esta serie de rebeliões que desde a época da nossa Independência até hoje tem arrebatado nas províncias do Império. Os povos livres, e os que procuram ser, se removem continuamente, ambiciosos do bem sonhado, e impacientes do que lhes escapa; mas activa e vertiginosa é sua vida, e sujeita às alterações provenientes do exaltamento das idéas; além de que vivemos em época de transição, em que pensamentos de reforma são os que occupam o espírito humano. Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e tendências, e em desarccordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classes. O character transitório do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas duvidas, em contínuas expectativas e mallogradas experiências, quase que perdemos a fé do futuro. Si porém, aos olhos do philosofo, taes acontecimentos, consequências legítimas de princípios conhecidos, facilmente se explicam, o mesmo não succede ao vulgo, a quem se apresentam os factos desligados de suas verdadeiras causas, suppondo assim outras, e muitas vezes exagerando aquellas que lhe embute a perversa política dos partidos; e

¹⁶⁵ ALENCASTRO, Op. Cit, p 12.

¹⁶⁶ Para a autora, ainda, tal interpretação teria efeitos sobre a atuação do próprio Alves de Lima, o que se registraria em suas intervenções militares na construção da ordem, mas também na esfera das instituições de ensino e religiosas. SOUZA, Adriana Barreto “Para que não se perca a fé no futuro: Gonçalves de Magalhães na repressão à Balaiada” in *Anais ANPUH/ Conferências*, Rio de Janeiro, 2004, pp.2-3

¹⁶⁷ Idem, ibidem

¹⁶⁸ ALENCASTRO, Op. Cit p 12.

essa mesma falsa política do tempo, gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito efêmero da época, tem propagado o scepticismo, e impellido o Brazil no desfiladeiro das rebeliões”¹⁶⁹

Em sua fala, percebemos críticas aos elementos liberais acrescentados à Constituição de 1824 pelo Ato Adicional de 1834 que, segundo Magalhães, se constituiriam enquanto instituições estrangeiras e mal adaptadas – inadequadas a ponto de dar origem a instabilidades e levantes, efeitos diretos da incapacidade de gerir território vasto e sociedade heterogênea. Críticas semelhantes tecera, em 31 de outubro de 1840, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, quando enviou a *Descrição do Território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedade dos seus terrenos, suas produções, character de seus habitantes, colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos*. Anexa à memória, há uma carta, contemporânea aos conflitos, em que comenta, com clara conotação política e preocupação com o momento da Regência ¹⁷⁰:

“Talvez V.S.^a encontre, como eu supponho ter encontrado, referidas as causas que affligirão, e ainda estão affligindo aquella rica Província (...) Em presença de documentos desta natureza é que eu quizeria que os nossos Legisladores legisassem para o Império, e não imbuídos em máximas, ou princípios excellentes, se quizerem, mas sem applicação entre nós” ¹⁷¹

Aqui, a inaplicabilidade de princípios buscados pelos liberais no Brasil é ressaltada, assim como o faz Magalhães, sete anos mais tarde. Tais comentários, contudo, tornam-se mais compreensíveis dentro do contexto turbulento da Regência e se consideramos que Drummond tomou parte do gabinete dos Andrada após a Independência, tendo sido também junto a eles processado e enviado a degredo na França.

Se podemos pensar, de acordo com Alencastro ¹⁷², que a Balaiada – cujas hostilidades irrompem quando da adoção da lei dos prefeitos, início do retrocesso das conquistas liberais – pode ser considerada como prenúncio de Revoltas de cunho liberal que ocorreriam na década de

¹⁶⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840”. In *RIHGB*, Tomo X, 1848, pp 263-264

¹⁷⁰ José Murilo de Carvalho percebe neste período uma “experiência republicana” que teria, por seus conflitos e choques provocado profundo impacto na elite política e assustado mesmos os liberais com seus resultados. A luta política alcança níveis “nunca antes alcançados e talvez nunca atingidos depois. Depois de 1834, os levantes se expandiram das capitais – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Ouro Preto, São Luís, Belém – para as demais regiões das províncias. A Câmara foi detentora de muito poder. CARVALHO, José Murilo de *Pontos e Bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 167; CARVALHO, José Murilo de (org) *Paulino José Soares de Souza. Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 17.

¹⁷¹ “50ª sessão em 31 de outubro de 1840”. In: *RIHGB*, tomo II, 1840, p 523

¹⁷² ALENCASTRO, op. cit, p 10

1840, a publicação do texto de Magalhães em 1848 adquire potentes conteúdos políticos. A história se reveste de um sentido pedagógico, como o próprio autor descreveria em seu texto, ao dizer que por meio do estudo do passado “de nossas desordens” era possível depreender uma “lição histórica”; segundo Adriana Barreto de Souza, tal lição “teria uma vinculação estreita com o presente: ela permitia pensar uma intervenção na realidade e, em função disso, evitava a perda de ‘fé no futuro’”¹⁷³.

Assim sendo, a condenação da rebeldia naquele texto poderia também se estender, por exemplo aos enfrentamentos imediatos da Praieira ¹⁷⁴ que, também fortemente liberal e com inclinações radicais, surgira no início da década, em um ambiente de grandes dificuldades econômicas para a região de Pernambuco. Os praieiros voltavam-se contra a oligarquia local, e terminaram por sustentar e adquirir intensos contornos populares. Vale lembrar que da parte de alguns de seus participantes, chegou a surgir a inspiração de um projeto de lei para a Assembléia Geral no sentido da nacionalização do comércio – que ali, assim como em todas as outras regiões do Império, era fortemente dominado por portugueses, que contratavam caixeiros de mesma descendência.

Pelo exposto percebemos que ao contrário do que a proposta de Cunha Mattos poderia sugerir em 1838, ao IHGB – e às instituições monárquicas – interessava a união e aproximação das províncias, inserindo-as no todo do Brasil e sob a ordem da Monarquia ¹⁷⁵. Se o Império se tornaria o centro político a coordenar “múltiplos e eventualmente conflitantes interesses das oligarquias dominantes, que se expressavam de modo desigual no vasto território brasileiro” ¹⁷⁶, e as oligarquias se subordinam porque têm no poder central correspondências aos seus interesses, o

¹⁷³ SOUZA, A.B. Op. Cit, p 2

¹⁷⁴ Entre 1845 e 1848, houve uma gestão ligada ao partido em Pernambuco – marcada pelo progressivo desmonte da estrutura política ligada à oligarquia, com grandes inquietações que embora já tivesse suas raízes em eventos anteriores, agrava-se nestes momentos. Motins e tumultos aconteciam com frequência no Recife, como prenúncios das exaltações de ânimos que se constituiriam em luta armada após exoneração do presidente de província ligado aos praieiros – especialmente a partir de novembro, apenas poucos meses depois da publicação do texto de Magalhães. É curioso observar Magalhães comentando que o conhecimento das causas dos acontecimentos seria trazido de maneira parcial “ao vulgo”; nele transparece uma similaridade com a acusação feita aos praieiros por um deputado conservador, Antonio Peregrino Maciel Monteiro: a de que teriam infiltrado “nas massas incultas preconceitos funestos, por meio da calúnia contra homens distintos”. MARSON, Izabel *O Império do Progresso – A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 23

¹⁷⁵ Carlos Guilherme Mota pontua que entre 1817 e 1850 foi um período decisivo no qual adensaram-se as idéias de “Brasil” e se consolidaram “estruturas de dominação da sociedade” escravista, adaptando-se teorias sociais e culturais para lhe dar base. MOTA, Carlos Guilherme, “Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)” in MOTA (org) *Viagem Incompleta. 1500-2000. A Experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 199

¹⁷⁶ MAGNOLI, Demétrio “O Estado em busca do seu território” in Jancsó, Istvan Brasil. *Formação do Estado e da Nação*. SP Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, 2003, p.286

Instituto cumpria importante papel: tornava-se responsável por amalgamar a História nacional preferencialmente com o apoio das administrações provinciais, que seriam chamadas a colaborar no “coligir e metodizar” de uma obra que não pode ser particularizada, mas sim relacionada ao conjunto do Brasil.

Parece emparelhar-se com a idéia unificadora e centralizadora da monarquia a proposta de março de 1840 de José Domingues Ataíde Moncorvo para que, por meio de uma circular, o Instituto se dirigisse aos presidentes de províncias rogando-lhes que remetessem, para guardar no arquivo, os relatórios lidos por ocasião das reuniões de Assembléias Provinciais desde a criação daqueles corpos legislativos pela lei 12 de agosto de 1834. Além deles, também as coleções de leis provinciais e quaisquer outros documentos que pudessem servir à história do Brasil. Nos anos a seguir, muitos responderiam positivamente a esta proposta. Embora o envio contínuo deste material para o Instituto demonstre, por um lado, a preocupação com a tessitura da história do presente em projeção para o futuro – tarefa à qual o IHGB também se dedica – não se pode ignorar o potencial político da presença deste material na academia ilustrada: aproximar as províncias, estabelecer coesão entre suas histórias e o todo nacional.

Outras propostas aproximam-se a essa, como a do desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes – um dos sócios fundadores –, lida em sessão de 4 de fevereiro de 1839, para que oferecessem aos presidentes de províncias títulos de membros correspondentes do Instituto; ou como a do desembargador Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantoja, no mesmo ano, de pedir ao governo que se expedisse ordem aos presidentes de província para ministrar os documentos que nelas existam. Ainda, em 1846, por conta da remessa feita pelo presidente da província do Paraíba, de um catálogo de presidentes de 1684-1844, com menção a acontecimentos notáveis em seus governos, determinaram-se a impressão e envio de cópias a todos os demais presidentes, pedindo trabalhos similares da parte de cada uma das províncias. As presidências provinciais indicaram pretender afinar-se ao objetivo unificador, nas várias cartas de respostas positivas à composição do catálogo ¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Responderam positivamente: do governo de Minas Gerais; São Paulo; Bahia, que após a carta-resposta envia o trabalho em apenas um mês, com indicação de ter utilizado como referência a obra de Ignácio Acioli Cerqueira da Silva, membro do IHGB; Santa Catarina, embora anote na carta as dificuldades de se executar tal tarefa; de Sergipe; Rio Grande do Norte; Maranhão; Piauí. Feliz Peixoto de Britto e Mello escreve em 1847 contando que assim que foi nomeado para presidente da província de Alagoas lembrou-se do pedido do Instituto e decidiu mandar fazer o trabalho. O sócio Ricardo José Gomes Jardim, ex-presidente do Mato Grosso, oferece o catálogo referente àquela província, em 1848.

Outros trabalhos e documentos foram apresentados, dizendo respeito à história das províncias. Em outubro de 1841, por exemplo, da parte da presidência de São Paulo, Miguel de Sousa Mello e Alvim, remete um mapa coreográfico daquela região recém chegado de Paris, desenhado pelo sócio honorário, já falecido, Marechal Daniel Pedro Muller. Comunica que o envia por julgar ser o mais exato dos que já haviam aparecido. Em dezembro do mesmo ano, José Maria do Amaral escreve de Lisboa enviando um manuscrito encontrado dentre os papeis do Marquês de Aracaty, de título *Descrição Geographica da Capitania de Mato Grosso, anno de 1797*. Tendo sido mostrado ao ministro do Brasil naquela corte, este o achou tão interessante que insistiu para que fosse remetido logo. Decidiu-se que deveria ser emitido um juízo a respeito dele, tarefa atribuída a Duarte da Ponte Ribeiro – figura que tem papel importante para o território brasileiro, segundo Demétrio Magnoli indica :“‘fronteiro-mor do Império’, cartógrafo, negociador e autor de 180 memórias sobre fronteiras brasileiras”¹⁷⁸.

O desembargador Pontes, em 1844, faz leitura de uma carta de Antonio da Silva Lisboa em que são narradas as dificuldades e obstáculos quase insuperáveis que o impedem de redigir sobre a história e a estatística da província de Maceió, “provenientes esses embaraços já da falta de documentos em grande parte consumidos pela acção do tempo, já da inconsistência das informações tradicionais”. O Desembargador deduz da carta

“(…) mais uma prova da necessidade urgentíssima de colligir e publicar pela imprensa o maior número de documentos possível, relativos á historia ou geographia do paiz, afim de obstar ao extravio e destruição de taes documentos, accrescentando ter respondido ao consocio o Sr. Lisboa – que qualquer trabalho litterario no gênero indicado seria bem aceito do Instituto, ainda quando o auctor de tal trabalho não podesse demonstrar mais do que a certeza de nada se poder narrar e expor com segurança”¹⁷⁹.

O Imperador participa deste esforço – como de outros – e doa em 1845 o manuscrito *Compendio das Epochas da Capitania de Minas Gerais desde 1694 até 1780*. Manoel Ferreira

¹⁷⁸ MAGNOLI, Demétrio, Op.Cit, 2003, p. 295. Outras remessas similares às descritas ocorrem ao longo da década. Em 17 de agosto de 1840, o conselheiro José de Resende Costa, apresenta dois manuscritos: *Mapa geral dos habitantes da Capitania de São Paulo, reduzido sobre as listas das povoações de 1800* e *Mapa demonstrativo da receita e despesa da Capitania da Bahia pelos diferentes cofres nos dez anos de 1791 a 1800*. Já em finais de 1841, Cyro Candido Martins de Brito oferece para a biblioteca: *Memorias publicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Ilm. e Exm. Sr. Luiz de Vasconcellos e Sousa, Vice-rei e Capitão General do Estado do Brasil*. No ano que se segue, José Bento Leite apresenta o manuscrito *Roteiro das viagens da cidade do Pará até as ultimas colônias dos Domínios Portugueses em os rios Amazonas e Negro*, que seria publicado integralmente somente em 1989.

¹⁷⁹ “122ª sessão em 27 de abril de 1844”. In *RIHGB*, Tomo VI, 1844, p. 255

Lagos, enquanto primeiro secretário, também colaborou para o reconhecimento de províncias e regiões, ofertou cópias de documentos importantes sobre o reconhecimento da foz do Amazonas que foram enviadas à comissão de redação e em 1849 o 3º e o 4º volume das *Memórias históricas da província de Pernambuco*, por José Bernardo Fernandes Gama.

3. Integrar pela monarquia

Verdadeiramente, a não publicação do texto de 1839 de Cunha Mattos no período em que foi composta é bastante significativa, e demonstra em que níveis as escolhas se davam na construção da História – e que tipo de olhares políticos poderiam colaborar. Devemos ressaltar o fato de que houve uma discussão sobre o assunto, na qual participações discordantes tiveram presença – ao ponto de uma delas ser, por assim dizer, censurada, guardada para momento mais oportuno, assim como tantos outros trabalhos seriam nos anos seguintes – em especial após a criação da arca do sigilo, em 1848¹⁸⁰. Assim, reafirma-se a possibilidade de flagrar nas atas a presença de desacordos intelectuais e políticos no Instituto, a despeito do reconhecido e já indicado pela historiografia tradicional esforço voluntário dos membros em evitar contendas que pudessem ser confundidas com política, e apesar das escolhas feitas pelos membros do IHGB no momento da redação e publicação.

A história pensada pelos sócios primava pelo interesse de unidade e continuidade, e seus membros, em diversas ocasiões, fazem referências ao caráter integrador que atribuem à monarquia – ou de que ela vai se revestindo ao longo do tempo. Em janeiro de 1840, é lido um parecer do Desembargador Pontes sobre uma tradução da obra de Southey, no qual ele se alegra com a indicação de dois fatos

“1º Que a Rainha. D. Maria I queria perdoar completamente a aquelles, cuja sentença de morte foi commutada em degredo, mas que desse justo e sancto propósito foi a piedosa Rainha desviada por seus conselheiros; 2º Que o dia do padecimento do martyr da pátria Joaquim José da Silva Xavier foi um dia

¹⁸⁰ Para Temístocles Cezar, a criação da arca do sigilo encontra-se também em uma dimensão metodológica e epistemológica, na medida em que a questão da imparcialidade do historiador é pensada: “Ainda que engajados politicamente, os membros da comissão não queriam instrumentalizar, conscientemente ao menos, a história. Ela deveria continuar como um produto imparcial, e a observação dos acontecimentos em curso dificultariam esta tarefa” [CÉZAR, Op. Cit, p. 65]. O autor entende, por outro lado, que para o IHGB a história do presente seria também uma manifestação a ser regrada, “como a própria história enquanto disciplina”; e ainda que pudesse ser evitada, não poderia ser recusada. Isso explicaria a ocorrência de textos sobre questões contemporâneas.

de festejo publico para o Rio de Janeiro: toda a tropa se vestiu de uniforme rico, enfeitada com festões de fores: o Juiz executor trajou de gala; e cantou Te Deum Laudamus em acção de graças. A Comissão apraz-se todavia em pensar que essas demonstrações de regosijo eram extorquidas pela prepotência dos governantes, cujo desagrado poderia dar em consequência a quem nelle incorresse uma sorte igual a do infeliz patriota mineiro”¹⁸¹.

Percebemos, na “celebração” dos fatos mencionados, uma tendência a abonar o papel da coroa portuguesa frente ao movimento mineiro e a não lhe render papel como carrasco de um grupo de liberais – que poderiam passar a ser considerados como pioneiros da Independência –, repassando tal função para conselheiros e para uma administração da qual a coroa não participava, por estar distante. Os festejos relacionados ao padecimento de Tiradentes são dissociados dos interesses diretos da Coroa e a responsabilidade de sua organização é atribuída a outrem. Talvez, salvaguardar a Rainha fosse a forma de criar uma imagem com a qual a própria monarquia do Brasil poderia ser confundida; relacionada a um passado em que atitudes violentas e arbitrárias não haviam sido tomadas pelo soberanos, como forma de defender a ordem vigente. A monarquia deveria fazer parte de um *continuum* de não repressão a propósitos de liberdade conseqüentes, pois Pedro I e Pedro II teriam suas imagens associadas à autonomia, desenvolvimento e civilização do país.

Disso participava, devemos lembrar, a atribuição de um perfil de monarca ilustrado a Pedro II. Talvez a esse empenho esteja ligada a oferta de Vasconcellos de Drummond em 1849, do *Fac-simile das assignaturas dos Senhores reis, rainhas e infantas que tem governado Portugal*, recém lançado na corte e que abre portas para a discussão sobre a alfabetização de reis portugueses no passado. Drummond indica que o autor não localizou as assinaturas dos reis precedentes a D. Diniz, concluindo com base nisto que não sabiam escrever. Esta conclusão seria equivocada: antes de meados do século XIV os reis assinariam por monogramas, conforme o costume – geralmente com o punho da espada, “dizendo que defenderiam com a ponta o que firmavam com o punho”¹⁸². Drummond defende inclusive um pioneirismo português no costume de se deixar a marca da assinatura sem ser por monogramas – o que talvez seja nas entrelinhas uma tentativa de sinalização da estirpe letrada à qual o perfil ilustrado de Pedro II adquiriria com o andar dos anos de seu reinado¹⁸³.

¹⁸¹ “31ª sessão em 25 de janeiro de 1840”. In: *RIHGB*, tomo II, 1840, p.142

¹⁸² “204ª sessão em 26 de abril de 1849”. In: *RIHGB*, tomo XI, 1849, p. 281

¹⁸³ O primeiro rei francês a assinar manualmente teria sido Carlos V, que reinou entre 1364 e 1380. D. Diniz, por sua vez, subiu ao trono em 1279. Seria, assim, o primeiro rei português a assinar manualmente; ou seja, este uso iniciara

Como forma de referendo à monarquia, na primeira década de existência do IHGB também foi bastante comum a formação de deputações para, em ocasiões solenes, cumprimentar o Imperador ¹⁸⁴. Nas atas das sessões apresentam-se os discursos pronunciados. Neles, letras engrandecedoras do papel de Pedro II e da instituição monárquica no Brasil, palavras que, além de flagrarem a orientação áulica dos principais membros do IHGB, dão corpo a frases marcadas pela tentativa de representar Pedro II e a monarquia propriamente dita como figuras plenamente aceitas e unanimemente apoiadas pela nação. Esse apoio e aquiescência na verdade são formas de destacar o perfil constitucional da monarquia: Pedro I e por extensão seu filho marcam o início de uma dinastia que é brasileira e, mais do que isso, representativa de uma vontade nacional – e, por isso mesmo, legítima ¹⁸⁵.

Aniversários do nascimento de Pedro II e da Imperatriz, da apresentação da constituição do Império, da Maioridade, da Independência – datas fundadoras e de origem que, pelas deputações, ficariam vincadas pelo esforço político de fundar historicamente o Brasil Império. O nascimento do príncipe Pedro Afonso em 1848 é saudado como a prova de que a Divina Providência protegeria o Brasil: ao mesmo tempo em que um “turbilhão que alvoroça o mundo”, “no ardor de uma esperança tão lisongeira, a mão de Deus faz entre nós aparecer um príncipe, e coroa com este augusto predestinado os votos de toda a nação” e assim consolida no futuro “o throno do Brazil”¹⁸⁶. Pela força da monarquia, o Brasil encontraria lastro. Tal idéia também é percebida em agosto de 1841, quando o orador da deputação destinada a cumprimentar o

oitenta e cinco anos de ter início na França; isto também pode indicar, segundo Drummond, que “os progressos da civilização em Portugal são a este respeito anteriores aos da França” [idem, p 282]. Os autores franceses indicariam que os predecessores de Carlos V não assinavam manualmente por não ser esse o costume. Então, o autor indica e indaga: “Documentos históricos provam que D. Affonso I e seus sucessores eram príncipes esclarecidos; como pois attribuir a elles o que os auctores francezes não admitem a respeito dos príncipes predecessores de Carlos V?” [idem, ibidem]. Essa reflexão indicaria o erro em que recaiu o editor “quando para explicar o facto serviu-se d’uma hypothese desviada da razão e do que nos ensina a história”.

¹⁸⁴ Talvez possamos traçar um paralelo dos significados simbólicos da formação destas deputações e o gesto de Pedro Araújo Lima, , em 1837, na festa de Santa Cruz: apesar de abolido o beija-mão com a abdicacao de Pedro I, naquela ocasião, à porta da igreja, o Marquês de Olinda, então regente, inclinou-se perante o imperador adolescente e beijou-lhe a mão, para surpresa, exaltação ou indignação dos presentes. GUIMARÃES, L. “Pedro Araújo de Lima (Marquês de Olinda)” VAINFAS, Ronaldo (dir) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, pp. 572-573

¹⁸⁵ D. Pedro teria se tornado uma possibilidade política e social para as elites por meio de uma fundamentação em falas, referências e discussões que forjavam “o Brasil enquanto corpo político autônomo”. A opção pela monarquia constitucional e o “engendramento da soberania na *persona* de D. Pedro I” se dá na medida em que aparecem como a saída para a manutenção da ordem e para a autonomia do Brasil frente a Portugal. nesse sentido, portanto, D. Pedro é adotado e identificado à causa do Brasil, e passa a figurar como novo monarca pautado no liberalismo [Souza, I.L.C. *Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Op. cit p. 107,119]

¹⁸⁶ “195ª sessão em 20 de julho de 1848”. In *RIHGB*, tomo X, 1848, pp. 396-397

Imperador pelo aniversário de sua entrada no exercício dos poderes constitucionais discursou, chamando a atenção para a capacidade de ordenação daquele para um vacilante Império de Santa Cruz ¹⁸⁷. Em outras palavras: a condução da ordem pela monarquia só é possível porque a atribuição de sua autoridade se fez constitucionalmente. O Imperador só pode guiar porque lhe foi imputado o poder pela vontade nacional.

No ano seguinte, mesmo aniversário, é lido um discurso crítico, denunciador de propostas contrárias à monarquia, conjuntamente a um elogio frente a oposição:

“Os heróis da Independência consideram esses movimentos sediciosos que tem depois apparecido como estrebuchamentos de um monstro, que nos últimos instantes de sua agonia, perdidas as esperanças de igualar em calamidades a Terra de Santa Cruz aos paizes em que domina a anarchia, pretendeu envolver em sua morte o Throno do Brasil e os Brasileiros monarchistas, que fazem o corpo quase todo da Nação, como bem se evidencia pela voluntária e patriótica resistência que tem encontrado na execução de seus tenebrosos planos.

Dissipam-se como as sombras espancadas pela luz, os magotes reunidos pela anarchia. Ella, escavando as bases do Throno de V.M.I. nada mais fez do que revelar ao Brasil e ao mundo os sólidos fundamentos em que hoje se firma. Um Governo forte e justo é segura garantia de paz, união e prosperidade; (...)Dos estragos causados pelos ambiciosos em diversos lugares do Império, assim como das cinzas dos volcoes nascerá a retardada prosperidade, que deve tornar feliz o reinado do segundo Imperador do Brasil, amestrando os povos a repellir as seducções dos que tentarem ainda conduzi-los fora do systema monarchico constitucional representativo, com tanta sabedoria abraçado desde a época da nossa gloriosa Independência” ¹⁸⁸

O orador anota a existência de vontades contrárias à Independência e à monarquia, caracterizando-as como representação da anarquia que se tentou instaurar no Brasil – fazendo ainda referência às influencias dos acontecimentos das ex-colônias hispânicas, todas fragmentadas em repúblicas. Indica-lhes, também, um caráter minoritário ao qual a “voluntária e patriótica resistência” dos monarquistas se contrapõe, garantindo sabiamente a continuidade da monarquia constitucional e representativa – mantenedora da prosperidade, paz e unidade.

A política no início da década de 1840 foi caracterizada pelas disputas partidárias que também conduziram aos episódios da Maioridade e da ascensão de um gabinete liberal, seguido de um palaciano, vindo a interromper reformas que o anterior fazia. Além disso, houve a dissolução da Câmara liberal, ainda quando estava em processo de verificação dos poderes, em 1842. Tais elementos de atrito integram do cenário ao qual o discurso supracitado se relaciona. Vale lembrar, no que diz respeito a este tema, a atuação de uma sociedade secreta criada por José

¹⁸⁷ “68ª sessão em 12 de agosto de 1841”, *RIHGB*, tomo III, 1841, p. 360

¹⁸⁸ “90ª sessão em 18 de agosto de 1842”, *RIHGB*, tomo IV, 1842, pp. 387-388

Martiniano de Alencar, a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, que procurou mobilizar as Câmaras Municipais em manifestações de protesto contra as reformas do gabinete palaciano. Apesar de sua pequena infiltração, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, chegaram a irromper em movimento armado em maio e junho do ano, respectivamente. Embora não pretendessem derrubar o governo, intentavam “compelir o Imperador a medidas apaziguadoras que implicariam a demissão do Ministério e a suspensão das reformas”¹⁸⁹. Foram duramente reprimidos pelo governo. No IHGB, estes problemas transparecem por vezes na forma de propostas de tema para ser discutido nas ordens do dia. Em 13 de fevereiro de 1841, por exemplo Mariz Sarmento¹⁹⁰ sugere o seguinte tema: “*Quais as sociedades secretas que se tem estabelecido no Brasil, e desde quando, ou sejam n’elle inventadas ou trazidas e imitadas de outros paizes; os fins do seu Instituto, o seu augmento e estado actual, ou a sua decadência e extinção; que influencia hajam tido, e porque meios, na moralidade do povo, nas suas opiniões religiosas e políticas e nos acontecimentos mais notáveis do paiz?*”

Em 1844 o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, como orador da deputação enviada pelo aniversário da Independência, discursa com palavras que interpretam o período anterior aos eventos de 1822 como ainda de situação colonial, e atribuem aos “brasileiros” de então uma aspiração autonomista, que encontrou em Pedro I o seu executor¹⁹¹. Seguindo-se a ele, seu filho já se mostrava como verdadeiramente “brasileiro” a agrupar todo o território:

“O amor da Independência existia, Senhor, nos corações brasileiros, que suspiravam por sacudir o jugo colonial, e so aguardavam uma forte e generosa vontade, que realisasse a idea, até alli considerada como crime, e d’onde apparece, a voz do excelso pai de V.M.I. bradou – Independência ou Morte –, e desde o Amazonas ao Prata a unisona resposta foi – Viva o Imperador –, que sacrificando a coroa da

¹⁸⁹ HOLANDA, Sergio Buarque “Holanda Sérgio Buarque de (dir). “História Geral da Civilização Brasileira – Tomo 2 O Brasil Monárquico. Volume 2: Dispersão e Unidade”. SP: Difel, 1985”

¹⁹⁰ Sarmento era oficial maior da contadoria geral da revisão no tesouro público nacional.

¹⁹¹ Iara Lis Carvalho Souza salienta que a “historiografia mais oficial” reforçou a interpretação de uma Independência ocorrida pelo heroísmo de D. Pedro, imagem que reafirma “a figura do rei como sujeito histórico por excelência” capaz de realizar atos determinantes para o bem publico e mudanças em “consonância com a aspiração social”. Entendida de tal forma, a Independência é mostrada como um acontecimento no qual tensões sociais e choques políticos não participam.[SOUZA, I.L.C *Pátria Coroada: : O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Op. Cit, p. 133] As leituras clássicas do evento, portanto, tomam a associação direta entre o processo político e o sete de setembro de 1822, de maneira a restringir o sentido dinâmico do movimento que levou à Independência e a “obscurer a complexidade e a historicidade de um evento cuja gênese e significado encontram-se não na memória de um episódio recortado, mas no interior de um violento embate entre diferenciados segmentos sociais das duas primeiras décadas do século XIX”. Em uma interpretação diferente e mais complexa, Cecília Salles de Oliveira estudou a trajetória do grupo de Gonçalves Ledo, Cunha Barbosa e Clemente Pereira como interlocutores do cenário político complexo da época da Independência, observando também seus opositores. Indica ainda a “incidência de outras falas”, evidenciando “a complexidade da luta política naquele momento” e a “violência interiorizada nos conflitos que perpassavam a sociedade fluminense”. OLIVEIRA, *Astúcia Liberal*, op. cit, pp. 6-7]

terra de seus maiores, abraçou, na América, a causa da liberdade, e appareceu no novo mundo a primeira testa coroada. (...)

De V.M.I. já temos recebido provas de justiça e de brasileirismo; e d'estas virtudes a nação em peso se compraz em esperar que seu reinado será tecido de grandes e illustres feitos, que levem a vindouros a gloria da nação e no monarcha nascido no Brasil. ”¹⁹²

Em 1845, por ocasião do nascimento do príncipe D. Afonso, José Joaquim Machado de Oliveira já discursara comentando o episódio da Independência, com alguns (poucos) elementos negativos a caracterizar de maneira discreta o Brasil pré-independente e a vida colonial. Dando novamente tons de continuidade, significada em primeiro lugar em Pedro II e, em segundo, no nascimento do príncipe, trata da Abdicação sem flagrar-lhe quaisquer conflitos – como se cada um dos eventos fizesse parte de um sentido e se encaminhasse para a plena estruturação da monarquia constitucional representativa:

“Sobravam ao Brasil os dias de sua sujeição colonial, e o augusto pai de V.M.I. que conhecia a injustiça dessa condição, quebrou decidido e com inimitável generosidade as cadeas que o prendiam ao velho mundo; identificou-se com os destinos da sua nova pátria, e de uma colônia que jazia na degradação e embrutecimento, levantou um império independente e garantido por instituições livres: eis os dias 9 de janeiro e 7 de setembro de 1822, e o 25 de março de 1824.

E pois que não estavam ainda bem firmes os primeiros passos do constituído império, concedeu-nos o onnipotente o 2 de dezembro de 1825... Senhor! que de immensos bens não tem feito á terra da Santa Cruz o natalício de V.M.I. este dia tutelar por excellencia! Sabe-o a nação inteira, e particularmente o sabe o Instituto, que os consigna desveladamente para da-los ao buril da historia.

Não é de menos valia o 7 de abril de 1831. Do augusto pai de V.M.I. que em outro hemispherio foi completar o triumpho de seus princípios liberaes, e por o cumulo á sua heroicidade devolveu-se a caroa a V.M.I. como seu legitimo e reconhecido herdeiro”¹⁹³

Frequentemente, como vemos, os discursos buscam em Pedro I a figura fundante do Império, do qual seu filho é o continuador direto. Nestas falas, especificamente, o marco de origem para a História do Brasil também se pontua com a Independência e a metrópole portuguesa não necessariamente surge como um passado a ser legitimado; nestas alocações, na verdade, ela sequer é mencionada, senão de maneira enviesada – no exemplo acima, fala-se de uma colônia embrutecida e degradada, antes presa, mas não se retrata quem ou o quê seria responsável por essa condição. Nos discursos das deputações, valoriza-se Pedro I, seu assim entendido emparelhamento com os interesses de toda a nação na Independência; ele é o artífice da Independência, generoso e decidido. O elemento que esperaríamos aparecer como suposto

¹⁹² “127ª sessão em 10 de outubro de 1844”, *RIHGB*, Tomo VI, 1844, pp. 508-509

¹⁹³ “133ª sessão em 6 de março de 1845”, *RIGHB*, Tomo VII, 1845, pp. 120-121

adversário, o pivô do “jugo colonial” diante do qual Pedro seria o vitorioso, não aparece. A vitória é dada sobre um “inimigo” sobre o qual não se fala. A seguir, mencionam-se os feitos de Pedro II que, verdadeiro imperador do Brasil por ser nesta terra nascido, segue o caminho glorioso já iniciado – vale anotar ainda outra vez, por direito constitucional e representativo.

Portanto, a pretendida continuidade da dinastia e da monarquia em solo brasileiro, e o empenho em cercá-las de características providenciais e especificidades brasileiras, nos dão uma possível representação dos portugueses e da Colonização: uma “não-imagem”; um ocultamento; um silêncio de caracterizações para a metrópole. A dificuldade em delineá-la estava relacionada ao problema da emancipação, paralela ao fato de que, naqueles tempos, quaisquer restrições a fazer a Portugal acarretariam em consequências para a própria administração que surgia ¹⁹⁴. Tratar da questão portuguesa era também esbarrar em problemas políticos contemporâneos bastante sérios, tanto pela contínua entrada de pessoas daquela nacionalidade no Brasil, quanto pelos enfrentamentos antilusitanos que ocorriam ¹⁹⁵.

Segundo Robert Rowland, é preciso atentar para o caráter artificial e construído da distinção entre “portugueses” e “brasileiros” no início do século XIX, dadas as fronteiras fluidas e mal definidas entre os grupos. A construção da nação se impunha, expressando-se no cultivo de discursos de legitimação; em tal tarefa residiria a necessidade de pontuar claramente as diferenças políticas e históricas entre a antiga metrópole e o novo Estado Imperial. Era problemático o papel a atribuir a Portugal, aos portugueses e à casa de Bragança na organização de uma cultura e identidade nacionais; “problema de fundo” para o qual foram dadas e obtidas “respostas diferentes e contraditórias ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX” ¹⁹⁶. As relações entre Brasil e Portugal são de tal maneira consideradas interligadas – e por isso mesmo complexas – que em 1845 João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, sócio efetivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escreveu indicando seu empenho para transmitir

¹⁹⁴ A validade desta idéia poderia ser configurada se tivermos em mente que a queda do primeiro imperador do Brasil foi relacionada à uma perda gradual da legitimidade que lhe era atribuída, e que a desconstrução de sua imagem como governante era também efeito de uma condenação do passado colonial português, ao qual o Dom Pedro I passou a ser associado – em paralelo com a desmontagem da rede de poder que o sustentava. SOUZA, I.L.C *Pátria Coroadas: O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-183*, Op. Cit., p. 345

¹⁹⁵ Sobre a imigração portuguesa no Brasil, cf. PEREIRA, Miriam Halpern (2002), *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, Instituto Camões. LOBO, Maria Eulália L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo : HUCITEC, 2001.

¹⁹⁶ ROWLAND, Robert “A Cultura Brasileira e os Portugueses” in BASTOS, Cristina. ALMEIDA, Miguel Vale de. FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p 401.

qualquer notícia encontrada em suas pesquisas que pudesse interessar, dado que a história de seu país “está tão entrelaçada há três séculos e meio, com a d’esse continente, que estudando uma indispensavelmente se encontra a outra, e impossível seria desassociar-as” ¹⁹⁷. Além disto, merece nota quem foi primeiro indivíduo a ser agraciado com o título de uma nova classe de sócios sugerida pela comissão de Estatutos, a de “Presidentes Honorários”, que seria conferido aos Príncipes da família imperial brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros para quem o Instituto quisesse dar esta contemplação: por sugestão de Cunha Barbosa, D. Fernando, Rei de Portugal.

A construção da história nacional, portanto, precisava lidar com elementos portugueses. Ao fim e ao cabo, ela contribuiria para o estabelecimento de uma identidade ¹⁹⁸. Rowland afirma que “português” era uma especificação que, inicialmente, designava aqueles que se opuseram “à solução política consubstanciada na figura de D. Pedro I” ¹⁹⁹, tendo ou não sido nascidos em Portugal. Assim, “brasileiro” identificaria todos os que possuíam interesses na inserção nas novas instituições nacionais, para quem a causa da Independência era válida – sendo eles nascidos ou não no Brasil ²⁰⁰. Após 1823, período de fortes instabilidades políticas, esta separação fica mais complexa, com o ressentimento popular se voltando contra os portugueses que detinham o comércio de varejo e os caixeiros ²⁰¹.

Ao IHGB caberia a tarefa de conferir continuidade “à tradição ilustrada que tinha sido inaugurada na corte joanina pelas missões culturais e científicas estrangeiras, incorporar a

¹⁹⁷ “140ª sessão em 25 de setembro de 1845”, Op. Cit, p. 426

¹⁹⁸ Gladys Ribeiro Sabina chama a atenção para a necessidade da constituição do conceito “identidade nacional”, pensá-lo como um processo histórico e observar a construção do seu significado através da História – ao invés de nos centrarmos em um conceito para “ser brasileiro” [RIBEIRO, Gladys S *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, RJ: Relume Dumara, 2002, p. 27].

¹⁹⁹ Rowland, Op. Cit., p 372

²⁰⁰ Ribeiro cita as visões de John Armitage – inglês que viveu no Rio entre 1828 e 1835 – e Francisco Adolfo de Varnhagen acerca da Independência; eles atribuíam a ela um caráter nacionalista “preocupados que estavam em construir politicamente a Nação e traçar-lhe a História” [RIBEIRO, Gladys S *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Op. Cit, idem, p. 28]. Contudo, como afirma Rowland, “enquanto Armitage justificava-a [a Independência] com um juízo francamente negativo sobre a colonização portuguesa, Varnhagen procurou relativizá-la, considerando-a como historicamente inevitável” [Rowland, Robert “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses” in Jancsó, Istvan Brasil. *Formação do Estado e da Nação*. SP Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, 2003, p 369]. Para Rowland, John Armitage permitiria pensar que a rivalidade entre brasileiros e portugueses seria anterior a 1808; o antilusitanismo se constituiria em uma expressão natural do antagonismo e os Andradas ter-se-iam limitado a incentivar uma animosidade que já existia. Varnhagen, por sua vez, traria uma leitura dotada de elementos de continuidade entre a sociedade colonial e a nova nação – aproximando-se à proposta do IHGB no período. Os antagonismos não estariam enraizados no tecido social brasileiro, e também não teria nascido num ressentimento contra os colonizadores. Foram, antes, provocados por uma política errada das cortes de Lisboa e reforçados por um anti-lusitanismo oportunista dos Andradas..

²⁰¹ Idem, p 379

América à civilização européia através do olhar científico (...)”²⁰². De fato, conforme resgatava textos e obras, exemplos ilustrados prévios, e publicava nas páginas da Revista, criava uma linhagem intelectual para o Brasil e se afirmava como seu herdeiro ²⁰³. Por outro lado, a identidade nacional passaria a tentar mediar relações intrincadas; o papel atribuído à Colonização ou ao indígena na gênese do país era pensado somente em relação à importância do Estado como fomentador da civilização nos trópicos; nas palavras de Rowland:

“A identidade nacional passava a residir (...) num processo (...) cujo sujeito e impulsionador era o Estado, representado pelo imperador. Promotor da modernidade, portador da cultura, da técnica e do progresso europeus, o Estado (...) tinha como tarefa organizar e disciplinar uma natureza inculta, na qual se incluíam aqueles setores da população que até então tinham estado excluídos do processo civilizatório”²⁰⁴.

É assim que podemos também compreender o esforço constante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em criar deputações para cumprimentar o Imperador. É em vista de tal complexidade que podemos considerar as consonâncias verificadas entre o tipo de imagem atribuída nos discursos das deputações à anterior relação com Portugal – isto é, a ausência da construção desta imagem –, e a história escolhida pelos membros – os artigos e documentos que ocupam outras páginas da RIHGB. Nos primeiros anos da década de 1840, a resposta dada por seus sócios ao problema mencionado da Independência parece ser, em suma: a valorização cuidadosa do episódio, por um lado, ilustrada na reverência ao Imperador, perpassando também a composição da memória da monarquia como mantenedora da ordem, em projeção para o futuro ²⁰⁵. Por outro lado, não se coloca um adversário metropolitano português a ser vencido. As apresentações do episódio da Independência desta maneira podem ser entendidas como contingência da necessidade de unidade, em um sentido também histórico: a continuidade sem atritos e plena de aceitação entre Pedro II, Pedro I e o passado colonial.

²⁰² Idem, p 381

²⁰³ SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História” Op. Cit, p. 629

²⁰⁴ Rowland, Op. Cit, p 382.

²⁰⁵ Composição da qual fazem parte idéias como a de 1848, do então Presidente interino Manoel Ferreira Lagos para que se fizesse a “Crônica de Dom Pedro II”, para organizar e apresentar os fatos mais notáveis ocorridos durante o ano.

4. Definir e legitimar o território

A Independência, contudo, não é apontada abertamente como marco de origem nos demais textos da Revista, nos primeiros anos de Instituto. Trata-se de evento polêmico, recente e que sozinho não resolve os problemas das instabilidades políticas e sociais; tampouco colabora para reforçar a legitimidade territorial e nacional, indispensável nas fronteiras devido aos conflitos com países vizinhos. A solução, por assim dizer, para tais questões foi muitas vezes a criação de uma linha de continuidade com a administração portuguesa, apresentada por isso mesmo, como competente e válida. Neste período ainda não se pode discutir a fundo o passado colonial, desenhando uma metrópole “dominadora”, ou uma Colonização problemática. Em outras palavras, a questão de limites e legitimação territorial também está implicada no resgate da gerência metropolitana. Traços da atuação portuguesa serão ressaltados em textos sobre o legado português administrativo.

Em 1841, por exemplo, é lida uma carta de Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond remetida de Lisboa com um mapa geral da Comarca do Pará, compreendendo as Vilas de Ministros de Vara-branca, Juizes ordinários e julgados, declarando a extensão dos termos de cada freguesia, número de engenhos, lugares notáveis, principais estradas de comunicação e distância destes a outros. Na carta, Drummond salientava a importância do material, que referenda uma pretendida capacidade de defesa do território:

“O merecimento d’este papel, diz o nosso consocio em sua carta, consiste em ser official e comprovativo de que sempre se cuidou mais ou menos das cousas de interesse do paiz: como se vê é original, assignado pelo Desembargador Ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, e acompanhado de um officio igualmente original, datado de 27 de agosto de 1816, dirigido ao Chanceller mor do Reino Unido Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, de quem o dito magistrado havia recebido as respectivas instrucções para organizar aquelle trabalho.”²⁰⁶

A idéia de que “sempre se cuidou” dos interesses do país ultrapassa as barreiras entre momentos históricos do Brasil bastante diferentes; a palavra que remete a uma continuidade cria uma homogeneidade histórica, bastante salutar para o argumento de que o território brasileiro é natural, legítimo. Artigos, manuscritos e documentos relacionados aos limites do Brasil são apresentados constantemente conforme a monarquia se solidifica ao longo da década de 1840 e utilizados para reforçar seus direitos sobre determinadas regiões. A frequência com que aparecem

²⁰⁶ “75ª sessão em 18 de novembro de 1841”, Op Cit, p 505

chegou a ser explicada pelos próprios membros que apresentam os escritos: em primeiro lugar, há uma atenção em coligir e metodizar documentos, acumular material para organizar a História do Brasil ²⁰⁷ e para tanto, todo esforço é bem vindo. Em segundo lugar, determinados documentos e trabalhos serão diretamente úteis – ou perigosos – ao interesse do Brasil; ou seja, à alguma matéria política do momento.

A preocupação com limites enquadra-se com o objetivo de reconhecimento e estruturação física interna do país. É latente, também a atenção dada à legitimidade da posse de determinadas regiões ao norte ou ao sul ²⁰⁸. Sem dúvida, segundo podemos ler no trabalho de Lúcio Menezes Ferreira, para o Império urgem “a manutenção e ampliação de seu território” ²⁰⁹ devido ao temor do ressurgimento de rebeliões regionais, à convivência com as ex-colônias hispano-americanas que formaram Repúblicas e ao interesse econômico e estratégico em anexar territórios do Prata. Isto é válido mesmo depois da consolidação do Estado monárquico centralizador em 1850. Para Ferreira, a estes fatores estavam relacionados claramente os debates no Instituto “sobre os tratados de limites e a sistematização de documentos para a condução da política externa imperial” ²¹⁰.

Segundo Demétrio Magnoli, a estruturação do Império em si já vinha em favor da manutenção de regiões dispersas no mapa colonial, de modo a permitir a continuidade da expansão e exploração desses lugares. No momento da “ruptura dos laços coloniais, o novo Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização”. A unidade é, portanto, “desafio” e “programa histórico” correspondentes “aos interesses concretos pela marcha de apropriação e

²⁰⁷ Isto é o que afirma Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond em 1840, ao oferecer a “Notícia dos títulos do Estado do Brasil e dos seus limites austrais e setentrionais até 1765” Menezes assevera, na carta : “(...) pareceu-me não poder haver demazia na accumulção de papeis de similhante natureza, aonde no meio de muitas cousas inúteis achão-se algumas de valor, que servem para explicar outras, que alias ficarião obscuras sem este socorro”. 36ª sessão em 4 de abril de 1840, *RIHGB*, 1840, tomo II, p 262

²⁰⁸ A norte, questões envolvendo limites com as Guianas francesa e inglesa, a questão do Oiapoque e disputas com ex-colônias espanholas. A sul, os problemas do rio da Prata.

²⁰⁹ FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial” in: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 13 no. 2 Rio Janeiro. Abril/Junho 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200005&lng=en&nrm=iso . O autor comenta sobre o pedido feito por Paulino José Soares de Souza, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, em 1851, para que Varnhagen coligisse uma série de documentos com o objetivo de organizar um arquivo que desse respaldo às negociações entre o Império Brasileiro com as Guianas, Peru, Equador, Bolívia e Paraguai.

²¹⁰ Idem, ibidem.

valorização de terras”²¹¹. O poder imperial aparece como “resposta à ameaça de desintegração republicana; instrumento da unidade política e territorial”²¹².

O discurso do IHGB reforça essa resposta, complementando o programa com doações de trabalhos e documentos sobre a organização interna do país²¹³. As *Taboadas de longitudes e latitudes de grande parte do Brasil*, do Tenente Coronel Giffenig, por exemplo, lidas em sessão pelo representante da comissão de Geografia, José Silvestre Rebello, tiveram notadas suas “idéias sobre posições geográficas do Império bastante exatas” e destacados seus dados inéditos sobre algumas regiões. O parecer, favorável à sua publicação, nos dá pistas da relação política-história ao recomendar “todo o cuidado na revisão das provas, porque nestas obras o mais pequeno erro na posição dos algarismos pode dar resultados, que tornarão o trabalho *pernicioso e desprezível*”²¹⁴. O texto poderia se tornar indigno no sentido científico, e perigoso ao trazer conseqüências para a esfera política da construção da nação.

Para além da unidade interna, há texto sobre as fronteiras com países vizinhos²¹⁵. No mês de novembro de 1846, é apresentada a *Carta Chorographica do Império*, organizada por Conrado Jacob de Niemeyer, que dela se ocupara por quatro anos, mostrando a divisão das províncias e os

²¹¹ MAGNOLI, Op Cit, p 294

²¹² Idem, p 295

²¹³ Outros momentos do período podem ser observados, com relação a este tema. Em sessão em 4 de junho de 1846, Machado de Oliveira oferece duas cópias da Informação sobre os limites da província de São Paulo com as suas limitrophes, dada ao marquez de Alegrete Luiz Telles da Silva, sendo governador e capitão general da mesma província por Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro. Na sessão em 10 de junho do ano seguinte, há uma oferta de Pedro Victor Larée de um mapa litografado da província de São Paulo. Comunica a idéia de organizar trabalhos semelhantes às outras províncias, para estruturar ao fim e ao cabo um Atlas do Brasil. Também, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond oferece para o arquivo do Instituto da parte de João da Cunha Neves de Carvalho Portugal os seguintes manuscritos: Descrição diária dos progressos da expedição destinada da capitania de S. Paulo para a fronteira do Paraguay, de que é commissario o tenente coronel Candido Xavier de Almeida e Sousa, em 9 de outubro de 1800, terminada em agosto de 1802. Em outubro, o Primeiro Secretário oferece cópias de documentos importantes sobre o reconhecimento da foz do Amazonas.

²¹⁴ “47ª sessão em 18 de setembro de 1840”, *RIHGB*, tomo II, 1840, p 417. Grifo acrescentado.

²¹⁵ O secretário perpétuo do Instituto em 1841, oferece para a biblioteca do Instituto: *Tratado de Limites das conquistas entre os Srs. D. João V, Rei de Portugal, e D. Fernando VI, rei da Espanha, pelo qual se determina individualmente a raia dos domínios de uma e outra coroa na América Meridional*. Em 18 de novembro de 1841, verifica-se uma carta escrita da Vila de Santa Cruz de Goiás por Estevão Ribeiro de Rezende, oferecendo *Relação geographica-historica do Rio Branco da América Meridional, escripta pelo ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio*, tratando do descobrimento da região, do progresso dos estabelecimentos que foram posteriores até 1788, dos rios que deságuam, do território que banha, limites e confrontações – mas também da invasão dos Espanhóis ali praticada, e expulsão. Estevão de Rezende era bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de São Paulo, tendo representado esta província em sua assembléia diversas vezes – também na camara temporária da 16ª legislatura, que foi dissolvida em 1878. Era proprietário de uma fazenda de café em Piracicaba, onde residia. Escreveu diversos trabalhos sobre a história do Brasil, tratando de Reformas constitucionais, da Aclamação de Pedro I, o ministério de 1822-23 e sobre os Andrada.

limites do Império, “de maneira a formar uma idea menos escura do nosso rico e importantíssimo território” ²¹⁶. No texto que acompanha o mapa, comenta:

“Também julguei a propósito incluir na carta do Império a dos Estados limitrophes até ao rio Paraguay, não somente porque os últimos acontecimentos com a França e a Inglaterra lhes têm dado uma importância muito mais saliente, como porque as nossas relações commerciaes e occurrencias continuas demandam um conhecimento particular a respeito d’elles”

“Em quanto á fixação de limites do Império é esta uma difficuldade bem forte para hoje se poder arranjar definitivamente, pois que apenas em rigor são no geral considerados de facto, e se houve outr’ora abusos da nossa parte, foram e são elles muito mais salientes da parte dos nossos vizinhos, visto que os nossos são em relação a terrenos pantanosos e outros pela maior parte sem consideração, em quanto os dos nossos limitrophes são e foram sempre de uma importância manifesta (...)” ²¹⁷.

Esta carta possui papel fundamental. Segundo Lucia Paschoal Guimarães, até então o Brasil, enquanto Estado recém emancipado não possuía “uma representação espacial de sua soberania” ²¹⁸. A autora comenta que foi a primeira vez que o Império e suas províncias foram analisados e que o esforço de Niemeyer somente seria superado pelo de Henrique Rohan, em 1876, na organização de uma carta para figurar na Exposição Universal de Viena, 1873.

Uma carta de 6 de junho de 1840 de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro também dá atenção aos problemas fronteiriços. E o autor tenta escusar-se de ter suas afirmações confundidas por política, valendo-se do argumento da necessidade histórica:

“(…) propunha-me por mero patriotismo, sem o mínimo comprometimento com o Governo, evidenciar pela Historia, assim como já o fiz pelos Tratados a usurpação dos limites do Brasil ao norte pelos Francezes, e que o Marechal Soult não tinha razão em responder que os Francezes estavam em seu direito: no seu direito! Entretanto, suspendi o meu trabalho, pois que recebo uma carta de Lisboa do nosso consocio o Sr. Varnhagen, na qual entre outros assumptos, me annuncia que o Sr. Costa e Sá tinha prompta para remetter ao Instituto uma Memória sobre os limites do Brasil; uma tal producção, vinda de tão douta penna, e em presença dos MS preciosos, depositados na Academia Real das Sciencias de Lisboa, bem merece que aguardemos em silêncio” (pp. 272-273)

“(…) chamou minha atenção a leitura de um artigo do Jornal do Instituto Histórico da França – maio de 1838 – a pág 139 vem uma carta do Visconde de Santarém, antigo Ministro de Portugal, na qual fazendo enumeração dos Archivos em Portugal onde se encontrão preciosos monumentos históricos, aponta a existência de um manuscripto da Bibliotheca do Mosteiro de S. Vicente de Fora, que contem a historia dos principais acontecimentos da Europa até a paz de Utrecht em 1713, com as peças originaes; não foi este o Tratado em que se negociou e ajustou (positivamente no artigo 8º) entre S.M. Christianissima e S. Magestade Portugueza os limites do Brazil ao Norte? Não valia a penna de recommendar ao nosso encarregado de semelhantes copias para examinar e fazer copiar quando fosse concernente ao Brasil? O Instituto que decida” ²¹⁹.

²¹⁶ “157ª sessão em 19 de novembro de 1846”, in *RIHGB*, tomo VIII, p 554

²¹⁷ Idem, pp554-555

²¹⁸ GUIMARÃES, Lucia “Conrado Jacob Niemayer” in VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial*, Op.Cit, p. 164

²¹⁹ “40ª sessão em 6 de junho de 1840”, in *RIHGB*, Tomo II, 1840, p. 273

O ofício do Visconde de São Leopoldo indica a contemporaneidade e relevância das questões ao norte do Brasil em contato com regiões pertencentes à França, e sua preocupação em se mostrar livre de compromissos junto ao Estado demonstra sua consciência de que esbarra em questão delicada e interessante à política. Pretende indicar, em contrapartida, que a busca da verdade e a defesa contra usurpações são relevantes também para a história. Ao fim de seu ofício, indica, finalmente, a possibilidade do trabalho de coligir documentos servir ao esforço de preservar o espaço físico da nação.

Na sessão seguinte, Antonio Ladislau Monteiro Baena, militar português, escreve comunicando a redação da memória sobre limites com Cayenna e a coleção de documentos relativos ao assunto que fazia ²²⁰. Em setembro de 1840, chega um ofício de Aureliano de Souza Coutinho, sobre este trabalho. Diz ter achado elementos importantes e “úteis para as negociações pendentes entre o Império e a França sobre a demarcação de limites dos dois Estados”; extraíra uma cópia, para guardar no Arquivo daquela Repartição e afirmava a conveniência do adiamento “para época oportuna a publicação deste escripto” ²²¹. Em 17 de agosto, finalmente, Baena escreve do Pará remetendo Memória sobre a questão do Oiapoque com os franceses, em conjunto com uma coleção de documentos.

Este sócio abordou questões de fronteiras algumas vezes, e a preservação dos limites ao norte, como também é o caso da *Memória sobre o intento que tem os ingleses de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do rio Repunuri adjacentes á face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia* ²²² publicada na Revista. Neste texto, analisando o problema fronteiriço e sua relação com passado, termina por apresentar uma interpretação acerca do trabalho dos portugueses na defesa do território.

O autor apresenta o histórico de desacordos, entendidos por ele como provas de que as divisas do território do Brasil com a Guiana Inglesa deveriam ser observadas; os desentendimentos contínuos seriam sinais de que aquela região se encontrava em ameaça de perda e invasão – não pela via bélica, mas por inexistências burocráticas ²²³. Uma série de erros é elencada; assomados a desfalque de cartas topográficas na Secretaria do governo da província,

²²⁰ Esse trabalho será apresentado em sessão de 19 de agosto de 1847, com o título *Memória sobre a intrusão dos franceses de Cayena nas terras do Cabo Norte em 1836*

²²¹ “47ª sessão em 18 de setembro de 1840” in *RIHGB*, Tomo II, 1840 p. 413

²²² BAENA, Antônio Landislau Monteiro “Memória sobre o intento dos ingleses de usurpar as terras ao Oeste do Rio Repunuri”, in *RIHGB*, 1841, tomo III. “Demerari” refere-se a Demerara, região da Guiana.

²²³ No texto, Baena verifica documentos disponíveis sobre o assunto, memórias e cartas topográficas da última demarcação de limites em 1780, procurando situar a divisa do Brasil com a Guiana Inglesa. Idem, p 328

formariam um cenário conveniente para que a missão inglesa tentasse usurpar territórios brasileiros. Para o autor, se houvesse tais documentos, o presidente Bernardo de Souza Franco não faria afirmações equivocadas, colocando em riscos regiões por direito brasileiras ²²⁴. Após comentar diversos erros de latitude e longitude, e contagem de distâncias, o autor afirma:

“Papéis que encerram semelhantes inexatidões danam o interesse nacional, e ocasionam meios de chicana a estrangeiros ávidos, que de ordinário sabem tirar partido das mínimas circunstâncias acidentais, e a quem tudo serve para entenebrecer a matéria, erguendo debates arriscados, em que se perde tempo sem proveito, e que põem o negocio na borda do precipício” ²²⁵.

Para o autor, os ingleses não estavam agindo guiados por erros topográficos que poderiam estar presentes nas cartas portuguesas. Ao contrário, eles não desconheciam ser “o território cobiçado possessão do Império Americano Meridional”. Estariam cientes de quais eram os reais limites do Brasil enquanto agiam de acordo com seus interesses sob um pretexto que, em verdade, tratar-se-ia de máscara a ocultar o projeto de ampliar suas colônias: “Esta gente bem atinada em seus interesses possui cartas e memórias topográficas (...). Quando os portugueses estão divisando com vergonhosa indiferença mapas desencaminhados pendentes do arsenal da marinha em Lisboa, os ingleses os compram e mandam imprimir”²²⁶ sob uma “ambição que os aguilha à vista da apurada noticia que tem de que elas indicam gênio de serem produtivas (...) e de que há nelas muitos gêneros nativos (...)” ²²⁷. Neste trecho, constatamos uma nuance na interpretação sobre portugueses no presente. Ao contrário da postura de alguns sócios de não polemizar as heranças portuguesas e sua atuação na defesa territorial, Baena, lisboeta, analisa negativamente o cuidado deles, especialmente naquele momento, com a documentação do Brasil.

No desfecho, comenta-se que as preciosidades das terras setentrionais do Brasil teriam feito com que os estrangeiros, em diferentes épocas, inclinassem seus desejos de conquista. O autor aponta para a pouca exploração das riquezas admiráveis daquela região, cujo solo deveria ser resguardado em nome de outras gerações que dela se ocupariam: passar para elas estas terras na sua integridade é “o patriótico desiderato de todo o brasileiro bom cidadão” ²²⁸.

A necessidade de maior zelo no trato das fronteiras não se concentrava apenas na maneira de ler e preservar os escritos de outrora – muitas vezes escolhidos, comentados e apresentados na

²²⁴ Idem, pp 329-330

²²⁵ Idem, p 330

²²⁶ Idem, ibidem

²²⁷ Idem, ibidem

²²⁸ Idem, p 332

Revista. Também deveria estar guiando a escrita no presente como Baena o demonstra. Era um esforço contínuo, expresso em outros atos, de demais sócios. Em 1841, uma seqüência de correspondências mostra que o Presidente, o Visconde de São Leopoldo, se dirigiu à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra pedindo quinhentos exemplares de um mapa que abrangia o Rio Oiapoque ²²⁹, e têm sua requisição atendida. Pelo que é possível compreender, ele buscava o mapa que era anexo à *Memória sobre limites do Brasil ao Norte*, escrita por Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista luso-brasileiro que percorreu grande parte da Amazônia na Expedição Filosófica, patrocinada pela coroa, entre 1783 e 1792, na qual realizou uma detalhada descrição física e econômica da área.

O histórico dos problemas referentes a essa região é abalizado pela época em que o Brasil era parte de Portugal, e datam de até mesmo de antes da invasão do território de Caiena, feita no período joanino. A França fazia freqüentes intervenções na América: México, Buenos Aires, Montevideu, Amapá o que, segundo Amado Luiz Cervo, repercutiria no Parlamento e demonstraria uma fraqueza do governo. O tratamento dos problemas com a ocupação francesa esbarravam em uma questão parlamentar relevante ²³⁰; desencadeou críticas da oposição, que acusava o governo de inércia frente à ameaça de perda de territórios. Segundo Cervo, havia críticas ao que foi classificado como atitude indiferente, “deixando a entender que o Brasil deve resolver suas pendências com os fortes pela via do entendimento e da diplomacia” ²³¹. Caberia ao Senador Vergueiro e a Limpo de Abreu, na Câmara, as reações mais enérgicas, chamando atenção ao fato de que o Senado não poderia ficar indiferente às intervenções francesas e à ameaça do interesse nacional.

Conforme outros indivíduos passaram a indicar a gravidade do problema, respostas mais combativas surgiram, no sentido do uso da força armada. O governo novamente utilizou-se da via diplomática, pedindo a intermediação inglesa. Assim, a França teria aceitado que a discussão do

²²⁹ Neste ano, na sessão de 19 de maio, são apresentadas várias ofertas, relacionadas ao Histórico de relações com as possessões francesas ao norte. Horacio Say, pelo Visconde de São Leopoldo, apresenta *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*. Da parte da secretaria dos negócios da guerra, chegam três exemplares litografados de uma Carta geográfica da parte da costa do Norte que compreende a foz do rio Amazonas desde um até quatro graus de latitude boreal e mais três da *Carta da costa da Goyanna portuguesa e francesa desde o forte do Macapá até Cayenna, formada por ordem do Governador e Capitão-general do Estado do Pará no anno de 1808* “63ª sessão de 19 de maio de 1841”. In *RIHGB*, tomo III, 1841, p 234.

²³⁰ Na resposta à Fala do Trono de 1839, a Câmara refere-se à ocupação do território brasileiro às margens direitas do Oiapoque, esperando por uma solução política para ela.

²³¹ CERVO, Amado Luís. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores. (1826 - 1889). Brasília, Ed. da UnB, 1981, p 48

problema fosse trazido para a esfera legal, passando a invocar tratados (1713, 1750, 1761, 1777, 1802, 1815, 1817) – obrigando o governo a encaminhar suas respostas no mesmo terreno, e a buscar na história a colaboração para sua defesa.

Outra vez, fica patente a necessidade de observar a atuação portuguesa na defesa do território. Com efeito, Maciel Monteiro, ministro da pasta de Estrangeiros, empenha-se na tarefa, pedindo aos ministros do Brasil no exterior que procurassem por documentos. Descobriu-se, enfim, uma documentação importante, desconhecida no Brasil, que evidenciou a falsidade de alguns textos nos quais se baseava a França, e o ministério pôde, então, instruir o debate parlamentar e fazer reconhecidos seus direitos pela França²³².

O Visconde de São Leopoldo, que abordaria os problemas com a França, já em março de 1839 demonstrara preocupação com o território do Brasil, apresentando o trabalho *Quais são os limites naturais pactuados e necessários do império do Brasil?* que teve boa repercussão, tendo sido, na mesma sessão em que foi apresentado, julgado de “sumo interesse”. Sua impressão imediata foi considerada “absoluta necessidade”²³³. O Instituto decidiu imprimir às suas custas, pois precisava vir “à luz o mais breve possível”. Duas semanas depois, já chega a informação de que a memória do Presidente sobre os limites do Brasil fora impressa, sendo cem exemplares distribuídos dentre sócios, duzentos colocados na biblioteca do Instituto e o resto posto à venda. Dois meses depois, uma carta vinda da Bahia da parte de João Antonio de Sampaio Vianna, solicita licença do Instituto para publicar no *Correio Mercantil* a memória do Visconde – permissão concedida, sob condição de que fosse dado a público que se obteve tal licença.

O trabalho indicava que os limites deveriam ser pensados em relação à possibilidade de sua manutenção na medida em que fossem considerados seguros. Em outras palavras, as demarcações e definições deveriam ser livres de possíveis perigos e atritos para o Império. Para isso, são buscados limites naturais e de identificar quais seriam. Por outro lado, há também a valorização do *uti possidetis*²³⁴. Em outubro, do Chile escreve Miguel Maria Lisboa, contando ter lido a Memória e elogiando um dado apresentado pelo Visconde, proeminente para certos problemas de fronteiras, cuja solução ele afirmava estar buscando:

²³² Idem, p. 49

²³³ “6ª sessão em 2 de março de 1839”, *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 149

²³⁴ Princípio romano do Direito Civil, consagrado ao direito de propriedade e posse sobre terras. MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

“(…) mui folguei em ver sustentado pelo nobre Visconde um princípio, que me pareceu sempre importantíssimo – a nullidade dos limites fixados pelo tratado de S. Ildefonso. Um dos meus maiores empenhos actualmente é colligir todos os documentos, embora alheios a questão, que possam servir para sustentar o nosso direito de posse; e também os enviarei ao Instituto, principiando pelo que se encontra no incluso numero do Araucano e que vae marcado a margem”²³⁵.

Miguel Maria Lisboa, experiente diplomata, novamente defenderia o *Uti possidetis* em 1841, na oferta de uma Memória escrita por Ramon Azcarate:

“E se tal principio pode ser invocado a despeito de claras, terminantes e legalissimas Reaes ordens, como as que demarcavam as fronteiras dos vice-reinados e capitanias geraes dependentes de Castella; não é muito que o sustente o Brasil contra um tratado (qual o de S. Ildefonso) obscuro, contradictorio e caduco”²³⁶

A nulidade do tratado de S. Ildefonso adviria do fato de que os espanhóis não respeitaram as demarcações dadas pelo tratado referentes à região do Amazonas e do Mato-Grosso; anos depois, em 1801, ocorre uma guerra à qual se seguiu a assinatura do Tratado de Badajoz que garantia o direito de *uti possidetis* da coroa portuguesa em determinadas regiões.

Nota-se, pela repercussão²³⁷ e pelo interesse suscitado em esferas externas à intelectualidade a maneira como a preocupação que guia o preparo do trabalho de Visconde de Leopoldo possuía forte viés político. Outros trabalhos e documentos apresentados apresentaram o mesmo enquadramento. Tal é o caso do manuscrito *Carta que escreveu o mestre de campo André Ribeiro Coutinho ao general Gomes Freire d'Andrade em resposta de uma que lhe escreveu do Rio de Janeiro dizendo que o povo do Rio de Janeiro se admirava que se não tomasse Montevidéu*; de *O que se praticou antes e depois do rompimento da colônia de Sacramento no anno de 1762*; da *Relação do que houve na tomada da margem meridional da barra do Rio Grande do Sul em 1776*; e dos volumes da *Bibliotheca del comercio del Plata*, publicado sob direção de Florêncio Varella, contendo documentos a respeito da América Meridional e coleção de tratados concluídos pelos Estados do Rio da Prata, leis orgânicas e constituições políticas das Republicas americanas do Sul.

²³⁵ Idem, p. p.277

²³⁶ “64ª sessão em 3 de junho de 1841”. In *RIHGB*, Tomo III, 1841, p 236

²³⁷ Em setembro de 1840 o conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá ofereceu um manuscrito de título *Breves anotações À memória que o exmo. Sr. Visconde de S. Leopoldo escreveu com o título – quaes são os limites naturaes, pacteados, e necessários do Império do Brazil, publicado pelo instituto em 1838*.

Por sua vez, o Barão de Antonina ²³⁸ apresenta um relato de sua viagem em 1848 - no qual comenta a utilização de um Itinerário composto por João Henrique Elliot, cidadão norte americano - que descreve toda a marcha que foi preciso encetar para descobrir uma via para o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso. O mapa apontaria pontos inéditos, vantajosos para a política de fronteiras:

“a facilidade com que o governo poderá fazer respeitar nosso território nas fronteiras com Chiquitos e Bolívia, que já nos tem querido disputar contando talvez com o custoso de nossos recursos para rebater quaesquer tentativas; e finalmente o contacto em que ficamos com o Estado Paraguay, conforme se vê descripto no fim do roteiro. Todos estes motivos me induziram a emprehender taes explorações, para de alguma maneira ser útil à nossa cara pátria, que tudo merece de seus filhos” ²³⁹

O tratado de Santo Ildefonso de 1777 mencionado por Lisboa, fora assinado após uma violenta invasão feita pelos espanhóis à América Portuguesa, conflito que se encerrou com o tratado que devolvia a Portugal a ilha de Santa Catarina e regiões correspondentes ao Rio Grande do Sul, e incorporava a Colônia do Sacramento e os Sete Povos ao patrimônio espanhol ²⁴⁰. Vale comentar, de acordo com Francisco Doratioto, considerando as questões platinas, que “o fato de o Brasil ser a única monarquia na América levou seus governantes a apontá-lo como um Estado solitário no continente, cercado de inimigos potenciais” ²⁴¹; para o autor, tal percepção tinha uma procedência, uma vez que os Estados vizinhos viam na Monarquia brasileira “governada tal qual Portugal pela Casa de Bragança, um herdeiro das ambições do expansionismo colonial português”; assim sendo, colocar o Brasil como solitário em sua forma política, era também uma maneira de “fortalecer a unidade nacional brasileira, ao apontar a existência de uma ameaça externa” ²⁴².

A relação entre Estados republicanos e Monarquia passa pela questão da legitimidade, conforme poderíamos ler em François Xavier Guerra: “Ao romper o vínculo com a Península Ibérica, também se rompia o vínculo com o Rei, ou seja, com a legitimidade histórica. Não

²³⁸ João da Silva Machado, o Barão de Antonina foi responsável pela ordenação de várias estradas e pela exploração de rios, tendo fundado povoações e reservas indígenas. Chegou a ser deputado provincial por São Paulo entre 1835 e 1843.

²³⁹ “193ª sessão em 15 de junho de 1848”. In *RIHGB*, tomo X, 1848, pp. 260-261

²⁴⁰ Esta região pelo tratado de Tordesilhas já pertencia ao território espanhol, mas a União Ibérica facilitou para que houvesse uma expansão portuguesa.

²⁴¹ DORATIOTO, Francisco “Maldita Guerra”. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p 27

²⁴² Idem, pp 27-28

restava então outro caminho para legitimar o poder que não a moderna soberania do povo”²⁴³. Para o Estado luso brasileiro, ao contrário, o ponto inicial de sua Independência é uma separação ocorrida “respeitando esse delicado fio que sustenta a legitimidade”²⁴⁴ que é a relação de parentesco entre D. Pedro e D. João VI – inferencialmente, entre o Brasil e Portugal.

O problema do Prata também incentivaria a publicação de documentos, a exemplo da *Memória da tomada dos Sete Povos de Missões da América de Espanha*”, escrito por Gabriel Ribeiro Almeida em 1806 (período em que aconteceram disputas na colônia do Sacramento), publicado em 1843²⁴⁵. A apresentação deste documento nesse ano certamente pode ser relacionada à possível busca de justificativas para uma intervenção nos conflitos do Prata. Nesse sentido, ele não trata de um debate acerca das procedências históricas de fronteiras entre colônias, mas de um relato de guerra efetiva por uma região, escrito por um participante dela. Boa parte da narrativa constitui-se de diário de lutas, comentando aspectos que dizem respeito à esfera militar, datas, trajetórias, acontecimentos pontuais.

Almeida inicia a memória com a chegada da notícia do embate na Capitania de Rio Grande de São Pedro: “Não há palavras com que se expresse o alvoroço de todos os habitantes daquela capitania na esperança de fazerem com as armas na mão uma divisão de limites mais vantajosa”. O apoio popular parece assinalar uma atmosfera de valorização e legitimidade da guerra, inclusive na abordagem da estruturação das tropas. Como a Tesouraria do Rio de Janeiro devia soldos às milícias havia mais de doze anos, o exército contava com um espírito de patriotismo capaz de fazer os povos interessarem-se voluntariamente em aderir à guerra, ou de vestir em poucos dias a tropa “porque os que não podiam dar dinheiro davam panos, bois, cavalos e escravos”²⁴⁶. As milícias contaram também com o apoio expresso no interesse de muitos homens em alistar-se – “gente inumerável e resoluta”.

O texto segue narrando subseqüentes sucessos dos portugueses, sempre com tom enaltecido aos seus feitos, ao passo que os exércitos espanhóis são apresentados em constante desvantagem: quando numerosos, os portugueses são mais capazes; quando em menor número,

²⁴³ GUERRA, François Xavier *Modernidad e independencias – ensayos sobre las revoluciones hispanicas*. México: FCE- Mpfre, 1993, p 51. Apud: CARAVAGLIA, Juan Carlos “Os primórdios do processo de independência Hispano Americano” in JANCÓS, István (Org.) . *Independência: História e Historiografia*. Op.Cit. p. 207

²⁴⁴ CARAVAGLIA, Op.Cit, p 208

²⁴⁵ ALMEIDA, Gabriel Ribeiro “Memória da tomada dos Sete Povos de Missões da América de Espanha, 1806” in *Revista do IHGB*; tomo V, 1843, p 03

²⁴⁶ Idem, p 04

cedem sem maiores resistências, retirando-se de seus postos de guarda facilmente, por vezes à mera visão do movimento dos exércitos portugueses.

A delicada questão de limites e sua relação com o passado português encontra grande contraponto no Instituto, no final da década, com uma polêmica flagrada nas atas entre Pedro Alcântara de Lisboa e o Visconde de Santarém. Este, desde setembro de 1842 enviava ao IHGB os tomos de um trabalho que escrevia, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias desde o principio da Monarchia até os nossos dias*. Ao entregar o primeiro volume, escrevera que o seguinte, trataria das relações com a Espanha, contando com as coleções de Negociações e Tratados de limites da América – sendo, portanto, de sumo interesse para o Brasil.

Na 176ª sessão em 19 de agosto de 1847, é lido um texto de Pedro Alcântara Lisboa, *Memorandum*, e também seu parecer, escrito por Duarte da Ponte Ribeiro. Naquele, lia-se que as mais importantes questões de limites do Brasil com as repúblicas de origem hispânica tinham sua decisão dependente “da validez ou da caducidade do tratado de Ildefonso de 1777”²⁴⁷ que os vizinhos consideravam válido – na opinião do autor, apenas pela conveniência que isso lhes daria. Para o Brasil, como já indicamos, o tratado era considerado caduco, tendo sido rasgado pela guerra de 1801. Após a guerra, o autor pontua que não foram organizados tratados sobre esses limites, validando o *uti possidetis* – praticado, segundo ele, em todas as nações civilizadas; sendo “a *continuação* da fruição de um direito legitimamente adquirido e que só pode ser abandonado de uma maneira explícita”²⁴⁸.

Dando sinais do vínculo da diplomacia à história, Lisboa então polemiza com o *Quadro Elementar* de autoria do Visconde de Santarém, comentando que um brasileiro qualquer que procurasse apoiar seu direito neste trabalho não encontraria dados seguros e profundos. Com base em determinados trechos do texto²⁴⁹, aponta que o Visconde abria margem para interpretar erroneamente que o tratado de 1777 fora renovado, dando também “pretexto aos herdeiros da Hespanha para reclamar a collocação das cousas in status quo”²⁵⁰.

“Si considerarmos o Quadro Elementar com relação aos interesses de Hespanha ou Portugal não tem esta discrepância importância alguma; nem há que extranhar que seu autor, que escreveu para seus

²⁴⁷ “176ª sessão em 19 de agosto de 1847”, in *RHGB*, Tomo IX, 1847, p. 436

²⁴⁸ O tratado de paz firmado após a guerra é o de Badajoz, de 6 de junho de 1801, considerado pelo autor como “de summa importância para o Brasil” [idem, *ibidem*]

²⁴⁹ Em especial, o seguinte: “as altas partes contratantes se obrigam a renovar os antigos tratados entre ellas subsistentes”.

²⁵⁰ Idem, p 437

compatriotas portuguezes, tenha extractado o tratado de Badajoz com uma concisão que, si affecta aos interesses do Brasil, é perfeitamente indifferente aos de Portugal. Mas aos brasileiros, a quem importa que se escreva a historia do seu país com exactidão, e que não se citem documentos que affectam os seus direitos com discrepâncias prejudiciaes, incumbe notar faltas como estas.”²⁵¹

Diante das afirmadas imprecisões do *Quadro*, lembra o fato de que o Visconde de Santarém não era brasileiro, mas sim português. Seu público alvo era lusitano, para quem não mais seria relevante a precisão dos fatos, dada a separação política. Pela naturalidade do Visconde, pontuar-se-iam as faltas cometidas – que deveriam ser corrigidas, de maneira que os brasileiros pudessem utilizar-se da obra; isto é, para que os interesses do Brasil não fossem lesados pelas imprecisões. O parecer de Duarte Ribeiro endossou Lisboa, reforçando a indicada necessidade da correção do erro a respeito da citação do tratado de Santo Ildefonso e da concisão com que o tratado acima mencionado é descrito; especialmente pelo fato de que o governo da Bolívia já citara o *Quadro Elementar* para salvaguardar seus interesses na interpretação dos tratados: que o tratado de 1777 – S. Ildefonso – era reafirmado em junho de 1801, pelo tratado de Bajadoz.

Uma longa réplica do Visconde de Santarém veio a prensa em 1849, recusando-se a adotar quaisquer correções. Em primeiro lugar, apontava a indelicadeza de Lisboa, que já tinha lido o *Quadro Elementar* quando o visitou na Europa, e na ocasião não apontara quaisquer falhas²⁵² – vistas as relações então existentes entre ele e Lisboa, e a convicção de que a obra interessava o Brasil, o Visconde alegava que teria sido interessante se lhe houvesse comunicado suas dúvidas, pois elas teriam sido respondidas. No tocante à acusação de “anti-brasilidade” no tratamento do problema de limites, o Visconde indaga:

“Ora se eu escrevi só para os meus compatriotas, como é que a mesma minha obra serve a um governo estrangeiro americano para a citar em uma nota diplomática? Este simples facto e a contradição que

²⁵¹ Idem, p 438

²⁵² “Direi em primeiro lugar, que não tratarei aqui de discutir os motivos que poderia ter o Sr. Pedro d’Alcantara Lisboa, achando-se em Pariz, e tendo-lhe eu procurado, no interesse do Brazil e do Instituto as relações de que elle faz menção em sua carta impressa na Revista do mesmo Instituto, 2a serie, tom 2o, no 6, pág 267, para não se lembrar, antes de remetter o Memorandum ao mesmo Instituto, e de exigir o seu parecer, de me consultar sobre o que dizia respeito á minha obra no dito Memorandum”. [“209ª sessão em 9 de agosto de 1849”, in RIHGB, Tomo XI, 1849, p 416]²⁵² O visconde transcreve trechos de uma carta que Lisboa teria lhe escrito em fevereiro de 1847, “para fazer sobresahir a differença que existe entre a benevolência” que lhe mereceu então e a “pouca atenção que teve” com ele em 1848. No trecho, Lisboa afirmava ter esperança de poder oferecer um Atlas que o Visconde de Santarém preparava ao Instituto – ao que o Visconde respondeu que competiria a si tal honra. Ainda, o brasileiro assim se referia ao trabalho: “Este Atlas, sendo o complemento de uma obra importante, que se occupa longamente de descobertas, póde interessar sobre maneira o Instituto Brasileiro, e eu não duvido que além das questões examinadas pelo distincto sábio portuguez, outras podem ser analogamente discutidas com o socorro das provas mathematicas e naturaes que offerece o dito atlas ” [idem, pp 416-417]

d'elle resulta bastariam em boa hermenêutica para responder á estranha asserção do auctor do Memorandum”²⁵³.

Além disso, indica que não citara o tratado de 1777 (de Santo Ildefonso)²⁵⁴, e que portanto a alusão de Lisboa não faria sentido. O Visconde também comenta as indicações de que mudanças deveriam ser feitas no *Quadro*, de maneira que se tornasse um texto confiável para os brasileiros, bem como coerente com seus interesses²⁵⁵. Sua resposta é, em primeiro lugar, afirmar a extensão de seu trabalho, publicado em seis volumes, no qual haveria mais de mil indicações e sumários de documentos interessantes ao Brasil, muitos dos quais inéditos – “cousa que o auctor do Memorandum não encontrará por certo em outra obra até agora publicada”²⁵⁶. Em seguida, ressalta por meio de uma correspondência oficial mantida com o Visconde de São Leopoldo e com o Cônego Januário Barbosa que o *Quadro* tinha boa aceitação no Instituto. São transcritas duas citações para “mostrar que aquella douta assembléia considerava o Quadro Elementar como também escripto para o Brazil”²⁵⁷.

Para o autor, haveria no *Memorandum* não uma crítica literária, mas sim, “tanto nas expressões como no espírito d’ellas, uma mais que injusta e a todos os respeitos infundada acusação de parcialidade contraria aos interesses do Brazil”. Desta forma, o autor justifica a sua extensa réplica: “protestar com todas as forças de minha alma contra taes expressões e contra o espirito d’ellas”²⁵⁸. Pede, assim, que a carta seja lida e tenha espaço na Revista. O Visconde ainda conta que vai imprimi-la juntamente com as cartas dos fundadores e distribuir para todos os

²⁵³ Idem, p 418

²⁵⁴ De fato, o Visconde aponta que Lisboa cometeu falhas de leitura e de recorte de sua obra. Para o comentário citado por Lisboa a respeito do trecho – “As altas partes contractantes se obrigam a renovar os antigos tratados entre elas subsistentes” – o Santarém indica que o autor omitiu parte do sumário, que diz “com as modificações porém que exigirem os vínculos que ligam a Hespanha á República Franceza” [idem, p. 418]

²⁵⁵ No que diz respeito à necessidade que um brasileiro teria de aprofundar-se na matéria ao ler o *Quadro*, o Visconde a confirma: a natureza de sua obra seria “elementar”; portanto, seria de estranhar que se esperasse que fossem vistos documentos, que só deveriam ser encontrados em outros trabalhos de sua autoria.

²⁵⁶ Idem, ibidem

²⁵⁷ A primeira é fala do secretário perpetuo em 27 de novembro de 1842, em sessão publica, tratando das obras recebidas. Cita-se o trecho e grifa-se a seguinte parte: “Os serviços que assim presta este nosso digno consocio á historia e geographia em geral redundam em esclarecimento do Brazil, que d’esta sorte vai sahindo do poço de trevas em que há tempos dormia.” [idem, p 421] Segundo o Visconde, o bom conceito em que o *Quadro* era tido foi aumentando conforme os outros volumes da obra foram publicados. Em janeiro de 1846, quando envia o tomo que continha as relações entre Portugal e França no Reinado de D. João V, foi dito que são muitas as notícias sobre o Brasil, que interessam à história do Império. Então, o autor pondera, com alguma ironia: “Á vista do que deixo ponderado, se o auctor do Memorandum se não acostumou ainda a considerar a dita minha obra como também escripta para os Brazileiros, o primeiro corpo scientifico do Império pensou constantemente o contrario desde 1842, data da aparição do 1º volume d’esta obra” [Idem, ibidem].

²⁵⁸ Idem, p. 422

leitores da Revista, no Império ou na Europa, para que tenham em vista “as provas de que a dita obra foi sempre considerada como de grande utilidade também para os interesses do Brazil, e para a história do Imperio”²⁵⁹.

O destaque dado a esta polêmica explica-se justamente por deixar entrever que as animosidades frente ao elemento português na sociedade brasileira não escapavam à esfera ilustrada. Nesse sentido, integram uma discussão tanto metodológica quanto política, adentrando no debate político a respeito do território e fronteiras – ainda que houvesse situações e esforços de silenciamento de tais conflitos e /ou atritos.

5. Identificar origens e originalidades: Indagações e restrições ao desempenho português na Colonização

Se é possível flagrar tal gênero de conflitos no final dos anos de 1840, quando um sócio polemiza abertamente com outro, indicando o “ser português” como um problema para a maneira como escrevia a história – e para como a história auxiliaria a política – há ainda outros pontos de discussão abordando o passado colonial que irromperam no Instituto, em destaque a maneira como se deu a participação portuguesa e que tipo de trabalho empreendeu. Por vezes, este questionamento se expressou em perguntas instigadoras de debates que originaram estudos pautados por um olhar negativo sobre os lusitanos. Como, na maior parte das vezes, não se materializaram em Memórias e/ou não transpareceram nas demais páginas da Revista, acabaram por ser silenciados, ficando registrados apenas nas atas das reuniões.

No início da atuação do IHGB, por exemplo, o desembargador Pontes sugeriu que se discutisse a origem dos ciganos que habitavam no Brasil. Cunha Barbosa, por sua vez, conhecido pela já comentada participação junto ao grupo de Ledo nos eventos da Independência, deu para a biblioteca em 1840 o folheto intitulado *Ensaio Histórico Político sobre a origem, processos e merecimentos da antipathia e recíproca aversão de alguns Portugueses Europeus e Brasilienses*.

Mariz Sarmiento, em maio de 1840, propôs o seguinte programa para lançar à urna:

“Qual seria o motivo porque os Portuguezes tendo visitado o Rio de Janeiro no anno seguinte ao do descobrimento do Brasil, e até principiado ahi um estabelecimento alguns annos depois; não podendo deixar de reconhecer a belleza, commodidade e vantajosa posição de seu porto, a fertilidade de seu solo, e outras circunstancias que o fizerao preferir em tempos posteriores para a Capital do Estado, só tantos annos depois (1568) começarão na margem da sua magnífica bahia a fundação de um estabelecimento

²⁵⁹ Idem, ibidem

permanente, sendo provável que ainda o desprezassem por muito tempo se não fosse a necessidade de expulsar os Franceses, e tirar-lhes de uma vez a esperança de voltarem; não se podendo attribuir esse desprezo á resistência dos Tamoios, pois igual e maior soffrerão de nações não menos valentes e numerosas em outras partes da costa do Brasil menos interessantes, em que apesar disso se estabelecerão muitos annos primeiro”²⁶⁰.

Percebemos verificar, na própria sugestão deste tema, uma crítica aos portugueses e ao tipo de administração organizada. Questiona-se a demora em despender cuidados às terras recém-descobertas, citando particularmente o Rio de Janeiro; e é imediatamente retirada qualquer possibilidade de explicação deste atraso por uma suposta dificuldade com os indígenas. Ainda, a proposta já atribui à necessidade de expulsar invasores o motivo único pelo qual finalmente teriam se dedicado a cuidar da região – o que minimiza o empreendimento.

Restrição indireta também parece surgir na proposta do programa para ordem do dia feita pelo 2º secretario em 1840, Manoel Ferreira Lagos: *Por que razão sendo útil a Arte Typographica conhecida na Europa desde o meiado do século XV tardou tanto em ser introduzida no Brasil? Quaes os motivos que retardarão a sua introduccção; em que parte do nosso solo trabalhou a primeira imprensa, por quem foi ella mandada vir e dirigida, e qual a primeira obra dada á luz no Brasil? Traçar, finalmente, um resumo da historia da Typographia na terra de Sancta Cruz.* Ao tentar responder este programa, quem quer que o fizesse certamente teria de tratar das dificuldades para uma educação formal mais elevada na colônia, e também do exame do comércio de livros como exemplos do receio que disseminassem idéias revolucionárias²⁶¹. Principalmente, essa cautela significava a proibição do estabelecimento de uma imprensa em território colonial; quaisquer trabalhos produzidos no Brasil deviam ser submetidos aos censores em Portugal antes de publicados.²⁶²

Percebemos, também, em algumas intervenções, um debate acerca dos indivíduos pioneiros no Brasil, tais como João Ramalho e Diogo Álvares, o Caramuru. Aqui, encontramos pontos de discordâncias entre os membros do Instituto a propósito do desempenho português. A

²⁶⁰ “38ª sessão em 9 de maio de 1840” in *RIHGB*, Tomo II, 1840, p. 268

²⁶¹ Aquelas idéias que na Europa se caracterizavam como ilustradas, na América poderiam adquirir nuances revolucionárias, ameaçando a estabilidade da coroa portuguesa. De acordo com Leila Mezan Algranti, a censura de livros e de idéias, portanto, predominou na história colonial. Mesmo no início do século XIX, no Rio de Janeiro “persistia o controle alfandegário da entrada de livros”. Uma série de medidas visava “dificultar o acesso dos colonos ao mundo das letras, tais como a proibição de tipografias na Colônia, a ausência de um sistema de ensino eficaz e o fato de não existirem universidades” na colônia. ALGRANTI, Leila Mezan *Livros de Devoção, Atos de Censura*. São Paulo: HUCITEC, 2004, pp. 133-136

²⁶² RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jan. 2009. doi: 10.1590/S0102-01881998000200010

atenção parece estar voltada para um questionamento sobre a origem da nação nos seguintes termos: quem foram seus pais fundadores? Teriam sido os primeiros portugueses, chamados “brasilienses”? Podem ser considerados os degredados, como Caramuru e Ramalho? Ou ainda, seriam os donatários e seus descendentes?

Em carta de 31 de agosto de 1840, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, residente em São Paulo envia uma memória do Frei Gaspar da Madre de Deus, *Notícia dos annos em que se descobriu o Brasil; e das entradas das Religiões e suas fundações*, na qual menciona a existência de um testamento de autoria de Ramalho e, do qual Gaspar afirmava ter cópia ²⁶³. Gurgel, embora duvide do Frei, diz ter mandado procurar nos cartórios o registro desse testamento, não obtendo sucesso. Com base neste documento, Frei Gaspar deduziria que Ramalho precedera Colombo na América. Em outras palavras, os portugueses teriam sido verdadeiramente pioneiros no Atlântico.

Sobre a vida de Caramuru, pretendeu-se verificar quais dados poderiam ser considerados exatos ou míticos. Em março de 1840, José Silvestre Rebello leu uma memória tendo por intuito provar que a ida de Caramuru para a França seria uma proposição falsa. Uma carta do cônego e sócio correspondente José de Carvalho e Cunha, lida em novembro de 1841, comentava que considerara vários dados a favor da ida de Diogo Álvares à França, mas que faltara um documento importante sobre isso, que um parente afirmava ter perdido. Para ele, as afirmações eram dignas de crédito, apesar da debilidade de documentações que a comprovassem.

Em julho de 1841, Cunha Barbosa comunica que Marco Antonio de Araújo, sócio do IHGB e encarregado dos negócios do Brasil em Hamburgo pediu ao Instituto que propusesse algum ponto interessante da história do Brasil que precisasse ser esclarecido, afirmando que proporcionaria um prêmio para quem melhor o desenvolvesse – prêmio que Araújo se ofereceu a satisfazer. Propôs ele mesmo o seguinte programa, redigido conjuntamente com o presidente, sujeitando-o a aprovação do núcleo: *Qual o grau de veracidade em que se deva ter o fato maravilhoso de Diogo Álvares Correia e da célebre Paraguassú, conforme refere Rocha Pitta na América Portuguesa*. Aprovado, decidiu-se o prazo de dois anos para apresentação de memórias.

Em julho de 1847, a comissão que ia dar parecer da memória sobre Caramuru apresenta-o e afirma que o autor da memória esclareceu a questão da ida à França:

²⁶³ Assunto que será intensamente discutido por Cândido Mendes de Almeida na década de 1870, que questionará a veracidade da existência deste documento e criticará a atuação de um autor considerado essencial para a História do Brasil.

“empregou em suas pesquisas o methodo que mais seguro poderia levar a convicção a todos os ânímos, assim conduz elle o leitor á força de uma argumentação cerrada, e de negativa em negativa, ao alcance de seu fim; e tendo provado com documentos authenticos a não existencia do facto, vai até a demonstração da não probabilidade d’essa estada (...)” .²⁶⁴

Com muitas análises de pormenores, concluiu-se que o fato seria invenção fabulosa, devendo sua origem a alguma dessas tradições populares, que costumam ser incoerentes e sem razão, “tendo para si o autor que esta de que trata fora creada pelos interesses de uns, e pela imaginação de outros”. O Instituto deu por elucidada a questão por conta da magnitude das dificuldades, e julgou que a memória era digna do prêmio. A abertura do envelope , em julho de 1847, que encerrava o nome do autor, revelou o texto ser de autoria de Varnhagen. A memória foi então publicada no segundo trimestre de 1848 ²⁶⁵.

Alguns assuntos perceptíveis nas atas e nas sugestões dadas pelos sócios verificariam, ao fim e ao cabo, de que forma fora constituído o patrimônio de culturas considerado brasileiro. Tornara-se importante situar e entender o que era local e o que fora trazido de fora, não se constituindo em natureza típica brasileira. Por outro lado, também verificavam a maneira como os colonizadores intervieram no espaço colonial, e assim produziram um espaço específico. Em 1839, foi sugerido o tema *Quais foram os primeiros introductores da canna, café, tabaco, e outros vegetais da nossa riqueza? Em que províncias foram primeiramente introduzidas e em que eras*”, ao qual José Silvestre Rebello respondeu com a leitura de um trabalho em 20 de abril de 1839. Tal tema assemelha-se a outros apresentados alguns anos mais tarde: “*Quais os animais introduzidos na América pelos conquistadores e Quais as principais plantas exóticas que hoje se acham aclimatadas?*” ²⁶⁶.

²⁶⁴ “167ª sessão em 4 de julho de 1847”. In *RIHGB*, Tomo IX, 1847, p 276

²⁶⁵ É curioso observar, ainda sobre este assunto, que em setembro de 1847, é lida carta do Visconde de Santarém, contando que analisou a questão da ida de dois índios em viagem para a França no reinado de Henrique II e aponta que se trata de Caramuru, “sobre o qual muitos brasileiros e portugueses tem feito até hoje pesquisas inúteis” [“177ª sessão em 2 de setembro de 1847”. In *RIHGB*, Op Cit, p. 441]. Afirma que iria escrever um texto a respeito e pede que sua intenção seja já mencionada na Revista. Não é possível definir, entretanto, se o Visconde se referia já ao trabalho de Varnhagen, que somente seria publicado ano seguinte.

²⁶⁶ Há uma relação entre o projeto colonial organizado em cada momento dos primeiros anos de Brasil Colônia, e a intervenção no espaço por parte dos colonos. Em primeiro lugar, a aclimação de plantas relaciona-se com o interesse de manutenção de hábitos alimentares da metrópole. Segundo Evaldo Cabral, a posterior aceitação de produtos alternativos da terra teria se generalizado provavelmente por conta da ruralização dos modos de vida e da guerra holandesa, que afetou o suprimento de gêneros reinóis, reduziu o nível de renda da sociedade do açúcar. Por fim, ao final do Quinhentos e início do Seiscentos, “começam a se afirmar modalidades de sentimentos locais”, valorizando as grandezas do Brasil – dentre as quais, a capacidade da terra de produzir em abundância e em melhor qualidade não só os produtos locais mas também quaisquer outras plantas aclimatadas. Tais idéias surgem nos textos

A forma como a Colonização se deu, quem seriam seus responsáveis e que legado haviam deixado eram temas importantes. Neste sentido parece se encaminhar a proposta do desembargador Pontes de, 1839, para que se respondesse à questão: *A que classes da sociedade pertencia geralmente falando o maior número dos primeiros povoadores portugueses do Brasil e que influencia exerceram nos costumes dos seus descendentes os costumes d'esses primeiros povoadores?*²⁶⁷. Recomendou, também, que fossem estudados os efeitos imediatos da mudança da Corte para o Brasil, vinda de Portugal.

Em 1841, uma proposta para ordem do dia sugere relacionar a descoberta do Brasil a alterações na história de Portugal: *Se a descoberta do Brasil concorreu para a innovacao da ortographia e do estilo da língua portugueza*. No mesmo ano, as relações da linguagem e do idioma português com o Brasil são sugeridas para estudo por Mariz Sarmiento, que propõe para tema de ordem do dia:

“Povoado o Brasil de Portuguezes oriundos na mor parte das províncias do norte de Portugal e ilhas adjacentes, qual a razão porque os Brasileiros seus descendentes não tomaram d’elles ao menos com leve alteração, o assento e pronuncia? E parecendo pela mesma razão, que mui pouca ou nenhuma differença deveria haver geralmente a esse respeito entre os naturaes das diversas Províncias do Brasil, qual a razão das differenças que se observam em cada uma d’ellas, e quaes essas differenças e as palavras, phrases e idiotismos particulares de cada uma?”.

Nesta proposição parece ficar latente, mais uma vez, a necessidade de se estabelecer ou comentar a existência de uma originalidade surgida a partir do momento em que os portugueses se estabelecem no Brasil. A partida destes e sua instalação em um espaço diferenciado seriam

de Gabriel Soares, Gandavo, Frei Vicente Salvador. MELLO, Evaldo Cabral “Uma Nova Lusitânia” in MOTA, C.G. (org) *Viagem Incompleta; a experiência brasileira* (1500-2000 Op. Cit, pp. 73-100

²⁶⁷ Em 22 de fevereiro do ano, José Silvestre Rebello apresentou uma memória sobre a primeira parte do programa, que foi remetida à comissão de História e somente seria publicada em 1882. No texto, Rebello comenta a formação do povo brasileiro, indicando uma grande mescla, na qual tomam parte de soldados a degredados – cumpridores de penas leves, posto que os delitos mais graves eram punidos com degredo para África e Ásia – de indígenas a portugueses, espanhóis (fidalgos, mas não necessariamente nobres), e passando pelos holandeses. Isto seria um fator favorável: “(...) Misturados como estamos, e como necessariamente continuaremos a ser cada dia mais, faremos rapidos progressos na marcha admirável da civilização humana, e uma época virá em que catequizando a Africa central, lhe retribuamos cristãmente o grosseiro trabalho e algumas indecentes dansas, que nos inoculou”. [REBELLO, J.R. *Povoação do Brazil relativamente á origem e influênciã dos Primeiros Povoadores Portuguezes nos costumes nacionais*. In: *RIHGB*, Tomo XLV, 1882, p. 340] Lembra em seu texto o contato dos primeiros povoadores com as indígenas, e que esta seria uma prática que se deveria considerar natural, uma vez que dentre as esquadras pioneiras não havia mulheres. Vieram posteriormente mais pessoas do continente e ilhéus, que não seriam nobres, mas eram “pessoas de bons costumes”. Vieram genoveses, italianos e o alemão Hans Stade, e outros estrangeiros cujos nomes o autor afirma ignorar. “D’estas famílias decenderão os brancos da terra, e os mamelucos, isto é, os filhos de Europeus, e índia, gente que se fez famosa por seu espírito de descobrir, e povoar no interior; foi d’elles, que sahio muita parte da população de Minas-geraes, de Goiaz, Mato-grosso, Santa Catarina e Rio-grande” [idem, p. 330]

responsáveis por um distanciamento também social e político em relação a Portugal, que se daria desde o primeiro momento. Em outras palavras, os portugueses vivendo no Brasil adquiririam características específicas tais que ocorreria um descolamento frente à pátria natal – afastamento expresso até mesmo em novas maneiras de falar. A emancipação estaria, portanto, apenas endossando uma separação que na prática já existiria desde tempos remotos.

A capacidade dos portugueses-brasileiros poderia, por esta vertente interpretativa, ser valorizada em diversos sentidos. O estudo do Descobrimento do Brasil repousaria na indagação da capacidade – ou inabilidade – portuguesa de desenvolver uma grande empresa. No final dos anos 40 o Imperador sugeriu a discussão deste assunto, que ocorreria na década de 1850: *O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve elle alguns indícios para isso?*. Também trabalhos, memórias, documentos e obras foram buscados e/ou apresentados ao Instituto com comparações e reflexões a respeito da história portuguesa e a brasileira, reproduzindo a busca da legitimidade e o estabelecimento do marco de origem da História do Brasil na vida colonial ²⁶⁸.

Em 18 de julho de 1840, Varnhagen doou ao Instituto uma série de documentos manuscritos e impressos ²⁶⁹, dentre os quais a *Relação verdadeira de tudo o sucedido na restauração da Bahia de Todos os santos etc impressa em Lisboa na Tipografia de P Craesbeeck no ano de 1625* ²⁷⁰, que foi publicada em 1843. Apresenta a lida dos portugueses na defesa do território, descrevendo os constantes esforços dos navios lusitanos para vencer os holandeses e expulsa-los da cidade. Além da ocupação de postos abandonados, da movimentação das embarcações, descrevem-se os entrincheiramentos por terra, em uma narrativa que guia os

²⁶⁸ O Desembargador Pontes sugeriu que o Instituto obtivesse o *Diário do que fez a armada que em 1530 navegou para a terra do Brasil*. Idéia aprovada, e ficou resolvido que se assinassem dois exemplares da obra. Em novembro de 1839, a viúva de Cunha Mattos, Maria Venância de Fontes Pereira de Mello, ofereceu uma série de manuscritos, dentre os quais *Memória sobre as navegações dos antigos e modernos, que deram lugar ao descobrimento da terra de Santa Cruz e Brazil*, que foi considerada de tal interesse que, diante da ausência de meios para sua publicação imediata, Cunha Barbosa sugere que se fizesse um requerimento ao governo.

²⁶⁹ *Carta do Padre Manoel da Nóbrega*, escrita em 1551 e copiada com a ortografia original do Real Arquivo de Lisboa; *Carta de Diogo Nunes*, escrita a D. João III sobre o descobrimento de sertões, copiada com todo o escrúpulo do mesmo arquivo e com o fac-simile da assinatura de Diogo Nunes, *Cópia Autentica da carta original de Pero Vaz de Caminha*, “mais correcta do que as quatro que existem impressas”; *Relação das Capitâneas do Brasil*, escrita no princípio do século XVII; *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela, acontecidos na cidade do Rio de Janeiro*.

²⁷⁰ “Relação verdadeira de tudo o sucedido na Restauração da Bahia de todos os santos desde o dia em que partiram as armadas de S. Majestade até o dia em que em da dita cidade foram arvorados seus estandartes com grande glória de Deus, exaltação do Rei e do Reino, nome de seus vassallos que nesta empresa se acharam aniquilação e perdas dos rebeldes holandeses ali domados”. In: *RIHGB*, Tomo V, 1843 pp.507-521. Este texto teria sido impresso de forma avulsa em 1625, na oficina de Pedro Craesbok; acha-se incorporado na Coleção de Memórias Interessantíssimas do Abade Diogo Barbosa Machado, no tomo “Notícias Históricas e Militares da América do ano de 1576 até 1757”

acontecimentos à uma vitória inevitável, ainda que diante de adversários descritos como fortes e detentores de competente artilharia. Enfrentando riscos e dificuldades em aguerridos embates diários, o autor sugere que em cada um houvera grande numero de mortos e feridos e, com uma única exceção, as vitórias haviam sido sempre lusitanas.

José Antonio Lisboa ofereceu, em 1841, um conjunto de obras para a biblioteca, dentre as quais: *Histoire de la Province de Sancta-Cruz*, de Pero de Magalhães de Gandavo; *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa d’Africa occidental, para servir de illustração á Chronica da conquista de Guiné por Azurara*, pelo Visconde de Santarém. Na sessão seguinte, em outubro de 1841, Manuel Ferreira Lagos – então segundo secretário – apresentou um manuscrito de título *Dicionário Bibliográfico dos literatos portugueses desde 1750 até 1830*. No próximo ano, mais ofertas: o Imperador doou quarenta documentos referentes, principalmente, ao estabelecimento português na Índia, de cujos títulos é possível captar ligação com ações portuguesas voltadas a descobrir e cuidar dos territórios da América Portuguesa que viria a ser herdado pelo Império Brasileiro, ou em demonstrar as capacidades aventureiras, literatas e valorosas dos lusitanos.

Em carta de 1840, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond comentava uma remessa que Varnhagen fizera do *Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza*, com documentos importantes copiados da Torre do Tombo, notas e esclarecimentos sobre o descobrimento do Rio de Janeiro, do Rio da Prata, de Fernando de Noronha, etc. Para Drummond, este e outro trabalho daquele autor – *Reflexões Críticas* – conteriam a mais apurada verdade histórica da primeira época do Brasil, e sendo assim de grande “valia e estimação”. Em meio a elogios dirigidos ao trabalho de Varnhagen na procura por documentos interessantes à Historia do Brasil, “paiz do seu nascimento”, Drummond demonstra satisfação pelo fato de que Varnhagen era natural de São Paulo e justifica nisto a razão pela qual aquele “se occupa com tanto cuidado das couzas do Brasil”: “O lugar do nascimento cria inclinações profundas no coração do homem” ²⁷¹. Em outras palavras, o território – lugar de origem, refletido como nacionalidade – é importante para a maneira como determinado indivíduo compreendia a história – e São Paulo ocuparia um lugar especial.

Vemos, nas falas de Drummond, idéias a respeito do tipo de trabalho que o historiador brasileiro deveria desenvolver e é particularmente interessante o papel atribuído por ele ao local

²⁷¹ “30ª sessão em 16 de janeiro de 1841”. In *RIHGB*, Tomo III, 1841, pp 136-137

de nascimento de um estudioso para o desenvolvimento de seu interesse e empenho na busca de documentos e até de monumentos para a História do Brasil ²⁷²: mostra relações com a proposta programática de Cunha Barbosa, de que o IHGB cumpria o papel de construir a História do Brasil por mãos brasileiras, retirando erros e olhares estrangeiros não autorizados.

Por fim, o autor lembra que Varnhagen descobrira o jazigo de Cabral, do qual não se tinha memória escrita nem tradicional. E comenta ser causa notável que tivesse sido um brasileiro “quem descobrisse o jazigo onde repousam as cinzas do descobridor do Brazil, ignorado 300 annos dos seus próprios” ²⁷³

Percebemos os procedimentos e, possivelmente, pré-requisitos para a construção da História brasileira. Neles destaca-se o interesse em ressaltar traços considerados originais na nação; neste sentido, a importância de Cabral para o Brasil possibilitou que um brasileiro se empenhasse em resgatar dados a seu respeito, superando os conterrâneos daquele personagem que não foram capazes de lhe fazer justiça, ao relegar o local de seu sepultamento ao olvido por trezentos anos. A consideração e o destaque a que Cabral seria digno só poderiam ser projetados por um brasileiro.

Mas se Pedro Álvares participara das origens enquanto descobridor, era preciso situar de maneira mais cuidadosa quem eram os responsáveis pela obra colonizadora de fato. Neste sentido, os homens que sucederam Cabral também precisariam ser comentados. Januário da Cunha Barbosa ²⁷⁴ apresenta em 1842, em sessão aniversária, um discurso no qual comentava que havia muitas participações ilustres na redação de variadas memórias, anais e relatórios, mas que ainda faltava uma história bem organizada, que apresentasse um quadro fiel de mais de três séculos, no qual fosse possível ver a marcha dos “*nossos sucessos* relacionados entre si desde a descoberta d’esta parte do novo mundo” ²⁷⁵. Suas observações, portanto, partem desde o Descobrimento para narrar o que seria necessário levar em conta na História nacional. Sobre os anos primeiros, entretanto, afirmou:

“Debalde a historia procura investigar os factos passados até 1531 e que devem servir de primeira fiada ao edifício da civilização do Brasil: ella apenas conhece que a ambição dos homens, seguindo o encalço dos primeiros descobridores, e dando azos aos pobres indígenas para desconfiarem da

²⁷² É válido lembrar o olhar de Varnhagem sobre a atuação portuguesa no Brasil, extremamente abonadora e favorável

²⁷³ Idem, p 137

²⁷⁴ Secretário perpétuo do Instituto até seu falecimento em 1846.

²⁷⁵ “Sessão aniversária em 27 de novembro de 1842”. In *RIHGB*, Tomo IV, 1842, p 5. Grifo nosso, para destacar a idéia de que a História do Brasil está sendo compreendida em uma continuidade, desde o Descobrimento até o Império.

sinceridade de seus novos hospedes, troca pelo nome de Brasil o de Vera-Cruz, que tão justamente lhe fora dado por Cabral, não duvidando preferir o de um lenho de tinturaria, também descoberto n'estas plagas, e que motivara tantas desordens com outras nações, ao do lenho do Calvário, em que todos os homens encontraram salvação e gloria (...)”²⁷⁶.

Apreendemos nesta fala uma discreta crítica aos pioneiros descobridores, que teriam não só sido levados por uma inspiração negativa – a ambição – mas também contribuído para que as relações com os indígenas fossem complicadas. Além disso, a mera troca de nome da terra simboliza as motivações e erros pelos quais aqueles descobridores estavam sendo responsáveis. Na base desta crítica, novamente reside a discussão a respeito de a quem se devia a fundação da nação, ou a quem se deveria atribuir o título efetivo de pai fundador. Este período pioneiro é apresentado como época de aventureiros sem religião, guiados por iniciativas pouco voltadas para o erigir de uma empresa organizada e com objetivos não muito além de uma exploração ambiciosa.

Por outro lado, a narrativa – para a qual colaborou a leitura de um trabalho de Varnhagen – a respeito dos indivíduos conhecidos pelos feitos colonizadores posteriores não recebe observações negativas. A chegada de Martim Affonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa transportou “uma colônia de bravos Portuguezes para se estabelecerem no paiz que mais lhe conviesse”. Martim Affonso, intrépido, arquiteto de importantes feitos, assentou a primeira colônia portuguesa na ilha de São Vicente, estendendo aos campos de Piratininga e formando a povoação de São Paulo

“que ainda se honra de haver pertencido ao illustre Regulo Tebiriçá, sogro de João Ramalho, amigo constante e leal dos Portuguezes, que o venerável Padre José de Anchieta, esse ardente Apostolo do Brasil, reconheceu dotado de heróicas virtudes, como nos assevera o sábio General Arouche Rendon”²⁷⁷

Em seu texto, os princípios da Colonização estão interpretados da seguinte maneira:

“As notícias todos os dias recebidas d'esta interessante parte do novo mundo augmentando a consideração, que já lhe mereciam os progressos de Colombo e de seus imitadores, acordaram os cuidados da política para firmar, por um systema mais permanente, a descoberta que um acaso lhe deparara. Occorreu logo a idéia, posto que muito mesquinha, de repartir tão vasto paiz por donatários que o povoassem, servindo então as doações de dezenas de léguas como prêmios devidos a grandes serviços prestados na Ásia ”²⁷⁸.

²⁷⁶ Idem, ibidem

²⁷⁷ Idem, pp 7-8

²⁷⁸ Idem, pp 8-9

Segundo a leitura do autor, às capitanias – idéia “mesquinha”- que procuravam se estabelecer e organizar – e o faziam da melhor forma possível – juntou-se uma nova medida vinda de Portugal, também incrementando a Colonização. Os missionários, aqui, são participantes salutareos para o desenvolvimento. No texto os feitos portugueses são narrados de maneira que ficam subentendidos como esforço herdado e legitimador do território do Império, ou ainda como exemplos das ações empreendedoras de portugueses-brasileiros que já atuavam em tempos remotos:

“Ravardière pretende segurar-se no Maranhão, na mesma ilha em que Ayres da Cunha escapára de ser engolido pelas ondas na sua derrota (...). Porém, marcha contra elle, armado por Gaspar de Sousa, o brioso Jerônimo de Albuquerque Coelho, que, quebrando as fúrias d’esse soberbo Francez occupado em empolgar no Atlântico as ricas náos da Índia, parecia resistir aos defensores d’esta interessante parte do Brasil; e eis que chega muito a tempo de decidir a questão o invicto Alexandre de Moura, que levanta as quinas sobre as flores de liz, entregando a administração da reconquistada Capitania aos benéficos cuidados de Albuquerque Coelho, seu primeiro Capitão-mór”²⁷⁹.

Melhores providências a seguir se fizeram necessárias para a conservação “d’esto importante paiz”, sucedendo-se a repartição em dois governos; também é fundada em 1676 a primeira diocese. Ainda que não tenha durado mais do que poucos anos esse sistema de governo, “elle não deixou de dar uma idea da attenção que já merecia á política portugueza a segurança de um paiz que tão de longe promettia vantajoso engrandecimento”²⁸⁰.

Novamente, lê-se no discurso do cônego uma narrativa das ações dos portugueses – donatários, fidalgos e/ou missionários – vindo em socorro da possessão, fazendo frente a intrusos. Destaca-se também a atuação dos pernambucanos, dando a entender que a defesa do território é obra conjunta. Sub-repticiamente, a legitimidade da coroa de Pedro II está implicada:

“Resoam os vivas com que ao Norte e ao Sul do Brasil se acclamara o Sr. Duque de Bragança Rei de Portugal, entrando na posse de sua legitima herança, e subindo ao Throno dos Portuguezes, aberto o seu acesso pelas espadas de briosos guerreiros; e esmorecem por isso mesmo os ânímos dos soldados Batavos, que aproveitando-se dos descuidos de sessenta annos do governo intruso dos três Filippes, prearam a já florente Província de Pernambuco, estendendo os seus estragos às suas vizinhas. Tremula em 1654 a bandeira das Quinas, gloriosa pelos feitos memoráveis de intrépidos Capitães Pernambucanos. A Historia registra seus nomes nos fastos do Brasil, e eu sinto, Senhores, que em tão resumido quadro não possa offerecel-os á vossa lembrança (...); tem sido tão imitados em diversas partes do Brasil, que a Chronologia e a Geographia tomou a seu cargo perpetual-os em paginas luminosas, que os levarão ao conhecimento da mais remota posteridade”²⁸¹.

²⁷⁹ Idem, pp 10-11

²⁸⁰ Idem, p 11

²⁸¹ Idem, ibidem

O cônego demonstra então, a idéia de continuidade que a Independência receberia naqueles anos em relação ao passado e à chegada da família real. No começo do texto, citando e comentando o Visconde de São Leopoldo – para quem a natureza teria predestinado o istmo entre os rios Alegre e Aguapehy para fecho do Grande Império, e a coroa de Majestade “collocada no ponto mais culminante de toda a Terra de Santa Cruz como principal atalaia” – Cunha Barbosa afirmava ver sentado no istmo o “Gênio da Independência” em trono de “virgens penedias e fulgurando pelos raios do sol”. Sentados ao seu lado, os gênios da história, filosofia, geografia e cronologia, “empenhados nos diversos trabalhos que sempre os reúnem em prol da civilização”. E deste ponto, o Gênio da Independência assistiria a passagem de acontecimentos memoráveis do país:

“Apresenta-se ás suas vistas, rica de futuros gloriosos, essa nau que conduz ás plagas de Cabral um Príncipe descendente de magnânimos Monarchas, que, confiando dos mares a salvação de sua Real Pessoa e Família, prolonga a conservação da Monarchia Portugueza; o anno de 1808 é pela chronologia marcado como época memorável para o Brasil. Com elle se transporta o Joven herdeiro da Augusta Casa de Bragança que o Céu havia destinado para Fundador do grande Império Transatlântico, e creador da Dynastia Brasileira, penhor da nossa dignidade, monumento da nossa prudência, e base do nosso engrandecimento (...) Quando outros benefícios não resultassem da passagem da Corte Portugueza a este Principado do Novo Mundo, bastaria só a vinda do heroico Principe que nos dera Independência e cathegoria de Nação livre, e Monarchia”²⁸²

A vinda da monarquia e do príncipe ao Brasil, herdados da casa de Bragança, curiosamente libertara a terra de um jugo que fora imposto justamente por ela. Neste ponto, Cunha Barbosa esbarra no complicado assunto que Mariz Sarmento sugerira para análise, a questão da proibição de tipografias e da imprensa, que seria modificada com a chegada da corte e a criação da Imprensa Régia.

“Mas a historia vê também que com elle viera o grande beneficio da imprensa que, *perseguida há um século pela política suspeitosa da Mãe Pátria*, agora se presta a dar azas ao pensamento Brasileiro, para que chegue, não só ás mais distantes povoações do Brasil, levando-lhes conhecimento industriaes e scientificos (...) como também a todas as nações do mundo. Que com elle veio a franqueza do commercio, esse instrumento poderosíssimo de civilização, *mas até então para nos inutilisado, pelas vergonhosas restrições do monopólio colonial*”²⁸³.

²⁸² Idem, p 12

²⁸³ Idem, ibidem. Grifos nossos.

Novamente, vemos discretas críticas à maneira como Portugal cuidava do Brasil, das quais, contudo, os príncipes ficam isentos. Ainda que não desabonem todo o resto, tais comentários parecem diferenciar o discurso do cônego de outros textos da época.

A vinda do príncipe fora responsável pelo impulso às ciências, agricultura e indústria. O ano de 1815 é classificado como memorável pela elevação do Brasil à categoria de Reino, “adiantando a marcha de nossa almejada emancipação” e por dar fim ao prolongado sistema colonial, que se encontrava “enfraquecido já pelas sabias providencias do magnanimo Principe que regia o Reino unido de Portugal, Brasil e Algarves”. Este ponto, para Cunha é chave, pois foi a partir de então que “começou a broxular-se em mais proximo futuro o magestoso edificio de Império independente, de que tanto nas honramos.”²⁸⁴

Os eventos, em diante, encadeiam-se sequencialmente, em um claro sentido teleológico e que do passado vê o sentido para o presente – além de atribuir à herança portuguesa a grandiosidade que o Império teria, bem como sua função unificadora de territórios e pacificadora de conflitos diversos.

“O regresso do Sr. Dr. João VI ao berço da Monarquia Portuguesa, parecendo ser um triumpho dos novos estadistas da metropole, apressou muito mais a cathegoria que o Brasil não podia deixar de querer; elle linha a consciencia de sua dignidade e de suas forças, nem soffreria que acintosamente o fizessem, descer da sua bem merecida elevação. Soava a hora da sua completa independencia, e não aproveitar o ensejo favoravel fora não apreciar bens, que tarde e dificultosamente alcançariam. A separação das Provincias do centro do Governo ha tantos annos conhecido, quebrando-se os vinculos de confraternidade entre si, annullando a importancia da Regencia, de que fora encarregado o Sr. D, Pedro, dando-se começo a desordens; que muito convinha acautelar, acordou o patriotismo dos sensatos Brasileiros para velarem sobre os destinos d'este paiz, que a Natureza parece haver formado para ser grande pela unidade de seu systema administrativo. Os animos assim accordados, os Brasileiros se proclamariam independentes, á mais pequena, affronta da politica Portuguesa, já rastreada em muitos, factos, e o accordo de sentimentos em todos os filhos da Terra de Santa Cruz não deixaria de apparecer em causa tão justa e tão nobre.”²⁸⁵

Fariam parte desta continuidade os processos da Independência, que para ele teria sido o resultado das vontades de “todos os brasileiros reunidas na vontade de D. Pedro”. Diante da metrópole, cujas ações são classificadas como imprudentes, Pedro aparece como conhecedor do que melhor conviria ao Brasil – e este sabia da nobreza de sentimentos “do herdeiro da Coroa Portuguesa”.

²⁸⁴ Idem, *ibidem*

²⁸⁵ Idem, pp 12-13

Este discurso de certa maneira ilustra a maneira como a história do Brasil, na década de 1840, foi discutida nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Havia um esforço para que aquilo que os portugueses fizeram no Brasil fosse validado – pois era necessário manter essa continuidade. Isso não significa, contudo, que não tivessem sido levantadas algumas restrições à metrópole e à administração portuguesa – e embora houvesse esforço para não dar à vista tais linhas, elas não deixaram de ser publicadas, registrando, possivelmente, também discordâncias políticas entre os sócios do IHGB. Os conflitos levantados pelo passado não deixaram de transparecer.

6. Relatos de viagem, os portugueses e a construção da nação

Para observar o bom comprometimento dos lusitanos com o Descobrimento, conhecimento, Colonização e defesa do território que viria a ser brasileiro, o Instituto deu espaço para a publicação de relatos de viagem. Os viajantes têm papel relevante, e diversas memórias/roteiros de viagem produzidos no século XVIII e inícios do XIX apareceram nas páginas da Revista. Se podemos considerar que foram “fundamentais no próprio processo de constituição do território colonial”²⁸⁶ para a metrópole, também podemos pensar que para o Império e para o IHGB, possuem graus diversos de importância. São Anais da atuação voluntariosa dos portugueses no (re)conhecimento e defesa da colônia. Servem aos interesses da construção do território nacional, na medida em que referendam direitos a serem reclamados pela monarquia. Por fim, tomam parte de uma identidade nacional, já que as paisagens descritas podem ser adotadas como traços de originalidade e particularidade brasileiras: a natureza não é apenas cenário, mas também é “capaz de delinear, profunda e irreversivelmente, a nação”²⁸⁷ . .

Tendo tais pontos em vista, observaremos como a publicação de uma memória e um Diário de viagem tomam parte do processo de construção da História e de uma imagem para o Brasil – ao mesmo tempo registram positivamente a atuação lusitana no cuidado de sua colônia no Atlântico.

²⁸⁶ GNERRE, Maria Lucia Abaurre *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. Tese/ Doutorado Unicamp/IFCH. Campinas, 2006 p. 135

²⁸⁷ SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”, Op. cit, p. 628. A autora pontua a associação entre compreensão da natureza brasileira, investigação das ciências naturais e construção da nacionalidade.

6.1. A viagem filosófica de Alexandre Ferreira

Um importante trabalho produzido no período em que a coroa portuguesa executava apropriações de determinados terrenos no século XVIII, para melhor coordenar o controle metropolitano sobre as diversas regiões ²⁸⁸ – cada qual representativa de um tipo de interesse, como comércio e intercâmbio ou estabelecimento de fronteiras – foi resgatado e publicado: trata-se do relato da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em 16 de janeiro de 1841 é lida em sessão uma carta de Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond, ministro plenipotenciário do Império, respondendo ao secretário perpétuo sobre os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira. Drummond comenta que caberia aos governos do Brasil e de Portugal investir em salvar os textos da má conservação, justificando o gasto que seria feito da seguinte forma:

“Nunca um governo empregaria melhor meia dúzia de contos de reis; o nosso pelo conhecimento que d’ahi tiraria d’uma grande extensão do território do Império e da sua natureza, conhecimento que não tem preço; e o portuguez pela glória que lhe resulta de haver empreendido uma obra de tanto valor, e de possuir e escolher para sua execução uma alta e rara capacidade como era o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira”. ²⁸⁹

Em 1841 foi publicado *Propriedade e Posse das terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal*, escrita em 1792 por Ferreira ²⁹⁰. O documento se referia à pressão francesa (no momento da atuação jacobina durante a revolução) vinda através da Guiana. No contexto, “marcado por esforço inédito de aquisição de informações territoriais” ²⁹¹, estava a assinatura do Tratado de S. Ildefonso, que deflagrou “um novo ciclo de expedições e de trabalhos de reconhecimento” ²⁹². Podemos perceber que dentre as circunstâncias da retomada deste trabalho na década de 1840 estão as já mencionadas investidas inglesas e francesas no norte.

Ferreira, na qualidade de naturalista, havia sido mandado de Portugal em 1783 para que empreendesse uma Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá com o objetivo de melhor reconhecer o centro-norte da colônia, que estava até então praticamente inexplorado. A chamada “Viagem Filosófica” foi uma importante expedição

²⁸⁸ Cf. SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”, Op. Cit

²⁸⁹ “55ª sessão em 16 de janeiro de 1841”. In *RIHGB*, Tomo III, 1841, p 120

²⁹⁰ FERREIRA, Alexandre Rodrigues, “Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal, 1792” in: *RIHGB*:1841, tomo III pp 391-392

²⁹¹ MAGNOLI, Op. Cit, p 291

²⁹² Idem, p 290

científica portuguesa do século XVIII; percorreu “o interior da América portuguesa durante nove anos” e produzindo “um rico acervo, composto de diários, mapas populacionais e agrícolas, cerca de 900 pranchas e memórias (zoológicas, botânicas e antropológicas)”²⁹³. Dentre este acervo, consta um elenco de temas que, por vezes, são do interesse direto do Estado e do conhecimento útil à Colonização.

Ferreira inicia sua narrativa comentando que descobridores espanhóis haviam estado na região do Rio Amazonas, Oiapoque e outros que deságuam na costa do Norte até ao golfo de Pará; teriam descoberto não o seu interior, mas as suas nascentes. Assim, é abordada a série de tentativas de incursões na região, e dos sucessivos insucessos de exploração, procurando demonstrar que o Governo da América Portuguesa estaria sempre informado acerca do território²⁹⁴ – enquanto que povos de outras nações já procuravam se fazer presentes a usurpar suas riquezas. Em 1610, quando D.Diogo de Menezes tratava as terras das cercanias do Maranhão como legítimo patrimônio do Reino de Portugal, “já a esse tempo os Franceses intentavam ocupá-las por uma e outra parte, sem outro título mais do que o da industria assistida das armas”²⁹⁵. Ferreira procura mostrar como esse intento era injusto e ambicioso, dado que a França não ignorava que a América, naquele período, encontrava-se repartida “entre as duas coroas de Portugal e Espanha, em atenção ao *trabalho* e às *despesas* de seus primeiros descobrimentos”. A ambição dos franceses teria entrado tão profundamente neste procedimento “que nem teve a desculpa da ignorância, porque não é crível que a tivessem de umas notícias, que eram patentes a todo mundo havia anos”²⁹⁶. Há uma discussão acerca dos artigos do Tratado e das definições dos rios que neles estão especificadas, na qual o autor esclarece que a nação francesa deliberadamente estava descumprindo e infringindo as cláusulas, com o objetivo não outro que o atendimento de seus próprios interesses: “Que outra cousa se deve logo entender das feitorias que os franceses tem feito nos lagos do Araguay e dos presídios e povoações que eles têm ou edificado ou

²⁹³ RAMINELLI, Ronald. “Alexandre Rodrigues Ferreira” in <http://catalogos.bn.br/alexandre/historico.htm>

²⁹⁴ Ferreira delineia uma cronologia de acontecimentos da região, compreendida entre 1621 a 1775, bem como uma série de dados e datas, nos quais prova que sempre que introduziram os estrangeiros – classificados como tais estão holandeses, franceses e ingleses – na colônia, se lhe opuseram os portugueses: “Ultimamente, sempre que os franceses ou outros quaisquer estrangeiros, para se introduzirem no rio das Amazonas, ou na sua Costa do Norte, recorrem às vias de fato, pelas mesmas (...) foram rechaçadas pelos Portugueses (...). E tem-se desta sorte mostrado de Direito e de fato a propriedade e posse das terras do rio das Amazonas (...) pela Coroa de Portugal. Resta somente ver que nem ainda com o definitivo Tratado de Utrecht de 11/04/1713 que reconheceu a dita propriedade, se deveria ter contado Portugal (...)” Ibidem, p 420

²⁹⁵ Ibidem, p 393

²⁹⁶ Ibidem, idem

demolido (...) senão que são outras tantas infrações do referido Tratado, com que nem depois ainda dele cessam de levar adiante as suas injustas pretensões; e de perturbar a paz e a boa inteligência de ambas as Coroas?”²⁹⁷.

Também a relação com os indígenas é trazida à discussão para ilustrar a competência lusa na defesa do território²⁹⁸. Os índios belicosos estabeleceram relações de paz com os portugueses até que estas foram estremecidas por influência tanto de estrangeiros – piratas franceses, ingleses e holandeses – e de alguns elementos nacionais – os jesuítas – que sugeriram aos indígenas a idéia de que o principal intento dos portugueses era fazê-los escravos.

A viagem de Alexandre Ferreira se insere no contexto de uma serie de viagens empreendidas no âmbito da história natural, estudo este que também iria permitir a Portugal “o conhecimento de seus domínios, a própria expansão de sua concepção do império”. Por fim, não menos importante, daria possibilidades à ciência para que reconhecesse os “defeitos na utilização da natureza colonial, e um re-direcionamento desses usos pela metrópole”²⁹⁹. Nesse cenário, inclusive, havia um esforço de sistematização destas viagens, para que o conhecimento por elas produzido pudesse se arquitetar de maneira confiável e, mais importante, cognoscível para aqueles que não estiveram nela – e, em especial, apreensível em um sentido político para o todo do Império português³⁰⁰.

Assim, no mesmo ano em que parte a Viagem Filosófica, mais duas expedições são lançadas para outras partes dos domínios lusitanos: “Empreendidas por bacharéis em Coimbra, as viagens de Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva pretendiam investigar Goa, Moçambique e Angola”. Originalmente, a Viagem deveria ser empreendida por quatro naturalistas, mas houve cortes drásticos, material e financeiramente; deixando assim, “sobre os ombros de Alexandre Ferreira e uns poucos auxiliares as tarefas de coletar espécies, classificar e prepará-las para o embarque rumo a Lisboa”. Relatavam “desempenho das lavouras, os percursos

²⁹⁷ Ibidem, p 421

²⁹⁸ Maria Lucia Abaurre comenta a respeito da relação de Ferreira com os interesses do Estado, chamando atenção ao fato de que sempre desenvolvia grande empenho no cumprimento das instruções oficiais, por mais difíceis que fossem.

²⁹⁹ GNERRE, Op. Cit, p. 118

³⁰⁰ A sistematização fora levada a cabo por meio de uma dissertação de autoria do italiano Domingos Vandelli, que procurou estabelecer um sentido e uma estrutura para viagem em si, bem como para sua narrativa. “A historia natural tornava a natureza todo um domínio empírico cognoscível, descritível e ordenável em sua totalidade, retirando-a de uma noção caótica que a marcara *in loco*.” SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”, Op. Cit, p. 604

de rios e produziam mapas populacionais e agrícolas” também verificavam “condições materiais das vilas e fortalezas destinadas a suportar as possíveis invasões estrangeiras”³⁰¹.

Para Raminelli, é importante anotar que as “memórias sobre plantas e animais destacaram, sobretudo, o caráter econômico e utilitarista, em detrimento dos avanços científicos”. Somente em alguns momentos, Ferreira observa a natureza e os indígenas “como um naturalista setecentista”, adotando antes a postura de um “leal funcionário da coroa lusitana”. Pode-se pensar, portanto a Viagem Filosófica como parte de um empreendimento colonial destinado a executar “reformas de caráter ilustrado em um território desconhecido e disputado pelas metrópoles européias”³⁰². E, por esta explicação ficam mais claros os motivos pelos quais este trabalho foi resgatado pelo IHGB e é apresentado na Revista. De fato, de acordo com Iara Schiavinatto, ao descrever as diversas localidades, as especificidades culturais, sociais e naturais, os textos produzidos pela viagem “passavam a integrar uma descrição geral do país e sua história”³⁰³, tornando-se um rico manancial para apreender elementos do passado brasileiro, sua natureza. Enquanto memórias, recebiam tratamento de fonte documental para auxiliar na “descoberta da história brasileira”³⁰⁴.

Todos esses elementos explicam, portanto, o debate em torno da republicação dos textos de Ferreira, bem como a defesa apresentada por Drummond de que os governos português e brasileiro investiriam positivamente caso se dedicassem a custear a recuperação do material que apesar de farto, permaneceu desconhecido durante muito tempo, não tendo sido estudado de forma adequada pelos portugueses³⁰⁵.

6.2 O Diário de Rodrigues Barata

O relato de viagem de Ferreira, representante dos interesses portugueses nas regiões que viajava – e a partir do momento em que foi publicado pelo Instituto, porta-voz dos interesses brasileiros nas fronteiras litigiosas com a França e na própria construção do território nacional – em muito difere de outro relato, também apresentado nesses primeiros anos da Revista mas,

³⁰¹ RAMINELLI, Op. Cit

³⁰² RAMINELLI, Op. Cit

³⁰³ SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”, Op. Cit, p. 627

³⁰⁴ Idem, p. 628

³⁰⁵ Nem mesmo pelo próprio Ferreira, que, retornando a Lisboa, dedica o resto de sua vida à administração metropolitana, sem retomar “os trabalhos com as espécies e amostras recolhidas na viagem; as memórias não foram aperfeiçoadas, aprimoradas e publicadas”. RAMINELLI, Op. Cit.

como o de Ferreira, parece ser capaz de mostrar uma série de aspectos positivos sobre os portugueses que interessava ao IHGB reforçar.

A narrativa de Francisco José Rodrigues Barata no *Diário da viagem que fez ‘a Colônia Holandesa de Suriname*, publicada em 1846, merece ser observada pelas impressões descritas ao longo de seu percurso no tocante às pessoas que o acolhem, pela relação que estabelece com os estrangeiros e pela própria maneira que Barata, português, se porta ³⁰⁶. Este documento demonstra a abordagem da questão territorial e do estabelecimento das fronteiras, tratando dos eventuais direitos portugueses ao território da Guiana, e especialmente, como a associação de nacionalidades e a tolerância religiosa eram importantes para a civilização e o progresso. Insere-se no contexto do fim do século XVIII em que o processo de descobrimento e narrativa das regiões brasileiras – inclusive dos grandes rios – era feito, de acordo com os interesses da metrópole. ³⁰⁷

O diário de Rodrigues Barata – iniciado em março de 1798 e concluído no Pará em 29 de abril de 1799 – é oferecido a D. Francisco de Souza Coutinho, governador e capitão general da capitania do Pará. A jornada possui como objetivo entregar uma carta a David Nassi, no Suriname³⁰⁸. Narrativa de viagem, procura descrever “as cousas mais notáveis” ³⁰⁹ que encontrou, tanto nos domínios portugueses, como na Guiana. Há uma descrição dos caminhos por rios feitos pelo autor e povoações visitadas ³¹⁰. A cada vilarejo, são descritas as formas de habitação e a que

³⁰⁶ Anos depois, Barata participaria dos eventos que tiveram lugar no Pará por ocasião da Independência. Já promovido a Coronel, ele promoveu a deposição da junta que administrava a província em 1821 e foi descrito como “homem nervoso, cheio de serviços à região e com uma alta dose de decisão que se revelava nas atitudes que assumia” [Holanda, SB “Historia Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Dispersão e Unidade”. Tomo II, volume 2º São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, p74]. Tomou parte como um dos vice-presidentes da junta para o novo governo constitucional provisório, que, uma vez organizada, sofreu forte oposição em especial por conta dos irmãos Vasconcellos – João, Julião e Manuel – que a partir de outubro de 1821 deram início a intensa propaganda contra o regime; chegaram a fazer a circulação de “papéis incendiários que fomentavam a indisciplina e preparavam o advento da Independência”; e foram considerados “sério perigo aos interesses portugueses” [idem, p. 75]. Em Belém, em 5 de janeiro de 1823, foram efetuadas novas eleições para representação na Assembléia Legislativa de Lisboa, que sucedera as Cortes – a Amazônia nesse período era o único trecho do Brasil a manter ligações políticas com a metrópole, após os eventos de 1822. Barata estava entre os eleitos.

³⁰⁷ GNERRE, Op. Cit, p. 151

³⁰⁸ Por se tratar de um diário, os comentários tecidos em terra de Suriname são bastante detalhados e extensos. Aqui, nos dedicaremos a contemplar os pontos mais importantes.

³⁰⁹ Barata, Francisco José Rodrigues, “Diário da viagem que fez à Colônia Holandesa de Suriname o porta-bandeira da 7ª companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios deste estado em diligência do real serviço” in RIHGB, 1846, tomo VIII, p. 01

³¹⁰ Está organizado por dias, muitas vezes com notação do horário de partida e/ou chegada. Não sabemos em que medida os relatos de Barata se relacionam com as instruções estabelecidas por Vandelli Entretanto, sua forma de narrar e anotar sua viagem em muito se aproxima das indicações dadas aos indivíduos que se empregariam nas Viagens Filosóficas.

tipo de agricultura se dedica³¹¹. Conjuntamente, o autor narra o interesse daqueles que o recebem como hóspede. Uma aparente modéstia de Barata ao narrar seus feitos aos anfitriões é contrabalançada pela maneira como se identifica enquanto português: lega a todos os portugueses a capacidade de similares ou maiores feitos “dizendo que os portugueses estavam acostumados a empreender cousas mais árduas no serviço de seus amáveis e benéficos soberanos, porque estes eram gratos a seus vassalos remunerando-os com grandes mercês, e tratando-os como a filhos, e não como a escravos”³¹². Além disso, afirma que “os militares recebiam honra e gosto quando eram enviados a dificultosas diligências: que portanto não entendessem que eu tinha feito um grande serviço, pois que maiores os estavam (...) fazendo outros no Brasil.”³¹³.

Barata remete-se possivelmente também aos seus antepassados e não somente aos seus contemporâneos que fizeram, como ele fazia, a empresa de dominar as águas. Segundo Maria Lucia Gnerre, no descobrimento dos rios, o viajante português “podia exercer aquilo que seus mais ilustres antepassados haviam feito: navegar”³¹⁴. Da mesma maneira, sua narrativa e roteiro se inserem em um campo de poder, no qual a descrição funciona como uma maneira de exercer domínio – na esfera das palavras³¹⁵. Assim sendo, Barata não recebe os elogios e admiração de seus anfitriões senão com certa humildade, em esfera individual. Relaciona qualquer qualidade que tenha a um heroísmo geral típico, segundo ele, dos portugueses – transfere, portanto, o engrandecimento à esfera coletiva, a qual também pertence.

Comenta que frente aos abundantes e preciosos produtos da natureza do Brasil, às vantagens da agricultura e do comércio, viram-se obrigados os portugueses a sair da pátria mãe para vir ao Novo Mundo e atingir regiões remotas. Não ficaram, contudo, privados das graças que o trono dispõe a favor de seus serviços³¹⁶.

Ao chegar ao seu objetivo, procura Nassi, destinatário de sua diligência e penosa viagem, para entregar-lhe cartas³¹⁷.

³¹¹ Barata, op. cit. p 06

³¹² Idem, p 36

³¹³ Idem, p 41

³¹⁴ GNERRE, Op Cit., p. 152

³¹⁵ Idem, p. 153

³¹⁶ Esse comentário é particularmente interessante se o compararmos com as afirmações de Martius, exatamente contrárias, sobre como os portugueses abandonariam direitos relacionados ao Monarca e à Monarquia ao transferirem-se para o Brasil. Segundo Martius, inclusive, isso justificaria a constante tendência dos colonos a armarem-se em defesa do território (ver p. 50).

³¹⁷ David Nassi era o secretário da regência da nação judaica portuguesa em Suriname e avisa os regentes da chegada de Barata, bem como da finalidade da viagem. “Elle as recebeu com grande prazer e maior respeito e à proporção que as ia lendo, se lhe descobria no gesto e nas palavras a summa impressão e alvoroço que lhe causava esta honra,

“Foi tal o alvoroço que causou a minha chegada a todos os indivíduos da nação judaica portugueza, habitante em Surinam, que quando voltamos para a casa de Nassi, já ali se achavam á espera de nós mais de quarenta dos principaes d’entre elles para me felicitarem, e darem a boa vinda, que estimaram muito, não só pela honra e glória que d’ella ou das cartas resultava a todos, mas também por ir, e ser eu natural do paiz dos seus antepassados, que ainda consideravam como pátria, cuja linguagem ainda era a de que usavam, e de que se lembravam sempre com saudade e com ternura”³¹⁸.

O autor se detém para comentar sobre a vivência religiosa do povoado, expondo a tolerância experimentada pelos habitantes da região, em que convivem calvinistas, católicos, judeus, luteranos. Os protestantes reformados fazem presentemente as suas funções na igreja luterana, porque a deles estaria bastante arruinada. Tratando da administração e defesa da localidade, comenta que o governador general possui suprema autoridade em toda a colônia, exercitando seu domínio em nome dos Estados Gerais e dos diretores, assim pelo que pertence á polícia, como pelo que respeita á tropa, a qual ele comanda como coronel em chefe. Ainda, haveria vários conselhos e tribunais locais que deliberavam sobre questões diversas, bem como uma guarnição militar. Percebemos, desta maneira, que a capital é protegida e organizada de maneira competente.

Francisco Barata indica por fim o número de habitantes livres da capital³¹⁹ e a existência de abertura e liberdade para a presença estrangeira na colônia graças a qual muitos estrangeiros europeus para ali partiam. Após narrar os aspectos econômicos, físicos e sociais acerca de Suriname, Barata retoma a narrativa de viagem – agora de volta – ao fim do qual está arrolada uma série de correspondências e documentos³²⁰.

que elle reputava mui superior aos motivos que a occasionavam. Não podendo já conter em si a sua alegria, chama a Sára sua filha , e a todos os parentes que alli estavam, e a quem deu logo parte de tão inesparada e feliz novidade, para que a tivessem também no seu contentamento”. Idem, p 162

³¹⁸ Idem, p 163

³¹⁹ Compreendendo os judeus portugueses, alemães, índios, mulatos, negros e mestiços, é de cerca de quatro mil pessoas. Destas, quatrocentas eram da nação judaica portuguesa, que ali permanecem preservando seus nomes e linguagem. Totaliza-se cerca de cinqüenta e quatro mil pessoas em toda a colônia.

³²⁰ Vemos, então, o conteúdo da carta enviada por Francisco de Souza Coutinho a Davi Nassi – motivadora da viagem do porta-bandeira: “Os Portuguezes apresados pelos francezes e cunduzidos a Surinam, logo que chegaram a Lisboa, pozeram na real presença do Principe Nosso Senhor (...) a notícia dos incomparaveis beneficios que V.M.^{ces} lhes fizeram, e dos soccorros que lhes prestaram, provendo-os de todo o necessário na summa indigencia em que elles se achavam, e fazendo-os por fim transportar á sua custa até Lisboa. Eu me acho encarregado por Sua Alteza Real de agradecer a V.M.^{ces} no seu real nome esta tão nobre e generosa acção (...) em que Sua Alteza Real viu com muito gosto uma prova da estimavel lembrança que a nação judaica portugueza conserva da sua antiga pátria. E seria também muito agradavel ao mesmo Senhor que V.M.^{ces}, ou todos, ou alguns, quizessem voltar a estebelecer-se em Portugal, onde gozariam da maior segurança e tranquillidade, pois que nenhum d’aquelles motivos que deram causa á sua expatriação existem presentemente debaixo da regencia do augusto e illuminado Principe que nos governa” (id) “Tendo cumprido (...) as reaes ordens que recebi de Sua Alteza Real, só me resta offerecer a V.M.^{ces} os meus bons

A demonstração da presença lusitana no Suriname, de certa maneira sugeriria que a coroa portuguesa possuiria direitos à região. Naquele local, o autor encontrara descendentes de portugueses e uma obra civilizadora levada a cabo por eles – obra muito bem sucedida, deve-se dizer, como Francisco Barata a descreve, principalmente se comparada a situação de relativa desordem de outras localidades mencionadas também pelo viajante. Outra idéia importante a ser verificada é a associação de nacionalidades, resultando em benefícios e riquezas, bem como a prática da tolerância religiosa e seu conseqüente papel na prosperidade: ao relatar as qualidades dos franceses e alemães no Suriname, a publicação do documento parece vir a corroborar o olhar positivo sobre as experiências de imigração ³²¹.

Encerrando o presente capítulo com o comentário sobre este documento, verificamos que as necessidades políticas de fato encontram por muitas vezes em falas históricas apresentadas pela RIHGB uma resposta – ou, ao menos, um encaminhamento. Em geral, as relações entre as duas esferas, política e história – vivenciadas pela grande maioria dos membros do IHGB – mostram-se imbricadas no esforço de construir a nação e se remetem mutuamente: dos problemas presentes para a academia ilustrada, pressupostos e imperativos políticos depreendem maneiras de recortar temas, estabelecimento de determinadas periodizações, metodologia, documentação e trabalhos. De dentro desta relação de reciprocidade, afloram nuances interpretativas. Na esfera intelectual ocorre o resgate do passado e da administração portuguesa, verificando suas virtudes, o perfil dos fundadores portugueses e possíveis originalidades para delinear a nação. Por meio destes elementos, é composto um discurso com pretensões unificadoras, atribuidoras de coerência para o todo tanto histórico quanto geográfico e mesmo político, colaborando para dar força a uma monarquia recém erigida, ainda suscetível a fragilidades e questionamentos. A história, suas ferramentas e espaço de trabalho, cumprindo funções na construção do Estado nacional, enfim. Alterações na imagem deste Estado de alguma maneira repercutiriam na esfera letrada, modificando o encaminhamento de suas discussões. É o que veremos a seguir.

officios em tudo aquillo em que os possa servir e dar-lhes gosto – Deus guarde a V.M.^{ces} Palacio de Queluz em 11 de novembro de 1797 – D. Rodrigo de Souza Coutinho” Idem, pp 202-203

³²¹ No momento de publicação do documento, a colonização estrangeira ganha espaço nas discussões do Parlamento. Vergueiro está inaugurando sua experiência e as colônias alemãs no sul dão os primeiros frutos, conforme se pode perceber pelas memórias já comentadas. Por outro lado, justamente em virtude da imigração estrangeira, o tema da liberdade religiosa começa a ganhar fôlego mas encontra resistências dos adeptos do catolicismo como religião oficial: por exemplo, o relato do padre Paiva no documento acerca dos imigrantes de Santa Catarina ressalta o catolicismo daqueles indivíduos. Por fim, é válido lembrar que lembrar que D. Pedro II possuía liames de parentesco com a casa de Áustria, casou suas filhas com príncipes de origem germânica.

Capítulo III – Conhecer, controlar, pacificar: O Império em progresso, a colonização portuguesa e o desenho das fronteiras

O período vivido da metade do século XIX em diante na história do Império em geral está associado a uma série de processos transformadores da política, da sociedade e da economia brasileiras. De fato, o ano de 1850 por si só traria aos marcadores de uma cronologia do Império elementos para a construção de um interessante e complexo quadro. Lembremos, por exemplo, que este é o ano-marco da lei de proibição do tráfico de escravos, com todas as modificações internas decorrentes do fim de um comércio que foi responsável por grande circulação de recursos durante muito tempo. Cessando gradualmente nos anos seguintes, pôde disponibilizar esforços e capitais que foram canalizados para que se realizassem empreendimentos e reformas³²², tais como o investimento em linhas férreas e reformas nos portos.

Este período engloba também o acirramento de conflitos já anunciados na década anterior envolvendo fronteiras ao sul e ao norte do Brasil: a questão da abertura da navegação dos rios – em especial, do Amazonas –; os litígios com as Guianas e os contínuos enfrentamentos envolvendo a região platina, agora chegando ao extremo da guerra. Os intelectuais do IHGB acompanham de maneira bastante próxima os andamentos/desenrolar da Guerra com a Argentina e, em especial, do Paraguai; com efeito, não apenas em memórias e textos doados aparecem assuntos interligados ao Prata, mas também as reuniões tratam do problema, inclusive, as sessões anuais.

Verificamos, ainda, na esfera da política, a ascensão do Partido Conservador pela gestão do gabinete Araujo Lima, em 29 de setembro de 1848, responsável pelo debelamento da última grande revolta do Império – a Revolução Praieira –, gabinete que deu portas a um longo período de programas filiados àquele partido dentre os quais se destaca o programa da “Conciliação”, implementado a partir do ministério presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão (visconde e marquês do Paraná) instalado no poder em setembro de 1853. A “Conciliação” foi uma

³²² Devemos também considerar a relevância e a polêmica em torno do fim do tráfico negreiro em uma sociedade escravista, de mentalidade, economia, agricultura e mesmos hábitos urbanos permeados pela presença do escravo; assim sendo, o significado da lei de Eusébio de Queiroz, por si só, é imenso. Sua composição e execução, nos anos anteriores e posteriores a 1850 constituem também pontos de debate e atrito – o mesmo valendo para as decorrências de sua implementação final. Conf. CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 113

orientação política interpretada e difundida como uma trégua e acerto necessários entre os partidos políticos, e responsável por um período de estabilidade.

Notadamente, variadas situações de intenso significado político, social e econômico perpassaram estes anos. Em seus diferenciados níveis de importância e repercussão à época em que ocorreram, deixaram seus traços na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todos os aspectos acima circunscritos – o fim do tráfico negreiro, a abertura do Amazonas, a Conciliação – são re-significados de alguma maneira frente aos propósitos dos intelectuais preocupados com a construção da História do país, e também em consideração à necessidade de referendo e justificativa à monarquia constitucional brasileira que não mais se encontrava ameaçada por bases ainda não consolidadas e/ou frágeis – como indicamos no capítulo anterior – mas que nem por isso estava livre de motins, agitações, lutas, polêmicas. Com efeito, conscientes de um ambiente político e social na verdade ainda pouco confortável, havia um esforço em trazer a conhecer e aproximar os pontos conflituosos para pacificá-los.

Neste capítulo, discutiremos como a necessidade de “aproximar as províncias” se estendeu de um momento inicial, ganhando, em nova fase, mais contornos e percursos. Novamente, aborda-se o desempenho do português na estruturação do território nacional. Observamos que sócios (cor)responderam(-se) aos litígios fronteiriços contemporâneos por meio do estudo sobre guerras anteriores – ligadas ao tempo dos conquistadores espanhóis e portugueses ou já no século XIX. Outros temas contemporâneos emergem das reuniões dos sócios, deixando entrever suas (pre)ocupações políticas.

1. O Império em Progresso: folhetos e memórias entre política e história

Dentre as pautas de temas históricos, dentre as ofertas de documentos do período colonial, e leituras de memórias sobre o passado, o Instituto testemunhou as modificações do presente e nele interferiu deixando ainda mais óbvias as ligações dos acadêmicos à esfera administrativa e burocrática do Império, por mais que tivessem tentado não transparecer ou não ceder a filiações políticas.

Após o término do tráfico de escravos, o assunto lançaria questões para o passado; análises da história da escravidão no Brasil são sugeridas em comentários sobre sua participação na sociedade e no cotidiano. É assim que, em 22 de agosto de 1851, Joaquim Norberto propõe a

criação de uma comissão de sócios correspondentes dentre aqueles que habitavam a região onde se estabelecera o quilombo dos Palmares para que examinassem possíveis vestígios das habitações, que ainda em 1837 teriam sido vistas na Serra da Barriga. Comentava que no mês de julho, vários exemplares do *Constitucional*, folha oficial que se circulava em Maceió, traziam trechos de Rocha Pitta sobre Palmares³²³ com informações que poderiam explicar determinados pontos considerados duvidosos sobre este episódio. Também, em 9 de junho de 1854, uma carta de Cesar Augusto Marques participava que fizera uma cópia do manuscrito de título *Determinar com todos os seus symptomas as doenças dos pretos recentemente tirado d’Africa etc*,³²⁴ – da biblioteca da Bahia.

Sobre este tema, no entanto, a maior parte filiava-se a aspectos mais contemporâneos. Dentre as ofertas feitas por Varnhagen para a biblioteca em novembro de 1851, havia um texto que indica a contemporaneidade do debate acerca do comércio de escravos, e também sua expansão para outras regiões da América: trata-se do texto de autoria de José Antonio Saco, *Mi primera pregunta – La abolicion del commercio de esclavos africanos arruinará o atrasará la agricultura Cubana?*³²⁵. Em 20 de novembro de 1863: Perdigão Malheiros oferece exemplar do discurso que como presidente do Instituto dos Advogados da Corte pronunciou em 7 de setembro do ano, sobre a ilegitimidade da propriedade do escravo, natureza de tal propriedade, justiça e conveniência da abolição da escravatura no Brasil. Em várias outras ocasiões, Malheiros faria o

³²³ Palmares é conhecida por ter sido a maior comunidade de escravos fugidos da História das Américas. Conf. GOMES, Flavio. *Palmares. Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. GOMES, F. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. ALENCASTRO, Luis Felipe *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 200

³²⁴ Aparentemente, trata-se do texto de Luis Antonio de Oliveira Mendes, escrito em 1793 e publicado em 1812: “Discurso acadêmico ao programa: Determinar com todos os seus symptomas as doenças agudas, e chronicas, que mais frequentemente accommettem os pretos recém tirados da África: examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os methodos mais apropriados para evitalo, prevenindo-o, e curando-o: tudo isso deduzido da experiência mais sizuda, e fiel”. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1812. t. IV, p. 1-82. Disponível em: http://books.google.com/books?id=0-QAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_book_other_versions_r&cad=3_0#v=onepage&q=banzo&f=false.

³²⁵ Cuba ainda experienciava a escravidão negra, bem como a pressão da parte da Inglaterra para que cessasse. Durante a década de 1840, houve esforços da parte do governador para que o tráfico ilegal de escravos fosse interrompido. Todavia, a idéia mais corrente dentre os senhores de engenho cubanos era que o uso de outra mão de obra na agricultura era inviável, dado seu alto custo, e que a manutenção do escravismo era importante para o domínio colonial em Cuba, havia um “temor branco de um levante racial”. Em 1850, o tema da administração dos escravos é retomado nas publicações sobre agricultura em Cuba, concomitantemente a um aumento do custo da mão de obra cativa. MARQUESE, Rafael de Bivar *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

tema da escravidão retornar à mesa apresentando texto de sua autoria de título *A Escravidão no Brasil*, e lendo-o, em especial durante sessões do ano de 1864. À oferta da obra plenamente terminada a em 1866³²⁶, Fernandes Pinheiro comentaria o trabalho como de grande proveito para que se solucionasse esse que considerava um dos mais graves problemas da atualidade.

Um livro de Sebastião Soares, *Memória Historico Estatistica das províncias do Brasil* foi comentado na sessão aniversária de 1860. O então primeiro secretário, Caetano Filgueiras, apresentou o autor como dotado de caráter cristão e “acerrimo partidário da abolição dessa infâmia que o paganismo lançou como uma ironia satânica à face dos crentes da Nova Lei”³²⁷. Soares teria sido capaz de arrancar as nódoas que os adversários tentavam lançar sobre o Brasil, na questão da abolição do tráfico.

“Affrontando a cólera dos mantenedores da propriedade humana, roçando muitas vezes o paradoxo desajudado dos tíbios defensores do trabalho livre, e combatido pelos sophismas da lógica aparente dos factos, elle provou, á face dos documentos, á luz dos algarismos, que a producção agricola do Brasil marcha desde 1851, isto é, desde a abolição do tráfico de Africanos, nas vias de não interrompido progresso, e que a carestia dos gêneros alimentícios não é consequencia da falta de braços (...)”³²⁸.

Trata, destacadamente, do monopólio e abandono em que os principais lavradores deixaram a pequena cultura das espécie farináceas e leguminosas para ocuparem-se exclusivamente da lavoura dos gêneros mais procurados para os negócios de exportação, como o café, o açúcar e o algodão e desta forma explica que o fim do tráfico não teria colaborado para a carestia de víveres³²⁹, mas sim o deslocamento impensado da mão de obra disponível. Soares teria percebido e demonstrado, assim, ao mundo civilizado que o Brasil “detestava sensata e racionalmente o trafico da escravatura”, e também que a prosperidade das rendas brasileiras, mais

³²⁶ O último capítulo d’ *A Escravidão no Brasil* continha as bases de um projeto de abolição da escravidão que antecipou diversos dispositivos da lei de 1871, do Ventre Livre. Sobre a atuação de Malheiros junto ao Instituto dos Advogados do Brasil e ao Parlamento, no debate sobre a escravidão do Brasil: PENA, Eduardo Spiller *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Tese/Doutorado. Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1998.

³²⁷ “Sessão pública aniversária de 1860” in *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860, pp. 671-672

³²⁸ Idem, p.672

³²⁹ Segundo Emilia Viotti da Costa, o café atingiu uma alta na década de 1850, expandindo-se e transformando as fazendas, de maneira que este plantio se tornou seu foco principal. Além disso, a mão-de-obra escrava teria se concentrado também para esta lavoura, esvaziando o plantio de gêneros de primeira necessidade. Como resultado, o Brasil se viu importando grãos como arroz, feijão, milho, da Europa e dos Estados Unidos. Entre 1855 e 1875 houve progressivo aumento do preço dos gêneros, com crescimentos de mais de 100% em produtos como estes. Costa comenta a preocupação de Soares com a carestia e indica que ele havia compreendido a alta como efeito também da prática da estocagem para venda com lucros mais altos. Segundo a autora, ainda, a carestia era registrada em todo o país. COSTA, Emilia Viotti *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 180

do que nunca, marchava “a par do desenvolvimento productivo do nosso paiz” ³³⁰. No ano anterior Soares já havia lido uma memória histórica-estatística sobre a alta dos preços dos gêneros alimentícios ³³¹. Em 20 de julho de 1860 Norberto propõe que a parte da memória de Sebastião Soares sobre a produção agrícola do Brasil (lida no ano anterior e já publicada no jornal do Comercio da Corte) e a parte dos relatórios dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (apresentado ao governo imperial pelo marquês de Abrantes e Dr. Villa Nova Machado) que se refere á mesma memória do consócio, fossem repassadas a uma comissão especial para interpor o seu parecer. A idéia entra em discussão, tomando parte Norberto, Macedo e Soares e por fim, Norberto requisita retirar a proposta ³³².

Os efeitos do fim do tráfico, entretanto, não seriam sentidos apenas de maneira negativa, ou seja, na carência de mão de obra, pois a disponibilização de capitais até então investidos no comércio negreiro facilitou uma série de transformações significativas, em infra-estrutura e nas finanças, especialmente nos setores relacionados a vias de comunicação e transportes, em particular na navegação e nas ferrovias ³³³.

³³⁰ “Sessão publica aniversária de 1860”, Op. Cit, p.672

³³¹ SOARES, Sebastião Ferreira *Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp. 1860; Disponível em http://books.google.com.br/books?id=bmACAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=carestia+dos+g%C3%AAneros+aliment%C3%ADcios+do+imp%C3%A9rio+do+Brasil&lr=&as_brr=3&ei=JZnfSuJJo2UyATz0N2OBw#v=onepage&q=&f=false

³³² Os dados a respeito do debate e os motivos da retirada da proposta por Norberto não são indicados pelas atas que, como sabemos, têm publicadas na revista apenas seus extratos. Podemos apenas sugerir que a crítica subjacente de que a lavoura de exportação desviava mão de obra da lavoura de abastecimento poderia incomodar o governo e outros membros do Instituto. Este assunto também tangencia outras ofertas, o que demonstra que os problemas da agricultura parecem de fato preocupar os membros do Instituto: da secretaria da fazenda, um relatório de comissão organizada especialmente para verificar as causas da crise em 1862; um manuscrito apresentado por César Augusto Marques – *Memória sobre o decadente estado da lavoura e commercio da província do Maranhão e outros ramos públicos, que obstem a prosperidade e augmento de que é susceptível*, de Manoel Antonio Xavier, 1865. Em 5 de junho de 1868 Cesar Augusto Marques envia números do *Semanário Maranhense*, nos quais estão impressos artigos de sua autoria, um sobre agricultura, importação, exportação e tributo do algodão da província do Maranhão.

³³³ A maior parte das ofertas referentes a obras públicas versava sobre estes dois meios de transporte. Em 12 de maio de 1854 Gonçalves Dias e Macedo propõem que o instituto encarregue um de seus membros de descrever a solenidade da inauguração da estrada de ferro de Mauá. Foi aprovada, o presidente incumbiu Lisboa Serra do trabalho. Irineu Evangelista, o barão de Mauá fora responsável por esta que seria a primeira ferrovia brasileira. Em 29 de setembro de 1854 Barão de Mauá comunica que cede para o museu do instituto objetos que o Imperador utilizou para inaugurar o primeiro caminho de ferro do Brasil, oferta considerada de grande valor. Na sessão de 13 de agosto de 1858 o 1º secretário da diretoria da Estrada de Ferro de D. Pedro II envia o 6º relatório apresentado aos seus acionistas. Em 11 de maio de 1860 *Relatório apresentado aos accionistas da companhia Ferry, do Rio de Janeiro, por Thomaz Raymy* – ofertado pelo seu autor. Em 22 de agosto de 1867 e novamente em 11 de setembro de 1868 Manoel da Cunha Galvão oferece *Apointamentos sobre o melhoramento do porto de Pernambuco*.. Os portos também são tema do panfleto do engenheiro André Rebouças, oferecido por Felizardo Campos Pinheiro neste ano: *Melhoramento do porto do Rio de Janeiro e sobre a organização de uma companhia para estabelecimento de docas*. Pinheiro de Campos novamente participa em 30 de julho de 1869, com a oferta do *Diário do Rio de Janeiro do dia 30 de julho* por ter notícia da inauguração da linha telegráfica desta corte a Macaé, precursora de outra qual a da

Em cartas sobre obras públicas enviadas repletas de anexos, percebemos que o IHGB era entendido como um local de preservação de documentos, dados, memórias que resguardariam e projetariam uma imagem daqueles tempos no futuro. Tal se pode depreender, por exemplo, da carta de 1853, do Marechal do Exército Francisco José de Sousa Soares de Andréa, barão de Caçapava³³⁴, contando ter sido nomeado presidente de uma comissão³³⁵ que se encarregaria de organizar um novo cais de alfândega, para escolher um sistema conveniente e econômico dentre vários projetos propostos. Buscava, no Instituto, abrigo para a documentação que resultara dos trabalhos da comissão, pois, louvados pelo governo, os projetos não deveriam ser “esquecidos nos armários dos arquivos”, mas preservados, garantindo ao futuro a possibilidade de avaliá-los. Em uma sessão de novembro daquele ano, Baptista Oliveira leu o parecer que dizia que destino deveriam ter estes trabalhos: eram de “incontestável mérito científico” e o Instituto realmente deveria arquivá-los, “considerando-os como documentos históricos na ordem dos factos que tem íntima conexão com os interesses commerciaes”, e de verdadeira utilidade para o futuro, quando, por exemplo, “outras obras de semelhante natureza” tivessem de ser empreendidas, fosse pelo governo, fosse por particulares.

Outros melhoramentos diziam respeito a uma melhor estrutura sanitária e urbanística. No Rio de Janeiro, por exemplo, foram criados serviços de limpeza pública, calçaram-se ruas, e passou a haver uma preocupação maior com uma mais adequada eliminação dos dejetos humanos – isso, também, graças ao avanço da medicina higienista. Na verdade, segundo Sidney Chalhoub, uma epidemia de febre amarela e outra de cólera, em 1850 e 1855 respectivamente causaram uma elevação nas taxas de mortalidade, colocando “na ordem do dia a questão da salubridade pública,

linha de Campos. Sobre melhoramentos desta época: SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império* São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

³³⁴ Sousa Soares nasceu em Lisboa, vindo para o Brasil junto com a família real em 1808, no posto de segundo tenente de artilharia. Começou a servir no arquivo militar nesta data. Encarregado da secretaria do governo e da organização da Capitania de Pernambuco em 1817, partiu para lá, intervindo a favor das vítimas da revolução. Declarou-se em 1822 pela Independência do país. Militou na campanha da Cisplatina, tomando parte no combate de Ituzaingo, na campanha do Rio Grande do Sul, administrou a província do Pará em 1831, a de Minas após a revolução de 1842 – em todas como comandante de armas. Participou da câmara temporária, representando o Rio de Janeiro e Minas. Era marechal do exército, reformado. Foi conselheiro de Estado e de guerra. Morreu como chefe da missão de demarcação de limites entre o Império e o Uruguai.

³³⁵ Integrada por Pedro Ferreira de Oliveira, o inspetor das obras públicas Antonio Joaquim de Souza, o tenente-coronel Ricardo José Gomes Jardim, e o engenheiro civil Fernando Halfed.

em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas em particular”³³⁶. Por certo, a preocupação com saúde pública, vacinas, doenças perpassaria o Instituto.

Em 30 de maio de 1856, Leite de Oliveira Bello oferece quadros estatísticos de Porto Alegre, a respeito de suas ruas, quadras, população e sobre a mortalidade causada pela epidemia. Neste mesmo ano, Carlos Honório de Figueiredo apresenta exemplar da memória sobre a salubridade pública na província da Bahia, da parte do médico baiano Domingos Rodrigues Seixas. Um ofício de Antonio David Vasconcellos Canavarro remetia em junho de 1858 seu relatório sobre o cholera morbus reinante no Amazonas, Pará, Alagoas e Rio Grande do Norte, para servir de título de admissão ao Instituto³³⁷. Houve até mesmo um debate a respeito da introdução da vacina no Brasil, ao final da década de 1850, , no qual o Instituto teve a função de mediador³³⁸.

³³⁶ CHALHOUB, Sidney *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 30. Cria-se, desta forma, a Junta Central de Higiene, órgão que tinha por objetivo cuidar das questões relativas à saúde. Chalhoub situa nestes anos de 1850 o início de uma percepção por parte dos administradores da Corte de que havia cortiços pela cidade; e que as habitações dos pobres poderiam ter efeitos nocivos à sociedade, posto que seriam “focos de irradiação de epidemias”. Id, p. 29

³³⁷ Na sessão de 13 de agosto, a comissão de admissão de sócios emite um parecer sugerindo que ele se conformasse às disposições do artigo 6º dos estatutos, na confecção de memória que tiver de servir-lhe de entrada no IHGB – em outras palavras, embora aceito, seu trabalho não lhe valeu a admissão. Em 1860, Canavarro tomou parte de um debate interessante. Escreveu *A monarquia constitucional e os libellos*, em 1860 em resposta a um panfleto de título *Os cortesãos e a viagem do Imperador*, de José Joaquim Landolfo da Rocha Medrado – também responderam Justiniano José da Rocha e o cônego Joaquim Pinto de Campos – com os textos *Monarquia democrática* e *Os anarchistas e a civilização*, respectivamente. Silvana Mota Barbosa comenta que o texto de Medrado foi publicado em partes no *Diário do Rio de Janeiro*. Trazia comentários acerca do momento, pontuando que o Império vivia uma grande crise e que “a viagem do monarca às províncias do Norte foi, ao mesmo tempo, sintoma e aprofundamento dela”. As pompas da monarquia seriam, para Medrado, incompreensíveis para os brasileiros, por não corresponder às suas aspirações. Silvana Barbosa pontua que o autor “não renegava a monarquia nem defendia a República, mas estava convencido da especificidade do regime monárquico no Brasil, cuja característica principal era sua origem popular” assegurando o “consórcio entre monarquia e democracia”. A crítica recaía sobre a elite que tentava se forjar como cortesã, quando no Brasil não havia espaço ou função para este tipo de figura, tornando-se assim “uma aberração” mantida pela avidez de “dominação e poder”. Logo, o cortesão brasileiro atuava fazendo o Imperador esquecer suas origens democráticas enquanto ele mesmo alimentava as lisonjas. A autora ressalta que o panfleto destacava os “problemas da corrupção”, “os males da centralização”, e os efeitos da política assim engendrada para o governo. BLANCO, Silvana Mota “Panfletos vendidos como *canela*: anotações em torno do debate político nos anos 1860” in CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 158-160. Canavarro viria a defender o Imperador e a comprovar que o governo de Pedro II teria alcançado estabilidade e paz – idéia baseada na comparação com as republicas de origem hispânica.

³³⁸ Na sessão de 6 de agosto de 1859, um ofício do ministro do Império acompanhou um requerimento da Viscondessa de S. Amaro e pediu um parecer sobre a introdução da vacina no Brasil no ano de 1804. No mesmo mês, vinte dias depois, o Instituto recebia ofício de Antonio Mendes Ribeiro com documentos pelos quais intentava provar que em 1798 seu falecido pai introduzira no Rio de Janeiro o benefício da vacina, pedindo que fossem tais textos submetidos à mesma comissão que escreveria o parecer acerca do pedido da Viscondessa. Ela requeria que se colocasse um busto em mármore de seu pai, o Marquês de Barbacena, na sala pública do Instituto Vaccínico, como o verdadeiro introdutor da vacina no Império do Brasil. No mês seguinte, o parecer, que é aprovado, anunciava suas

Este, aliás, não seria o único debate político a ter a mediação dos sócios. A questão da instrução pública estava na pauta política, atrelada ao sentido dos ideais de *civilização e progresso*. Em meados do século XIX, a educação se torna um dos projetos do Estado; a instrução passava a coadunar com “outros planos de intervenção dos poderes públicos na vida da população e nos espaços das cidades” tais como as alterações físicas e materiais das obras públicas, já mencionadas ³³⁹. Tornava-se, dessa maneira, uma temática “relacionada às políticas e às leis do Estado, que buscava através dela, civilizar e iluminar a nação” ³⁴⁰ – também um tópico a mais para ser pensado dentro da academia. Em 2 de maio de 1856, são repassados à comissão de história os ofícios do diretor do conselho de instrução pública da capital, Eusébio de Queirós, pedindo que o IHGB guiasse o conselho na escolha de um compêndio adequado para o estudo de História do Brasil a ser seguido nas escolas. Queirós novamente, em outubro de 1856, pediria a consultoria do Instituto, ao enviar um exemplar do *Resumo da Historia Moderna desde 1815 até 1856*, organizado para as escolas, pedindo que aquela instituição emitisse um juízo ³⁴¹.

Perdigão Malheiros, em 27 de setembro de 1850, apresentou seu *Índice chronologico dos factos mais notáveis da história do Brazil*. Indicava não se tratar de uma história geral do Brasil - até porque caberia, segundo ele, ao Instituto, esse grandioso trabalho - mas sim de um texto para conhecer de maneira mais simples determinados acontecimentos históricos; ou, ainda para que “mocidade” conhecesse essa mesma história – estudo, que pelo entendimento de Malheiros, era “indispensável para completa educação, o que infelizmente não tem sido tomado na devida consideração” ³⁴². Comenta o espaço dado ao estudo da história da Idade Média e a Moderna nas salas, enquanto a “História pátria” “só de pouco tempo vai-se introduzindo, e com pouco entusiasmo, o seu ensino nas escolas”, quando, na verdade, crê Malheiros “devera talvez ser ella

conclusões: entendia que o marquês de Barbacena foi o verdadeiro introdutor da vacina no ano de 1804; e que Francisco Mendes Ribeiro ensinou a inoculação da bexiga em 1798.

³³⁹ SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. In *Revista Brasileira de História*., São Paulo, v. 19, n. 37, Setembro. 1999 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2009. doi: 10.1590/S0102-01881999000100004.

³⁴⁰ ABREU, Martha; SCHUELER, Alessandra “Instrução” in VAINFAS (2002) Op. Cit. , p. 383

³⁴¹ Sobre o *Resumo*, não sendo da competência do Instituto a história moderna, mas apenas a do país, afirma-se não poder emitir juízo; quanto ao parecer sobre o melhor dos compêndios de história brasileira, decidiu-se oficializar à comissão com quem estavam as obras, solicitando a apresentação do juízo.

³⁴² “218ª sessão em 27 de setembro de 1850”. In *RIHGB*, Tomo XII, 1850, p. 418

a preferida, por ser a que de mais perto nos toca, e de mais immediato interesse nos deve ser”. O autor pede uma opinião sobre o trabalho – função da qual é encarregado Bivar ³⁴³.

Como vemos, o IHGB esteve bastante integrado ao meio e à política da Corte. Sua nítida sensibilidade à esfera política evidencia-se para além das questões voltadas para a história: trabalha como assessor do Estado. A votação da lei Ferraz, em 1860, por exemplo passou pela mesa do Instituto em julho daquele ano: foram remetidas as segunda, terceira e quarta folhas da análise do projeto. Nos anos que se seguiram, algumas ofertas dialogariam com os efeitos desta lei ³⁴⁴, que promoveu arrocho de crédito, levando diversos bancos e empresários a falência ³⁴⁵. Também foram pinçados para os arquivos do Instituto detalhes sobre o casamento civil ³⁴⁶, sobre a reforma judiciária, e até mesmo a atuação de falas conservadoras fizeram-se perceber ³⁴⁷.

³⁴³ Outras participações no trato da instrução: em 25 de agosto de 1854, Machado de Oliveira oferece texto de Cansansão do Sinimbu sobre a instrução primária e secundária. Na sessão de 9 de novembro de 1855, Pereira Coruja remete exemplar de suas lições de História do Brasil, pedindo que a obra fosse repassada a uma das comissões de história. Em 11 de julho de 1856, é ofertado relatório sobre a instrução pública da cidade da Bahia por Abilio Cesar Borges, oferecido por Lapa em nome do autor. Em 8 de agosto de 1856 secretário da inspetoria da instrução primária e secundária do município da corte, remete exemplar de relatório. Em 22 de maio de 1857 J.I. Silveira da Motta, envia relatório sobre a instrução pública do Paraná. Em 13 de agosto de 1858 o diretor da instrução pública do Ceará envia exemplar do relatório de seu antecessor; em 20 de maio de 1859 Titara envia relatórios que organizou sobre o estado da instrução pública em Alagoas. Em 17 de maio de 1861 Macedo oferece um exemplar de suas *Lições de História do Brasil para uso dos alumnos do imperial collegio de Pedro 2º* (no relatório de Pinheiro na sessão aniversaria, é descrita como escrupulosa na exatidão dos fatos, clareza e precisão no método e amenidade no estilo). A 9 de agosto de 1861, Diogo de Mendonça Pinto, oferece exemplar da obra *Relatórios do estado da instrução pública na província de S. Paulo*. Em 6 de setembro de 1861 Relatório apresentado a Carlos Araújo Brusque, presidente da província, pelo diretor da instrução pública da província do Pará. Em 13 de junho de 1862 Francisco José Borges, oferece compêndios de história e geografia do Brasil, organizados por ordem da diretoria de instrução pública da província do RJ, para uso das escolas públicas primárias. 25 de julho de 1867: Felizardo Pinheiro de Campos lê trecho de um trabalho sobre instrução pública e sua influencia na sorte das nações, considerada no ponto de vista da história contemporânea. 22 de novembro de 1867: José Liberato Barroso oferece sua obra *Instrução pública no Brasil*

³⁴⁴ Na 5ª sessão do ano de 1867 do Instituto, foi oferecido um exemplar impresso em Lisboa: *Os Bancos e os princípios que regem a emissão e circulação das notas*. Em 25 de julho do mesmo ano J.M.F. Pereira de Barros oferece *Considerações sobre a situação financeira do Brasil, acompanhadas da indicação dos meios de socorrer ao déficit do tesouro*. Em 22 de outubro de 1869 a diretoria do Banco do Brasil oferece *Relatório apresentado á assembléia geral dos accionistas na sua reunião de 1869 pelo seu presidente, conselheiro de Estado Francisco de Salles Torres Homem*.

³⁴⁵ Joaquim Nabuco analisa que a lei de 1860 adquiriu a reputação – por ele considerada justa – de instrumento para esmagar o espírito de associação e iniciativa individual, pois passou a exigir autorização do governo para incorporação de sociedades anônima, civil ou mercantil: “durante vinte annos o regimen da associação no paiz vai ser essa tutela e essa participação do Estado, contrária ao character das empresas e á susceptibilidade dos capitaes que se retrahem deante do favoritismo official e da ingerencia estranha, fatal á actividade, á energia, á independencia particular”. Nabuco ressalva o intento da criação da lei, que teria sido o de por peias aos abusos que se praticavam junto aos capitais. NABUCO, Joaquim *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, Tomo Segundo(1857-1866), pp. 55-60

³⁴⁶ Principalmente por conta de questionamentos de imigrantes alemães em tribunais de justiça, segundo Keila Grinberg, o debate sobre a institucionalização do casamento civil passou a acontecer. Teria sido, inicialmente, na forma do projeto de lei de Nabuco de Araújo em 1855, que era então ministro da justiça; seria válido para uniões entre católicos e não-católicos. Trata-se de uma questão de tramite difícil, em especial pelos obstáculos colocados

De fato, o IHGB pretendia ser interlocutor de assuntos ligados à história, mas também dos problemas e política das demais regiões. Na verdade, como já observamos, buscava esse papel de maneira objetiva, de forma a colaborar no engendramento de uma coesão das províncias em torno da monarquia e do imperador – sempre lançando mão das ferramentas mais adequadas possíveis. Nesse sentido, é importante notar nos anos de 1850 em diante, uma significativa mudança. Conforme vimos, nos anos anteriores, o estudo da história das províncias foi preterido e houve empenho do IHGB em promover uma história geral para o Brasil, pois conflitos de caráter até mesmo separatista, ainda recentes, lembravam da fragilidade do edifício que se pretendia erguer. Segundo aconselhara von Martius, era preciso buscar o geral no particular, e expandi-lo para transformá-lo na História nacional. Porém, com a mudança das circunstâncias – em especial o debelamento das revoltas mas, também, a consciência do perigo que representavam - os sócios do Instituto gradualmente passaram a modificar sua forma de relacionamento com as diferentes partes que compunham o Império, de maneira a conhecê-las mais detalhadamente e, parecendo seguir as orientações de Cunha Mattos, a partir desse conhecimento local chegar-se à história nacional.

2. As províncias no passado e no presente: harmonizar pelo conhecer

O interesse do Instituto em estabelecer união das partes em nome da formação de um todo modificou-se conforme a monarquia foi se consolidando. Se a princípio, tratava-se de aproximá-las, cuidar para que a rebeldia nascida da ausência de uma identidade nacional – que o IHGB ambicionava ajudar a construir – não insurgisse, ameaçando os propósitos de unidade, agora se tratava de consolidar a harmonia por meio da busca pelos detalhes, particularidades – uma vez

pela Igreja. Em 1865, o Conselho de Estado anulava a primeira lei resultante deste debate e em 1866, Nabuco de Araújo voltaria a preparar projeto sobre o assunto, anunciado em 23 de março de 1866. GRINBERG, Keila *Código Civil e Cidadania* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002, pp 39-43; NABUCO, Joaquim *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época* Rio de Janeiro: H. Garnier, Volume Segundo (1857-1866), 1889.

³⁴⁷ Sobre o casamento civil: , em 1859, Braz Florentino Henriques de Souza que escrevia no periódico conservador *União*, oferece opúsculo intitulado *O casamento civil e o casamento religioso*, de sua autoria e em 1860 Carlos Kornis de Totward ofereceu ao Instituto exemplar de suas obras: *O casamento civil*, em 2 volumes; *Negócios de matrimônio no Império do Brasil*; *Refutação da Doutrina do Dr. Braz Florentino Henriques de Sousa, sobre o casamento civil e religioso*. Sobre o partido conservador: em 2 de julho de 1869 Liberato de Castro Carreira, remetendo exemplar do seu folheto *Reacção do partido conservador na província do Ceará em 1868*. Sobre a reforma judiciária: 8 de outubro de 1869, Oficial da secretaria da camara dos deputados remete exemplar da *Collecção de todos os projectos sobre a reforma judiciária apresentados ao corpo legislativo desde 1845 até hoje*.

que as ameaças de levantes e insurreições já estavam afastadas. A união é ainda a divisa, o que é perceptível em ofertas de documentos como a que fez, em dezembro de 1862, Pinheiro de Campos, da parte do visconde de Goiana, intitulados *Memórias sobre as principais causas porque deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas províncias (impressa em 1822)*; e *Memória sobre as principais causas porque deve o Rio de Janeiro conservar a união com Pernambuco (impresso em 1823)*.

Procura-se conhecer localidades e dar-lhes destaque, recolhendo-se material que cumpra esta tarefa: memórias, documentos de fundação de vilas e bispados, fixação de limites; dados culturais e especificidades, históricos ou mesmo contemporâneos: Pereira Coruja, em 1851 trouxe um trabalho de sua autoria sobre linguagem – *Coleção de Vocábulos e phrases usadas na província do Rio Grande do Sul*, publicado no ano seguinte ³⁴⁸. Quando, cinco anos depois, Domingo José Gomes Brandão ³⁴⁹ pediu que autorizassem que a *Coleção* fosse publicada na corte em avulso, obteve não só uma resposta favorável, mas a recomendação aberta e grata às vantagens que sua chegada ao público poderia acarretar:

“ (...) é provável que á medida que se for generalizando o conhecimento do curioso, e útil trabalho do nosso digno collega, se corrijam com mais facilidade os vícios de locução, se elliminem da linguagem os vocábulos espúrios, voltem á sua genuína significação os que foram d’ella affastados, e se emendem os defeitos de pronunciação n’aquelles, em que o tempo a tiver alterado” ³⁵⁰.

Entrevemos, nesta resposta, uma pretensão civilizadora e educadora, na medida em que se ressalta o potencial pedagógico do texto de Pereira Coruja. Por outro lado, a idéia de corrigir os vocábulos que tiveram sua “significação genuína” distorcida, a emenda sugerida na pronúncia de determinadas palavras também poderia esconder em suas entrelinhas a necessidade de retirar dos discursos aqueles conteúdos e formas de se expressar inadequadas **politicamente**. No limite, controlar a linguagem, em algum nível, também uma forma de educar o pensamento.

³⁴⁸ Aquela região seria novamente tema de um texto seu anos depois. Em 1865, inscreve na penúltima sessão do ano para apresentar no ano seguinte um *Trabalho histórico sobre a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*.

³⁴⁹ Brandão era um livreiro-editor. Foi responsável, por exemplo, por muitas primeiras edições ou reedições de livros de Joaquim Manuel de Macedo, tais como *A Moreninha* (4ª edição, 1860); *Rosa*, (4ª edição, 1862); *Os romances da semana* (1ª edição 1861); *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1ª edição, 1862); *O Culto do dever* (1ª edição, 1865); *Lições de História do Brasil* (1ª edição, 1865). QUEIROZ, Juliana “A Obra de Joaquim Manuel de Macedo através de anúncios do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro”. XI Congresso Internacional da ABRALIC – *Tessituras, Interações Convergências*. 13 a 17 de julho de 2008, USP, São Paulo, Brasil, pp.3-4. Disponível em http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/JULIANA_QUEIROZ.pdf, consulta em 29 de dezembro de 2009.

³⁵⁰ “12ª sessão em 19 de setembro de 1856”. In *RIHGB*. Tomo XVIII, 1856, p. 29. Assinaram o parecer Thomas Gomes dos Santos e José Ribeiro de Souza Fontes.

Mas, a comissão faz observações ao trabalho de Coruja, ajuntados ao parecer:

“Parece (...) que nem todos os vocábulos apontados no glossário do sr. Coruja carecem de legitimo titulo, para serem considerados como de boa linguagem, conservando a significação e orthographia que lhes dá na província do Rio Grande do sul, alguns há de origem brazilica, aos quaes por significarem coisas desconhecidas em Portugal, e so próprias do Brazil, nenhum termo corresponde na antiga língua pátria; esta porém os adoptou, e os melhores diccionarios os reconhecem hoje como portuguezes; taes são: Congonha, moquear, perau, perneira, tápera, tipipi: todos estes vocábulos são abonados por Moraes, Constancio e Faria, com a significação que se lhes dá no Rio Grande do Sul, na qualidade de vocabulos portuguezes de origem brazilica”³⁵¹.

Sugerem que Coruja fora demasiado rigoroso com estes termos, merecedores da consideração da língua portuguesa do Brasil. Há, aqui, a tentativa de estabelecimento de uma relação de união entre o local (o Rio Grande do Sul) e o nacional, expressada pelas palavras típicas do idioma que são compreensíveis e válidas nas duas esferas. Há que se sublinhar, todavia, que o sentido local somente é validado “merecedor” da “franquia” do idioma a partir do instante em que o nacional lhe dá legitimidade. A união das duas esferas, então, é contraposta a um “outro” que, afastado física e politicamente, tornou-se desconhecedor de sua linguagem. Seu status é, portanto, de separação geográfica, simbólica e política do todo específico (Brasil) – ainda que lhe tenha sido a “mãe” a ensinar como falar em tempos anteriores³⁵².

O Instituto se torna um interlocutor privilegiado da discussão sobre o local frente ao todo. Associações similares a ele são criadas na esfera provincial, e imediatamente se remetem àquela situada na Corte: em 18 de novembro de 1853, Henrique de Beaurepaire Rohan comunica a instalação em São Paulo de uma associação destinada auxiliar a agricultura, comércio e artes regionais, cumprindo assim uma de suas primeiras deliberações. Como sinal do apreço consagrado ao núcleo letrado, enviava diplomas de sócios honorários ao presidente e ao primeiro secretário.

Em agosto de 1860, foi criado o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, que comunicou sua existência pedindo filiação e correspondência ao IHGB. Em junho do ano seguinte, reconhece-se a vantagem de atendê-lo: “estabelecimentos d’esta ordem, quando regularmente fundados, e bem dirigidos, podem ser d’um grande auxilio á patriótica empresa”³⁵³ de que

³⁵¹ Idem, pp. 29-30

³⁵² O estudo da linguagem no Brasil recebeu ainda outras participações. Naquele mesmo ano, em dezembro, Ferreira Lagos se ocupou da leitura de um trabalho do Coronel José Mariano de Matos sobre vocabulário também na região sul e anos depois, em 1862, leu novamente outro trabalho similar, intitulado *Linguagem Popular no Ceará*.

³⁵³ “3ª sessão em 14 de junho de 1861” in *RIHGB*, Tomo XXIV, 1861, pp. 716-717

estavam encarregados. O parecer lembrava também o artigo dos estatutos que declarava que o IHGB almejava ramificar-se nas províncias para mais fácil desempenho de seu fim. Por fim, sugere-se a inclusão de estatutos para regular a filiação de outras sociedades similares³⁵⁴.

Houve, também, diálogo entre o Instituto e aqueles que, sócios ou não, dedicavam-se a tarefa de erigir a história das províncias: correspondem-se freqüentemente autores que se dedicam a isto, como João Francisco Lisboa, que ofereceu em 1858 impressos da história do Maranhão – pauta também do trabalho apresentado para admissão de Luiz Antonio Vieira da Silva em 1863. A comissão julgou seu texto, de recorte temporal de 1822 a 1840³⁵⁵, como crônica de grande merecimento que, embora não abundasse em juízos e apreciações, pecando por vezes em laconismo, era rico na apresentação de fatos extraídos de documentos da secretaria da província³⁵⁶. No parecer, lemos o seguinte trecho, que comenta a importância de trabalhos como o de Vieira: “A *Historia Geral do Brasil*, e por conseguinte a da independência (época gloriosa do império) está ainda por fazer-se. Para ella devem ser poderosos e valiosos auxiliares as monographias”³⁵⁷.

Em outras palavras: os trabalhos voltados para o específico são importantes auxiliares na construção da História do Brasil, que ainda se organiza. O “todo” é composto do “local”. Idéia similar é apresentada na sessão aniversária de 1865: o Cônego Fernandes Pinheiro enquanto primeiro secretário comentou a publicação feita na revista dos *Annaes da Provincia de Goyaz*, da parte de José Martins Pereira de Alencastro³⁵⁸. Falou, na ocasião, sobre a importância e incontestável vantagem de “conhecermos com individuação a história de cada um dos membros

³⁵⁴ Dentre eles, mencionava-se a necessidade de enviar semestralmente uma notícia circunstanciada de todos os documentos que se publicasse ou arquivasse. De sua parte, o IHGB se comprometeria a transmitir gratuitamente exemplares de sua revista ou de qualquer manuscrito ou obra que se fizesse imprimir.

³⁵⁵ Na notícia sobre sua vida, elemento complementar ao parecer emitido, comentava-se que ele, Lisboa e Felipe da Motta de Azevedo Correa, “três distintos maranhenses”, haviam entre si planejado escrever a história e a estatística de sua província natal. Vieira escreveu sobre 1822 a 1840; Lisboa escreveria de 1840 a 1850; e Azevedo um dicionário estatístico histórico e topográfico – plano parcialmente frustrado pela morte de Lisboa, que foi mantido pelos demais.

³⁵⁶ Pela notícia acima mencionada, informamo-nos que Vieira fora secretário do governo do Maranhão entre 1854 e 1858; fora diretor geral das terras públicas até 1860; terceiro vice-presidente; deputado provincial na legislatura de 1860-1861 e deputado geral entre 1861 até maio de 1863, “quando teve lugar a dissolução da camara temporária”. [Idem, ibidem.]

³⁵⁷ “9ª sessão em 17 de julho de 1863” in: *RIHGB*, Tomo XXVI, 1863, p. 880.

³⁵⁸ Pereira de Alencastro, em 1855, também ofereceu *Memorias históricas da província do Piauí* para servirem de título de admissão como sócio correspondente. Anos depois, em 1857, Alencastro daria outra participação na sessão do Instituto, por meio da leitura de um trabalho: *Notas diárias da revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão e Piauí nos annos de 1838 a 1841, e que foi denominada Balaçada*. Nesta participação entrevemos outra questão acerca da História das províncias destacada no Instituto: os levantes ali ocorridos e a preocupação em pacifica-los – tema que comentaremos adiante.

da vasta comunhão brasileira”³⁵⁹. De fato, a construção da História nacional com base no estudo do provincial fora sugerida mais abertamente em seu relatório da sessão aniversária do ano anterior, quando destacara o *Quadro histórico da província de São Paulo*, escrito para uso das escolas de instrução pública por Machado de Oliveira. Dando um destaque positivo àquele trabalho, comentara:

“Estudar a historia dos paulistas é estudar a historia do Brasil inteiro; é assistir a um dos mais magníficos espetáculos que jamais offeceram os annaes de qualquer povo, contemplando esses argonautas do deserto a transporem nubíferas montanhas, a devassarem impérvias florestas, a vadearem caudalosos rios na fragil piroga do selvagem; e, além das pactuadas raias plantarem as quinas lusitanas sobre os derrocados pendões de Castella”³⁶⁰.

A ação dos paulistas enquanto desbravadores e empreendedores ao vencer territórios selvagens e conquistar regiões é ponto de associação entre o local e o nacional na história³⁶¹. A obra executada foi grandiosa pois incorporava também a vitória sobre um “deserto”³⁶², a superação do desafio imposto pelas florestas impenetráveis e pelos rios de intensa corrente. Para Fernandes, a empresa levada a cabo por aqueles que carregavam os padrões lusitanos para além das margens já definidas, para terras cuja administração espanhola já se encontrava enfraquecida, era como uma causa de relevo para a grandeza de todo o Brasil. Por outro lado, sua ação é também uma metáfora do esforço empreendido em todo o território nacional para sua conquista, defesa, manutenção.

A idéia da construção da história das províncias compondo a história do Brasil aparece em outros momentos. Em 27 de setembro de 1850, Joaquim José Pinto Bandeira³⁶³ enviou cópia de um documento sobre a fundação da vila de Curitiba, afirmando que seu pensamento era de que

³⁵⁹ “Relatório do Primeiro secretário o cônego Fernandes Pinheiro” in *RIHGB*, tomo XVIII, 1865, p. 338

³⁶⁰ “Relatório do Primeiro secretário o cônego Fernandes Pinheiro” in *RIHGB*, tomo XVII, 1864, p. 400

³⁶¹ Sobre a construção da imagem das bandeiras paulistas, conf. FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002

³⁶² Luis Francisco Albuquerque de Miranda fala a respeito de um conjunto imagético comum a relatos de viagens como de Saint Hilaire, Spix e Martius, no qual há uma identificação entre os sentidos de “sertão” e “deserto” para regiões de população rarefeita. Miranda identifica nos relatos destes viajantes traços daquilo que Le Goff chamaria de “epopéia do deserto”: “herdeiro de tradições mais antigas, o cristianismo medieval representa o deserto como um lugar maravilhoso, repleto de perigos e sujeito às tentações do demônio, no qual monges, cavaleiros e santos, em peregrinação enfrentam provas e penitenciam-se”. O “deserto ameaçador” é o local onde o homem, dotado de uma “missão elevada” prova suas convicções com o objetivo de “encontrar a verdade”. O autor indica, também, que as imagens veiculadas por aqueles viajantes foram assimiladas por literatos e cientistas do XIX – talvez essa idéia possa ser verificada na fala de Fernandes Pinheiro. MIRANDA, L.F.A. “O Sertão dos Viajantes”. In *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom pp.4-5

³⁶³ Bandeira participou da assembleia provincial de São Paulo; e entre 1854-1855 foi presidente da assembleia provincial do Paraná.

poderia interessar à História do Brasil e especialmente à história daquela província. No mesmo ano, o capitão do Estado Maior do exército José Bernardo Fernandes Gama, que havia se dedicado à história da província de Pernambuco, dirigiu-se ao Instituto pedindo aos “Augustos e digníssimos srs. Representantes da Nação” um auxílio financeiro para continuar seus trabalhos³⁶⁴. Dizia-se “convencido de que serviço de alguma importância prestaria ao paiz colligindo os factos históricos da província de Pernambuco, sua pátria”³⁶⁵.

A busca e apresentação dos históricos locais talvez expressem também a atenção que as províncias requisitavam no presente. Isso fica latente em outros gêneros de documento, cuja participação sobeja: dados de estrutura material, populacional, vias de comunicação, composição hidrográfica, comércios, melhoramentos, infra-estrutura³⁶⁶.

Em 1853, a leitura do parecer de um texto de Sebastião Ferreira Soares nos mostra que esta tônica estará presente no Instituto. Escrito por Baptista de Oliveira, comentava os *Apontamentos sobre a estatística financial da província do Rio Grande do Sul*; apresentando as partes de que era composto, indicando seu merecimento e utilidade. Oliveira trazia detalhes sobre a memória, nas quais eram apresentadas considerações “apreciáveis sobre os melhoramentos que para desenvolver os elementos de riqueza d’aquella província, deveriam ser promovidos”, concluindo com uma importante indicação da conveniência prática do texto: “a administração do thesouro poderá n’esse trabalho colher úteis informações a respeito da arrecadação e distribuição

³⁶⁴ Para tal tarefa, contou com o auxilio financeiro da Assembléia Legislativa daquela província, que lhe concedeu uma loteria de 65:000\$000 de réis. Escrevera quatro tomos sobre fatos da região entre 1500 até 1799, e um resumo até 1847. Dedicava-se à época em que se dirigiu ao Instituto à composição do quinto tomo, expondo minuciosamente fatos de 1799 até 1850. Na carta, chamou a atenção para as dificuldades que no Brasil quem quer que se dedique a isto se depara, comparando com a valorização dada a ela em outros países. Escreveu que esperava contar com “não menor patrocínio no seio da Representação nacional, do que encontrou no de sua província”, animando-se em “continuar vencendo difficuldades, afim de levar a sua obra ao estado de perfeição a que podem chegar as forças do suplicante”. “214ª sessão em 20 de Julho de 1850”. In *RIHGB*, tomo XIII, 1850, p. 407.

³⁶⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶⁶ Em 1858, Gonçalves Dias, dentre outros textos ofereceu a continuação de uma memória sobre a capitania do Piauí; e José Marcellino Pereira de Vasconcellos apresentou exemplares de seu ensaio sobre a história e a estatística da província do Espírito Santo. Henrique Rohan no ano seguinte leu no final de uma sessão uma memória sobre a Paraíba do Norte. Candido Mendes de Almeida, poucas sessões a seguir, apresentou um exemplar impresso de *Memórias para a historia do extincto Estado do Maranhão*, coligidas e anotadas por ele, cujo parecer teria como autor Norberto. Este sócio, no ano seguinte, intermediou a entrega de uma *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goiás*, escrita pelo padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, que fora enviada por José Caetano de Andrade Pinto. Em 1864, Padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva oficiou a oferta ao instituto da *Memoria Synoptica*, ou *Noticia geral da província de Santa Catarina*, para servir de preliminar ao *Diccionario Topographico Historico e Estatistico* por ele feito; foi remetida à comissão de trabalhos históricos, a emitir seu juízo. O secretário do governo de Minas Gerais, Antonio Marciano da Silva Pontes, em 1867, foi indicado para sócio por Norberto e Honório de Figueiredo, servindo como título de admissão um *Ensaio Histórico* sobre aquela província.

dos dinheiros públicos, nas épocas que ali se acham marcadas, circunstância esta que o torna, no seu entender, duplamente interessante”³⁶⁷.

Os documentos e memórias que tratam da questão da Seca no nordeste também são exemplares; a situação crítica enfrentada pela região assolada pela falta de água faz com que os sócios se esforcem a tecer um histórico do problema naquela localidade, como forma de verificar suas causas e maneiras de combater seus efeitos. Em 1860, Beaurepaire Rohan leu uma memória de sua autoria chamada *Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação as seccas, são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brasil*; algumas sessões depois, presentearia os colegas com cópias dela. Capanema sugeriu então, em 1861, pedir ao governo que recomendasse aos presidentes da província do Norte, onde ocorriam secas periódicas, que coligissem toda a espécie de ossadas que se pudessem ser encontradas, remetendo-as com cuidado a Corte, com amostras da terra ou pedra – pretendia ele verificar as alterações meteorológicas que experimentavam as referidas províncias.

Estudar as necessidades e as particularidades das províncias, localiza-las no presente e na cartografia, é também um sintoma de uma tendência que se enceta a partir da década de 1850 de aproximação entre o Instituto e a administração de províncias por meio de uma documentação enviada diretamente de lá. Há contínua referência a documentos deste gênero – principalmente falas de abertura de sessão legislativa, resoluções, atos, instruções, regulamentos, relatórios de passagem de administração. Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Amazonas, Espírito Santo – todas participam do que parece ser a vitória de um esforço de coligir material para a História do Brasil ainda a escrever. Por vezes, este material passa pelas mãos dos ministérios, e é entregue da parte do representante da pasta de finanças, da guerra, estrangeiros e, principalmente, do ministro do Império³⁶⁸. Este procedimento de certa maneira inicia uma justaposição do IHGB a órgãos do governo, com uma possível semelhança às discussões de seus encontros, quando tratam dos conteúdos daqueles documentos, àquelas das sessões da Câmara e do Senado. Em algumas ocasiões, a entrega destes

³⁶⁷ O parecer foi aprovado e o trabalho foi enviado à admissão de sócios. Na sessão seguinte, Capanema, como relator da comissão incumbida desta tarefa, leu o parecer e pediu urgência para sua votação. Houve discussão; pela ata vemos que o Conselheiro Ponte Ribeiro pediu explicações, respondidas por Capanema. Enfim, o parecer é posto a votos e Soares é aceito como sócio do Instituto, por maioria de voto. Não há informações sobre os motivos da discussão e da ausência de uma unanimidade em aceitar Soares “Sessão em 22 de abril de 1853” in *RIHGB*, Tomo XVI, 1853, p. 82

³⁶⁸ Como salientado no capítulo 1, a proximidade entre o ministério do Império e o Instituto é bastante visível por meio da correspondência entre eles, anotada nas atas das sessões.

textos é dada por intermédio de sócios valendo-se de suas experiências enquanto participantes do aparelho administrativo. Em 1854, por exemplo, Machado de Oliveira faz oferta de uma série de obras que tratam de particularidades de províncias que foram administradas por ele ³⁶⁹. Este tipo de vivência também apóia a oferta feita por Joaquim Norberto de Souza e Silva, em 1855, de uma série de documentos oficiais da província do Rio de Janeiro, apresentados à assembléia legislativa provincial ³⁷⁰. A relação entre o Instituto e as presidências parece se aprofundar com a proposta feita por Pereira Pinto, Paula Menezes, Caetano Filgueiras e o Cônego Pinto de Campos para que se dirigisse pedidos aos presidentes de províncias e acertasse com eles algumas pessoas habilitadas à tarefa de coligir todas as tradições e documentos relativos a História do Brasil, que se encontrassem em seus arquivos públicos, nos conventos ou em poder de particulares – no caso destes, se fossem indivíduos de idade avançada, sugeria-se aceitar informações “vocaes dos factos occorridos” ³⁷¹.

A relação do Instituto com a imprensa – e, especialmente, periódicos locais – será também importante para a constituição da história das províncias, bem como no conhecimento de seu presente. Nos números dos jornais oferecidos para o arquivo, constavam informações relevantes para os propósitos do Instituto – como o jornal local apresentado por um deputado da Bahia, em que vinha reimpressa uma carta do Padre Vieira, com notas argumentando que se podia provar, com base na correspondência em questão, que Vieira nascera lá; ou, em 1865, quando o Padre Lino do Monte Carmelo Luna deu exemplar do *Jornal do Recife*, com o relatório da comissão do Instituto Archeologico de Pernambuco sobre a residência, falecimento e jazigo do

³⁶⁹ Constam da relação oferecida pelo sócio: *Livro manuscrito de memórias, notícias e apontamentos sobre a província do Pará; Memória da navegação do rio Arinos, até a Villa de Santarém, estado do Grão-Pará; Virtude curativa de algumas plantas e animaes do Pará; Defesa de José Joaquim Machado de Oliveira, sobre sua presidência do Pará; Livro manuscrito de memórias, notícias e apontamentos sobre a província do Espirito Santo; Noticias sobre a estrada que da província do Espirito Santo seque para a de Minas, através da serra geral; Fala de José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província de Alagoas, na instalação da assembléia legislativa da província; Esse material, pelo que podemos perceber, está claramente relacionado à experiência de Machado de Oliveira, que fora deputado nas assembléias de São Paulo e Santa Catarina; presidente do Pará, de Alagoas, do Espirito Santo e de Santa Catarina.*

³⁷⁰ O mesmo ocorreu no início de dezembro de 1858, quando Henrique Beaurepaire Rohan ofereceu exemplar em dois tomos de sua correspondência oficial como presidente da província do Pará, ou, dois anos antes, em junho de 1856, quando Pereira Pinto enquanto ex-presidente das províncias do Espirito Santo e Santa Catarina, enviou os relatórios com que passou as administrações daquelas aos seus sucessores.

³⁷¹ “7ª sessão em 11 de julho de 1856” in *RIHGB*, tomo XVIII, 1856, p. 21

Governador João Fernandes Vieira; também na oferta de César Augusto Marques do *Publicador Maranhense* que continha biografias dos seis primeiros bispos do Maranhão ³⁷².

Por outro lado, os periódicos possuem, muitas vezes, importâncias práticas e contemporâneas: o mesmo *Publicador* de Marques em outubro de 1866 conteria dados sobre vias de comunicação entre determinadas localidades. E, outro exemplo pode ser visto neste mesmo ano, quando o Bacharel Eduardo de Sá Pereira e Castro enviou os três primeiros números do jornal *Heróis Brasileiros na campanha do sul*. A doação de jornais foi também um recurso para demonstrar as atividades dos participantes da academia como pesquisadores e escritores em suas respectivas localidades; ou como colaboradores na formação da opinião pública e/ou como políticos do Império ³⁷³.

Ainda, há a necessidade de situar geograficamente as províncias. Destarte, verificamos uma grande quantidade de trabalhos, mapas e documentos situando-as não mais apenas como partes de um todo, mas como corpos particularizados. Em setembro de 1851, Candido Mendes remeteu um folheto sobre a incorporação do território de Tutri-Assu à província do Maranhão, com mapa hidrográfico. No ano seguinte, doou sua obra publicada havia pouco, *Carolina ou a definitiva fixação dos limites entre as províncias do Maranhão e Goyaz*. Ao final daquela década, Brás da Costa Rubim leu em sessão uma *Memória sobre os limites da província do Espírito Santo* ³⁷⁴ – província também bastante comentada pelo conselheiro Azambuja. Na mesma sessão de 1860 em que ofertou documentos escritos em 1817 relativos ao Espírito Santo, sugeriu que se solicitasse do ministério da guerra mapas e planos do arquivo militar, nos quais constavam detalhes topográficos sobre o rio do Espírito Santo, nos quais se veriam distintamente vilas, fortalezas, portos e ilhas; plantas das fachadas de alguns fortes. Em sessão de julho de 1869,

³⁷² De fato, o *Publicador Maranhense* teria vários números circulando pelo arquivo do Instituto, graças César Augusto Marques, que escrevia naquele jornal.

³⁷³ Em 1855 foi o então vice-presidente do Amazonas, Correa de Miranda, que transmitiu exemplares do *Estrela do Amazonas*. Em 1857 jornais são oferecidos direto da presidência da província do Grão Pará. Em 1859, Francisco José da Rocha enviou números do *Jornal da Bahia*, do qual era redator, nos quais se publicara o itinerário do Imperador à cachoeira de Paulo Afonso. Em 1861, Bellegarde pediu licença para oferecer ao Instituto dois números do *Jornal do Commercio* nos quais foram publicados seus relatórios da carta da província do Rio de Janeiro, com posições astronômicas exigidas pelo Instituto. Algumas redações se correspondem diretamente ao IHGB ou por intermédio de sócios: *Correio da Victoria*, *Noticiador Catholico*, *O Colono de N.S. do Ó*, *O Paiz*, *Correio do Sul*, e o *Atheneu Pernambucano* são exemplos.

³⁷⁴ Brás da Costa Rubim colaborou muitas vezes com documentos e mapas a respeito daquela região: *Carta do rio Doce e confluente, 1800*; *Perspectiva da povoação de Vianna à borda do rio de Sto Agostinho, capitania de Espirito Santo, povoada de casais açorianos, 1813*; *Perspectiva do lado do Sul da nova estrada das Pimentas, sertões de Sto Agostinho*; carta corografica levantada por Eugênio de Sá Martinière; coleção de leis do Espirito Santo, 1843-1849.

Ferreira Lagos ocupou por alguns momentos a atenção dos presentes, lendo parte de seu trabalho, *Descrição do interior da província do Ceará*. O relatório do 2º secretário na sessão aniversária daquele ano comentou que o autor foi perspicaz e sério investigador ao comparar os costumes um pouco rudes do povo que habitava o coração daquela parte do império com os costumes de algumas povoações da velha e civilizada Europa, onde o historiador teria encontrando idênticos ao do sertão, “sem embargo da diferença de idade nas nações, e ainda mais da proverbial civilização européia”³⁷⁵.

Os exemplos de trabalhos e documentos deste gênero são numerosos³⁷⁶ e ilustrativos de que havia ao mesmo tempo uma requisição de atenção por parte de indivíduos daquelas localidades, e uma autorização por parte do Instituto à continuidade da disposição do olhar particularizado, uma vez que era de seu interesse. Também evidencia-se a preocupação em estudar as vias de comunicação e transporte entre províncias – e, no espaço intra-provincial, entre cidades. Em se tratando de um período de expansão cafeeira, compreendemos a contínua apresentação de textos que versavam sobre a circulação de pessoas e mercadorias, tanto no presente quanto no passado.

³⁷⁵ “5ª sessão em 2 de julho de 1869” in *RIGHB*, tomo XXXII, 1869, p. 31

³⁷⁶ Na ata de 17 de junho de 1853 lemos que o Brigadeiro Firmino Herculano de Moraes Ancora, diretor do arquivo militar, enviou oitocentos exemplares da carta da Capitania de Minas Gerais, litografada naquela repartição. Na mesma sessão, um ofício de Sebastião Ferreira Soares contava que tinha entre as mãos um roteiro do Rio Grande do Sul, que enviaria ao Instituto logo que terminasse. Em 1855, Carlos Rath enviou fragmentos geológicos e geográficos para a parte física da estatística das províncias de São Paulo e Paraná e Libânio Cunha Mattos ofereceu documentos sobre a província do Pará e o itinerário da viagem de exploração feita por João Caetano da Silva, no intento de procurar comunicações entre as províncias de Goiás e São Paulo pelo rio dos Bois. Em 1857, Francisco da Silva Castro enviou alguns exemplares do opúsculo por ele publicado e dedicado ao Instituto, *Roteiro corographico da viagem da cidade de Belém do Grão-Pará a Villa Bella de Matto Grosso*. Neste ano apresenta-se também uma relação de documentos organizada por Nuno Luiz Bellegarde na província de S. Paulo; sugerem que o Instituto verifique a lista e solicite da secretaria do estado as que parecerem mais aproveitáveis. Nela, destacamos as *Cartas do governador Bernardo José de Lorena declarando ao vice-rei do Estado a divisão de limites entre a capitania do Rio de Janeiro e a de S. Paulo, a primeira datada de 17 de julho de 1771, a segunda de 2 de outubro de 1790*; o *Antigo projecto para demarcação dos limites das capitanias de S. Paulo e Mato Grosso, conforme a divisão mais natural que ofereciam os mapas e as primeiras navegações praticadas pelos paulistas que foram fundar a colônia de Cuiabá*; e *Seis demarcações que tem havido entre a capitania de S. Paulo e Minas Gerais*. Na ata de 17 de Maio de 1861, anota-se a oferta de Thomaz do Bomfim Espindola, da sua obra *Geographia physica, política, histórica e administrativa da província das Alagoas*. Em 1862, o Presidente da província de São Paulo envia exemplar da geografia daquela província, escrita por Machado de Oliveira. Em 17 de julho de 1863, comenta-se a remessa de Joao Crispiniano Soares, presidente da província MG de uma carta geográfica, confeccionada por engenheiro Geber; acompanhava um exemplar das *Nocoes Geographicas e Administrativas da referida província*. Rodolfo Wachnelds doa uma cópia de sua *Descrição de sua ultima viagem pela província de Mato Grosso*, com dois mapas geográficos dos lugares por ele explorados, em 1863, ano em que também A.E. Zaluar ofereceu a obra de sua autoria *Peregrinacao pela província de Sp*. Em sessão em 15 de julho de 1864 indica-se que João Crispiniano Soares, presidente da província do Rio de Janeiro, enviou a carta corographica da província, levantada por Pedro de Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer.

Assim, a partir da década de 1860, ocorre paralelamente um gradual aumento no estudo da navegação dos rios principais. Vemos na sessão de 12 de julho de 1861 a chegada de uma memória apresentada à presidência da província de São Paulo, escrita por Antônio Joaquim Ribas, sobre a navegação do Paraná e afluentes ³⁷⁷. Na ata, junto do parecer assinado por Perdigão Malheiros, encontramos o comentário que ilustra a maneira como, possivelmente, o estudo dos rios brasileiros está sendo considerado naquele momento por alguns sócios do IHGB:

“Estudar o systema das águas que banham e cortam o nosso território, demonstrar a navegabilidade de nossos rios, animar assim as empresas úteis, é por certo tarefa digna de acolhimento favorável, como são todas aquellas que tendem ao progresso e engrandecimento do paiz” ³⁷⁸.

A importância da navegação para este período relaciona-se com a necessidade comercial, mas também faz parte de um referencial político, no qual percorrer caminhos, observar os recursos naturais, reconhecer roteiros – seja por meio documental, seja por meio da viagem em tempos presentes – é uma das formas de dar notícia das diversas regiões, uni-las apesar de suas diferenças. Dentro deste raciocínio, é interessante observar o papel da Comissão Científica que se organizou em 1856.

Ferreira Lagos, naquele ano, aproveitando o ensejo da leitura de uma obra sobre a viagem feita pelo Conde de Castelnau no Brasil ³⁷⁹, em particular na parte em que tratava do Pará, falou da necessidade de explorar o interior do Brasil. Terminou sua intervenção com um pedido ao Imperador, para que tomasse sob sua proteção a proposta – assinada por todos os sócios presentes – do IHGB sugerir ao governo a nomeação de uma grupo de engenheiros e naturalistas nacionais, com o intuito de explorar algumas províncias menos conhecidas e a obrigação de formarem uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico, que pudessem servir de prova do estado de

³⁷⁷ Em 4 de outubro daquele ano foi feita a leitura e votação concernentes ao parecer da admissão de Ribas – sugerida por Ferreira França e Honório de Figueiredo. Na notícia sobre vida e obra, comentava-se sua *Memoria*, lembrando que fora publicado em periódicos daquela província.

³⁷⁸ “10ª sessão em 4 de outubro de 1861”. In *RIHGB*, tomo XXIV, 1861, p. 750

³⁷⁹ Francis Castelnau chegou ao Brasil em 1843, com o objetivo o estudo da bacia amazônica para analisar a possibilidade de comunicação daquela ao rio Paraguai. Após passar quatro meses no Rio de Janeiro, seguiu com sua expedição por Minas Gerais, transpôs o rio São Francisco e Paranaíba, navegou pelo rio Araguaia e Tocantins. De Goiás, rumou para Cuiabá, chegando a sair por algum tempo do solo brasileiro. A descida do Rio Amazonas seria a última parte da viagem e encontrou muitos obstáculos: houve perda de material, documentos e até de membros da expedição. Os quinze volumes produzidos foram publicados entre 1850 e 1857; seis deles tratavam da narrativa da viagem, pormenorizadamente detalhada com comentários geográficos e naturalísticos. PINTO, Olivério M. Oliveira “Viajantes e Naturalistas” in HOLANDA, Sergio Buarque de (dir). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo 2 O Brasil Monárquico. Volume 5. Reações e Transações*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

civilização, indústria, usos e costumes dos indígenas, para o Museu Nacional. Na sessão seguinte, o Imperador relatou que o governo respondera afirmativamente ao pedido ³⁸⁰.

A partir de então, organizou-se a comissão: foram escolhidos os membros e compostas as instruções para os grupos que tomariam parte da viagem ³⁸¹, que finalmente foram lidas na sessão de 14 de novembro de 1856. Dentre elas, há sugestões de análises que parecem indicar preocupações políticas. No caso da seção de Botânica, por exemplo, sugeria-se pensar no aproveitamento útil de plantas que se descobrisse, para a medicina e para a indústria; também deveria anotar a existência de espécies naturais da localidade, com o objetivo dar conta da geografia botânica do Brasil ³⁸². À narrativa da viagem caberia mais do que um diário circunstanciado dos dias da comissão, mas a extensa tarefa de obtenção de cópias autênticas sobre a história e a geografia do Brasil, e extrato de notícias compiladas das secretarias, arquivos, cartórios. Afinal, deveria apontar também o conhecimento interno e externo da província, todos os dados estatísticos sobre a fundação, prosperidade ou decadência das povoações, avaliando regiões cultivadas ou incultas, o valor das áreas ocupadas por florestas virgens.

Na sessão seguinte, ainda em novembro de 1856, as instruções entraram em discussão. Valeu-se deste ensejo um autor que, de forma anônima, apresentou uma série de reflexões e sugestões para a comissão. Dizia que tendo em vista a autonomia em que viviam certas fazendas, tirando da terra tudo o que necessitavam, seria de importância para o país o estudo daquelas localidades que teria por base o número de sua população, o cálculo dos produtos retirados do solo, sua comercialização, e se “como julgamos, esse estado de cousas provém da falta de vias

³⁸⁰ Conf.: KURY, Lorelai. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. *Ciência, civilização e impérios tropicais*. Rio de Janeiro: ACESS, 2001. p. 29-54. PORTO ALEGRE, Maria Sylvia *Comissão das borboletas : a ciência do império entre o Ceará e a corte 1856-1867*. Fortaleza : Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003

³⁸¹ Os nomes indicados foram: Francisco Freire Alemão, presidente da comissão e incumbido da botânica; Guilherme Schuch de Capanema, para a seção de geologia e mineralogia; Manoel Ferreira Lagos, para zoologia; Jacomo Raja Gabaglia, astronomia e geografia; Gonçalves Dias, etnografia e encarregado também da narrativa da viagem. A nomeação, apresentada em 25 de julho de 1856 estava regulada por dois pré-requisitos: “conhecimento que tem de sua intelligencia e de se occuparem com predilecção dos ramos da sciencia acima designados para cada um” e “provado zelo pelo progresso do paiz”. “8ª sessão em 25 de julho de 1856” in *RIHGB*, tomo XIX, 1856, p. 22.

³⁸² Para a seção de Geologia, a proposta, dentre muitos outros fatores, envolvia reconhecer indícios de formação útil, em especial metalífera, para determinar formas de aproveitá-la. A Zoologia também se ocuparia “do proveito que as artes, a medicina e a economia doméstica podem tirar das numerosas legiões de viventes que povoam o ar, a água e a terra”. A seção Astronomia/Geografia cuidaria de sugerir melhoramentos materiais necessários às províncias visitadas pela comissão exploradora. A Etnografia observaria dados referentes aos indígenas, pois haveria, então, pouca disponibilidade de material sobre eles e também por causa da idéia de que em duzentos anos poderiam não mais existir. Além disso, “o homem genuíno americano pode ser chamado a compartilhar os bens da civilização”, tomando parte voluntariamente da “communhão brasileira” se fossem empregados “os meios consentâneos com a sua índole e constituição physiologica nos primeiros tempos”. Idem, pp. 50-68

interiores de comunicação” convindo a comissão a fixar “sua atenção sobre a abertura de semelhantes vias ou o melhoramento das já existentes” ³⁸³. Ao facilitar o movimento destes produtos, haveria ânimo em produzir mais e, pelo aumento do abastecimento, diminuir-se-iam preços pois há grande prejuízo para “as rendas da nação” naquelas circunstâncias em que os proprietários apenas produziam a quantidade necessária para o seu consumo, privando não só as classes não agricultoras dos benefícios do solo, “como também privando o país da sua primeira fonte de riqueza e da prosperidade de seus habitantes” ³⁸⁴. O anônimo denunciava que a província do Maranhão produziu algodão outrora, tendo abandonado posteriormente esse ramo de cultura para desenvolver cana – “o que em nossa humilde opinião foi em seu prejuízo” ³⁸⁵. Sugeria que a comissão investigasse as causas da troca, que prejuízos sofreu e observar se as perdas vêm de maus processos no fabrico do açúcar – como crê o autor – ou da inferioridade da produção devida à pequena cultura, “como querem alguns” ³⁸⁶.

Sugere o autor anônimo que a comissão poderia indicar em cada ponto visitado qual espécie de cultura deveria ser seguida preferencialmente, fazendo ensaios neste sentido, levando sementes e plantas, distribuindo-as pelos agricultores; estudar maneiras para o estabelecimento de açudes para reter água para o gado e para irrigação dos campos em secas prolongadas; observar as causas mais prováveis das secas naquela província, tratando a comissão de examinar se tem havido regularidades entre as épocas de secas conhecidas. Ao fim das reflexões, lemos que o desejo do engrandecimento da pátria levou o autor a redigi-las; “possa esse desejo compensar o abuso que fazemos da bondade de v.s., de quem somos, muito admirador” ³⁸⁷ e assina “O Fluminense”. Em 3 de dezembro de 1858, Freire de Alemão obteve a palavra em nome da comissão científica, anunciando estar preparada para partir, em 1º de janeiro ³⁸⁸.

³⁸³ “17ª sessão em 28 de novembro de 1856” in *RIHGB*, tomo XIX, 1856, p. 75

³⁸⁴ Idem, p. 76.

³⁸⁵ Idem, p. 77

³⁸⁶ Idem, ibidem. Aqui vemos uma clara menção à carestia de gêneros, de que falamos anteriormente, e crítica à prática mencionada por Sebastião Ferreira Soares dos produtores de artigos para exportação de abandonar o plantio de gêneros de primeira necessidade em nome do lucro. Assim, as reflexões anônimas seguem tecendo comentários sobre o estado da agricultura daquela região, os impactos sobre a economia e comércio. Fala sobre a devastação de floresta no Ceará para plantações de algodão, e sobre como tal ato repercutiu no clima: nas muitas regiões que se tornaram áridas, sem água, indagava se haveria soluções plausíveis. Comenta sobre a extração da borracha, feita de modo bárbaro por conta do desejo de lucro com pequeno trabalho – interesse que também fez com que muita gente corresse para os matos, causando até mesmo paralisação de lavouras – o mesmo podendo ser dito de algumas regiões de Minas Gerais, que empobreceram por conta da descoberta de ouro e diamantes nas vizinhanças.

³⁸⁷ Idem, p. 81

³⁸⁸ Comentou também o apoio dado pelo governo imperial, bem com ampla liberalidade; e que os membros partiam animados por ardentes desejos de servir bem a ciência e o país. Despediu-se do instituto e se dirigiu ao imperador

Seriam comentados os resultados na sessão aniversária de 1861³⁸⁹. O Visconde de Sapucaí, então presidente do Instituto e primeiro secretário, comentou sobre os trabalhos da comissão científica, ressaltando o proveito e utilidade que teriam para a província do Ceará e a todo o Brasil³⁹⁰. Em seu relatório, Freire Alemão lastimava o estado de calamidade em que a lavoura do Ceará se encontrava, situação extensiva a todo o Brasil, insistindo na necessidade de “*illustrar o povo, abrir-lhe os olhos sobre os seus interesses, dissipar-lhe a sua indolência e pôr em útil actividade suas força e inteligência*”³⁹¹. Ao comentar aquilo que se cultivava para a alimentação relata as diversas qualidades de frutas e as regiões em que melhor se produzem, “em verdadeira magoa queixa-se do atraso em que ainda se acham no Ceará a floricultura e a horticultura”³⁹².

Os aspectos políticos da Comissão Científica, bem como o apoio do governo imperial “grande incentivador das ciências no Brasil” e do trabalho destes cientistas que participaram da comissão, são elementos a serem observados; são sintomáticos de que esta produção do ramo da ciência não estava alheia a um projeto político da época: “era o momento em que o Estado estimulava que se pensasse, em várias instâncias, o Brasil como uma nação moderna, em especial no IHGB”³⁹³. Ainda que os resultados científicos da Comissão não tenham sido satisfatórios para seus participantes à época, e tenham sido criticados duramente pela oposição – que chegou a

com estas palavras: “E vós, Senhor, alto cultor, protector das letras e das sciencias, a quem seguramente se deve a realização desta empresa grande e patriótica, dignai-vos aceitar os nossos mais sinceros e cordiaes agradecimentos”. “14ª sessão em 3 de dezembro de 1858” in *RIHGB*, tomo XXI, 1858, p. 446

³⁸⁹ “Sessão Magna Aniversária no dia 15 de dezembro de 1861/Discurso do Presidente Visconde de Sapucaí” in *RIHGB*, Tomo XXIV, 1861, p. 771

³⁹⁰ Capanema observou durante o trajeto para o riacho do Sangue, e Icó, uma “séria questão”: “a natureza do terreno, as condições que sobre os pastos influem, e os benefícios que se podem esperar dos açudes”; acompanhando as observações meteorológicas, a cargo do Cap. Coutinho, deram a concluir que “*as seccas no Ceará são úteis sob todos os pontos de vista*”. Chegando Capanema na serra de Uruburetama, chegando à freguesia de Canindé, “convenceu-se pela presença de um jazigo de ossos fosseis, que *antes da creacao do homem já o clima do Ceará era o mesmo que hoje, existindo já nessa época terríveis seccas*” Idem, pp. 779-780 - grifos originais.

³⁹¹ Idem, p. 784, grifo original

³⁹² Idem, ibidem

³⁹³ HAAG, Carlos *A Ciência feita na raça*. Disponível em [HTTP://revistapesquisa.fapesp.br/index.php](http://revistapesquisa.fapesp.br/index.php) Edição Imprensa 163, setembro 2009, consulta em 14 de outubro de 2009. A Comissão Científica, suas seções, objetivos e relatórios foram analisados em PINHEIRO, Rachel *As Histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Dissertação/Mestrado. Unicamp/Instituto de Geociências, 2002. Ainda, um estudo aprofundado sobre a produção científica da Comissão, bem como seu esforço em organizar um espaço para as ciências naturais no Brasil e seu diálogo com a institucionalização da ciência, bem como sua correspondência com cientistas estrangeiros pode ser visto em PINHEIRO, Rachel *O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX*. TESE/Doutorado. Unicamp/Instituto de Geociências, 2009. .

apelidá-la pejorativamente de *Comissão das Borboletas*, devido à coleta de espécimes, do ponto de vista do interesse político, coerente com o período em que ocorreu, foi um sucesso.

O estabelecimento de unidade do país por meio das viagens foi uma ação também levada a cabo pelo Imperador. Na Fala do Trono de 1859, mencionava-se a disposição de colocar em prática as metas “destinadas a trazer melhoramentos para as províncias do império” ³⁹⁴ e que Pedro II visitaria pessoalmente as regiões mais distantes. Em outubro, uma comitiva acompanha o imperador e a imperatriz. O apoio dado a ele pelo Instituto em sua viagem ao Norte merece destaque.

Esta viagem envolve uma utilização de uma forma específica de conhecer, unir, controlar as regiões, inserindo-as na “unidade histórica e política da nação”: a monarquia e/ou seus representantes vão até lá, buscam pessoalmente abarcá-las, anotar suas necessidades e potenciais – agora que não eram mais rebeldes e não ameaçavam a fundação da unidade.

Na sessão aniversária de 1860, o presidente Visconde de Sapucaí lembrou o fato de que no ano anterior não pudera presidir a sessão porque estava acompanhando Pedro II naquilo que chamou de “paternal empenho” com o intuito de “ver por seus olhos o estado da importantíssima porção de súbditos habitantes das províncias marítimas” entre o Espírito Santo e a Paraíba, conhecer suas necessidades, males, “acudir-lhes com o provimento de remédio eficaz e oportuno” ³⁹⁵. Contava o Visconde ter observado indústria, instrução e religião, em diferentes localidades de onde resultou “ampla colheita de úteis informações” tanto para a administração imperial, quanto para a história, “no theatro dos acontecimentos que dão brilho e relevo á gloria da nação” ³⁹⁶. Nesta esfera, especialmente, o Visconde indicava crer que o grêmio de letrados possuiria um papel essencial na recolha de materiais preciosos sobre estas regiões, para que pudessem ser usados pelo “futuro alvenil a quem for dado levantar a magestosa fabrica” ³⁹⁷. Ao

³⁹⁴ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia, *Comissão das borboletas : a ciência do império entre o Ceará e a corte 1856-1867*, Op. Cit, p. 7

³⁹⁵ “Relatório do presidente exmo. Visconde de Sapucahy na sessão magna aniversária do Instituto em 15 de dezembro de 1860” in *RIHGB*, TomoXXIII, 1860, p. 655

³⁹⁶ Idem, p. 656. O Visconde não fora o único a partir com o Imperador e a testemunhar a relação dos súditos daquela região frente às instituições monárquicas, que Pedro II simbolicamente incorporava. Ao final da década de 1859, por sugestão feita por um grupo, foi votado no Instituto um sócio que acompanhasse o Imperador, com o intuito de escrever a narrativa da viagem. Foi nomeado o conselheiro Antonio Manoel de Mello.

³⁹⁷ Comentava, ainda, que o Imperador reconheceria a possibilidade de navegação fluvial a vapor em locais onde nunca havia se dado, nas áreas percorridas – afinal, cumpria interligar o todo esparso por meio de vias de comunicação. Idem, ibidem

comentar sobre a recepção do Imperador, o Visconde indicava o entusiasmo da população como prova de que aquelas regiões encontravam-se politicamente unidas ao centro e ao todo:

“E com que ufania, senhores, não vi confirmado o desmentido que, ao deixar a administração de uma das províncias percorridas, dei, perante o fundador do império, às asserções caluniosas de que nossos irmãos do norte eram hostis às instituições monarchicas consagradas na constituição do Estado?”³⁹⁸

As afirmações do presidente dão sentido e complementam a interpretação de que as viagens de Pedro II se “transformavam em ocasiões de reafirmação de seu poder”³⁹⁹. A atitude dos súditos – desmentindo outras afirmações quaisquer de que aquelas seriam regiões insurretas – testemunhada pelo Visconde pode ser entendida como uma resposta direta e ao mesmo tempo a reação esperada ao esforço do rei. O próprio testemunho do presidente naquela sessão, bem como a narrativa da viagem⁴⁰⁰, se constituem enquanto expressões diferenciadas do mesmo esforço de legitimação; isso é válido especialmente se podemos pensar, de acordo com Schwarcz, que “são as elites políticas e sociais que reorganizam a memória oficial, no sentido de encontrar coerência e sentimentos comuns que impliquem pensar em um só território, em um só Império, feito de tantas particularidades”⁴⁰¹. Vale lembrar por fim, que além da ação legitimadora estabelecida pela esfera simbólica, o Imperador também organizaria com sua viagem ações efetivas políticas, cumprindo tarefas que se remetiam ao núcleo de produção da história nacional, o IHGB: coligiu documentos, que tão logo regressou, ofereceu ao Instituto⁴⁰².

Se as viagens de D. Pedro poderiam ser consideradas “estratégicas”, colaborando ainda que simbolicamente na “demarcação das fronteiras desse grande Império”, e também no alargamento da “recepção da imagem da monarquia interna e externamente”⁴⁰³, tomando posse e

³⁹⁸ Idem, *ibidem*

³⁹⁹ Segundo Lília Schwarcz, os momentos itinerantes do Imperador se constituiriam em meio a “um jogo político e simbólico” como uma reafirmação de direitos, legitimação de poder e apropriação de espaços e fronteiras – a formação destas se constituindo enquanto uma “prática de identidade” que seria “elemento fundamental na representação desse território tão amplo e afeito ao perigo da descentralização física e política”. Eventos como a ida ao Norte funcionariam para elaborar uma “cartografia oficial”, formalizando um território ainda por organizar. Segundo a autora, ainda, as viagens do Imperador logo após sua coroação não seriam acidentais: “realizada a centralização política, era necessário garantir a unidade do Império e de suas fronteiras extremas” SCHWARCZ, Lília Moritz *O Império em Procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 19-20

⁴⁰⁰ DOM PEDRO II, *Viagens pelo Brasil. Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859*. Prefácio e Notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2003

⁴⁰¹ Idem, p. 65

⁴⁰² Na 1ª sessão de 1860, esses textos são oferecidos. Tratam sobre questões do período da invasão holandesa, sobre limites do Brasil, sobre o terremoto havido em Pernambuco em 1811 etc.

⁴⁰³ SCHWARCZ, Lília Moritz, *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 357

unificando a representação, entendemos que sua ida ao sul do país no cenário da guerra do Paraguai aprofunda, desdobra esta “estratégia”. De fato, os tempos iniciais da contenda colaborariam benéficamente para a figura do monarca: “como ‘rei guerreiro’ tornava-se ainda mais popular no imaginário local” ⁴⁰⁴.

Na sessão de 7 de julho de 1865, uma proposta assinada por diversos sócios sugeria que se nomeasse uma comissão para apresentar ao Imperador um voto de gratidão pela

“patriótica resolução que tomou de dirigir-se á província de S. Pedro do Sul, para com sua presença animar as operações de guerra em que o Brasil se acha empenhado contra o Paraguai, manifestando ao mesmo tempo a dita comissão a Sua Magestade os ardentes desejos do Instituto de ver coroada com a Victoria a luta a que o Império foi provocado” ⁴⁰⁵.

A “patriótica resolução” seria novamente comentada na sessão aniversária daquele ano, quando tanto o presidente, Araujo Viana, quanto o primeiro secretário, Fernandes Pinheiro, lembraram das sessões ordinárias que não foram abrilhantadas pela até então sempre constante presença do Imperador, por conta da viagem ao Sul. Pinheiro, inclusive, interpretou a ida como resultado de ter ouvido “os gemidos das victimas de S. Borja, Itaquí e Uruguayana”, e ter decidido “castigar o audacioso e pérfido invasor” ⁴⁰⁶.

Diversos problemas relacionados a insubordinação e anarquia, desencadeados de conflitos políticos internos, colaborariam para que as forças do Exército aliado no sul se encontrassem desorganizadas, improvisadas, sem estruturação de objetivos ⁴⁰⁷. É para um Rio Grande desestabilizado militarmente que Pedro II partia, ainda que tenham sido colocadas objeções por parte do Conselho de Estado. A elas, o monarca responderia: “se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique, e siga como voluntário da pátria” ⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ Idem, p. 295

⁴⁰⁵ “4ª sessão em 7 de julho de 1865” in *RIHGB*, Tomo XXVIII, 1865, p. 287. Assinam a proposta: A. P. Pinto, Carlos Honório de Figueiredo, Francisco José Borges, A. A. Pereira Coruja, J. J. Silva Rio, Francisco Freire Allemão, Claudio Luiz da Costa, Pereira de Barros, Perdigão Malheiros, Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia, Felizardo Pinheiro de Campos, Caetano Alves de Sousa Filgueiras, Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

⁴⁰⁶ “Relatório do Primeiro secretário Cônego Fernandes Pinheiro na sessão aniversária de 15 de dezembro de 1865”. In *RIHGB*, Tomo XXVIII, 1865, p.334

⁴⁰⁷ Para isso, segundo a interpretação de Joaquim Nabuco, teria contribuído a mudança de gabinete ocorrida em 1865, que afastou a facção liberal dos históricos e trouxe os progressistas. Nesse cenário, cada “facção política tinha seu general no Sul”; assim, modificações ministeriais implicavam em “mudança do comando militar do Rio Grande”. Sobre este cenário, pesava também a sombra da corrupção: “Estava em jogo o enriquecimento proporcionado pelos fornecimentos às tropas” e formou-se uma rede de clientela em tornos das lideranças militares e políticas, de modo que os partidos políticos locais acusavam-se mutuamente de “falta de moralidade”. DORATIOTO, Francisco *Maldita Guerra. Nova História do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letra/Editora Schwarcz LTDA, 2002, pp 178-179

⁴⁰⁸ Por conta do enfraquecimento da Guarda Nacional e dos baixos contingentes disponíveis para a guerra, o Governo Imperial criou por decreto de 7 de janeiro de 1865 os corpos dos Voluntários da pátria, que tinha livre alistamento

Partindo em 10 de julho, a comitiva de Pedro II contava com Caxias, conde d'Eu, duque de Saxe, o ministro da Guerra. No trajeto, por onde passava era recebido com festas populares e espontâneas, foguetórios e manifestações de apreço. Assim, e de acordo com Doratioto, esta viagem teve importante significado: em primeiro lugar, ela deu impulso ao esforço da guerra e dado fim à inação militar brasileira, com o restabelecimento da ordem administrativa e militar. Ainda, adquiriu uma dimensão simbólica, “com a presença do monarca em uma província com antecedente republicano” ⁴⁰⁹: significou o esforço da monarquia em proteger uma região distante e anteriormente insurreta. Foi a filiação desta ao centro, vista na resposta dada ao longo do percurso e também na quebra de um continuum de inércia, mostrando que a monarquia era capaz de movimentar a população ⁴¹⁰ – o símbolo era funcional, portanto.

A idéia de aceitação do símbolo, bem como a de sua funcionalidade transparece na fala do primeiro secretário: embora a decisão de Pedro II fosse posterior, apenas à invasão de São Borja, ocorrida em 10 de junho de 1865 ⁴¹¹, o secretário a coloca como uma resposta ao chamado da população habitante das três vilas submetidas, que sofreu sob as mãos dos invasores em diferentes datas. Vale, então, comparar a maneira que mesmo em tão poucas palavras comentaram a viagem o primeiro secretário em dezembro, na sessão aniversária, e o comitê que lhe daria o Voto de Agradecimento em julho, às vésperas da partida. Este, falando

para cidadãos entre dezoito e cinquenta anos, e oferecia vantagens como atrativo – inclusive com doações de terras caso dessem baixa ao final da guerra. Estes corpos foram preenchidos com entusiasmo pelo setor popular, interessados nas vantagens oferecidas. Outros, porém, delas abriram mão, levados por um “caráter realmente voluntário de sua ida para a guerra”. Para Doratioto, “a apresentação de voluntários correspondeu ao clima de indignação contra a agressão paraguaia”; interpretação que se alinha com o discurso de Pedro II frente à postura do Conselho em relação a sua viagem ao sul. Idem, p. 117

⁴⁰⁹ Idem, pp. 179-180

⁴¹⁰ É razoavelmente consensual na historiografia do Império que a Guerra do Paraguai alterou a percepção dos contemporâneos frente a uma série de elementos do regime monárquico: “Se o Brasil destroçou o Paraguai, adensando por meio da vitória o sentimento patriótico sob o manto imperial, a monarquia sairia da guerra com o destino selado”. [“Guerra do Paraguai” in VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial* Op.Cit., p 325] Indivíduos ligados ao exército, por exemplo, compreenderiam por uma via bastante trágica que o Exército brasileiro possuía profundo despreparo, o que viria a ser entendido como falta de apoio da monarquia, causando insatisfação na oficialidade do Exército. Ainda, as idéias de civilização defendidas pelo Império foram postas a prova: o atraso brasileiro em determinados aspectos contrastou com seu discurso de liberdade – em especial, a manutenção da escravidão seria ponto bastante discutido.

⁴¹¹ São Borja foi a primeira vila do Rio Grande do Sul a ser invadida, na data mencionada. Para defender a região, havia número escasso de soldados brasileiros que, mal estruturados, tiveram o socorro de um batalhão de Voluntários da Pátria comandado por João Manuel Mena Barreto, cujo número era também insuficiente. Como resultado, os brasileiros abandonaram a vila durante a noite, e os paraguaios entraram nela no dia 12. O coronel Estigarribia, que comandava a marcha pelo Rio Grande do Sul, permitiu ocupações e saques, mesmo a estrangeiros que haviam decidido não deixar suas casas por acreditarem que seriam considerados também “estrangeiros”.

coincidentemente no dia em que a segunda invasão ocorreria ⁴¹², menciona abertamente o propósito de Pedro II na viagem: expressão de seu patriotismo, ela deveria servir para *animar* as operações de guerra “*com sua presença*”. Na fala do secretário, por sua vez, a viagem do Imperador já está revestida de mais profundo significado: de forma paternalista, ele responde ao chamado, ao sofrimento de seus súditos; sua presença não só inspira e anima, mas é capaz de efetiva ação: perseguir e punir os pérfidos invasores por terem feito vitimado violentamente os habitantes de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. O início da guerra preocupava, e vinha a aumentar a intensidade com que o Instituto se dedicaria ao estudo das fronteiras problemáticas do Brasil, como veremos a seguir.

3. (Re)conhecendo e pacificando fronteiras: as guerras do passado e do presente

3.1 Passado e Presente das batalhas do sul

Segundo Sérgio Buarque, a intenção de “domínio sobre o rio da Prata, e o empenho da recomposição do antigo vice-reinado de Buenos Aires foram os primeiros motivos de desentendimento entre os Estados que se constituíram na extensa área pertencente à Bacia Platina” ⁴¹³. O autor aponta como fator agravante do processo, a convivência historicamente atribulada entre o Império do Brasil e os governos republicanos de Buenos Aires, Montevideu e Assunção. As campanhas de 1827 e 1851 contra a Argentina foram salutares para adensar os conflitos; assim como as de 1821 e 1864 na Banda Oriental; os constantes “enredos entretecidos nos bastidores da diplomacia haviam deixado ali compactas correntes políticas e populares hostis à monarquia brasileira” ⁴¹⁴.

A volta do partido conservador em 1848 traz o Visconde de Olinda para a pasta dos Negócios Estrangeiros, seguido por Paulino José Soares de Souza, que já assumira tal posto e que percebeu que as intenções de Juan Manuel de Rosas – artífice da união argentina e um dos mais controversos personagens da história daquele país – eram de atacar o Rio Grande do Sul quando

⁴¹² Em 19 de junho, a tropa que havia entrado em São Borja rumou para Itaqui, que foi invadida em 7 de julho de 1865.

⁴¹³ Holanda, Sérgio Buarque, “História Geral da Civilização Brasileira” T.II, Vol.IV, Op. Cit, p 299

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*

o pudesse fazer ⁴¹⁵. A partir de então as atitudes para resolver a questão passaram a ser mais diretas e menos neutras. Doratioto comenta que a política implementada era “de defesa da integridade territorial do Paraguai e do Uruguai”, buscando “não só garantir a livre navegação, como também evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, de modo a reduzir os pontos pelos quais Rosas poderia promover uma eventual agressão ao Brasil” ⁴¹⁶. Assim, socorreu-se Montevideú, palco de constantes conflitos entre argentinos e uruguaios, por meio de empréstimos e garantias de auxílio contra a ação argentina. Foram firmadas alianças com o Paraguai e com o governador da província argentina de Entre-Rios, Urquiza. A guerra entre Uruguai e Argentina fazia com que as terras do Rio Grande do Sul merecessem atenção: eram constantemente invadidas e a atuação de Bento Gonçalves junto ao general Lavalleja e a Rosas causava preocupações. A postura inflexível de Rosas tornou a situação mais tensa à véspera da década de 1850. A partir de 1851 os primeiros resultados das forças unidas são vistos: os exércitos do general Oribe se rendem diante de Urquiza. A queda de Rosas foi, então, arquitetada, por meio da aliança firmada por Honório Hermeto Carneiro Leão – que então fora nomeado para ser representante brasileiro no Rio da Prata – e as autoridades de Montevideú. Em 1851, com a derrota do ditador argentino Rosas e do interventor Oribe, tratados foram assinados entre a República do Uruguai e o Brasil, que visavam regular questões de comerciais e diplomáticas entre os dois Estados.

Os conflitos platinos foram, portanto, uma constante durante as primeiras décadas do Brasil Imperial, exigindo em diferentes situações atenção, estudo, esforço de áreas da política e diplomacia, que muitas vezes iam buscar na história argumentos para debates difíceis, legitimidade para a cobrança de determinados direitos. Se nos primeiros anos do IHGB os desacordos fronteiriços davam margem a estudos do histórico das regiões de litígio, na medida em que foram em boa parte “herdadas dos conflitos luso-espanhóis na região do Prata durante o período colonial” ⁴¹⁷, após 1850 a abordagem dos problemas do Sul nas sessões e na revista do IHGB passa a ter também uma ênfase mais claramente geopolítica e voltada para o presente.

⁴¹⁵ Holanda, Sérgio Buarque de (dir). “História Geral da Civilização Brasileira”. Tomo II- O Brasil Monárquico, volume III - Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1985, p 127. Sobre a questão da política externa do Império Brasileiro são relevantes as leituras de Calógeras, J Pandiá, “A Política Exterior do Império”, em especial o volume III “Da regência à queda de Rosas” (Brasília: Senado Federal, 1998).

⁴¹⁶ Doratioto, Op. Cit, p 28

⁴¹⁷ VAINFAS, Ronaldo “Guerras Platinas” in *Dicionário do Brasil Imperial*, Op Cit, p. 329.

Permanece o interesse em comentar o passado colonial dos embates, de maneira que históricos de tratados, dados sobre fundação, comentários sobre a colônia do Sacramento, ainda podem ser localizados ⁴¹⁸. Novamente, os tempos de Colônia e o papel do português é valorizado, uma vez que sua imagem é relevante para a defesa dos interesses brasileiros. É o que se pode perceber na oferta e publicação dos *Apontamentos sobre alguns fatos notáveis que se acham relatados na História da fundação da cidade de Assumpção*, obra escrita no começo do século XVII, pelo paraguaio Ruy de Gusmán, descendente de um dos conquistadores ⁴¹⁹, oferecidos por Cândido Baptista de Oliveira, em 1851. O texto inicia pela exploração de Sebastião Caboto no Rio da Prata, comentando o percurso feito e o seu sucesso. A seguir, fala de um “segundo fato notável”, que teria “prioridade cronológica”, para a história da conquista da região do Prata: no tempo de governo de Martim Afonso em S.Vicente, procurou-se descobrir a possibilidade de estabelecimento de comunicação entre as regiões de fabulosas riquezas das colônias de Espanha e o território do Brasil. Aleixo Garcia, português, foi enviado a demandar terras que ficavam a poente e seguiu pela margem esquerda do Paraguai, recebendo boa acolhida por parte dos indígenas. Levou consigo alguns chefes da nação, em sua maioria gente de guerra, e transpôs o Paraguai no ponto de onde depois se erigia Assumpção ⁴²⁰. Garcia e seus companheiros

⁴¹⁸ Em 4 de julho de 1851 uma carta de Domingos Sarmiento acompanhou o primeiro tomo de coleção de memórias e documentos para a história e geografia dos povos do rio da Prata, a primeira parte de uma coleção de documentos estadísticos sobre o país, em francês, de título *Notice sur la Republique Orientale de l'Uruguay*. Na sessão do dia 26 de setembro de 1851, comenta-se as ofertas feitas por Varnhagen: *Compendio narrativo do Peregrino da América*, por Nuno Marques Pereira; *Resposta de Grimaldi acerca dos limites das possessões Hespanholas e Portuguezas na América Meridional*, impressa em Madrid. Enviando mapas do Brasil ao instituto, Machado de Oliveira comunica também que apresentará em breve um trabalho sobre os limites do Brasil com o Paraguai, fundado em dados oficiais de que dispõe, e que em seu entender “não podem ser refutados, por maior que seja a argúcia que se empregue n’isso”; com isso espera que “possa se evitar novo quebramento do nosso territorio austral que confina com antigas possessões hespanholas” (“3ª sessão em 19 de junho de 1857” in *RIHGB*, 1857, p.10). Pereira da Silva na sessão de 8 de agosto de 1862 oferece uma série de obras para a biblioteca do Instituto, dentre as quais uma *Coleção de mapas que acompanham a historia dos descobrimentos portugueses*. Na sessão de 21 de agosto de 1868 Joaquim Feliciano de Almeida Lousada, secretario do governo da província de Mato Grosso, oferece um livro manuscrito com *Documentos officiaes portuguezes e hespanhoes relativos aos limites do Imperio na província de Mato Grosso, compilados de ordem do ministro da marinha pelo então capitão da fragata Augusto Leverger, hoje chefe de esquadrão, barão de Melgaço*. Em 5 de junho de 1868, o ministro do império envia tomos da coleção de documentos inéditos sobre o descobrimento, conquista, organização das antigas possessões espanholas na America e Oceania. (novos tomos entregues na sessão de 6 de novembro de 1868)..

⁴¹⁹ Oliveira, Cândido Baptista “Apontamentos sobre alguns fatos notáveis que se acham relatados na História da fundação da cidade de Assumpção, capital do Paraguai, e das conquistas dos Espanhóis no Rio da Prata; obra escrita no começo do século XVII, pelo paraguaio Ruy de Gusmán, descendente de um dos conquistadores” in *RIHGB*, 1854, Tomo XVI, pp 05-21

⁴²⁰ Ao chegar em Cuzco, não se deteve – provavelmente por receio das forças guerreiras incas – e regressou para a margem esquerda do Paraguai, dando-se por satisfeito com o resultado da sua expedição, pela “pela descoberta que fizera de uma comunicação direta entre as importantes terras d’aquém e d’além da Grande Cordilheira” e “pelos

terminariam assassinados por estes guaranis que até então serviam de ajuda, sem que houvesse resistência por parte dos expedicionários, que foram atacados de noite. Segundo o autor, o motivo do ataque teria sido apenas “a brutal cobiça dos objetos preciosos que para si guardara Garcia, d’entre os despojos de guerra” ⁴²¹. E estes despojos, essas riquezas seriam, precisamente, as “mesmas de que os guaranis dessa paragem fizeram presentes a Sebastião Caboto” e que “foram levadas à Espanha como amostras de muita riqueza, que encerrava esta parte do país que visitara, ignorando ele a maneira bem extraordinária porque haviam sido para ali transportadas de tão longe” ⁴²².

O documento sobre a conquista de Assunção ⁴²³ apresentado por Cândido de Oliveira, parece sinalizar duas idéias notáveis: em primeiro lugar, a exploração pioneira da região – quase uma descoberta – foi feita sob ordens de Martim Afonso de Souza. Em outras palavras, seria da iniciativa da colonização portuguesa o movimento que teria revelado a região, donde se poderia pensar razões que justificassem, ali uma intervenção do Império. Em segundo lugar, o texto denuncia a atuação espanhola na região, desde os primeiros séculos, como marcada por disputas entre exploradores e, depois, entre os caudilhos. Isto significa que aquela havia sido

ricos despojos adquiridos nos combates (...) principalmente de variados objetos de ouro, prata e cobre”. No porto do Paraguai, foram enviados mensageiros para dar conta a Afonso de Souza do êxito. Idem, p 08

⁴²¹ Idem, p 09

⁴²² São comentados ainda os estabelecimentos posteriores à missão de Caboto; por exemplo, a desastrosa missão de Pedro de Mendonça, cavaleiro distinto pela nobreza familiar e gentil homem do Imperador, que fora nomeado “adelantado” da região, que sofreu ataques de indígenas, “selvagens de caráter indócil”, ocasionando mortes e a derrota dos espanhóis. O acampamento foi assolado pela fome, por miséria, o que ocasionaria a decisão de Mendonça em regressar com alguns companheiros – percurso no qual a maior parte das pessoas viria a falecer. Depois disso, D. Domingos Martinez de Irala foi mandado para região do Prata, para dar prosseguimento à conquista do local que fora abandonado por Mendonça.. Fala-se sobre uma boa condução do poder espanhol no Prata até 1541, quando chega D. Álvaro Nunes Cabeça de Vaca, nomeado governador geral. Nunes lutou com forças indígenas de diversas nações, subsequente à qual sofreu uma contestação com oficiais da fazenda que acompanhavam como fiscais da coroa o momento da distribuição dos despojos; foi preso, vítima de uma conjuração organizada por eles, que aclamaram para governador Domingos de Irala. Os oficiais pretendiam “que tanto os simples soldados como os mesmos índios pagassem o real direito do quinto, não somente dos valores apreendidos (...) mas até dos frutos do próprio trabalho, como fossem a pesca e a caça”. Álvaro se opôs a isto, considerando extorsão. Como represália, os fiscais o puseram em dívida do próprio bolso por conta de seus soldados e pelos indígenas. Após uma série de discussões, os fiscais recorreram a uma sedição –declarando que não andariam mais e exigindo o imediato retorno da expedição. Com a cessão de D. Álvaro, volveram a Assunção. Logo depois, os fiscais levaram a feito um plano para se desfazerem da autoridade contrária aos seus interesses: “Seduzem” boa parte da oficialidade e organizam uma conjuração de cerca de duzentas pessoas. Dirigiram-se à sua residência e exigiram que ele se entregasse para ser preso. Lançaram-no aos pés grilhões, conduziram-no a uma casa forte, vigiado por um grupo de cinquenta homens. Sua prisão chegaria a durar onze meses; até que foi remetido para Espanha, onde foi absolvido pelos tribunais. [Idem, p 18]

⁴²³ Sobre a história da região em tempos coloniais: BETHELL, Leslie (org) *História da América Latina, Vol 1- América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. SOUZA, Laura de Mello *O Sol e a Sombra: Política e Administração da América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

recorrentemente uma região turbulenta, o que poderia ser também uma boa justificativa diplomática para uma intervenção brasileira: tratava-se de um espaço ameaçador para o Império ⁴²⁴. Por outro lado, não é possível aos debatedores deixar de observar naquele passado a constante dificuldade de acordo e a falta de capacidade de solucionar os desentendimentos, ao ponto de se fazerem presentes ainda no Brasil independente. Isso fica visível, por exemplo, na publicação do documento *Relação do que aconteceu aos demarcadores portugueses e castelhanos no sertão das terras da colônia, oposição que os índios lhe fizeram, rompimento de guerra que houve, e de como se alhanaram todas as dificuldades*, escrita por Felix Feliciano. Publicada em 1860, a *Relação* comenta que os domínios da América eram gloriosamente pertencentes às “duas invictas fidelíssimas e catholicas monarquias” ⁴²⁵, que os portugueses possuiriam grande parte das vastas terras compreendendo “os celebrados Rio da Prata, Amazonas; aquele ao sul, este ao norte” ⁴²⁶ e que contendas sobre a divisão eram uma realidade. Com o objetivo de evitar o rompimento e para estabelecer a paz, fora proposta uma demarcação, a ser feita por grande equipe. Na ocasião desta tentativa, um confronto com indígenas aconteceria; a hostilidade redundaria na retirada da expedição, que não havia se organizado com o objetivo de conquistar e guerrear com indígenas, e que percebera que “outra empresa maior que a demarcação se lhe oferecia” ⁴²⁷.

A contemporaneidade do interesse no histórico ficou mais nítida na *Memória Histórica sobre a Questão de Limites entre o Brasil e Montevideú*, de José Joaquim Machado de Oliveira. Publicada em 1853, propõe um estudo sobre aquela fronteira que desde muito tempo apresentava controvérsias, “uma luta interminável sobre seus respectivos limites, quase coesa com os tempos primitivos dos dous países, apresentando phases diversas e alternadas” e que tinham “altamente preocupado seus governos”, independente das “formas políticas por elles adoptadas, ou na condição de colônias, ou já depois de estabelecida sua independência” ⁴²⁸. As discussões diplomáticas, que datavam de mais de dois séculos, deram origem a tratados e convenções, baseados no direito de posse e primeira povoação. Tais tratados, contudo, não obtiveram sucesso

⁴²⁴ Estes dados são relevantes se tivermos em consideração que Oliveira seguira uma carreira diplomática bastante relevante: a preocupação com a história e os documentos integra o ofício do diplomata.

⁴²⁵ Fonseca, Felis, F. “Relação do que aconteceu aos demarcadores portugueses e castelhanos no sertão das terras da Colônia” in RIHGB: 1860, Tomo XXIII, p 407

⁴²⁶ Idem, p 408

⁴²⁷ Idem, p 411

⁴²⁸ Oliveira, José Joaquim de Machado “Memória Histórica sobre a Questão de Limites entre o Brazil e Montevideú” in *Revista do IHGB*, Tomo IX, 1853, p 394

na manutenção de acordo consciencioso entre as duas coroas, tendo permanecido o litígio como herança colonial⁴²⁹.

O texto objetiva demonstrar o direito de Portugal sobre a margem setentrional do Prata, e as constantes invasões pela administração vizinha, tendo os tratados firmados sido insuficientes para a manutenção da paz. Por ocasião da Independência também houve debates sobre os direitos dos territórios litigiosos: “a separação do Brasil de Portugal”, acontecimento “providencial” deu margem questionar se “devia subsistir a solidariedade da incorporação de Montevideo ao reino unido luso-brasileiro”⁴³⁰. O autor chega, enfim no debate sobre os tratados das primeiras décadas do século XIX até aquele organizado em 12 de outubro de 1851, entre Brasil e a República Oriental do Uruguai – elemento que certamente inspirou o estudo deste histórico⁴³¹.

Machado de Oliveira, ao falar do tratado de 1851, analisa-o como “extremamente prejudicial, indecoroso e de maior gravame ao Império. Para o autor, o Império do Brasil teria sido responsável pela libertação da Banda Oriental das mãos “do tyrannico e feroz domínio do dictador de Buenos Ayres”, assegurando a paz para aquele local e garantindo “os legítimos interesses de um povo acabrunhado, e que quase em agonia bradava por socorro de qualquer parte lhe fosse”. Mesmo tendo feito tanto e com tanta justiça, na negociação do tratado de 12 de outubro assumira posição “inferior a que tinha jus pela preponderância que (...) lhe coube” ao se sujeitar “de bom grado dando sua acquiescencia a estipulações (...) mui onerosas e attentatorias da integridade territorial brasileira!”⁴³². Ainda, o tratado seria opressivo para a província de São Pedro, que teria parte de seu território mutilado. Por conta do tratado, ficaram obrigados os brasileiros residentes na região a “uma mais deplorável e arriscada condição do que a que tinham

⁴²⁹ Conf. RODRIGUES, José Honório *Uma história diplomática do Brasil 1531-1945*. Organização de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

⁴³⁰ Idem, p 419

⁴³¹ A respeito deste histórico, João Paulo Pimenta menciona o papel essencial, nos primórdios de uma política externa da questão da dominação – inicialmente portuguesa, depois brasileira – da Província Oriental, que fizera parte, até 1810, do Vice Reino do Rio da Prata. A unidade imperial espanhola, naquele ano, teria fornecido “aos estadistas portugueses, alarmantes advertências e lições a serem seguidas, e impôs um fortalecimento de sua política externa”⁴³¹. Segundo Pimenta, o problema da região Cisplatina, no momento em que esta “questão brasileira que deixa de ser portuguesa” estava envolvendo justamente um debate que perpassa preservação territorial, soberania e identidade; tal idéia está sintetizada por Pimenta no seguinte trecho: “Resumindo: a Cisplatina era importante porque o Brasil era específico; dela precisava para defender seu território e suas províncias, para consagrar as fronteiras que a natureza lhe destinara, pra contentar seus habitantes.”. PIMENTA, João Paulo Garrido “O Brasil e a ‘Experiência Cisplatina (1817-1828)’”. In JANCSÓ, István, (org.) *Independência: História e Historiografia*. S.Paulo, FAPESP/Hucitec, 2005, p. 777

⁴³² Idem, p 428. A perda desta região, segundo Machado de Oliveira, redundaria em consequência ainda mais importante: a abertura de uma brecha pela qual se faria passar o contrabando que se quisesse fazer introduzir no Brasil.

antes do tratado, collocando-os a melhor alcance para que impunemente sejam acommettidos em suas vidas e propriedades” ⁴³³. Como resultado, perder-se-iam rendas e diminuiria a população, “obrigando à desnacionalização de milhares de cidadãos brasileiros que ali se acham estabelecidos, e compellindo-os a formarem parte de uma nacionalidade estranha, e contra a qual subsistem desde remotos tempos indestructiveis preconceitos” ⁴³⁴. Ou seja, há a continuidade de uma antipatia presente desde tempos coloniais, o que referendaria a injustiça e as desvantagens da desnacionalização da população habitante daquelas paragens. Nas linhas finais da memória, o autor se torna mais incisivo ainda em seus comentários, tornando mais clara sua crítica à maneira como agira o governo, que estaria cometendo um equívoco ao ceder um território que lhe pertenceria, principalmente depois de ter investido esforços de guerra na região. José Joaquim Machado de Oliveira – que, embora nascido em São Paulo, exercera no Sul várias funções militares e políticas, chegando a ser, deputado Geral pelo Rio Grande do Sul e presidente da Província de Santa Catarina, por nomeação de 12 de outubro de 1836 ⁴³⁵ – deixa na última linha de sua memória a expressão de desabafo e revolta: “Que amarga ironia! Que pasmoso contrasenso!!” ⁴³⁶.

Evidencia-se, portanto, a intenção política de Machado de Oliveira ao organizar sua memória. A contemporaneidade da intenção e dos argumentos chama a atenção, bem como suas conclusões. Não causa espécie, entretanto, o debate que se seguiu, em se tratando de assunto tão delicado e relevante para a época. Houve repercussão grande: os debatedores dialogaram tanto com os aspectos históricos quanto com os comentários políticos de Machado – duas esferas que de fato, neste assunto, não se dissociam. Diante do acirramento das discussões ⁴³⁷, o chamado de volta à esfera intelectual será feito ⁴³⁸, mas não poderá minimizar a latente e sensível questão política envolvida.

⁴³³ Idem, p 432

⁴³⁴ Idem, p 430

⁴³⁵ PAULI, Evaldo “Enciclopédia Simpozio” Santa Catarina: Fundação Cultural Simpozio/UFSC, 1997 <http://www.simpozio.ufsc.br/Port/9-enc/y-mega/EncReg/EncSC/MegaHSC/Santa%20Catarina%20Provincial/91sc1034-1047.htm>

⁴³⁶ Oliveira, Op.Cit, p 432

⁴³⁷ Duarte da Ponte Ribeiro levantaria varias restrições ao texto de Machado de Oliveira, por perceber a fala política guiando suas escolhas e suas conclusões. Candido Baptista de Oliveira e Pedro Bellegarde, menos críticos, sugerem que o texto sofra reparos.

⁴³⁸ Por Gonçalves Dias, que tenta retirar o debate do viés político e se centra nas análises históricas de Machado de Oliveira.

As respostas estão no mesmo tomo em que a memória de Machado de Oliveira foi publicada: foram escritas por Duarte da Ponte Ribeiro, Candido Baptista, Gonçalves Dias e Pedro de Alcântara Bellegarde. Esta publicação conjunta é iniciada com um cabeçalho no qual lemos que o Instituto estaria acompanhando a apresentação de todos os trabalhos e que teria decidido publica-los de uma só vez, “precedendo a declaração de que o Instituto não interpõe o seu juízo sobre a matéria” ⁴³⁹; isto é, nenhum dos pareceres corresponderia a uma tomada de posição oficial acerca do assunto por parte do IHGB. Essa decisão foi fruto de uma sugestão de um dos sócios, para que se pudesse publicar todos os textos, sem que o Instituto se mostrasse comprometido em si com qualquer das opiniões veiculadas.

O primeiro parecer é de autoria do conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro ⁴⁴⁰, a quem foi incumbida a tarefa de observar a memória de Machado de Oliveira. Ele anuncia em seu texto que o tema escolhido é complicado e convida os leitores a acompanhar a seqüência de análises feitas por Machado, sobre as quais levantará críticas bastante contundentes. Ribeiro, intelectual português de nascimento, que teve uma importante carreira diplomática, ocupando cargos importantes na Espanha, Peru, México, Chile e Bolívia e participando da secretaria dos estrangeiros ⁴⁴¹, ressaltou a pretensão política da memória de Machado de Oliveira; todo o histórico desenvolvido fora construído de modo a referendar os direitos brasileiros ao território perdido, e a tornar visível o suposto erro da diplomacia imperial. Assim sendo, a Memória estaria dividida em duas partes:

“(…) na primeira o historico que o Sr. Machado apresenta sem duvida para d’elle deduzir que o territorio do Império do Brazil, teria hoje mais amplitude, si não fosse a incuria de quem n’outros tempos presidia a seus destinos; e abrangendo na segunda os argumentos, com que elle pretende provar que a citada convenção de limites de 1851 mutilou o Império de uma parte de seu território” ⁴⁴²

⁴³⁹ OLIVEIRA, Op.Cit, p 393

⁴⁴⁰ Ponte Ribeiro representou o Brasil em Buenos Aires durante as questões que encaminhavam tentativas de tratados e convênios na Região do Prata. Segundo Soares Souza, João Lins Vieira Cansção de Sinimbu não reconheceria o Bloqueio de Montevideú, por entender que era o momento propicio para uma intervenção do Império no Prata. Ribeiro não concordara com a atitude de Sinimbu, mas defendeu-o de injurias que lhe foram lançadas da parte dos argentinos. Para o autor, a rixa entre os governos brasileiro e argentino se iniciaria com o não-reconhecimento do bloqueio em 1843 e também com a troca de desaforos da qual tomara parte Ribeiro – que acabaria sendo instado a sair de Buenos Aires. SOUZA, J. A. Soares “O Brasil e o Rio da Prata de 1828 a queda de Rosas” in HOLANDA, Sérgio Buargue de (org) “História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. Volume 5. Reações e Transações” Op. Cit pp.152-153

⁴⁴¹ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves “Diccionario Bibliographico Brasileiro”, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Segundo Volume, 1883, p 238

⁴⁴² Ribeiro, Duarte da Ponte “Parecer sobre a referida Memória, lido na sessão do Instituto Histórico de 17 de Junho de 1853” in *Revista do IHGB*, Tomo IX, 1853, p 435

Sua arguição, portanto, também está dividida em duas partes, seguindo a estrutura que entendera na *Memória* de Machado: “Parte Histórica” e “Demonstrativa do Direito”. A primeira está voltada a demonstrar os equívocos interpretativos sobre o estudo dos tratados acordados para a região. Na segunda parte, analisa-se a tese de Machado de que o acordo de 1851 teria sido “extremamente prejudicial, indecoroso, e de maior gravame para o Imperio” e os motivos pelos quais isto foi afirmado.

Ribeiro afirma que as considerações feitas por Machado de fato levam à idéia de que nas questões territoriais da região, herdadas do enfrentamento das administrações espanhola e portuguesa, “o bom direito esteve sempre do lado de Portugal, que lhe foi reconhecido por aquela potencia [Espanha], e que só faltou quem o sustentasse” ⁴⁴³. Assim sendo, a administração portuguesa de outrora falhara, repetindo erros que somente a diplomacia brasileira do XIX conseguiria reproduzir. O autor assinala nesta interpretação um equívoco, afirmando ser possível “demonstrar com imparcialidade, que só houve de parte a parte desmedida e insaciável ambição, refreada unicamente quando uma ou outra corte se achava em circunstancias críticas” ⁴⁴⁴. A tais circunstâncias são devidos os tratados, suas durações efêmeras e aparente inutilidade.

Discutindo detalhadamente e destacando com meticulosidade página a página o trabalho de Machado, Ribeiro com ele polemiza abertamente. Ao comentar, por exemplo, a citação sobre direito público, afirma concordar com aquele autor nesta matéria, em especial na idéia de que “a guerra subsequente faz caducar os tratados anteriores”. Estratégica retórica, esta concordância vem apenas a apontar em Machado uma contradição – dentre tantas outras apontadas pelo conselheiro no decorrer do texto:

“Ora, a convenção de 30 de janeiro de 1819, e o Acto d’união de 31 de Julho de 1821 são considerados pelo Sr. Machado como tratados publicos, e applicando ao segundo aquelle axioma dos tratados é lógico comprehender também a primeira; mas o Sr. Machado só quer fazer essa applicação ao Acto de 1821, porque não lhe agradam os limites que n’elle foram designados á província de Montevideo, e quer que ficasse subsistindo aquella convenção de 1819, porque marca a fronteira que elle deseja” ⁴⁴⁵

Ribeiro julga haver erros de análise histórica sobre a diplomacia que desenvolveu os tratados, bem como sobre o histórico de posse e direito dos territórios em questão. Sobre a dita “primeira ocupação” do território perdido por parte da administração luso-americana, por exemplo, diz Ribeiro:

⁴⁴³ Idem, p 436

⁴⁴⁴ Idem, ibidem

⁴⁴⁵ Idem, p 448

“Já mostrei que o fato de haver o nosso exército ocupado desde 1818 esses territórios não dava ao Brasil direito a eles, porque o nosso exército não era conquistador, e sim pacificador dos anarquistas d’esse paiz. Também ponderei que não podemos allegar título de primeiro ocupante a um território invadido pelas nossas forças para suffocar a anarchia”⁴⁴⁶.

Sobre a ocupação do general Rivera, Ribeiro aponta que Machado estaria recusando o *uti possidetis* pelo fato de ser limitado e posterior a ocupação brasileira, sem, entretanto, atinar para o fato de que os espanhóis é que, na verdade, teriam sido os primeiros ocupantes. Portanto, não poderia e não conviria o Império, “allegar semelhante direito, e sim respeitar o de efectiva posse, ainda que em pontos limitados”⁴⁴⁷ e conclui, sobre isto, com a ironia sobre o território brasileiro, escrita pela pena de um nascido em Portugal, que se mudara criança para o país: “Ai! do Brazil si o direito de primeiro occupante prevalecesse ao de occupante em actualidade, e si a força d’este direito dependesse da extensão d’essa posse!!!”⁴⁴⁸. Na exclamação que possivelmente ironiza o Descobrimento – a chegada dos conquistadores que não encontrou o território desabitado, mas povoado de indígenas –, encontramos também a reflexão de um diplomata que conhece que a história da formação territorial de uma nação é problemática e dificilmente se dá sem um processo de anexação e perda de regiões que são ocupadas, seguidamente, por administrações diferentes. Ainda, há na ironia a opinião de um defensor de Carneiro Leão⁴⁴⁹ e da política desenvolvida por gabinetes conservadores mais afeitos a um diálogo no Prata⁴⁵⁰; Ribeiro

⁴⁴⁶ Idem, p 453

⁴⁴⁷ Idem, ibidem

⁴⁴⁸ Idem, p 454

⁴⁴⁹ . Em 1852, Carneiro Leão deu encaminhamento ao tratado que encerrava as lutas daqueles anos no Prata e pelo qual “se retificava a linha de limites, de acordo com o *uti possidetis*”; o Brasil desistia assim da “cessão que lhe fizera o Uruguai, pelo tratado de 12 de outubro, das duas meias léguas nas margens do Cebolati e do Taquari” SOUZA, J. A. Soares “O Brasil e o Rio da Prata de 1828 a queda de Rosas” in HOLANDA, Sérgio Buargue de (org) “História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. Volume 5. Reações e Transações” Op. Cit, p 161

É importante sublinhar que enquanto Machado de Oliveira discute no IHGB o encaminhamento dos tratado, ocorre na esfera da política os encaminhamentos da *Conciliação*. As eleições de 1852-1853 daria composição a uma Câmara rigidamente conservadora – para o que foram apresentados embargos diversos a candidatos eleitos. A oposição liberal se faria sentir no Senado, com discursos violentos. A situação do Gabinete se complicaria com o surgimento de uma dissidência interna ao partido conservador no Parlamento. Honório Hermeto, com a queda do gabinete de 11 de maio de 1852, presidiria o primeiro gabinete sob a égide da *Conciliação*, chegando a utilizar a expressão para definir seu programa político. O Marques de Paraná chamou para compor seu gabinete, dentre outros, Pedro de Alcântara Bellegarde para a pasta de Guerra – que em 1855 seria substituído por Caxias. Seu objetivo teria sido, em primeiro lugar, apaziguar os conflitos dentre conservadores. Neste período, entretanto, surgiria outra: de um lado o grupo conciliado, ou moderado e o saquarema, “mais ortodoxa, dirigida por Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres e Paulino” – “conservadores puros”. Houve debates a respeito da Conciliação, afirmativas ou negativas de suas prerrogativas. Interessante aparte faria Eduardo França que, apresentando-se como liberal, dizia inexistir uma conciliação de princípios e que o Governo objetivava aumento de sua autoridade, restringindo o elemento popular. Entendia que “a conciliação exigiria que a Câmara fosse dissolvida, para que os Partidos se fizessem igualmente representar” já que, naquele momento só havia “um ou outro liberal, convocado como suplente. IGLESIAS,

defende as decisões tomadas pelo governo imperial . Machado afirmava que não teriam sido aproveitadas as circunstâncias em que se encontravam o governo oriental para dele se exigir porções do território, em troca da salvaguarda política. Para o autor do parecer, esta atitude seria negativa para a imagem do Brasil e, no limite, poderia provocar mais um incidente social e diplomático para a região:

“Si tivesse procedido de outro modo, appareceria o Brazil em contradicção com as sollemnes declarações que tinha feito, relativas aos motivos porque combatia o governador Rosas; teria attrahido contra si o geral conceito de visinho ambicioso, que espreitava a oportunidade para realizar projectos de engrandecimento; iria confirmar os preconceitos que os estados limitrophes nutrem contra o Brazil”⁴⁵¹.

Enquanto Machado julga o tratado como a navalha que mutilou um território do Brasil, até mesmo pelo fato de ser habitado por brasileiros, Ribeiro entende que ele teria apenas logrado os desejos de obter territórios que não pertenceriam, de antemão, ao Império: “o que era do Brazil, a elle ficou pertencendo” ⁴⁵². Sobre os habitantes da região, o conselheiro acusa Machado de induzir seus leitores a erro e de abrir, nesta matéria, brechas para concitações contra o Império, ao fazer parecer “como principio admittido por nós, que o facto de se estabelecerem muitos brasileiros em um terreno investe o Brazil de sua soberania, embora elle pertença a outra nação que tacita ou explicitamente os consente ali” ⁴⁵³. Mais adiante, lemos em seu texto que o tratado não teria desnaturalizado os Brasileiros que estavam estabelecidos na República Oriental, posto que eles continuariam “no gozo dos direitos de cidadãos brasileiros” ⁴⁵⁴.

Conforme vai se aproximando da conclusão, Ribeiro deixa clara sua polêmica com a Memória, chegando ao final com a sugestão de que o Instituto não desse “assentimento a esta Memória” já que ela se prestaria a conclusões “contrárias á rectidão que caracteriza a política do Brazil com os estados limitrophes, prejudiciais aos seus direitos perfeitos e menos justas na apreciação dos actos do governo imperial” ⁴⁵⁵. Vemos, aqui a preocupação e a fala de um homem voltado para a política externa, um diplomata com experiência nas questões platinas que está a refletir acerca das repercussões de uma *Memória* que julga ser incorreta e que poderia ser

Francisco “Vida Política 1848-1868” in HOLANDA, Sérgio Buargue de (org) *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. Vol 5. Reações e Transações* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, pp52-74

⁴⁵¹ Idem, ibidem

⁴⁵² Idem, p 455

⁴⁵³ Idem, p 456

⁴⁵⁴ Idem, p 459

⁴⁵⁵ Idem, p 460

utilizada para incitar tumultos; também vemos a fala do acadêmico do IHGB, preocupado em não referendar uma composição entendida como equivocada, de modo que o erro não se reproduzisse em outras tentativas de se estabelecer um histórico daqueles conflitos.

Um segundo parecer, mais breve e certamente menos polêmico, é de autoria de Candido Baptista de Oliveira. Em suas análises, Baptista procura ponderar, afirmando que a argumentação de Machado de Oliveira seria plausível, procedente, “na época em que se deu execução á citada convenção preliminar de paz por parte do Brasil”, para o que governo imperial “sustentasse então o direito que lhe assistia de ocupar a linha divisória ajustada em 1819, como fronteira reconhecida antes da *ephemera* união do território montevidеоano ao império”⁴⁵⁶. Contudo, tendo o governo enfraquecido sua ocupação da região até 1851, necessariamente o princípio do domínio útil não poderia ter resultado em um tratado diferente. Na verdade, Baptista entende que o tratado, mesmo assim, não fora tão oneroso para o Brasil – e relativiza o território perdido, questionando sua importância. Por fim, levanta a possibilidade de se fazer uma outra demarcação, que fosse, de fato, mais vantajosa, para fazer efetiva a navegação do Rio Uruguai, no qual o governo imperial possuía um porto. Esta nova divisa seria essencial na medida em que, enquanto não fosse levada a feito “aquella importante concessão do governo oriental” seria “litteralmente *esteril* para o Brazil”⁴⁵⁷. Ao concluir, atribui mérito ao texto de Machado, considerando-o “uma exacta recopilação de factos importantes para a história”, “digno de merecer o apreço do Instituto” mesmo que reparos pudessem ser feitos em elementos “talvez de importancia secundaria para o futuro historiador”⁴⁵⁸.

Gonçalves Dias vem a apaziguar a discussão – até mesmo, como bem anotou Lucio Menezes, “advertindo que o IHGB, uma instituição cultural, não poderia comprometer a objetividade em prol das contendas políticas”⁴⁵⁹. Dias comenta que sua participação objetiva comentar tanto a memória quanto o parecer de Ponte Ribeiro. Por isso, anota a separação em duas partes feita por este, optando por não trabalhar a questão do tratado de 12 de outubro. Para Dias, estes trechos envolviam “assumptos delicados, de questões pendentes, ou melhor, que ainda não chegaram ao seu último resultado” e debatê-la “seria talvez despertar apprehensões mal fundadas,

⁴⁵⁶ OLIVEIRA, Candido Baptista “Parecer sobre a Memoria Histórica do Sr J.J. Machado de Oliveira, acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevideo” in *Revista do IHGB*, 1853, Tomo IX, p 474

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*

⁴⁵⁸ Idem, pp.476-477

⁴⁵⁹ Ferreira, L. Op.Cit

irritar a susceptibilidade de vizinhos que facilmente se agitam”⁴⁶⁰. Gonçalves Dias discorda da análise tecida por Ponte Ribeiro acerca do desenvolvimento da história dos problemas e tratados no Prata, feitas por Machado. Não parece, a ele, que dos fatos apresentados se pretendesse “deduzir que o Império teria mais amplitude, si não fosse a incuria de quem n’outros tempos presidia a seus destinos”; sobre o parecer, afirma Dias que fora escrito sob o “influxo desta desconfiança” de que Machado quisera “hostilizar o presente” e “condemnar os passados governos”⁴⁶¹. O autor afirma que este argumento seria não verdadeiro e “terrível”, defendendo que a leitura histórica feita por Machado sobre os fatos anteriores ao tratado de 1851 não tivera esta interpretação.

Ao fim de seu texto, o autor, embora tivesse tentado se furtar a adentrar a esfera política, comenta que não via motivos para críticas à forma como o tratado se desenrolou, louvando a maneira como foi entendido o *uti possidetis*. Sua conclusão pretendia pontuar o fim de um debate que ele julgava não pertencer ao corpo do Instituto, que para ele não seria um local político, mas científico; sendo assim, também, não aconselhou a idéia de recusa do trabalho de Machado:

“(…) não deve passar o aresto de se regeitarem certos trabalhos; porque os seu autores, apresentando factos sabidos, tiram d’elles consequencias que não quadram com a diplomacia, com a politica, ou com nosso pensamento individual; que não convém que parta do próprio Instituto a confissão perigosa de um caracter official, que nos não cabe”⁴⁶².

O Major Pedro d’Alcantara Bellegarde, finalizando este longo debate, apresenta oito pequenas notas acerca do que está sendo discutido⁴⁶³. De forma geral, pretende afirmar que os tratados que cuidam da região do Prata, feitos normalmente sem um conhecimento maior sobre os locais onde as divisas deveriam passar, foram paliativos aos “inconvenientes presentes” mais do que formas de se “acautelar e assegurar o futuro”⁴⁶⁴. Para ele, faltara das duas partes boa vontade em realizar a demarcação de forma que não mais gerasse polêmicas, e as demarcações efetivadas quase sempre foram “meios de protelar” e não caminhos para “resolver as dúvidas”⁴⁶⁵. Tendo em

⁴⁶⁰ Dias, Antônio Gonçalves “A Memória Histórica do Sr. Machado de Oliveira e o Parecer do Sr. Ponte Ribeiro”. In *Revista do IHGB*; Tomo IX, 1853, p 479

⁴⁶¹ Idem, ibidem

⁴⁶² Idem, pp 513-514

⁴⁶³ Bellegarde foi encarregado de Negócios em Assunção e participou, com plenos poderes concedidos pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa, das negociações para regular a política imperial nas questões do Prata; colaborou no tratado de aliança entre o Brasil e o Paraguai. SOUZA, J. A. Soares “O Brasil e o Rio da Prata de 1828 a queda de Rosas” in HOLANDA, Sérgio Buargue de (org) “História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. Volume 5. Reações e Transações” Op. Cit, p. 158

⁴⁶⁴ Idem, p 555

⁴⁶⁵ Idem, ibidem

vista as contínuas procrastinações, o recurso ao direito natural do domínio útil seria a solução de maior sucesso, funcionando para além do que o direito convencional poderia abarcar. Discordando do conselheiro Duarte da Ponte e mais se aproximando do que assinalou Gonçalves Dias, o autor dizia também pretender afastar o debate político e se centrar na questão histórica; para ele, a *Memória* de Machado deveria ter seu mérito penhorado, mesmo que algumas observações carecessem de retificação. Bellegarde conclui, dissociando o passado colonial dos momentos presentes das nações participantes do conflito: “toda a questão que se instale sobre os antigos tratados é puramente histórica, e em nada explica, desenvolve, ou estabelece direitos entre o Brasil e o Estado Oriental”. Assim sendo, o IHGB deveria “cuidadosamente apartar toda a discussão” que pudesse “azedar os espíritos, e estabelecer desconfianças, tanto mais faceis de despertar, quanto há grande desproporção nos recursos dos estados em questão” ⁴⁶⁶.

Todo este debate comentado acima torna flagrante as complexas relações advindas da inquietante situação da política externa. Além disto, é capaz de demonstrar em que termos e de que forma as dissidências poderiam ocorrer no interior do IHGB, no que concerne ao tratamento dado aos elementos históricos, à forma como determinada composição histórica poderia servir a um propósito político, e no próprio tratamento de uma situação contemporânea aos estudiosos.

Assim, o quadro do conflito do presente transparece na mesa das reuniões do IHGB e em seu periódico. Ambos, durante os primeiros anos da década de 1850, testemunham diálogos entre os cientistas ligados ao Instituto, atentos àquela região, tratando de um passado colonial – no qual o papel dos portugueses é verificado, com cuidados sobre os pontos nos quais estabeleceram povoações e descobriram terrenos. Ademais, a complexidade deste quadro trouxe também um interesse no passado mais recente. Foi o caso, em 1852, da discussão em torno da Batalha do Passo do Rosário – ou Ituzaingo – ocorrida em 1827 ⁴⁶⁷. Na sessão do dia 6 de agosto de 1852, Marques de Carvalho doara um diário analítico das operações do exercito do sul, naquela época sob comando do Marques de Barbacena. No relatório da sessão aniversária, Manoel de Macedo, comentou que o título daquela obra chamara a atenção de todos os brasileiros e especialmente do

⁴⁶⁶ Idem, p 556. Finalizando, sugeriu que se nomeasse uma comissão para compilar “todos os tratados, convenções, notas, declarações, ou quaesquer outros actos relativos” ⁴⁶⁶ à questão de limites, já que este assunto seria de grande importância para a História do Brasil.

⁴⁶⁷ Essencial para o cenário da guerra que se encerraria para o Brasil com a perda do território da província da Cisplatina, cuja autonomia foi reconhecida no tratado de 1828, que criou a República Oriental do Uruguai. Conf. FRAGOSO, Augusto Tasso *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922; MELO, Arnaldo Vieira de *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (da questão de Chiquitos a Guerra da Cisplatina)*. Rio de Janeiro, 1963.

Instituto, e que o texto procuraria explicar as causas “que produziram o resultado desastroso da acção do Passo do Rosário”, lançando sobre aquele “as mais graves culpas” ⁴⁶⁸. Assim, dentre os sócios, ao se perceber a gravidade do assunto, ficou decidido que seria dado o diário à leitura de Candido Baptista de Oliveira. Para Macedo, o texto fazia lembrar “um facto de transcendente significação para a honra das nossas armas”:

“a consoladora certeza de que na batalha travada junto ao arroyo de Itusaingo a 20 de fevereiro de 1827 o inimigo não conquistou pela bravura, nem combatendo essas gloriosas bandeiras auri-verdes (...) pois que nossos bravos já estão habituados a em caso extremo morrer antes enrolados em suas bandeiras, como em mortalhas de heroes do que a cedel-as aos contrários” ⁴⁶⁹.

A retirada e a derrota, portanto, não deveriam ser consideradas como uma verdadeira conquista para os inimigos das tropas brasileiras. A vitória não fora engendrada por uma força corajosa superior, tampouco pela sujeição ao combate, no qual as bandeiras brasileiras terminariam em posse alheia. Uma derrota parcial, sem grandes glórias, portanto, na medida em que não deu margem a uma verdadeira tomada do adversário vencido. Logo, a batalha não deveria ser lembrada como humilhação para a tropa brasileira, mas como mais um episódio em que atuaram “nossos bravos” ⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ “Sessão Publica aniversária em 15 de dezembro de 1852” in *RIHGB*, Tomo XV, 1852, p. 497. Esta batalha, ocorrida em território brasileiro, teria se encerrado com a derrota do exército imperial, com as tropas lideradas pelo Marquês de Barbacena seguindo em retirada.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*

⁴⁷⁰ Em 17 de setembro daquele ano, Baptista apresentou ao Instituto os quesitos para compor um programa que, inspirado pelo diário ofertado por Marques, decidiu-se executar a respeito do Passo do Rosário. Continha certo número de perguntas, às quais os oficiais mais notáveis ou outras testemunhas de autoridade poderiam responder, para esclarecer a memória daquela batalha. Em 1854, Baptista leu o juízo acerca do *Diário Analytico das operações do exercito brasileiro* no Rio Grande, sob o comando do Marquês de Barbacena; a deliberação final decidiu-se pelo arquivamento, após certa discussão. O resultado do programa não foi, tampouco, sucedido como o esperado: uma resposta veio do Coronel José da Costa Barros; também respondeu João Caetano Espinho, que oficiou declarando que por seu cargo de oficial subalterno de cavalaria, não pudera apreciar adequadamente os fatos com exatidão, porquanto não estava habilitado a compor o programa. A Batalha do Passo, os conflitos relacionados à Cisplatina na década de 1820, transparecem como ponto a ser estudado também em ofertas de documentos. Dentre uma longa lista de títulos de textos oferecidos pelo Conselheiro Azambuja em agosto de 1860, há *Impugnação à resposta dada á mensagem do governo de Buenos Ayres, de 14 de setembro de 1827*; *Constituicoes da republica Argentina, promulgadas em 1819 e 1826*; *Estatuto provisório constitucional da província de Entre-Rios, promulgado em 1821*; *Proclamação do congresso argentino sobre a partida de S. M. o senhor D. Pedro I para a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 21 de dezembro de 1826*; *Canto lyrico sobre a batalha de Ituzaingo (Rosario) por S. Cruz, Vonela, 22 de março de 1827*; *Boletins do general Alvear, sobre as batalhas de Ituzaingo e Camacuan*. *Boletim do mesmo general, anunciando ao seu exército a nova abertura da sua campanha no Brasil*.

Buscavam coordenar esforços para resolver as graves pendências territoriais ⁴⁷¹. Na base de todo o histórico de guerras esteve conectada também a navegação dos rios platinos, essencial para a coesão do Império pois a liberdade de navegar em determinados rios era a garantia de acesso ao Mato Grosso – sua única forma de contato era pela via fluvial, do estuário do Rio da Prata, subindo o Paraná e o Paraguai ⁴⁷². Assim, coube muitas vezes àqueles que se dedicavam à Geografia no IHGB um estudo sobre aqueles rios, composição de textos e a pesquisa sobre navegação. Neste tópico em particular, a participação portuguesa é mais uma vez abordada, por sua atuação na descoberta de determinados trechos de terra e pioneirismo na navegação – assim, o ponto principal é a defesa a certos direitos antigos da Coroa Portuguesa, transmitidos ao Império brasileiro. Assim podemos entender, por exemplo, o momento da sessão de 17 de maio de 1861, no qual Pereira Pinto ofereceu o manuscrito *Limites do Brasil segundo os tratados – 1767* – acompanhados de documentos: *Provas evidentes por que se mostra que os terrenos da margem do rio Iguatemy para o norte pertencem indisputavelmente á coroa de Portugal, e não menos os que decorrem desde o dito rio até a cidade d’Assumpção do Paraguay; Noticias sobre a fundação do povo de S. Miguel, e sobre o número de cabeças de animaes da espécie vaccum com que se começou a povoar as campinas de Cuiabá, Curitiba, Goitacazes; Noticias sobre a fundação e limites de Buenos-Ayres e Montevideo, e sobre a tomada de Santa Catarina; da relação da conquista da colônia pelo Dr. José Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos Ayres em 1778*. Outras ofertas similares se fizeram presentes durante todo o período de demanda ⁴⁷³ e se relacionavam com este duplo objetivo: estabelecer direitos no presente/

⁴⁷¹ Em 1856, o ministro dos negócios estrangeiros oferece em nome do governo imperial um exemplar da carta geográfica que representa parte do império confinante com a Confederação Argentina e a republica do Paraguai. Na 15ª sessão em 31 de outubro de 1856, o diretor do arquivo militar remete exemplar da carta geográfica do império na fronteira com Argentina e Paraguai, organizada por Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho. Em 31 de maio de 1861: Rohan propõe o general José Maria Reys para sócio correspondente, considerando ser ele autor de uma carta do Estado Oriental, por ele oferecida ao instituto. Em outubro, Malheiros propõe que uma comissão analisasse o mapa geográfico da republica do Uruguay de Reyes, de maneira que fosse submetido ao exame e parecer da comissão de geografia, tendo em vista em especial a linha divisória ou de limites entre aquele estado e o império. Em Julho de 1865, o Bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito ofereceu uma carta da Republica do Paraguai, parte dos países limítrofes, com noticias geográficas, históricas e estatísticas.

⁴⁷² DORATIOTO, Op. Cit, p. 28. O caminho seguia pelo estuário do Rio da Prata, subindo pelos rios Paraná e Paraguai, e passava por Assunção até chegar a Cuiabá, capital mato-grossense. “Esse caminho fluvial permaneceu como o meio mais prático para esse contato até a década de 1910, quando foi substituído pela ligação ferroviária entre São Paulo e Mato Grosso”

⁴⁷³ Jacinto Roque de Sena Pereira enviou quatro primeiros folhetos das *Memórias e Reflexões sobre o Rio da Prata*, com algumas observações: “Sei que não tem ella (a obra) valor intrínseco (...) mas poderá talvez servir de auxiliar ou repertorio áquelle d’entre os nossos sábios que se dedique a escrever detalhadamente a historia do Império Brasileiro. Alguns apontamentos tenho já sobre a parte hydrographica do Rio da Prata, e também sobre os usos e costumes d’aquelles habitantes, que depois de postos em ordem offerecerei” ao Instituto” (“Sessão em 16 de

coligir um arcabouço de materiais que servissem para a composição do histórico daqueles momentos no futuro (o que, no fundo, é também uma forma de referendo e de estabelecimento de sentido no presente).

A importância do papel do Instituto como palco de debates sobre tais questões se evidencia na participação constante de personagens variados, dialogando ao longo das sessões, seja pessoalmente, seja por meio de correspondências. André Lamas, diplomata uruguaio ⁴⁷⁴, por exemplo, foi um grande colaborador, remetendo inúmeras obras e textos que foram anunciadas em diferentes reuniões ⁴⁷⁵.

Inúmeras foram as ofertas de trabalhos, manuscritos e documentos impressos que tratavam do teatro da guerra e de questões diplomáticas contemporâneas às publicações das atas ⁴⁷⁶, os consócios não se furtaram a constantemente apresentar textos a respeito de conflitos que testemunhavam – ou, após a deflagração da Guerra do Paraguai, por exemplo, de detalhes sobre o

fevereiro de 1850” in *RIHGB*, 1850, Op. Cit p. 129). A 20 de julho de 1850, foi lida uma Carta do Barão de Antonina indicando que o consócio Francisco Manoel Raposo de Almeida era portador do Relatório do sertanista Joaquim Francisco Lopes, “encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre esta e a província de Matto Grosso pelo Baixo Paraguai” e afirmando que pelo contexto do manuscrito “ficará o instituto ao facto de quanto ganhou a sciencia geographica” [“Sessão em 20 de julho de 1850” in *RIHGB*, 1850, Op. Cit p. 409.]. Em maio de 1863, Tenente Sidney ofereceu mapas de Santa Catarina até o rio da Prata, Paraná e Uruguai. Em outubro, Augusto Leverger também deu ao Instituto copia do mapa do Rio Paraguai, por ele levantado.

⁴⁷⁴ No cenário acima delineado, pesara a participação de André Lamas, que colaborou na aproximação entre o Brasil e a capital uruguaia e na organização dos tratados de 1851. De fato, Lamas possui um papel importante nas relações diplomáticas entre o Império e a República Oriental nos anos seguintes também. Sobre o histórico do embate diplomático entre Brasil e Uruguai durante a década de 1850, no qual Lamas atua: LADEIRA, Saionara Gomes. “André Lamas e José Maria da Silva Paranhos: Fontes documentais para o estudo das ratificações dos Tratados de 1851”. In *Vestígios do passado. A história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História-RS

⁴⁷⁵ Entre 16 de fevereiro de 1850 e 31 de outubro de 1856, Lamas colaborou em cinco ocasiões, pelo menos, com ofertas como: *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador Argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*, de sua autoria; *Le general Rosas et la question de la Plata*, Paris, 1848; *Los cinco errores capitales de la intervencion anglo-francesa em el Plata*, por D.P. L. Bustamante, Montevideu, 1849; *A Republica do Paraguay e o governador de Buenos Aires*, Rosas, Rio de Janeiro, 1849; *Efemérides sangrientas de la dictadura de D. Juan Manoel Rosas, com um apêndice sobre sus confisaciones*, Montevideu, 1849; *A política do Brazil no Rio da Prata*, Rio de Janeiro, 1850; *Ractificacao de factos calumniosos attribuidos á defesa de Montevideu*, por Mr. Pacheco e Obes; *Colonisation militar projectada em Francia par la Republica Oriental Del Uruguay.*, *Coleção de leis do tribunal de justiça da republica do Uruguay*, por Adolpho Rodrigues; *Tractado de marcas para o gado*, por Peres Mendonza.

⁴⁷⁶ Em 19 de novembro de 1858, Pereira Pinto oferece da parte do cônsul geral do Brasil em Buenos Aires e Confederação Argentina várias obras, dentre as quais: *Factos relativos ao Dr. Francia*; *Ultima reeleição na república do Uruguai*; *Memorandum do governo de Buenos Ayres sobre os tratados que o general Urquiza celebrou com as potencias estrangeiras*; *Manifesto de Urquiza*; *Memória do ministério da fazenda da república oriental*; *Sitiadores de Buenos Ayres*; uma das cem mil fitas que o ditador Rosas mandara fazer para distribuir pelo exercito que devia conquistar o Brasil e que ali foram queimadas pelo exercito libertador. Na 7ª sessão em 26 de agosto de 1859, Ministro dos negócios estrangeiros remete exemplar do relatório apresentado a assembléia legislativa, acompanhando exemplar do tratado de comercio entre o Brasil e a Republica do Uruguay, concluído por Paranhos.

campo de batalhas. Na sessão de 15 de julho de 1864, Diodoro de Pascual ocupou momentos de atenção dos presentes com a leitura de um trabalho de título *Introdução à vida e feitos do ex-dictador Rosas*. Segundo Fernandes Pinheiro na sessão aniversária daquele ano, Pascual compara-o a nomes que são capazes de exercer uma marca em uma época ou um povo, tais como Nero. E lê o seguinte trecho para os presentes:

“Os camponezes sul americanos, baldos de solida religião e instrucção análoga, receberam no começo o brado da independência com frieza, (...) observaram que eram mais felizes e viviam mais socegados no tempo dos vice-reis do que no dos republicanos, e notaram que, em vez de um chefe, eram tyrannisados por mil seides; e então por uma lei natural e immutavel determinaram sacudir o novo jugo, dizendo: – se os habitantes das cidades derribam governos e tomam posse da auctoridade, porque não faremos nós o mesmo? Esses homens de casaca nos illudem com a sua loquacidade; não podemos lutar com elles n’este terreno (...); mas em falta de palavras, seja a força bruta, de que podemos dispor melhor do quelles, a vencedora na paleja, e demos cabo d’esses palradores eternos, que galgam empregos, honras, commodos e auctoridades, e ao mesmo tempo gastam muito dinheiro com intermináveis e desarrazoados discursos”⁴⁷⁷.

Este teria sido o expediente de Artigas⁴⁷⁸ e Rosas. Nas linhas que comentam esta trajetória, a nítida crítica ao sistema republicano, suas idéias, e principalmente, aos discursos mais radicais de liberdade, que teriam tomado as regiões do antigo Império espanhol a moldá-las em Estados independentes. Como resposta ao governo tirânico daqueles que se ocupavam tão somente de seus discursos e seus próprios confortos, a força bruta camponesa se levanta, encerrando um percurso infeliz, no qual há derrocada de uma estrutura política mais benéfica – a monarquia, mesmo que absoluta – para outra, inferior, destrutiva, anárquica.

“O governo nas mãos da força bruta é mil vezes mais terrível do que na dos reis despóticos, porque estes são pelo menos conservadores por seu próprio interesse; mas os anarchistas nada lucram senão por meio da destruição”⁴⁷⁹.

Desnecessário apontar os motivos pelos quais Pascual defendia a estrutura da monarquia frente ao Instituto, reduto de áulicos, políticos e burocratas tão próximos à administração

⁴⁷⁷ “Sessão aniversária em 16 de dezembro de 1864” in *RIHGB*, Tomo XXVII, 1864, p. 395

⁴⁷⁸ José Gervásio Artigas nascido em Montevideu, era de uma família de estancieiros, em 1811 apoiou Buenos Aires em seu rompimento com a Espanha, recebendo de lá apoio para a conquista de Montevideu em 1814. Teria se desencantado com o “unitarismo centralista dos portenhos” na proclamação da Independência das Províncias Unidas do Prata em 1815 – do que resultou a proclamação da independência uruguaia. Foi considerado o *pai do federalismo argentino* por ter liderado uma liga junto a caudilhos de províncias da Argentina, que buscavam autonomia em relação a Buenos Aires. Artigas enfrentou tropas portuguesas enviadas por d. João VI que em 1817 tomaram Montevideu. VAINFAS, Ronaldo “José Artigas” in *Dicionário do Brasil Imperial*, op. Cit., pp. 423-424

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*

imperial. A permanência de situações diplomaticamente conflituosas entre Brasil e Uruguai na década de 1860 também justifica a apresentação deste trabalho ⁴⁸⁰.

Conforme os problemas que aconteciam no Uruguai no final da década de 1850 e início do período de 1860 foram se acirrando, envolvendo o Império, a Argentina de Mitre e o Paraguai – cujo apoio era esperado pelo governo *Blanco* Uruguaio –, no Instituto foram se intensificando os empenhos em coligir históricos, dados geográficos e, em número bastante grande, documentos políticos. Após o início da guerra, de fato, é possível acompanhar ano a ano, a oferta constante de textos referentes ao Paraguai. Em diversas ocasiões, participantes de relevo no IHGB destacariam a importância de notícias exatas e detalhadas sobre os países que avizinham o Brasil ⁴⁸¹ – o enfoque dado advindo naturalmente como consequência dos embates – tanto quanto a dos demais países do Prata, Uruguai e Argentina ⁴⁸².

Principalmente, muitos documentos relativos à região em conflito são apresentados, tais como ofícios militares, relatórios, dados sobre as invasões e as batalhas, alguns dos quais vêm das mãos de participantes diretos: em 1865, por exemplo, o Ministro da guerra remete cópias dos ofícios do coronel Manoel Pedro Drago e o chefe da comissão de engenheiros junto às forças expedicionárias enviadas para a província do Mato Grosso ⁴⁸³. Em setembro de 1866, Francisco Balthazar da Silveira ⁴⁸⁴ oferece *Planta do acampamento e batalha de Tuyuty a 24 de Maio de 1866*, com uma dita do forte de Curuzu e batalha de setembro de 1866 tirada pelo tenente D.

⁴⁸⁰ É válido lembrar que além de ter sido abertamente contrario aos interesses brasileiros, Rosas fora aliado dos *blancos* no Uruguai: a presidência do *Blanco* Bernardo Berro a partir de 1860 procurou enfraquecer a participação do Império na região platina, com medidas desde a não ratificação de tratados assinados em 1851 até a imposição de medidas a evitar que em seu país brasileiros usassem mão de obra escrava, que barateava sua produção de charque. O choque entre o governo *Blanco* uruguaio e o governo imperial tem papel fundamental no quadro de divergências platinas que redundariam na guerra do Paraguai.

⁴⁸¹ Em 1865 Macedo oferece em nome do conselheiro Octaviano o *Ensaio histórico sobre a revolução do Paraguay por José Manoel Estrada*. (repassado à comissão de história para emitir parecer). Demersay apresenta o 2º volume de sua *Historia physica, econômica e política do Paraguai*.

⁴⁸² José Manoel Estrada, residente em Buenos Aires, ofereceu seis exemplares do *Bosquejo histórico de la civilización política em las provincias unidas del Rio de la Plata*. Entrando no ano de 1867, logo na primeira sessão, Pascoal oferece 1º e 2º tomo de sua obra *Apuntes para la historia de la republica Oriental del Uruguay*.

⁴⁸³ O Ministro da guerra apresentou também documentos paraguaios: *duas cartas patentes de nomeação de oficiais do exercito paraguaio firmadas pelo presidente Lopez no Passo da Patria a 2 de março de 1866; duas portarias firmadas por Lopez e expedidas ao tenente-coronel Ermogeneo Cabral, quando comandante militar da praça de Corumbá, ordenando o fuzilamento de desertores que foram apreendidos e providenciando acerca do movimento de forças*.

⁴⁸⁴ Silveira conjuntamente a Raimundo Cantanhede e Estevão Rafael de Carvalho em 1838 participou da publicação de uma folha de perfil liberal no Maranhão, o *Bentevi*, que fez forte campanha contra a situação dominante naquela província. Despertou interesse, em seus trinta e um números que circularam, provocando mesmo respostas em folhas ligadas à situação. SODRÉ, Nelson Werneck *História da Imprensa no Brasil* Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999, p. 134

Carlos Balthazar da Silveira. Em 1867 Mello e Alvim, secretario da legação brasileira em Montevideu, envia a coleção do *Diário da Campanha das forças aliadas contra o Paraguai*, redigido pelo coronel oriental Leon de Pallejo. Na 6ª sessão de 1869, em 16 de julho, Saldanha da Gama remete por parte de seu irmão o 1º tenente da armada nacional Luis Philippe de Saldanha da Gama o *Plano da 2ª phase da guerra do Paraguay*. Em 27 de agosto de 1869 o Duque de Caxias faz doação de uma série de *Diarios das operações e ordens do dia do exercito, que commandou contra a republica do Paraguay durante os anos de 1867-1868*. Muitos outros exemplos similares poderiam ser lembrados.

Da mesma forma, passam a ser compostas memórias sobre a guerra⁴⁸⁵: na primeira sessão de 1865, falou-se do envio de Antonio Pereira Pinto, de um exemplar da obra *Apontamentos para o direito internacional ou coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras* – texto que foi classificado por Fernandes Pinheiro como uma verdadeira história da diplomacia brasileira e um “brado enérgico alçado contra a extorção e violência de que por vezes temos sido victimas; amigável advertência aos futuros negociadores para que das lições do passado possam colher a norma do futuro”⁴⁸⁶. Em 1867, João Pedro Gay, vigário de S. Borja – a primeira vila invadida pelo Paraguai – apresenta a *Memória sobre a invasão do Paraguai na fronteira brasileira do Uruguai, desde o seu principio até o seu fim*⁴⁸⁷.

O espaço das reuniões também viveu a inquietação provocada pela Guerra do Paraguai. Era, por exemplo, inevitável considerar os problemas que acarretavam para o bom andamento dos trabalhos – como lembrou em dezembro 1865, em seu discurso, o então presidente Visconde de Sapucaí. Comentava que os textos produzidos não atingiram o que se alcançou nos anos anteriores por “causas poderosas, patentes a qualquer observador”, uma vez que os ânimos foram agitados e preocupados pelas “deploráveis occurrencias nascidas da traiçoeira invasão do dictador do Paraguay nas províncias de Mato-Grosso e de S. Pedro do Rio Grande do Sul”; não era possível a paz adequada para estudo⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵ Em 1866: *Apontamentos biographicos para a historia da campanha do Uruguay e Paraguay*. Em 6 de setembro de 1867 Antonio da Cruz Cordeiro, da Paraíba, oferece ensaio dramático: *Prologo da guerra ou o voluntariado da pátria*. Em 1868, Joaquim Antonio Pinto Junior envia as obras: *O Charlatão Expelly e a verdade sobre o conflicto entre o Brasil, Buenos Aires, Montevideu e o Paraguai*.

⁴⁸⁶ “Sessão pública aniversária de 1865”, in *RIHGB*, 1865, Op. Cit. pp. 340-341

⁴⁸⁷ Pereira Coruja intermedia a oferta. GAY, João Pedro *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre/Caxias do Sul, 1980

⁴⁸⁸ “Sessão aniversária de 1865” in *RIHGB*, 1865, Op. Cit. p.332

Em outros momentos, importantes sócios pretenderam dar vazão à pretensão de glorificar os feitos militares brasileiros na Guerra, organizando não poucas comissões e sessões extraordinárias para cumprimentar o Imperador ⁴⁸⁹. Torna-se visível, portanto, a maneira como as esferas política e histórica eram experienciadas no tocante àqueles acontecimentos tensos e que tantos elementos trouxeram à História do Brasil Imperial.

3.2 Desacordos no Norte: da colônia ao Império

O norte do Brasil, embora não se encontrasse em situações de guerra como aquelas ocorridas ao sul, também demandou a atenção de sócios de Instituto. O texto de autoria de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, oferecido por Estevão Ribeiro de Andrade, publicado em 1850, *Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa*, por exemplo, descreve aquela região, a que o autor diz que os geógrafos chamam Guiana. A presença estrangeira em seu passado constituiu uma ameaça que teria sido constantemente enfrentada e não raro vencida pela coroa lusitana. Sampaio trata do Descobrimento daquele rio pelos portugueses, a posse da região, ressaltando sua presença até o momento em que escrevia: “Esta é a história do descobrimento do Rio Branco, e do progresso não interrompido das entradas e navegação d’aquello rio pelos portuguezes” ⁴⁹⁰. Os espanhóis, no entanto, invadiram a área, tendo sido adequadamente expulsos. A argumentação do autor para criticar a atitude dos espanhóis envolve uma idéia de divisão natural, feita pelas montanhas e pela direção das águas, que estaria mostrando, “ainda prescindindo de outras razões, até onde cada uma das nações devia conter”. Assim, causaria espanto o intento dos espanhóis, depois de exaurirem a navegação dos rios dos seus domínios e escalarem os montes de altura prodigiosa, em vir “procurar as correntes que se dirigiam já aos domínios portuguezes” ⁴⁹¹. Em outras palavras, os espanhóis estariam

⁴⁸⁹ Como no início de 1868, quando o Instituto organizou uma sessão extraordinária com o intuito de ser nomeada uma comissão com o objetivo de felicitar o imperador pelo feito de armas do dia 19 de fevereiro, pelas forças de mar e terra contra o Paraguai, e pela passagem de Humaitá, ação considerada memorável e admirável. Nesta ocasião, Pereira Pinto, após longo discurso no qual teceu longas “considerações patrióticas”, sugeriu que o IHGB desse um voto de reconhecimento ao exercito e armada por conta de Humaitá, aos bravos generais marquês de Caxias e Visconde de Inhaúma, ao Barão da Passagem e o capitão tenente Maurity. Também, propõe o Visconde de Inhaúma para sócio honorário, não estendendo a Caxias a mesma honra porque este já a possuía; como forma de dar reconhecimento pela jornada, feito que legaria, segundo ele, à história pátria uma página de intenso brilho.

⁴⁹⁰ Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro, “Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa”. oferecido por Estevão Ribeiro de Andrade, *Revista do IHGB*, Tomo XIII, 1850, p 209

⁴⁹¹ Idem, p 210

burlando mesmo uma suposta ordem natural com sua tentativa de invadir território que, por legitimação da natureza, pertencia à coroa lusa.

As intenções e preocupações de Sampaio com o domínio lusitano, bem como suas críticas aos expedientes invasores dos espanhóis, tornam-se ainda mais nítidas em sua fala, bastante contundente, marcada no trecho a seguir:

“Não pude acabar comigo de deixar de convidar aos leitores, se esta relação os merecer, a confrontarem o procedimento dos hespanhões conosco. Nós descobrimos o Rio Branco, temos usado da sua navegação e das suas utilidades (...) . Aos hespanhões era necessário vencer perigos, dificuldades e trabalhos; a nós, para atalhar e romper os seus projectos, que eram clandestinos e de surpresa, bastava a simples vigia sobre elles. E todavia fomos illudidos. Mas já parece que é fatal destino dos portuguezs cansaram-se em descobrir terras para utilidade dos hespanhões (...). A parte do Rio Negro que hoje occupam os hespanhões, e outros rios ainda mais superiores, foram descobertos pelos portuguezes; mas com as mesmas artes se fizeram d’elles senhores os hespanhões”.⁴⁹²

Sampaio sublinha que vigiar e cuidar das fronteiras, evitando que os projetos clandestinos e gatunos dos espanhóis pudessem se concretizar era uma tarefa simples – a única a que os portugueses deveriam ter se dedicado – no entanto, não foi cumprida. Ressalta, também, que uma grande parte de território naquelas paragens já ocupada por espanhóis fora também descoberta por portugueses, que perderam a posse por descuido, por serem iludidos pelas “artes” especialmente ardilosas em que aqueles seriam mestres.

O autor apresenta elementos para histórias de enfrentamento e correspondências entre as autoridades administrativas da região. No capítulo V, por exemplo, vemos a negociação entre o governador da Guiana Espanhola com o governador do Rio Negro sobre os limites das duas coroas. Aqui, o autor transcreve as correspondências e as comenta de modo a deixar transparecer o que ele afirma ser um tipo de conduta pouco preocupada ou pouco competente por parte das autoridades portuguesas, que não agem à altura de – ou não percebem a – suposta “esperteza” espanhola, em observar as regiões do Rio Branco, as forças e fortalezas lusitanas dali e “espionar os nossos movimentos até o mais interior das nossas províncias”⁴⁹³.

Ao final do texto, são indicadas as vantagens para a coroa portuguesa de colonizar esta área distante: “formar uma barreira para opor aos holandeses e espanhóis, e cobrir com ela as nossas províncias interiores”⁴⁹⁴. Sugere-se, também que essa colonização poderia ser feita “com as nações de índios selvagens e com famílias européias” posto que com “a primeira classe de

⁴⁹² Idem, p 213

⁴⁹³ Idem, p 237

⁴⁹⁴ idem, p 267

povoadores já se deu feliz princípio; e quanto às famílias européias (...) podemos esperar que (...) não faltará com esta providência o governo (...)”⁴⁹⁵.

O atrito do Norte relacionado à Guiana Francesa, já comentado anteriormente, prossegue como um ponto a ser observado: em 26 de setembro de 1851, Joaquim Caetano da Silva Lisboa leu a primeira parte de sua *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, segundo o sentido exacto do Tratado de Utrecht*, que viria a ser publicada⁴⁹⁶. Diante da não demarcação de limites definitivos, a questão entre territórios luso-brasileiro e francês colocada desde que se estipulou o Tratado de Utrecht (1713) foi novamente debatida⁴⁹⁷. O objetivo do texto, assim, é tomar “uma por uma todas as desconstruções asseverações da França”, desmontá-las e demonstrar como a interpretação do Brasil ao tratado é correta. Seria urgente a necessidade de se expor de maneira sólida o direito do Brasil, de maneira a “embargar que a repetição da mentira” se convertesse em verdade “(...) porque trata com uma nação magnânima, *idealista*, que pode prejudicar por iludida, mas nunca por cálculos (...)”⁴⁹⁸. Essa situação política e diplomática, que é agravada pela Questão do Amapá⁴⁹⁹, ocorrida ainda recentemente, trouxe a necessidade política de se estudar a trajetória de tratados e também de choques com as administrações vizinhas.

Em outras ocasiões, Caetano da Silva demonstraria seu esforço em responder por meio de pesquisa histórica as perguntas que a esfera política e diplomática impunha. Em julho de 1852, remeteu o *Tratado provisional de 4 de março de 1700 entre Portugal e França*, em nome do ministro do Império em Lisboa, Vasconcellos de Drummond – pessoa de “elevada posição, e esclarecida benevolência” proporcionando “aos indagadores todos os grandes recursos d’esta

⁴⁹⁵ Idem, pp 267-268

⁴⁹⁶ Silva, Joaquim Caetano da “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa” *Revista do IHGB*, Tomo XIII, 1850, p 421

⁴⁹⁷ O autor demonstrava se preocupar com a falta de concordância na interpretação do artigo oitavo do tratado, no qual a França renunciaria a suas pretensões sobre as terras chamadas de Cabo Norte e situadas entre os rios Amazonas e Oiapoque. Segundo sua interpretação, Portugal e Brasil entenderiam, invariavelmente que o rio Oiapoque ou de Vicente Pinsão, é um único rio. A França, por sua vez, estaria variando seu entendimento, “situando o mesmo rio, ora no Calsuene, ora no Maiacaré, ora no Amapá, ora no Carapapiri, ora no Araguari, ora no Amazonas” Idem, *ibidem*

⁴⁹⁸ Idem, pp 424-425

⁴⁹⁹ Problema fronteiroço ocorrido justamente entre Brasil e Guiana Francesa, em 1836. Teve lugar após o estabelecimento de um forte francês em terras demarcadas pelo Tratado de Utrecht como brasileiras. A fixação dos limites só foi efetivada em 1900. Disto podemos entender que a década de 1850 é apenas o princípio de mais meio século de debates sobre um problema tão sério, que esbarra no sentimento de identidade nacional, na diplomacia entre nações e na própria idéia de identificação de uma nação a uma região física do mapa. Sobre a questão entre Brasil e França houve neste mesma época a publicação de outro um documento, a “Relação da Vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses, em setembro de 1710” in *Revista do IHGB*, Tomo XXIII, 1860, p 412.

nossa antiga metrópole”⁵⁰⁰. Este tratado, segundo ele, seria “a base do nosso direito á margem meridional do Oyapoc”; conta o autor da carta que estava de fato interessado em ver o texto deste documento, uma vez que o Visconde de Santarém, “com o systema que infelizmente adoptou”⁵⁰¹ só o apresenta na forma narrativa. Em 20 de setembro de 1861 Caetano enviaria 32 exemplares de uma obra que acabava de se publicar em Paris: *l’oyapock et l’Amazonas, question brésilienne et française*, oferta que demonstrava uma atenção com aquilo que se publicava sobre os problemas desta região no exterior.

Em dezembro de 1861, Fernandes Pinheiro acha importante mencionar a apresentação deste texto em seu relatório como primeiro secretário. Dirigia a palavra aos presentes nos seguintes termos: “Como sabeis, senhores, é esta uma das mais transcendentales questões que preocupam a nossa diplomacia, e nó górdio da livre navegação do Amazonas”⁵⁰². Caracterizando como estéreis os debates que vinham ocorrendo havia mais de cem anos, percebia que as relações com aquele povo por vezes ficavam estremecidas. Muitos conhecimentos já haviam sido empregados na discussão mas ainda faltava estudo consciencioso na questão, de um homem que se identificasse com “nossa causa” e que “pela força de sua dialectica, suavizada pela urbanidade do trato, superasse seus êmulos em estas tao raras quao bem temperadas armas”⁵⁰³.

De fato, os colegas de Fernandes Pinheiro sabiam do “nó górdio” no Amazonas, e se interessaram em dar elementos para que um desate fosse possível. Verdadeiramente, a indefinição dos limites ao Norte colaborava para que a região se tornasse alvo de ameaças estrangeiras. Conjuntamente a pressões norte-americanas, havia uma pressão também da parte dos países hispano-amazônicos no sentido de libertar a navegação internacional do rio Amazonas. Na década de 1850 surgira a idéia de se fazer esta abertura, e uma verdadeira campanha teve inicio por iniciativa do tenente da Marinha americana Matthew Maury: ele se esforçou em

⁵⁰⁰ “Sessão em 2 de julho de 1852” in *RIHGB*, Tomo XV, 1852, p. 580

⁵⁰¹ Idem, p. 581

⁵⁰² “Sessão aniversária de 1861” in *RIHGB*, 1861, op. Cit, p. 795

⁵⁰³ Idem, ibidem. No aniversário do Instituto do ano seguinte, outra vez Fernandes Pinheiro mencionaria que o assunto emergira no Instituto, ao tratar da leitura feita por Diodoro de Pascual de *Breves Considerações sobre os pontos 3º e 4º da Dissertação histórica e geográfica de D. Jorge Juan, commendador de Aliaga e D. Antonio de Olloa, escrita em 1749*, em 1862. Entendia que o propósito de Pascual deveria ser o de “fazer bem conhecido o que acerca dos nossos hereditários direitos sobre a navegação do Amazonas, disseram estranhos escritores”; este texto pretenderia demonstrar que “as margens do patriarcha dos rios devera pertencer à coroa de Castella, e não á de Portugal, em razão da prioridade dos descobrimentos”. O Cônego diz que tal assertiva deve ter indignado o leitor Pascual, acostumado a ler documentos que firmam o direito brasileiro naquelas regiões e dizia-se firme na certeza de que na segunda parte do estudo de Pascual seriam “pulverizados os sophismas dos auctores hespanhoes, e posta em relevo a justiça de nossa causa”. “Sessão pública aniversária de 1862” in *RIHGB*, 1862, p. 707

interessar contrerrâneos seus do sul dos EUA na transferência de negros para o plantio de algodão na Amazônia ⁵⁰⁴; suas pretensões são fortalecidas em 1852, quando o governo daquela nação passa a lhe dar respaldo. Sergio Teixeira de Macedo, representante do Brasil nos Estados Unidos, chegou a alertar dos perigos de se fazer a concessão para a livre navegação internacional do Amazonas; para ele, dar-se-ia margem para a instalação de empreendimentos, imigração e mesmo uma possível usurpação.

Assim, a região do Amazonas começa a receber uma atenção específica. Comenta-se sua topografia, história, descrições a respeito de sua colonização e da navegação. Em 20 de agosto de 1852, o capitão de fragata Lourenço da Silva Araújo Amazonas oferece um exemplar do dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas ⁵⁰⁵. No ano seguinte, na mesma sessão em que Azambuja faz oferta de um texto impresso em Lima chamando *Colonisation y navegacion Del Amazonas*, ocorre discussão sobre a proposta de Lagos, adiada na sessão anterior, para nomear uma comissão que se incumbisse de analisar a obra do tenente Maury sobre o Amazonas. Macedo sugeriu que houvesse uma emenda na proposta indicando que o juízo sobre a memória seja limitada a sua crítica a matérias que não forem intimamente conexas com a política ⁵⁰⁶.

Os debates sobre a navegação levariam, em 1853, à abertura para as embarcações dos países ribeirinhos, com os quais o Império pretendia manter uma relação diplomática mais próxima. Assim, foram assinados tratados com o Peru, Venezuela, Colômbia – todos com base no *uti possidetis*. Segundo Francisco Doratioto, os encaminhamentos da diplomacia imperial teriam

⁵⁰⁴ Segundo Renato Mendonça, Maury era superintendente do serviço hidrográfico e astrônomo do observatório naval de Washington, tendo divulgado suas idéias entre 1849 e 1855, na *Southern Literary Messenger*, na *National Intelligencer* e na *Washington Union* e *Debow's Review*. MENDONÇA, Renato *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 116. Sobre a atuação de Maury, sobre o Amazonas como saída econômica e social para os americanos sulistas conf. LUZ, Nícia Vilela *A Amazônia para os americanos: As origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. Ainda, de acordo com Maria Clara Sampaio, devemos lembrar da proposta de constituição de uma empresa binacional de colonização para Amazônia, com população de libertos norte-americanos, que fazia parte do encaminhamento da proposta de emancipação nos Estados Unidos. A sugestão foi apresentada por James Watson Webb, ministro plenipotenciário nomeado por Abraham Lincoln para tratar da idéia, ao então ministro de Estrangeiros Marques de Abrantes, (1862). Pedro II respondera negativamente ao projeto. SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com Afro-Descendentes Norte-Americanos na Década de 1860*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

⁵⁰⁵ Em 11 de setembro de 1857 Filgueiras propõe Araújo Amazonas para sócio correspondente, mencionando seu *Diccionario Topographico da comarca do Alto Amazonas*.

⁵⁰⁶ Tomaram parte da discussão: Macedo, D. Manoel, Antonio Manoel de Mello e Serra – a favor --; e Claudio Costa e Ponte Ribeiro – contra.

colaborado em grande parte para “que o Brasil afirmasse a posse da Amazônia” ⁵⁰⁷. Também seria dada concessão ao Barão de Mauá do monopólio da navegação a vapor – para o que fundou naquele mesmo ano a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas ⁵⁰⁸.

Na década de 1860, o assunto da navegação do Amazonas e sua abertura internacional voltaria à pauta. Além de pressões externas que não cessaram com a decisão de 1853, pressões internas também seriam responsáveis pela continuidade do debate. Aureliano Candido Tavares Bastos – parlamentar conservador moderado que integrou, juntamente com alguns políticos liberais, a Liga Progressista ⁵⁰⁹ – procurou fazer frente ao monopólio estabelecido em determinadas atividades econômicas importantes. Vinculado a negociantes que tinham interesse na navegação de cabotagem e na imigração de americanos para o Brasil, ele via na possibilidade de abertura da navegação “uma forma de aproximar o Brasil dos Estados Unidos e estender ao norte o livre comércio, dinamizando a economia dessa região” ⁵¹⁰. Em maio de 1862, seria responsável pela publicação das *Cartas do Solitário*, relativas à navegação. Em julho, apresentaria, enquanto deputado no parlamento, aditivos à lei do orçamento que versavam sobre a medida de livre navegação, bem como uma linha direta entre Brasil e Estados Unidos. Segundo Eide Abreu, tais medidas “não foram aceitas plenamente pelos liberais, mas contaram com a oposição ferrenha dos conservadores puros” ⁵¹¹.

⁵⁰⁷ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva “O Império do Brasil e as grandes potências” in MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília; IBRI, 2003, p. 142

⁵⁰⁸ COSTA, Francisco de Assis *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1992, pp. 10-11.

⁵⁰⁹ A política que ficou conhecida como Liga ou Partido Progressista se estendeu entre 1862 e 1868 ocorreu pelas discordâncias internas aos Partido Conservador, em especial no que dizia respeito à lei de 22 de agosto de 1860, que impunha limites às liberdades de crédito e empresa. As divergências levaram a uma aliança dentre liberais e políticos conservadores dissidentes – moderados, dentre os quais Nabuco de Araújo, Zacarias, Olinda e Saraiva – que discordavam dos conservadores denominados “puros”. Moderados consideravam aquela medida prejudicial, por “consagrar o monopólio de atividades vitais para a economia do período”. As eleições de 1861, que formariam a 11ª legislatura da Câmara, ocorreram já com essa composição política; os progressistas conquistaram maioria. Entretanto, não se constituíram em grupo coeso, divisões na Liga terminariam com a reorganização partidária, dando origem ao “novo” Partido Liberal; Eide Abreu localiza que os textos da época entendiam que a política do gabinete Furtado foi responsável pelo acirramento da divisão da Liga, que viria a comprometer irremediavelmente a continuidade da coligação. Dissidências se faziam presentes mesmo dentre as lideranças de origem conservadora. A falta de acordo se fez presente na questão bancária, nos meios utilizados para fazer face ao déficit orçamental, à política para navegação, ao crédito agrícola, à questão da imigração, à liberdade religiosa e às disputas provinciais ABREU, Eide Sandra Azevedo *O Evangelho do comércio universal. O desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do IFCH, Fevereiro 2004, pp 1,197-198, 277-278

⁵¹⁰ DORATIOTO, 2002, Op. Cit, p. 143

⁵¹¹ ABREU, Eide, Op. Cit., p. 132.

No IHGB, estas discussões outra vez se fizeram sentir. Em junho de 1866, Luiz Antonio de Castro leu a introdução à obra de sua autoria *O Amazonas e o Prata*, que aborda o papel que o Brasil representava na America, no que diz respeito à navegação e comercio dos dois rios gigantes que o confinam. Segundo Fernandes Pinheiro, em seu relatório de primeiro secretario naquele ano, a leitura fora breve, mas deixara entrever que o autor faria abundantes e relevantes considerações com base em estudo de sumo interesse prático, “máxime agora que o governo imperial entendeu em sua sabedoria dever tirar os últimos corolários da famosa carta régia de 28 de janeiro de 1808” ⁵¹². A referência ao ato do governo imperial dizia respeito à solução do assunto da abertura da navegação do Amazonas. Poucos dias antes da sessão aniversária, que normalmente se realizava no dia 15, o decreto determinou a abertura rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro, São Francisco à navegação de navios mercantes de todas as nações.

As reações negativas à argumentação de que a livre utilização do Amazonas era um Direito Natural de todos os países – utilizado por defensores desta navegação, como Bastos e Maury – poderiam em parte ser explicadas pela idéia de perda de soberania do Brasil e “jurisdição sobre as suas águas” ⁵¹³. Ressaltemos que os debates de que tomavam parte opositores e defensores da idéia de abrir o Amazonas tinha em suas origens aspectos relevantes do tempo da *Conciliação*: tendo mantido os liberais distantes do Parlamento, a política também terminou por dividir o Partido Conservador. Assim, vemos estadistas conservadores “puros” entendendo que a abertura do Amazonas também abriria as portas para uma “tomada de território nacional por potências estrangeiras” ⁵¹⁴ – opinião que contrastaria, por exemplo, com a maneira positiva como Fernandes Pinheiro interpretou a nova medida, classificando-a de sinal de sabedoria do governo.

⁵¹² “Sessão pública aniversária de 1866”. In *RIHGB*, 1866, pp. 435-436

⁵¹³ ABREU, Eide Op. Cit, p. 88.

⁵¹⁴ Idem, p. 89. A divisão no Partido Conservador em “moderados” e “extremados” foi indicada por Zacarias de Góes em 1861. Eide Abreu comenta que havia diferenças entre os dois grupos na concepção das prerrogativas do poder moderador: Saião Lobato, por exemplo, em 1861, compreenderia que aos ministros não caberia responsabilidade legal pelos atos daquele poder, a eles atribuindo apenas responsabilidade moral. Zacarias de Góes, por sua vez, rebateu esta opinião, defendendo que somente pela responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador poderia haver a plenitude do governo representativo. Outra questão a dividir o grupo conservador foi a já mencionada controvertida lei de 22 de agosto de 1860, “que estabeleceu medidas restritivas da emissão bancária e submeteu à autorização governamental a incorporação e o funcionamento das companhias e sociedades anônimas” [Idem, p. 33]. Os descontentamentos provocados por essa lei teriam ocasionado a vitória dos liberais nas eleições de 1860. Em anos anteriores as discordâncias internas dentro os conservadores já se haviam feito sentir. A política de Honório Hermeto para a pacificação da questão da Praieira no início da década de 1850, por exemplo, deu brechas a discordâncias, que cresceram a ponto do então novo presidente de gabinete se indispor com senhores locais. Segundo Izabel Marson, logo após empossado, “suas relações com o núcleo do Partido Conservador local pareciam à beira do rompimento”. Dissidências também emergiam pela indicação de senadores, tanto na representação de Pernambuco, quanto na de São Paulo – “o fundo das rivalidades internas (...) era constituído pelos desencontros na acomodação

Afora o sentido prático que levava a atribuírem valor à navegação dos rios, na medida em que constituem vias de comunicação, interligando o território, o comércio, a população, os rios e a natureza do Brasil receberam significados historicamente elaborados ao serem ligados à identidade brasileira. Segundo Marcela Marrafon de Oliveira, na composição da nacionalidade do Brasil a natureza foi revestida de um sentido de “território da memória”, e em especial no que diz respeito aos recursos fluviais ⁵¹⁵. Também José Murilo de Carvalho lembra que as bases do “orgulho nacionalista” no XIX – constituído até mesmo com alicerces nas indicações de Martius, que dava destaque aos recursos naturais na História do Brasil – passam pela “posse e controle de recursos materiais, frutos da tradicional valorização da natureza combinada com a competição internacional” ⁵¹⁶.

Em outras palavras, a natureza na constituição da história e da geografia nacionais pode exacerbar a condição de cenário para se tornar capaz de “delinear, profunda e irreversivelmente a nação”. O Instituto Histórico já assumira anos antes a tarefa de, também com base nos estudos de Geografia, delimitar e definir o território, o que seria condição essencial para a construção da nação – “assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço” ⁵¹⁷. Entretanto, apesar da existência dentre os estudiosos do Instituto deste esforço de associar a “compreensão da natureza brasileira, a investigação das ciências naturais no país e a construção da nacionalidade”⁵¹⁸, vemos que começam a existir também nuances, como aquela indicada na fala de Fernandes Pinheiro. Elas podem ser sinalizadoras de mudanças e reformas institucionais, econômicas e políticas no Brasil, similares às aquelas que Bastos e outros contemporâneos voluntariamente tentavam engendrar.

dos interesses do governo e das elites conservadoras locais, exteriorizadas nas divergências em torno dos nomes”. Enquanto as bancadas das câmaras buscavam eleger quem estivesse próximo de seus interesses imediatos, o governo pensava na maioria afinada com as reformas que buscava empreender. Estes choques provocavam “pleitos conflituosos” e era “objeto de longas controvérsias na Câmara”. MARSON, I *O Império do Progresso – A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)* São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 433-438

⁵¹⁵ OLIVEIRA, Marcela Marrafon de *Paqueta, São Francisco e Tietê: as imagens dos rios e a construção da nacionalidade* Dissertação de Mestrado em História/Departamento de História-IFCH, Unicamp. 2007

⁵¹⁶ CARVALHO, José Murilo de *Pontos e Bordados. Escritos de história e política*. Op. Cit, p. 453

⁵¹⁷ MAGNOLI, Demétrio *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997 p. 110.

⁵¹⁸ SCHIAVINATO, *Imagens do Brasil*, Op. Cit, p. 628

Capítulo IV – Conciliando litígios históricos: (re)afirmando marcos de origem e pacificando revoluções

A representação do Brasil que aborda a natureza delineia a imagem de um espaço específico com fronteiras a serem desbravadas pelo ato de civilizar, “tanto econômica, explorando suas inumeráveis riquezas como culturalmente, cristianizando e inserindo seu povo e sua história no quadro de valores da cultura ocidental”. Neste sentido, a história nacional, tanto quanto a literatura nacional assumem papel de destaque para “conferir sentido e construir mitos, histórias e origens nas quais ancorar certezas”⁵¹⁹, criando fortes vínculos com a esfera política da nação em formação.

A relação entre a natureza e nacionalidade foi validada nos anos 60 pela proposição e construção, incentivadas pelo IHGB, da Estátua Equestre de D. Pedro I, que trazia em seu pedestal representações da natureza remetidas aos indígenas e aos principais rios do Brasil. O esforço em construir “lugares de memória” também está na base do ato de erigir esta estátua do fundador do Império e junto dela, organizar outros marcos significativos como o Descobrimento e a Independência, firmando assim um sentido para a sua história. Como já vimos anteriormente, os membros do Instituto Histórico se empenharam em cumprir determinadas metas, dentre as quais à organização de uma cronologia da História nacional se reservou muito espaço: comissões de associados se esmeraram em cumprimentos ao Imperador em datas consideradas dignas da memória; esforço este que era ao mesmo tempo legitimador do respeito que se devia a uma data especial e criador re-significante desta mesma “agenda histórica” –a data se *tornava* especial com a ação de lembrar-se dela e regozijar-se pela memória.

Nos anos 1860, a discussão sobre as datas importantes da fundação do Império, veio à tona por ocasião dos aniversários de quarenta anos da Independência, da Assembléia Constituinte e da Constituição. Como expressão da lembrança destas datas, segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, ocorreu um significativo interesse na construção de monumentos louvando D. Pedro I e José Bonifácio, no Rio de Janeiro e em São Paulo: “tais monumentos seriam fundamentais para a preservação da memória do fato da Independência em *Sete de Setembro*”⁵²⁰. De fato, uma

⁵¹⁹ NAXARA, Márcia Regina Capelari *Cientificismo e Sensibilidade Romântica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, , 2004, pp. 79-80

⁵²⁰ LYRA, Maria de Lourdes Viana “Memória da Independência: Marcos e Representações simbólicas” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, no. 29, 1995,, p. 203

sugestão para que se erigisse a Estátua, o monumento no Ipiranga e uma cruz em Porto Seguro apareceu dentro das sessões do IHGB já na década de 1850. Joaquim Norberto de Sousa Silva, em 12 de maio de 1854, apresentou aos colegas sócios a proposta, que sendo então apoiada e discutida na sessão anterior, foi aprovada:

“Proponho que o instituto histórico e geographico brasileiro, como zeloso conservador das glorias nacionaes, represente á assembléia geral legislativa sobre a conveniência e necessidade de levar-se a effeito a conclusão do monumento á independência nacional no campo do Ypiranga, de erigir-se uma estatua eqüestre ao fundador do império na praça da Constituição d’esta corte e de erguer-se uma cruz colossal e monumental em Porto Seguro, que restaure a que Pedro Alvares Cabral ali plantara em o 1º de maio de 1500”⁵²¹.

A sugestão lembrava o Instituto de seu papel como “zeloso conservador” da História nacional para estimulá-lo a sublinhar frente aos órgãos representativos a “conveniência e necessidade” de se tornar física ou materialmente lembrados dois momentos considerados como “glorias nacionais”, tanto quanto seriam considerados heróis os seus representantes. Não seria necessário, posto que igual idéia já corria na Assembléia. De fato, de acordo com Cecília Salles, entre 1860 e 1870 a memória do Ipiranga foi marcada pela “exteriorização de projetos concernentes à transposição da narrativa histórica e das tradições orais para outros suportes”: estes, “dotados de tangibilidade”. Tal característica faria com que fossem interpretados “como recursos capazes de resguardar o episódio e alguns de seus protagonistas do desgaste provocado pelo tempo”⁵²².

A representação material dos monumentos sugeridos por Norberto incorporava e condensava marcos temporais (1822, 1824, 1500), eventos de relevo histórico e indivíduos cujos atos considera-se salutar para a vida e a História do Brasil. A conclusão do monumento do Ipiranga⁵²³ seria, por exemplo, uma expressão da aceitação da data do sete de setembro enquanto um marco da Independência; marco este que fica vincado pela vontade do Imperador em tornar independente a nação – a imagem a ser lembrada neste caso é a de uma decisão pessoal tomada no momento em que Pedro I é informado das determinações das Cortes de Lisboa contrárias aos

⁵²¹ “Sessão em 26 de maio de 1854” in *RIHGB*, 1854, Op. Cit, p. 591

⁵²² OLIVEIRA, Cecília Hellena de Salles *O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Museu Paulista da USP, outubro 2009, p. 13

⁵²³ Segundo Maria de Lourdes Lyra, as primeiras contribuições para a construção deste monumento foram solicitadas ainda na época da Independência.

interesses brasileiros. A estátua eqüestre na praça da Constituição é a representação de triunfo e força deste mesmo indivíduo – que deu ao Brasil uma carta constituinte ⁵²⁴.

A grande cruz plantada por Pedro Álvares Cabral, por sua vez, representa a data de nascimento da nação, que crescera gradualmente até o estágio de maturidade da Independência, e encontrava-se então, em 1862, lembrando de todas as importantes fases pelas quais passara conforme um *continuum*. Percebe-se que a construção destes “lugares de memória” segundo a definição de Pierre Nora ⁵²⁵ é capaz de a um só tempo incorporar sentidos e recortar os elementos representados de seus cenários, nos quais não necessariamente experienciavam harmonia ou ainda menos continuidade frente aos demais – eram parte de momentos conflituosos e complexos, que o monumento em seu triunfo não é capaz de resgatar ou intencionalmente pretende apagar ⁵²⁶.

Assim, as discussões, os conflitos, os problemas dos eventos da Independência perderam seu tom e a memória nacional foi cingida pela imagem de um Imperador vitorioso sobre as intenções escusas da Corte, em suas mãos segurando o bastião maior da monarquia constitucional – a Independência se torna o resultado de sua insatisfação e inconformidade com a injustiça. Apaga-se toda a série de ocorrências daquele 1822, nas quais houve participação de demais figuras e durante as quais os desentendimentos entre interesses de determinados grupos e Cortes de Lisboa gradualmente acirraram até o ponto do rompimento e da aclamação do Imperador por

⁵²⁴ A concepção da escultura da estátua foi fruto da organização de um concurso, do qual vários artistas participaram. O projeto histórico e estético entendido como o mais adequado foi o de João Maximiano Mafra, professor da Academia Imperial de Belas Artes. Construída por Louis Rochet, celebra a um só tempo o Ipiranga, a Constituição de 1824 e a conformação territorial do Brasil, ou seja, sua unidade, representada nos agrupamentos de índios e animais que representam os rios Amazonas, Madeira, Paraná e São Francisco. ⁵²⁴ OLIVEIRA, Cecília Hellena de Salles O “*Espetáculo do Ypiranga*”: mediações entre história e memória. Op. Cit, p. 15

⁵²⁵ NORA, P. (Dir.). *Les lieux des mémoires*. Paris: Gallimard, 1984-85

⁵²⁶ Segundo Cecília Salles de Oliveira, os “monumentos” tanto quanto os “valores de época” são “emblemas de uma celebração”: “Não foram escolhidos e ali colocados para suscitar questionamentos a respeito do processo histórico”. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da Independência. Cad. CEDES: Campinas, v. 22, n. 58, Dec. 2002

vontade dos povos ⁵²⁷. Silencia-se da mesma forma os anos seguintes, nos quais aos poucos D. Pedro I foi por suas ações considerado tirano, tendo sido levado a abdicar ⁵²⁸.

Da mesma forma, a imagem do Descobrimento do Brasil é posta de forma a não poder ser questionada enquanto o nascimento verdadeiro da nação, com data e local bem sabidos. Marcado o evento por meio da cruz, lembrando a primeira depositada por Cabral, dificulta-se a possibilidade de se discutir, por exemplo, os motivos pelos quais a colonização do Brasil demorou a se dar depois da terra ter sido encontrada; se o empreendimento colonizador foi eficiente ou não; se o processo de união da extensão continental das terras teve choques e até mesmo se o Descobrimento fora fruto da vontade dos portugueses ou de um acaso fortuito, conforme veremos no capítulo 5, acontecerá na década de 1870.

Na mesma época em que a estátua equestre foi inaugurada, corre dentre o Instituto a proposta de se erigir outros monumentos homenageando outro herói da Independência – o que, igualmente, corresponde à defesa de uma versão da história dos eventos de 1822: em 14 de junho de 1861, é apresentada uma proposta para que se nomeasse uma comissão especial para, com permissão do governo imperial, se erguer uma estátua a José Bonifácio. Ela seria construída por meio de subscrições populares, no largo de S. Francisco de Paulo, em frente à rua do Ouvidor. A inauguração deveria ser marcada para 13 de junho de 1863, centésimo aniversário daquele que era considerado “benemérito da independência nacional” Propõe-se também que se construa um

⁵²⁷ Cecília Salles Oliveira indica que muitos discursos políticos, obras de cunho historiográfico e até livros didáticos consolidaram ao longo do século XIX e do XX a união da Independência, da separação de Portugal e a data de 7 de setembro de 1822 de maneira a configurar “a sinonímia entre esses termos e um conjunto de representações, que acabou por aprisionar a reflexão sobre o passado e sobre o tema”. Assim, segundo uma ação política supostamente coletiva e consensual, a Independência se torna o ponto chave de desencadeamento de um período histórico “novo”, no qual “estariam imbricados o rompimento definitivo dos vínculos entre colônia e metrópole, a formação da nacionalidade brasileira, a integração territorial e a autonomia política alicerçada no Império”. OLIVEIRA, *A Astúcia Liberal*, Op. Cit, p.13

⁵²⁸ Iara Lis Carvalho Souza demonstra que Pedro I congregou em torno de si “um sistema de adesões das câmaras, um acirrado debate político, sobre a origem da autoridade política e pública, as diversas festas e modos de representação” e “tensões sociais que opunham grupos de elite, homens livres pobres, líberos e escravos”. Isso configurava, por diversas maneiras, “um contrato social que instaurava uma sociedade civil”, conferindo ao Brasil o status de “corpo político autônomo”. Entretanto, o governo associado à imagem do Imperador sofreu gradual desmonte de acordo com o andamento de determinadas circunstâncias – que envolviam desde a aproximação de grupos de nobreza portuguesa emigrada, que antagonizavam com grupos de grandes negociantes, a Pedro I, até as críticas sofridas por ele no tocante à condução de projetos de imigração e suas medidas que ampliavam sua autoridade sobre o Brasil, e reafirmavam seu caráter autoritário. Desta forma, com crescente descontentamento contra o monarca, e a paulatina diminuição de um “povo correlativo ao Imperador que o seguisse e com ele celebrasse” um pacto, desaparecera o “imperador-contrato e as formas de sagração do Brasil, que o tornaram, pela primeira vez, um corpo político autônomo e fundavam uma sociedade civil”. SOUZA, Iara, *Pátria Coroada*, Op. Cit, pp 327-350

tumulo no lugar onde jazia o corpo de Bonifácio, pois não havia nenhuma indicação que assinalasse o ponto em que seus restos mortais estavam enterrados ⁵²⁹.

De acordo com Nora e Oliveira, os monumentos tiveram um papel na forja da memória nacional no século XIX uma vez que “expressavam a intenção deliberada, por parte de segmentos políticos definidos, de defender do movimento indeterminado da história fragmentos do passado reconstituídos por intermédio de abordagens e focos precisos” ⁵³⁰. De fato, a preocupação com colecionar e preservar elementos materiais de eventos da história se fez presente no Instituto em novembro de 1854, quando Cláudio Costa sugeriu pedir ao governo a emissão de peças de artilharia que haviam sido tomadas dos Franceses em guerras de conquista do Norte, conforme Gonçalves Dias informara que lá existiam, em estado de abandono e depreciação. Também que se mandasse questionar o presidente de Pernambuco se lá existiam alguns despojos da mesma natureza tomados aos holandeses, e no caso afirmativo, que os enviasse igualmente para esta corte. E, ao presidente da Bahia e comandante das armas da corte, indagassem em que lugares haveria bandeiras dos corpos militares que se abateram nos campos do Pirajá e armações com as tropas lusitanas em favor da independência do Brasil, em especial para o caso de estarem deterioradas ou abandonadas por terem tido seus corpos já dissolvidos. A essas propostas justifica tanto pelo empenho de “tornar objectiva a história de nossos feitos d’armas” quanto para “estimular os brios nacionais”, justificativas essencialmente afinadas com circunstância em que o Império dava início a maiores intervenções militares no Prata:

“E porque é necessário principiarmos a colligir alguns tropheos, e a formar padrões de nossa gloria, que tanto podem servir para tornar objectiva a historia de nossos feitos d’armas, como podem servir para estimular os brios nacionaes, propõe a commissão que quantos d’esses tropheos e bandeiras se possa ajuntar, e os que consta existirem aqu, na fortaleza da Conceição, adquiridos em nossas victorias contra Artigas, sejam todos recolhidos á igreja da Cruz dos militares, para que ahi sejam cuidadosamente conservados e expostos em suas festividades” ⁵³¹.

Não obstante, a construção destes marcos, a escolha e exposição destes troféus ou do que quer estimulasse os brios nacionais, não se dava sem conflitos e dificuldades – em especial a

⁵²⁹ Em 12 de julho de 1861 é feita uma indicação pelo presidente da comissão para encarregar-se da criação da estátua a José Bonifácio: Eusébio de Queiroz torna-se o presidente; Norberto, secretário; barão de Mauá seria o tesoureiro. Contava a comissão ainda com demais membros: João Manuel Pereira da Silva, Thomaz Gomes dos Santos, Claudio Luiz da Costa, José Ribeiro de Sousa Fontes, Fernando Sebastião Dias da Motta, e Henrique Rohan. Em 4 de outubro, Norberto apresenta exemplar da circular autografada que a comissão incumbida de erigir a estatua de José Bonifácio dirigiu às câmaras municipais do Império.

⁵³⁰ OLIVEIRA, “O Museu Paulista da USP e a memória da Independência”. Op. Cit.

⁵³¹ “Sessão em 24 de novembro de 1854” in *RIHGB*, 1854, Tomo XVII, p. 610

Estátua Eqüestre que, à época de sua inauguração foi alvo de crítica por artigos publicados em periódicos fluminenses, dentre os quais constava, inclusive o apelido de "mentira de bronze", dado por Teophillo Ottoni em seu panfleto *A Estátua Eqüestre* escrito em 1862 e publicado em folhas liberais. No texto, eram questionados os significados e o caráter da inauguração, bem como seu fundamento histórico e legitimidade. Para ele, atribuir a D. Pedro o feito da Independência era omitir a origem autoritária da Constituição de 1824 ⁵³². Assim, Ottoni criticava a monarquia brasileira por conta do Poder Moderador, e entendia que fora dado pequeno prestígio ao 7 de abril, data da abdicação de Dom Pedro I, “razão pela qual o sistema constitucional não teria lançado raízes profundas” ⁵³³. A data, para ele, teria sido capaz de quebrar quaisquer aspirações tradicionais, de maneira a marcar soberanamente a existência do segundo e ainda mais: teria sido este dia o responsável pela saída do elemento português do trono, devolvido ao príncipe brasileiro regenerado ⁵³⁴. Era a data da verdadeira Independência.

Esses monumentos não eram de fato expressões pacíficas no momento em que foram feitos; não eram tentativas harmoniosas de salvar eventos do esquecimento dos registros escritos para um suporte material. Eram, de acordo com Cecília Salles, “construções destinadas a resguardar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da nação que se achavam ameaçados pela própria complexidade do curso da história e da política” ⁵³⁵. Neste ponto, portanto, há uma “a recriação do passado”, “enquanto representação mediatizada pela historicidade do momento em que foi elaborada” ⁵³⁶.

Os momentos de apresentação da proposta de se erigir a estátua eqüestre de Pedro I (1854) e sua inauguração (1862) integram dois panoramas políticos bastante específicos. A época em que foi finalmente inaugurada – contemporânea da sugestão de homenagem a Bonifácio – foi marcada por mudanças no tocante à configuração da política partidária – talvez por isso a estátua tenha sido tão intensamente criticada. No início da década de 1860, formou-se

⁵³² OLIVEIRA, Cecília Hellena de Salles *O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória*. Op. Cit, p. 16

⁵³³ FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes *Memória, política e negócios: A trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de Doutorado/Departamento de História, IFCH - Unicamp, Agosto 2002, p.49

⁵³⁴ OTTONI, Theophilo “Circular dedicada aos srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriennio actual e especialmente dirigida aos srs. Eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni”. Rio de Janeiro. *Correio Mercantil*, 1860, p 218. APUD: FERREIRA NETO, Op. Cit, p. 49

⁵³⁵ Idem, ibidem

⁵³⁶ OLIVEIRA, Cecília Hellena de Salles *O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória*. Op. Cit, p. 11

uma aliança de liberais e políticos conservadores dissidentes – “moderados”, dentre os quais Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes Vasconcellos, José Antônio Saraiva e o marquês de Olinda – com o objetivo de fazer frente aos conservadores “puros”⁵³⁷. Segundo Eide Abreu, os debates da época indicam que os motivos que levaram às divergências diziam respeito principalmente à lei de 22 de agosto de 1860, que “impunha grandes limites às liberdades de empresa e crédito”. Os conservadores moderados eram contrários a esta medida, pois a consideravam desvantajosa na consagração do “monopólio de atividades vitais para a economia do período, por parte de pequeno grupo de negociantes”⁵³⁸.

Cecília Salles de Oliveira comenta o discurso de Nabuco de Araujo na ocasião da apresentação festiva da estátua. O político esclarecia, segundo ela, que “não se tratava da glorificação de um reinado ou da apoteose de uma época”; tampouco seria “obra da ‘reação’ ou da ‘contra-revolução’”. Nestas afirmações e no uso deste vocabulário, Oliveira considera inevitável enxergar uma vinculação entre a solenidade, o intuito do orador - membro do gabinete conservador que patrocinara a idéia daquele monumento - e a inegável presença àquela altura das “disputas [que] colocavam sob o crivo da crítica tanto o passado quanto o próprio sistema constitucional vigente”⁵³⁹.

Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que o momento político em que se deu a idéia de sua criação dentro do Instituto – 1854 – caracterizava-se outro. Tratava-se do início da situação política conhecida como a “Conciliação”, que já foi interpretada historicamente como um momento em que ocorreria um arrefecimento de paixões em nome da união dos partidos políticos em torno de um ideal comum⁵⁴⁰; também o desaparecimento de antigas parcialidades e ódios como sintomas de que a sociedade havia chegado a um “período feliz de calma e de reflexão”⁵⁴¹. Na verdade, segundo Izabel Marson, há acerca deste arranjo político uma gama de

⁵³⁷ ABREU, Eide Op. Cit, p. 1

⁵³⁸ Idem, ibidem. Sobre a configuração dos partidos ao longo do Imperio conf. BRASILIENSE, A. *Os programas dos partidos políticos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979; NABUCO, Joaquim *Um Estadista do Império*, 5ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, vol.1.

⁵³⁹ OLIVEIRA, “O Museu Paulista da USP e a memória da Independência” Op. Cit

⁵⁴⁰ NABUCO, J. Um Estadista do império....MATTOS, Ilmar Rohloff de . “O Tempo Saquarema”. São Paulo: Ed Hucitec, 1987; GUIMARÃES, Lucia “Conciliação” in VAINFAS, Ronaldo (dir) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, pp 154-156

⁵⁴¹ ROCHA, Justiniano José “Ação, Reação, Transação: Duas palavras acerca da atualidade” in Magalhães Jr, R. “Três Panfletários do Segundo Reinado” SP: Editora Nacional, 1956, p. 216

decorrências envolvendo relações de poder, supressão forçada e violenta de conflitos e de oposição, silenciamento e humilhação ⁵⁴² daqueles que eram vencidos nestes embates.

Assim, podemos lembrar que o estabelecimento dos mencionados marcos fundadores – a Independência fincada no 7 de setembro e no ato de Pedro I, e o descobrimento no ato cristão de Cabral em Porto Seguro - é um ato arbitrário, com um determinado objetivo, respondendo em grande maioria à necessidade de se dar expressão a um sentido, uma continuidade – projetada tanto em relação ao passado quanto ao futuro (que, supõe-se, manteria aquela escolha). Trata-se de uma eleição fechada, na qual toma parte um seletivo grupo; uma escolha, que deixa de fora alternativas que poderiam modificar aquele sentido, desmerecer o objetivo e, principalmente, quebrar a continuidade. Frente a eventos deixados de fora para serem voluntariamente “esquecidos”, não deixam de apresentar algum nível de violência.

No período da política da Conciliação do ministério Paraná (1853-1857) – do qual Nabuco de Araújo fazia parte gerindo a pasta da Justiça - portanto, a idéia do estabelecimento de marcos fundadores da História do Brasil, dando a eles uma dimensão física, um aspecto material na forma de monumentos, foi uma maneira de pacificar, compulsoriamente, pontos controversos, aparar arestas de polêmicas, congelar imagens e idéias em detrimento de outras, dando encaixe a determinados propósitos políticos. Nomear, formar, estabelecer quem nomeia e decidir quais eventos devem ser nomeados: tarefas arbitrárias que não dão conta do real, pois lhe dão um limite, excluindo outras possibilidades – que por certo modificariam a história; talvez também alterasse a opinião pública, os participantes do jogo político e o presente. Tais tarefas eram executadas, conseqüentemente, com esse objetivo em paralelo: manutenção de uma política específica no presente, interessante a determinados indivíduos, dela alijando outros participantes, suas vozes, suas opiniões, pensamentos, posturas, atitudes, representantes.

1. Prevenindo “incalculáveis perturbações”: a criação da arca do sigilo

O raciocínio “conciliador” das primeiras décadas do IHGB aparece nos trabalhos de história dos membros do Instituto. Novamente, estamos falando a respeito de escolhas temáticas – em que pesem possíveis conteúdos polêmicos ou abonadores de um presente conveniente aos seus escritores – , escrita, recortes em assuntos recorrentes da História do Brasil que recebem

⁵⁴² MARSON, Izabel, “ ‘Poupar os submissos e debelar os soberbos’: humilhar para ‘conciliar’ ” in MARSON, I; NAXARA, Márcia (org) *Sobre a humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. São Paulo: EDUFU, 2005.

destaques. Isso é perceptível no tratamento e preferência de determinados eventos: Descobrimento, Independência, revoluções, revoltas, nos quais entrevemos o esforço em “pacificar” o passado. No entanto, quando sugerimos relações entre os “auspícios da Conciliação” e o Instituto, também estamos indicando que a Conciliação legou a este uma marca específica: a criação e adoção de uma forma efetiva de evitar polêmicas nas fileiras da academia, caminho para pacificação conveniente de conflitos que se constitui, de fato, em uma ferramenta de censura – com preocupações que vão além das filiações teóricas às quais tendessem os membros do IHGB. Trata-se da Arca do Sigilo.

A arca do sigilo cumpriu um papel dentro deste cenário bastante específico: cabia a ela executar adequadamente o silêncio conveniente a quem ditava as regras. Silenciamento feito de maneira bastante habilidosa, não se tratava de recusa aberta, um mecanismo de exclusão automática – a arca do sigilo não era para descarte. Ao contrário, era um artefato pensado para ser selado, devidamente encerrando discussões a serem guardadas sob forte proteção metálica. Os textos a ela destinados não haviam sido, por princípio, declinados de aceitação. A sua recusa aberta caracterizaria um conflito. Ao contrário, eram, por princípio, aceitos, mas deveriam ser mantidos no escuro, esperando o tempo adequado para receberem alguma luz.

Na primeira sessão de 1850, foi apresentado o parecer da comissão ⁵⁴³ encarregada de examinar a proposta de criação da arca do sigilo. O texto reconhecia a utilidade de um depósito para escritos que não deveriam ser publicados antes de certo tempo:

“Escritos há certamente, muito úteis e preciosos para a historia de um paiz, cuja imediata impressão pode acarretar, alem de grandes desgostos a seus auctores, incalculáveis perturbações, e comprometter não só a paz interna, como a externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os factos, ou divulgando segredos, trariam um sem numero de inimizades e deslocções pessoaes, mormente em épocas de transição, e n’um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda fructificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou” ⁵⁴⁴.

A apresentação de determinados escritos a público possuiria o potencial de dar argumentos históricos para desestabilizar politicamente uma paz ainda tênue, de uma esfera política e social de poucas vivências, incapazes ainda de estabelecer posturas mais tolerantes – de que julgam ser detentoras as nações do Velho Mundo. Em um espaço em que a harmonia se sustenta com dificuldades, conteúdos tendentes a perturbar a ordem interna ou a externa, a

⁵⁴³ Composta por Manoel de Araújo Porto Alegre, Francisco Freire Alemão, Ferreira Lagos.

⁵⁴⁴ “213ª Sessão em 16 de fevereiro de 1850”. In *RIHGB*, 1850, p. 133

desestabilizar a imagem de determinados indivíduos, a suscitar paixões e ódios não deveriam receber luz.

“A Imprensa em uma sociedade como a nossa, e no estado em que nos achamos, não satisfaz o historiador: escrevemos actualmente com muita paixão; todos os factos são desfigurados por ambos os lados que pleiteam interesses, e que defendem individualidades: aquillo que mais importa á historia e sua philosophia sobre a origem dos acontecimentos, e a causa productora de taes e taes resultados, se acha baralhado debaixo das formas de uma lógica capciosa, e no meio de declamações vagas, onde os indivíduos substituem as idéias.”⁵⁴⁵

Da mesma forma, textos produzidos no fervor de ocasiões em que se exaltam os ânimos ou se associam a interesses, não seriam capazes de legar à história explicações claras e coerentes: a individualidade se sobrepõe à verdade. A imprensa, por isso, não era um espaço confiável de produção do conhecimento da verdade do presente, estando envolta em guerrilhas parciais, cercando a verdade argutamente, encarando os fatos segundo o “prisma de suas conveniências” e atribuindo valores pela “balança política dos acontecimentos”. Solucionar as inquietações passíveis de se tornarem sementes de discórdias e engodo não seria tarefa de grande dificuldade uma vez que “o tempo reforma e emenda as razões que um frio calculo e a marcha dos factos vai dictando no decurso de seu progresso”⁵⁴⁶. Assim o papel da arca era permitir que o tempo executasse o frio cálculo de seu andar que causa diferente aparência, sentido e visão aos fatos mencionados nos documentos que seriam encerrados no interior da arca. Ela possui também um sentido redentor, segundo os pareceristas, porque poderia funcionar como depósito da consciência íntima de escritores, que não levariam “à sepultura verdades essenciaes á historia de um paiz”⁵⁴⁷ mas deixariam vestígios de suas ações com o altruístico objetivo de fazer conhecido à história tão somente; segredos polêmicos só se tornariam públicos quando fosse realmente conveniente – ou seja, quando sua potencialidade para agitação e desarmonia fosse encontrar um terreno a ela imune. Nesse caso, a arca funcionaria como cofre. Ou então, seria um juiz póstumo dos atores do presente em nome do bem da história, revelando ao futuro fatos que tornariam a história obscura, “forçando os escriptores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades”⁵⁴⁸. Ela é revestida do objetivo de transmitir às gerações futuras de uma função pedagógica para o presente: os pareceristas entendiam que o temor de que o futuro tomasse

⁵⁴⁵ Idem, ibidem

⁵⁴⁶ Idem, ibidem

⁵⁴⁷ Idem, p. 134

⁵⁴⁸ Idem, ibidem

conhecimento de atos escusos faria com que os homens recuassem e procedessem com mais cuidado, uma vez que para “os homens associados em grupos, que se rateam continua protecção e mutua segurança, não há outro juiz que o escriptor e outro tribunal além da história”⁵⁴⁹.

Na arca de sigilo seriam guardados manuscritos secretos que não pudessem ser publicados sem época determinada – para leva-la a feito, pedir-se-ia autorização ao governo imperial. Feita de ferro, composta de duas fechaduras diferentes, cujas chaves entregues e guardadas com o presidente do Instituto e com o ministro do Império – ou com quem este determinasse - somente seria aberta em sessão ordinária, na presença dos claviculários, com proposta prévia do primeiro secretário e por seu convite especial. As memórias depositadas seguiram igualmente determinado padrão: numeradas, inventariadas, com selo e lacre do autor e uma segunda selagem pelo IHGB.

Ainda, os regulamentos propunham convidar sócios e outros literatos que – por terem testemunhado ou tivessem informações de pessoas fidedignas – soubessem de acontecimentos políticos, civis ou religiosos, que estivessem “ainda mal avaliados pela voz geral” a fazerem relatos “com toda a imparcialidade”. Os convites seriam veiculados por meio uma circular e de anúncios reproduzidos em todos os jornais do Império, chamando para remeterem “á mesa o seu trabalho, com a segurança de ser guardado com zelo, até a época em que se determinar sua publicação”⁵⁵⁰. Cada memória deveria vir acompanhada de uma carta com ou sem assinatura do autor⁵⁵¹. Caso o Instituto fosse dissolvido ou tivesse seus trabalhos suspensos, a arca do sigilo passaria para o arquivo publico nacional.

A conformação da Arca do Sigilo com o princípio da conciliação está bastante nítida nos regulamentos, e principalmente na sua proposição. Fica mais clara se tivermos em conta que não se fala mais de sua estruturação e/ou funcionamento nos períodos seguintes, e é particularmente sintomático o fato de que, ao menos até o final da década de 1870, não se menciona a abertura de qualquer documento da arca do sigilo, não ocorre nenhum convite à abertura propriamente dito.

Não obstante, há temas que passam a ser declaradamente evitados, e a conduta de silenciar polêmicas para evitar perturbações permaneceria por algum tempo. Lembramos que em 1839, por exemplo, foi possível que se pensasse a composição das *Ephemerides*⁵⁵², por proposta

⁵⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁵⁰ Idem, pp. 414-415

⁵⁵¹ Neste caso, além do prazo para publicação, deveria o autor dar um sinal pelo qual se possa testemunhar sua identidade

⁵⁵² Cunha Barbosa propôs que fossem nomeados sócios compor notas diárias sobre os fatos que mais interessassem à História do Brasil. O ano seria dividido em dois, de maneira que os dados fossem mais bem explorados e anotados.

de Januário da Cunha Barbosa, com o objetivo de anotar diariamente os fatos que mais interessassem a história do Brasil . Todavia, quando, em 1863 Felizardo Pinheiro de Campos sugeriu que IHGB tivesse um livro sobre os acontecimentos relativos ao reinado de Pedro II, o parecer, poucas sessões depois, foi veemente na recusa, no desaconselhamento da adoção da idéia. Entre um e outro momento, as circunstâncias mudaram, de maneira que a anotação diária dos feitos da Monarquia deixou de parecer a possibilidade de dar forma à memória do Segundo Reinado projetada para o futuro, para se tornar empreitada arriscada – não só porque o Instituto pretendia se mostrar neutro mas porque na década de 1860 conflitos partidários e críticas ao Império se acirraram. Como selecionar determinados eventos sem registrar abertamente os problemas e dissidências enfrentados?

Os pareceristas afirmavam que não retiravam do homem ou da sociedade o direito de escrever sobre os fatos da historia contemporânea de seu país; dedicando-se a esta tarefa, exercendo este direito, contudo, o escritor seria sempre juiz suspeito, incompetente para desempenhar cabalmente a empresa difícil. Estaria sujeito, às paixões, ao espírito de partido, simpatias e antipatias:

“sendo actor no drama que procura dar conta, aquelle que escreve sobre a historia contemporânea do seu paiz escreve sempre um pouco a sua própria historia, preside ao processo das ideas que tem sustentado e das idéas que tem combatido; e por consequência apparece aos olhos da posteridade como parte interessada com pretenções de ser juiz”⁵⁵³ .

Assim, o parecer julga que atribuir tal tarefa a uma determinada comissão contrastaria com os propósitos do IHGB, porquanto o fruto de seu trabalho não seria verdadeiramente confiável, isento de paixões, livre da simpatia ou antipatia partidária. O escritor necessariamente mostraria a marca dos pensamentos a que se filiava, bem como aqueles contra os quais lutava, de maneira que a posteridade não lhe reputaria confiança. E isso não seria verdadeiro apenas no que diz respeito à maneira de escrever, à filosofia tangencial ao escrito, mas também no tratamento dos fatos cotidianos em si. Se os fatos selecionados para serem registrados seriam guiados pelo “juízo do Instituto”, haveria escolha dos fatos, não se podendo escrever todos os fatos. Ao se estabelecer o “juízo do Instituto”, encontrar-se-iam sentenças lavradas por juiz incompetente na historia contemporânea.

⁵⁵³ “4ª sessão em 8 de maio de 1863” In: *RIHGB*, 1863, Op.Cit, p. 855

“(...) haveria em todo o caso juízo, apreciação do merecimento dos factos a registrar, preferência e exclusão dos factos e por consequência não só o grave inconveniente já mencionado, mas ainda o evidente senão de uma obra incompleta pelo esquecimento premeditado de factos que por erro de que é susceptível, o instituto deixasse de considerar dignos de serem registrados”⁵⁵⁴.

O parecer conclui que o grêmio não deveria tomar para si a tarefa; o que não significaria que não receberia de bom grado um ou vários trabalhos que tivessem esta tônica, espontaneamente feitos por aqueles que se interessassem por essa assim entendida difícil empresa. Estariam, porém, expostos a julgamento: seriam trabalhos suspeitos de parcialidade – desconfiança esta que cairia sobre os ombros de seus autores e a posteridade verificaria a verdade dos fatos, comparando com outros documentos. Sugerem o arquivamento da proposta e assinam os autores: Norberto e Macedo.

O presidente declarou que deixaria o parecer sobre a mesa para ser discutido na próxima sessão, ao que Felizardo Pinheiro pediu urgência. Vencendo por unanimidade, entra em discussão, da qual toma parte o próprio Felizardo, que sustenta sua proposta, dizendo que segundo a idéia da comissão o Instituto nunca organizaria os fatos coligidos e metodizados sobre o reinado. Também argumenta que sua idéia é a de que aquele fosse um compilador, e não um historiador, “pois é a sua missão e principal incumbência, segundo os estatutos, preparar os materiaes para um dia formar-se a historia do paiz”⁵⁵⁵. Macedo sustenta o parecer já apresentado. Pereira Pinto participa da discussão também argumentando que os “fastos” gloriosos estavam nos melhoramentos morais e materiais que o Brasil presencia nos últimos tempos, e que haveria sobre isso muitos documentos oficiais. Ainda, a crônica poderia ser, no futuro, rotulada de parcial, uma vez que Pedro II era protetor do Instituto. Norberto, então, apresenta outro parecer, de idéias semelhantes, em que se lê:

“Tornar uma tal obra de obrigação restricta é tirar-lhe todo o mérito da espontaneidade, é priva-la do cunho da imparcialidade aos olhos do vulgo e das gralhas políticas, e todos nós nos julgamos pequenos para emprehender-a sem que comtudo tenhamos animo de declinarmos da honra de querer cada um para si tão gloriosa tarefa”⁵⁵⁶.

Haveria registros dos acontecimentos gravados na memória de todos os cidadãos, gloriosos e destacados, de modo que não seria necessário se dedicar a escrevê-los por receio de

⁵⁵⁴ Idem, ibidem

⁵⁵⁵ Idem, p. 858

⁵⁵⁶ Idem, pp. 858-859

que desaparecessem “no oceano dos tempos”, como ocorrem a “acontecimentos frívolos e dignos de eterno esquecimento”. Caberia a outra esfera de conhecimento o relato polêmico, cotidiano, presente: à imprensa, que observa com toda a atenção o presente, somente a ela competindo registrar os fatos hodiernos, como o faz efetivamente – havendo mesmo dentre o IHGB pessoas que se ocupavam com memórias do tempo presente, em que a personagem principal é o chefe que dirige os destinos da nação. Os fastos do reinado de Pedro II estão, portanto já postos “e a posteridade não condenará o Instituto Histórico por deixá-los de colligir, quando toda a nação o collige”. Conclama Norberto em conclusão neste parecer, que assina sozinho: “Façamos antes o que está por fazer, e não o que está já feito por si mesmo” ⁵⁵⁷.

O outro, da parte da comissão, finalmente posto a votos, foi aprovado e Felizardo Pinheiro pediu que a discussão fosse publicada na revista. Entretanto, podemos concluir que o debate e a resolução não lhe satisfizeram: em 5 de junho, encaminharia nova proposta no sentido de que se nomeasse uma comissão de senhores maiores de sessenta anos, que por sua alta posição social possa-se razoavelmente entender que não nutrissem mais aspirações políticas ou financeiras, para cumprir a tarefa de anotar tudo o que o imperador dissesse ou fizesse digno de menção para o bem do Estado. Em folhas de pergaminho, suas anotações deveriam ser guardadas em cofre que não se abriria até a morte do Imperador. “Com estes materiaes assim colligidos, com a imparcialidade humanamente possível, se escreverá a historia do seu reinado” ⁵⁵⁸. A proposta é discutida e combatida por Lagos e Filgueiras: entendem ser a mesma proposta já apresentada e arquivada, considerada, igualmente, inexecutável.

Então, em 3 de julho, sétima sessão do ano de 1863, Felizardo Pinheiro leu um trabalho de sua autoria: *Bosquejo do actual reinado desde a declaração da maioridade de Sua Magestade imperial ou Apontamentos para a história do Brasil*. O cônego Fernandes Pinheiro, segundo secretário na época, na sessão aniversária daquele ano, assim se referiria ao texto: “A natureza do assumpto e o temor que me acompanha de requeimar a Penna na lava ardente de apreciação dos factos contemporâneos, veda-me de aquilatar, como devera, o trabalho do nosso illustrado collega” que demonstrava estar convencido “de que a historia de um paiz deve ser escripta ao passo que se forem desdobrando os acontecimentos” ⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ Idem, pp. 859-860

⁵⁵⁸ “6ª sessão em 5 de junho de 1863” in: *RIHGB*, 1863, p. 871

⁵⁵⁹ “Sessão Publica aniversária de 1863” *RIHGB*, 1863, Op.Cit, p. 918; Outra vez em agosto de 1865, Felizardo Campos Pinheiro viria a ler um trabalho de sua autoria, de tema similar: *Fastos do feliz reinado do Sr. D. Pedro II*. E

As razões imperiosas pelas quais o silêncio é imposto estão dadas: fazer uma cronologia do presente, dar margem para se comentar os fatos hodiernos, somente causaria problemas, divisões; o Instituto propunha-se não à divisão mas sim à coesão, à unidade. Seu papel vinha continuamente sendo o de garantir a unidade. A insistência de Felizardo Pinheiro é portanto abafada: dão-lhe espaço para leitura – como disseram que dariam – mas seu trabalho não é sublinhado pelo primeiro secretário, senão para reclamar do descuido que era tratar do presente. O evento que marca, por exemplo, o início da periodização de Felizardo Pinheiro Campos – a maioria – não é discutido dentre os sócios, nem é mencionado ao longo das sessões, como também não é aquele considerado por Ottoni como a verdadeira Independência do Brasil: a abdicação. Dentre o período da Conciliação e da transformação partidária depois de 1860, até a volta de gabinete conservador (Itaboraí, em 1868) e o recrudescimento da oposição liberal, muito pouco se falou nas sessões sobre o episódio do 7 de abril de 1831. A lembrança de tumultos e insatisfação acerca da atuação de Dom Pedro I, que poderiam ser compreendidos como radicalismos, é nestes momentos demasiado polêmica.

Uma menção mais aberta ao evento no sentido de valorizar o desempenho de Pedro I se dá pela fala de Joaquim Manoel de Macedo em seu discurso necrológico da sessão aniversária de 1864, quando homenageia Odorico Mendes, personagem de atuação no período da Regência e que foi, junto com Evaristo da Veiga, um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em 19 de maio de 1831⁵⁶⁰. Disse Macedo que, embora se pudesse orgulhar da possibilidade de poder manifestar os pensamentos e julgar “fatos de um recente passado perante um imperador liberal e philosopho”, não seria “durante o reinado do filho que se julgará com inteira imparcialidade o reinado do pai”. Argumentava, assim, o orador, ser ainda cedo para interpretar o 7 de abril e pedia licença para a ousadia de apresentar sua opinião: aquele evento fora uma consequência implacável dos acontecimentos de 12 de novembro de 1823. Para ele, D. Pedro I, que levantara a nação brasileira independente, ao dar o “grito heróico do Ypiranga”, “salvou a monarchia constitucional do Brasil abdicando”. O 7 de abril, desta maneira, é o ápice da pirâmide, cuja base era a fundação do império em 1822 – e ambos são atos da

de outra feita, Fernandes Pinheiro “comentaria sem comentar” o seu texto, apontando existência de razões imperiosas a impor-lhe silencio

⁵⁶⁰ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. "Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro", Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883. (reed. Conselho Federal de Cultura), 1970, Vol VI, p. 172

vontade de Pedro I, da sua percepção sagaz e de sua capacidade superior. Isso deixou, entretanto, a situação arriscada:

“ao mesmo tempo que a nacionalidade ultrajada repetia exigências de desaffronta, o liberalismo victorioso exagerava aspirações que podiam offender profundamente o systema de governo, se não mudal-o de todo: a prudencia e o patriotismo dos chefes liberaes preservou o estado”⁵⁶¹.

O primeiro secretário do IHGB em 1854, Joaquim Manuel de Macedo, comentando a sugestão de Norberto de se erigir a estatua eqüestre, também lembraria a abdicação: “Mais do que uma estátua eqüestre merece aquelle, cuja alma foi tam grande que pôde abdicar duas coroas!”⁵⁶². Mencionava que D. Pedro tivera força para erguer um Império e um trono, e que já era “tempo se de pagar esta immensa divida á memória do ínclito príncipe que primeiro fez ouvir o grito – Independência ou Morte – nas margens do Ypiranga”.

Pedro I fora “aquele que salvou a liberdade de um povo inteiro” pelo que a estátua estaria ainda aquém de sua glória; a homenagem era portanto necessária, posto que o “povo que não exalta seus héroes é indigno de os possuir”⁵⁶³. Essa é uma imagem conciliadora dos feitos do primeiro imperador do Brasil – apaga-se a polêmica e os conflitos em torno de sua saída do Brasil, assim como é retirada de cena da história os elementos que pudessem causar demasiada contenda. Isso não significa, entretanto, que não existam altercações; a necessidade de uma ferramenta como a arca do sigilo é significativa do contrário: conflitos existiam, e havia a necessidade de apaziguá-los, ou de fazê-los acontecer de forma a não comprometer o Instituto – como ocorreu no caso do debate em torno das fronteiras do Brasil com Montevidéu, quando a solução encontrada para dificuldade foi a publicação de todos os textos – o que evitou que acusassem preferência de um ou outro lado dentre os debatedores – acompanhados de um cabeçalho que pontuava a não filiação do IHGB a qualquer opinião, eximindo-o abertamente desta responsabilidade. Consideramos, também, que por envolver assunto tão essencial para a vida política daquele momento, percebeu-se que a apresentação dos textos redundaria em uma colaboração do Instituto para a esfera diplomática.

Outro momento de forte debate acerca de tema histórico ocorreria também naqueles anos de 1850, envolvendo alguns dos mesmos debatedores já vistos aqui que dialogaram sobre o Descobrimento do Brasil e a ação dos portugueses nesta empreitada.

⁵⁶¹ “Sessão pública aniversária de 1864”, in *RIHGB*, 1864, p. 424

⁵⁶² “Sessão pública aniversária de 1854” in *RIHGB*, 1854, p. 49.

⁵⁶³ Idem, *ibidem*.

2. Desacordos na primeira página da História

Conforme Heloísa Bertol Domingues⁵⁶⁴, as viagens e expedições com objetivo científico do século XIX fizeram acender a discussão da validade da periodização da História do Brasil, contada a partir da viagem de Cabral. A autora entende que as viagens quinhentistas foram “reificadas” em paralelo à preocupação política de reconhecer o próprio território brasileiro no XIX. Das expedições que se organizaram para adentrar e estudar a natureza, desbravando e dominando terras pouco explorados, alargando fronteiras e unificando o território, viria o questionamento das expedições de descobrimento e a reflexão sobre o avanço das ciências daquele período. A expedição de Cabral em 1500 é tema essencial e caro para o Instituto, tanto pela sua relação com a estruturação de marcos para a História do Brasil, tarefa a que os acadêmicos do IHGB se voltam, quanto pela questão da identidade e estabelecimento da nação brasileira, frente aos laços que a ligam ao passado de colônia luso-americana. A atenção com este evento se apresenta com nitidez, não poucas vezes referido como a “primeira página da história do Brasil”.

Houve muitas ofertas, informações soltas, comentários aleatórios que deixam margem para que compreendamos como o Descobrimento é pensado pelos sócios. Em 21 de outubro de 1859, por exemplo, um ofício de Araújo Porto Alegre contava que estando em Portugal na ocasião do Sete de Setembro, para não deixar de acompanhar os colegas consócios nas festividades, foi a Santarém ajoelhar-se no túmulo de Pedro Álvares Cabral, ali orando e pedindo em nome da prosperidade do Império “que elle descobrio”, e pelo Imperador que o rege. Nesta fala, que parece tão singela, reside a marca de uma construção bem sucedida: a idéia de que entre o Descobrimento – ação de Cabral – e o grito do Ipiranga – ação de Pedro I – havia um *continuum* de um mesmo Império.

A intensa discussão que houve a respeito deste assunto teve lugar após a publicação do trabalho de Joaquim Norberto de Souza Silva em 1852, que respondia ao programa proposto pelo Imperador em 1849 *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero*

⁵⁶⁴ DOMINGUES, Heloísa M. Bertol, Op. Cit, “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX” in Heizer, Alda ; Videira, Antonio Augusto Passos “Nação, Civilização e Império nos Trópicos” Acess p 65

acaso ou teve ele alguns indícios para isso? ⁵⁶⁵. Joaquim Norberto ressalta que a questão acerca do acaso ou intencionalidade no Descobrimento é bastante comum, mas que haveria uma carência de documentos sobre esta que considera ser “a primeira página da nossa história” ⁵⁶⁶. Essa escassez seria responsável por lacunas em muitos outros assuntos – quanto não o seria para um acontecimento cuja importância repousava “desconhecida no futuro, quando o estrepito das armas, quando as aclamações do triunfo, quando os hymnos das victorias alcançadas na Índia falavam mais pomposa e eloquentemente á gloria nacional” ⁵⁶⁷. Essa “importância” repousada no futuro a que se refere Norberto trata-se do fato verificado por ele, de que um dia essas terras descobertas se consistiriam no “refúgio para a monarquia portuguesa, que de humilde colônia elevar-se-ia entre as nações a um dos mais bellos impérios” ⁵⁶⁸.

Já na introdução o autor aponta o caminho que seguirá, defendendo – apesar da assim chamada minguada documentação disponível – que o descobrimento não foi devido a mero acaso, que Cabral teve alguns indícios para sua navegação, e buscando “desfazer a crença arraigada com os séculos e propagada por tantos autores de nome e de tão reconhecida ilustração” ⁵⁶⁹ de que houvera acaso. Aponta intenção de averiguar se o Brasil era conhecido dos Europeus antes do descobrimento e se os portugueses tiveram alguma comunicação deste conhecimento, refletindo também sobre o desenvolvimento científico da época. Essas são as questões preliminares que cercam análise de vestígios físicos, da tradição dos indígenas, de investigação literária e científica de antigos e novos escritores ⁵⁷⁰.

⁵⁶⁵ Silva, Joaquim Norberto de Souza “Sobre o Descobrimento do Brasil” in RIHGB, 1852, Tomo XIV, pp 125-204. Na sessão de 9 de dezembro de 1853 entra em discussão a matéria do programa sobre o descobrimento do Brasil. Duarte da Ponte Ribeiro apresenta ligeiras considerações, que segue a idéia de que o descobrimento do Brasil fora devido a acaso, mas não chega a apresentar um texto escrito. Dias já faz inúmeros comentários, que a ata da sessão classifica como “brilhantes elucidações”, e analisa alguns pontos da memória, já encaminhando o tom que teria o texto apresentado posteriormente, conforme alguns sócios sugerem que ele apresentasse por escrito suas observações, para que possam ser publicadas na Revista. Rohan também escreveu trabalho sobre o Descobrimento, que foi lido por Norberto em 25 de setembro de 1863

⁵⁶⁶ Idem, p. 127

⁵⁶⁷ Idem, p. 126

⁵⁶⁸ Idem, ibidem

⁵⁶⁹ Idem, p. 130

⁵⁷⁰ A arqueologia das formações comprovaria por novas descobertas “que a antiguidade do continente americano excede a do velho mundo, e que a povoação do Brasil coincide com os tempos históricos do velho hemisfério”. Às análises de viajantes que perpassaram o continente americano, perscrutando a natureza e as camadas fósseis juntas-se-iam as análises de Lund, ainda que o mundo científico não tivesse ainda corroborado as observações deste viajante. A povoação do Brasil é apontada, por meio de descobertas arqueológicas, como derivada de tempos muito remotos. Citando no trecho a “Carta escripta da Lagoa Santa (Minas Gerais) a 21 de Abril de 1844” (Publicada na RIHGB tomo VI. p. 326), afirma que somente pela antiguidade da população no território brasileiro se explicaria o número grande de aldeias populosas existentes. Citando Martius, afirma que os indígenas estavam “em manifesta decadência”. [Idem, pp. 131-132]. Comparando com outras partes do mundo, nas quais grandes e importantes

O comércio e o cristianismo, responsáveis pela abertura dos mares à navegação da Índia e que fizeram com que Espanha e Portugal conhecessem o novo mundo, foram os responsáveis a dar nomes ao Brasil.

“O primeiro d’esses nomes *Terra de Vera Cruz* (...) foi doado como um signal de posse, de domínio e de conquista, cujo estandarte triumphante se hasteara sobre o escudo das quinas portuguezas, symbolo da fé, emblema da remissão do captiveiro do velho mundo, mas que as armas dos conquistadores e o fanatismo da religião converteram em signal de escravidão para o novo hemispherio”⁵⁷¹.

O símbolo da fé se colocou acima dos símbolos portugueses, mostrando ser aquele redenção para o Velho Mundo – inspiração capaz de trazer-lhe algum tipo de desenvolvimento ou beneficio. No Novo Mundo, não obstante, a religião teria outro papel, posto que trazida pela mão de fanáticos ou por conquistadores armados: escravidão. Assim, podemos compreender, o primeiro nome, o primeiro sinal do batismo da terra conquistada, também seria sinalizador da vivência escrava que teria, devido aos interesses das “armas” e do “fanatismo. O segundo nome dado para o novo mundo, por sua vez, foi “imposto pelos traficantes e contrabandistas, e que (...) prevaleceu até nos actos officiaes”⁵⁷².

Gaspar da Madre de Deus teria pretendido dar aos portugueses a prioridade do conhecimento da América, reivindicando-a a João Ramalho, posto que em seu testamento, em 3 de maio de 1580, dizia ter vivido no Brasil por noventa anos, o que anteciparia em dois anos a descoberta dos espanhóis⁵⁷³. Norberto afirma, entretanto, que em inexistindo erro na contagem de anos de um homem que era analfabeto, não haveria glória para Portugal: Ramalho não desencadeou uma colonização bem ordenada. Era naufrago, não possuía a capacidade de impedir que outros povos do continente europeu viessem se estabelecer, ou de transmitir à pátria natal notícias da terra. Menos glorioso ainda seria o fato de não conhecer escrita, faltando-lhe, portanto, meios pelos quais “inscrever seu nome n’esses paginas eternas de granito” de maneira

vestígios arqueológicos puderam ser encontrados, no Brasil não haveria ainda descoberta de ruínas. Embora não houvesse nos materiais disponíveis durante certo tempo indícios de que o Brasil fora visitado anteriormente a Cabral, haveria descobertas recentes que apontavam o contrário.

⁵⁷¹ Idem, p. 134

⁵⁷² Idem, p. 134

⁵⁷³ O debate sobre a primazia de Ramalho na chegada ao novo mundo e o documento que alegava ter visto Madre de Deus recebe foco principalmente nos anos 1870. Entretanto, ele já é abordado por estes autores, que atentam para o significado simbólico desta chegada primeira. A preocupação com este evento fez com que em 7 de junho de 1854 Pereira Pinto propusesse que o instituto encarregasse Machado de Oliveira a tarefa de investigar o arquivo da camara municipal de S. Vicente para coletar todos os documentos que servirem para a historia pátria e também que procurasse a secretaria do governo de São Paulo para localizar a cópia autentica do testamento de João Ramalho.

a tornar realmente conhecida sua experiência. Comparando a obra de Ramalho ao de seus posteriores:

“A sós elle não teve a força e os recursos que tiveram muitos de seus compatriotas , já no numero , já nas armas ; quando não , essa tribu que o hospedára teria por premio o jugo da escravidão; sujeitou-se elle, e adquiriu os seus habitos até nas longas marchas; e, ignorante, sem saber dispôr de sua razão, sem arte para o mal, não a teve tambem para o bem ; o homem da velha sociedade embruteceu-se em vez de guiar os Tibiriçás e Cays Ubys com os seus goianazes, quando não a uma tal ou qual civilisação, ao menos a um estado menos proximo d'essa vida nômade, que avizinha o ente racional dos brutos”⁵⁷⁴.

Sozinho, Ramalho não teve as ferramentas pelas quais outros portugueses muito efetuariam no Novo Mundo. Em principio, sua chegada já não fora fruto da vontade ou do empenho organizado: Ramalho era náufrago, chegara àquelas plagas no pior estilo, inferior mesmo ao ocasional: obra do desastre. Uma vez “desastrado”, fora aceito dentre indígenas, submetendo-se a seus costumes (considerados decadentes). Faltando-lhe maior discernimento para uma ação mais bem executada, tornou-se um bruto e procurou se adequar, ao invés de influir naquele meio, de maneira a transformá-lo, melhorá-lo. Isto é, sem uma instrução que o protegesse de também se degenerar, tornou-se selvagem. Essa, portanto, não é uma ação colonizadora da qual Portugal ufanar-se-ia.

Norberto dá destaque a dois documentos no desenvolvimento de seu programa. Uma delas, a carta que os reis católicos escreveram a Colombo em 5 de setembro de 1493 que pedia que apressasse sua viagem, sem passar por Cabo Verde, afastando-se ao máximo da costa de Portugal e das ilhas, pois os portugueses projetavam intervir nos descobrimentos das terras do Novo Mundo, pensando, por terem havido alguma prática, na existência de terra firme, talvez mais proveitosa e rica do que as outras. O segundo documento é a carta escrita de Vera Cruz pelo mestre João, físico, ao monarca D. Manuel na qual aquele pede ao rei que verifique no mapa-múndi de Pero Vaz Bisagudo “a altura da terra que descobriam”. Esses elementos colaboram para a conclusão de que “os portugueses suspeitaram da existência de terras” e que Cabral já as demandava.

Portugal, entretanto, é definido por Norberto como “reino pequeno e insignificante, perdido no Occidente da Europa” inspirado pela cobiça, dando em nome dela sua diligência para a atrevida empresa da navegação, elevando-se, deste modo “à grandeza de uma das primeiras

⁵⁷⁴ Idem, p.136

nações, attrahindo sobre si a atenção do velho hemispherio” ⁵⁷⁵. A grandiosidade da obra e as superstições que envolviam os mares não puderam impedir a empreitada. Assim, fora dado o impulso, que fez Lisboa se tornar um porto visitado pelas nações mercantis e uma cidade atraente para estrangeiros empreendedores que gostariam de juntar “seu nome a um descobrimento”. A morte de D. Henrique paralisou por instantes os descobrimentos, mas o impulso fora feito.

D. João II teria sido responsável por um melhor direcionamento aos descobrimentos, ainda que não tenham sido em seu reinado os resultados, que couberam ao sucessor; “rejeitando a offerta d’aquelle que lhe pretendera dar um novo mundo, pareceu ter lido no livro do destino a partilha que Deos destinara aos portuguezes no novo hemispherio” ⁵⁷⁶. Para o autor, a recusa de Portugal em aceitar a proposta de Colombo de navegar rumo a oeste, fora motivada pela desconfiança frente ao estrangeiro, pela gana em promover a glória nacional, intenção na qual residuiu a “pretensão de se lhe roubar a gloria” ⁵⁷⁷; ao, contudo, enviar naus a seguir sua sugestão, testemunhara malogro, colaborando para lançar o plano do genovês no ridículo. A descoberta de Colombo tornou necessária uma nova repartição de limites para “assegurar á Castella as suas terras novamente divulgadas, e em cuja conquista não padece duvida quizeram intervir os portugueses” ⁵⁷⁸. Diante da demarcação feita pelo papa Alexandre VI, D. João protestou contra a determinação pontifical a respeito do curso que devia fazer a linha; atitude à qual Norberto atribui o resultado trazido pelo Tratado de Tordesilhas: fosse diferente, “o Brasil entraria na demarcação da Hespanha” ⁵⁷⁹. Assim, o Descobrimento da América contribui como argumento para que Portugal previamente considerasse a existência de terras quando Cabral partiu do porto: embora os reis católicos e Colombo procurassem manter o segredo em seus papéis, havendo entre eles grande receio de que os portugueses voltassem seus navios para aquelas regiões.

Norberto lastima a perda de documentos relacionados a partida de Cabral: a perda do Regimento dado ao capitão-mor, em especial. O autor acredita que elas revelariam se foi do rei ou de Cabral “esse o que quer seja das esperanças, curiosidade e vertigem descubridora” ⁵⁸⁰, posto que o navegador não poderia ter errado de tal maneira na viagem, que tão diferente daquela feita por Colombo se mostrou. As navegações deste, de Vasco da Gama, e de outros

⁵⁷⁵ Idem, p. 143

⁵⁷⁶ Idem, ibidem

⁵⁷⁷ Idem, p. 151

⁵⁷⁸ Idem, p. 155

⁵⁷⁹ Idem, ibidem.

⁵⁸⁰ Idem, p.162

predecessores, teriam ensinado aos portugueses, a desprezar o medo de se perderem no mar; também os progressos da arte náutica colaboraram de tal maneira que essa época ficou marcada com “um caracter particular”. A idéia de que teria havido uma tormenta, responsável pelo desvio da armada de Cabral rumo ao novo mundo seria questionável. Autores confiáveis não a citam e aqueles que a mencionam, possuiriam fontes duvidosas. Teria partido da afirmação da existência de uma tormenta o uso da palavra “acaso”, portanto, sem maior critério ou averiguação.

“Como é que tem o acaso sempre em taes acontecimentos maior parte que o espírito? É que o acaso trabalha sem cessar, emquanto que o espírito se detem por preguiça, muda de objectos por inconstância, repousa por lassidão e enojo, e é lançado em inacção por uma infinidade de causas moraes e physicas, domesticas ou nacionaes. É pois ao acaso ou a esse formigueiro innumeravel de homens que se agitam em todos os sentidos o que volvem seus olhos sobro todos os objectos que os cercam ou os attrahem , muitas vezes, sem o designio de se instruir, sem o projecto de descobrir , e só pela razão de terem olhos; é a elles que se devem a maior parte das descobertas”.

Atribuir ao acaso o descobrimento era, então uma forma de retirar ao empenho do espírito a empresa da navegação feita pelos portugueses. Somente duas forças são capazes de produzir resultados, operar transformações. Uma delas é o interesse e a vontade, que “agitam os homens” e os fazem curiosos diante do universo – curiosidade esta que por vezes não possui um sentido ou um projeto bem definido, é expressão apenas do desejo, do gosto de olhar. Por outro lado, opera na vida também o acaso, que trabalha incessantemente enquanto os homens mantêm-se em um estado acomodado e preguiçoso, alterável tão somente pela inconstância de seu gênio – ou seja, sem voluntariedade ou planejamento –tornando-se inertes segundo lhe dita suas tendências morais ou mesmo físicas, pessoais ou culturais. Percebendo a existência desta dualidade nas interpretações mais correntes acerca do Descobrimento, o autor critica aqueles que atribuíram ao acaso a descoberta do território que viria a ser o Brasil:

“Alguns escriptores nossos, taes como o esclarecido visconde de S. Leopoldo e o auctor do *Retrospecto dos erros das administrações do Brazil* não viram n’esse descobrimento, como Guilherme Fernando Raynal, sinão a obra do acaso, por isso mesmo que todas as proporções de engrandecimento que offerecia o nosso paiz foram desprezadas e elle retido nas pêas da ignorancia e do embrutecimento pelo longo espaço de três século mas aquelle que se glorificara de reunir ás suas armas a esphera, symbolo de seu poder universal, não podia deixar de se felicitar com dilatar o seu império pelas quatro partes do mundo, quando não o promovesse de motu proprio”⁵⁸¹.

Para Norberto, o estudo que poderia se fazer sobre a rota e o roteiro desenvolvidos por Pedro Alvares Cabral demonstraria que ele teve desígnios para sua empreitada. Ficaria mostrado,

⁵⁸¹ Idem, ibidem

caso a história da marinhagem e do caminho tivesse sido escrita, que Cabral teria navegado “encostando-se sempre para o oeste” ⁵⁸². Muitos mistérios envolveriam o acontecimento da descoberta; destarte, os louros da vitória obtida por Cabral teria sido os mesmos de Colombo: “injustiça”, “ingratidão”, “e também o esquecimento!...” ⁵⁸³. As honras feitas pelo rei a Cabral teriam sido grandes de início, mas posteriormente os prêmios foram escasseando, ao ponto de até mesmo seu túmulo ser ponto desconhecido, que somente um brasileiro, no XIX, descobriria a localidade ⁵⁸⁴.

As Memórias sobre o descobrimento do Brasil, publicadas em 1855, por José Joaquim Machado de Oliveira, são opostas àquilo que estabelece o texto de 1852. Machado determina sua opinião com uma afirmação contundente:

“li (...) a assaz bem elaborada quanto erudita dissertação do nosso illustrado consocio o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva, sobre esse programa, e bem me pesa que a conclusão que o nosso consócio tirou d’esse portentoso acontecimento, esteja em opposta extremidade a minha, pois que com tão distincto e ameno litterato desejára estar sempre de accordo” ⁵⁸⁵.

Com a margem dada pela discussão sobre o descobrimento, Machado apresenta sua interpretação sobre os portugueses, apresentados desde suas relações com o oriente como conquistadores e invasores ⁵⁸⁶, contra o qual se ergueria “o brado da insurreição e resistência compacta” por toda a Índia. Haveria uma preocupação central do rei português com relação às

⁵⁸² Idem, p 170

⁵⁸³ Idem, p.170

⁵⁸⁴ Em nota, é lembrado que fora Varnhagen quem descobrira o túmulo de Cabral e cita Vasconcelos de Drumond, que teria dito “É cousa notável que seja um Brasileiro quem descobrisse o jazigo onde repousam as cinzas do descobridor do Brazil, ignorado 300 anos de seus próprios” (Idem, p.204)

⁵⁸⁵ Oliveira, Joaquim José de Machado, “Memórias sobre o Descobrimento do Brasil – Algumas Considerações” *RIHGB*, Tomo XVII, 1855, p 294. Machado ficou sabendo do sorteio do tema abordado por Norberto e lançou algumas palavras sobre o assunto num trabalho cuja epigrafe foi “Brasil, Algumas considerações sobre o seu descobrimento”; deste extraiu um esboço que foi publicado no número 3 dos *Ensaíes Literários*, jornal acadêmico do Atheneu Paulistano e a íntegra para a *RIHGB*.

⁵⁸⁶ Começa abordando as cruzadas na Palestina, que deram ensejo a exploração dessa região; onde “por longo tempo derramou-se copioso sangue humano no meio de horrorosas matanças, e em derredor da cruz hasteada pelo fanatismo cruento, que encarnara em Pedro, o eremita”. O pioneiro nessas viagens tinha grande empenho na aquisição de riquezas, espírito de conquistas e o “fanatismo de religião”, que atuaram sobremaneira no período em questão. Não teria sido pelo incentivo das empresas rumo a Oriente, mas antes pelo de “dar pabulo ao alvitre ataviado de feições heróicas em grande voga na meia idade” que os portugueses buscaram pelo oceano atlântico a rota para oriente. Entretanto, ainda que tendo obtido “portentoso feito”, um “longo encadeamento de inauditos attentados e cruezas que assaz o desvirtuaram” fez com que ficasse eclipsado seu renome e os derrubado de um possível estado de elevação. Os “audaciosos aventureiros estabeleceram poder na Ásia, “arracando-a á viva força ao domínio originário das castas indianas” e mudaram sua riqueza para Portugal, “que tão dependente era de levantar-se do abatimento a que o lançara a luta sarracena”. Tal feito fora por obra de “atroz mão” que espoliou a terra de centenas, “tomando-as com violência para apanágio d’um senhor que nem por imaginação lhe podiam dar vulto”. Idem, pp 281-282.

questões da Ásia que não lhe permitiria atentar para outras regiões, ou até para a descoberta da América. Apenas aquele território interessava “com fascinação em muitos a avidez e a cobiça, em poucos, os prestígios da glória sustentada pelas armas, os embustes das considerações mundanas e em raros o sacerdócio da fé”⁵⁸⁷ – portanto, a frota de Cabral não poderia se destinar para outra região, idéia atestada pelo fato de que não era de bom lance” para uma navegação de longa distância⁵⁸⁸. Objetivava, sim, socorrer os portugueses no Oriente, em guerra contra a resistência imposta à sua invasão, a proteger o investimento mais interessante para o rei português, que mandava para lá “com immoderata afouteza”⁵⁸⁹ os poucos recursos do país. Assim sendo, não era possível dar atenção ao descobrimento da América, ocorrido oito anos antes, descortinada ao velho mundo “pelo afortunado Colombo”; não poderia perceber nele o acontecimento providencial, que iniciou uma reação contra o “domínio do erro dogmatisado em crença religiosa”: ou porque se pensava como ilusório o testemunho de Colombo, ou porque prevaleciam as idéias supersticiosas “que estigmatizavam a esse portentoso facto de irreligião e descrença da lei do Eterno inscripta nas sagradas letras”⁵⁹⁰. Supondo desta forma, a imagem do rei que não acreditou em Colombo se constrói ou sobre a descrença ignorante, cobiça e falta de percepção; ou sobre excesso de crença e aceitação de dogmas religiosos – de um jeito ou de outro, o monarca português era tolo, portanto.

Pouco favoráveis, os ventos e a monção tomados pela frota de Cabral não eram bons para navegação. Diante de fortes vendavais vindos da costa, Cabral, “que nem a ousadia tinha do seu illustre conterrâneo” desviou a navegação rumo a alto mar, fazendo a armada seguir rumo a oeste, “e por mares que lhes eram desconhecidos”. Portanto, por ignorância, covardia e quase por um pequeno desastre, Cabral navegara como ao acaso por dias, tendendo a ocidente sem que soubesse até chegar, sem se dar conta em terra, com surpresa para os navegantes. A terra encontrada atrairia todas as atenções, bem como diversas e absurdas conjecturas, “era o Brazil”:

“(…) que um dia, depois de rodados três séculos de escravidão e de ignomínia, seria uma portentosa realidade, avultando, e muito, entre as demais que se assentam no hemicyclo austral da América, era o paiz da Vera-Cruz, duramente conquistado ao gentilismo, por aquelles que, arrojando-se cavalheiros á

⁵⁸⁷ Idem, p 284

⁵⁸⁸ Idem, p 284

⁵⁸⁹ Idem, p. 283

⁵⁹⁰ Idem, p 284

África e Ásia a quebrar lanças de paladino, correriam de aventura a essa terra a ceifar vidas com o ardimento da cubiça, com as armas do sicário”⁵⁹¹.

A terra descoberta é apresentada já como o Brasil conhecido por Machado três séculos depois; estava predestinada a se destacar dentre as demais terras do Atlântico, não fosse pela mancha de ter sido três séculos escrava de homens que pretendendo-se cavaleiros sem o ser vieram a esta terra por ganas da aventura, mataram pessoas pela urgência da cobiça, por meios cruéis.

Machado de Oliveira qualifica o acontecimento de “maravilhosa eventualidade”, tendo muito de “imprevidência” e pouco de “pressentimento”, e flagra que estariam ocultas ou minimizadas para Portugal as instruções da astronomia e as indicações geográficas da escola de Sagres, “mais famosa para os estranhos do que para si” – isto é: Sagres teria rendido observações de importância que foram aceitas e bem aproveitadas por “nações mais avançadas em civilização e inteligência”⁵⁹².

Comparando os feitos de Cabral e os de Colombo, é atribuída uma ousadia e coragem a este que em muito faltaria àquele. O descobrimento da América fora fruto de gênio ativo e empreendedor, instruído pela ciência, guiado por experiência, planejamento e esforço, menos do que perseverança. O descobrimento do Brasil, por outro lado, fora obra “do puro acaso” e assim “denega-se-lhe o mérito e a legitimidade que comporta o grandioso feito do impávido genovez”⁵⁹³. Ainda, e a um só tempo, Machado critica a administração colonial lusitana que se seguiria ao descobrimento – administração esta que seria responsável pelo longo período em que o território naturalmente rico do Brasil foi local de atraso, tendo ficado preso aos grilhões de uma relação monopolizada com uma metrópole menor, enfraquecida e pouco produtiva.

“(…)este demaziado precaver (...) só com o fito de evitar perigos, que já anteriormente tinham sido afrontado, e a que a insciencia afigurava de grandes proporções, deo o Brazil á coroa de Portugal, atando-o com vínculos de ferro, sujeitando-o pelo terror e desolação a um dos mais pequenos estados da Europa; envolvendo-o só com suas vicissitudes e decadencia; tendo-o em commum só em seus revezes; subtrahindo-o por mais de trez seculos áquella prominencia, a que dava-lhe jus sua pozição no globo, a perenne sanidade de seu clima, e seus grandes elementos de riqueza e opulencia; postergando-o emfim um seculo na carreira da civilização comparativamente com outras regiões da América”⁵⁹⁴.

⁵⁹¹ Idem, p. 285

⁵⁹² Idem, ibidem

⁵⁹³ Idem, p. 286

⁵⁹⁴ Idem, ibidem

Isto é, a descoberta de Cabral teria sido, de certa maneira, a prévia de uma empreitada desvantajosa, cujos resultados eram pífios. Na verdade, a causa mais direta para o descobrimento teria a precaução – vã, diga-se de passagem, pois os perigos não eram tão grandes e já haviam sido enfrentados – do navegador em passar pelo Cabo da Boa Esperança, resultando no desvio accidental de sua rota. A crítica ao Descobrimento é diretamente proporcional ao mau gerenciamento dos portugueses no Novo Mundo. De fato, a demasiada precaução e a falta de conhecimento de Cabral deram origem a um acidente que por sua vez desencadeou para o Brasil anos atribulados e degenerados de escravidão, prisão, miséria, na associação com uma nação européia de menor importância – que somente pôde transmitir à sua colônia problemas e fraquezas. Tudo isso contrariava aquilo ao que o Brasil, pelo seu imenso potencial natural, estava destinado a ser. Portugal era, portanto, agente principal do atraso brasileiro.

Antônio Gonçalves Dias, tomando parte destes debates, escreve também algumas reflexões, lidas na sessão do Instituto de 26 de maio de 1854. Dias decide falar do assunto por conta de já ter pensando a respeito dele, ainda que acidentalmente, em um trabalho sobre o Brasil e a Oceania. Naquela oportunidade, comentara que o feito de Pedro Álvares vinha para "provar à humanidade (...) que o destino, o acaso, a fatalidade valem mais muitas vezes do que as forças todas da inteligência" ⁵⁹⁵. Com base nos estudos a que se dedicou para escrever este trabalho, o autor reflete sobre o evento, considerado “a primeira e singela página da nossa história”. No texto sobre o *Brasil e Oceania* comentava que Pedro Álvares fora sim afastado de seu caminho por força de torrentes incontroláveis e pelo acaso, de maneira a provar “que o destino, o acaso, a fatalidade valem mais muitas vezes do que as forças todas da intelligencia combinadas com os esforços da perseverança e da magnanimidade” ⁵⁹⁶. Em outras palavras, o acaso pode superar a vontade.

Dias entende que para Colombo a notícia de terras não influíra na procura e descoberta; tanto quanto para Cabral, a ausência de conhecimento não era fator impeditivo para o descobrimento. Ambos, portanto, eram vitórias do acaso. Mostra que na recusa feita pelo rei português ao pedido de Colombo não houvera cálculo, mas sim descrença nos projetos

⁵⁹⁵ Dias, Antônio Gonçalves, “Reflexões acerca da Memória do Illustre Membro o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva” In: *RIHGB*, Tomo XVII, 1855, p 304

⁵⁹⁶ Norberto fora o parecerista deste trabalho de Dias, e este comenta que aquele notou sua opinião contrária e não a refutou abertamente, embora a posição apresentada em sua memória o escusasse disto; assim ele não deixou passar em silêncio a afirmação “ou antes contradicção” que nas minhas palavras se continha. Idem, p. 290

apresentados por este, que era caracterizado então como falador, fantástico e “de imaginações” a quem davam pouco crédito. A discordância de Dias frente a Norberto toca ainda no assunto das fontes: é questionada a suposta escassez documental na qual Norberto se baseara para provar que em Portugal havia conhecimento das terras. E a emenda na bula do papa Alexandre VI não teria o sentido de incluir as terras descobertas na demarcação da coroa da Espanha. Dias acredita que pela maneira como o rei se exprimira na carta, os portugueses pretendiam intervir nos descobrimentos por outros pretextos: objetivavam “embaraçar o progresso marítimo de uma nação rival”, sob quaisquer pretextos que se apresentassem. D. João II ressentira-se das descobertas de Colombo porque supôs que foram feitas dentro dos mares e regiões da Guiné.

Conforme o fez Norberto, Dias lembra Caminha, que terminaria sua carta com uma frase que daria a entender que ele não saberia também das terras anteriormente, quando aconselha o rei: “Tem bom corpo e bom rosto (...) e Deos, *que aqui nos trouxe*, creio que não foi sem causa”

⁵⁹⁷. Esta frase é assim interpretada:

“Caminha não teria por certo escripto essas palavras, não teria por tal forma appellado para a religião do rei, argumentando com os desígnios da Providencia, si a descoberta do Brazil tivesse sido intencional. O rei mesmo, si tal descobrimento houvesse entrado em suas vistas, si nas instrucções que deu a Cabral alguma coisa houvesse que a isso se referisse, ter-lhe-ia podido responder ‘Enganai-vos meu Caminha; não foi Deos que vos levou, fui eu que vos mandei lá’. Mas não foi isto o que pensou o rei de Portugal ao receber a carta de Caminha, a do mestre João e as de outros companheiros de Cabral; (...)” ⁵⁹⁸.

A postura do rei, ao contrário, fora de reputar como se fosse milagre o descobrimento do Brasil. Assim, faria sentido atribuir ao acaso este acontecimento. A providência estaria agindo igualmente em todo acontecimento de importância na história, por meios que não eram sempre dados ao homem conhecer. No Descobrimento, o acaso agiu pelas correntes atlânticas.

Outros elementos corroboram esta idéia. O número de naus que compunha a frota, por exemplo, jamais havia sido utilizado para fazer descobrimentos. A viagem de Cabral, segundo Dias, diferente das outras, que foram de exploração, tinha sentido comercial: “suas naus conduziam mercadorias e não é em navios carregados de gêneros de commercio que se projectam descobrimentos” ⁵⁹⁹; não exporiam vidas e riquezas a serem “tragadas pelas ondas em uma tentativa de descobertas”. Ainda, se Cabral, mesmo que de passagem, tivesse recebido instruções para possibilidades de descobrimentos, quando estes fossem levados a cabo, ele não hesitaria em

⁵⁹⁷ Idem, p.313

⁵⁹⁸ Idem, ibidem

⁵⁹⁹ Idem, p.317

ser o portador da notícia de volta a Portugal. Ao contrário disto, descobriu o Brasil, sem maiores averiguações da terra descoberta segue a viagem, dando ao “acidente” um cuidado não maior do que “a atenção que podia sem transtorno do serviço de que se achava incumbido”. Seu objetivo era chegar ao comércio com o oriente, assim sendo o máximo que pôde fazer foi enviar um navio para Portugal com a notícia.

Acrescenta que o método de navegação daquele período era bastante imperfeito e impreciso. Os instrumentos disponíveis não seriam capazes de auxiliar verdadeiramente na viagem e eram “motivo de divergências entre eles, ou porque fossem realmente imperfeitos, ou por não saberem bem usar d’elles” ⁶⁰⁰. A título de conclusão, Dias retoma a Memória com a qual debatia, flagrando nela acurado estudo e intensa reflexão, combinando de maneira engenhosa os historiadores disponíveis. Com isso disfarçou pela “força de seu talento” a “fraqueza de sua causa”, produzindo um trabalho “erudito, agradável e fácil”, “prova de seu bello engenho” e também da regra conhecida “de que nem sempre a verdade está nas condições da verossimilhança” ⁶⁰¹.

Para Heloísa Bertol, quando Machado de Oliveira e Gonçalves Dias questionaram a intencionalidade do descobrimento do Brasil, tirando dele o perfil de empreendimento proposital e rigorosamente planejado, estariam de certa maneira diminuindo a importância e responsabilidade portuguesa na descoberta e conseqüentemente, na origem do Império. Tal argumento não deixa de sugerir que a colonização portuguesa fora também casual, o que justifica de certa maneira o direito “à independência do país, outro fato que foi interpretado como marco da história do Brasil” por meio da minimização do “papel dos portugueses na história do país” ⁶⁰².

Devemos pontuar, não obstante, que o acaso é diferentemente compreendido por estes dois autores, resultando em sentidos igualmente diversos para o trabalho dos portugueses. Dias compreende o acaso como uma força “maravilhosa”, colaboradora dos destinos de portugueses, também de brasileiros. Suas observações não dão margem para a análise da colonização portuguesa, sobre o estado econômico, moral, material à época do descobrimento, muito menos sobre de que maneira Portugal se relacionou com o Oriente. Não há em sua recusa da intencionalidade o sentido claro de crítica ao empreendimento lusitano como ocorre no texto de Machado de Oliveira. Para este, o descobrimento parece ser mais do que casual: é quase uma

⁶⁰⁰ Idem, p.324

⁶⁰¹ Idem, p. 327

⁶⁰² Domingues, Heloísa M. Bertol, Op. Cit, p 65

fatalidade, não sendo obra do destino (posto que o destino já deixara na natureza monumental a indicação do que pretendia para o Brasil), mas da desastrada atitude dos portugueses. Aliás, sua interpretação parece seguir uma espécie de lei da causalidade, segundo a qual um efeito somente poderia produzir um resultado que lhe fosse de semelhante natureza: o desastre da tempestade, a falta de conhecimento e a covardia trouxeram a esquadra cabralina, que abriu portas para o desastre da escravidão, da colônia, a falta de liberdade ou de desenvolvimento impostos pela metrópole, o atraso. Todas essas desgraças só encontrariam seu termo com a Independência do Brasil, quando finalmente era retomada a marcha da grandeza. Vê-se, portanto, uma interpretação que não necessariamente questiona o Descobrimento enquanto marco da História do Brasil: ao invés de ser um ponto de origem válido, todavia, ele é uma mancha – cuja longa duração impede que se deixe de mencionar – na história de uma nação que era destinada a estado superior – destino que retoma quando torna-se independente.

Dias se aproxima do trabalho de Machado de Oliveira somente ao referendar o acaso, enquanto se afasta da interpretação da intencionalidade proposta por Norberto. Ao fazê-lo parece apaziguar os dois pontos: a crítica ferrenha de Oliveira, e a defesa relativa dos portugueses de Norberto. Os meios deste apaziguamento foram a leitura de documentos e o tratamento dos aspectos históricos – atitude muito similar à que tivera em 1853, quando chamou de volta à ciência a discussão de limites entre Brasil e Montevidéu. Parece ter sido bem sucedido em seu intento, posto que Machado de Oliveira não retornou ao diálogo – apenas Norberto fez-lhe uma réplica⁶⁰³. Por outro lado, o apaziguamento empreendido por Gonçalves Dias não deixou de ser uma censura, ao desconsiderar importantes argumentos levantados de Machado e não dialogar com eles. Silenciando-se sobre eles, alijou-os de sua análise, agindo de maneira similar àquela como os políticos conservadores trataram as dissidências liberais durante a Conciliação⁶⁰⁴.

⁶⁰³ Lida durante as sessões de 15 de setembro, 13 de outubro, 24 de novembro e 7 de dezembro de 1854, parece ter se mantido mais próximo do debate intelectual. Ele diz que não escreveria um novo texto, não houvesse Dias animado-o à pesquisa e ao debate quando disse que "outras considerações se podem fazer, que, se não resolvem, dão ao menos grande luz à questão que se ventila." Para a qual pediu autorização a Dias, na sessão em que este lera suas *Reflexões*, diga-se de passagem. Silva, J. Norberto de Souza "Refutação às Reflexões do Digno Membro Sr. Dr. A. Gonçalves Dias". RIHGB, Tomo XVII, 1855, p352

⁶⁰⁴ Idéia que se fortalece se destacarmos que Dias se aproximou do governo na década de 1850, quando observou, sob encargo imperial, o desenvolvimento da instrução pública; colheu documentos sobre a História nas províncias do norte; foi primeiro oficial da secretaria de Estrangeiros e em 1854 novamente coligiu documentos – desta vez em Portugal, com comissão especial similar àquela que fora ao Norte. Esteve, portanto, próximo dos gabinetes nos anos de *Conciliação*

A interpretação dada por Dias encarou o acaso do Descobrimento relacionando-a com as correntes do Atlântico, o que Norberto considera positivo: que não mais a imprevidência seja interpretada como decorrência de tempestades no Oceano, “como repetiram alguns historiadores menos conscienciosos, e como á face do paiz o proclamara o illustrado conego Januário da Cunha Barbosa, tão entendido nas cousas da pátria” ⁶⁰⁵. Dentre as críticas e refutações meticulosamente arranjadas, Norberto aponta que Dias teria tomado de Caminha uma única frase com o sentido de corroborar que o descobrimento fora mero acaso, e lhe deu uma interpretação segundo suas próprias idéias, mas “sem as honras da invenção, porque essa compete por certo a Navarrete” ⁶⁰⁶; a frase estaria na verdade refletindo a idéia de Caminha de catequizar os índios, e dizia “que Deus que aqui os trouxera não fora sem causa”. Responde Norberto:

“Acha o auctor que no acaso ou em todo o facto e acontecimento de alguma importância que se dá contra a nossa previsão ou expectação, intervém a Providencia, e Caminha não teria appellado para a religião do rei argumentando com o desígnio da Providencia, si a descoberta do Brazil fosse intencional; – de maneira, que quando o homem marcha ao acaso, é guiado pela providencia, e quando intencionalmente, esta longe de apoiar os seus esforços, o abandona!” ⁶⁰⁷.

Afinal, a religião, naquele século, também participava de todos os acontecimentos extraordinários. Para o cristão, nada se faria sem Deus, e os marinheiros foram em peso, antes da viagem, pedir pelo auxilio dos céus. Mesmo Colombo atribuiria seus feitos a uma vontade divina e a miraculosas inspirações, e, pior, havia morrido na crença de ter tocado as costas da Ásia sem que, por isso, lhe fosse tirado os louros de sua vitória. Cabral, ao contrário, não recebe a homenagem devida, pela história e nem pelos brasileiros, que lhes devem a pátria, a língua e a religião.

Muitas e disformes contrariedades manchariam a primeira página da história do Brasil. Norberto julga que Dias deveria guiar o zelo de sua leitura e pesquisa para “cavar no abysmo do passado” documentos que faltam, escrevendo nova memória para o lucro da história, e “não ficaria o descobrimento do Brazil entregue às supposições de ter sido ou não devida a um mero acaso” ⁶⁰⁸. Respondendo brevemente ao texto de Machado de Oliveira, afirma que aquele não

⁶⁰⁵ Idem, p. 336

⁶⁰⁶ Idem, p. 380

⁶⁰⁷ Idem, p. 381

⁶⁰⁸ Idem, p. 395

poderia modificar suas opiniões pela leitura do programa escrito por Norberto: “a haver erro da sua parte, somente outras razões que não as de meras probabilidades poderão dissipá-lo” ⁶⁰⁹.

No relatório de Caetano Alves de Sousa Filgueiras, segundo secretário que discursa na sessão aniversária de 1860, também aborda-se o papel da providência no enlace entre os “fatos da humanidade e criações da natureza”, e a “rigorosa dedução de princípios e conseqüências” ⁶¹⁰; com este recurso de análise, constrói uma imagem da do Descobrimento um tanto diversa. Afirma haver na História do Brasil vários exemplos da verdade acima postulada; inclusive entende o dedo da Providencia impelindo para o ocidente as embarcações de Cabral, para produzir mais tarde a descoberta da terra de Santa Cruz. Para ele, o reinado de Pedro II não seria resultado tão somente dos eventos de 7 de abril de 1831, mas o símbolo do “grande período da educação do infante americano, *nascido aos 7 de setembro de 1822 nas margens do rio Ypiranga*” ⁶¹¹. Nesta interpretação, portanto, há um espaço específico para o Descobrimento do Brasil: fora fruto do acaso que tombou na Terra de Santa Cruz; momento em que não era ainda Brasil, mas sim sua semente. O nascimento do Brasil viria com sua Independência, e o polêmico episódio da abdicação fora parte de uma trajetória de crescimento do “infante americano”.

Filgueiras entende o encaminhamento dos processos de transição da seguinte forma: o mundo caminha da enxada para a máquina, da força para o engenho, da conquista para o apostolado, da espada para a imprensa. Neste processo, a Providencia, pela mão dos navegantes, pôde semear na África e na Ásia, nas ilhas e no continente, os potenciais para novas civilizações, “centelhas para os futuros fochos que deviam um dia aclarar as brenhas inhospitas” ⁶¹². Cabral aqui é “inocente instrumento dos divinos planos”, que ergue “a tela que encobria o imenso e magestoso scenario em que se iam desenvolver os fecundos eventos da nova civilização”. A fertilidade da descoberta se completa com o espírito mercantil, para sua exploração – era, pois, necessária a vinda de uma população inteira, dar-lhe interesses locais, prende-la ao solo por laços aos seus instintos e razão; “o espírito mercantil” vem em auxilio, revelando à Europa “gasta e ambiciosa” que a terra de Santa Cruz continha riquezas, era fonte de produtos, um ambiente propício à pesquisa; e então “os alicerces do futuro império já não careciam de operários: – o

⁶⁰⁹ Idem; pp. 395-396

⁶¹⁰ “Sessão pública aniversária de 1860”. In *RIHGB*, 1860, p. 659

⁶¹¹ Idem, p. 659. Grifo nosso.

⁶¹² Idem, *ibidem*

Brasil, isto é, o Brasil livre, o Brasil de Pedro II, o Brasil de hoje – estava em embrião”⁶¹³. Os filhos da colônia são produtos da natureza destas terras banhadas pelo Atlântico e da Providência, que através deste mesmo oceano trouxe o Descobrimento; estes filhos são pontos iniciais de uma nova tradição – separados, portanto, do passado de Portugal:

“N’um povo que o acaso reúne, que o interesse liga, sem tradições de avós, sem educação do sangue, mas que antes de um século sonha com a independência, antes de dous morre pela liberdade, e que apenas completa três proclama e firma ambas sobre fundamentos sólidos, sem terríveis abalos, sem sangue e sem horrores, n’um povo que assim tão rapidamente se transforma é tão clara e efficaz a intervenção da Providencia que o espírito finito do pensador curva-se reverente ante a omnipotencia e sabedoria desse espírito supremo que, apesar da calma ou da borrasca, guia certa a humanidade a um fim”⁶¹⁴.

Essa interpretação sobre o esforço dos portugueses em colonizar as terras descobertas em muito se assemelha àquela estabelecida nos primeiros tempos do Instituto, de que falamos no capítulo anterior. Na verdade, a fala de Filgueiras retoma a idéia que aos poucos se delineou no Instituto, nos tempos ainda de seus fundadores – entretanto, com algumas nuances. Segundo aquela interpretação, a colonização formou um braço do rio da História dos portugueses⁶¹⁵ e fez com que estes, ao atravessarem o Atlântico, se tornassem um novo povo, com especificidades a serem claramente determinadas. Essas especificidades, por vezes são identificadas como expressões já de patriotismo brasileiro, como foi o caso da análise que fez Fernandes Pinheiro da *Batalha dos Guararapes*, em 1866. Tratando destes que considerou brilhantes feitos de armas na historia do Brasil colonial, contemplou com admiração aqueles homens que como se tivessem sido esquecidos pela metrópole lutaram com uma das primeiras potencias da Europa, tendo somente em seu patriotismo o recurso para vencer.

A associação inevitável entre a História de duas nações faria com que fossem irmãs e no IHGB expressou-se a percepção disto em 1866 na atribuição do título de sócio honorário a

⁶¹³ Idem, p. 660

⁶¹⁴ Idem, p.661

⁶¹⁵ Esta idéia colaboraria para que houvesse o interesse em conhecer a História de Portugal e que trabalhos sobre este tema também circulassem no Instituto. Em 26 de setembro de 1851 Pereira da Silva oferece a obra *Historia de Portugal restaurado por D. Luiz de Menezes, Conde da Eryceira*, em 2 volumes. Em 5 de dezembro de 1862 a Secretaria de estado dos negócios do Império remete o manuscrito *Balança geral do commercio do reino de Portugal, com os seus domínios e nações estrangeiras no ano de 1814*. Faz parte de uma coleção remetida em agosto do ano pela mesma secretaria. Em 13 de maio de 1864 Academia real das Sciencias de Lisboa enviam vários textos, dentre os quais o tomo 9º do *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, pelo visconde de Santarém. Em 2 setembro de 1864 Rohan, por intermédio de Norberto, oferece: *Synopse Historica Genealogica e Chronologica dos reis de Portugal e dos Imperadores do Brasil*. Em 8 de maio de 1868, Joaquim da Silva Mello Guimaraes envia mapa das fragatas portuguesas que se incorporaram à armada do sul, 1774-1776 e Affonso de Castro oferece sua obra sobre possessões portuguesas na Oceania.

Alexandre Herculano. Este, ao aceitar a honra comunicava que seu trabalho pertencia à literatura que se podia chamar tanto portuguesa quanto brasileira, porque pertencendo ambas no passado a um só corpo, estavam agora divididas antes por acidentes do que por reais diferenças; posto que a identidade idiomática criava laços indissolúveis mesmo no futuro.

A modificação feita por Filgueiras na idéia da Colônia como braço da história de portugueses com traços próprios em novo terreno, é a recolocação do ponto do nascimento – agora está na Independência, e não mais no próprio Descobrimento. O ano de 1500 não parece ser, em sua fala, o ponto de partida, o início de um galho de uma árvore pré-existente. Lançada por outra árvore, é uma semente que brota na terra fértil, de maneira a dar origem a uma planta nova – naturalmente independente da outra, portanto.

O Instituto continua pesquisando as especificidades da colonização portuguesa no Atlântico, de maneira a determinar não só os gestos e caminhos pelos quais sua atuação se deu, mas também pontuando que tais particularidades firmam uma nação – com culturas, lógicas, pensamentos e natureza, principalmente, que lhes são únicos. Tal imagem da colonização, como se sabe, colabora para o reforço da Independência do Brasil como um evento inevitável, esperado, natural, sem atritos.

Além de estudos sobre a aclimação de animais e de plantas, introduzidos pelos conquistadores (feitos respectivamente por Sousa Fontes ⁶¹⁶ em 1855 e Freire Allemão em 1856), e de trabalhos que mencionavam o empenho de portugueses na defesa de territórios contra invasão de outras nações ⁶¹⁷, abordam-se outros detalhes que digam respeito àqueles tempos. Na sessão de 6 de junho de 1851, por exemplo, Varnhagen, como 1º secretário recém eleito, participa a oferta de José Maria Velho da Silva de uma obra de Ferdinand Denis sobre uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550, seguida de um fragmento do século XVI versando sobre a teogonia dos antigos povos do Brasil e poesias de Cristóvão Valente, em tupi ⁶¹⁸. Em 14 de

⁶¹⁶ José Ribeiro Sousa Fontes era médico e militar. Participou da Guerra do Paraguai, em 1865 e em outras ocasiões acompanhara Pedro II em suas viagens.

⁶¹⁷ Expressado em memórias, como a de 28 de maio de 1858, lida por Fernandes Pinheiro na ordem do dia sobre a França Antártica.

⁶¹⁸ Naturalmente, outras participações podem ser citadas: Em 1853, o Imperador distribui programas, dentre os sócios, nos quais constavam: *Qual foi a influencia que exerceu a inquisição no Brasil?* – ao Conselheiro Diogo Soares da Silva de Bivar; *Quais são os vestígios existentes no Brasil que possam provar uma civilização anterior à conquista dos Portugueses?* – a Gonçalves Dias; *Se a descoberta do Brasil concorreu para a inovação da ortografia e estilo da língua portuguesa?* – a Thomaz Gomes dos Santos; *Quais foram as diversas atribuições dos capitães-mores do Brasil desde sua origem até sua extinção?* – a Joaquim Maria Nascentes de Azambuja. Em novembro deste mesmo ano, Dias apresenta uma série de programas para sugerir aos seus colegas que discutissem ou dissertassem, dentre eles estão, além de questões relacionadas ao impacto da Companhia de Jesus no Brasil: *Qual ou quaes os*

agosto de 1863, Moreira de Azevedo lê a primeira parte de seu trabalho *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*, que foi publicado na Revista no ano seguinte. Quando na sessão aniversária daquele ano Fernandes Pinheiro comenta este trabalho, menciona que se trata de estudo sobre as “peripécias por que teve de passar na cidade de Mem de Sá o maravilhoso invento de Faust e Guttenberg”⁶¹⁹ e que o conde de Bobadella, “rompendo os diques da suspeitosa política colonial, animou os tímidos esforços de Antonio Izidoro da Fonseca, protomartyr da imprensa brasileira”⁶²⁰.

O interesse sobre a vida da colônia e do trabalho do luso-brasileiro como defensor do Brasil também é lembrado no empenho acerca da localização do túmulo de Estácio de Sá. Na mesma sessão, o diretor da secretaria de estado dos negócios da agricultura, comercio e obras, comunica a deliberação do frei Caetano de Messina, prefeito dos missionários capuchinhos, de abrir o jazigo em que estava sepultado Estácio de Sá⁶²¹.

Sobre a administração portuguesa especificamente, são lidas ofertas de ordens régias, decretos, livros de sesmarias. Em 5 de julho de 1866 Claudio Luiz da Costa apresenta, remetidos por Antonio Henriques Leal, do Maranhão, cópias de uma série de documentos nas quais há justamente escritos desta ordem. Dentre eles também uma *Dita das descrições e levante de Pernambuco de 1710 e 1711*. Nas páginas que compunham uma história colonial, passou a haver uma preocupação em tratar das Revoluções. Na verdade, motins e revoltas ocorridas em toda a História do Brasil estiveram nas páginas da Revista e na ordem do dia; o tratamento dado a elas,

efeitos da descoberta das minas de ouro e diamantes no Brazil, sobre o seu commercio, agricultura e colonisação?; O que era o senado da camara do Brazil durante o regimen colonial? Em que épocas foram sendo creados? Como se compunha o senado? Quaes as suas attribuições? Quaes os privilégios e regalias de seus membros?; Que conceito deve merecer a tradição histórica da viagem de Aleixo Garcia ao Paraguay e Peru? Sobre as discussões dos membros do Instituto acerca do papel do jesuíta na História do Brasil, conf. DOMINGOS, Simone Tiago *Política e Memória: A Polêmica sobre os Jesuítas na Revista do IHGB e a Política Imperial (1839-1886)*. Dissertação/Mestrado. Departamento de História. IFCH/Unicamp. Junho de 2009

⁶¹⁹ “Sessão pública aniversária de 1863”. In *RIHGB*, 1863, p. 918

⁶²⁰ Idem, *ibidem*

⁶²¹ Foram nomeados alguns membros para assistir ao ato. Em 21 de novembro de 1862, Sousa Fontes, Norberto e Carlos Honório propõem para membro correspondente o senhor Francisco Ferreira de Abreu servindo de título para sua admissão os seus trabalhos publicados e especialmente a análise química que fez nos restos mortais de Sá. Na mesma sessão, Sousa Fontes leu um relatório feito por ele em conjunto com Ferreira de Abreu, sobre a exumação daqueles restos. Sobre este trabalho, o Instituto resolveu que ficariam confiados ao prefeito dos religiosos capuchinhos na igreja onde estavam até janeiro do ano seguinte, quando se acharia um jazigo definitivo, no mesmo lugar onde foram achados. Na sessão magna daquele ano, o primeiro secretário Fernandes Pinheiro informa que o Imperador esteve presente na exumação; e querendo que se cunhasse sua autenticidade, o determinou que fossem examinados os ossos por dois professores da faculdade de Medicina da corte, e um arqueólogo que consignasse por escrito o fruto de suas esmerilhações sobre a vida e feitos de Sá, que vencera os tamoios e se tornara “protomartyr do domínio portuguez nas magestosas margens da Guanabara”

no entanto, é bastante particularizado e expressa também referenciais políticos do momento em que ocorriam os debates.

3. “Poupar submissos, debelar soberbos”⁶²²: conciliar motins da História nacional

Segundo Izabel Marson, conflitos diferentes marcaram a história do Império, de maneira a agitar não somente seus cotidianos, mas também transparecendo na bibliografia produzida, nos parlamentos e nas disputas entre grupo políticos. Fora deste espaço, inúmeros conflitos participados por diferentes indivíduos da sociedade, desde comerciantes, militares, homens livres até escravos faziam com que ficasse evidente que aquela era uma “sociedade intrincada em sua configuração de interesses” ⁶²³. Sendo assim, o tema *Revolução* de alguma forma se faria presente na argumentação daqueles que pensavam a História do país; em sendo questão de profunda gravidade, deixando nuances de sua relevância para a vida, de tantas formas, na sociedade, na economia, na política, e ainda que muitas vezes o interesse maior fosse o de silenciar, a realidade dos conflitos não podia ser evitada. Assim, se o quadro de confrontos “foi, certamente, um forte motivo para que o tema Revolução se projetasse na história do Império”, de maneira que tivesse se tornado “a principal referência do debate político desde 1822 até 1850” ⁶²⁴, veremos no IHGB a atuação dos sócios nas reflexões sobre o tema. No período da Conciliação, entretanto – e considerando que a experiência de revoluções no passado poderiam redundar em conflitos para o presente – os sócios trataram destes assuntos de maneira mais contida e velada. Em questões melindrosas, quando a análise poderia levantar uma crítica à monarquia constitucional, ou ao Imperador, é posta uma defesa à atuação dos portugueses, da coroa lusitana ou de repressores dos motins. De todo o modo, como comprovam algumas ofertas, o tema geral da *Revolução* estava presente ⁶²⁵; ainda que houvesse tentativas de comedimento no IHGB, os ruídos da agitação eram ouvidos lá dentro.

⁶²² Referência ao verso de Virgílio, *Eneida*, que segundo trabalho já citado de Izabel Marson, daria o tom à Conciliação como uma pacificação violenta, na qual o acordo é feito não com um adversário em pé de igualdade em diálogo, mas um outro derrotado, humilhado. Outra estratégia levada a cabo na Conciliação foi a de alijar do poder as dissidências mais radicais e figuras do conservadorismo entendidas como regressistas, de maneira que elas não apresentam voz ativa no diálogo, que passa a se dar entre pares que possuem idéias mais próximas. MARSON “‘Poupar os submissos e debelar os soberbos’: humilhar para ‘conciliar’ Op. Cit, 2005

⁶²³ MARSON, Izabel *Política, história e método em Joaquim Nabuco: Tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p.21

⁶²⁴ Idem, p. 22

⁶²⁵ O tema da *revolução* é buscado também na história de outros países. Em 21 de junho de 1866 Francisco Balthazar da Silveira oferece *Diário da ultima revolução dos Estados Unidos da America*. Em 31 de maio de 1867 é

Três episódios de *Revolução* ganhariam espaço maior e não seriam abafados de forma tão clara – pois o enfoque que receberiam os pacificaria. Dois deles se referem ao mesmo período de agitações, sobre o qual mais comentaremos ao final do capítulo: a Confederação do Equador e a Independência. O terceiro teve sua abordagem como resultado do esforço de um sócio, que julgou que poderia ser tempo de lhe lançar luz – a Inconfidência Mineira.

Joaquim Norberto, sempre tão presente nas discussões mais salutares da História do Brasil no IHGB em meados do século, em 1859 propôs que se pedisse ao ministro do Império a sentença proferida pela alçada contra os conjurados Mineiros de 1789, e quaisquer outros documentos relativos, existentes na Biblioteca publica da corte. Também indicava o interesse em pedir documentos semelhantes de outras instituições similares ⁶²⁶. Em 31 de agosto de 1860, nova proposta de Norberto é lida e aprovada: um pedido dirigido a Miguel Maria Lisboa, ministro enviado do Brasil à república Norte-Americana, para examinar o destino da comunicação feita ao congresso daquela república por Thomaz Jefferson sobre o que se passara entre ele e José Joaquim da Maia em 2 de outubro de 1786, nas ruínas de Nimes, acerca da Independência do Brasil.

Ao seu pedido, Norberto somou um programa histórico, naquele mesmo mês repassado a Perdigão Malheiros, que ficou incumbido de desenvolver o tema:

“O facto da realização da independência nacional rehabilitou por si só a memória dos réos da inconfidência de Villa Rica de 1789? No caso negativo, será necessária uma medida especial? De que natureza deva ser? Há precedentes na legislação do Império? Como a poderá conseguir o Instituto Histórico em veneração às paginas da historia das primeiras tentativas da nossa independência, ainda manchadas com o ferrete da infâmia da legislação portugueza em virtude da sentença da alçada que os condemnou?”

apresentada uma *Descrição de uma nova carta de historia, que contém uma vista das principaes revoluções dos impérios do mundo*: oferta de Juvenal de Mello CarramANHOS.

⁶²⁶ Do ministro da Guerra cópia da ordem do dia relativa a formação dos corpos pagos do exército existente na capital por ocasião da execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, bem como qualquer livro concernente à conspiração mineira daquele ano. Outras sugestões de pedidos a autoridades administrativas similares encadeavam-se na proposta; ao ministro provincial do convento de Santo Antonio – para que remetesse ao Insituto toda a correspondência, reservada ou aberta, entre a autoridade eclesiástica respectiva e as autoridades civis, ou o que constar sobre as ordens dadas relativamente às confissões dos indivíduos que figuraram na conjuração, presos em diferentes “segredos” d’esta corte, entre 1789-1792, bem como tudo o mais que puder servir á história desta conjuração, em seus menos importantes pormenores. À administração da venerável ordem terceira da penitencia da corte, cópias de ordens dadas pelo Vice-Rei D.Luiz de Vasconcellos e Sousa, quando mandou praticar, no edifício do hospital daquela ordem segredos para os presos incomunicáveis da conjuração mineira ou quaisquer informações que constar a respeito. Do Rev. Prior do convento das carmelitas, cópia do sermão que pregou Frei Fernando de Oliveira Pinto no *Te-deum* que se cantou em ação de graças “pelo beneficio de ficar esta cidade livre do contágio da conjuração mineira”. Da câmara municipal da corte, cópia de todos os atos relativos à conspiração mineira de 1789, existentes em seu arquivo, bem como o que constasse das atas do antigo senado relativo ao mesmo objeto desde 1789 até 1792. Já na primeira sessão da década de 1860, respostas foram obtidas.

A apresentação do programa histórico, podemos pensar, talvez pedisse licença para finalmente discutir o assunto da Inconfidência, bastante delicado mas que ao mesmo tempo, lembrava de alguma maneira o valor de indivíduos que passariam a ser identificados como brasileiros, por já procurar desprender-se da tutela portuguesa.

Finalmente, na ordem do dia de 23 de novembro de 1860, Norberto obteve a palavra e mostrou a que vinham suas sugestões: leu uma parte de sua memória intitulada *A Conjuração Mineira*, que se baseava em grande fonte documental que ele mesmo estimulara vir ao Instituto. Na sessão aniversária, a leitura do relatório do segundo secretário Caetano Alves de Sousa Filgueiras trouxe um comentário sobre este trabalho. O consócio, segundo ele, reabilitava a memória de compatriotas que teriam expiado pela morte e pelo exílio a idéia grandiosa da independência da pátria e que antes de seu esforço os fatos não estavam claros – julgava-se com os juizes, acreditava-se em suas palavras, “sem ouvirem-se os implicados”. Era preciso indicar o lugar da ação, seu tempo: “sem dar-se a cada scena seus pormenores, as suas peripecias, os seus actores com seus caracteres e physionomia, com seus pensamentos e palavras”, a historia ficava presa em um labirinto, a “sentença”.

“Os severos juizes tinham julgado os conjurados, e a história não podia julgar porque a conjuração é os conjurados com as suas idéas, com os seus esforços, com a sua trama, com a sua revolta, é o governo colonial com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juizes com suas devassas longas e enfadonhas, (...) com a sua sentença conspurcada de insultos e de injurias: com as suas execuções ludibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrague dos algozes; com os seus destertos para as solidões da morte, com suas infâmias posthumas, com seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados ou seus monumentos infamantes”⁶²⁷.

Em face de documentos que colocariam uma imagem diferenciada dos Inconfidentes, e de um novo momento da vida política, torna-se possível comentar a imagem da Conjuração Mineira, o que não significou necessariamente uma crítica direta ao poder da monarquia de então, ou uma total defesa dos rebeldes. A crítica recai nos juizes que lançaram uma sentença insultuosa e equivocada, nas masmorras e prisões, e nos algozes violentos – e inocenta-se a rainha. Porém, conforme indica João Pinto Furtado⁶²⁸, Norberto comentaria que os inconfidentes buscavam uma

⁶²⁷ “sessão aniversária de 15 de dezembro de 1860” in *RIHGB*, 1860, p. 678. Novas leituras deste trabalho seria feita em 26 de setembro de 1862, em 24 de abril de 1863

⁶²⁸ FURTADO, João Pinto. Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2009. doi: 10.1590/S0102-01882001000300005.

República que se estenderia no muito ao Rio de Janeiro e São Paulo; e segundo José Murilo de Carvalho, a obra final de Norberto seria muitas vezes acusada de estar “a serviço da Monarquia”⁶²⁹ pois o autor desqualificaria Tiradentes como rebelde, transferindo a liderança do movimento a Tomás Antonio Gonzaga, figura menos próxima do povo e mais da elite. Ou seja, a imagem de Tiradentes morrendo como um místico, beijando os pés de seu carrasco, seria, segundo Carvalho, o motivo da censura feita por Norberto pois, naquelas cenas, não havia nenhum heroísmo. De maneira diferente, os mártires de 1817 e 1824 morreram “desafiadores”, com o “grito de liberdade na garganta, autênticos heróis cívicos”⁶³⁰.

Os comentários sobre determinados levantes buscavam dar-lhes imagens diferentes daquelas apresentadas anteriormente. Os documentos da Farroupilha que foram entregues em agosto de 1854 por Ferreira Soares pareciam demonstrar que haveria meios diferentes de se encerrar a guerra; meios estes que se remetem justamente ao arranjo político contemporâneo àquela oferta, ou seja, a “conciliação”. Tratava-se de um ofício do ministro da guerra da República de Piratiny, Manoel Lucas de Oliveira, dirigido ao falecido ministro do império, Manoel Antonio Galvão, acompanhando um itinerário da campanha pacificadora de Caixas na província do Rio Grande de São Pedro do Sul – dezembro de 1843-1845. Dentre os comentários, lia-se:

“(…) a terminação da guerra fratricida n’aquella província, dependia mais de meios brandos e conciliadores do que de actos coercitivos; que a paz que ali tinha sido perturbada por effeito de prepotência dos delegados do governo central, era no emtanto almejada por todos os dissidentes, desejosos de se acolherem sob condições honrosas á protecção do throno imperial, único garante e salvaguarda da união brasileira”⁶³¹.

Embora o comentário do documento afirmasse que os dissidentes tinham o interesse de não deixar de serem acolhidos pelo Império, os documentos foram arquivados por decisão do instituto. A interpretação deste evento separatista, segundo a qual meios conciliatórios efetivos poderiam ter levado a outro final, talvez fosse bem-vinda, na medida em que criava a imagem de um Rio Grande do Sul não separatista, sem rupturas senão sutis em relação ao centro; mas ela também dava margem a críticas à postura de determinados agentes do governo imperial que não teriam compreendido seus próprios irmãos, dando ensejo a uma “guerra fratricida” – o que não

⁶²⁹ CARVALHO, José Murilo de *A formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 62

⁶³⁰ CARVALHO, Op. Cit, p. 67

⁶³¹ “Sessão em 25 de agosto de 1854” in RIHGB, 1854, p. 601. No mês seguinte, Sebastião Soares leria de seu punho algumas considerações sobre a revolução Rio-grandense e análise destes documentos.

poderia ser bem aceito. Ainda por cima, tratar deste evento em si era por si só demasiado polêmico, posto que abria brechas para se falar da criação de uma república em território tido como brasileiro. Todos estes fatores colaborariam para um arquivamento.

Outros conflitos coloniais seriam lembrados. Na já citada petição de José Bernardo Fernandes Gama, de julho de 1850, aquele capitão do Exército mencionava carências de arquivos do Brasil que esclarecessem fatos mais remotos, especialmente em relação a Pernambuco: datas de fundação e comentários sobre quando e como ocorreram determinados eventos estavam cercados de inexatidões, o mesmo valendo para algumas revoluções, conforme indicava Gama, as quais apenas se sabia que existiram, sem maiores pormenores ou circunstâncias. Estava assim, “o historiador philosopho está privado de reflexionar sobre taes acontecimentos”, como era o caso da “revolução de 1710”, “mui notável facto político” que não podia ser “apreciado, porque as noticias que d’elle há são offerecidas por um só lado, o lado vencido”, estando assim “o alcance político d’este acontecimento e suas ramificações (...) sepultados nos archivos de Portugal, e nos cartórios do juízo da Inconfidência”⁶³².

Refere-se Gama à Guerra dos Mascates, nome consagrado pela obra de José de Alencar⁶³³, conflito que opôs ricos comerciantes estabelecidos em Recife a proprietários de engenho possuidores de casas em Olinda. Afirma que o fato não podia ser compreendido pois as noticias deles só seriam dadas pelo lado dos derrotados, não podendo, portanto ser apreciado em todo seu alcance⁶³⁴. Segundo Guilherme Pereira das Neves haveria uma presença muito próxima da memória da guerra dos Mascates e das lutas contra os holandeses no imaginário pernambucano, que, elaborado, ia ter peso na *Revolução Pernambucana de 1817*⁶³⁵.

Na sessão aniversária de 1861, Fernandes Pinheiro comentou uma leitura feita por ele mesmo, em julho, da memória *Luiz do Rego e a Posteridade*⁶³⁶. Tendo recebido do governo imperial valiosos documentos, o assunto ficara livre de tons políticos, “alheio às recriminações ou

⁶³² “214ª sessão em 20 de Julho de 1850”, *RIHGB*, op. Cit. p. 407

⁶³³ ALENCAR, José de *Guerra dos mascates : (cronica dos tempos coloniais)*. Rio de Janeiro : Garnier, 1873

⁶³⁴ Varnhagen no ano seguinte, como que num esforço para colaborar na construção desta história leu um documento manuscrito sobre os Mascates, que constava na biblioteca.

⁶³⁵ Para o autor, a Revolução de 1817 o movimento deveria ser compreendido em uma gama de diversos fatores, dentre os quais o imaginário da província tinha peso. Este havia sido elaborado em decorrência da participação nas lutas contra os holandeses no século XVII e consolidado por ocasião da Guerra dos Mascates, “*fronda de mazombos* que opôs a ‘nobreza da terra’ aos comerciantes reinóis e estimulou um acentuado antilusitanismo”. NEVES, Guilherme Pereira das “Revolução de 1817” in VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial*, Op. Cit. pp650-652

⁶³⁶ Luis do Rego Barreto (1877-1840) foi governador de Pernambuco entre 1817-1821, tendo sido responsável pela repressão da revolta aí surgida, sob ordens das Cortes de Lisboa.

vindictas, e com a imparcialidade de que Tacito prezava-se de guardar para com a memória de Othon ou de Vitellio”⁶³⁷. Afirmou que a história fora injusta com este personagem que, ao desempenhar seu dever, agiu de maneira nobre, magnânima, com clemência – e que interpretações superficiais e ligeiras fizeram condenar; este era o tema de seu texto, Luiz do Rego.

Segundo Denis Bernardes, o cônego escreve este trabalho em resposta a obra do monsenhor Francisco Muniz Tavares, que em sua *História da Revolução Pernambucana de 1817*, apresentaria uma imagem negativa de Luiz do Rego na severidade da punição aos revoltosos pernambucanos. Publicada em 1840, “dava uma versão da revolução que, guardando um certo distanciamento crítico, mantinha-se fiel à identidade liberal da revolução, reabilitando-a e valorizando-a como referência e legado fundamentais na formação política da nação”⁶³⁸. Este traço da obra de Muniz Tavares teria incomodado “vários construtores da historiografia imperial” que pretendiam afastar a experiência de 1817 para reforçar a idéia de continuidade do centralismo monárquico. O ponto chave da discórdia entre as duas obras seria a questão da punição de um Alferes do Batalhão de Milícia de Henriques, que recebera mil e cem açoites, quando eram proibidos castigos físicos – destinados a escravos – em oficiais. Bernardes retrata que Pinheiro minimiza o caso, retirando a responsabilidade de Luiz do Rego e banalizando a natureza de um evento que “marcara a memória dos contemporâneos” e que “se inscrevia, de alguma maneira, por meio da historiografia, nas lutas políticas do Segundo Reinado, entre liberais e conservadores”⁶³⁹.

Também Bellegarde, em 1860, pediria licença para comentar uma biografia desta figura, chamando atenção para o juízo do general Luiz do Rego Barreto e seu secretario no governo de Pernambuco de 1817 a 1821, o barão de Caçapava. O secretario citado teria julgado que a revolução do Porto, de 1820, fora uma insurreição militar, prescindindo, portanto, de causas e conseqüências, pelo que não a aprovara. Luiz do Rego, por sua vez, simpatizava com a Revolução, e, querendo mostrar-se liberal, “tomou para si o bem ou popular da sua

⁶³⁷ “Sessão aniversária de 15 de dezembro de 1861”, p. 775

⁶³⁸ Bernardes, Denis Antônio de Mendonça *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP; Recife: UFPE, 2006, p. 236. Sobre a Revolução Pernambucana, ainda conf. MELLO, Evaldo Cabral *A Outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34

⁶³⁹ Bernardes, Op. Cit, p. 237

administração, e lançou sobre o seu secretario tudo o que era impopular ou violento”. Esta fora a versão adotada pelo biografo ⁶⁴⁰. A isso, Bellegarde responde:

“Todo o Brasil sabe que Andrea foi habil administrador, e que se distinguia pela sua generosidade para com os vencidos, como notavelmente manifestou em Minas; estas e outras provas que não podia ignorar o biographo, destroem completamente a sua asserção ” ⁶⁴¹.

Bellegarde, portanto, conjuntamente com Fernandes Pinheiro, apresentou maneiras de analisar a atuação daqueles que reprimiram o movimento de forma que não seria considerada demasiado negativa ou injustificada. Ao tratar da Revolução, portanto, defendeu a maneira como os vencedores agiram, justificando suas ações.

Expediente semelhante utilizou, no fim do ano seguinte, por ocasião da morte de Conrado Jacob Niemeyer, o orador Joaquim Manuel de Macedo. Ao mencionar sua atuação na comissão militar que seguiu ao Ceará para tratar do pronunciamento de Confederação do Equador ⁶⁴², apontou que o falecido se envolveu nas dissidências graves da política do primeiro reinado. No discurso, fala-se no sangue e nos “gemidos das victimas” que saíram dos patíbulo – e que estes encontram eco “nos corações dos brasileiros”. Macedo lembra até mesmo que Niemeyer fora considerado demasiado severo, ao que o partido liberal não perdoou, e contando-o entre os absolutistas d’aquella época, fulminou com os raios de sua reprovação” ⁶⁴³.

Fazer uma homenagem a esse sócio pareceria uma tarefa algo tensa. Macedo se lembra, entretanto de que Niemeyer foi chamado para responder pelos seus atos, mas foi absolvido e elogiado. Por outro lado, não deixa de mencionar a filiação política do homenageado:

“Deve-se a verdade aos mortos: essa absolvição e esse elogio puderam ser merecidos pela disciplina do soldado; mas é certo que, ou o ressentimento das lutas, ou uma convicção lamentável, fizera o nosso consocio propender n’esse tempo para o governo absoluto, e desejou vel-o plantado no Brasil” ⁶⁴⁴.

Mas as atitudes de Niemeyer são, para Macedo, ainda assim justificáveis. Tratava-se de um período da historia do Brasil “triste”, em que havia “nódoas de sangue e erros accumulados por todos”; era a infância do sistema representativo, “o poder resentia-se da educação do absolutismo, a opinião liberal não queria governar, como lhe cumpria”. A dissolução da

⁶⁴⁰ “10ª sessão em 4 de outubro de 1861”, p. 752

⁶⁴¹ Idem, ibidem

⁶⁴² ANDRADE, M.C. de (org) *Confederação do Equador*. Recife: Massangana, 1988; LIMA, Sobrinho B *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

⁶⁴³ “Sessão pública aniversária de 1862”, pp. 729-730

⁶⁴⁴ Idem, p. 730

constituinte cavara entre a coroa e a população um abismo, “cujo fundo rugia ainda abafada a revolução”. No meio de tantos desacertos, quando todos mais ou menos erravam, Conrado Jacob de Niemeyer também se equivocara.

A Confederação do Equador teve caráter liberal, republicano e federalista; era também, marcadamente anti-lusitanista. Por causa de complicações da política local, da insatisfação frente à dissolução da Assembléia Constituinte em 1823, em 24 de julho de 1824, foi proclamada a separação e a república, que abarcou seis províncias. A imposição de um governo inadequado às realidades da vida na América, fez com que ocorressem na primeira fase do Império revoluções que tinham caráter separatista, “pois o liame entre as varoas regiões da antiga colônia não era assaz forte para que existissem verdadeiros e profundos interesses e sentimentos nacionais”⁶⁴⁵.

A memória das agitações trazidas pelos anos anteriores e posteriores à Independência se torna pauta de estudo. Configura um espaço para pensar a relação das províncias com o centro, em um momento em que já se negocia com elas na medida em que deixam de ser insurretas e se submetem ao todo. Em agosto de 1852, Dr. Maia, por exemplo, lê a primeira parte da memória *Exposição dos sucessos políticos de 1821 na Bahia*. Em 7 de outubro de 1864, Braz Rubim leu uma memória intitulada *A Revolucao do Ceará em 1821* (publicada em 1866). Na leitura do relatório do secretario na sessão aniversária daquele ano, vemos que o texto sobre a época da independência, narra as causas e o desenvolvimento da manifestação do povo e tropa da província do Ceará, em 1821, com o fito de instalar um governo provisório e jurar a constituição portuguesa⁶⁴⁶.

Na sessão de 17 de junho de 1853, Macedo oferece para a biblioteca do Instituto a *Defesa do bacharel Cyprianno José Barata contra as falsas accusações da devassa tirada em Pernambuco*. Em conjunto a este documento, que como outros de colegas lembravam a rebeldia de uma província que viria a ser reprimida, acompanhavam outros que mencionavam os aspectos constitucionais do processo da Independência: *Projecto de constituição para o Império do Brazil de 1823* e *A constituição política da monarquia portuguesa decretada pelas cortes*

⁶⁴⁵ COSTA, João Cruz “As novas idéias ” in HOLANDA, Op. Cit, Tomo II. Vol 1, p. 189

⁶⁴⁶ Outras ofertas lembravam a rebeldia das províncias do Norte: Libanio da Cunha Mattos em 25 de junho de 1858, quando apresenta quatorze documentos relativos aos acontecimentos políticos das províncias do Maranhão e Piauí na época da Independência do Brasil. Em 12 de abril de 1866 Domingos Antonio Raiol é indicado para sócio correspondente, servindo de título *Motins políticos, ou historia dos principaes acontecimentos políticos do Pará desde o anno 1821 até 1835* – assinam a proposta o Visconde de Sapucaí, Fernandes Pinheiro, Honório Figueiredo. Em 9 de outubro de 1868, ofereceria ainda o exemplar da obra publicada.

extraordinárias.. É lembrada a Constituição portuguesa, objeto de polêmicas e que daria margem à revoltas no Brasil, desencadeadoras da emancipação. Contudo, também se lembra da constituição projetada para o Brasil pela Assembléia Constituinte de 1823, dissolvida por Pedro I, ato que daria início à sua impopularidade.

3.1 Independência pacificada

Quando Caetano Filgueiras, naquela sessão de 1860, comentou o papel da providência no Descobrimento do Brasil, elaborou a Independência como o nascimento da nação brasileira e viu nas condições variadas da natureza deste país a indicação de que seria empório das artes e das ciências; condições que profetizariam seu verdadeiro destino: o de se ver livre do domínio da força e do embrutecimento: “ao brado do heróe do Ypiranga, o Brasil levantou-se como um só homem, soffrego de luz e de saber” ⁶⁴⁷.

Nas palavras deste secretário, Pedro I é classificado como “rei soldado”, “meteoro brilhante que preside às grandes inspirações” e passa depressa, deixando um rastro luminoso como lembrança no monumento que ergueu e iluminou um instante. Para Filgueiras, se Dom Pedro houvesse mais a libertar, mais trono a abdicar, mais coroa a repartir, teria ficado para cumprir estas tarefas. Saiu de cena porque cumprira sua missão, tendo praticado atos nobres “de ânimo sereno, de fronte erguida, e com o sorriso nos lábios” ⁶⁴⁸. O apadrinhamento do infante-Brasil requisitava não mais um guerreiro ilustre, mas “um homem que resumisse uma época, um homem que valesse uma civilização inteira”; quando a “Providencia” desencadeou os acontecimentos do dia 7 de abril de 1831, já havia decidido confiar “a civilização do Império do Cruzeiro ao Sr. Pedro II”. Isso completa a transição: “a pena substituiu a espada, a sciencia firmara o seu domínio sobre os arraiaes da conquista!” ⁶⁴⁹. Desde então, o Brasil caminharia na senda do conhecimento, sorvendo a civilização européia, comunicando-se com grandes homens e seus livros. Destaca, assim, a importância da proteção dada pelo Imperador – gênio tutelar, capaz de dar conselhos, render amparo.

A Independência consta dentre os principais eventos que se destacaram na memória sobre o tema da *Revolução* durante o século XIX: junto à Praieira e à Abdicação, foi um dos

⁶⁴⁷ Idem, p. 662.

⁶⁴⁸ Idem, ibidem

⁶⁴⁹ Idem, ibidem

“momentos cruciais na definição da monarquia constitucional e da cidadania”⁶⁵⁰. Entretanto, esta memória, edifício erguido por interesses que não eram consonantes, apresentou, por isso mesmo, faces diferenciadas – às vezes em um mesmo momento, de acordo com referenciais políticos; às vezes em tempos diferentes, segundo a historicidade.

Na fala de Filgueiras, por exemplo, a relação entre Dom Pedro e a Independência parece ser a de criador-criatura. Nesta imagem, não há espaço para a aclamação popular, para a vontade dos povos, ou no mínimo das elites políticas que colaboraram no processo – que, à época em que ocorrera, foi tão crucial para que a emancipação acontecesse⁶⁵¹. Na verdade, segundo Maria de Lourdes Lyra, a modificação operada que faz com que a Independência se torne fruto da vontade de D. Pedro e não de diversos grupos que apoiaram a idéia em conjunto ocorre ainda durante o Primeiro Reinado, quando, já sofrendo críticas e impopular, D. Pedro passa a lembrar o Ipiranga, ao passo em que relatos daquele sete de setembro circulam, reforçando a imagem do regente dando uma proclamação às margens do Ipiranga⁶⁵².

Em 1826, foi incluída a data do 7 de setembro dentre as festividades nacionais, sem qualquer comentário acerca dela – ou das demais. Neste mesmo ano, publicou-se um documento que colaborou em grande parte para a fundamentação da data na memória nacional: um texto escrito por uma testemunha presente à viagem do Imperador a São Paulo, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, primo de Bonifácio. Formou com outros dois relatos também surgidos posteriormente, em 1862 e 1865 um referencial básico para as análises historiográficas sobre a Independência. Entretanto, foi a obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que deu forma definitiva à narrativa da data, “explicitando minuciosamente o significado dessa data

⁶⁵⁰ MARSON, *Política, história e método em Joaquim Nabuco*, Op. Cit, p. 22

⁶⁵¹ Sacramento Blake, nos dá boas pistas sobre outras participações deste sócio na composição da História e na imprensa de modo geral ao comentar que nas *Reflexões sobre as primeiras épocas da história em geral e sobre a instituição das capitanias em particular* de Filgueiras, “com o estudo da história, deixa o autor patentes seus sentimentos, como catholico fervoroso e sincero” e que colaborou no *O Conservador*, órgão constitucional e católico. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Segundo Volume, 1893, pp. 3-5.

⁶⁵² A classificação de “constitucional” dada à conduta de D. Pedro foi colocada em dúvida conforme suas atitudes inspiraram desconfiança e suspeitas. Em 1823, dissolvera a Assembléia Constituinte, outorgando uma Constituição que não delineava claramente os limites do Estado Imperial. Em 1824, a Constituição outorgada trazia tolhimentos ao ideal de autonomia provincial, o que “provocara a reação das províncias do Norte”; além de instituir o quarto poder, o Moderador e suprimir a cláusula que impedia ao imperador a herança do trono de Portugal. Depois, ao “assinar o Tratado que anulava o princípio da aclamação dos povos”, reforçava o desgaste de sua imagem que a dissolução provocara. Ainda, “ao aceitar a confirmação de herdeiro da coroa portuguesa, fazia aumentar as suspeitas quanto ao interesse da reunificação, o que em 1825 já não mais se aspirava no Brasil, face à restauração do absolutismo em Portugal”. LYRA, Maria de Lourdes Viana “Memória da Independência: Marcos e Representações simbólicas”, pp. 193-194

histórica”. Na sua narrativa, o povo aparece aplaudindo e endossando a proclamação da Independência, e também aclamando por votos o Imperador; em uma só imagem ficava reunida, desta forma, a vontade do imperador em proclamar a libertação do Estado e a aclamação do povo a este Imperador, para assim assentar “assentar a base da soberania do Estado imperial” ⁶⁵³.

Cecília Salles de Oliveira também comenta a contemporaneidade da idéia de construção das estátuas de D. Pedro I na praça da Constituição e Bonifácio no Largo São Francisco e da publicação dos relatos sobre o Ipiranga: para ela, as discussões sobre o 7 de setembro envolviam o debate sobre caráter da monarquia e a representatividade do governo organizado com a Constituição de 1824, que ganhou forças e facetas novas com análises dos rumos da política nacional feitos por figuras públicas importantes, como Justiniano José da Rocha, Teófilo Ottoni, e Tavares Bastos. Essa polêmica, segundo a autora, se acirraria com a divulgação do Manifesto Republicano em 1870 ⁶⁵⁴.

No IHGB há adoção bastante freqüente desta imagem do Imperador voluntarioso, herói de 1822. Como vimos na fala de Filgueiras, por vezes pode-se permitir a ele uma intenção extremamente virtuosa e superior, estendida a, pelo bem do Brasil, ter abdicado a coroa. Embora se busque referendar essa Independência pacificada, levada a cabo por um herói, que durante uma viagem decidiu por ela, sendo a morte a única alternativa, por vezes não se pode escapar à menção ao “cenário de erros” contemporâneo à dissolução da Constituinte, como lembrou Macedo, à sepultura de Niemeyer .

No tratado de paz assinado em 1825 com Portugal, um ponto chave – no qual teria em muito influenciado a Inglaterra, afirma Lyra – diz respeito à idéia de se sustentar que a emancipação do Brasil e a coroa de Pedro I seriam frutos de concessão de Dom João VI. Ele elemento retira da vontade dos povos o sentido de pressão para que a Independência ocorresse, e reforça o aspecto de protagonista daquele que se torna Imperador. Por este motivo, este elemento do tratado reforçou antipatias em relação a D. Pedro. Em 20 de agosto de 1852, José Dias da Cruz Lima declara desejar ler no Instituto a biografia do Bispo de Anemuria, pedindo que um agendamento para faze-lo. Suscitou com isso discussão e se deliberou enviar o pedido à comissão de estatutos para dar parecer. Em outubro de 1852, José Dias da Cruz Lima envia a biografia do

⁶⁵³ Idem, p. 199

⁶⁵⁴ OLIVEIRA, C. O “*Espetáculo do Ypiranga*”: *Mediações entre História e Memória*. Op. Cit, pp 13- 14

Bispo de Anemuria, quando é lida. No relatório do primeiro secretário interino, J.M. de Macedo, comenta-se:

“n’este ultimo trabalho um pensamento despertou como devia a curiosidade e atenção do Instituto: pretende o autor da *Biographia*, que pouco antes da vinda da família real para o Brazil, o Senhor D. João VI então príncipe regente concebera o projecto de mandar seu augusto filho, depois fundador do império e nosso primeiro imperador, com o título de condestável governar a terra de Santa Cruz, trazendo como seu secretario e intimo conselheiro o fallecido bispo de Anemuria. Si se puder demonstrar a verdade desse sonho político, que imprevistas circumstancias não permittiram realizar-se, ficará provado também que a importância, a que havia então já atingido a preciosissim Colônia Portuguesa, não tinha escapado á prudência, e á reflexão do Sr. D. João VI”⁶⁵⁵.

Pela leitura desta biografia, argumenta-se que a colônia havia crescido, galgado um espaço diferenciado e que o rei, sensível a estas alterações, refletira dar-lhe tratamento à altura, enviando de Portugal seu filho. Dessa forma, os levantes e os conflitos acerca da Independência perdem uma parte de seu sentido, tendo em vista que os grupos de províncias como São Paulo e Rio reivindicaram, em seu ponto máximo de tensão frente às pretensões recolonizadoras, a presença de um individuo a quem já havia sido autorizado em território americano permanecer; em outras palavras, a biografia do Bispo reforça a idéia de concessão de D. João VI. Ainda, o texto pode indicar que ter o seu próprio monarca e se tornar emancipado era como que um destino do Brasil, inevitável tendência, para o qual não concorreriam maiores atritos – como se quer demonstrar, em determinadas concepções historiográficas acerca da Independência. .

A inevitabilidade da separação de Portugal e Brasil é o argumento principal de Souza Ramos, em 1855, na crítica feita às *Considerações sobre o estado de Portugal e do Brazil desde a sahida d’El Rei, de Lisboa, em 1807*, texto sobre o qual emitiu um parecer. Nessa memória, a causa da revolução do Porto, segundo o parecer de Ramos, é atribuída ao despeito dos portugueses, que perceberam o reino de Portugal sendo rebaixado a colônia do Brasil pela carta régia de 1815, que elevou o Brasil a reino. Também, “as continuas sangrias feitas no Erario de Lisboa para satisfazer as delapidações do governo do Rio de Janeiro”; a corrupção dos ministros, e a retirada do marechal Beresford; “circumstancias de que se aproveitaram alguns demagogos para, seduzindo a tropa, impor ao Reino um governo faccioso, esforçando-se na propagação do contagio revolucionário ao Brazil”⁶⁵⁶. O autor das *Considerações* classificava como prejudicial e ruinoso o desmembramento do Reino Unido de Portugal/Brasil/Algarves e que diante da crise haveria forma de se evitar este mal:

⁶⁵⁵ “Sessão pública aniversária em 15 de dezembro de 1852”, p. 497

⁶⁵⁶ “4ª sessão em 15 de junho de 1855”, *RIHGB*, p. 427

“dissolvidas as cortes facciosas de Lisboa, e vigorada a lei fundamental da monarchia (os estatutos das cortes de Lamego) com emendas convenientes para dar-se ao Regente do Reino, em que não estivesse presente El-Rei, a força e necessária autoridade, e igualar em condição os estados componentes do Reino-Unido”⁶⁵⁷.

Com a abertura dos portos, o comércio de Portugal diminuiu consideravelmente, exasperando o ciúme dos portugueses em ver “sua colônia elevada a uma categoria igual á da Metropole”. A revolução não seria suficiente para os agitadores, interessados que estavam em fazer o rei voltar a Portugal. Portanto, empenharam-se em comunicar ao Brasil a Revolução, com medidas adotadas para conserva-lo unido como colônia ao carro de Portugal. Para o autor da memória, o Brasil não estaria pronto para uma separação absoluta em relação a Portugal. Quando não houve mais meio de “conciliação” “como se expressa a proclamação de 21 de outubro”, o Brasil então usou do direito “incontestável”, aclamando Pedro I como seu Imperador Constitucional, proclamando sua independência.

Para Ramos, ao contrário, seria inegável que o Brasil não ficaria muito tempo unido a Portugal, dada sua superioridade populacional, sua riqueza maior e pelo fato de haver a separação natural dos imensos mares entre os continentes. Tampouco poderia ficar sujeito “ao sytema colonial”, “quando todo o continente americano aspirava com energica actividade ás – instituições liberaes”; “o Brazil não podia continuar a ser uma dependência do velho Portugal”, ainda que Portugal pudesse reagir, desencadeando uma luta sanguinolenta. O resultado seria, ainda assim, a “Independência do Brazil” em especial “tendo á sua frente, identificado nos seus interesses, em sua sagrada causa, o Principe Magnanimo e Generoso, que fundou as Instituições á sombra das quaes elle tanto se tem avantajado em prosperidade e engrandecimento”. Logo, a idéia contida no manuscrito, seu principal tópico – a tentativa de conservar Portugal e Brasil unidos sob o regime de Estatutos das cortes de Lamego – é compreendida pelo parecerista como sem qualquer merecimento. Poderia apenas servir como um documento de que havia “mal-avisados” tratando das “cousas do Brazil”, sem compreender de fato sua situação, desconhecendo seus recursos e seu destino – “os homens políticos de Portugal, ainda mesmo os que se intromettiam a beneficia-lo”⁶⁵⁸.

A Independência tem suas arestas aparadas para que se torne um marco da História do Brasil. O primeiro imperador, por exemplo, não pode ser lembrado por seu desempenho

⁶⁵⁷ Idem, *ibidem*

⁶⁵⁸ Idem, p. 430

posterior, quando em meio a rejeição popular crescente, é forçado a sair do trono, abdicando em favor de seu filho. Precisa, sim, estar associado a feitos positivos pelo bem do Brasil. Em segundo lugar, a maneira como as diferentes províncias se portaram também precisa ser lembrada e compreendida – desde que se anistie também a maneira como se portaram repressores dos levantes. Imagens de grupos dissidentes em desacordo naqueles primeiros anos da década de 1820 não favoreceriam a linha de continuidade pretendida e a imagem da monarquia – e consequentemente, de Pedro II – ganhava em importância quando se pensasse que fora o príncipe regente o principal artífice da emancipação, sem questionamentos. Desta forma, o sete de setembro eficientemente incorpora tais intenções, agindo como um marco pacífico adequado para aquele movimento.

A sugestão feita por Claudio Costa, em 1854, de que se ordenasse ao presidente da Bahia e ao comandante de armas da Corte para que buscassem as bandeiras dos corpos militares que foram abatidos em Pirajá ⁶⁵⁹, pode conter um interessante aspecto simbólico. Recolher tais elementos significativos de ideais e filiações políticas divergentes, com o intuito de erigir com eles “padrões” da glória nacional, salvando-os da deterioração ou do abandono, era uma maneira de trazer para junto da memória não só o aspecto vitorioso de certo projeto político para o Brasil, mas também guardar sob mesmo teto os despojos que foram tomados dos derrotados do passado – que, nesta situação, não podem muito mais do que aceitar a humilhação do acolhimento, e se dissolver em uma história já contada pelos vencedores.

⁶⁵⁹ Pirajá foi o local na Bahia onde se travou a batalha das tropas nacionalistas brasileiras contra forças portuguesas em 8 de novembro de 1822.

Capítulo V – “O que pensar do sistema de Colonização?”: Debates sobre o português, reflexão para o Império

O processo de estabelecimento da História nacional pelo Instituto, os esforços que objetivavam minimizar vozes dissonantes na abordagem de determinados eventos, gradualmente mudam de foco conforme se aproxima o final do século XIX. De fato, este período é marcado por crises ⁶⁶⁰ e mudanças importantes na economia, na sociedade e na política. Tal cenário colabora para que haja alterações perceptíveis nas interpretações historiográficas dos sócios, na medida em que testemunhavam – ou, no caso de alguns sócios, colaboravam para executar – reformas políticas importantes. A partir do final da década de 1860, estabelece-se efetivamente um questionamento do regime na forma como se apresentava, segundo as normas da Constituição de 1824. Com dificuldade das estruturas tradicionais em superar as crises e executar as transformações necessárias, este período terminaria por ser compreendido como “o ponto de partida da deterioração do regime” ⁶⁶¹, que levou à ruína do Império no Brasil.

As restrições à maneira como as instituições monárquicas estavam estabelecidas ganham força com a cobrança internacional para o fim da escravidão (em especial após ter sido superada nos Estados Unidos em 1865) e a implantação do regime republicano na França (1870). Além disso, ao final da Guerra do Paraguai, não apenas questões internas iriam novamente receber luz, como novas percepções trariam a tona velhos problemas – expressos, por exemplo, nas reivindicações por parte do Exército e da Marinha por maior atenção por parte do Estado. A discussão da questão servil encaminhou a lei de 1871, que, conjuntamente a outras cláusulas importantes, libertava as crianças recém nascidas. A importância de seus efeitos para a lavoura, para a economia e para a estrutura social desencadearia intensos debates na Câmara e atentos diálogos e campanhas na imprensa ⁶⁶².

⁶⁶⁰ Entre 1871-1889, segundo Evaldo Cabral de Mello, poderiam ser situados, três momentos críticos: 1) repercussões da grande depressão que afetou o mundo entre 1873-1896; 2) Crise do Norte do Brasil, posto que o algodão e o açúcar nortistas estavam sendo eliminados do mercado internacional e 3) a própria agonia do regime monárquico. [MELLO, Evaldo C. de “O Norte Agrário e o Império 1871-1889”. RJ, Ed Nova Fronteira, 1984]

⁶⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque “História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 5. Do Império à República” RJ: Bertrand Brasil, 1997, p 07.

⁶⁶² Roberto Conrad aponta que se esperava que a lei de 1871 pudesse alterar o *status quo* satisfatoriamente para aqueles que criticavam a escravidão e ao mesmo tempo defender os direitos dos proprietários de escravos: ou seja, a eliminação da última fonte de renovação da instituição que estava em declínio era paralela à proteção dos interesses da geração viva de senhores. Para Conrad, a lei colaborou efetivamente para o colapso da escravidão. [CONRAD, R *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 113]. Joseli

O Poder Moderador estabelecido pela Constituição de 1824 passaria a ser questionado e discutido. Desde a década de 1860 passou a ser apontado, como “poder pessoal” de Pedro II; foi objeto de críticas tanto da parte de alguns monarquistas liberais e conservadores, conforme já demonstrado, com a *Circular* de Teophilo Ottoni, quanto do núcleo cuja importância política gradualmente crescia: o republicano, cujo partido viria a se erigir com as decorrências das disputas que levaram a uma reforma do Partido Liberal.

Em 1868, os liberais lançaram um manifesto assinado por elementos destacados ⁶⁶³, propondo uma série de transformações importantes no aparato burocrático administrativo do Império. Naquele ano ocorrera a queda do gabinete presidido por Zacarias de Góis e Vasconcellos, político que alguns anos antes já havia tomado parte da discussão a respeito das atribuições do quarto poder, tendo publicado *Da natureza e limites do Poder Moderador* ⁶⁶⁴. Estes eventos marcam um ponto de uma profunda “recomposição de forças e programas” ⁶⁶⁵, fundamental para compreender o cenário de crises e alterações que se instalaria nos anos seguintes. Liberais mais radicais viriam a se organizar no Partido Republicano, crítico do Estado

Mendonça indica que a lei fora considerada em alguns momentos uma espécie de roteiro, estabelecendo parâmetros pelos quais o processo abolicionista deveria ser encaminhado para respeitar. [MENDONÇA, J.M. N *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999]. A lei de 1871 também envolvia uma discussão sobre a possibilidade dos escravos acumularem pecúlio e conseguirem alforria forçada. De fato, para Sidney Chalhoub, o texto final da lei “foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros”. Por outro lado, Chalhoub aponta a lei como exemplo da preocupação da classe senhorial com a ordem pública, indicando as urgências no tratamento da questão servil como forma de evitar levantes. [CHALHOUB, S *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 2ª reimpressão, pp 156-161.] Essa idéia também é indicada por Maria Helena Machado, quando comenta sobre o reordenamento do papel do escravo e do negro na sociedade brasileira, desde o final da década de 1860; para ela, nas duas décadas seguintes, o escravo passaria a ser identificado enquanto “inimigo doméstico” até mesmo fora de páginas dos livros de reformadores. [MACHADO, M.HP. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais da década da abolição* Rio de Janeiro; São Paulo: UFRJ: EDUSP, 1994].

⁶⁶³ Como Teófilo Ottoni, Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, Zacarias de Góis e Vasconcellos, Sousa Franco.

⁶⁶⁴ Defendia Vasconcellos que a inviolabilidade do monarca devia ser resguardada por agentes que assumissem a responsabilidade por seus atos de maneira a evitar que o Imperador fosse alvo de ataques por parte da imprensa, da opinião pública ou mesmo da imprensa. Entendia que era necessário impor limites à autonomia da coroa uma vez que o rei não estava isento de erros. OLIVEIRA, Cecília Helena Salles (org) *Zacarias de Góis e Vasconcellos*. São Paulo: Editora 34, 2002

⁶⁶⁵ IGLESIAS, Francisco “Vida Política 1848-1868” in HOLANDA, Sérgio Buargue de (org) “História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. Volume 5. Reações e Transações” Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, pp 133-139. Segundo José Murilo de Carvalho, a queda do Gabinete Zacarias daria um golpe mortal na coalizão progressista, formada no início da década, compondo-se em seu lugar em 1869 o novo partido liberal, e em 1870, com os elementos mais radicais, o Partido Republicano. O manifesto supramencionado fora o programa do partido liberal reformulado. Dentre seus líderes estavam Nabuco de Araújo e Zacarias, alguns liberais históricos, e Teófilo Ottoni. CARVALHO, José Murilo de *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ Relume Dumara. 1996, pp. 168-167

Imperial como um todo ⁶⁶⁶, enquanto elementos do partido conservador se uniriam a liberais históricos de forma a compor um novo partido liberal.

No IHGB, algumas destas polêmicas trazem à pauta exame de temas históricos, estabelecendo pontes entre passado e presente – a exemplo da história do tráfico e da escravidão, do histórico dos tratados com países platinos e a Independência. Alguns destes, já analisados anteriormente, são agora ressignificados, rompendo, por vezes, a fronteira metodológica estatuída a título de imparcialidade e transformando o IHGB de espaço de letras a fórum privilegiado e plenamente autorizado de discussão sobre problemas contemporâneos, por vezes sugerindo matizes partidários.

Outros assuntos, mais voltados propriamente à história, não resgatam menores questões presentes. Dentre estes deve ser ressaltada a Colonização portuguesa, episódio em que se associam elementos da vida do Império que estão em debate: a escravidão, a civilização dos indígenas e o estreito relacionamento entre o Estado e a Igreja. A reflexão a respeito desse episódio da História do Brasil veiculou novas imagens e representações do elemento lusitano – que recebe mais de uma interpretação e nuances nas avaliações de sua atuação. A Independência do Brasil e revoltas ocorridas no período colonial também encaminham interpretações díspares sobre os portugueses.

1. Imigração – Emancipação – Colonização

A progressiva discussão sobre o elemento servil trouxe à tona idéias de substituição por meio da incursão de imigrantes e a questão do povoamento do Brasil. Ainda que o governo brasileiro se apresentasse com uma atitude cautelosa para com as reformas, os proprietários de escravos tendiam a ficar alarmados. Segundo Conrad, D. Pedro II, que gradualmente se associou ao emancipacionismo, procurava divisar com cuidado caminhos para acomodar “as irreconciliáveis aspirações de um crescente movimento emancipacionista (...) com as exigências

⁶⁶⁶ Dentro do movimento e da imprensa republicana haveria diferentes percepções do que era o Estado Imperial e diversas formas pelas quais as críticas eram tecidas. De forma geral, entretanto, a crítica a Constituição de 1824 se pautava na idéia de que ela disfarçaria a realidade de que direitos e privilégios da liberdade estavam presos à vontade do rei, que nela tinha garantido o direito de ter livre arbítrio sobre a nação por meio do poder moderador. Este elemento em particular colaboraria, segundo os republicanos, para minar toda a legitimidade pretendida pelo sistema representativo monárquico. BLANCO, Silvana Mota Barbosa *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Dept. de História do IFCH/Unicamp. Campinas, 1995, pp.65-68

da agricultura brasileira”⁶⁶⁷. Os encaminhamentos e discussões sobre o assunto normalmente envolviam debater também sobre receios dos fazendeiros e sobre os perigos a serem corridos; alertas sobre possibilidades de desordens públicas, guerra racial e aumento do banditismo acompanhavam outros que lembravam a possibilidade da escassez de mão de obra e prejuízos para a economia. A solução deste problema em especial era com frequência discutido nos termos da substituição pelos imigrantes⁶⁶⁸.

O poder central e diversos proprietários de lavouras entendiam que a introdução de estrangeiros poderia colaborar para o incremento da civilização e Colonização do território nacional. Na verdade, segundo Célia Marinho de Azevedo, alguns autores no XIX, guiados por teorias raciais, passavam a tratar a passagem do mercado de trabalho escravo para o livre em termos de uma substituição efetivamente física do cativo pelo imigrante, tanto para a agricultura, como para atividades urbanas. Nestas falas, refletia-se sobre um “imigrante ideal” e quais condições deveriam ser oferecidas para que o estrangeiro se interessasse em permanecer no país para cumprir “com sua suposta missão de introdutor e agente de progresso e civilização”⁶⁶⁹.

Tais encaminhamentos políticos do presente adentram a Revista, em textos remetidos e comentados em sessões, também obras para a biblioteca e arquivo, ou artigos. Em julho de 1870, por exemplo, o Conselheiro Miguel Maria Lisboa, que desde o ano anterior atuava em Portugal como ministro plenipotenciário, apresentou da parte do Marquês de Sá da Bandeira o manuscrito *Respostas aos quesitos sobre o commercio e possessão de escravos chegando-se ao melhor juízo pela entrega de si*. No mês seguinte, o Marquês, figura que teve importante trajetória na política portuguesa em meados do século XIX; especialmente na questão do fim do tráfico⁶⁷⁰, ofertou quatro exemplares nos idiomas português, francês, inglês e alemão da obra *O*

⁶⁶⁷ CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975, p. 100

⁶⁶⁸ Em anos posteriores, com a proximidade da abolição total, o debate se acirrava e mais opções seriam pensadas; na Revista se fizeram presentes trabalhos que lembravam a importância de introdução de mão de obra européia mas também foram oferecidos textos que mencionavam a participação da mão de obra chinesa.

⁶⁶⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho *Onda Negra, Medro Branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp59-61.

⁶⁷⁰ João Pedro Marques descreve Sá da Bandeira como um “político nacionalista e um projectista colonial utópico para quem a abolição do tráfico constituía condição *sine qua non* de um projecto colonial”. Identifica seu abolicionismo com uma faceta “iminentemente pragmática”, segundo a qual a abolição era uma condição indispensável para que desenvolvimento e civilização pudessem atingir a África. [MARQUES, João P. *Os sons do Silêncio: O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, pp. 206-207] Investigando a reconstrução de quadros ideológicos portugueses sobre o problema do fim do tráfico negreiro, Marques localiza na ação de Sá “vários tempos e várias dominantes”, cuja essência poderia ser a

tráfico da escravidão e o bill de Lord Palmerston, impressa em Lisboa em 1848. Poucas sessões depois, novamente Miguel Maria Lisboa apresenta para biblioteca a obra *O Muata Cazemba e os povos maraves, chevas, muizas, muembas, lundas da África Austral*, publicada sob os auspícios do Marquês de Sá da Bandeira pelo major A.C. P. Gamitto em 1854. Essas ofertas demonstravam a atualidade da questão na esfera política brasileira, sua correspondência no mundo. O Instituto, assim, inseria-se em um debate internacional, colocando-se como um dos seus interlocutores.

Em setembro de 1877, a comissão de história do Instituto comentou uma obra enviada por Charles Pradez, natural da Suíça e residente no Brasil desde 1843, como título de sua admissão: *Nouvelles Etudes sur le Bresil* ⁶⁷¹. O texto seria dedicado principalmente à propaganda da liberdade dos escravos, contendo uma descrição fiel e singela das cenas da vida no interior do Brasil. Com uma exposição das condições da lavoura, agricultura e comércio, bem como da “coparticipação da força escrava no desenvolvimento da nossa riqueza”, observaria e destacaria as fases por que passou o elemento servil desde que foi introduzido no Brasil até as reformas mais recentes ⁶⁷². Trata-se, portanto, de um histórico da escravidão e do tráfico, apresentando motivos pelos quais julgava o autor que “a definitiva extinção de tão abominável commercio” era dificultada. Discutia suas conseqüências da emancipação para o futuro do Brasil, apresentando as vantagens do trabalho livre, “que tanto concorre para o aumento da produção agrícola, desenvolvimento da indústria e riqueza do paiz”. Concluía refletindo sobre algumas disposições do texto da lei de 1871.

Em seu texto, Pradez deixava entrever atenção aos problemas que estavam na base da questão servil e se colocavam como obstáculos diante daqueles que passaram a enxergar a escravidão como uma “moléstia” moral, política e econômica, “causa da decadência dos impérios” ⁶⁷³. Os problemas, pensados por José Thomaz Nabuco de Araújo por exemplo, – que indicou reformas nas relações escravistas, algumas delas tendo tomado corpo na lei de 1871 –, envolviam: disponibilidade de braços livres, respeito ao direito de propriedade e prevenção de

abolição do “tráfico ao ritmo português, mantendo a Inglaterra tanto quanto possível fora ou na periferia do processo” [id p. 206].

⁶⁷¹ PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris: Ernest Thorin Editeur. 1872.

⁶⁷² “11ª sessão em 14 de setembro de 1877”. In: *RIHGB*, Tomo XXXX, 1877, p. 489

⁶⁷³ MARSON, Izabel, “Liberalismo e Escravidão no Brasil – Século XIX. A condição servil como alteridade e pedagogia da liberdade”. In NAXARA, Márcia Regina Capelari, MARSON, Izabel Andrade, MAGALHAES, Marion Brepohl de *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009, p. 412

riscos à ordem pública e à estrutura monárquica, “ameaçadas pela expansão republicana e pela liberação imediata de grande número de cativos imaturos para a liberdade”⁶⁷⁴.

Foram os responsáveis pelo parecer dos *Nouvelles Etudes*: José Tito Nabuco de Araújo, uma figura de destaque no grupo de deputados que apoiava a Liga Progressista, e Olegário Herculano de Aquino e Castro, magistrado que tomou parte da Assembléia Geral pela província paulista e presidiu a província de Minas Gerais em anos de gabinetes liberais. Para estes, figuras próximas das idéias liberais, Pradez advogava as causas da liberdade então presente na “na consciência de todos, prenunciando uma nova era de riqueza, de paz, de grandeza e de bênçãos para este bello paiz, que só será verdadeiramente grande sendo effectivamente livre”⁶⁷⁵. Nas palavras dos pareceristas, igualmente, vemos a defesa do fim da escravidão para que o desenvolvimento nacional pudesse efetivamente ser levado a cabo. Entenderam que o escritor se encarregara de uma elevada e generosa missão, sendo portanto fácil agradar e convencer: “a causa era justa e sympathica, a convicção sincera, e favorável a disposição dos que a tinha de attender e julgar”. Assim, o livro é recomendado ao Instituto, “tendo em attenção o assumpto de que occupa, os termos em que enuncia e finalmente a nobreza de sentimentos de que se mostra possuído o philanthropo escriptor”. Pradez, assim, fica indicado para adentrar à associação, tendo como título de sua admissão um trabalho completamente voltado para as causas políticas do presente – o que não foi um problema, segundo os pareceristas, mas ao contrário: uma virtude.

Afinal, já na década de 1860 ocorrera no Brasil um movimento guiado pela idéia de emancipação cujo desempenho culminaria com a lei de 1871 – legislação que libertava os filhos recém nascidos de escravas. Fora um ponto significativo de mudança de tratamento do assunto, sintomático da percepção dentre políticos importantes de que a escravatura era uma “instituição desacreditada no mundo ocidental e de que não poderia continuar existindo sem sofrer algumas restrições”⁶⁷⁶. O Império não mais poderia se manter alheio a um debate que ocupava diversas figuras proeminentes pelo mundo afora – sendo o Marquês de Sá da Bandeira e Pradez apenas alguns destes exemplos⁶⁷⁷.

⁶⁷⁴ Idem, p. 433

⁶⁷⁵ Idem, p. 490

⁶⁷⁶ CONRAD, Op. Cit 1975, p. 88

⁶⁷⁷ Ocorrera a libertação de escravos nos impérios francês, dinamarquês e português. Além disso, a Guerra Civil dos Estados Unidos e a liberdade aos servos russos em 1861 dariam à questão da escravatura no país um alto grau de urgência. Também a questão Christie, conflito diplomático entre o Brasil e a Grã Bretanha, colaborara para “moderar as atitudes brasileiras para com a questão da escravatura”. Idem, p. 89

Em 1872 José Maria da Silva Paranhos ofertou a *Discussão da Reforma do estado servil na Camara dos Deputados e no Senado em 1871*. Este material é fundamental para o assunto: Paranhos, o Visconde do Rio Branco, nesta época presidia, como ministro da Fazenda, o Conselho de Ministros e conduziu o andamento desta lei de 1871, que libertou os nascituros. Como complemento a ela, Rio Branco também acentuou a promoção da imigração européia, adotando o sistema de contratos com particulares.

Agostinho Marques Perdigão Malheiros ao longo de 1870-1879 foi uma figura importante para o assunto da escravidão, participando dos debates, com intervenções significativas ⁶⁷⁸. Sócio do IHGB, Malheiros ofereceu exemplares do opúsculo *Breves Anotações á lei do elemento servil*, e de *A Escravidão no Brasil*, escrita na década anterior. Na verdade, os três volumes desta obra influenciaram os diálogos em torno das reformas no sistema escravocrata; o jurista defendia que a emancipação deveria conhecer um fim, mas de maneira suave e prudente, sem que houvesse o ônus para os cofres públicos do pagamento de indenizações pesadas, fruto de uma emancipação imediata, brusca. Para ele, a imigração deveria ser promovida e o Brasil preparado para a modificação, com atitudes moderadas e ordeiras.

Quando aprovada a nova lei sobre o elemento servil, uma deliberação unânime decidiu felicitar a Regente e o Imperador por meio de comissões especiais. A aprovação desta proposta, o tom do parecer do trabalho de Pradez, a participação de figuras como o Marquês de Sá, e a presença de Perdigão Malheiros indicam a proximidade do Instituto com a interpretação da escravidão como uma nódoa a ser apagada ou limpa, mesmo que de maneira gradual e algo hesitante. Além disto, percebe-se também nas sessões a atenção às possibilidades de se substituir o trabalho servil. Naquela mesma reunião em que se decidiu cumprimentar a família real pela lei

⁶⁷⁸ De fato, quando o projeto ainda estava sendo discutido, e diante da postura das províncias do norte, que colaboraram com Rio Branco para a aprovação da dita lei, Malheiros chegou a falar, em nome das províncias do sul, pedindo pelo apoio que seria necessário ao equilíbrio do sistema escravista bem como da estrutura econômica, segurança e propriedade das províncias cafeeiras sulistas. Perdigão Malheiros apontava a necessidade no sul cafeeiro da utilização da mão de obra escrava, diferentemente do que ocorria com o norte. Essa diferenciação de necessidades fazia com o que este perdesse o interesse em manter o sistema escravista e se permitisse a aproximação com propostas rumo à emancipação. É válido lembrar que o gabinete composto por Rio Branco era organizado com apoio dos conservadores nortistas, em especial de Bahia e Pernambuco, cujos chefes, barão de Cotegipe e Visconde de Camaragibe, eram membros da açucarocracia provincial. “A lei de 1871 pôde assim ser aprovada, mas para a dissidência conservadora torna-se óbvio que o norte se acumpliciara com o poder para desferir um golpe destinado a arruinar economicamente o sul cafeeiro”. (Melo, Op. Cit, pp 33-34)

de 1871, Candido Mendes de Almeida intermediou a oferta do texto que propunha organizar um conselho de imigração – apresentado em 28 de outubro de 1868 ao ministro da Agricultura ⁶⁷⁹.

Se a discussão envolvendo o problema de mão de obra trazia à tona a necessidade de sua substituição, a imigração surgiria, dentre outros projetos, como uma alternativa ⁶⁸⁰. Traços da composição social, política e até geográfica do Brasil deveriam ser reformulados para tornar possível – necessidade que transparece também na Revista. Em novembro de 1879 é apresentado um parecer favorável ao texto *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*, que serviria como título de admissão do militar Augusto Fausto de Sousa, que participara da Guerra do Paraguai e fora instrutor de topografia. O texto foi publicado no ano seguinte. O *Estudo* circunstanciava um histórico da divisão das regiões do país, anotando o grande valor de uma modificação estrutural que aumentasse o número de províncias para facilitar o reconhecimento e organização das terras e melhorar as condições para inserção de mão de obra estrangeira.

Em 1877, o parecer dado pela comissão de história sobre uma *Carta sobre o Império do Brasil* dava conta que este texto, escrito com talento e erudição, objetivava “contrastar a falsa opinião formada no estrangeiro sobre as nossas cousas pátrias, e, d’esta vez com relação especialmente à emigração” ⁶⁸¹. Pretendia, portanto,

“proclamar os verdadeiros sentimentos de amizade e sympathia que animam o nosso povo em relação aos estrangeiros, que, como colonos, emigrantes ou com qualquer outro interesse, se vem estabelecer no Brasil” ⁶⁸²

⁶⁷⁹ Ainda neste ano, novamente Cândido Mendes se responsabiliza por trazer a imigração à baila, ao ofertar ao Instituto uma tabela de produtos das diferentes províncias do Império, “para uso dos emigrantes”. Na verdade, vários exemplos de oferta relacionados a estes assuntos podem ser citados. Policarpo Lopes de Leão que fora presidente das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro na década anterior, também em 1870 apresentou um exemplar de obra de sua autoria sobre escravos. Em 1872, Dupont, ofereceu por intermédio do cônego Honorato, dentre outros trabalhos: *Idéias, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brasil*; e *Breves considerações sobre o elemento servil*, por Ypyranga. Roberto Armênio no mês de setembro de 1873 faz oferta de um exemplar do folheto *A Libertação das raças de cor por uma revolução na applicação das machinas a vapor* – oferta esta que se repete, poucas sessões depois. Em junho, Conselheiro Antônio José Duarte de Araújo Gondim, ministro residente do Brasil no Uruguai, oferecera a obra *Rio Grande do Sul and its colonies*, publicado em Londres pelo Sr. M.G.Mulhall. Felizardo Pinheiro de Campos oferece, em dezembro de 1873, alguns folhetos, dentre os quais *Elemento Servil*, artigos sobre a emancipação de autoria de Tristão Alencar Araripe.

⁶⁸⁰ Lembremos, porém, conforme Paula Beiguelman, que abolicionismo e imigrantismo não se identificam subjetivamente: “Enquanto o abolicionismo se referia ao escravo como *trabalhador escravizado*, advogando a incorporação econômica da população nacional livre e liberta num outro sistema, os ideólogos do imigrantismo (...)difundem uma noção de trabalho escravo associado a um atributo de *incompetência* extensivo ao liberto” [BEIGUELMAN, P. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981, pp. 15-16]

⁶⁸¹ “3ª sessão em 18 de maio de 1877”. In *RIHGB*, Tomo XXXX, 1877, p 434

⁶⁸² Idem, *ibidem*

A importância e a contemporaneidade imbricadas na escrita do trabalho, bem como na sua apreciação positiva são lembradas por Aquino e Nabuco de Araújo, responsáveis pelo parecer da comissão de história:

“Factos recentes têm feito duvidar, não d’esses sentimentos, mas da efficacia dos meios práticos empregados pela administração, no intento de proteger e sustentar os emigrantes europeus, salvaguardando os seus legítimos interesses
Taes tem sido, infelizmente, as impressões causadas que diversos governos não julgaram dever adoptar medidas especiaes, de certo modo infensas à emigração”⁶⁸³

Alberto de Carvalho, autor da *Carta*, desta maneira, procurara “patentear a pureza e cordialidade dos sentimentos com que são acolhidos os estrangeiros”, restabelecendo “a verdade dos factos, desfigurados pelo erro ou pela paixão, tornando bem sensíveis e conhecidos os pontos mais salientes do nosso character nacional”. Destarte, percebemos que tanto o autor, quanto os pareceristas, notavam problemas e idéias adjacentes às tentativas imigratórias. Registram, por exemplo, o reconhecido insucesso nas décadas anteriores com os sistemas pensados para o aproveitamento desta mão de obra. O sistema de parceria, por exemplo, originou contradições e conflitos, responsáveis pela perda rápida de prestígio ⁶⁸⁴ e pela repercussão negativa no exterior ⁶⁸⁵ – elementos que o autor da *Carta* possivelmente pensava em vencer com seu trabalho.

Vemos, nesta oferta e em seu parecer, também a idéia de que um dos motivos da falta de interesse pela emigração ao Brasil seria a falta de informações a respeito do país. Serviriam de parâmetro as propagandas veiculadas por Estados Unidos, Austrália e países da região do Prata.

⁶⁸³ Idem, Ibidem

⁶⁸⁴ Os interesses de fazendeiro e colono eram contrastantes: o primeiro estava habituado à rotina do braço escravo e exigia determinada resposta produtiva; o segundo pretendia adquirir propriedade e ascender na escala social, não estando disposto a subjugar-se a certas exigências. Além disso, muitos núcleos coloniais eram precários e contratos de locação e de serviço caracterizavam-se extremamente desfavoráveis aos imigrantes. Os resultados foram queixas da parte dos colonos, desinteresse dos fazendeiros pela introdução de imigrantes (voltando-se para a manutenção do trabalho escravo, mais compensador), abandono de colônias, bem como a ação de governos europeus de proibirem ou desaconselharem a ida para o Brasil – fenômeno cuja relevância parece encontrar contraponto e resposta no texto analisado pela comissão do IHGB.

⁶⁸⁵ Países europeus passariam a reagir negativamente frente a empreitada brasileira. Exemplo disto é o *Rescrito Heidt*, decreto partido do governo prussiano que vetava a emigração para o Brasil, especialmente para a província de São Paulo, diminuindo desta forma a entrada de imigrantes daquela origem. [cf: HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico. 5. Reações e Transações*, Op. Cit, p. 306; SIRIANI, Silvia Cristina Lambert “Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos” in *Almanack Brasiliense no 02*, São Paulo, novembro 2005, p 97; BEIGUELMAN, Op. Cit]

Assim, teriam surgido nas últimas décadas do século XIX “inúmeras publicações sobre as condições do país e guias de emigrantes que foram profusamente distribuídos pela Europa”⁶⁸⁶.

A idéia da elaboração de um material científico histórico e/ ou geográfico que tivesse como missão colaborar para o desenvolvimento de uma “propaganda” da emigração para o Brasil no exterior também parece estar envolvida na proposta do Dr. Maximiano Marques de Carvalho, em 1879: escrevendo à comissão de fundos e orçamento, Marques defende que cartas geográficas e topográficas deveriam ser impressas na Revista sem alterações nas escalas, para que o Brasil fosse conhecido na Europa:

“(...) A grandeza futura do Brasil depende hoje de sua publicidade na Europa. O Brasil não é conhecido sufficientemente na França, Inglaterra, na Allemanha e na Itália. O meio único de o fazer conhecido entre aquellas nações consiste em mandar-lhes as nossas cartas geographicas e topographicas de todas as províncias d’esto Império, especialmente aquellas que foram lithographadas agora no Rio de Janeiro; n’esto caso está a ultima carta topographica das estradas de ferro de Pedro II e de outras que com ella entroncam, a qual foi mandada levantar pelo ministério das Obras Publicas”⁶⁸⁷

A evidência política de tal proposta pode ser vista também na menção à promessa do presidente do Instituto de que obteria do Ministério das Obras Públicas quinhentos exemplares do sobredito mapa para publicação na Revista, ressaltando a utilidade de fazê-lo vir a prensa:

“A maior publicidade d’essa carta é do interesse do ministério que a fez levantar para esse fim, e não para guardar nos archivos d’essa reparticao. Não deve haver despeza alguma de ambas instituições; porém se houvesse a boa razão diz que o ministério das Obras Publicas deveria pagar ao Instituto por lhe dar essa publicidade tão útil”⁶⁸⁸

O IHGB estaria, portanto, executando um serviço ao Estado ao publicar folhetos que fariam o Brasil conhecido, trazendo-lhe benefícios diversos. Para explicar melhor, Marques menciona as demais sociedades de geografia de países europeus e seu interesse em conhecer as cartas de países que lhe seriam pouco conhecidos.

A relação entre a proposta de Maximiano Marques, os problemas dos colonos imigrantes e a imagem do Brasil no exterior fica mais nítida se retrocedermos a 1872, localizando na sessão de 21 de junho outra sugestão de sua autoria. Então, tendo em vista a exposição universal que no

⁶⁸⁶ PETRONI, Teresa Schorer “Imigração Assalariada” in HOLANDA, *Historia Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol 5* Op. Cit, p. 333. Segundo este texto, houve um aumento da corrente imigratória por conta também de uma propaganda intensa realizada na Itália pela província de São Paulo, “tanto quanto às condicoes difíceis que reinavam naquele país e à conjuntura favorável à mão-de-obra assalariada que se registrava nas fazendas de café paulistas antes e depois da Lei Áurea” [id, ibid.]

⁶⁸⁷ “10ª sessão em 26 de setembro de 1879”. In : *RIHGB*, Tomo XXXXII, 1879, p 250

⁶⁸⁸ Idem, p. 251

ano seguinte se realizaria em Viena e a necessidade de um folheto que fornecesse notícias dos produtos naturais e industriais do Brasil, o doutor propôs rever e alterar uma brochura de título *O Império do Brasil na exposição universal de 1867 em Paris*. Sugeriu que fosse ilustrada com cartas coreográficas das províncias e que se desse “esclarecimentos úteis e indispensáveis aos estrangeiros que desejarem emigrar para o Brasil” ⁶⁸⁹. A brochura deveria ser gratuitamente distribuída a todos que visitassem a sala da exposição brasileira. A inspiração de sua idéia vinha de um relatório sobre a exposição universal anterior, escrito por Julio Constancio de Villeneuve e os exemplos dados pelos Estados Unidos na exposição universal de 1863 em Londres e em Paris em 1867, “com o fim de activar e augmentar a emigração para aquelles Estados” ⁶⁹⁰.

No mimetismo do modelo estado-unidense para incremento da imigração sugerido por Marques entrevemos um aspecto relevante nas páginas da Revista do Instituto que se tornou gradualmente mais saliente: a modificação do relacionamento do Império, bem como o tipo de olhar dispensado, para as Republicas vizinhas, caracterizando a diminuição da desconfiança e afastamento, fortalecendo aproximações. Atentaremos para este elemento a seguir.

2. O Império e a América

A sugestão de Maximiano Marques inspirada no modelo americano demonstra uma tendência e/ou um esforço de situar o Brasil como espaço de ilustração e desenvolvimento não mais necessariamente em relação à Europa, mas dentro do cenário americano, no qual são estabelecidos pontos de reconhecimento mútuo, partilha de experiências e estudos. O empenho em fazer do Brasil espelho de países europeus – tentame que era perceptível, por exemplo, no argumento da linha de continuidade com Portugal – diminui, enquanto ganha corpo avaliações dos emparelhamentos do país com a(s) América(s). Passando a se enxergar parte do continente americano, a confirmação da identidade do Império brasileiro não mais necessitava se firmar pela construção do “outro” incorporado pelas repúblicas formadas pelas ex-colônias espanholas.

Na década de 1870 dá-se um impulso progressista, que emparelha o Império à nações mais desenvolvidas e faz com que passe a desenvolver uma atuação internacional no sentido de demonstrar um compromisso com a modernidade. A mudança é trazida também pelo histórico de

⁶⁸⁹ “4ª sessão em 21 de junho de 1872”. In *RIHGB*, Tomo XXXV, p. 537

⁶⁹⁰ Idem, p. 438. Sobre exposições universais conf. PESAVENTO, Sandra Jatahy *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997

guerra dos anos anteriores, em que o Império se imiscuiu na tarefa de “vencer a tirania” que tomava outras nações americanas ⁶⁹¹. Portanto, a abertura na Revista do IHGB para artigos sobre os países americanos se explica também pelo encerramento dos recentes conflitos da Guerra do Paraguai ⁶⁹².

Na verdade, em menções dentre as atas transparece a preocupação em referendar as atitudes e a política do Brasil no decorrer e no término do embate. Críticas relacionadas à condução da guerra – que deixara pesadas dívidas aos cofres públicos, um grande número de mortos, e mal estar dentre os militares devido à pequena atenção dispensada pelo governo ao exército ⁶⁹³ – também foram utilizadas para direcionar restrições à monarquia de modo geral ⁶⁹⁴. A defesa da orientação/política brasileira na Guerra do Paraguai, ocasionou ofertas de folhetos e obras relacionados aos eventos belicosos, bem como comentários a eles referidos ⁶⁹⁵ e à análise da região em si ⁶⁹⁶. A preservação das fronteiras, problema político premente na década de

⁶⁹¹ Conforme o século XIX aproxima-se do final, e a monarquia sofre críticas cada vez mais exarcebadas, a memória da Guerra do Paraguai vai servir como defesa de um regime que em nome da liberdade envolveu-se na política das nações vizinhas, salvando-as das mãos de ditadores e da injustiça.

⁶⁹² Com o final da Guerra, inclusive, as relações entre Brasil e Estados Unidos, após um período de incidentes e atritos diplomáticos, no qual, inclusive, o Paraguai contou com a simpatia do governo estadunidense, retomariam a cordialidade. DORATIOTO, “O Império do Brasil e as Grandes Potências”, Op. Cit, p. 144

⁶⁹³ Após o final da Guerra do Paraguai, houve esforço da parte dos núcleos militares para que houvesse reformas, mas, segundo John Schultz, a maioria dos políticos ignoraram os militares. Enquanto generais tentavam fazer passar modificações, os jovens oficiais manifestavam insatisfação na imprensa. Ambos grupos, embora não formassem um conjunto homogêneo, percebiam os problemas, os mesmos de antes da guerra: “salários baixos, promoções demoradas e injustas, condições de vida miseráveis e falta de pensões para as viúvas, aleijados e órfãos”. Além disso, depois da guerra aconteceu uma rápida desmobilização, e o exército ficou “ainda menor e menos preparado do que antes da guerra”, concomitante à tomada de autoconfiança como grupo no Exército, por conta dos esforços conjuntos nos eventos belicosos recentes. SCHULTZ, John, *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, São Paulo: Edusp, 1994, p.75. No IHGB, na década de 1880, emergiriam elementos que davam espaço ao papel do Exército na História. Em primeiro lugar, na tentativa de defender a monarquia de ataques que embasavam seu argumento na Guerra do Paraguai, o exército era apresentado como valoroso e honrado. Também, apareceriam imagens de participações das tropas nos eventos da Independência.

⁶⁹⁴ Segundo Francisco Alemnbert, os ideólogos positivistas foram os mais severos críticos “do envolvimento do Brasil na guerra e suas conseqüências, travando verdadeiras batalhas pelos jornais para denunciar a incúria do Império, à qual opunham seu projeto republicano de inspiração comtiana”. ALEMBERT, Francisco “O Brasil no Espelho do Paraguai” in MOTA, Carlos Guilherme, *Viagem Incompleta 1500-2000: A Experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 313.

⁶⁹⁵ Houve até mesmo uma sessão extraordinária em 21 de março de 1870 convocada por ocasião do fim da guerra, na qual a palavra foi dada aos sócios para que sugerissem maneiras pelas quais o Instituto poderia tomar parte no regozijo nacional. Foi decidido que se criaria uma deputação para felicitar o Imperador e o Conde D’Eu.

⁶⁹⁶ Na primeira sessão de 1870, Ângelo Justiniano Carranza – por intermédio de Moreira de Azevedo – dentre outros oferece: *Descripcion histórica de la antigua provincia del Paraguay por D. Mariano Antonio Molas, corrigida y anotada por el Dr. Anjel Justiniano Carranza*. Em sessão em 15 de julho de 1870, João Ribeiro de Almeida oferece coleção de *Semanários*, periódico de Assumpção, outros impressos e manuscritos sobre a Guerra do Paraguai, com uma exposição que foi lida na ocasião. Em 21 de outubro de 1870, o Capitão Antonio de Sena Madureira oferece exemplar de sua *Guerra do Paraguai*, em resposta a Jorge Thompson. Em novembro, Alfredo de Escragnolle Taunay oferece coleção encadernada de periódicos publicados no Paraguai, recolhidos em Peribebuy. Felizardo

1840, ainda preocupa ⁶⁹⁷; contudo, apresenta-se em menor número na Revista e/ou o seu enfoque alterado substancialmente, estando mais interligado às decorrências da guerra.

Em maio de 1876, um grupo de sócios propõe para membro correspondente Alberto de Carvalho servindo como título de admissão os seus trabalhos publicados em Paris relativos à Guerra do Paraguai e outros sobre a emigração para o Brasil. Um ano depois, é apresentado o parecer da comissão de história no qual abordam dois textos de autoria de Carvalho. O segundo deles, já comentado anteriormente, defendia o Brasil de acusações externas concernentes à imigração. A outra, *Resposta aos artigos da pátria sobre a guerra do Paraguai*, pretendia

Pinheiro de Campos oferece em julho impresso do *Diário do Rio de Janeiro*, no qual há uma narração das exéquias feitas por ordem do governo aos militares do exercito e armada que faleceram na guerra do Paraguay. Em sessões do ano seguinte, Taunay novamente participa oferecendo *Diário do Exercito – Campanha do Paraguay, commando em chefe de S.A.R. marechal do exército Conde D'Eu* e *La Retraite de la Laguna*. No mesmo ano, o conselheiro diretor geral da secretaria da Guerra remete por ordem do ministro 6 exemplares do *Atlas Histórico da guerra do Paraguay* e respectivos textos.

Antonio Pereira Pinto, em 1871, apresenta vinte e um exemplares do opúsculo *Política Tradicional – Intervenções do Brasil no rio da Prata*. Em 1872, outro *Atlas histórico da guerra do Paraguai* – organizado pelo 1º tenente Emilio Carlos Jourdan – é entregue por José de Oliveira Junqueira – da parte da secretaria da Guerra. Também são é anotada a chegada de três officios do diretor da secretaria de estrangeiros: um dos quais apresenta cinco exemplares do folheto contendo a *Correspondência trocada entre o governo imperial e o da Republica Argentina relativamente aos tratados celebrados entre Brasil e Paraguay* e o terceiro solicitando uma coleção de suas Revistas para ser remetida ao ministro dos Estados Unidos, na corte em troca de obras publicadas naquele país. Na mesma sessão destes, o Barão de Cotegipe oferece o folheto *As negociações com o Paraguay e a nota do governo argentino de 27 de abril, carta dirigida ao Exm. Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correa, ministro e secretário de Estado dos negócios estrangeiros*. Antonio Nunes Aguiar, do Arquivo Militar, oferece *Carta do Theatro da guerra do Paraguay*. No fim deste ano, Viriato A. da Silva envia dito acompanhando manuscrito com o código da evolução militar usada na republica do Paraguai até a recente guerra com o Brasil e o Conselheiro Ricardo José Gomes Jardim oferece *Dissertação sobre o actual governo da republica do Paraguay*, escrita por Antonio Correa do Couto.

Joaquim José Ferreira da Silva em 1875 oferece o manuscrito *Quaderno de la instruccion da campana para el batallon n. 20 de la compañía de granaderos, traballado a 26 de marzo de 1867, por Manoel Benitiz*, que seria “pergaminho grosseiro e tomado aos paraguayos”. Ao final deste mesmo ano, Antonio Joaquim Álvares, oferece *Poema em dois cantos, dedicado à Imperatriz do Brasil, sobre a terminação da guerra do Brasil contra o governo do Paraguay*. Em 15 de setembro do ano seguinte, José Maria da Silva Paranhos oferece o segundo volume da obra de título *A guerra da tríplice aliança (Império do Brasil, republica Argentina, e republica Oriental do Uruguay) contra o governo da republica do Paraguay (1864-1870)* por L. Schneider, traduzida do alemão por Manoel Thomaz Alves Nogueira e pelo ofertante anotada.

Já em 1877, Joaquim Antonio Pinto Jr oferece *Guerra do Paraguay – defesa heróica da ilha da Redempção – (10 de abril de 1866)* – neste mesmo ano, Theotonio Meirelles da Silva, oficial reformado da armada, oferece as obras *Marinha brasileira em Paysandu e durante a guerra do Paraguay* e *Exército brasileiro na campanha do Paraguay*. Ainda neste ano, a freqüente remessa do bibliotecário de Montevideú trará ao Instituto: *Le Paraguay, la dynastie des Lopes avant et pendant la guerre actuelle* de John Le Long (Paris, 1868); *Documentos oficiales justificativos de la conducta de las autoridades departamentales de la Republica Oriental del Uruguay contra las acusaciones de las camaras brasileiras*; *Reclamaciones de la Republica Oriental del Uruguay contra el gobierno imperial del Brasil* (Montevideú, 1864); *Historia de Rosas*, por Manuel Bilbao (Buenos Aires, 1868).

⁶⁹⁷ Como é possível verificar na oferta de J.R. Gutierrez de exemplar sobre a questão de limites entre a Bolívia e o Brasil, servindo como título de sua admissão ao Instituto, em 1870; na do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, que se tratava de uma *Memória sobre a questão de limites entre o império do Brasil e a república da Nova Granada*; e a de Pedro Torquato Xavier de Brito, em 1873, de um volume do *Tratado de Limites das conquistas entre os Srs. D. João V, rei de Portugal, e D. Fernando VI, rei de Hespanha*, impresso em Lisboa, 1750.

restabelecer “a verdade na apreciação dos fatos da guerra” que estaria sendo distorcida fora do Brasil. Assim, o texto fora composto de maneira a refutar

“(…) alguns erros cometidos na imprensa estrangeira, quer em relação aos factos, quer em relação aos motivos que determinaram o procedimento altamente patriótico e desinteressado do Brasil na defesa da honra nacional, por nós gloriosamente vindicada”⁶⁹⁸.

Segundo os pareceristas, pretendia-se, atacando violentamente a política do Brasil, indicar que a guerra teria objetivado perpetrar invasão e conquista, mas o texto de Carvalho vinha a defender “a verdade”.

“sem compreender-se talvez o espírito elevado das instituições políticas do grande imperio americano, denegava-se a justiça que é devida ao paiz, que tem sabido a custa do seu sangue, e pela iniciativa de seus próprios esforços, firmar o monumento de sua grandeza nas sólidas bases do patriotismo e da liberdade.

Foi então que, com louvável zelo, veio à imprensa o nosso jovem compatriota lavrando o protesto que se contem em seu escripto”⁶⁹⁹

No parecer, lamenta-se que o assunto, considerado de grande dimensão, tivesse sido objeto de um opúsculo pequeno, no qual não estavam mais bem desenvolvidos fatos e razões – como aqueles que poderiam ser sugeridos pelo estudo dos últimos acontecimentos da guerra, bem como pelos documentos oficiais publicados e coligidos. Realmente, trata-se de matéria de vital importância, abordado também por Duarte da Ponte Ribeiro em 1872, quando deu ao Instituto um *Mappa da fronteira do Império com a republica do Paraguay*, organizado para ser anexo ao relatório do ministério dos negócios estrangeiros; as notas relacionadas ao trabalho apareceram nas paginas da Revista, poucos meses depois.

A primeira, assinada por “um brasileiro” é um impresso em que a defesa da política brasileira na região também é o mote. Alguns jornais da região do Prata apresentariam a questão dos limites entre o Império e a República do Paraguay de maneira a supor que o Brasil, ao sair vitorioso na guerra, pretendia impor uma nova fronteira; publicavam que os brasileiros procuraram estabelecer com o Paraguai um tratado de limites extorquindo territórios. Assim, a nota do “brasileiro” anônimo pretende esclarecer e indicar que ocorria até mesmo o contrário: o Brasil estaria a contentar-se “com menos do que antes pudera exigir”⁷⁰⁰. A nota vinha a tentar impedir que uma suposição errônea prevalecesse, dando esclarecimentos e resumindo a história

⁶⁹⁸ “3ª sessão em 18 de maio de 1877”, in *RIHGB*, Tomo XXXX, 1877, p. 433

⁶⁹⁹ Idem, ibidem

⁷⁰⁰ RIBEIRO, Duarte da Ponte “Limites do Brasil com o Paraguay. Carta da Fronteira do Império do Brasil com a Republica do Paraguay” (anexos). In: *RIHGB*, Tomo XXXV, 1872, p. 487

dos limites da região, de maneira a apontar que a diplomacia do Brasil apenas defendia a fronteira a que o Império teria direito.

Como se sabe, o problema daquela região tem início em tempos coloniais. O autor da nota demonstra que embora as metrópoles tenham tentado, no longo período de suas administrações não foram capazes de manejar convenientemente os debates sobre as fronteiras de suas possessões e legaram aos países que se formaram a controvérsia entre direito por posse *vs* direito por ocupação que marca os problemas daquela localidade.

“Havia cerca de três séculos que duravam discussões estéreis entre Hespanha e Portugal sobre o preferente domínio territorial no continente americano, allegando a primeira a doação dos Papas e o segundo o direito de primeiro ocupante, quando os dois soberanos quizeram pôr termo a esta questão, tomando para base de um tratado definitivo o ficar cada um com os territórios que possuía então”

Ao verificar o sentido histórico dos tratados, Portugal é apresentada no texto como uma administradora que enfrenta dificuldades para cuidar de assuntos de extrema importância. Seguem-se no texto narrativas a respeito de re-demarcações e tratados sobre a região (1750-1761-1777) para demonstrar que o Brasil teria embasamento histórico para defender determinados terrenos e fronteiras, e que respeitaria os territórios que não lhe coubessem, em especial se considerado o direito de *uti possidetis*. Houve tratados para impor certos limites de maneira que fossem reconhecidos pelos respectivos súditos e que não houvesse mais “usurpações” de qualquer dos lados.

A segunda nota é de autoria de Duarte da Ponte Ribeiro, data de 22 de abril de 1872 e se inicia com a afirmação de que “A fronteira do Império do Brasil com a Republica do Paraguay não é desconhecida”. Ribeiro também desmembra o histórico de demarcações e reconhecimentos da região de que trata, erigindo um trabalho similar ao primeiro. Lembra, igualmente, que a fronteira fora demarcada em 1754 por uma comissão luso-espanhola, que legou diários e mapas originais, nos quais se vêem as margens do rio Paraná: o objetivo é exatamente evidenciar como a fronteira do Império com a República paraguaia não era ignorada.

A terceira nota divulga a existência da litografia de uma carta de fronteira entre o Império e a República do Paraguai, feita na seção topográfica do ministério da Agricultura e Obras Públicas, onde também era elaborada a carta geral do Império. Esta era baseada “em trabalhos de comissões científicas, cuja enumeração comprova que datam de muitos annos os

reconhecimentos topographicos na terra de Santa Cruz”⁷⁰¹. O objetivo deste texto é basicamente demonstrar esta enumeração, por meio de diários e planos topográficos de comissões mistas luso-espanholas, com seus respectivos participantes.

Frequentemente, como vemos, o histórico das fronteiras foi alvo de debates e estudos na no Instituto, expressando-se na revista. Neste caso, o relevo político era expresso pelos problemas relacionados à guerra, mas a fixação de limites não deixava de se remeter ao passado. Com efeito, em agosto de 1870, Ernesto Ferreira França Filho, advogado do conselho de estado, apresentou em sessão um pedido para que seu trabalho, *Apontamentos Diplomáticos sobre os Limites do Brasil*⁷⁰², composto e ofertado vinte anos antes, fosse finalmente apresentado na revista⁷⁰³. O texto encadeia dados das fronteiras do Império, tanto ao sul, quanto ao norte, desde o Descobrimento. Segundo ele, o domínio da região pelos portugueses seria por “direito de conquista, descobrimento e ocupação” o que dava ao Império uma legitimidade para suas fronteiras.

O inicio do histórico conflito ao sul seria contemporâneo ao Descobrimento:

“O Rio da Prata, descoberto em 1511 pelos portugueses, e a sua margem setentrional foram desde 1530 o constante pomo de discórdia entre Portugal e Espanha, sendo um dos fins da armada de Martim Afonso de Souza (...) a ocupação e talvez colonização de algum ponto mais importante desse mesmo rio”⁷⁰⁴

Essa ocupação ocasionaria reclamações por parte do governo espanhol em 1531. A questão foi tratada pelo ministro de Portugal Álvaro Mendes de Vasconcellos, “fazendo o espanhol valer o direito de antiguidade de posse e não de descobrimento”. A seguir, o autor constrói um histórico sobre os conflitos envolvendo a colônia de Sacramento⁷⁰⁵, abordando momentos em que fora atacada e tratados entre Espanha e Portugal. A narrativa segue até a

⁷⁰¹ Idem, p. 496

⁷⁰² FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira “Apontamentos Diplomáticos sobre os Limites do Brasil” in *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, 1870

⁷⁰³ Este texto foi entregue vinte e dois anos antes, em 1849. Dez anos depois, França é indicado para sócio correspondente, por Fernandes Pinheiro, Caetano de Sousa Filgueiras e Norberto de Sousa Silva, que lembram que é autor de vários opúsculos sobre direito e que já entregara aquela memória, que foi arquivada, a pedido dele mesmo. Veremos adiante que os motivos que supomos estarem envolvidos no arquivamento deste trabalho perpassam uma análise que polemiza com a atuação portuguesa na defesa e organização do território.

⁷⁰⁴ Idem, p. 221

⁷⁰⁵ A Colônia do Sacramento foi criada em 1680 para que os colonos espanhóis não mais continuassem se estabelecendo nas vizinhanças do Rio Uruguai – o que faziam desde quando Portugal estivera sujeito à Espanha. A notícia desta colônia chega a Madrid e o ministro espanhol em Lisboa é instruído a reclamar contra o estabelecimento. Assim, tem início uma negociação entre as coroas. O autor faz notar que D. Pedro de Mendonça fora enviado por Carlos V em 1535 para fundar uma colônia “no lugar onde existe hoje a cidade de Buenos Ayres”. Foi destruída por índios maracotos e restabelecida por D. Pedro Ortiz de Zarate, governador de Assunção.

convenção de 1827, pela qual a província Cisplatina é desanexada do Império do Brasil, tornando-se Estado Independente.

O texto encerra-se com um balanço dos principais problemas das fronteiras no presente, com sugestões para que pudessem ser resolvidos. Para o autor, o acordo no sul seria difícil e estaria longe de se “possuir uma linha divisória traçada perfeitamente, com clareza e precisão em todo o seu desenvolvimento”. Nos trechos abaixo, França aponta um possível caminho, lembrando o princípio que guia o direito nas fronteiras, para o Império:

“As três repúblicas ao norte e oeste (...) nem entre si talvez têm ainda marcado definitivamente suas fronteiras. (...)

O princípio fundamental do nosso direito público em semelhantes questões de limites é o *uti possidetis*, pois enquanto dificuldades sobrevindas na execução do tratado de janeiro de 1750 motivaram o de 1761, os brasileiros foram se estendendo por direito de ocupação pelo território que descubriam, povoando os mais importantes e levantando fortificações e monumentos de sua posse (...) e caducando com a guerra de 1801 o tratado de 1777, as nossas fronteiras ficam sendo as que então adquirimos por descobrimento e ocupação, salvos os arranjos livremente estipulados que para o futuro fizemos por utilidade recíproca”⁷⁰⁶

Para o autor, o *uti possidetis* deveria ser a base de todos os tratados de paz, sempre que não houvesse convenção claramente expressa do contrário – seria o princípio norteador das questões de limites. Tendo isso em vista, ressalta a necessidade de fundar colônias e estabelecer fortalezas na extensão da fronteira, de maneira que não fossem abandonadas, para “preservar-nos de qualquer invasão e proteger os súditos brasileiros”⁷⁰⁷. A falta de inspeção, escolhas equivocadas de oficiais e comandantes, baixa remuneração seriam motivos da má situação em que estavam algumas edificações existentes. Implementações para a segurança e melhoria das fronteiras do Império deveriam ser feitas, por meio de uma comissão “composta por pessoas hábeis e zelosas do bem do Estado, a qual auxilie o governo com as luzes, dados, exames e indicações que lhe subministrar”⁷⁰⁸. A importância da discussão e do bom pontuar das fronteiras não deveria ser pedida de vista:

“num país tão extenso e despovoado como o Brasil, e confrontando com tantas nações diferentes, convém que a segurança das fronteiras forme um ramo especial do serviço público, afim de que por uma bem entendida centralização possam partir e transmitir-se com rapidez e energia desde a capital até as mais longínquas raías (...) do Império as ordens, medidas e socorros que forem necessários para

⁷⁰⁶ Idem, pp. 231-232

⁷⁰⁷ Idem, p. 232

⁷⁰⁸ Pensamos que talvez considerasse que o Instituto poderia se insinuar para esta tarefa. Idem, p. 233.

se manter e desafrontar a inviolabilidade do território brasileiro, inviolabilidade que em todos os países cultos constitui um objeto intransigível do pundonor nacional ”⁷⁰⁹

Em 1877, é publicada a *Memória sobre o Assédio e a Rendição da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento em maio de 1777* de autoria de Pedro Torquato Xavier de Brito, militar que atuou em uma comissão de exame da carta geral do Império, e que organizou cartas das Republicas paraguaia e uruguaia. A *Memória* demonstrava pendências na solução dos problemas na fronteira e indicava, assim como os demais supracitados, que a Colônia era objeto de discórdia desde o tempo em que Portugal e Espanha eram os administradores⁷¹⁰.

Os textos poderiam ser inseridos em uma proposta de provar que a atuação espanhola na região, desde os primeiros séculos, foi motivo por disputas entre exploradores e posteriormente entre os caudilhos, ressaltando o fato de que aquela havia sido recorrentemente uma região turbulenta. Essa tese poderia funcionar como uma justificativa diplomática adequada para intervenção, no caso a brasileira: tratava-se de um espaço ameaçador para o Império. Sua política e atuação, portanto, deveriam ser abonadas. A questão do Prata e a Guerra do Paraguai, destarte, suscitaram nas páginas da Revista uma justificação da política brasileira e das fronteiras do país, baseada na construção de uma imagem ameaçadora dos vizinhos. A representação sobre o passado português ora é resgatado na forma dos tratados concordados com Espanha, ora é descrito como o tempo em que ainda não era possível instituir segurança nas fronteiras, posto que as coroas, foram “estéreis” na tentativa de pôr fim a desacordos.

Não obstante a complexidade destes conflitos, a RIHGB também trouxe outras imagens para os relacionamentos com os países vizinhos – e com os Estados Unidos⁷¹¹ – expresso em aproximação e curiosidade, perceptíveis especialmente nas atas das sessões, em que se relata experiências em congressos, intercâmbios de materiais, doação de textos e obras⁷¹².

⁷⁰⁹ Idem, p. 236

⁷¹⁰ A despeito de tratados e disposições em contrário, a Espanha continuou considerando parte do Rio Grande do Sul como região conquistada. Os moradores da região reagiram contra esta pretensão, considerada injusta e insólita. De Cadiz, então, uma expedição considerável partiu, chegando em 20 de fevereiro de 1777 no canal entre o continente e a ilha de Santa Catarina. Em poucos dias, ilha rendeu-se. Detalhando as movimentações dos grupos em atrito, estende-se a publicação com as cópias dos documentos que serviram lhe de embasamento: cartas redigidas pelo coronel ao governador de Buenos Aires. BRITO, Pedro Torquato Xavier de, “Memória sobre o Assédio e a Rendição da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento em maio de 1777 com um mappa”. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, TomoXXXX, 1877, p. 277

⁷¹¹ O Instituto recebe freqüentes publicações do Instituto Smithsonian e mesmo a secretaria de estrangeiros dirigiu-se ao IHGB solicitando uma coleção de Revistas para remeter ao ministro dos EUA, em troca de obras publicadas lá.

⁷¹² Esta imagem se fortaleceria na década de 1880, o que é exemplar na recepção do grupo de chilenos em 1889 e a sessão especial organizada em sua homenagem.

Alguns membros ocuparam-se de estudar as relações do Brasil com os demais países, sob óticas diversas daquelas presentes em problemas políticos, econômicos e diplomáticos – ou em fontes pelas quais se examina tais atritos. No final de 1872, o médico João Ribeiro de Almeida inscreveu um *Estudo comparativo entre o Rio de Janeiro, Buenos Ayres, Montevideo e outras cidades, sobretudo debaixo do ponto de vista hygienico e demographico*. João Wilkens de Mattos também doou ao Instituto exemplares do *Diccionario topographico do departamento de Loreto, republica do Peru*. Diogo de Barros Arana, historiador chileno, por intermédio de Nicolau Joaquim Moreira, membro importante da SAIN, apresentou em agosto de 1874 um exemplar impresso da *Colleção de Historiadores do Chile e documentos relativos á historia nacional*. Em suma, diversas doações similares serão presentes por toda a década⁷¹³. Até mesmo fontes não escritas foram repassadas ao Instituto, como a antiguidade que foi encontrada embaixo de guano e pedra na base da ilha Chíncha – da parte do ministro plenipotenciário do Brasil no Peru, Felipe José Pereira Leal.

Em 1871, Paranhos intermediou a oferta dos *Estúdios históricos sobre la revolucion argentina – Belgrano y Guemes* – escrita por Bartholomeu Mitre, que foi indicado para ser sócio honorário⁷¹⁴. A proposição de pessoas dos países circundantes para sócios é outra maneira pela qual se poderia verificar a tendência política, no caso, a de aproximação com os países americanos⁷¹⁵. O momento em IHGB se aproxima do “periodista, historiador, político, literato,

⁷¹³ Em 1874, Isidoro de Maria envia exemplar do tomo 2º do *Compendio da Historia da Republica Oriental do Uruguay*. Em 1875, o consócio José Vieira Couto de Magalhães apresenta *Elementos de grammatica quíchua ó idioma de los Incas, escriptas pelo Dr. José Fernandez Nodal* e imprezo em Cuzco. No ano seguinte, Clemente Barrial Posada de Montevideu oferece *Informação descriptiva e explicativa* do reconhecimento geographico e geológico d’aquella parte do continente do sul americano e Agostinho de Vedia remete *La deportacion à la Habana em a barca ‘Puig’, historia de um atentado celebre*. Luiz Antonio de Pádua Fleury, secretário do Brasil na Argentina oferece um *Registro estatístico daquela republica anos 1872-1873*. O diretor geral da secretaria de Estado dos negócios estrangeiros transmite exemplar do *Novo Mapa da Guiana Inglesa*, que o governador da colônia ofereceu por intermédio do ministro do Brasil em Londres. Também é lida em sessão a carta de Luiz Augusto de Pádua Fleury, secretário da legação brasileira na Argentina, oferecendo 1º tomo dos *Anales de la Sociedad Scientifica Argentina*, fundada recentemente em Buenos Aires. Também é remetido officio do diretor da secretaria de estrangeiros enviando da ordem do ministro os primeiros cinco volumes dos *Documentos para a história da vida publica do libertador da Colômbia, Peru e Bolívia*.

⁷¹⁴ Houve grande interesse de votarem a respeito de tal indicação na mesma sessão, mas havia estatutos do Instituto com disposições em contrário. Logo, é indicada urgência na votação e se convoca uma sessão extraordinária exclusivamente para realizá-la. A sessão ocorre em 20 de novembro (apenas três dias depois). Os responsáveis pela indicação foram Candido Mendes, Olegário Herculano, Paranhos, Francisco Balthazar da Silveira, Joaquim Antonio Pinto Junior e o Conego Fernandes Pinheiro. Na sessão extraordinária, a proposta é unanimemente aprovada.

⁷¹⁵ José da Costa e Azevedo e Carlos Honório de Figueiredo propuseram para sócio correspondente em 1871 Manuel Rouaud y Paz Soldan, comissário por parte do Peru na demarcação dos limites da republica com o Império do Brasil. Na primeira sessão do ano seguinte, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Carlos Honório de Figueiredo e Maximiano Marques de Carvalho indicaram para sócio honorário Frederico Errazuriz, presidente da Republica do

general e presidente”⁷¹⁶ Bartholomeu Mitre é particularmente interessante: por um lado, por conta de sua atuação não apenas na Guerra contra o Paraguai, mas de forma geral na esfera política da América. Por outro, tendo criado em 1854 o Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, seu trabalho de historiador dedicado à produção de discurso fundador e atento ao interesse em civilizar o país⁷¹⁷ marca os debates historiográficos e políticos da Argentina. Mitre estabeleceu formas de escrever a história, maneiras de narrar, e temas – principalmente, a situação colonial, o papel das raças nos processos de Independência, e por fim o papel dos heróis⁷¹⁸. Em suas páginas “fixou-se certo modelo de produção historiográfica que construiu uma visão sobre o passado argentino”⁷¹⁹, no qual a história adquire papel pedagógico e engendradora de um todo.

Após saber da indicação para sócio honorário, Mitre escreveu agradecendo e prometendo seu concurso em prol do IHGB. Na mesma sessão em que sua carta fora lida, em 1 de dezembro de 1871, ocorre a chegada do general que, sendo recebido por todos com consideração, tomou assento como sócio honorário. Candido Mendes, que lia um trabalho de sua autoria, aproveita o ensejo para afirmar a

“satisfação de ver hoje em seu grêmio ao Exm. Sr. general Mitre, que além de distinto litterato e notável historiador, muito se havia recommendado a esta respeitável corporação pela sincera amizade

Chile, autor de vários escritos, como a memória histórica *O Chile sob o domínio da Constituição de 1828*. O presidente do Chile é aceito como sócio pela comissão de admissão. Novamente Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro apontou, em 5 de dezembro de 1873, três senhores para sócios correspondentes: Aurélio Prado y Rojas, natural de Buenos Aires – juiz, professor de direito romano na universidade daquela cidade e sócio de várias academias e sociedades, também autor de alguns escritos já oferecidos ao Instituto Histórico; Ângelo Carranza, também portenho, advogado, e autor de trabalhos literários publicados em avulso ou em Revistas literárias e científicas, tendo oferecido alguns ao Instituto; e Carlos J. Álvares, de mesma naturalidade, advogado, lente catedrático de direito canônico na universidade de Buenos Aires, autor de vários artigos que foram publicados na Revista de Buenos Aires. A justificativa dada por Fernandes Pinheiro também está no fato de que tais cavalheiros ocupavam os cargos de presidente, vice-presidente e secretario do Instituto Boanerense de Numismática e Antiguidades, “uma das mais recommendaveis associações scientificas da América hespanhola” [“13ª sessão em 5 de dezembro de 1873”. In RIHGB, Tomo XXXVI, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1873, p. 603]. Na sessão de 21 de agosto de 1874, Ramiz Galvão, Homem de Mello e Barão da Ponte Ribeiro apontam Uricoechea para sócio correspondente, servindo de título de admissão Mapoteca Colombiana. (indicação aprovada na 8ª sessão de 26 de novembro de 1875).

⁷¹⁶ FREITAS NETO, José Alves “As *Histórias* de Mitre. A Argentina e seus outros”. In NAXARA, MARSON, MAGALHAES, Op.Cit p. 389

⁷¹⁷ Segundo José Alves de Freitas Neto, a pretensão de escritores de perfil similar ao de Mitre era a de identificar determinados grupos no interior do território do País com uma inabilidade de assumir essa empresa civilizatória – ao contrário da ação dos *criollos*, grupo de dentro do qual a enunciação partia. Assim, “o discurso de construção da nação é fundamentado numa crença homogeneizadora a partir dos critérios definidos por expoentes de um grupo” [id, pp. 390-391].

⁷¹⁸ Id, p.398

⁷¹⁹ Idem, p 389

que votava ao Brasil, e ainda mais pelo desvellado interesse que tomava pela historia e geographia d'America”⁷²⁰.

O general responde mostrando-se feliz por pertencer à corporação composta por membros distintos e se colocando como discípulo daqueles que caminhavam à frente das letras e ciências sul americanas. Afora a postura protocolar de respeito que Mitre certamente adotara ao dirigir-se ao núcleo letrado brasileiro que o aceitava, em suas palavras talvez se constate um olhar sobre o ele, uma interpretação acerca de seu papel para a América:

“(...) o Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico Brasileiro, perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação scientifica que mais alto se havia levantado na América do sul, dando ao mundo um novo contingente que illuminara o horisonte da historia, da geographia e da ethnographia americana. Que outras sociedades do mesmo gênero, mais antigas, e com mais sciencia e experiência, poderiam ter mais autoridade no velho mundo, illustrando os recônditos annaes do passado e os mysterios das transformações do homem e da natureza; mas que o Instituto Brasileiro, explorando um campo mais virgem, era o que com mais critica e mais copia de documentos havia estudado os ignorados thesouros da historia e da geographia do novo mundo, thesouros que ainda estavam por descobrir-se, desde suas raças pré-históricas e suas civilizações primitivas extinctas, até seu estado actual, assim na ordem physica como na ordem moral. Que se associava com entusiasmo ás suas nobres tarefas, e collocaria sob seus auspícios o primeiro trabalho que podesse executar em tal sentido, esperando que a autoridade dos que tinha chamado seus collegas e dos que considerava seus mestres, permitisse que taes producções se collocassem á sombra de sua bandeira de labor e de progresso”⁷²¹

O IHGB, portanto, seria detentor de um papel especial em um espaço específico, o americano: o apresentar dados que ainda se elaboravam, elementos ainda por descobrir, sobre um lugar – físico e/ou metafórico – “virgem”, repleto de campos a explorar. Era a instituição com propriedade para narrar aspectos sobre as Américas, superando, neste quesito, proposições ou estudos advindos de Academias científicas européias. Na fala, Mitre também deixa entrever seu olhar de historiador, que, no esforço de compor uma história total volta-se para a “busca de informações sobre os povos pré-colombianos até o seu tempo”⁷²², sem se desviar da via política desta história: as produções ao serviço da bandeira de progresso, ou seja, a historia articulada em torno da construção nacional, para tornar a nação civilizada.

Afirmando que tinha intenções de apresentar trabalhos para o Instituto, Mitre deixa entrever outra maneira pela qual o intercâmbio com os países próximos se deu: a troca e remessa de material. Chegou-se a sugerir que fossem enviadas, sistematicamente, as Revistas para

⁷²⁰ “16ª sessão de 1 de dezembro de 1871”. In: *RIHGB*, tomo XXXIV. RJ, Imprensa Nacional, 1871, p 350

⁷²¹ Idem, pp 350-351

⁷²² FREITAS NETO, Op. Cit, p. 391

instituições científicas dos países americanos, ao passo que daqueles também são remetidos diversos artigos, obras e documentos ⁷²³.

O contato algumas vezes contou com auxílio direto de algum membro do Instituto, como em 1871, quando o João Mauricio Wanderley, o Barão do Cotegipe, escreveu de Buenos Aires pedindo que o envio de uma coleção das Revistas para a biblioteca daquela cidade. No ano seguinte, o Conselheiro Azambuja, diplomata que partia para a república paraguaia, enviou uma correspondência no trânsito de sua viagem, sugerindo que fosse remetida a coleção das Revistas do Instituto aos Estados americanos que não a possuísem e também a remessa de obras publicadas no Brasil sobre História e Geografia, documentos sobre administração e política – com ou sem colaboração do governo –, em troca de outros já enviados pelos estabelecimentos ⁷²⁴.

Em 1875, o Desembargador Joaquim Floriano de Godoy ofereceu a obra *A província de São Paulo, trabalho estatístico, histórico e noticioso destinado à exposição de Philadelphia*, que lhe valeu uma indicação para sócio. A exposição da Filadélfia também é o assunto de cinquenta exemplares de uma obra entregue um ano depois por Francisco Manoel Álvares de Araújo, da parte da comissão superior da exposição nacional – *O Império do Brasil na exposição universal de 1876 em Philadelphia*.

⁷²³ Exemplar de tal situação foi a chegada da remessa de três caixões de livros vindos do conselho da universidade do Chile, acompanhado de carta de Diogo Barros Arana que pede para que o Instituto envie também suas Revistas para início de reciprocidade e relações que, segundo acredita, deve existir entre as instituições voltadas para as letras e ciências. Foi bastante freqüente, por exemplo, a doação de textos e obras por parte do bibliotecário da biblioteca pública de Montevideu, José Tavora – que em 1873 escreveu daquela cidade ao IHGB dando início ao contato através da solicitação da coleção das Revistas. A partir de então, ele mesmo se encarregou de transmitir ao Instituto trabalhos sobre assuntos diversos de origem uruguaia – desde tópicos sobre história, geografia e política até legislação, administração, agricultura, abordando por vezes assuntos interessantes ao Brasil, como o folheto que versava sobre emigração e colonização. Dentre os trabalhos oferecidos pelo bibliotecário de Montevideu, podemos citar tomos da *Legislação vigente da república oriental do Uruguai*, um *Compendio de la historia de la república oriental del Uruguay* por Isidoro de Maria, Montevideu, 1874; *La escuela de agricultura de Palmira y su fundador Don Juan de Cominges*, Montevideu, 1876; folhetos (*Asociación Rural del Uruguay*; *Expediente relativo à la denuncia hecha ante la comisión económico-administrativa*, por D. Pedro Bauzá, Montevideu; *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*; *Reglamento geral de polícia rural*; *Los Oradores de la cámara*; *Reglamento de seccion tercera y undecima*; *Buletin oficial de la comisión de agricultura de la junta E. Administrativa*; *Comisión central directiva de emigración: informe anual de 1877 – Emigración, colonización y intereses generales*); La política entre bastidores, 1873

⁷²⁴ A proposta foi passada à comissão de estatutos. A resposta reconheceria a vantagem dos documentos – “testemunhos vivos do fervoroso zelo com que no Brasil e nos Estados Americanos se cultiva o espírito e se coopera para o já notável desenvolvimento das artes” Contudo, a comissão observou que o Instituto reiteradas vezes forneceu facilmente a coleção das Revistas a estabelecimentos e bibliotecas que demonstraram interesse de possuí-la, e que pretendia manter tal postura, “levado pelo natural desejo que o animava de tornar conhecido o nome do Brasil entre as nações civilizadas, colhendo ao mesmo tempo o valioso subsídio de luzes e instrução que se contem nas publicações literárias que em troca lhe são constantemente remetidas.”. A ausência de recursos para enviar obras e documentos oficiais administrativos e políticos também é apontada; além disso, no que diz respeito a estes, “é de crer que a distribuição d’elles se faça por outros meios mais adequados e fáceis, de todo estranhos á nossa instituição” (p. 582) [“11ª sessão de 1872” in:RIHGB, Tomo XXXV, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1872, pp. 581-582]

Ainda em 1876 ⁷²⁵, é lida uma carta, que foi repassada à comissão de geografia, da Sociedade de Geographia Commercial de Paris convidando o Instituto a associar-se a ela para compor um comitê internacional para exame da questão da abertura de um canal inter-oceânico no istmo da América. A intenção da correspondência era chamar a atenção do IHGB para o lado geográfico do assunto, mencionando ainda a formação de um grupo científico internacional, encarregado provisoriamente de promover a realização de uma exploração geográfica, rigorosa e completa das partes mais interessantes do grande istmo americano. Mesmo que não interessasse ao IHGB ou ao Brasil imediata ou diretamente a construção do canal, os sócios ponderaram a respeito:

“ A idéia da realização de um canal interoceanico, traçado no território da América central ou nos das republicas da Colômbia e do México, occupa de há muitos tempos a atenção do mundo commercial e todos os dias se robustece com o maior desenvolvimento das relações commerciaes’

“Por esse lado, acredita á commissão, nosso interesse não é tão grande e immediato como o das nações assentadas e vizinhas d’aquelles territórios, sobretudo as que são banhadas pelo águas do mar Pacifico e as que na Europa mantém alentado commercio externo e dispõem de larga navegação; mas como *nação americana*, e necessitando também abrir para os nossos productos outros mercados além dos que já possuímos e cultivamos, tomamos pela realização d’essa idea o empenho que um tal melhoramento em todos desperta’

“Por isso, é a commissão de parecer que o Sr. presidente responda em nome do Instituto á attenciosa e delicada carta que recebeu, aceitando convite” ⁷²⁶.

Vemos, portanto, que a resposta favorável ao convite é recomendada pela identificação do Brasil com os demais países enquanto nação americana e também pelo interesse comercial que a melhoria da comunicação de modo geral pode trazer. Nesta representação, o Brasil pode se identificar enquanto Império americano, também pelos motivos práticos comerciais: as ligações dos territórios brasileiros aos seus vizinhos e com o Estados Unidos ⁷²⁷ visavam a facilitação da circulação de produtos. Por outro lado, a presença brasileira nas exposições internacionais da segunda metade do século XIX, a exemplo daquela ocorrida na Filadélfia, relacionava-se ao

⁷²⁵ O IHGB recebeu, também neste ano, uma carta do congresso internacional dos americanistas, de 25 de fevereiro, na qual se solicita a participação do IHGB na organização geral do congresso, cuja segunda sessão se daria em 10-13 de setembro de 1877 em Luxemburgo. Dentre as questões abordadas sobre a América, alguns bastante interessantes ao Instituto: História: Legislação civil comparada dos mexicanos debaixo do Império dos astecas e dos peruvianos á época dos Incas; – exame critico sobre a história dos povos da América Central; – descoberta e colonização do Brasil; – em que época e porque motivo o novo continente recebeu o nome de América?

⁷²⁶ “3ª sessão em 1 de junho de 1876” in *RIHGB*, pp. 422-423. Grifos nossos.

⁷²⁷ Segundo Francisco Doratioto, a cordialidade de relações entre Brasil e Estados Unidos tinha “sólida base comercial” posto que o comércio com aquela república era “superavitário para o Brasil” devido à exportação de café. O autor aponta que a visita do Imperador aos EUA em 1876 foi um momento significativo desta cordialidade. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva “O Império do Brasil e as grandes potências”, Op. Cit, p. 148. Era a ocasião das comemorações do centenário da independência norte-americana, e Pedro II também tomou parte da inauguração da Exposição Universal da Filadélfia.

interesse em mostrar uma conexão do Império com tendências de modernidade e avanços da época ⁷²⁸, ou seja, como forma de propaganda do país no exterior. Além disso, as críticas às estruturas monárquicas no pós guerra fizeram surgir discussões a respeito do melhor regime a ser adaptado em territórios americanos. Frente ao crescimento de falas republicanas no Brasil, defensores da monarquia passavam a sublinhar os traços do Império de Pedro II lembrando suas características de representatividade, indicando que sua maior necessidade era a de reformas, que poderiam ser adaptadas coerentemente e ao seu tempo.

Assim, a modificação de tratamento dado ao ambiente americano nas páginas da Revista é notável e coerente com a historicidade, e com a introdução de diferentes questões do período. Veremos a seguir de que maneira as mudanças de enfoque e a abordagem se deram em outros temas caros para a historiografia do IHGB, de acordo, também, com novas contingências políticas.

3. Re-conceituando a Independência

Na década de 1870, o debate sobre a atuação dos portugueses e balanços sobre as administração metropolitana acontecem abertamente, e com muitas nuances, em memórias históricas redigidas pelos sócios, não se restringindo, por exemplo ao espaço das atas das sessões. A partir desse momento, até a problematização do passado colonial torna-se um tema passível de ser abordado, pois, como vimos, já era quase consensual entre políticos, letrados e homens de negócios a contingência de introduzir reformas nas práticas vigentes, tanto nas sociais (como na escravidão e no trabalho livre) quanto nas políticas - reformas no sistema eleitoral e no funcionamento do poder moderador. Percebemos nestes tempos de mudanças ⁷²⁹, em primeiro lugar, a diminuição significativa da publicação de discursos apresentados ao Imperador em datas como o aniversário da Constituição de 1824 e do sete de setembro, procedimento comum nos

⁷²⁸ SANTOS, Luiz Cláudio Villafane Gomes *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o Antiamericanismo (Do congresso do Panamá à Conferencia de Washington)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

⁷²⁹ Lembrando que, além da inversão partidária de 1868, com a saída do gabinete Zacarias e os rearranjos partidários, em especial no que diz respeito ao Partido Liberal, outras alterações profundas têm lugar: desenvolvimento econômico urbano ligado ao aumento de número de fábricas, às exportações de café, cacau, e borracha; mudanças de costumes e valores, maiores oportunidades de emprego, de investimento e de mobilidade social e política; aguçamento dos contrastes entre regiões rurais e urbanas; competição entre as províncias por subsídios (engendrando uma maior percepção da dependência do todo em relação ao centro). VIOTTI, Emilia “Brasil: Era da Reforma 1870-1880” in BETHELL, Leslie (org) *História da America Latina: de 1870 a 1930*. Vol V. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

primeiros anos relacionado à legitimação do Imperador. Ainda são organizadas algumas deputações com tais objetivos, mas poucas falas são lidas nas sessões.

Observando uma delas, de autoria de Moreira de Azevedo em 1873, nota-se semelhança com discursos de outros períodos, que tentavam erigir a imagem de continuidade sem choques entre Pedro I e Pedro II e o marco de origem datado do Descobrimento – interpretação que não desenha com características negativas a administração metropolitana.

“(…) Há pouco mais de meio século que um Príncipe firme e resoluto, apoiado por cidadãos beneméritos, cujos nomes a posteridade já se adiantou em perpetual-os, cheio de fé, encarando sem receio a ameaça dos maiores perigos, hasteou nos campos do Ypiranga o estandarte de uma nação nova, alçou o grito da liberdade de um povo, saudou com sua voz a aurora da emancipação de um paiz; com duas palavras alterou o mappa do universo, transformando uma colônia em Império; acordou os brasileiros de um lethargo de três séculos; tornou-se heroe da conquista mais bella de que se podem ufanar os homens, a da Independência e da liberdade, e escreveu seu nome na pagina mais brilhante dos annaes da pátria; e se d’esse Príncipe, Senhor, herdastes o throno e o sceptro, também herdastes a gloria e a admiração que o vosso longo e sábio reinado hão justificado.”⁷³⁰
Hoje recorda a nação a maravilhosa epopéa escripta no Ypiranga, e orgulha-se por ver que, assim como plantou Cabral nas terras da América o estandarte da cruz, tem sabido V.M. Imperial firmar o pavilhão auri-verde no Império americano”⁷³¹

Neste discurso, entretanto, aparece uma diferença fundamental: outros participantes da Independência adquirem relevo; Pedro I deixa de ser o único artífice do movimento, embora ainda detenha o título de herói, de condutor das ações por ter sido responsável por “acordar os brasileiros”: emancipação – desencadeadora de transformações no mapa do mundo –, a passagem do status de colônia para Império, a conquista da liberdade são todos feitos de Pedro I. Isso contradiz a imagem de Independência segundo a qual a nação amadurecera e sua autonomia era consequência de evolução natural – argumento que aparecerá em outros textos sobre o assunto nesta década.

A administração de Pedro II é um feito de grandiosidade comparável somente à Independência ou ao Descobrimento. Cada um destes eventos foi responsável pelo engendrar do Império: com Cabral veio o “o estandarte da cruz”, ou seja, foi o introdutor da religião – instituição considerada relevante para o desenvolvimento da sociedade por alguns autores e, vale lembrar, cujo papel se discute naqueles tempos⁷³². O responsável por firmar o Brasil enquanto

⁷³⁰ “7ª sessão em 12 de Setembro de 1873”. In *RIHGB*. Tomo XXXVI, 1873, p. 578

⁷³¹ Idem, ibidem

⁷³² A Questão Religiosa teve suas raízes nas medidas do Papa Pio IX para fortalecer a autoridade da Igreja Católica – o que, segundo Emilia Viotti, necessariamente provocaria conflitos em países em que a Igreja era subordinada ao Estado, como era o caso do Brasil. Vários padres brasileiros procuravam adotar a linha do papa, com um senso de missão religiosa bastante aceso. Esse clero especificamente via com maus olhos a subordinação da Igreja. Quando o

Império autônomo é Pedro II, e sua atuação já se caracteriza como marco na história, junto a Cabral e a seu pai.

Em 1877, um parecer favorável a um texto do português José Maria Latino Coelho sobre a vida de José Bonifácio – oferecido a título de admissão – partilha de argumentação semelhante. De autoria de Olegário Herculano de Aquino e Castro e José Tito Nabuco de Araújo, o parecer, extremamente favorável, analisa o texto considerando-o como algo além de “simples biografia de um homem”: a “página brilhante a historia de duas nações irmãs” em uma situação “difícil e melindrosa, grave e complicada” ⁷³³. A história colonial, portanto, seria uma página em comum da história de nações irmãs: assim, Portugal abandonava aos poucos o papel de mãe da nação brasileira, para se tornar sua irmã – um vínculo bastante diferente e constituído por uma via diferente daquela pautada pelos laços políticos, e pela herança de instituições monárquicas. Tal interpretação ganha força nos anos seguintes e parece indicar o encaminhamento de uma fala liberal no Instituto ⁷³⁴ – em especial se considerarmos as experiências políticas dos indivíduos que escreveram o parecer.

Nos primeiros passos de Bonifácio, é comentada sua partida do Brasil para obter educação formal – sendo esta uma constante necessidade “n’aquelles tempos colloniaes, em que até da luz do espírito se fazia na metrópole avaro monopólio” ⁷³⁵. Já no governo, seria homem de “nobres sentimentos do patriotismo e da lealdade” os quais “faziam despertar vivida e pura na alma bem formada a imagem da pátria aguilhada aos rigores do despotismo colonial” ⁷³⁶.

papa condenou a maçonaria e proibiu os católicos de se filiarem a sociedades maçônicas, o bispo de Olinda Dom Vital decidiu proibir que maçons participassem nas irmandades. A intensificação do conflito viria do fato de que muitos políticos importantes eram maçons. O governo ordenou que o bispo retirasse suas interdições, mas ele se recusou. Assim, o bispo foi detido e julgado em 1874. Outros clérigos manifestaram solidariedade ao bispo, que teria seu exemplo seguido por D. Antonio Macedo Costa – também preso e julgado. VIOTTI, Emilia “Brasil: Era da Reforma 1870-1880” Op. Cit, pp737-738. A prisão suscitou muito mal estar e deu margem para que se tornasse um conflito entre Igreja e Estado, mesmo depois que os bispos foram anistiados. Os republicanos oportunamente centralizaram suas críticas no monarca, cuja atitude fora contraditória; as explicações para suas atitudes, aliás, denegriam sua imagem: agira carregando uma “impotência de espírito” ou por “obediência cega a um poder maior”. Ou seja: era “um Rei que exercia um poder supremo dentro do país, mas que se sujeitava a seguir as ordens de outro soberano, o Papa”. Além disso, o conflito permitiu que a bandeira republicana da separação entre Igreja e Estado fosse outra vez colocada. BLANCO, *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo* Op. Cit. pp.70-71

⁷³³ “14ª sessão em 26 de outubro de 1877”, in *RIHGB*, Tomo XL, 1877, p 515

⁷³⁴ Em 1878, um debate que conduzia uma reforma eleitoral provoca a queda do gabinete conservador, além de fazer a tentativa reformadora fracassar. Neste período, o Partido Conservador encontrar-se-á dividido, assim como os liberais estiveram em 1868. Trata-se do momento do surgimento de um novo eleitorado urbano, em que é quebrado o consenso na elite, engendrando um novo tipo de política. VIOTTI, Emilia “Brasil: Era da Reforma 1870-1880”, pp. 740-741

⁷³⁵ Idem, pp. 515-516

⁷³⁶ Idem, p. 517

Na leitura dos pareceristas da obra de Latino Coelho, como podemos depreender, a falta de capacidade de Portugal é um elemento importante a considerar, em conjunto com a maturidade do Brasil, para a Independência. Mais do que isso, tal amadurecimento parece decorrer justamente da falta de capacidade administrativa e o despotismo metropolitano na gestão da colônia, que crescera a ponto de não mais poder ser contida pelos laços de outrora:

“Aproximava-se a hora da emancipação de um grande povo; já eram frageis os laços com que embalde se pretendia comprimir os pulsos do gigante americano; a imprudência ou a cegueira da metrópole havia estragado a arma do poder que não soubera manejar; avultavam os erros do systema colonial, mal ensaiado e desastradamente posto em pratica por administrações pouco avisadas; era infallivel o effeito: a colônia reagiu e combateu, resistiu e venceu; porque nas pugnas da liberdade contra os excessos da prepotência nunca pode ser duvidoso o triumpho da razão e da justiça”⁷³⁷

O sistema havia sido aplicado em outras colônias, durante pouco tempo; era uma experiência recente, e terminaria por ser praticado por mãos pouco hábeis. Assim, a reação e o combate da colônia podem ser considerados efeitos dos erros do sistema. E José Bonifácio teria compreendido que um dever de honra “o chamava ao theatro da luta que se ia travar entre a força e o direito, no conflicto de interesses antagônicos da metrópole e da colonia”. A obra do povo e os pulsos do gigante americano se levantaram contra a “cegueira da metrópole”: aqui, a participação de inúmeros indivíduos no episódio da Independência recebe luz; e é interessante observar como o Brasil já é apontado como “americano”, a identidade continental que ganhou fôlego nestes anos de RIHGB e como “gigante”, de maneira que seu território colonial já é compreendido como um conjunto coeso, um corpo só. Portanto, no território e na sociedade americana de “brasileiros” ocorrera um alinhamento de interesses no sentido de buscar a emancipação. Na aproximação destas vontades coletivas estava demonstrada a voz do patriotismo; na liderança de alguns, a legitimidade por nela se coadunar uma conquista desejada no geral, e também a habilidade para atingir este objetivo.

“Não pretende a comissão inculcar que fosse a Independência do Brasil obra exclusiva de um homem, ou fosse elle um principe, um ministro ou simplesmente um cidadão. Não foi; não o podia ser. A aspiração da liberdade era sem duvida a preocupação geral dos espíritos, o justo anhelos de todos os bons e sinceros patriotas; a Independência era uma idéia nacional, que germinara na consciência da própria dignidade, que se desenvolvera com o tempo, se fortificara ao influxo da civilização, na marcha progressiva da sociedade, e que só aguardava a occasião adequada pra se patentear em todo o brilho de sua elevada expressão

“Fez-se a Independência; (...) n’essa gloriosa conquista da liberdade, em que collaboraram todos quantos sentiam-se animados pela flamma sagrada do patriotismo, cabe por direito e razão o lugar de

⁷³⁷ Idem, *ibidem*

honra àquelles que (...) se achavam investidos da autoridade e do poder que os faziam árbitros dos destinos do paiz, supremos directores da opinião e principaes motores dos acontecimentos que rapidamente succediam-se.

Somente os homens populares, que cingem na fronte o diádema do talento, são, como diz o escriptor, capazes de fundar em sólidas bases as nacionalidades libres

José Bonifácio, (...) esforçado lidador na grandiosa empreza da emancipação nacional, (...) foi o braço que guiou destro o movimento reaccionário, coroado do mais feliz successo”⁷³⁸.

Novamente – e, nestas linhas, de maneira mais clara – surge a idéia de que os nomes a serem lembrados dizem respeito àqueles que tinham a autoridade e os meios para levarem a cabo uma missão que era atribuída a eles por toda a sociedade – ou, no mínimo, por aqueles que estavam tocados por uma chama patriótica – para atingir a autonomia. Aqui, Bonifácio é dado como o guia do movimento, capaz de fundar a nacionalidade livre – aspiração que amadureceu e foi colhida a seu tempo, sem levantes, sem embates, mas como uma marcha que seguia seu curso.

Tais interpretações encontram aproximações e dissonâncias na comparação com a fala de outro membro do Instituto, que, diferentemente do que é lido no discurso acima, entende que é preciso minimizar completamente a participação portuguesa nos eventos, tanto no que diz respeito a uma administração metropolitana incompetente, quanto na postura das Cortes e suas medidas controversas, influenciando para a revolta de determinados grupos no Brasil. Este discurso de 1877, cujo orador foi Luiz Francisco da Veiga, teve lugar por ocasião do aniversário da Independência naquele ano assim como o supracitado Moreira Azevedo.

Veiga, orador da deputação para felicitar a Imperial Regente, similarmente a Moreira de Azevedo, perpassa todo o período colonial para chegar à Independência – adotado como outro episódio marcante fundador, em conjunto com o Descobrimento. Conforme poderemos ler nos trechos do discurso, sua interpretação também é a de que o Brasil amadurecera durante a administração colonial, chegando o momento em que a tutela não mais seria necessária. Logo, a Independência seria verdadeiramente um encaminhamento natural dos fatos – relativo até mesmo ao cenário internacional e à historicidade em que ocorreu.

“O Brasil, descoberto em 1500 e desde então povoado, achava-se em 1822 em completa maturidade, apto para reger-se, para proclamar e firmar sua soberania, sacudindo a vexatória e opprobiosa tutela, trez vezes centenária

O século décimo nono em sido e é incontestavelmente o século das luzes e da libertação universal

A legislação de muitos povos cultos, e, entre outras, a portugueza, dá ao homem o gozo dos direitos civis e políticos na idade de vinte e um annos.

⁷³⁸ Idem, pp 518-519

Sendo este século o das luzes e da libertação universal, como dissemos, e contando o Brasil vinte e um annos de existência à luz do dito século, no anno de 1821 (abstrahindo-se os trezentos anteriores de sua diuturna servidão) muito natural era que, n'aquella data, se declarasse livre, plenamente independente de todo o jugo desprestigiador, e que este facto, encarnação augusta de um direito excelso, fosse reconhecido e acatado por todos os povos do velho e novo mundo ”⁷³⁹

Em 1822 proclamou-se pois um fato nobre, encarnação de um direito excelso preexistente, declaração oficial que foi até tardia, posto que o povo fluminense, “órgão legítimo de todos os Brasileiros”, desde 4 de outubro de 1821 tinha feito afixar editais nas esquinas das ruas e praças do Rio de Janeiro, declarando Brasil independente e D. Pedro Imperador. Esse direito “excelso” e pré-existente, é válido lembrar, lega legitimidade de representação ao Imperador, que age de acordo com a vontade dos súditos. Isso está explicito no comentário ao que fora feito pelo povo no Rio de Janeiro.

É citado o seguinte trecho do falecido conselheiro de Estado José Joaquim Carneiro de Campos, principal redator da constituição do Império, em seu officio dirigido ao conde do Rio Maior, delegado do rei D. João VI:

“Se apressa o abaixo assignado em observar (...) que a Independência política do Brasil é o voto geral de todos os seus habitantes; que a ‘proclamação d’ella fora effeito do estado de virilidade em que se achavam estes povos, únicos do novo mundo que ainda jaziam dependentes do antigo; que a própria consciência de suas faculdades, progresso e recursos, motivara sua emancipação, sem que jamais se deva presumir que a revolução de Portugal, as injustiças das suas cortes e outros quaesquer eventos de condição precária, podessem ser mais que causas occasionaes da acceleração d’este natural acontecimento’

A Independência foi, pois, acto exclusivo da nação brasileira, que julgou dever quebrar os grilhões que a peavam e manietavam, quando se achou com forças para fazel-o, prompta para sustentar seu pleito de honra no grande fórum internacional e nos campos de batalha marítima e terrestre

Os patriarchas, isto é, os grandes e veros promotores da Independência do Brasil, foram uma ou duas dúzias de patriotas, de conspícuos e egrégios varões, que constituindo clubs políticos, auxiliando-se mutuamente e mandando emissários aos mais importantes núcleos de população do gigantesco reino americano, portadores da palavra de ordem, da senha emancipadora, estabeleceram uma formidavel liga a bem da libertação da pátria commum.

O augusto avô de V.A. Imperial, o Sr. D. Pedro I, prestou então aos brasileiros o valioso serviço da sua adhesão, centralizando fortemente e unificando o movimento insurrecional, e fundando nas virgens e opulentas regiões da América meridional a monarchia e o Império, que foi um elemento de ordem e de integridade territorial”⁷⁴⁰

Todos os indivíduos considerados verdadeiros artífices da Independência, seus reais heróis, deveriam receber destaque. O movimento fora um “ato exclusivo da nação” ao qual Pedro I meramente aderira. Sua “adesão” e a continuidade da monarquia não deixaram de ser relevantes

⁷³⁹ “11ª sessão em 14 de setembro de 1877”. In *RIHGB*, Tomo XL, 1877, pp. 475-476

⁷⁴⁰ Idem, pp. 476-477

na medida em que garantiram “unidade ao movimento insurrecional”, “ordem e integridade territorial”. Apesar disso, a adesão do monarca é o único serviço prestado no encaminhamento dos fatos por ele, e nada mais. Constituiu participação em conjunto com outros em uma idéia já promovida e que, disseminada, contava com o amadurecimento da população para ser colocada em prática por ele, detentor apenas da autoridade – que, aliás, lhe era conferida. Para Veiga, os portugueses reunidos nas Cortes e quaisquer temores de recolonização que pudessem existir na época não são mais do que circunstanciais para o desencadeamento dos fatos. A Independência fora feita, sim, porque chegara o momento e porque era natural tendência, ainda que a tutela fosse vexatória e infame. Nesta construção, Pedro I praticamente se torna coadjuvante do processo, diante do protagonismo da nação brasileira que atingira a maioria jurídica e civil.

Ainda em 1877, Veiga entrega ao Instituto a obra *O Primeiro Reinado estudado á luz da sciencia ou a revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*⁷⁴¹. O interesse do autor no episódio da Abdicação, bem como nos processos relacionados à Independência, pode estar relacionado à sua relação familiar com Evaristo da Veiga; contudo, o estudo daqueles eventos necessariamente passaria pela análise da atuação de políticos liberais, dentre os quais, o próprio Evaristo da Veiga⁷⁴². Assim, parece-nos que o interesse se pauta novamente em sublinhar o desempenho dos liberais, agora na fundação da nação; “principalmente por seus ataques ao imperador e seus esforços em prol da substituição das instituições coloniais tradicionais por outras mais compatíveis com a nação independente”⁷⁴³. A abordagem da Abdicação de certa maneira forma um diálogo com a interpretação de Veiga para a Independência: segundo Iara Liz Carvalho Souza, na ocasião das movimentações contrárias a D. Pedro I, o discurso liberal procurou revestir o 7 de abril de uma função regeneradora do 7 de setembro – momento de proclamação do “verdadeiro sentido” do Brasil, “separação de um

⁷⁴¹ VEIGA, Luiz Francisco da *O Primeiro Reinado estudado á luz da sciencia ou a revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*. Rio de Janeiro : G. Leuzinger, 1877 . A tese defendida neste texto fora esboça em um folheto publicado em 1862, *A Revolução de 7 de Abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*. A mesma idéia apareceu em publicações posteriores, também em folhetos: *O Sr. D. Pedro II a 7 de Abril de 1887*; *o Sete de Abril de 1831* e em 1890 uma carta sobre *O Sete de Abril não contemplado entre as datas nacionais*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXII, parte II, 1900, pp. 436-439

⁷⁴² É válido observar, neste sentido, que Luis Francisco da Veiga publicara em 1862 em folheto um estudo histórico intitulado *A Revolução de 1 de Abril de 1831 e Evaristo Ferreira da Veiga*, o qual, segundo Perdigão Malheiros afirma no parecer de aceitação de Veiga como sócio do Instituto, em 1868, “provocou discussão” e pelo qual o autor fora “elogiado”. Veiga também escrevera em 1867 um outro estudo histórico, *As Revoluções no Brasil desde 1544 a 1848*.

⁷⁴³ COSTA, Emilia Viotti “Da monarquia a república”. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p 148

governo português que Pedro I passava a encarnar”⁷⁴⁴. O esforço em destacar a atuação liberal naqueles anos se comunicava com o debate em torno da reorganização dos partidos, e com a posterior subida ao poder deste grupo.

Em 1878, Francisco da Veiga novamente participaria sua interpretação a respeito da Independência, apresentando proposta para que fossem reimpressas duas obras. A primeira, o processo dos indivíduos envolvidos na devassa que Bonifácio mandara proceder para justificar os acontecimentos do dia 30 de outubro de 1822. Os motivos pelos quais o livro teria merecimento estavam no fato de que tal processo

“derrama luz intensa e viva sobre o facto vital, heróico e sempre memorável, da independencia da nossa pátria, e nada pode haver mais digno de veneração e do amor de um povo que se preza do que a sua Independência”⁷⁴⁵.

O segundo livro são as *Memórias offerecidas à nação brasileira pelo conselheiro Francisco Gomes da Silva*. O autor da proposta copia diversos trechos da obra e comenta:

“Quanto aos factos históricos mais importantes que o confidente conselheiro procurou generosamente illuminar, em beneficio da supina e genial ignorância dos brasileiros, facto estes de que foi testemunha e parte, como declara logo no começo do prefacio da sua obra, foram elles os seguintes: a Independência do Brasil, a creação da imperial guarda de honra, a dissolução da Assembléia Constituinte, o imperial Gabinete secreto, a irritação dos ânimos na Bahia no anno de 1826, a abdicação da coroa portugueza, com clausula sine qua non, a guerra para a reacquisição da chamada província Cisplatina, a missão do marquez de Barbacena á Europa, para a realização do segundo consorcio do Sr. Pedro I e para conseguir a submissão de D. Miguel de Bragança, que devia vir ao Rio de Janeiro; a revolta dos irlandezes, as garrafadas nocturnas de 13 e 14 de março e finalmente a resistência passiva da noite de 6 e a revolução formal da madrugada de 7 de abril de 1831”⁷⁴⁶.

Em sua narrativa o conselheiro confirmaria

“todas as principaes asserções políticas do partido liberal moderado do primeiro reinado, que nunca quis senão a verdade constitucional, nem mais nem menos”⁷⁴⁷.

⁷⁴⁴ SOUZA, I.L.C Patria Coroad: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831, Op. Cit, pp 349-350.

⁷⁴⁵ “9ª sessão em 6 de setembro de 1878”. In: *RIHGB*. Tomo XLI, 1878, p. 424. Estes acontecimentos envolviam a acusação de conspiração interessada em mudar a forma de governo recaída sobre João Soares Lisboa, Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e demais, em conjunto com a ação do governo para debelar a ação preparada pelos liberais. Em 30 de outubro, especificamente, a Câmara municipal entregou a Pedro I uma *Representação*, contendo assinaturas em nome do povo fluminense. Tratava da questão da demissão dos Andrada do ministério, afirmando que seria conveniente apenas ao surgimento de “bando de facciosos”, “que intentavam colocar-se nos primeiros cargos do Império” e “até ousaram publicar que tinham a sua disposição a força armada”, dispersando dentre “gente crédula idéias de futuro despotismo” [OLIVEIRA, C.S. *Astúcia Liberal*, Op. Cit, p. 278]. A devassa organizada pelo ministério recomposto significou “uma ofensiva contra os interesses e poder dos liberais” [id, p. 280] e a repressão policial que a acompanhou trouxe medidas consideradas “essenciais para o encaminhamento da construção de uma nova autoridade pública” [id, p. 281].

⁷⁴⁶ Idem, *ibidem*

⁷⁴⁷ Idem, p 425

O proponente dizia-se crente no interesse sincero do Instituto Histórico em “conhecer e tornar conhecida a verdade da historia d’este Império, com toda a pureza e amplitude” ao invés de “patrocinar pelo silencio ou propagar insciente e inconsciente assertos falsos e embaidores”⁷⁴⁸. Em outras palavras, pretende sublinhar uma análise diferenciada daqueles acontecimentos – a Independência, o Primeiro Reinado, o 7 de abril e as Regências, problematizando outras interpretações mais difundidas até então sobre aqueles episódios⁷⁴⁹, esclarecendo possíveis versões equivocadas, dando voz para aqueles que antes foram calados. Assim, Veiga parece representar também uma fala liberal que pouco a pouco ganha espaço dentro do IHGB, assim como na política imperial daqueles anos – cujas teses e participações foram censuradas e alijadas em outros momentos, como durante o período da Conciliação e como ele mesmo lembra ao provocar os grêmios a não mais “patrocinar pelo silêncio”. Seu interesse em ver publicada a obra do Conselheiro Gomes da Silva se aproxima dos tons liberais daqueles dias

Após o Manifesto lançado pelo Partido Liberal, reformulado com conservadores moderados e liberais históricos, críticas ao Poder Moderador e à Constituição passaram a ser mais frequentes, também vindas desse núcleo. Além disto, defendiam descentralização, autonomia do sistema judiciário, sistema de educação independente do Estado, transformação do Conselho de Estado em órgão administrativo, abolição da vitaliciedade do Senado, sufrágio direto para capitais e cidades maiores, criação de registro civil, secularização dos cemitérios, liberdade religiosa, extensão do direito de voto aos não-católicos e emancipação gradual dos escravos⁷⁵⁰. Tendo isso em mente, é possível refletir que a tentativa de rememorar no interior do Instituto os eventos entre a outorga da Carta de 1824 e a Abdicação é uma tentativa de resgatar um

⁷⁴⁸ Idem, pp. 425-426

⁷⁴⁹ Em 1861, por exemplo, um grupo de sócios se encarregara de organizar uma campanha para tratar da Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo aniversário centésimo seria comemorado dois anos depois. Segundo Lucia Paschoal Guimarães, a iniciativa teria partido de sócios em conjunto ao então presidente do Instituto, Cândido José de Araújo Viana, o marquês de Sapucaí. Assinaram a sugestão: Joaquim Norberto de Souza Silva, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, José Ribeiro de Souza Fontes, A.A. Pereira Coruja, Carlos Honório de Figueiredo, J.J. Souza Silva Rio, Maximiano Marques de Carvalho, Henrique de Beaurepaire Rohan, Joaquim Pinto de Campos, Braz da Silva Rubim, Antonio Maria de Miranda Castro. A. D. de Pascual, Cláudio Luiz da Costa, Dr. Ludugero da Rocha Ferreira Lapa. Um aditamento feito por Cláudio da Costa acrescentava a idéia de construir um túmulo no lugar onde jazia o corpo de Bonifácio, posto que até então não havia “nem uma pedra que assinalasse este jazigo”. (“Sessão de 14 de junho de 1861” in RIHGB, Tomo XXIII, 1861, p. 716) A estátua deveria ser erguida no Largo de São Francisco, na Capital do Império, e custeada por particulares, mas não ficou pronta a tempo da data prevista. Terminou sendo entregue nove anos depois, tendo por representante do Instituto Luís Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro. GUIMARAES, Lucia “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial” Op. Cit, p. 542.

⁷⁵⁰ HOLANDA, SB “História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. Volume 5. Op.Cit, id

entendimento histórico do surgimento de algumas das estruturas que se critica e tenta modificar, talvez indicando também que suas falhas já eram presentes em sua implantação.

De fato, quase todos os eventos que Veiga valoriza na narrativa do Conselheiro foram permeados pelas dissidências dos primeiros tempos da Monarquia ou lembram acontecimentos interpretados como equivocados, como a guerra da Cisplatina, que suscitou sérias críticas a Pedro I. Alguns, como a dissolução da Câmara mesmo, foram utilizados por republicanos. Para Campos Salles, por exemplo, escrevendo na *Gazeta de Campinas* em 1874, haveria uma espécie de grande conspiração cujo objetivo era o sucesso da monarquia, mesmo que isso significasse, e – segundo ele, significou – a traição das aspirações populares – aspirações estas que haviam fomentado a Independência. Suas análises sobre o 25 de março perpassavam esta idéia e as celebrações seriam uma continuidade desta traição: buscavam ludibriar as pessoas, fazendo-as esquecer que a Constituição fora imposta autoritariamente, à custa de uma Assembléia Constituinte legítima, que não via necessidade da existência do poder moderador – chave que trancava e obstruía os demais poderes, permitindo o poder pessoal do Imperador. Em protesto, Campos Salles sugeria que se alterasse a data das comemorações para 13 de novembro de 1823, dia do fechamento da Constituinte.

Este argumento reforça que nestes tempos eram dadas a abordagem e a análise da história a serviço da política. Frente a mudanças e crises, história e práticas políticas formavam um conjunto, todo passível de revisão: “a verdade histórica, os marcos, a legitimidade de um regime fundamentado na mentira, no embuste, na violência”⁷⁵¹. Silvana Blanco mostra que, na fala de Salles, o passado é instrumentalizado para dar legitimidade ao discurso do presente, “tecendo deste modo uma representação do Império: autoritário desde sua origem e com autoritarismo perpetuado pela própria carta Constitucional”⁷⁵².

Tais elementos são perceptíveis, ainda que de maneira mais suave, nas participações de Veiga no IHGB. Outra delas se deu no último ano da década de 1870, por ocasião da morte de Manoel Luis Osório, o marquês de Herval, figura proeminente no exército e na guerra do Paraguai. No mês em que foi comunicado o falecimento, Veiga apresentou uma proposta para que fosse incluído dentre os membros falecidos do IHGB. Se aceita, dever-se-ia escrever seu elogio histórico na sessão aniversária, conjuntamente aos outros. Como justificativa,

⁷⁵¹ BLANCO, *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo* Op. Cit, p. 57

⁷⁵² Idem, *ibidem*

acompanhava a proposta uma longa exposição acerca dos significados de história. Por um lado, “Historia” poderia significar a ação:

“a sucessão dos acontecimentos, grandes feitos e factos da humanidade, em todos os domínios accessíveis á sua actividade; (...) que interessam direta ou indirectamente á existência, á fortuna e á honra do individuo e do Estado, e aos diversos ramos da civilisação”, sendo esta a “verdadeira historia, a historia real”

Por outro, ela também é criação intelectual, “a narração da primeira, a rememoração, o registro e a perpetuação dos altos factos sociaes e políticos dos povos ou de cada povo em particular” ⁷⁵³. A primeira definição se referia à vida humana, aos atos heróicos de soldados ou generais, em campos de batalha, “defendendo (...) o sensível pundonor da sua bandeira”, sendo, por isso mesmo, “abnegação”, “coragem e a dedicação do patriota” ⁷⁵⁴. Podem ocorrer igualmente nas assembléias legislativas, nos comícios; expressam-se no brado de jornalistas conscienciosos;

“é o sábio, o philosopho e o litterato, enriquecendo o já colossoal patrimônio da razão humana e o não menos colossal patrimônio da fantasia e do sentimentalismo; é o operário, o artista; e o industrial, fabricando artefactos prodigiosos e realizando empresas impossíveis; é, finalmente, o estadista, o rei ou o presidente da republica governando com prudência e previdência, zelando e augmentando a fazenda publica, promovendo e fazendo executar melhoramentos salutaes de toda ordem, no ponto de vista da moral, da instrucção e do bem estar material, e respeitando, como arca sagrada os direitos inauferíveis e soberanos dos povos!” ⁷⁵⁵.

Dentre os responsáveis pelo desenvolvimento da Historia como ação acima descrita apresentam-se como elementos urbanos, algumas figuras típicas de uma nova configuração social – e que, diga-se, por vezes associadas ao grupo liberal ⁷⁵⁶. Ao estadista, por sua vez, fosse ele republicano ou monárquico, era imposto que respeitasse os direitos de cada um. A segunda “história”, narração, seria “mais ou menos arrazoada da primeira” que era escrita pelos indivíduos e todas as instituições criadas pelos homens – especialmente pelo Estado, “por todos os modos humanamente possíveis, expressão multiforme do pensar, do sentir e do querer do homem-individuo e do homem-collectivo” ⁷⁵⁷. A segunda é escrita, tão somente.

⁷⁵³ VEIGA, Luiz Francisco da “Elogio histórico do general Manoel Luiz Osório, Marquez do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: *RIHGB*, Tomo XXXXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1879, p. 262

⁷⁵⁴ Idem, ibidem

⁷⁵⁵ Idem, pp. 262-263

⁷⁵⁶ CARVALHO, José Murilo A *Construção da Ordem*, Op. Cit, pp. 181-193

⁷⁵⁷ Idem, p. 263

Haveria, portanto dois tipos de historiadores: aqueles que escrevem com a pena, e aqueles que, escrevendo nos anais da pátria paginas imortais, “sacrificando em seus altares todas as faculdades soberanas de sua alma, as aptidões meritórias de seu vigor physico e até da própria vida”⁷⁵⁸. Esse papel teria cumprido Osório. Conclui, destarte, Veiga:

“este Instituto é especialmente histórico, e o venerando general Osório, marquez do Herval, foi um dos nossos mais preclaros historiadores, escrevendo, insistirei na palavra, paginas rutilantes de heroísmo de gloria da nossa historia de cincoenta e sete annos de nação independente!!”⁷⁵⁹

Não tendo sido historiador de pena, Osório não apareceria entre os membros do IHGB e não seria elogiado na sessão magna, o que, para Veiga, não era “lógico”, nem “decente”.

A defesa da atuação de Osório feita pelo autor é algo polêmica, na medida em que tal figura tanto se diferenciava de Caxias, individuo cuja imagem se associa ao exército do Império brasileiro, que ocupou cargos relevantes na administração imperial tendo por filiação o Partido Conservador, defensor do centralismo político, e, inclusive, era sócio honorário do Instituto Histórico. Luiz Alves de Lima e Silva era militar de destaque cuja atuação especialmente nas guerras de legitimação do Império continuamente se ressaltava. Osório por outro lado, ousado, acessível, às vezes dado a informalismos e ligado ao Partido Liberal, contrapunha-se àquele até mesmo na defesa da descentralização política, “bandeira cara à elite agrária gaúcha e também aos “senhores do café de São Paulo, berço do Partido Republicano”⁷⁶⁰. Segundo Francisco Doratioto, na década de 1870, os jornais e políticos de oposição ao modelo centralista vigente mostravam-se extremamente elogiosos a Osório, enquanto Caxias era alvo de contínuas críticas – especialmente por simbolizar o *status quo*.

Conforme vemos, as intervenções de Veiga marcam um esforço de recuperação da atuação liberal dentro do IHGB e dão sinais de que a polêmica e o debate político emergem no discurso intelectual. A diversificação de olhares para a Independência neste período em que se fazem presentes três falas – vindas de membros do IHGB e participantes do cenário político

⁷⁵⁸ Idem, pp. 263-264

⁷⁵⁹ Idem, p. 264

⁷⁶⁰ DORATIOTO, Francisco *General Osório: A espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 20. Segundo o autor, a Republica resgataria a imagem de Osório, que gozava de bastante popularidade na memória nacional para gerar identificação dentre os cidadãos com a nova estrutura política. Os republicanos teriam o apresentado como “pré-republicano”, interligando o regime à “unanimidade nacional” que era Osório. Para a maneira como o culto a Caxias substitui a valorização da imagem de Osório no exército, cf. CASTRO, Celso, “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono “brasileiro”” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vl. 14, no. 25, 2000; CASTRO, Celso *A Invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002]

imperial – é significativa da mudança do enfoque no tratamento do passado em compasso com a mudança das necessidades do presente, bem como sinaliza a atuação liberal. Com efeito, nas atas de 1870-1879, a Independência recebeu outros estudos, e pudemos perceber até mesmo um debate de interpretações sobre o evento, marcado por uma visão conservadora, na qual se valoriza o papel de D. Pedro e Bonifácio; e uma visão liberal, na qual outros participantes poderiam receber destaque – por exemplo, o grupo de liberais próximos a Gonçalves Ledo. De forma geral, entretanto, a Independência passa a ser tratada como obra de brasileiros, dando força ao argumento de que o Brasil atingira a maturidade – o que dá menor importância para a dinastia e problematiza o perfil da monarquia, justamente em um momento em que ela passa a ser cercada de críticas.

A mudança de enfoque tocou mesmo em questões que anteriormente seriam consideradas demasiado delicadas. Começam a ser abordados, ainda que com pequena força, levantes indicativos de uma não aceitação geral e unânime da Independência à época em que ocorreu ou de atritos que simbolizam o processo do “amadurecimento” do Brasil rumo à liberdade ⁷⁶¹, como a Revolta de Manoel Beckman ⁷⁶², a Inconfidência Mineira, a Cabanagem e mesmo a Farroupilha⁷⁶³: revoltas voltadas contra o jugo centralista metropolitano ou imperial. São entregues *Documentos comprobatórios dos serviços do Dr. Cláudio Luiz da Costa na guerra da Independência na província da Bahia*; na leitura dos *Prelúdios da Independência do Brasil e Motins políticos e militares no Rio de Janeiro*, ambos da parte de Fernandes Pinheiro. As imagens de resistências ao movimento ganhariam maior fôlego nos anos seguintes.

Também é notável a carta vinda do presidente e do secretário da cidade de São Paulo que tinha como anexo o *Manifesto aos brasileiros para, por meio de donativos, ser levantado no*

⁷⁶¹ “10ª sessão em 24 de outubro de 1873”. In *RIHGB* Tomo XXXVI, Op. Cit, p. 594

⁷⁶² O interesse neste levante que é tradicionalmente associado ao nativismo foi expresso em 1873, quando Antonio Henriques Leal ofereceu dois documentos manuscritos para servirem à história dos tumultos de Manoel Beckman e em 1877, quando o sócio lembra a conveniência de se inserir na Revista os documentos manuscritos do Instituto, dentre os quais aquele que ofertara anos antes.

⁷⁶³ Em 1870, Por intermédio de Coruja, o arcebispo Vicente Zeferino Dias Lopes ofereceu uma Memória sobre a instrução pública e particular da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1877, Francisco A. Pessoa de Barros oferece *Bárbara de Alvarenga ou os Inconfidentes*; no ano seguinte, Coruja lê documentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul, de 1835, que também é o foco do trabalho lido por Tristão Alencar Araripe, de 1879, dando detalhes sobre as origens dos documentos do opúsculo, e se dirigindo ao Imperador, que honrava a sessão com sua presença: “Vossa Magestade recordará a primeira obra de pacificação com que estreou o seu reinado, já tão longo e assinalado pelos actos de dedicação e de patriotismo com que tem empreendido o desenvolvimento da civilização do país” [“8ª sessão em 22 de agosto de 1879”. In: *RIHGB*. Tomo XXXII, Op.Cit, p 244]. Ainda neste ano, a Cabanagem foi o tema abordado por Fillipe José Pereira Leal, que apresenta o texto *Correções e ampliações sobre a revolução na cidade do Pará em Janeiro de 1835*.

Ypiranga um monumento à Independência do Brasil: assinala por um lado o reforço dado a este evento e por outro a tendência paulista no período de requisitar atenção para sua província – elemento chave para a interpretação de algumas memórias históricas que discutiremos adiante.

Alguns tópicos debatidos na abordagem da Independência se relacionam diretamente com o tipo de idéias que se fomentam nas circunstâncias que tratamos. Podemos entender que a diminuição do destaque positivo dado ao monarca no episódio incorpora, por exemplo, as crescentes críticas ao poder moderador. Neste sentido também poderíamos compreender o foco dado a certos levantes, em especial a Inconfidência Mineira – movimentação cujo viés interpretativo a supõe pioneira na resistência contra o sistema colonial e a metrópole. Outra idéia liberal – mais radical e próxima ao republicanismo – que ganha força neste momento, refere-se ao federalismo, orientação política defendida por algumas províncias (a exemplo de S. Paulo e do Rio Grande do Sul) que se viam fortalecidas economicamente e, ao mesmo tempo, cerceadas em seus empreendimentos pelo poder central. Tais questões podem estar relacionadas a alguns títulos e temas apresentados às sessões do Instituto.

4. O Império e as particularidades das Províncias

A história das províncias, bem como especificidades estatísticas, geográficas e mesmo comerciais passam pela mesa das sessões do Instituto. Não obstante, neste período, em que fica mais intensa a discussão política que sugeria descentralização. Da parte tanto de alguns monarquistas liberais, quanto de republicanos, o sistema centralizado do Império recebe críticas; entendiam que ele funcionava de maneira a fomentar uma distância entre a esfera da administração central e a municipalidade. Trata-se de um ideal destacado na fala de republicanos paulistas, que viam na relação entre o centro e a província de São Paulo amarras e exploração, e estendiam as restrições ao sistema de arrecadação ⁷⁶⁴.

As particularidades históricas e presentes das províncias recebem atenção, portanto. César Augusto Marques, em 1875 por exemplo, propõe que o IHGB procure recolher para o arquivo

⁷⁶⁴ Para Campos Salles, escrevendo na Gazeta de Campinas, por exemplo, São Paulo carregava as demais províncias que, conjuntamente a ela, pagavam pelos luxos da Corte; sugadas pelo poder centralizador, ficavam sem recursos. A desigualdade de distribuição de renda e a injustiça atingiria em cheio a província, produtora de grandes capitais, repassados ao centro na forma de impostos, recebendo desproporcionalmente os investimentos que partiam do governo. BLANCO, *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo*, Op. Cit, pp. 32-37

municipal do Maranhão ou ao arquivo do próprio Instituto os autos de residência do governador D. Francisco de Mello Manoel da Câmara; autos considerados preciosos por esclarecer os anos de administração de D. Francisco de Mello, que governou o Maranhão entre 1806 e 1809 ⁷⁶⁵. Também é o caso de uma correspondência de Antonio Henriques Leal, que era de família tradicional do Maranhão: em 1877 enviou uma série de documentos do período colonial encontrados em sua investigação em arquivos portugueses. Dentre a relação dos dezessete documentos, dez tratam diretamente de aspectos relativos às províncias do norte e nordeste do Brasil, sendo os demais em sua maioria sobre dados mais gerais sobre o Brasil colonial ⁷⁶⁶. Naquele mesmo ano, o carioca Moreira de Azevedo oferece *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. E Joaquim Floriano de Godoy é aprovado para sócio, com a obra *A Província de São Paulo* que, segundo o parecer que deu conta dele, constituiria “por si só um importante auxiliar ao futuro historiador d’essa província” ⁷⁶⁷.

Porém, uma parte considerável do material a respeito das províncias diz respeito aos problemas e particularidades que viviam. No final dos anos de 1870, passam a ser freqüentes os trabalhos ou documentos ligados a obras públicas, informações sobre problemas que demandam a atenção do Estado de forma especial, como a seca que afligia várias províncias do Império, em

⁷⁶⁵ “10ª sessão em 10 de dezembro de 1875”. In *RIHGB*, Tomo XXXVIII, 1875, pp. 381-382

⁷⁶⁶ Na lista constam os seguintes documentos: “*Informação do estado do Maranhão*”, por Miguel da Rosa Pimentel, 1692; “*Regimento para os capitães-mores dos rios das Amazonas*”, com assinatura de Miguel da Rosa Pimentel; “Memorial que dá o capitão João da Rocha de Andrade, das cousas necessárias ao Rio de Janeiro”, Lisboa, 22 de dezembro de 1600; “*Papel de Antonio Vieira dado a el rei sobre a entrega de Pernambuco*” – sem data; “*Carta de El rei Filipe IV para o alcaide-mor de Villa Franca, sobre a restauração de Pernambuco*”, Madrid, 16 de setembro de 1633; “Regimento que el rei D. João V mandou a José de Semedo Maia, capitão de mar e guerra da Nau Nossa Senhora da piedade, enviada a comboiar a esquadra que foi ao Rio de Janeiro”, Lisboa, 2 de março de 1717; “Carta de Gonçalo Ravasco para o duque, quando morreu seu tio o grande padre Antonio Vieira”, Bahia, 31 de julho de 1697; “*Informação sobre as minas do Ceará*”, 8 de agosto de 1654; “Relação do dinheiro que se remeteu para a cidade de Lisboa desde 22 de maio de 1682 até 21 de maio de 1687”, Bahia, 28 de junho de 1689 – Antonio Lopes Ulhoa; “Relação do dinheiro e assucar que se remeteu para Lisboa da provedoria-mor do Estado do Brasil desde 22 de maio de 1688 até 21 de maio de 1692” – assinado pelo mesmo Ulhoa; “Relação do dinheiro remetido da provedoria mor do Estado do Brasil para Lisboa, desde 22 de maio de 1694 até 19 de maio de 1699”, assinado pelo mesmo; “*Carta de João Baptista de Azeredo Coutinho de Montauray para el-rei, oferecendo um estojo para navalhas, feito por um natural da capitania de Ceará Grande*”; Ceará Grande, 1º de abril de 1783; “Discurso que D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, fez no dia 4 de setembro de 1717, em que tomou posse do governo da cidade de São Paulo, assistindo o senado, os nobres, o povo e alguns procuradores das vilas da sua comarca”; “Memorial que o tenente coronel Álvaro José Serpa Souto Maior deu à Sua Magestade na audiência de 6 de Abril de 1728”, que é uma exposição de Estevão, que vinha das Índias espanholas, e observara doze coisas a respeito do Brasil, as quais achava serem dignas de ponderação; “*Apontamentos para a chronica da companhia de Jesus no Maranhão*”; “*Chronica da missão da companhia de Jesus no Estado do Maranhão*”; “Livro dos Óbitos dos religiosos da companhia de Jesus”.

⁷⁶⁷ “4ª sessão em 23 de julho de 1876”. In *RIHGB*, Tomo XXXVII, 1876, p 375

especial as do norte⁷⁶⁸. Desta forma compreende-se a participação de Manuel Buarque de Macedo, chefe da diretoria das obras públicas da secretaria dos negócios da agricultura ⁷⁶⁹ que em 1876 enviou uma *Carta da província de Goiás, Mapa da região principal da província de São Paulo e exposição dos trabalhos históricos, geográficos, hidrográficos organizados pelo conselheiro barão da Ponte Ribeiro*.

Entre 1870 e 1875, segundo Flavio Azevedo Marques de Saes, se formaram quatro empresas nacionais de ferrovias que se estabeleceram a partir de São Paulo e Jundiaí como troncos importantes da rede ferroviária paulista. As ferrovias eram vistas como condição da expansão da economia cafeeira em São Paulo, já que o antigo sistema de tropas de mulas mostrava-se bastante dispendioso e insuficiente para dar conta da produção e, segundo o autor, colaboraram para a diversificação da economia de São Paulo. Mas o desenvolvimento ferroviário tomou também outras regiões do Brasil. Com capital estrangeiro na maioria dos casos, entre 1854 e 1872, foram assentados cerca de 933,3 quilômetros de trilhos, e entre 1873 e 1889 mais oito mil quilômetros. Quando o Império caiu, estavam em construção cerca de 15 mil quilômetros. Objetivavam, na maioria dos casos, atender e facilitar o fluxo de produtos brasileiros para o mercado internacional⁷⁷⁰.

A importância destas mudanças na forma de transportar produtos e interligar territórios transpareceu na Revista. Em 1877, por exemplo, Carlos Honório de Figueiredo oferece o folheto *A Estrada de ferro para Mato Grosso e Bolívia*, por A. Bueno, e *Estrada de ferro da Victoria para Minas* – relatório apresentado ao ministro da agricultura pelo engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves, em 1876. Também Pimenta Bueno, então senador e conselheiro de Estado do Império, doou exemplares da *Memória justificativa e parecer sobre os planos para o prolongamento da estrada de ferro de S. Paulo, devido aos esforços de uma comissão de engenheiros brasileiros* e, da parte da secretaria da cultura, foi enviada uma remessa com

⁷⁶⁸ Em 1872, Manuel Buarque de Macedo apresenta a memória *Observações sobre as secas do Ceará e meios de aumentar o volume das águas nas correntes de Cairiry*. Em 1877, da parte da secretaria da Cultura são oferecidos, além de estudos sobre estradas de ferro e resistência de trens, algumas *Considerações sobre os melhoramentos de que em relação às secas são suscetíveis algumas províncias do norte do Brasil*, pelo Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan. Também são apresentados ensaios sobre melhoramentos para colaborar na prosperidade da província do Ceará, dentre outros documentos a respeito de obras públicas.

⁷⁶⁹ Manuel Macedo foi, ministro dos Transportes e depois ministro da Agricultura, entre 1880 e 1881, período em que se sucederam os gabinetes liberais de João Lins Vieira Cansação Sinimbu e de José Antonio Saraiva.

⁷⁷⁰ SAES, Flavio Azevedo Marques de “Estradas de Ferro e Diversificação da Atividade Econômica na Expansão Cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, José Roberto do Amaral *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em Histórica Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, pp. 177-180

diversos textos, dentre os quais: *estudos sobre a largura das estradas de ferro e a resistência dos trens, pelo engenheiro Honório Bicalho e estudos definitivos da linha de Cangussu, variante da estrada de ferro do Rio Grande a Alegrete*.

Em 1878, Francisco Pereira Passos, diretor da estrada de ferro D. Pedro II, remeteu o *Relatório do ano de 1877 sobre a estrada de ferro de Pedro II*, que também fora apresentado ao ministro da Agricultura, Rio de Janeiro, 1878⁷⁷¹. Novamente em 1879 tratará do assunto ao doar a *Planta geral d'esta estrada e das outras estradas de ferro das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*, organizada pela administração da mesma estrada. Essa oferta desencadeou uma discussão, pois Maximiano Marques de Carvalho propôs que dela fosse feita uma edição de mil exemplares, e que se mandasse juntar um exemplar a cada primeiro numero anual da Revista. Segundo ele, a carta conteria dados que faziam dela “uma carta topographica que preenche perfeitamente o seu fim, dando além d’isto uma noticia a mais illustrada possível sobre as quatro províncias do Brasil.”⁷⁷²

O texto de Fausto de Souza, já mencionado anteriormente⁷⁷³ apresentava um estudo da divisão do Brasil e das províncias. O parecer sobre ele nos mostra sua estrutura e idéias: no primeiro capítulo é retomado o passado colonial, expresso na divisão do Brasil em capitânias, com esclarecimentos sobre a posição e grandeza de cada uma. Comenta-se também o governo de Thomé de Sousa, já no segundo capítulo, abordando aquilo que chamou “dos privilegios feudais de que gozavam os donatários”. O terceiro capítulo trata da divisão do Brasil em províncias, comparando com regiões da Europa.

Os pareceristas indicavam que o autor provava ausência de limites definidos e marcados nas províncias; apresentando “a desigualdade com que a todos os respeitos estão constituídas as diferentes províncias”. Esta idéia seria relevante para dar brechas aos argumentos do quarto capítulo, que sugeria a necessidade de uma nova divisão territorial, para aumentar o número de províncias⁷⁷⁴. O acréscimo de divisões colaboraria para melhor colonização, exploração;

⁷⁷¹ Por este trabalho, Passos foi indicado para sócio correspondente, por Moreira de Azevedo, José Saldanha da Gama, Tito Nabuco de Araújo

⁷⁷² “8ª sessão em 22 de agosto de 1879”. In *RIHGB*. Tomo XLII

⁷⁷³ O *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil* de Souza foi comentado no sub-ítem 1. Imigração – Emancipação – Colonização, no presente capítulo.

⁷⁷⁴ O autor ainda resgatava a idéia de mudança de localidade da capital do Império, enumerando as opiniões de Hypolito da Costa e Varnhagen, além de relatar que em 1823 José Bonifácio dirigira uma representação à assembléia constituinte e legislativa do Brasil justamente sobre isso. Na representação, lia-se: “Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembléia legislativa e

aldeamento e civilização dos indígenas; estudo e execução de vias de comunicação; melhoria dos pontos de ação da autoridade, além de tornar mais fácil o estudo de sua estatística, fiscalização das rendas e imposto. Souza assinalava ainda que a representação das províncias era defeituosa, sugerindo que todas as províncias tivessem igual representação perante o governo central.

Possivelmente, Fausto de Souza pretendia com seu trabalho sugerir reformas, a se somar a tantas outras que então se propunham, ou se impunham. Alguns de seus argumentos e propostas pareciam se remeter aos debates acerca de descentralização do território, e sobre a desigualdade de distribuição de rendas ⁷⁷⁵. De fato, ele mencionava abertamente os problemas de representatividade que assinalavam a necessidade de uma reforma eleitoral. A centralização política permitiria que um grupo pequeno de políticos, dos quais muitos ocupavam cargos vitalícios, tivessem acesso a diferentes esferas da vida nacional, nas quais faziam intervenções. Ainda, segundo Emilia Viotti, havia uma preponderância política de certas províncias nos aparelhos administrativos, como Senado e Conselho de Estado ⁷⁷⁶ – traços de uma representação que passou a ser compreendida como problemática conforme “o desenvolvimento econômico gerou necessidades contraditórias e elites nacionais diferentes, que não mais concordavam em coisas como tarifas, políticas do trabalho e da terra e subsídios do governo” ⁷⁷⁷.

Levando em conta a idéia de que a centralização provocava uma dependência econômica das províncias em relação ao centro, podemos considerar que o material contemporâneo apresentado e a tentativa de históricos sobre as províncias sugerem uma fase de mais intenso acirramento de uma disputa provincial pelos favores do Estado, em paralelo à intensificação do desenvolvimento material do Segundo Reinado e ainda às idéias correntes de alteração do sistema centralizador para descentralização, dos meios liberais e republicanos. De fato, Evaldo Cabral, citando Nícia Vilela Luz, situa nos anos 1870 um divisor de águas. Desde 1830 houvera uma era de homogeneidade entre as províncias, pretendida pelo projeto político-histórico unificador do IHGB e do Estado Imperial ⁷⁷⁸. A partir da sétima década do século XIX, tem início uma diferenciação, em que discrepâncias interprovinciais tornam-se agudas. A semente desta

dos tribunais superiores que a constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília” “13ª sessão em 7 de novembro de 1879”. In: *RIHGB*, Tomo XXXXII, p. 271

⁷⁷⁵ Havia, também da parte de republicanos, a idéia de que a centralização colaborava para que houvesse um desperdício no potencial de riquezas das províncias: não só pelo fato de sustentarem a Corte, mas também pela “falta de liberdade de ação e o esquecimento ao qual a Corte relegava as províncias, particularmente São Paulo ” . BLANCO, *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo*, Op. Cit, p. 36

⁷⁷⁶ Os membros seriam, em maioria, indivíduos do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

⁷⁷⁷ VIOTTI, “Brasil: Era da Reforma, 1870-1889” Op. Cit, p. 720

⁷⁷⁸ Ver “Capítulo 2 – Erigindo a unidade Histórica e Política da nação”, sub-ítem: 1. Aproximar as províncias

modificação era a expansão da economia cafeeira no centro-sul e a irreversibilidade da mudança viria com a gradual substituição da mão de obra escrava pela livre. Com ela, também as reclamações das regiões nortistas de que o Império lhes dispensaria tratamento discriminatório, enquanto o sul era privilegiado; ou as reclamações da província de São Paulo de que sustentava com sua riqueza o luxo da corte e a demais províncias não produtoras de café. Protestos cujas indicações podem ser vistas tanto na imprensa da época quanto nas atas da Câmara e do Senado.

Constatamos, deste modo, que a política é um grande motor de estudos no IHGB. No debate das relações entre as províncias, por vezes o passado colonial era trazido, para compreender os momentos em que as terras foram divididas e administradas pela metrópole, e o encaminhamento do histórico dos limites entre elas, de maneira a levar a um momento em que transformações se faziam necessárias – como foi o caso do trabalho de Fausto de Souza. Neste cenário político, em que outras questões tomam parte, verificaremos mais a fundo a maneira como se deu a abordagem do Descobrimento e da Colonização do Brasil, e as imagens dos portugueses indicadas pelos sócios.

5. Reconceituando o passado do Império: A Colonização em debate

O encaminhamento da superação da mão-de-obra escrava e incursão de mão de obra estrangeira, questões políticas já mencionadas, engendraram, na Revista, um recolocar ou um reconstituir histórico da população do país e do território e pautou, também, a rediscussão da Colonização portuguesa. A chegada dos contingentes de imigrantes e estabelecimentos de colonos em conjunto com outras questões inspiraram um “balanço” da Colonização portuguesa .

No Instituto, recebem atenção os assuntos envolvendo os períodos coloniais, a História de Portugal ⁷⁷⁹ – ou outros dados também contemporâneos àquela nação ⁷⁸⁰ – e o Descobrimento do

⁷⁷⁹ Cândido Mendes de Almeida, autor que seria responsável por diversos estudos sobre o Brasil e seu período colonial, em 1870 doou o *Código Philippino ou ordenações do reino de Portugal*. Tito de Noronha, em 1873, ofereceu: *Grammatica Portugueza*, por Fernão de Oliveira (2ª edição conforme a de 1536), *Numismática Portugueza*, *Imprensa Portugueza do XVI século, seus representantes e suas produções*, dentre outros textos. É lida, em 1876, uma carta de Lisboa de A. C. Teixeira de Aragão, na qual se menciona o envio por intermédio de seu irmão, Francisco Teixeira de Aragão – residente na corte – de um exemplar da obra que está publicando de nome *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Também as remessas da Sociedade de Geographia de Lisboa, em 1878: *L'Hydrographie africaine du seizieme siecle d'après les premières explorations portugaises*, de Luciano Cordeiro; *Exploration géographique et commerciale de la Guinée Portugaise* – projeto apresentado ao governo português pela Sociedade de Lisboa – e *Expedition portugaise a l'Afrique central*. Em 6 de agosto de 1875, é feita oferta da Academia real de Sciencias de Lisboa que incluía, dentre

Brasil. Sobre isso tratava a apresentação do parecer, em 19 de junho de 1874, da comissão de história sobre uma obra de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, *Seis Primeiros Documentos da história do Brasil* – o primeiro dos quais era a Carta de Caminha. O parecer apontava, primeiramente, a superação da história escrita sem argumentação ou embasamento em “provas”, “pela simples tradição”, “sem justificação dos factos à luz dos monumentos do passado”⁷⁸¹ – sinalizada no texto de Figueiredo; e foi favorável, indicando a memória à publicação. Sugere-se, conforme no trecho recortado abaixo, que o tema é objeto de discussão⁷⁸²:

“No trabalho do Dr. Moncorvo de Figueiredo são summariamente debatidos diversos factos importantes relativos á primeira phase do período colonial, que tem sido matéria de controvérsia; e n’esse exame o autor se mostra sempre dirigido pelos preceitos de uma crítica sã e pelo esclarecido conhecimento que tem das principaes fontes de nossa historia”⁷⁸³

A obra de Figueiredo participaria do “verdadeiro caminho da crítica histórica”, ao examinar os seis primeiros documentos sobre “as origens d’esta grande nacionalidade, a qual, na elegante phrase de um de nossos mais estimados escriptores, lê na immensidade de seu solo o esplendor e magestade de seus futuros destinos”⁷⁸⁴. Como vemos, a entrada de um enfoque metodológico mais rigoroso participa do debate sobre aquilo que é considerado a origem da nacionalidade, para que a história possa ser composta da melhor maneira possível – tendo em vista o presente (em seu sentido pedagógico) e o futuro (na construção da memória). Para ambos os tempos, o referencial político também contribui, conforme veremos a seguir.

outros, uma *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, de José Silvestre Rebello (Lisboa, 1871).

⁷⁸⁰ Participantes diversos entregam materiais relativos à política contemporânea de Portugal, como As ofertas de Luciano Cordeiro, feitas em 1876: *Arte e literatura portuguesa de hoje 1868-1869* e *Dos bancos portugueses – a questão do privilégio do banco portuguez* (Lisboa 1873). Cordeiro, considerado “distincto litterato portuguez, residente em Lisboa” foi indicado para sócio correspondente na mesma sessão em que suas obras foram oferecidas, sendo os responsáveis por sua indicação Joaquim Norberto de Sousa e Silva, César Augusto Marques, Carlos Honório, Felizardo Pinheiro de Campos, Miguel Antonio da Silva. Em 1878, o Barão de Wildick escreve oferecendo em nome de Julio Firmino Judice Biker, chefe da repartição dos negócios estrangeiros em Portugal, seis volumes do *Supplemento à collecção de tratados, convenções, contratos e actos públicos, celebrados entre Portugal e potencias estrangeiras, colligidos pelo Visconde de Borges de Castro*.

⁷⁸¹ “3ª sessão em 19 de junho de 1874” in *RIHGB*, tomo XXXVII, op. cit., p 398

⁷⁸² Outros momentos em que tais temas foram abordados foram: em 1873, quando o Cônego Fernandes Pinheiro leu o trabalho do barão de Porto Seguro, *Primeiras Explorações da costa Brasileira, de 1501 a 1506*; a oferta de Joaquim José Ferreira da Silva do exemplar do drama *Pacahy*, sobre o Descobrimento do Brasil, em 1874; a obra *Homens do passado, chronicas dos séculos XVIII e XIX*, de autoria de Moreira de Azevedo, que a ofereceu em 1875; em setembro do ano seguinte, é comentada uma carta do Visconde de Porto Seguro na qual é pedida que na reimpressão do volume XIV da Revista – na qual havia um texto sobre a vida de Gabriel Soares, editado e comentado pelo Visconde – fossem corrigidas as erratas apresentadas no próprio volume, além de outras que desde 1851 foram encontradas.

⁷⁸³ Idem, p 399

⁷⁸⁴ Idem, pp. 398-399

5.1. A Colonização na Ordem do Dia

Em sessão de agosto de 1870, conforme já comentamos, Ernesto Ferreira França Filho pediu para que uma memória de sua autoria fosse publicada. Tratava-se de material guardado, por solicitação do autor, desde a época da doação, vinte anos antes. Neste texto, dentre o exame de tratados de fronteiras e do histórico das relações com os vizinhos, é possível verificar comentários a respeito do *status* da colônia e do papel dos portugueses na administração ⁷⁸⁵

Os *Apontamentos* adotam o Descobrimento como ponto inicial – segundo França, a posse da região pelos portugueses seria por “direito de conquista, descobrimento e ocupação”. Neste sentido, as capitanias hereditárias teriam sido

“o gérmen de outras colônias e o ponto de partida de muitas expedições que se entranhavam pelo interior do país à procura e minas, fundando povoações e assentando marcos, padrões do seu domínio e posse”⁷⁸⁶.

A seguir, o autor cita os episódios das invasões estrangeiras, a começar pela francesa, ressaltando sua expulsão e o fato de que os holandeses foram “aqueles cujo poder mais arraigado estava pelo teor de sua administração, que favorecia a agricultura e assegurava a tranquilidade dos colonos”. Tais incursões foram vencidas, mesmo quando colaboraram; seus perpetradores, banidos. A postura dos colonos, chamados de “brasileiros”, diante de tais invasões é entendida como expressão de “patriotismo” na luta pela defesa do “país”. Assim, a guerra contra os holandeses pode ser caracterizada como “um dos maiores padrões da glória brasileira”:

“Torna-se digno de toda a nossa admiração o patriotismo com que, em um país tão novo e que, por ser colônia, não podia gozar plenamente dos seus próprios recursos, os empreendedores paulistas no sul, ao norte os briosos e valentes pernambucanos, e em geral todos os brasileiros repeliam mal sofridos qualquer ataque à integridade do nosso território. A guerra dos holandeses é um dos maiores padrões

⁷⁸⁵ Ele se inicia com uma epígrafe de José Bonifácio de Andrada e Silva, mais especialmente um trecho de discurso recitado na Academia Real das Ciências de Lisboa em sessão de 24 de junho de 1819, no qual Bonifácio engrandece as terras do que seriam o Império do Brasil, tratando principalmente de suas riquezas naturais, e situando-as em relação às demais regiões do globo. “E que país este, senhores, para uma nova civilização e para o novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império! Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico; com um sem numero de rios caudais, e de ribeiras empoladas (...) não há parte alguma do sertão, que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil, e para o estabelecimento de grandes pescarias. (...) Seu assento central quase no meio do globo, defronte e à porta com a África, que deve senhorear, com a Ásia a direita e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe pode igualar?” FRANÇA Filho, Op. Cit, p. 212

⁷⁸⁶ Idem, pp. 213-214

da glória brasileira, e entretanto nesses tempos ainda podia um alvará proibir aos filhos do Brasil o fazerem parte dos tribunais de sua própria terra!”⁷⁸⁷.

Para o autor, haveria um “Brasil” já existente na colônia, ambiente no qual os portugueses colonizadores diferenciam-se dos reinóis já por estarem estabelecidos no território – tornando-se efetivamente brasileiros, sejam paulistas ou pernambucanos. Assim sendo o esforço de expulsão dos holandeses deveria ser incluso dentre os marcos de glória do Brasil. A administração lusitana, fora responsável por um tratamento inadequado e injusto aos moradores e à terra, não lhes permitindo aproveitar totalmente os recursos que lhes eram próprios, tampouco participar das decisões a eles relacionadas. Assim, colonos “brasileiros” e “administração lusitana” diferenciam-se, independente do fato de fazerem parte de um mesmo núcleo administrativo, o Império português, que se estendia além-mar.

Para o autor, as administrações que vinham tendo lugar no Brasil não estavam sendo capazes e eficientes quanto exigiriam as riquezas naturais da região. Sua inabilidade era tal que deixavam de fazer jus àquilo de grande que havia na terra, ainda que os “brasileiros” fossem zelosos e dedicados. Nesta fala, percebemos que a natureza ultrapassa a condição de cenário, “erigindo-se um elemento capaz de delinear, profunda e irreversivelmente, a nação”⁷⁸⁸. Ocorre uma associação entre compreensão da natureza brasileira e construção de nacionalidade, que segundo Iara Schiavinatto, emerge no IHGB advinda da esfera da história natural. Essa natureza colabora para a apreensão da originalidade da nação⁷⁸⁹ e a marca com os traços naturais aquilo que é entendido como nacional.

O Brasil teve na metrópole o pivô do atraso ao seu crescimento:

“Durante o regime colonial, o espírito que de ordinário animava os conselhos da metrópole era o de por peias ao desenvolvimento do Brasil, cujos progressos assustavam e faziam estremecer a sua dominação”⁷⁹⁰.

O potencial de grandeza da colônia assombraria seu administrador, que se perceberia incapaz de manter seu domínio ao vislumbrar os progressos da região dominada. Assim, Portugal é uma metrópole problemática.. Mesmo que tenha sido pioneira na sua estruturação e na saída

⁷⁸⁷ Idem, p 214

⁷⁸⁸ SCHIAVINATTO, “Imagens do Brasil: entre a natureza e a História”, Op. Cit, p. 628

⁷⁸⁹ A tentativa de apreender a originalidade da nação, passando também pela análise das riquezas naturais – flora e fauna – como vimos, foi uma discussão corrente na década de 1840 [ver capítulo 2 – “Erigindo a unidade histórica e política da nação”, sub-ítem 4. Identificar origens e originalidades: Indagações e restrições ao desempenho português na Colonização]

⁷⁹⁰ Idem, p 215

para o Descobrimento, viu-se, por exemplo, durante muito tempo sob influência estrangeira, o que foi uma de suas maiores fraquezas. A colônia sentiria as decorrências disto, em especial nas questões de fronteiras e à perda de direitos sobre determinados territórios. Para o autor, portanto, as regiões perdidas eram, de certa maneira, naturalmente de direito do Império do Brasil: foram parte de um único corpo colonial, forjado desde então como um organismo diferenciado e particularizado. As falhas e fraquezas do administrador metropolitano teriam injusta e descuidadamente feito perder tais territórios, com grande prejuízo para o país.

“(...) Portugal, conquanto nação heróica na sua fundação, descobrimento e conquistas, infelizmente veio a pagar muitas vezes vergonhoso tributo à influência estrangeira. Ao coligirmos a notícia dos tratados relativos aos nossos limites, mais de uma vez tivemos ocasião de lamentar esse predomínio estrangeiro, de que forçosamente tivemos também de sofrer, pagando com o esquecimento dos nossos direitos a certos territórios o serem atendidos interesses reais ou imaginários da metrópole; interesses que não deviam nunca exercer sobre o norte do Brasil a mais pequena influência”⁷⁹¹

Aliás, conseqüentemente, e como herança do período de colônia, o Brasil também receberia a participação estrangeira ameaçadora às suas fronteiras e possessões. Neste ponto, o autor indaga a gama de interesses de Portugal, julgando que alguns não precisavam de fato ser atendidos – ou que o Brasil deveria ter ficado apartado de sua influência.

A crítica recai sobre a administração metropolitana e se estende, adotando a abertura dos portos em 1808 como ponto relevante para a história brasileira, e ressaltando o tempo passado desde a Independência. Para França o Estado desde então instalado estaria sendo incompetente na exploração dos recursos disponíveis no Brasil, ficando aquém do esperado se comparado com outras nações também preocupadas com o desenvolvimento nacional. A Independência, tomada como evento diretamente relacionado à abertura dos portos, é classificada como “irrevogável” e marco na sociedade “brasileira”.

“Passaram já mais de 41 anos depois que em 28 de janeiro de 1808 foram os portos do Brasil franqueados a todas as nações amigas: há mais de um quarto de século que no Ypiranga foi irrevogavelmente proclamada a nossa gloriosa Independência, firmada para todo o sempre na honra e valor dos brasileiros: mas (...) o estudo e aproveitamento dos grandes recursos do nosso abençoado solo, o desenvolvimento de suas grandiosas proporções, não têm sido atendidos pelos poderes do Estado com aquela esclarecida solicitude que cumpre a governos que respeitam seus deveres.”⁷⁹²

A crítica do autor se volta, então, às administrações posteriores, que pouco se diferenciariam entre si em termos de aproveitamento e desenvolvimento. Comentava a

⁷⁹¹ Idem, *ibidem*

⁷⁹² Idem, p 216

preocupação por parte de alguns funcionários e políticos do Império, que não tiveram tempo hábil par colocar em prática seus planejamentos. Também crítica as rivalidades existentes no meio Legislativo, que tomariam o tempo que poderia ser útil para levar a cabo empresas realmente importantes.

“Se alguma administração conscienciosa tem querido dar a devida atenção a objetos de tão alta importância, não tem encontrado na sua efêmera duração o tempo indispensável para amadurecer e dar andamento a planos bem concebidos. As próprias câmaras legislativas quase geralmente consomem na agitação de questões ociosas e na satisfação de odientas e mesquinhas rivalidades um tempo precioso, que deveram escrupulosamente empregar em investigar e estabelecer os meios de promover o bem comum”.⁷⁹³

O IHGB, neste contexto, teria dado início a uma “nova era”, em que “numerosos trabalhos” formariam um “precioso tesouro”. Assim, França pretende contribuir para “os interesses da pátria”. Justificando a escolha do tema e destacando a importância de sua contribuição, o autor pontua geograficamente o Brasil, sua extensão e fronteiras com nações estrangeiras, afirmando a importância de cuidar dos limites, colocando-a como a primeira das necessidades e preocupações para a nação. A precisão na demarcação de fronteiras em especial nos rios era indispensável, uma vez que equívocos e ambigüidades seriam pretexto de discórdias e guerras com os vizinhos”.⁷⁹⁴

Esta idéia é marcante para o período em que escrevia o autor, no qual a preocupação com as fronteiras era intensa. Com efeito, abordaria na segunda parte do artigo o histórico das fronteiras do sul do país, indicando a postura da coroa portuguesa no trato com as províncias daquela região, bem como com as colônias espanholas. Segundo sua interpretação, os portugueses teriam ao longo da história construído, junto aos espanhóis, o direito de posseção de determinadas regiões – direito este extensivo à coroa brasileira. Vale ressaltar, entretanto que este passado colonial já era compreendido pelo autor como um organismo diferenciado de Portugal, de maneira que no trecho em que se comenta o avanço do território da colônia luso americana, o autor se refere outra vez aos atos de “brasileiros”, que entraram pelo interior de “Mato Grosso até os estabelecimentos do Peru, fundam no Paraguai o presídio da Nova Coimbra e rechaçam do Rio Pardo as tropas espanholas”⁷⁹⁵

⁷⁹³ Idem, *ibidem*

⁷⁹⁴ Idem, *ibidem*

⁷⁹⁵ Idem, p. 227. Grifo nosso.

Percebemos, assim, uma tendência a particularizar a então colônia luso-brasileira, ainda que logo a seguir, ao se referir a outra região, retome o epíteto “portugueses” ⁷⁹⁶: o critério para dissociar “brasileiros” e “portugueses” talvez seja verificável em seu comentário sobre a distância entre metrópole e colônias como fator importante para os conflitos:

“Deve-se notar que os intervalos de paz entre os povos limítrofes eram sempre muito curtos, e os tratados entre as duas potências mal executados nestas paragens. Acontecia muitas vezes acharem-se elas em plena paz e em guerra aberta as colônias; ou seja, por causa da distância em que se achavam da mãe-pátria, ou porque o espírito de conquista e de engrandecimento ditasse instruções que tinham por fim aumentar um território cujo valor alias desconheciam, ou cujas riquezas não tinham meio de aproveitar, colonizando-o” ⁷⁹⁷

Essa explicação dissocia a colônia da gerência da metrópole, e pontua também a distinção entre brasileiros e portugueses – bem como quaisquer expressões de patriotismo daqueles ou de inabilidade administrativa destes.

A aceitação do pedido de publicação deste artigo foi dada pelo Cônego Fernandes Pinheiro, então 1º secretário, que um ano depois também tomaria parte do debate acerca da Colonização. O trabalho de França havia permanecido arquivado na “arca do sigilo” do IHGB, possivelmente por conta da maneira como interpretou as administrações antigas e recentes do país. Em 1849, quando fora preparado e entregue, em virtude dos conflitos emergentes no Prata, as críticas às administrações portuguesas e brasileiras apareceram como um procedimento politicamente inconveniente – assim como a aguda diferenciação entre portugueses e brasileiros desde os princípios da Colonização. O Descobrimento e a Colonização estavam, então, sendo elaborados como marcos de origem para a monarquia, numa leitura que entendia a emancipação política como decorrência de circunstância natural histórica – como aquela em que os filhos separam-se naturalmente de seus pais. Naquela época, as restrições de Ernesto França poderiam facilmente tornar-se argumento para os adversários platinos e corroborar rompimentos políticos internos recentes. Segundo Lucia Guimarães, abordar a memória de acontecimentos assim implicaria em trazer à tona “contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas” ⁷⁹⁸. De fato,

⁷⁹⁶ “Tendo a ilha de Santa Catharina caído em poder destas [tropas espanholas] a 27 de Fevereiro de 1777, foi em virtude do tratado desse mesmo ano restituída aos portugueses”. O tratamento de “portugueses” aqui parece estar apenas relacionado na interpretação de França à posseção e a administração, e não aos colonos em si, isto é, o grupo social que compunha e vivia na colônia. (Idem, *ibidem*)

⁷⁹⁷ Idem, *ibidem*

⁷⁹⁸ GUIMARÃES, L.M.P. “Debaixo da imediata proteção de SUA Majestade Imperial” Op. cit, p. 522

segundo a autora, nos primeiros anos de IHGB não se contestava o período colonial, pois o “Estado Monárquico transformou-se no legítimo e sucessor do império ultramarino lusitano”⁷⁹⁹.

Contudo, nos anos em que foi publicado, tanto o tempo da consolidação do Império já passara quanto a monarquia solicitava reformas para perpetuar-se, de maneira que críticas à administração portuguesa não representariam ameaça ao governo. Pelo contrário, tornara-se imprescindível apontar justamente os problemas herdados daquela administração. Além disto, como já foi apontado, emergem de diversos núcleos políticos críticas cada vez mais severas às instituições monárquicas que nasceram com o advento da emancipação política do Brasil ou remontavam do período colonial. Se o argumento político se valia da história do Brasil para críticas ou defesas da Monarquia, o tema da Colonização entrou na Ordem do dia.

Assim sendo, outras vozes farão restrições ou apoiarão argumentos semelhantes aos apresentados no artigo de França, até mesmo se aprofundando em pontos que ele sequer analisou. Na sessão de 16 de junho de 1871, o sistema colonial lusitano é tema de debate na ordem do dia. O Barão Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, que entre 1867 e 1870, representara São Paulo na legislatura, em fala liberal bastante moderada, apresenta um texto em que são minimizados os insucessos da empreitada colonial, com base no argumento da historicidade dos objetivos e das dificuldades de Portugal. O autor contraria os detratores da Colonização, para quem Portugal conduzira sua colônia de além-mar repreensível e descuidadamente, até mesmo enviando degredados para habitá-la. Para Homem de Mello, um historiador sério neste assunto deveria levar em consideração o pensamento da metrópole, em suas fases e mudanças sucessivas, até que tivesse atingido seu desenvolvimento definitivo; “e assim ajuisar do systema adoptado pelos resultados duradouros que veio a produzir”. O autor tece esta ressalva, segundo afirma, por conta de interpretações que já existem sobre o assunto:

“A pouca atenção dada a esta circumstancia peculiar que aqui assignalamos e que constitue o lado saliente da questão, tem contruibuido para falsas apreciações, que offerecem desde logo contra si o testemunho de um facto eloqüente, qual vem a ser a mesma existência de nossa nacionalidade n’ este continente’

‘Não é raro repetir-se, que a metrópole tratou sempre como madrastra a sua grande colônia, e que na povoação do Brasil, Portugal escoou as fezes de sua civilização. Ah! estão, diz-se os foraes de doação das capitanias, e as Ordenações do Livro 5º, para dizerem de que modo povoou-se o Brasil’⁸⁰⁰.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 523

⁸⁰⁰ MELLO, Francisco I. H. de “Discussão Histórica: O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos Portuguezes para Povoar o Brasil? Ponto desenvolvido em sessão de 16 de junho de 1871.” In *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XIV, 1871, p 103

Não obstante suas dimensões e poderio, o pequeno reino de Portugal conseguiu povoar o vasto território, afastando “a ávida e poderosa dominadora dos mares” e, com poucos e únicos recursos, “plantou em toda essa imensa região a Cruz do Senhor, e com ella a unidade de religião, de raça, de língua e de costumes”. O autor julga que não se pode chamar “falso e acanhado um systema político que produziu tão extensos resultados”. Erros se fizeram presentes durante a Colonização, mas estes, segundo o autor, ocorrem normalmente e “seguem de perto a iniciação das grandes empresas”.

A idéia de doação de zonas grandes de terra a vassalos poderosos e abastados, com “condição de as povoarem e reduzissem o gentio a fé de Christo”, justifica-se com o entendimento de que tais grandes senhores e proprietários não poderiam lançar-se num empreendimento arriscado como era a Colonização do Brasil, “sem amplas vantagens que os compensassem do sacrifício feito e dos riscos que iam correr”. Como exemplo, é citado o caso dos donatários do Maranhão, que investiram em uma poderosa armada, com dez naus, novecentos homens e cem cavalos, que se perdeu toda em um naufrágio.

Mello afirmava que a lei da providência, “que rege os destinos da humanidade”, cuidou para que quaisquer erros não firmassem resultados duradouros: “sua menção só fica na historia como perenne e efficaz advertência para evitar a sua reprodução”. A organização administrativa fora do normal e irregular que tivera lugar nas donatarias não poderia resistir, uma vez que “consagrava a negação de todos os princípios do governo”. Com o tempo, então, todas as capitânias se voltariam ao domínio da monarquia portuguesa, “ou por terem cahido em commisso, ou mediante desapropriação com indemnisação pecuniária”. A seguir, ocorreria uma mudança importante no sistema colonial até então desenvolvido, com a adoção da administração central sob a metrópole trazendo condições “com que veiu a realisar-se a colonisação que se intentava”⁸⁰¹. Fundamentando-se fartamente em João Francisco Lisboa, Mello mostra que o envio de criminosos degradados ao Brasil não fora prejudicial, pois não se tratava de homens perigosos. No trecho citado pelo Barão, Lisboa considerara, no *Jornal de Timon*, a existência de muitos crimes e criminosos em Portugal no período da Colonização. Contudo, procura uma explicação, que considera “mais plausível” para o grande número de condenados que saiam da metrópole, “paíz aliás pouco populoso” indo a povoar as colônias: as próprias leis criminais

⁸⁰¹ Idem, p. 106

portuguesas e suas classificações dos delitos; o rigor chamado desproporcional da penalidade e sua aplicabilidade desordenada.

Sobre a maneira como estes degredados se portavam na colônia, Lisboa, citado por Mello, pondera que fossem seus crimes reais ou não, de alguma maneira o degredo colaborava para suas vidas: ou modificava-os, de modo que seu passado “criminoso” era reabilitado; ou tornava mais claro o fato de que eram vítimas de um sistema punitivo austero demais para com elementos que não cometeram delitos graves, sinalizadores de decrepitude de caráter. De todo o modo, puderam ser responsáveis por algum desenvolvimento positivo na colônia ⁸⁰².

Homem de Mello recorta um trecho da consulta para o rei da parte do conselho ultramarino em 1732, que tratava do grande aumento das emigrações. Aqui, o autor afirma e entrever o verdadeiro interesse que a colônia suscitava, bem como a conseqüente povoação que ali tinha lugar:

“A fama d’essas riquezas (...) convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil á procural-as, e ainda que por uma lei se quiz dar providencia a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o effeito d’ella, e passam para aquelle Estado muitas pessosa assim do reino como das ilhas, fazendo essa passagem, ou occultamente negociando este transporte com os mandantes dos navios ou sens officiaes, (...) ou com fraudes que se fazem á lei (...). Por este modo se despovoará o reino, e em poucos annos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino” ⁸⁰³

Os emigrados vinham trabalhar duramente e por este esforço “alcançaram honrosa abastança”. Assim, aqui se estabeleceram de maneira tal que “constituíram pouco a pouco a classe distincta e principal da sociedade.”; assim, um “sentimento de fidalguia de suas famílias salvou a unidade da raça, e preservou a homogeneidade de nossa nacionalidade” ⁸⁰⁴. Com o passar dos tempos e “uma política melhor inspirada na parte da metrópole”, foi possível desfazer o que de negativo houvesse nos primeiros anos da descoberta, “página funesta” da historia da colônia. Novamente buscando o estudo de outro autor – desta vez, Hippolyto José da Costa Pereira – Mello discute a idéia de que a população do Brasil, nos anos em que os portugueses conquistavam a Ásia, teria crescido lentamente e teria se formado em sua maior parte por

⁸⁰² MELLO, Op. Cit. p. 108. Sendo ou não verdadeiros os detalhes deste primeiro momento da Colonização, Lisboa entendera que os brasileiros contemporâneos não apresentariam nem mais vícios ou menos virtudes do que os habitantes da antiga metrópole. E, logo depois, começaria uma emigração espontânea, saída do reino para as colônias, em grande escala: esse foi o elemento constitutivo principal do povoamento. Somavam-se a isso expedições militares com o objetivo de firmar o domínio da região, tropas de guarnição das capitâneas, e a Colonização por casais, “systema que afinal prevaleceu”, juntamente com a honra, zelo e moralidade do governo metropolitano.

⁸⁰³ Idem, pp. 109-110

⁸⁰⁴ Idem, p. 110

malfeitores ⁸⁰⁵. Argumenta que nestes princípios o Brasil foi “povoado por particulares, que receberam alli terras em doação da coroa, por premio de seus serviços, e não por castigo” havendo exemplos “em tempos mais modernos, de que condecoraram com honras os colonos, que para lá iam”

Citando exemplos regionais de Colonização, como o caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – que foram tiveram povoamento de casais, muitos dos quais foram necessariamente católicos, saídos do reino e das ilhas – ou Pará e Maranhão – para as quais seriam conhecidos os esforços do Marquês de Pombal – Mello conclui que a Colonização portuguesa não poderia ser entendida como onerosa, mas como a mais eficiente possível naquele tempo. Para ele, nos monumentos do passado “está esculpida a grandeza de nosso presente e a nobreza de nossa origem” e sugere mesmo que se ufane dos colonizadores, caracterizados como “(...) indômitos argonautas, que arrancaram dos mares este immenso continente, e (...) renovaram em nossos tempos os prodígios da idade antiga” ⁸⁰⁶.

Uma outra resposta ao mesmo programa desenvolvido por Homem de Mello viria em julho de 1871, da pena de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Para o autor, as nações modernas européias teriam se apossado da América, ali organizando “antes feitorias do que colônia”. Tendo isso em mente, o autor apresenta sua resposta ao tema de discussão, deixando entrever que seu texto também valoriza as circunstâncias históricas para explicar o desempenho português nos descobrimentos – sob uma tônica negativa, entretanto.

“(...) tive por fim demonstrar que Portugal foi arrastado por um impulso geral, e que obedeceu quasi que a uma lei cega e fatal, como por certo o é a dos preconceitos dominantes n’uma epocha, Si assim não fosse não teria por certo tomado o empenho de colonisar regiões incommensuraveis; elle, que segundo assevera o Sr. Rebello da Silva, nunca possuiu, ainda em tempos de maior esplendor, uma população excedente a dois milhões de habitantes” ⁸⁰⁷.

Para ele, as circunstâncias impulsionaram Portugal rumo a uma empresa que não teria acontecido não fosse a força deste impulso de época, que funcionou como “uma lei cega e fatal”. Pinheiro entendeu como equivocado e mesmo desvairado o empreendimento de Portugal porque não poderia geri-lo adequadamente. As empresas marítimas de longa distância – em

⁸⁰⁵ Idem, ibidem

⁸⁰⁶ Idem, pp. 111-112.

⁸⁰⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Discussão Histórica: O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos Portuguezes para Povoar o Brasil?”. Ponto desenvolvido em sessão de 14 de julho de 1871.” In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XIV, 1871, p. 114

contraposição às tomadas de Ceuta e Tanger, explicáveis segundo o autor pela conveniência do ataque para não ser atacado – são consideradas da seguinte maneira:

“(...)eram (...) erradas no ponto de vista econômico, as perigosas e longínquas expedições dos marítimos de Sagres; chiméricas e summamente damnosas a prosperidade do pequeníssimo reino, as legendárias empresas de Vasco da Gama e Álvares Cabral”⁸⁰⁸

Seguindo por este raciocínio, Portugal não teria condições para expandir seu poderio, que era mesmo pequenino. Para demonstrar esta idéia, o autor toma uma metáfora:

“O que se dizia d’um lavrador, que não tendo forças para agricultar um pequeno campo procurasse fazer a aquisição de muitas léguas de terreno? – De louco, tacha-lo-iam seus convizinhos, a quem as desditas inevitáveis do ambicioso proprietário, provocariam antes desdém do que compaixão.’ Felizmente para as nações este rigoroso raciocínio raramente se lhes applica: dissimulam-se os erros e desvario, com o pomposo epitheto de gloria; e aquelles que mais contribuíram para arrojar-as ao abysmo da miséria receberam da posteridade o nome de heroes”.⁸⁰⁹

O autor percebe que a história tradicionalmente não é coerente na análise dos desvarios das nações que agiram em desacordo com suas possibilidades, disfarçando-lhe seus erros ao classificar os feitos como gloriosos e ao perpetuar um suposto heroísmo na memória de homens que na verdade agiram colaborando para a derrocada da nação. Pinheiro caracteriza D. Diniz, “o rei lavrador”, que teria mais mérito do que D. João II, rei venturoso, “que utilizou-se das expedições de Gama e Cabral e a quem Deus concedeu a posse da Índia e o achado do Brasil”. Citando a obra de Rebello da Silva, também sócio do IHGB, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Pinheiro pontua que a estrutura administrativa social e econômica portuguesa não se encontrava em condições de orquestrar navegações e o bom assentamento de colônias.

Os descobrimentos ocorridos por acaso provocaram uma euforia a levar muitas pessoas a uma movimentação rumo ao novo mundo, resultando em duras conseqüências: o empobrecimento do reino, o enfrentamento de dificuldades na agricultura até mesmo nas regiões próximas à capital, “cujo crescimento e grandeza ia na razão directa do depauperamento do resto do paiz”⁸¹⁰. Ao passo do movimento de mudança eufórica de muitas pessoas, Portugal decai.

“(...) como é fácil de suppôr, deverão [os descobrimentos] ter produzido grande revolução nos ânimos e nossos avós, (...) se sentiram impellidos por uma força irresistível para esse mundo desconhecido que surgira na proa de seus navios. A agricultura, a industria, o commercio resentiram-se d’essa resolução;

⁸⁰⁸ Idem, p. 115

⁸⁰⁹ Idem, ibidem

⁸¹⁰ Idem, pp.115-116

e o reino que nunca fora verdadeiramente próprio apontou os passos para uma precipitada decadência”⁸¹¹

Para piorar, nos conselhos do rei D. Manoel não haveria um estadista sequer que fosse capaz de elaborar um sistema de Colonização adequado, “que só e unicamente podia consentir na organização de grandes companhias” como aquelas que tiveram Holanda e Inglaterra, que, com favores e isenções, tomaram “por sua conta a colonização do paiz que acabava de ser descoberto”⁸¹². D. Manoel não teria despendido cuidados ao novo Descobrimento, pois suas atenções se voltavam para as outras regiões de seu domínio, “todo embevecido como se achava com as maravilhosas proezas dos seus guerreiros nas partes do Oriente”. Somente no reinado seguinte surgiria a preocupação de cuidar da região descoberta, por receio das explorações levadas a cabo por Garcia e Caboto, nas águas do Rio da Prata e afluentes. Portanto, fora D. João III o responsável pelo esforço em proteger a colônia com o sistema das capitanias hereditárias, o qual terminaria por malograr – “felizmente”, indica Pinheiro, para quem o bom êxito da tentativa teria “inoculado no virgem solo americano o vírus do feudalismo, de que ainda hoje a Europa não pôde inteiramente libertar-se”⁸¹³ ou ainda:

“ (...) As nove capitanias hereditárias, vinculadas tão debilmente à metrópole, não tardariam, favorecidas pela distância e diversidade de clima, em se constituírem outros tantos principados, ou reinos independentes, em continuas lutas e rivalidades, cedo convertidas em guerras sanguinolentas, apresentando no XVII século espectáculo congênere ao que presenciamos hoje entre as republicas hispano-americanas”⁸¹⁴

As tentativas de organização não vingaram felizmente: o sucesso significaria a quebra do território do qual resultaria o Império – e aqui o Cônego se aproxima das falas conservadoras, ao valorizar a centralização em torno de uma autoridade para unificar um território que poderia se dispersar. Pinheiro entende que o insucesso da capitanias colaborou para se chegar à uma união vasta, marcante no Império do Brasil: “Não permittiu, porém Deus, em seus adoráveis decretos, que semelhante fatalidade nos acabrunhasse; e, mallogrando pouco depois o novo ensaio da divisão do Brasil em dois estados independentes, aplanou as vias d’essa bellissima unidade territorial, que constitue um dos nossos mais gloriosos brazões”⁸¹⁵.

⁸¹¹ Idem, pp. 116-117

⁸¹² Idem, p. 117

⁸¹³ Idem, ibidem

⁸¹⁴ Idem, ibidem

⁸¹⁵ Idem, p. 118

A centralização da autoridade na figura do governador geral e a Colonização feita por conta do Estado teria se apresentado como melhor conserto para os erros cometidos, colaborando para a organização da colônia. Pinheiro verifica que a emigração européia e a catequese de indígenas ocorrem de maneira simultânea; e que o contingente europeu ganhava corpo com a vinda de degradados. De fato, o envio de degradados aparece como estratégia para Portugal povoar o Novo Mundo, quase por falta de alternativas. Concordando com Homem de Mello, entende que muitos dos criminosos condenados a degredo não tinham cometido graves crimes, eram vítimas de um sistema punitivo severo.

“(...) esse procedimento, que tem sido com azedume exprobrado a nossa antiga metrópole, além de lhe não ser exclusivo, visto como as outras nações marítimas o adoptaram, era o único recurso que lhe restava na defficiencia de população (...). Cumpre ainda ponderar que os crimes pelos quaes eram esses desditosos obrigados a se expatriarem não pertenciam, na sua totalidade, a classe dos que inspiram natural e instructivo horror, sendo antes leves delictos, ou ainda meras suspeitas, aggravadas pelo código draconiano que regia a penalidade d’ essa epocha; e com quanto não os possa recusar a influencia do clima e dos hábitos da vida, incontestável é que d’um pugilo de malvados não poderia ter provindo uma raça humilde e trabalhadora como era a dos colonos luso brasileiros, salvas raríssimas excepções”⁸¹⁶

A religião teria importante papel: os missionários se ocupariam da catequese dos indígenas e também da educação dos europeus que, embora não fossem grandes criminosos, não se furtavam de ser portadores de “vícios inveterados” que demorariam a ser expurgados, “permanecendo ainda infelizmente alguns d’elles incrustados no nosso caráter nacional”⁸¹⁷.

Pinheiro identifica no trato com os indígenas o ponto de atrito entre os primeiros colonos e os religiosos. Aqueles, verificando as impossibilidades de aplicar os métodos agrários conhecidos e utilizados na Europa, tomaram como solução as bandeiras para captura de indígenas, atrapalhando e desorganizando o esforço catequizador – não por acaso valorizado pelo autor, que era cônego da capela imperial. Os jesuítas são apontados como condutores habilidosos, cautelosos e eficientes dos índios na difícil transposição entre a vida selvagem e a civilizada. Eles se empenhavam em defender os índios, na luta contra “a avareza dos colonos”⁸¹⁸ e Pinheiro crê que “a razão e a justiça se achava de seu lado”⁸¹⁹. São estes os “philantropos” responsáveis de introduzir a escravidão de escravos da África. O termo, explica, foi utilizado porque “ninguém

⁸¹⁶ Idem, p. 118

⁸¹⁷ Idem, p.119

⁸¹⁸ idem, ibidem

⁸¹⁹ Idem, ibidem

poderá recusar este qualificativo ao grande padre Vieira, que, como todos sabem, foi ardente apologista da introdução de escravos africanos”⁸²⁰

Ao tratar do tema, Pinheiro, da mesma forma como Homem de Mello, embora com sentidos diversos, pede que se considere o ambiente em que viveram as pessoas de outra época, ao tratar de suas instituições e vida. É com esta disposição que interpreta a questão da escravatura, considerando injustas as críticas que recaem sobre a memória daqueles que decidiram, segundo ele, por falta de alternativas, iniciar a escravidão. Ainda que reconheça todos os problemas advindos de sua existência, o autor sugere que o leitor se coloque na situação que ocorria na colônia, acima comentada, para entender enfim a inevitabilidade da utilização de braços escravos. Assim, parece tentar salvaguardar Vieira, os missionários e a própria Igreja de críticas pelo apoio dado ao cativo de africanos.

“Admittida a impossibilidade de trocar os selvagens do Brasil em trabalhadores, e provada outrossim a não menor impossibilidade d’adaptar aos rudes misteres agrícolas n’um clima tropical homens nascidos n’outras regiões , e costumados a outro gênero de lavoura, dêvera ser esta sacrificada, e com ella o futuro da colônia, ou mandar-se vir d’algures braços que se prestassem ao gênero especialíssimo de sua cultura. Foi este o alvitre adoptado”.

Tenho muitas vezes lido e ouvido amaldiçoar a memoria dos que nos legaram a lepra da escravidão africana: acho porém injusto tal anathema. ‘Sei que foi ella uma espécie de túnica de Nesso, sei também que é a causa dos sérios embarços com que hoje arca a sociedade brasileira, sei finalmente que n’ella se encontra a origem de muitos de nossos vícios e defeitos, que só um futuro talvez bem remoto verá desaparecer. Colloque-se porém qualquer moderno estadista na dura collisão que acima figurei, estou certo que outra não seria a solução, attentas, como já disse, as circumstancias de tempo e de lugar.”⁸²¹

Em sua conclusão, respondendo à proposta do tema, Pinheiro pontua que acreditava que “os portugueses nunca tiveram um systema colonial, na stricta significação do vocábulo”, e que as tentativas feitas foram tão pífias que seu insucesso contribuiu para a formação do Brasil enquanto país livre – o que é uma minimização algo irônica e profunda do papel dos portugueses na História do Brasil . Nas seguintes linhas podemos ler suas considerações finais:

“felizmente mallogrou-se o ensaio das donatarias, assim como da divisão do Brasil em dois governos distinctos; (...)e finalmente (...) o mallogro da catechese trouxe como consequência immediata e *indeclinável* a importação de escravos d’Africa”⁸²²

⁸²⁰ Idem, p. 121

⁸²¹ Idem, pp. 121-122

⁸²² Idem, p. 122. Grifo nosso.

Adaptada ao ambiente e linguagem de uma academia ilustrada, onde o autor afirma não se sentir tolhido pelo “receio de ser averbado d’*escravocrata*” pois pretendia batalhar pelo “triumpho da verdade histórica”, e pedindo que “se faça aos nossos antepassados a mesma equidade que um dia quiçá desejaremos que se nos faça” ⁸²³, há uma fala política. Podemos entender que na crítica ao sistema colonial português e na defesa da escravidão apoiada por missionários, Pinheiro pondera as origens de problemas contemporâneos – o encaminhamento da emancipação escrava, os problemas com a Igreja e a reforma das instituições monárquicas – motivadores daquela avaliação da Colonização portuguesa.

O insucesso da obra catequizadora teria “como consequência imediata e indeclinável a importação de escravos d’Africa” ⁸²⁴. Apesar do malogro, os missionários desempenharam papel relevante na vida da colônia e na disciplina do caráter dos colonos. Tais comentários também encerram uma defesa da religião e dos clérigos na vida social, apostando em sua participação para o incremento na sociedade. No momento em que escreve Pinheiro, essas interpretações remetem ao envolvimento entre a Igreja e Estado – instituições que a Colonização unira – e às críticas de liberais e republicanos que ganham espaço no cenário político – detratores de tal união, e valorizavam a laicização.

Como vemos, o debate em torno do episódio colonizador aborda questões diretamente relacionados à política. É importante observar que a história colonial também pode estar sendo pensada no contexto em que outro(s) esforço(s) colonizador(es) têm lugar, – especialmente se tivermos em consideração o avanço da cafeicultura e as transformações gerais ou regionais dele decorrentes. Ainda, uma revisão do episódio da Colonização se faz presente, conforme novas tendências intelectuais e metodológicas ganham espaço. Tais elementos ficarão mais nítidos com a leitura dos trabalhos de outro membro do IHGB que se dedicou a estudar a Colonização.

5.2 Cândido Mendes: os cronistas e os pioneiros

Entre 1875 e 1878, Cândido Mendes de Almeida escreveria e publicaria suas *Notas para a História Pátria*. São cinco textos, guiados por questionamentos levantados da leitura de trabalhos historiográficos e crônicas, alguns bastante consagrados por seus contemporâneos, a ponto de

⁸²³ Idem, *ibidem*

⁸²⁴ Idem, p. 222

serem fontes publicadas na Revista do IHGB. O objetivo principal de Mendes está apontado no primeiro parágrafo do primeiro artigo ⁸²⁵. Ao criticar as obras que haviam se dedicado à história brasileira, escritores que não estariam comprometidos com a verdade, ao ponto de se permitirem descuidos e erros de citação. Mendes aponta a necessidade de uma avaliação verdadeira e nova, para que certos eventos pudessem ser esclarecidos. O tom das críticas também guarda questões políticas e historiográficas, de que trataremos adiante:

“A história do nosso paiz está cheia de factos mal averiguados, e não poucos creados pela imaginação de escriptores (...) quasi sempre no interesse de dar importância e rodear de prestígio certas individualidades de sua affeição, influentes e poderosas, de quem dependiam, estabelecendo relações de parentesco, reaes ou fictícias, com entidades que exaltavam, e de existência muitas vezes problemática. Vivemos assim cercados de fábulas, que deturpam a história; (...), sentindo-se que por falta de verdadeira crítica ellas se reproduzam nos livros dos modernos cultores da história nacional”⁸²⁶.

Entendendo que o dever do historiador seria cercear tais falhas e liberar a história de máculas, estes elementos, “defeitos” mesmo encontrados na história, segundo o autor, teriam como causa primeira o descuido por parte daquela que se ocupou da administração do Brasil durante muito tempo: a ex-metrópole. Por conta da desorganização da documentação por parte dos portugueses desde o Descobrimento, a execução de uma História pátria realmente confiável estaria bastante dificultada.

“Se se archivassem convenientemente os roteiros dos navegantes, as correspondências administrativas, as relações dos viajantes e quaesquer documentos relativos a esses grandes feitos dos portuguezes, fácil seria coordenar desde logo uma chronica séria e verídica d’esses acontecimentos, base indispensável para a história (...)

Sem chronicas verdadeiras, abundantes em factos e organisadas, uma boa história é impossível. A chronica é o metal em bruto, apenas livre das escorias; a historia é o metal trabalhado, é a obra cinzelada, grata aos olhos e ao espírito” ⁸²⁷

Mendes ainda aponta desacordos, ausências e deficiências de leitura e interpretação, procurando o que julga ser a realidade dos acontecimentos, livre de imprecisões, incoerências. Para flagrar incorreções relevantes para a história toma os textos daqueles que são considerados

⁸²⁵ Introdutório, este artigo é dedicado a uma análise a respeito dos “Primeiros tempos da descoberta do Brasil”.

⁸²⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes. “Notas sobre a História Pátria, lidas na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 10 de Dezembro de 1875”. In *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XXXIX, 1876, p. 05

⁸²⁷ Idem, p. 06

os principais cronistas e compara a narrativa de eventos destacados⁸²⁸, situando quais apresentam sentido e/ou incorreções. Leva em consideração a participação de “escriptores pouco zelosos em suas narrações, e pouco discreto na escolha dos factos”⁸²⁹, caso da narrativa a respeito de Caramuru, introduzida na crônica de Simão de Vasconcellos, e que fora já analisada por Varnhagen no texto *O Caramuru perante a história*, em 1848. Segundo Mendes, seria necessário “reduzir esse personagem histórico ao seu justo valor”; sua história seria uma “lenda ou pia fraude”, criada “no interesse dos descendentes desse profugo ou naufrago, que se tornou tão patrico na linguagem dos indígenas da Bahia”⁸³⁰..

A respeito de Caramuru, frei José de Santa Rita Durão⁸³¹, segundo Mendes, teria se mostrado “pouco conhecedor da nossa história nos primeiros tempos da colônia” além de parecer “nunca haver lido a Chronica de Simão de Vasconcellos”⁸³², pois dela faz citações equivocadas. O autor ainda dispara: a “liberdade poética não pode ir tão longe”⁸³³. Questiona-se também a exatidão na *Chronica de D. João III* de Francisco de Andrade, em que Caramuru aparece. Por fim, Jaboatão⁸³⁴ é julgado cronista de curta crítica e pouca boa fé; não admirando que sustentasse dados imprecisos e em desacordo com outro cronista, dotado de maior credibilidade.

Se a importância de Caramuru residia no seu conhecimento de línguas indígenas, haveria outros no litoral que também auxiliavam aqueles que vinham para fazer comércio ou colonizar. Mendes, então, comenta a figura de João Ramalho, o Bacharel de São Vicente ou Cananéia, bastante debatido pelo autor. Ramalho tivera muitos filhos ilegítimos que, uma vez obtendo aumento de influência ou de recursos, se preocuparam em buscar a memória de seu progenitor, cercando-a “da aureola que conhecemos, afim de encobrir ou amenizar a irregularidade da origem”⁸³⁵. No segundo artigo⁸³⁶, o autor desvenda a identidade, localização e importância de

⁸²⁸ São comparadas a maneira como é apresentada a narrativa de viagem de Cabral, a mensagem de descoberta do Novo Mundo, a celebração da missa em Porto Seguro, a edificação da cruz nesta cidade, em João de Barros, Gaspar Correa, Castanheda, Damião de Góis. Frente a todos, a carta de Caminha é tomada por Candido Mendes como o parâmetro de veracidade e acerto.

⁸²⁹ Idem, p. 17

⁸³⁰ Idem, p. 18

⁸³¹ Teólogo, orador e poeta, Durão (1722-1784), nascido em Minas Gerais, autor do poema épico “Caramuru” (1781) foi considerado iniciador do indianismo no Brasil, com seu texto com forte cunho nativista.

⁸³² Simão de Vasconcellos era padre jesuíta em meados do século XVII

⁸³³ Ibidem, p. 19

⁸³⁴ Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, cronista franciscano do século XVIII.

⁸³⁵ Idem, p. 21

⁸³⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes. “Notas para a História Pátria. Segundo Artigo. Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéia?” In *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, B.L. Garnier Livreiro-Editor, Tomo XL, 1877

João Ramalho, o Bacharel de Cananéia e procura dissolver imprecisões, considerando para esta personagem um papel na história de acordo com aquelas que julga ser suas reais características, bem como respeitando o tempo efetivo de sua chegada na região e o motivo de sua presença na Colônia, anterior à chegada de Martim Affonso.

“E tanto mais notável é o facto quanto, depois de encetada a colonisação do paiz n’essa parte do Brasil, jamais se ouve fallar d’essa individualidade, de modo aos menos a assegurar, por interesse puramente histórico, a respectiva identidade; máxime com relação á sorte das famílias que n’aquella época se estabeleceram no território paulistano, e cuja memória perdura com mais ou menos glória”⁸³⁷

O bacharel de Cananéia, logo, teria identidade bastante questionável – e o empenho de muitos autores vinha sendo antes em mais obscurecê-la do que esclarecê-la. Os objetivos deste segundo artigo, portanto, estão colocados: “Nas considerações em que vamos entrar, esperamos, senão resolver de uma vez por todo o problema, esclarecer a questão mais do que hoje se acha, assignalando o individuo à quem coube essa denominação, com provas que supomos irrecusáveis”⁸³⁸

Ramalho, pai e sogro de muitos mamelucos, tornou-se formador de uma população na região de São Vicente. A importância desta figura, contudo, será relativizada no terceiro artigo⁸³⁹, no qual se problematiza a idéia levantada por Frei Gaspar da Madre de Deus, com base em um testamento de veracidade questionável, de que aquele personagem teria precedido Colombo no Descobrimento da América. De fato, o autor polemiza intensamente com o Frei e também com Pedro Taques de Almeida Pais Leme⁸⁴⁰. Eles seriam responsáveis pela formação de uma lenda, tornaram-se os “creadores da historia imaginosa paulistana”.

A partir da “História das Índias Occidentaes”, de Herrera, e da carta-memória de Diogo Garcia⁸⁴¹, dirigida ao rei da Espanha contra Sebastião Caboto em 1529 ou 1530, localiza informações sobre a constituição da colônia de São Vicente por Ramalho antes da chegada de Affonso. Para Mendes, estes trabalhos dariam fonte de “melhor e mais verídica notícia do que era

⁸³⁷ Idem, p. 163

⁸³⁸ Idem, p. 164

⁸³⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes, “Notas para a História Pátria. Terceiro Artigo. João Ramalho, o Bacharel da Cananéia, precedeu Colombo na descoberta da América?” In *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XL, 1877

⁸⁴⁰ Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), nascido em era intelectual e historiador brasileiro, sobrinho-neto de Fernão Dias (bandeirante paulista) e tetraneto de Brás Cubas (cavaleiro fidalgo da Casa Real de Portugal, agricultor, administrador e sertanista bandeirante). Dentre suas obras, destacam-se a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* e a *História da Capitania de São Vicente*.

⁸⁴¹ Diogo Garcia era o piloto da expedição de 1527 e fala sobre o bacharel, tendo tratado com vários negócios, sem no entanto indicá-lo como Ramalho.

S. Vicente antes do estabelecimento de Martim Affonso de Souza em 1532”⁸⁴². Conclui que ali já deveria existir um principio de colônia, pouco numerosa e não muito bem estruturada.

Ramalho devia ser um degredado – esta característica explicaria sua permanência no Brasil por muitos anos; sua convivência com indígenas, sem tentativas de partir; sua habitualidade “a tão escabrosa vida” em companhia de “selvagens, renunciando, por necessidade, o volver a pátria, e tornar ao menos a ver a família”:

“Podia acontecer, mas não é mui presumível o facto, partindo de um homem de letras que houvesse gozado de certa posição na sociedade de seu torrão natal, e tendo, se quizesse, facilidades de ir e voltar. Podia acontecer, indo o degredado conviver em paiz estranho, exposto a outras contrariedades e desgostos; e n’este caso seria preferível manter-se no degredo em que já estava.”⁸⁴³

O autor recorta uma citação de Simão de Vasconcellos que trata da personagem, e grifa os trechos que reforçam as características de Ramalho mais proeminentes. Nos trechos, Ramalho é chamado de “homem por graves crimes infame” e excomungado. Seria “rico na terra, mas infame nos vícios, amancebado publico por quase quarenta anos”. Seus filhos, todos de má casta, “illegitimos, e desalmados, com arcos, frechas e gritarias, fasendo gente e desinquietaando a villa contra os Padres, etc”⁸⁴⁴. É equilibrada, desta forma, a proeminência dada a Ramalho. Ainda que fosse um pioneiro, era amante de vida desregrada e selvagem; em conjunto com seus filhos, gerava tumultos e inquietações na vila. Achou-se, também, em constantes enfrentamentos com os missionários, que não eram respeitados por ele e cuja chegada o fez abandonar o estabelecimento.

As afirmações recortadas de Simão Vasconcellos por Mendes seriam referendadas no recorte feito do testemunho de Ulrico Schmidel, na sua *Historia verdadeira de uma viagem curiosa na América ou Novo Mundo, pelo Brasil e Rio da Prata, desde o ano de 1534 até 1554*, publicada em 1567. Chegando a São Vicente em 13 de junho de 1553 e partindo para Lisboa no dia 24. Schmidel teria estado em Santo André, fundação de Ramalho, ali permanecendo por pouco tempo mas deixando um relato sobre o colono fundador. Mendes cita trechos da narrativa do alemão, considerado por ele “testemunha insuspeita”:

“Chegamos emfim á uma aldêa habitada por christãos, cujo chefe chamava-se João Reinmelle (João Ramalho). Felizmente para nós elle estava ausente, porquanto esta aldêa parece-me um valhaouto de ladrões (...)

“Os índios d’este paiz assim como perto de oitocentos christãos que vivem n’esseas aldêas são vassalos do rei de Portugal mas são governados por João Reinmelle (...)”

⁸⁴² Idem, p 169

⁸⁴³ Idem, p. 178

⁸⁴⁴ Idem, p 179

“Elle pretende que havendo feito a guerra por espaço de quarenta annos nas Índias (o Brasil, São Vicente) e conquistado esse paiz, era mui justo que fosse elle quem o governasse.”

“João Reinmelle fazia a guerra aos portuguezes que não queriam reconhecer seus direitos. Elle é tão poderoso e tão considerado que pôde pôr em campo até 5 mil índios, ao passo que não se reuniriam dois mil sob os estandartes do rei”

“Na aldêa (...) não encontramos senão seu filho: fomos mui bem recebidos, ainda que elle nos inspirasse mais desconfiança que os próprios índios, e deixando este lugar rendemos graças ao Céu por termos podido sahir sãos e salvos”⁸⁴⁵

As duras interpretações tecidas pelos autores considerados como confiáveis por Mendes se contrapõem veementes com a Frei Gaspar e Taques – duas autoridades “de grande nomeada na história d’essa illustre e heróica província”. Nos textos destes, Ramalho aparece com características bastante diferentes, de acordo com seus interesses pessoais:

“Ambos se esforçam por dar melhor origem á vinda ou apparição de João Ramalho no torrão de sua pátria, nobilitando-o mesmo quanto á sua procedência na terra de sua nacionalidade. O colono era um naufrago, lançado pelo infortúnio ás plagas de Santos, e tinha nobre ascendência!”⁸⁴⁶

Para Mendes, as obras de Taques e Frei Gaspar seriam complementares entre si, “parecendo que ambas foram escriptas sob um plano assentado, ao menos em certos assumptos, em que pelo sangue eram os autores interessados”⁸⁴⁷. Ramalho, nos trabalhos destes autores, é fidalgo, cavaleiro; figura destacada não pelos méritos de seus trabalhos na colônia, mas porque já teria vindo de descendência ilustre, “pois, ao que parece, segundo tais chronistas, não desembarcava em S. Vicente (...) colono que não fosse fidalgo de primeira linhagem e da mais limpa nobreza”⁸⁴⁸. Ainda mais: segundo tais escritores, se Ramalho se dera à miscigenação casando-se, não o fizera com qualquer indígena, mas com filha de líder.

Por fim, Mendes faz críticas à existência de textos que distinguem mamelucos e paulistas, “como se na época fossem abundantes na colônia as mulheres portuguezas”⁸⁴⁹. Eram, em verdade, muito raras, dentre numerosas mestiças e muitas “selvagens”. Em nota, Mendes cita a representação feita a D. Catharina, regente na minoridade de D. Sebastião, em 1561, que pedia o envio de colonos “ainda que fossem degradados”: “E outrosy mande que os degradados qua não

⁸⁴⁵ Idem, pp. 182-183

⁸⁴⁶ Ibidem, p 220

⁸⁴⁷ Idem, p. 221

⁸⁴⁸ Ibidem, p.225

⁸⁴⁹ Ibidem, idem

sejam ladrões, sejam trasidos á esta villa para ajudarem a povoar, porque há aqui muitas mulheres da terra mystças com quem casarão e povoarão a terra”⁸⁵⁰

O que ocorria em S. Vicente também se dava em outros pontos da colônia, inclusive na capitania do Salvador, diretamente protegida pelo rei. O número de mamelucos crescia, em geral filhos de relações ilícitas. Para demonstrar que a situação colonial de São Vicente era razoavelmente similar ao de outras regiões no que diz respeito à sua formação social, Mendes lembra que na Bahia também havia número pequeno de mulheres brancas no começo da colônia. Por conta disto Padre Manuel da Nóbrega pedira para que fosse enviado um grupo de moças “ainda mesmo das de vida airada”⁸⁵¹. Segundo o autor, os colonos não queriam se casar com as indígenas e recusavam a formação de famílias, ainda que com elas mantivessem relações: esta era a origem da “nossa primitiva população colonial”⁸⁵² de maneira geral. Situação análoga ocorreria nas colônias dos outros Estados europeus, inclusive a dos ingleses – apesar da repugnância que tinham pelos selvagens.

À busca de uma genealogia que se remetesse a origens nobres haveria, também indivíduos no Brasil ufanando-se de possuir descendência tupi ou mesmo tapuia, “tomando n’este sentido as tribus mais rústicas do interior, com tanto queo avoengo seja de classe princiaria”. Mendes acrescenta, irônico: “(...) o que mais maravilha é que, não tendo casado no Brasil e nem reconhecido filhos, haja quem ostente orgulho de descender do conde de Nassau, e use das cores do seu brasão, nas librés de seus creados!”⁸⁵³

Para o autor, esta vaidade das distinções genealógicas seria uma “fraqueza (...) que acompanha a humanidade”. A procedência buscada está sempre no alto. Ainda que as distinções pretendidas, até mesmo na forma de nomes, tivessem alguma utilidade, Mendes pontua que se deveriam estranhar os meios, “pouco regulares, muitas vezes empregados para alcançal-as, ou para cohonestar o uso e confirmar a anciedade”⁸⁵⁴. Segundo o autor, os cronistas – da Bahia e de outros pontos – também teriam nos séculos XVII e XVIII tendido a uma “mania nobilitaria”, mostrando grande interesse pela “heráldica”. Entretanto, não teria nisto tanta intensidade quanto os paulistas, e em especial Pedro Taques, Frei Gaspar e Ayres do Casal. Para o autor, deveriam

⁸⁵⁰ Idem, ibidem

⁸⁵¹ Idem, ibidem

⁸⁵² Idem, p.227

⁸⁵³ Idem, ibidem

⁸⁵⁴ Idem, ibidem

buscar a nobreza pretendida não em títulos prévios vindos de Portugal e de “fora da pátria” mas em “serviços prestados no interesse do torrão natal”.

Ao tratar dos “serviços” de Ramalho, Mendes percebe necessidade em ponderar o título de Bacharel atribuído a ele, procurando verificar se ele era, de fato, um homem de letras, que por crimes teria sido condenado, ou se alcançou esta alcunha por seus “commettimentos extra-legaes”⁸⁵⁵. A primeira hipótese poderia ser sustentável:

“(…) Se João Ramalho fosse um criminoso vulgar, curvado pela idade e naturaes padecimentos, não resistiria, como resistiu, á influencia de sacerdotes cheios de fé, de zelo e de sciencia, como eram e são os jesuítas. No ultimo quartel da vida se renderia á voz da religião que recebêra no berço, como com tantos outros succedera”⁸⁵⁶

Ramalho teria sido o responsável por transformar São Vicente e Cananéia em portos certos para escala dos europeus. Além disso, quando a colônia portuguesa finalmente se firmou, fundou a povoação de Santo André, objetivando conter e negociar com os Guayanazes. Estabeleceu-se uma via de comunicação com S. Vicente, que outrora era denominada “estreito de Ramalho”. Posteriormente esta via foi melhorada por obra dos padres da Companhia de Jesus – , a via teria ficado conhecida como “o caminho do padre José”, “se é certo o que affirma Fr. Gaspar em suas *Memórias*”. Tantas obras erigidas com poucos recursos indicariam a ação de um homem de “inteligência vigorosa”, “com algum cultivo litterário”; que se utilizou de “meios extra-legaes” para que alcançasse seus objetivos; ainda que fosse “dominado por grandes e violentas paixões”⁸⁵⁷.

O possível perfil de literato e o fato de ter permanecido na América por longo período influiriam na maneira como Ramalho tratou os religiosos e a fé, e sua postura de modo geral:

“O orgulho do homem de cultura litteraria é mui refractario a idéias estranhas. Difficilmente se subordinará à doutrinas de que outros sejam os iniciadores, ou se constituam os mestres, máxime se, o que carrega-o, é adiantado em annos e habituado ao mando. Eis o caso de João Ramalho. A luz da razão, os esplendores da fé não o despertam: é para ele um cofre cerrado a sete sellos. (...) D’ahi resultou a divergência, a luta com os religiosos da companhia de Jesus logo que aportaram em 1549 á S. Vicente. Esta semente deu posteriormente frutos bem agros”⁸⁵⁸

Os anos em que Ramalho permaneceu “ao mando” fez com que ele não quisesse abandonar “a vida licenciosa” a qual se habituara junto aos tupiniquins. Haveria também fortes

⁸⁵⁵ Idem, p. 240

⁸⁵⁶ Idem, ibidem

⁸⁵⁷ Idem, p. 242

⁸⁵⁸ Idem, ibidem

diferenças entre os sacerdotes que vieram desde o começo da Colonização em São Vicente e os missionários jesuítas, que colaborariam para o confronto destes com Ramalho:

“Os primeiros sem nenhum zelo, baldos de sciencia e talvez de fé, indifferentes ao viver dos colonos, imitando-os, senão excedendo-os em desregramentos. Os segundos cheios de fé e de zelo, de espírito cultivado, eram caridosos com os indígenas, que os colonos e os outros sacerdotes reputavam, não homens mas feras”⁸⁵⁹

Assim sendo, o enfrentamento era inevitável. Ramalho chegaria a repelir ou ignorar repreensões e avisos, e vivia à margem do que aconselhavam os padres :

“(…) Jamais casou, conforme os ritos da igreja; vivia como um Mórmon desbragado antes e depois da vinda de Martim Affonso; antes e depois da entrada dos jesuítas em S. Vicente, que nada d’elle conseguiram em matéria de moral. Preferindo, por amor de seus vícios e extrema libidinagem, ser excommungado, manteve obcecado essa posição até sua morte”⁸⁶⁰

Apesar de retratar o Bacharel desta maneira, Mendes o classifica de empreendedor e ativo, e destaca suas relações boas com os indígenas, diferentemente da imagem dada aos paulistas que estabeleceriam expedições adentrando o território, em lutas que duraram “em mais de trezentos annos” – lutas estas que seriam pouco conhecidas, desconhecidos os nomes até mesmo de “heróis” que deixaram “por toda a parte inequívocos signaes de seu extremado valor e, infelizmente, de sua desmarcada cobiça e ferocidade”. Os paulistas são classificados como os piores exterminadores desalmados, somente comparáveis aos conquistadores espanhóis.

“ Eram também assim os heróis antigos porquanto estas existências estão sempre na dependência da cultura intelectual da época.

Os Mamelucos de S. Paulo só encontram símiles nos devastadores hespanhoes, seus êmulos e vizinhos. A raça sul-americana não encontrou peiores e mais desalmados exterminadores.

Entretanto, não se pode desconhecer n’estes mestiços os seus sacrificios, o seu arrojo, e sua heroicidade. É para lastimar que não conheçamos o histórico fiel de suas aventurosas e homéricas expedições, podendo apenas citar-se os nomes dos Raposos, Pretos, Buenos, Campos, Pires, Arzões, Camargos e outros, produtos aspérrimos do sangue ibero com o Tupy e Guayanaz”⁸⁶¹

Por conta deste assim suposto pouco conhecimento e pesquisa menos dedicada, a historia de São Paulo estaria ainda por escrever, mesmo sendo a província que contava maior número de historiadores, segundo afirma Mendes. A composição desta historia em muito interessaria, posto que se entrelaçava com a de todo o país: São Paulo, a “filha mais velha”, “a que se manteve com

⁸⁵⁹ Idem, pp. 242-243

⁸⁶⁰ Idem, p. 243

⁸⁶¹ Idem, p. 235

mais segurança desde o começo da colonização”, *especialmente depois da chegada dos jesuítas* – que domesticaram o gentio, convertendo-o “a nossa fé”, e fundaram São Paulo ⁸⁶². Se Martim Affonso e João Ramalho tiveram papéis destacados na história paulista, seus serviços não teriam grande relevância não fosse a atuação deste outro elemento: a Companhia de Jesus.

Nesta observação emerge uma fala política na história escrita pela pena de Candido Mendes. A participação deste membro do IHGB na Questão Religiosa é bastante importante: conjuntamente a Zacarias de Góes, tomou parte como advogado na causa dos bispos. De fato, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o pensamento católico ortodoxo teve nele sua expressão mais brilhante ⁸⁶³. A valorização do papel dos missionários, bem como a minimização legada aos atos dos colonos certamente está vincada por sua formação pessoal, seu referencial político. A interpretação de que a província de São Paulo fora bem sucedida graças ao esforço jesuíta revela uma preocupação bastante contemporânea, demonstrada anteriormente por Fernandes Pinheiro: as sugestões advindas de setores liberais de que haveria a necessidade de laicizar o Estado. Para Mendes, tal tendência talvez fosse arriscada: no passado, em tempos de colônia, somente a presença dos religiosos pôde efetivamente incrementar o desenvolvimento. Sem a sua intervenção, os colonos teriam perecido em suas imprudências e esmagado sob sua crueldade desenfreada os povos indígenas. Sem as ordens religiosas, não teria sido possível verdadeira organização colonial.

Muitas das críticas aos cronistas se estendem em especial ao historiador que os utilizou e valorizou: Varnhagen. Por diversas vezes são questionadas não somente sua interpretação, mas também sua leitura dos documentos; suas explicações são consideradas insuficientes para sustentar determinadas idéias. Mendes reclama da ausência de um embasamento documental mais coerente e chega a afirmar que o Visconde de Porto Seguro possivelmente teria deixado de ler textos relevantes, já que cometera erros evitáveis.

Varnhagen já recebia restrições de contemporâneos. João Francisco Lisboa pode ser citado dentre eles – autor valorizado por Mendes e também por Homem de Mello. Uma das críticas tecidas por Lisboa, no *Jornal de Tímon* diz respeito à interpretação de Varnhagen a respeito dos degredados que colonizaram o Brasil, na qual tendeu a buscar e a verificar uma espécie de nobreza de título e de origem para os povoadores de São Paulo. Segundo o Visconde e

⁸⁶² Idem, p. 245

⁸⁶³ HOLANDA, S:B. Op.Cit, Ibidem, p366

os cronistas, essa região seria pioneira e destacada – a ponto de ser sugerido que João Ramalho, um dos primeiros povoadores locais, poderia ter precedido Colombo na descoberta da América.

A crítica indireta de Mendes à glorificação do passado de São Paulo contraria a idéia de que os paulistas constituiriam aquilo de mais honrado na Colonização – idéia subjacente a Pedro Taques, que propunha, com sua *Nobiliarchia Paulistana* que a nobreza já teria vindo na frota de Martim Affonso e São Paulo seria menos mestiça do que as demais regiões. Ao identificar uma genealogia nobre provinda da metrópole, é deixada de lado a nobreza obtida através de “serviços prestados no interesse do torrão natal”⁸⁶⁴ – na qual, para Mendes, os jesuítas e os colonizadores de outras regiões, sem quaisquer títulos, avultam.

O olhar político que participa das *Notas para a História Pátria* e, bem como da abordagem da Colonização pretendida por Candido Mendes de Almeida, está guiado, em primeira instância, por um esforço de valorização do papel do jesuíta na sociedade, minimizando o esforço paulista. Também toma parte uma crítica à importância dada a São Paulo, em detrimento às demais regiões – o Norte especialmente.

Na década de 1870, São Paulo projetou-se no cenário nacional devido ao desenvolvimento da lavoura de café e passou a reivindicar maior participação política e atenção por parte do governo central. De fato, o movimento de colonização das regiões com solos propícios para a cafeicultura tem lugar, nesse momento, quase que “exclusivamente em território paulista”⁸⁶⁵ e a conquista de regiões de São Paulo por esta cultura se dá justamente na segunda metade do século XIX. A questão dos aperfeiçoamentos de transporte e vias de comunicação na região, assim como a utilização de imigrantes em grande escala, podem ser citadas como exemplo de interesse dos paulistas por melhores condições para a província – bastante fortes entre 1860-1880⁸⁶⁶.

Segundo Danilo Ferreti e Maria Helena Capelato, existira uma busca secular da elite regional em prover São Paulo de uma identidade própria, iniciada já no período colonial, justamente com Frei Gaspar e Pedro Taques. Segundo Antonio Celso Ferreira, entre 1870 e 1940, configurar-se-ia “uma visão épica” sobre a região e sobre o paulista, “expressa num amplo conjunto de textos que circularam na região, assinados por duas ou três gerações de homens de

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 228

⁸⁶⁵ HOLANDA, SB Op.Cit, p 92

⁸⁶⁶ Já em 1864, eram apontados os prejuízos causados pela deficiência de vias de comunicação para as lavouras, que terminavam por investir grande parte dos rendimentos em transporte. COSTA, Emilia Viotti da “Da Senzala à colônia” São Paulo: Unesp, 1997, p. 202

letras” ⁸⁶⁷. Nas três últimas décadas do século XIX, especificamente, uma recém formada burguesia paulista ligada à cafeicultura se dedicara a ampliar o “culto à paulistanidade”, seguindo as leituras de Taques e Gaspar, argumentando a existência de um passado colonial diferente na região, responsável por engendrar atributos para os paulistas ausentes nos demais brasileiros – o que justificaria sua liderança e destaque nacional ⁸⁶⁸. A importância atribuída a Ramalho em relação ao destaque dado a São Paulo como pioneira frente às demais regiões seria novamente abordada na ocasião das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, principalmente no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ⁸⁶⁹. Vemos que este esforço que se inicia já no XIX, tem em Cândido Mendes uma testemunha e debatedor crítico.

É importante observar, ainda, que de todas as províncias brasileiras, São Paulo viria a se tornar aquela onde o republicanismo mostraria maior pujança numérica e também a capacidade de organização. Segundo Capelato e Ferretti, haveria um setor do novo grupo social formado pela burguesia cafeicultora que aderiu à nova idéia republicana, formando o que foi chamado de “republicanismo paulista”. Essa mesma burguesia se encarregou de retomar a temática da identidade paulista, por meio do debate a respeito do passado colonial.

Vemos, destarte, na leitura de Mendes, escritor maranhense, elementos para além de suas correções densa e cuidadosamente erigidas – sua real e sincera preocupação com o rigor na história, que ia ao encontro das expectativas epistemológicas e metodológicas de outros sócios do Instituto. É possível verificar, também, a crítica a uma historiografia que poderia pretender construir e referendar um histórico diferenciado e proeminente para São Paulo. Essa construção, para o autor, surgia de recortes imprecisos e leituras mal-feitas, sendo, portanto, uma ameaça à verdadeira história do país; por conseguinte, seriam perniciosos à nação, que teria seu passado

⁸⁶⁷ O autor verifica de que maneira o movimento modernista na década de 1920 “constitui um ponto de inflexão privilegiado para a análise dessa produção textual”, dando novos significados e imagens ao imaginário regional. FERREIRA, Antonio C. “Heróis e Vanguardas, Romance e História: Os intelectuais modernistas de São Paulo e a Construção de uma identidade regional” in: PESAVENTO, *Escrita, Linguagem, Objetos*. Op. Cit, p. 81.

⁸⁶⁸ Podem ser citados como exemplos deste esforço Américo Brasiliense, Alberto Salles e Júlio Ribeiro. (FERRETTI, Danilo J.Z. & CAPELATO Maria H.R.. “João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil”, in: *Revista Tempo. Dep.de História da UFF*. v. 04, nº 08, dez/1999. URL:http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf)

⁸⁶⁹ Em 1899, José Luis Alves, membro do IHGB, propôs aos colegas a busca em arquivos portugueses e paulistas para encontrar o testamento original de Ramalho, indicado por Frei Gaspar. Isso trouxe à tona a discussão sobre as origens de São Paulo, em especial nas publicações do IHGSP, que dedicaria muita atenção ao tema, mobilizando figuras importantes da intelectualidade paulista do período: “Demonstrar que as origens do Brasil estavam em São Paulo significava justificar que os projetos de hegemonia de São Paulo em relação à federação começavam a ser elaborados nessa época” (Ibidem, p. 03)

permanentemente envolvido em nuvens de mitos, lendas e dúvidas – e conseqüentemente, poderia ter suas concepções e valores equivocados no presente.

A importância de todo este debate, participado por Homem de Mello, Pinheiro e Mendes, também pode estar apontada em importante informação trazida na Ordem do Dia daquela mesma sessão de junho de 1871, em que Homem de Mello leu seu trabalho. A primeira parte da Ordem mencionava a entrega, por Carlos Honório, de seis cópias de um Relatório sobre a colonização dirigido por João Pedro Carvalho de Moraes ao ministério da Agricultura, “visto que o Instituto tinha dado para ordem do dia dos seus trabalhos, a discussão e solução de um *ponto idêntico*”⁸⁷⁰. Esse relatório referia-se a uma visita feita por Moraes em abril de 1870, em comissão do Governo Imperial, para visitar colônias da província de São Paulo, em especial Nova Lousã. No texto, tratava dos bons resultados alcançados nas localidades, indagando se estes teriam tido lugar por conta dos bons relacionamentos estabelecidos com os empregados, trabalhadores imigrantes, ou às regras que regulavam essas relações⁸⁷¹.

Entendemos, portanto, que a análise da Colonização portuguesa e da formação da sociedade brasileira, para além das questões políticas relacionadas à monarquia e aos problemas herdados do passado – a escravidão e a Igreja – está sendo também estimulada pela questão das colônias de povoamento e imigração para lavouras cafeeiras – estímulo perceptível pela participação de outros trabalhos sobre Colonização nas páginas da RIHGB, em especial naquelas em que estão publicadas as atas⁸⁷².

Verificamos que entre a historiografia da Colonização e a política ocorreram pontos de contato e familiaridade de argumentos. O mote para estudo da Colonização e do passado português, repleto de nuances e questões diversificadas, passava por assuntos desde mão-de-obra a ser empregada na crescente cafeicultura; como a sociedade deveria lidar com a lacuna que se abriria ao se livrar da “moléstia” da escravidão; até o papel das províncias no todo nacional – e a

⁸⁷⁰ “Sessão de 5 de junho de 1871”. In *RIHGB*. RJ, Tomo XXXIV, 1871, p. 320. Grifo nosso.

⁸⁷¹ Informações sobre o Relatório retiradas do site da Biblioteca Municipal de Lousa: <http://www.cm-lousa.pt/biblioteca/novalouzan.htm>

⁸⁷² Em junho de 1875, é remetido um exemplar do mapa geral da colônia de Blumenau de Santa Catarina pelo agente oficial de colonização, sob ordem do ministério da agricultura. Em 1877, uma proposta para sócio feita por Carlos Honório de Figueiredo, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros e Felizardo Pinheiro de Campos indicava o bacharel José Ignácio Coimbra, major reformado do exército, chefe da seção de inspetoria das terras e colonização. Neste mesmo ano, Gonçalo de Faro oferece exemplar do livro *Colônias Orphanologicas, agrícolas, industriaes do município de Estrela, Rio de Janeiro*. Ao fim da década, o engenheiro Joaquim Galdino Pimentel envia um ofício acompanhando cem exemplares de seu folheto sobre a colonização para serem distribuídos pelos sócios e biblioteca, dentre os quais também há diversos tratando de máquinas a vapor e locomotivas.

maneira como poderiam conquistar mais atenção dentro do conjunto. Ainda, no tocante à modificação da identidade do Império, que se aproximava de entender-se enquanto americano, passa-se a anotar similaridades dos processos coloniais com as ex-colônias hispânicas, sob um olhar que negava esse passado, dadas as suas limitações: nem Espanha, nem Portugal foram capazes de estabelecer acordos definitivos nas fronteiras de suas possessões, legando problemas para o futuro. Por outro lado, os limites – ainda que fluidos – que os portugueses procuraram manter são necessários, (especialmente em contextos de Guerra).

O marco de superação de um estado colonial pernicioso, a Independência passou a ser problematizada; com a participação de vieses políticos até mesmo de cunho partidários, as diferentes formas de interpretar a ação dos artífices do movimento – e a experiência emancipadora para a nação, de modo geral – também deixaram entrever a ligação da história ao cenário político destes anos em que tantas modificações estruturais foram sugeridas, insinuadas e reivindicadas. As decorrências destas transformações apenas começavam a se fazer sentir: nos anos seguintes falariam mais alto, mais forte, seriam mais incisivas – e, tanto quanto as questões políticas dos anos anteriores, fariam-se ouvir nas sessões do Instituto.

Considerações Finais: Reformas e declínio do Império – “a Crisálida” do Instituto

A relação entre a escrita da história e a política no IHGB, como vimos ao longo dos capítulos, ocorreu de maneira bastante próxima, verificando-se na escolha de determinados temas para redação de artigos e publicação de documentos; apresentando-se nos diálogos e no andamento das sessões ordinárias, no material que era oferecido para o arquivo e para a biblioteca. Notamos, igualmente, que essa vivência permitiu nuances no tratamento de determinados assuntos, tanto em momentos específicos – mostrando que mais de uma interpretação poderia se apresentar em um mesmo período, de acordo com os referenciais políticos dos participantes dos debates – quanto se considerarmos a passagem dos anos e a conseqüente alteração de determinados sentidos políticos subjacentes. Ao longo de sua existência, portanto, o Instituto viu seu projeto de história e geografia Nacionais expressar as análises diferentes do passado e da presença portuguesa.

Esse projeto, que se relacionava diretamente ao de um Império para o Brasil estreitamente associado à figura de Pedro II, e que pretendia se constituir enquanto um referencial histórico para o presente, engendrando uma imagem para o Império que o legitimasse, começa a ser revisto e a se modificar intensamente nas últimas duas décadas do século XIX, em paralelo a alterações contemporâneas que então experimentava o Brasil, por novas vivências econômicas e políticas e pelas reivindicações de novos grupos sociais unidos a segmentos mais progressistas. Faziam-se presente idéias de modificações políticas importantes em diversas instituições monárquicas, então criticadas com severidade: a escravidão, a união entre Igreja e Estado, a centralização, a vitaliciedade do Senado e em especial, o Poder Moderador e a Constituição de 1824 foram alvos repetidamente.

As transformações que se faziam sentir na economia e na sociedade conduziam à necessidade de reformas na esfera política que, segundo alguns entendiam, se não executadas com competência, poderiam desencadear-se em revolução, situação por estes considerada anárquica e indesejável. Essa tendência vinha se fazendo sentir desde anos antes: já em 1869, os liberais lançavam um manifesto que sugeria uma série de reformas e encerrava com uma ameaça

e uma sugestão: “Ou Reforma, ou revolução. Reformem e o país será salvo”⁸⁷³. Por outro lado, grupos republicanos que ganhavam espaço consideravam essencial executar uma transformação profunda e radical. Suas restrições ao Império pontuavam-se na idéia de que ele era irreformável: pela existência do Poder Moderador, entendido como poder pessoal de Pedro II, todas as experiências políticas estavam corrompidas de origem; a participação do Imperador no encaminhamento dos trabalhos da Câmara, Senado e Gabinetes de ministros era entendida como a responsável pelo esvaziamento da soberania popular, tornando, desta feita, quaisquer reformas vãs. De todo o modo, as estruturas tradicionais da Monarquia, segundo Emilia Viotti, acabariam sendo entendidas como “obstáculos anacrônicos ao progresso”⁸⁷⁴, fracassariam em seguir as decorrências destes novos tempos e em cooptar os novos grupos e suas exigências.

Este cenário fez-se sentir no espaço letrado de que tratamos, assim como nos anos anteriores: diretamente, os problemas políticos emergiram na forma de ofertas durante as sessões, e indiretamente, expressando-se em temas da história que passam a receber mais enfoque. Para o primeiro caso, devemos lembrar, por exemplo, textos como *A Reforma da Constituição, Estudo de história pátria e direito constitucional*, texto cuja oferta foi anotada em sessão em 1880; *Projeto do código civil brasileiro e Reforma do ensino primário*, oferta da secretaria da câmara dos deputados em 1883; no mesmo ano, o *Esboço Histórico da constituição brasileira ou Origem e desenvolvimento histórico das instituições constitucionais do Brasil*, capítulos lidos por Tristão Alencar Araripe em 1883. Também devem ser mencionados textos ligados a imigração, a questão de terras e trabalho livre ao longo de toda a década (tratando da introdução de mão de obra européia e/ou chinesa) e, principalmente, a abolição da escravidão. Esta ocupou verdadeiramente a atenção ao longo de várias sessões, tanto antes quanto depois do dia 13 de maio de 1888.

Em ofertas de textos que mencionavam a realidade da escravidão no Brasil, – como a dos discursos proferidos na câmara dos deputados, que passaram pela mesa do Instituto em 1883 por Aristides Espinola – mas principalmente nos discursos que ressaltaram o fim do cativeiro dos negros, o assunto foi valorizado. Na verdade, já em 1887, por ocasião dos cumprimentos dados à princesa Izabel pelo aniversário de seu pai, então em viagem ao exterior, há grande destaque para o encaminhamento da abolição. Era apontado como evento aguardado pelo IHGB, que desejava registrá-lo nos fastos da história pátria; a proximidade do dia da libertação dos escravos indicaria

⁸⁷³ Idem, p. 733

⁸⁷⁴ Idem, p. 707

a rapidez com que se encetaria a regeneração nacional, objetivo desejado, segundo o orador, por todo o país naqueles dias de tão violentas conjecturas e terríveis dificuldades.

Já em 1888, haveria homenagens a todos aqueles que possibilitaram a assinatura da abolição. Reunidos em sessão extraordinária em 16 de maio, os sócios deliberaram propostas de dar congratulações ao Imperador, à princesa, às câmaras e ao ministério ⁸⁷⁵. Ficou decidido que seriam feitas medalhas, com as quais os presenteariam. Também decidiram organizar uma memória com a história resumida sobre tudo o que se tratava do assunto, desde a fundação do Império até 1888 – posto que um bom livro seria “também um monumento, e tanto mais digno de apreço quanto representa a superioridade da intelligencia sobre o esforço material da actividade humana” ⁸⁷⁶. É interessante notar o recorte temporal escolhido pelos sócios para esta história: ao contrário de outras análises, desprendia-se da necessidade de analisar as origens da escravidão, atrelada ao período colonial. Podemos pensar que esta escolha se pautava na necessidade de unir a imagem do Império à de idéia de liberdade – no caso expressa na libertação dos escravos. Unir o Império à colônia neste ponto seria colocar em sua história o nascimento daquilo que era considerado uma nódoa, e que se pretendia interpretar como uma herança compulsória dos tempos coloniais, contra a qual o Império sempre teria lutado. Pontuar desde os tempos coloniais aquela memória tornaria imperativo tentar localizar uma justificativa para o início da utilização daquela mão de obra, o que seria por demais polêmico e arriscado, em se tratando de uma história do Império – que pretendiam os sócios desenhar como libertador, ainda que fosse o derradeiro ponto de escravidão na América.

Vemos que havia a percepção de que viviam um momento crítico em que mudanças não só eram valorizadas, mas se impunham. No discurso proferido por ocasião do funeral do Visconde do Rio Branco, por exemplo, todas as suas maiores obras são ações reformistas: é mencionado em destaque seu papel na modificação do recrutamento para o exército; na reforma da guarda nacional, considerado “ridículo instrumento da política”; na supressão da prisão preventiva, “nefário desabono da justiça”; e na sua obra de estender “a pátria até as senzalas dos

⁸⁷⁵ Propuseram lançar nas atas votos de louvor à imprensa que cooperou para o triunfo da abolição; colocar na sala das sessões um busto de Perdigão Malheiro, “que em sua obra a *Escravidão no Brazil* procurou lançar as bases para a abolição da escravidão” e outro do Visconde do Rio Branco, “que foi quem com a abolição da lei de 28 de setembro de 1871 iniciou a realização da abolição do elemento escravo no Brazil”. Falaram ainda sobre levantar uma estátua à princesa Izabel, que, por intermédio do Conde d’Eu, pediu que não o fizessem. “Sessão Extraordinária de 16 de maio de 1888” in *RIHGB*, Tomo LI, parte II, 1888, p.214

⁸⁷⁶ Enquanto o pensamento e as idéias eram capazes de permanecer, sendo “imortaes”, as estatuas os templos e monumentos “esboroam-se”. “Sessão de 10 de agosto de 1888”, in *RIHGB*, Tomo LI, parte II, 1888, p. 259

escravos” fazendo com que “o ventre da escrava desse á luz cidadãos” ⁸⁷⁷. Como expressão de tempos de reformas e alterações, na década de 1880 o tema das Revoluções na história também estaria no centro das análises, ganhando espaço nunca antes permitido na Revista.

A Inconfidência Mineira, a Revolução Farroupilha, os levantes liberais de Minas Gerais e São Paulo de 1842, a Cabanada, a Sabinada e as resistências do Maranhão frente a Independência foram tema escolhido por sócios ou outros indivíduos que dialogavam de fora ⁸⁷⁸. Na verdade, estes eventos deram corpo à publicação da Revista nos anos 1880. A Independência foi comentada, igualmente – e especialmente, em discursos dos sócios nas festas do sete de setembro. Em todos, percebemos a crescente modificação e multiplicação de nuances, dando margem ainda maior a diferentes personagens, a projetos políticos dissonantes e, principalmente, dando espaço para a luta, apoios, resistências, para além da associação do príncipe e dos patriotas ⁸⁷⁹. Em muitos destes trabalhos, foram dadas imagens positivas aos rebeldes que, em seus intentos poderiam ser considerados tão patrióticos quanto aqueles que os enfrentaram, mesmo que estivessem equivocados em suas escolhas, ou deslocados no tempo. O caso mais exemplar disto diz respeito ao empenho de se comemorar a memória de Claudio Manoel da Costa em 1889, denominado o primeiro mártir da liberdade nacional ou mártir da pátria, nos lábios de quem o tema da *Independência ou Morte* já havia sido colocado. A sessão, entretanto, deveria ser “modesta, izenta de toda a cor política” ⁸⁸⁰.

⁸⁷⁷ “Sessão em 12 de novembro de 1880” in *RIHGB*, Tomo XLIII, parte II, 1880, pp. 477-478

⁸⁷⁸ Podemos lembrar, a título de exemplo, dentre outras ofertas e trabalhos: da publicação do texto *Guerra civil do Rio Grande do Sul*, de Tristão Alencar Araripe em 1880; da oferta de Joaquim Pinto Jr, do *Movimento político da província de São Paulo em 1842*, mesmo ano; do trabalho de Joaquim Norberto de Sousa Silva, em 1881, *Tiradentes perante historiadores oculares de seu tempo*, junto a *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela e dos Últimos momentos dos inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão*; da leitura feita por Franklin Távora em sessão de 10 de junho de 1881, do texto *Memórias do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca* e em 7 de outubro, por Araripe, de capítulo da memória *Cabanada no Pará*. Em 1882, a Revista publicou *A Sabinada*, de Machado Portella; neste mesmo ano, Moreira de Azevedo retoma os eventos de 1842, desta vez em Minas Gerais – texto que seria publicado em 1884 na revista, mesmo tomo em que se publicou *Sabinada da Bahia*, texto também de sua autoria. A Sabinada foi analisada também por Sacramento Blake, texto publicado em 1885. Segundo Moreira de Azevedo, este trabalho traria uma visão abonadora de Sabino.

⁸⁷⁹ Foi o caso, por exemplo, da leitura feita por Tristão Alencar Araripe, em 7 de julho, do documento que copiara de original com a letra de Bonifácio, que continha idéias sobre a organização política do Brasil como reino unido a Portugal ou como estado independente. Neste ponto, ficariam indicadas possibilidades de projetos políticos diferentes para o Brasil, de forma a se contrapor à interpretação já aceita anteriormente de que os eventos se encaminharam de naturalmente e rumo ao sentido da emancipação. Também, passa a haver uma valorização do exército e da marinha na História da nação, não somente na Independência, bem como de heróis militares, como Caxias e Osório.

⁸⁸⁰ A condescendência com os revolucionários de outrora fica nítida também em comentários como os do parecer sobre a obra de Franklin Távora, em 1880, *Os Patriotas de 1817*. Julgam os pareceristas que aquelas lutas eram ainda incandescentes, não sendo possível a verdadeira calma e isenção de espírito para serem apreciadas; entretanto,

Muitas circunstâncias do período explicam o destaque dado a idéia de revolução. Em 1880, por exemplo, ocorre na cidade do Rio de Janeiro o Levante do Vintém ⁸⁸¹. Reprimido com violência, deu brecha para que houvesse críticas à postura do governo liberal quando estava com as rédeas da nação em mãos, e para que comparações com as atitudes dos liberais em outros momentos fossem feitas – daí a abordagem, por exemplo, das Revoluções de 1842 ⁸⁸². Em outras palavras, as reformas, revoluções, transformações do presente traziam a necessidade de se observar outros momentos em que houve tentativas de alterações da ordem vigente. Podemos entender que a forma como eram abordados tais eventos nas páginas da revista se reportava à necessidade de demonstrar a capacidade da Monarquia de passar por convulsões e superar, sem quebra da ordem vigente e sem por vezes desconsiderar os esforços daqueles que procuravam as mudanças – poderiam ser compreendidos como tão patriotas quanto aqueles que defendiam a manutenção do *status quo*.

Esta idéia fica bastante clara nos comentários a respeito da resistência ao movimento de emancipação do Brasil no Maranhão, feitos por César Augusto Marques na memória histórica *O Dia 28 de julho*. Comenta que, já tendo passado muitos anos, houvera tempo de sobra para o arrefecimento de paixões e ódios; todos os combatentes de ambos os lados da contenda, igualmente “heróis”, já faleceram. Uma vez que para eles havia “raiado a posteridade” era momento de lhes fazer justiça. Quanto a isto, Marques propõe: “Esquecimento pleno e profundo respeito à memória daquelles que, arrebatados por convicções sinceras, embora errôneas, procuraram embaraçar a liberdade da nossa patria”. O autor, assim, permite uma anistia à memória daqueles que foram contrários à Independência, mostrando a sinceridade de suas idéias, suas possíveis inspirações patrióticas e valorosas, mesmo que errôneas.

Ao fazer isso, Marques permitia a introdução da idéia de desacordos na nação no tocante à sua Independência. Permitir luta neste processo modifica a representação do evento em si: o

a comissão entendia que enquanto não chegassem juízes desinteressados, deveriam ser aceitos todos os escritos e animar a todos os autores que descreviam aqueles tempos, já que brilhava neles muito patriotismo, santificado até mesmo pelo martírio.

⁸⁸¹ Conf. DUNLOP, C. J. *Apontamento para a história dos bondes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1953; HOLLOWAY, *Polícia no rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. GRAHAM, S.L. *O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880*. São Paulo: RBH, 10:20, pp.211-232

⁸⁸² Segundo Silvana Blanco, a Revolta do Vintém também deu margem para que republicanos criticassem a monarquia: por conta dela, não seria possível uma vida partidária saudável, e ocorreria constantemente a corrupção dos políticos – prova disto seria a atuação dos liberais na repressão ao levante popular. BLANCO, Silvana Mota Barbosa *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Dept. de História do IFCH/Unicamp. Campinas, 1995, pp.53-63

Brasil não mais se tornara independente por conta de uma maturidade biológica da nação – aquela em que o filho se emancipa de seu pai conforme é chegada a hora – mas pela maturidade civil do povo, que passa a ser dotado de noção de seus próprios direitos. A liberdade se torna uma conquista, alcançada com sacrifícios, com luta, mortes de figuras heróicas e gloriosas em suas convicções.

Na própria fala deste autor, tal representação da Independência já aparece, ressaltando a herança deixada por aqueles: uma pátria livre, independente, “cujas vantagens e felicidade gozamos á sombra de suas instituições tão invejáveis e no glorioso reinado daquelle que a Divina Providencia nos outorgou como defensor perpétuo do Brasil”⁸⁸³. Em outras palavras, o Segundo Reinado era herdeiro de um passado de lutas, tendo recebido pelo martírio de figuras proeminentes do passado o presente de instituições bem estruturadas e livres. Marques, como vemos, apresenta uma imagem favorável à monarquia e às suas instituições – sem dúvida defendendo-a de ataques de que era alvo então.

Na verdade, defesas ao projeto político ao qual o Instituto era tão próximo foi bastante freqüente nas suas sessões e na sua Revista, durante aquele período em que, nas câmaras e na Imprensa, a monarquia sofria ofensivas constantes. Conforme se tornavam mais ácidos os comentários acerca do Poder Moderador, entendido como poder pessoal de Pedro II, por exemplo, maior era a tentativa por parte dos sócios em notar, em contrapartida, a importância do Império e do Imperador para a ordem do Brasil e para a defesa das liberdades. Nos primeiros anos de 1880, é retomada a prática de publicar quase que de forma integral os discursos de deputações formadas para felicitar o Imperador – elemento que gradualmente diminuía anos antes, e que, como vimos, relacionava-se ao seu esforço em referendar o monarca como elemento de coesão para uma nação que se formava. Agora, o Imperador já envelhecido, alvo de críticas de diversos setores, seria felicitado outra vez em seu aniversário, data considerada providencial e digna de alegrias para o Brasil; no sete de setembro, dia em que se fundava o Império segundo a periodização oficial e que, apesar das dissonâncias, procurou-se cristalizar; o vinte e cinco de março, lembrando a outorga da Constituição do Império como ponto em que se inscrevia as liberdades que o Brasil, somente sob a proteção de Pedro II, poderia obter⁸⁸⁴.

⁸⁸³ MARQUES, César Augusto “O dia 28 de julho, memória histórica lida na noite de 27 de julho de 1883, oferecida ao Barão de Paranapiacaba” in *RIHGB*, Tomo XLIX, 1886, p.309.

⁸⁸⁴ Não são trazidos a este tipo de prática o dia da Abdicação, tampouco a Maioridade – embora este tenha sido o tema de uma memória composta por Alencar Araripe, lida em sessão e publicada na Revista. Esta memória, aliás,

Nesses discursos algumas vezes podemos flagrar nuances de interpretação e avaliação acerca do Segundo Reinado e da Constituição de 1824. Está presente, por um lado, a fala conservadora, que valoriza e pretende preservar os elementos daquela carta, e que dá sentido ao Poder Moderador – e, por extensão, defendendo a atuação de Pedro II na preservação do Império e configuração do monarquia. Joaquim Norberto de Sousa Silva legitimava essa imagem do Imperador e da constituição, tendo apontado-os como lastros de unidade e progresso para o Brasil. Em sessão aniversária de 1886, mencionava as conquistas de civilização do Império: a Independência, a imprensa livre, a Constituição, traços de uma nação nova a ser alçada ao apogeu e à prosperidade. Por outro lado, falas liberais também se fazem presente. Nesta década de 1880, em que a esfera política conheceu diversos gabinetes deste partido, o IHGB apresentou visões da Independência em que atuavam outras personagens, tirando das mãos de Pedro I o papel de protagonista privilegiado, inserindo em seu lugar a vontade da nação. Essa fala – que ganhou espaço bastante grande nestes anos de Revista –, ao tratar da monarquia, entende-a como escolha nacional.

Em 1880, por exemplo, o discurso proferido por Olegário Aquino comentava que o 7 de setembro era fato de maior honra, por ter libertado um povo e fundado uma nacionalidade, início da jornada rumo a civilização e progresso. Era a “regeneração de um grande povo” e o “baptismo de uma grande nação”. Entretanto, pontua que a Independência não foi, nem poderia ser, obra de um só homem, inspiração de um só momento. Fora desde muito tempo o “summo anelo de um povo já livre nos sentimentos, quando ainda não o era nas ações”; a liberdade era uma aspiração nacional, e para que fosse realizada concorreram muitos, “em cujo peito ardiam os impulsos de mais encendido patriotismo”⁸⁸⁵. Tanto ao príncipe que proclamou a independência em hora propícia quanto aos “patriotas” que colaboraram na conquista dela, mandaria a justiça da história que se prestassem homenagens. A data é indicada como o “primeiro dia do Brasil”, depois do qual “temos pátria e somos enfim cidadãos”.

A glória vinda destes dias e destes feitos se refletiria no trono imperial de Pedro II, porque a verdadeira glória de um príncipe seria reinar sobre povo livre, “côncio de sua força e de seus direitos, e só escravo da lei, porque é sob o jugo legal que se faz efectiva a liberdade”.

parecia procurar encaminhar a aproximação da tomada de posse por Pedro II à vontade popular, de forma que o monarca pudesse ter resgatada sua imagem de imperador constitucional que, convidado ao poder, aceitara em nome da ordem e do bem estar do Brasil.

⁸⁸⁵ “Sessão de 17 de setembro de 1880” in *RIHGB*, Tomo XLIII, parte 2, 1880, p. 459

Dirigindo-se a Pedro II diz que as felicitações são dadas a ele, que as merece, pois vinha confraternizando com o povo e mostrando que a causa do povo é a causa da nação. Afirma ainda o orador estar no Imperador encarnada a “legítima soberania que só vem da nação, d’essa fonte única, pura e inesgotável de autoridade e de força, de que depende a grandeza das nações”. A grandeza do Brasil estaria em, estando livre, ter consciência do que vale a liberdade, e saber pugnar pela efetividade dos direitos da lei constitucional: “É no consorcio da monarchia com o systema representativo que repousa essencialmente a segurança das nossas liberdades, e é por isso que unimos em um só voto as aclamações que fazemos à independência, porque nos deu a liberdade, e ao regimen constitucional, porque nos habilitou a usar d’ella” ⁸⁸⁶.

Em 1886, o Conselheiro Olegário Herculano, representando o Instituto, cumprimentou o Imperador por ocasião do dia 25 de março; o discurso transcrito menciona que a Constituição seria a consagração da empresa iniciada em 1822, e a “garantia mais segura da liberdade proclamada pelo ínclito fundador do Império, no generoso impulso do mais acrisolado patriotismo” ⁸⁸⁷. Satisfaria as “justas aspirações da nação” firmando em sólidas bases “as instituições políticas que constituem toda a nossa grandeza”. Estas seriam fundadas na vontade do povo e na adesão dos brasileiros ao regime monárquico representativo, adotado com sabedoria pela lei fundamental do Estado. Lembra o orador que a experiência já havia demonstrado ser “dolorosa” muitas vezes “a conquista da liberdade”, bem como ser encargo difícil e grave o governo dos povos ⁸⁸⁸. Os anos de 1822 e 1824 seriam portanto “altivos monumentos nos fastos da nossa vida política”. Encerra o discurso fazendo votos pela estabilidade das instituições monárquicas e pela continuidade da dinastia, “grato penhor das liberdades publicas e da felicidade do Brazil”.

Algumas destas mesmas datas e festejos constituíram-se em argumento para que críticas à monarquia fossem tecidas ⁸⁸⁹. Para Campos Salles, por exemplo, o sucesso da monarquia fora

⁸⁸⁶ Idem, pp. 460-461. O discurso proferido por Aquino em 7 de setembro de 1886 outra vez mencionaria a data como fundadora de uma nacionalidade, dando glórias ao príncipe considerado generoso, e que franca e lealmente corresponderia às justas aspirações da liberdade. Lembrava o orador a importância de se saber usar a liberdade conquistada, em benefício comum da sociedade, em prol de seus interesses e efetiva garantia dos direitos.

⁸⁸⁷ “Sessão de 4 de junho de 1880” in *RIHGB*, 1880, Op. Cit, p.426

⁸⁸⁸ Idem, p.327

⁸⁸⁹ Também o Sete de Setembro foi utilizado para discutir o caráter da monarquia, chegando a permitir que fossem minimizadas quaisquer diferenças entre primeiro e segundo reinado, e até mesmo em relação aos anos de Regência. BLANCO, *República das Letras: Discursos Republicanos na Província de São Paulo* Op. Cit. Segundo a autora, havia a necessidade de engendrar especificidades para a idéia republicana; assim, a Constituição, que regulava um sistema representativo e definia limites para o Poder Moderador, tinha sua imagem denegrida desde as origens. A

conquistado em detrimento das vontades populares e todas as datas festivas imperiais serviam para aumentar a ignorância dos indivíduos, aumentando a traição dos interesses públicos por lançar nuvens sobre todos os eventos que colaboraram para impor instituições monárquicas, como o Poder Moderador.

Os votos do orador Olegário Herculano Aquino para a continuidade da dinastia não eram apenas elementos de retórica: as dificuldades de se estabelecer a continuidade da coroa na forma de um terceiro reinado se faziam sentir na esfera política. A Princesa Isabel era criticada por ser considerada como uma extensão direta da vontade de seu pai, e como subserviente à Igreja Católica; seu marido era estrangeiro, o que não era visto com bons olhos. Havia, portanto, muitas restrições a essa sucessão, em especial das fileiras republicanas. Campos Salles, por exemplo, indicava que a crença de um futuro melhor vindo por meio da sucessão real seria uma inocência já que a própria história do país já havia mostrado “que a troca de um rei por outro não havia sido garantia de uma mudança na sociedade”⁸⁹⁰.

Os obstáculos à continuidade da figura imperial eram também sentidas no núcleo letrado⁸⁹¹. O Imperador já demonstrava de fato sinais de sua idade, considerada avançada: adoecera em 1887 e se ausentara das sessões e do Brasil, partindo para a Europa para tratar-se. A ausência daquele que era o protetor do IHGB também faria imperativa uma alteração do curso das coisas, das escolhas e das tendências. Ainda que mesmo sob a República a fidelidade a ele tenha continuado, preservando-se intocada sua cadeira até sua morte, por exemplo, percebeu-se já durante o Império que era preciso repensar os termos em que se dava a convivência. Em breve poderia não mais ser a figura de autoridade política fisicamente presente, presidindo as sessões e mostrando a filiação intelectual da monarquia constitucional brasileira – filiação que era em si um projeto político do Instituto, que pretendia render ao Brasil a imagem de uma nação civilizada, educada, letrada.

Tentativas de se substituir a figura foram postas em prática: enquanto ausente Pedro II, Conde d’Eu viria ocupar o papel – sugerindo a continuidade do projeto político, na possível

maneira como estava instrumentalizada e como havia sido criada servia como argumento para atingir o regime fundamentado por ela.

⁸⁹⁰ Idem, p. 69. Aristides Lobo, por sua vez, quando da ida de Conde d’Eu para o Sul em 1875, indicaria que Pedro II lançava país em uma guerra e preparava a inauguração da sucessão nos campos de batalha. Isto seria um “quadro nefasto” para o país: era a imagem do terceiro reinado “como sedimentado na violência e na destruição que as guerras causavam”. Idem, p. 75

⁸⁹¹ Em outubro de 1887, Sacramento Blake sugere que se lance nas atas um voto de saudade, ao comentar o desânimo e tristeza notados nas sessões pela ausência do Imperador. O presidente julga que Blake compreendia bem os sentimentos de todos e declara a proposta aprovada.

continuidade do Império. Utilizando-se de um estrangeiro, entretanto, destituído de uma imagem carismática bem como de interesse profundo nos trabalhos, a idéia fracassaria. No caso do IHGB, o próprio Conde se encarregaria de não facilitar a reforma: ao faltar às sessões que deveria presidir, colaborou para que o Instituto se visse obrigado a abrir mão da presença de uma figura de autoridade política. Quando Pedro II voltou, seu papel já estava em processo de reforma, saindo da esfera prática e efetiva de antes – quando sugeria programas históricos, encomendava trabalhos, pedia pareceres etc. – para uma esfera mais próxima do simbólico: imagem que se perpetuaria apesar da República e de que seria exemplar a vacância imperativa e respeitosa da cadeira que outrora ocupava ⁸⁹².

Essa não era a única prática a ser modificada naqueles tempos. De fato, lidava-se com a necessidade de reformas internas, para que a associação sobrevivesse – tanto quanto o próprio Império que, falhando na tentativa de executar tais reformas, seria superado. O espaço letrado, que foi constituído segundo um projeto político de constituição da memória e da identidade nacional, percebia-se também sob a imposição da mudança dos tempos: revisar suas bases, seus objetivos, suas tendências políticas e intelectuais, as relações dos sócios com o grupo etc. Como vimos acima, modificações de temas e abordagens eram já uma realidade.

Vale lembrar que na década de 1880, muitos sócios destacados, que nos anos anteriores tanto se esforçaram na criação da História e Geografia nacionais, já haviam falecido ou tinham suas notas de falecimento declaradas nas sessões que ocorriam. A saída destas figuras que tinham suas vidas identificadas com o andamento daquele projeto do Instituto, assim como com um plano político ligado à monarquia ancorada na Constituição de 1824 e à figura de Pedro II como ponto de estabilidade do conjunto, colabora para o esvaziamento de um tipo de produção intelectual à que se havia dedicado até então.

⁸⁹² A cadeira seria pivô de um incidente em 1894. Prudente de Moraes, após ocupar o mais alto cargo do Executivo brasileiro, fora eleito presidente de honra, e naquele ano compareceu à sessão magna de 15 de dezembro. Recebido conforme as formalidades protocolares, deveria se assentar na cadeira de honra da cerimônia. Entretanto, ao saber que se tratava do assento ocupado por Pedro II tantas vezes, desviou-se e tomou assento ao lado dos demais sócios. Entendemos assim que evitava identificações entre presidente e rei naquele momento solene. Neste sentido, a postura de Prudente de Moraes seria compreendido como uma postura política de reafirmação republicana, interpretação que ganha fôlego se levarmos em conta que segundo Lúcia Guimaraes, o incidente forjou um novo cerimonial para situações assim, e foi criado um assento especial, com localização diferente para o presidente honorário. Entretanto, podemos considerar que todo este incidente e a criação de uma nova postura para estes momentos teriam menor importância se a presença simbólica do Imperador dentro do IHGB não tivesse ainda peso bastante grande. GUIMARÃES, Lucia Paschoal *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006, p. 29

A morte dos sócios mais importantes e destacados que trabalharam por aquele projeto nacional simboliza a superação deste projeto que fora instituído desde o nascimento do Instituto, e também se impõe como um fator de modificações estruturais. Apenas no ano de 1880, dezessete membros faleceram. Ao final do século, cada morte de sócio célebre – a exemplo de Joaquim Manoel de Macedo, Manoel de Araujo Porto Alegre, Carlos Honório de Figueiredo, Caetano Alves de Sousa Filgueiras, Paranhos, Miguel Maria Lisboa, Perdigão Malheiros, e Candido Mendes – em cada sessão levantada em silêncio respeitoso e fúnebre, marcava o esvaziamento do quadro social do IHGB e criava lacunas no projeto de história que o criou – projeto este que já era pouco a pouco reestruturado e ressignificado à medida que a Nação a que se reverenciava e a que se referenciava tinha alterados suas experiências, idéias e modos políticos.

Entretanto, a homenagem à memória daqueles que partiam foi outro dos pontos de modificação. Segundo o estilo, ao se comunicar a morte de algum sócio, levantava-se a sessão. Nos primeiros anos de 1880, foi proposto por alguns, em duas ocasiões, que cessasse este protocolo, de forma que os trabalhos não fossem interrompidos, a menos que a morte tivesse ocorrido na data da sessão. Cerca de um ano depois – intervalo no qual muitos morreram, e muitas sessões se levantaram –, é apresentado um parecer, composto pela comissão de estatística e de redação, considerando que não havia nenhuma disposição no regimento que se opusesse à medida, “sendo que, só por estilo introduzido de certo tempo a esta parte, se tem levantado as sessões em que são feitas taes communicações”⁸⁹³. Lembrava também o parecer que as sessões ordinárias que se podiam realizar eram poucas, havendo muito do que tratar em cada sessão; e que segundo os estatutos havia uma forma própria para manifestar o pesar pelo falecimento dos sócios. Esta seria uma alteração importante, que garantiu que depois de 1882 muitas sessões se mantivessem apesar da morte de alguns membros do IHGB.

Em 14 de setembro de 1883, a morte do consócio Antonio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, foi coincidente com a data da sessão. Alencar Araripe faria um discurso comentando seus feitos e indicando o Visconde como o último dos indivíduos que colaboraram ativamente na obra da fundação de um povo, que aspira a ser grande. Ele é apontado como o derradeiro de uma série de estadistas, “que o entusiasmo da independência fez brotar e o próprio esforço avultou, tornando-os cidadãos dignos da confiança de seus compatriotas, e habilitando-se

⁸⁹³ 1882, p. 457

a manejar os públicos negócios, quando a pátria, na ausência da realeza, parecia periclitarse”⁸⁹⁴. Limpo de Abreu, deixava a pátria “como a derradeira folha da árvore que frondejou e que agora despida de ornato, espera pela renovação da folhagem para se sombrear contra os rigores da estação ardente”. E então, Araripe indaga, a si, aos seus consócios e colegas de política, sugerindo uma reflexão significativa para o andamento dos trabalhos do Instituto e do Império: “A série dos antigos combatentes findou; e nós, que succedemos á anterior geração, teremos o mesmo viço e iguaes virtudes e cidadania?”⁸⁹⁵.

Ademais, as mortes eram ausências no quadro de finanças também. Afinal, neste mesmo período, as dificuldades de manter a produção intelectual dentro da Academia contava com o fator pragmático da crise financeira dentre suas causas, posto que no início da década, encontrava-se em meio a uma dívida⁸⁹⁶. Naqueles anos, Araripe detectou que uma parte importante do déficit das contas relacionava-se com a falta de pagamento de mensalidades por diversos sócios – alguns não pagavam seus débitos havia dois ou três anos; outros deviam por mais de dez, quinze anos. Outra parte da dívida dizia respeito às mensalidades não pagas por sócios já falecidos – decidiu-se tirar tais números dos livros. É neste momento de revisão das contas que Araripe sugere que não mais se utilize o sistema de mensalidade, e que o valor da jóia a ser pago na admissão fosse maior, para que o dinheiro obtido fosse investido. Também indica à comissão de estatutos a idéia da criação da categoria de sócios beneméritos, que seriam admitidos de acordo com uma doação significativa ao Instituto⁸⁹⁷. A situação financeira parecia ser de tal gravidade, que foi extinto um cargo de servente, e alguns funcionários tiveram seus salários diminuídos significativamente.

Em 27 de outubro de 1882 a comissão de fundos e orçamento finalmente apresenta parecer comentando o reconhecimento de que a receita tivera grande aumento, resultado das

⁸⁹⁴ “Sessão de 14 de setembro de 1883” in *RIHGB*, Tomo XLVI, parte 2, 1883, p. 589

⁸⁹⁵ A idéia de “geração” é aventada por outros sócios: na sugestão de que se erga uma estátua a Honório Hermeto Carneiro Leão; e na morte de Antonio Pereira Rebouças e de Joaquim Manoel de Macedo (todas em 1880). Macedo é chamado por Norberto de poeta do povo brasileiro, “que fez as delicias da geração entusiástica, a qual se levantara com o presente imperador, quando essa brilhante plêiade composta de Araujo Porto Alegre, de Magalhães, de Gonçalves Dias e de outros astros radiantes, perlustrava com suas inspirações o ceo da pátria”.

⁸⁹⁶ Os esforços de Tristão Alencar Araripe entre 1880 e 1882 para acertar as finanças dão mostras de problemas que o IHGB iria enfrentar mais seriamente com o advento da República quando foram cortados gradualmente os subsídios, que eram a base das finanças. GUIMARÃES, *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Op. Cit.

⁸⁹⁷ A introdução de sócios beneméritos seria outra vez sugerida por Joaquim Norberto já na República, como forma de levantar capital. Esta categoria estaria dispensada de demonstrar “suficiência literária” e pagaria um donativo de um mínimo de dois contos de réis. Idem, p. 25. Lucia Guimarães comenta que este expediente colaborou para que o grêmio sobrevivesse, mas “feriu o brio dos sócios mais conservadores” que ainda participavam.

ações e zelo do tesoureiro na arrecadação de muitas quantias, algumas das quais julgavam perdidas. A crise, entretanto, se referia a uma esfera maior, do próprio Império: algumas sugestões que diziam respeito a pedir mais subsídios ao legislativo tiveram como resposta a negativa pautada na situação das finanças do governo de forma mais geral. Nos anos seguintes, outras vezes as finanças seriam discutidas, e as comissões encarregadas delas apresentariam bastante esmero e hesitação na execução de projetos que envolvessem gastos fora do comum.

O IHGB viveu também tentativas de re-organização nos quadros sociais. Isso transparece nas longas discussões a respeito do papel dos sócios correspondentes, honorários e efetivos para a associação, e que tipo de exigências e tarefas caberia a cada um deles, desde o momento de sua candidatura. A revisão da função dos sócios em parte era fruto do esvaziamento das fileiras trazido ora pelo falecimento de figuras importantes (que trazia desordem na ocupação do número limitado de efetivos); ora pela perda de destaque no espaço letrado da corte e do Brasil, explicitada pela reclamação do sócio Cesar Augusto Marques, em 1889, de que muitos sócios recém admitidos não tinham a delicadeza de sequer tomar posse de seus lugares, ou de enviar desculpas por ainda não tê-lo feito. A reclamação pautava outra, dirigida às comissões que providenciavam entrada de novos sócios, para que apressassem seus trabalhos no sentido de averiguar a admissão de candidatos que manifestavam interesse em ser admitidos.

A questão de admitir novos membros tornou-se tão significativa para o Instituto que em 1880 uma proposta é repassada a Comissão de Estatutos e Redação: junto às ofertas para admissão, os candidatos deveriam apresentar uma carta em que manifestem o desejo de pertencer ao IHGB, formalidade dispensada a autores estrangeiros e autores de obras de grande vulto⁸⁹⁸. E em 1884 sugeriu-se criar um cerimonial para a recepção daqueles que fossem recém admitidos: haveria um momento específico para o calouro comparecer pela primeira vez – entre a aprovação da ata e a leitura do expediente. Dois membros o recepcionariam; o novo sócio se dirigiria ao Imperador para cumprimentá-lo, leria um discurso de admissão, ao que o orador responderia com análogo discurso – inserindo-se ambos na ata⁸⁹⁹.

Também, a necessidade de se estabelecer um novo projeto para o IHGB passava pela revisão nas fontes a serem tratadas e valorizadas, e pela forma de interpretar aquelas já

⁸⁹⁸ Assinam a proposta: Taunay, Moreira de Azevedo, Joao Brigido dos Santos, Ladislau Netto, C. H. Figueiredo, Machado Portella, Francisco José Borges, Luiz Francisco da Veiga, Felizardo Pinheiro de Campos.

⁸⁹⁹ Assinam a proposta, que só seria aprovada em 1887, Norberto, Aquino, Moreira de Azevedo, Portella, Araripe e Leal.

consagradas como válidas. Essa tendência já se fez sentir alguns anos antes, no trabalho de Candido Mendes que buscava modificar a ênfase em determinados cronistas e autores considerados fontes primárias, para dar novo olhar aos eventos considerados pioneiros da história do Brasil, mostrando da mesma forma uma crítica à apresentação do passado colonial e da ação dos portugueses. A Colonização não mais poderia ser compreendida como o ponto de nascimento de uma nação com laços estritos com a Europa: tornava-se o momento do encontro entre europeus, indígenas, negros, dando origem a outra configuração de povo. O Brasil como nação civilizada, destinada ao progresso por causa de supostas origens européias – por ser filha de Portugal – não mais cabia, tendo em vista, por exemplo, que em todas as regiões houvera mescla de etnias. Revisavam-se e eram criticadas as fontes, a imagem da colonização, o papel do Descobrimento e até mesmo a Independência expressava dissonâncias nas interpretações que lhes eram possíveis⁹⁰⁰.

Como seria de se esperar, haveria uma nova imagem para o período colonial do Brasil, assim como uma via diferente para se relacionar com Portugal: a imagem das terras brasileiras como filhas de uma mãe portuguesa (que ao chegar em sua maturidade natural, em sua maioridade, emancipa-se) gradualmente perde terreno. É utilizada em raras ocasiões apenas por Joaquim Norberto de Souza Silva – possivelmente se filiando a uma fala conservadora na análise da história – que também passa a tratar Portugal de uma maneira diferenciada. É rompida a concepção de tempo biológico para compreender as antigas relações coloniais. Portugal agora se torna uma nação irmã, com a qual são estabelecidos laços não mais pela via do contato político – a antiga administração colonial –, mas pela cultura em comum – perceptível na literatura lusófona, por exemplo, na qual figuras de destaque como Camões são valorizados e experienciados como pontos de contato de duas nações que possuem identidades próprias, mas com vivências comuns⁹⁰¹. A importância destas vivências para os sócios é perceptível no

⁹⁰⁰ Trabalhos como de Henrique de Beaupaire Rohan, *O Primitivo e o atual Porto Seguro*, publicado em 1880, no qual o autor polemiza com Varnhaen a respeito da localização exata do ancoradouro que Cabral deu o nome de Porto Seguro; critica também outros autores, como Aires do Casal, além de retificar erros sobre circunstâncias do Descobrimento. Também encaminha uma revisão da História Machado Portella, neste mesmo ano, quando comenta a conveniência de retificar datas e nomes próprios de fatos históricos, apontando erros nos trabalhos de Varnhagen e de Abreu Lima.

⁹⁰¹ A língua seria parte constitutiva de uma configuração cultural ao se referir a um tronco comum. A percepção do idioma desta forma seria muito cara à constituição da idéia de latinidade, segundo a qual o latim era compreendido como aquele tronco e formaria uma unidade cultural ou um “nós expandido” relacionado ao conhecimento da civilização romana. Assim, as fronteiras seriam ultrapassadas, de maneira que a subordinação entre Brasil e Portugal, por exemplo, teria menor importância. Em outras palavras, o vínculo cultural gerado pelo idioma supera a constituição de um “nós” – Brasil – contra o “outro” – Portugal. Vínculo identitário da esfera da comunicação, a

destaque dado às celebrações acerca de Luis de Camões em 1880, e na questão da legislação que regulava a propriedade intelectual de Brasil e Portugal: concedendo títulos de sócios honorários aos indivíduos, brasileiros e portugueses, que levaram a cabo o acordo, lembravam que Portugal e Brasil, como nações irmãs, possuíam culturas coincidentes a ponto de se confundirem, fazendo-se necessário legislar a respeito – legislação esta que colaborava institucionalmente para pontuar a identidade do Brasil frente à Portugal. De fato, a visão de si entre portugueses e brasileiros mudara de tal forma que a colônia de portugueses de Pernambuco escrevera ao Instituto em 1889 assinando-se como “hóspedes” do Brasil.

As principais vias de críticas à antiga administração portuguesa referiam-se à imposição de censura à imprensa, à escravidão e ao descaso com a região recém descoberta. Entretanto, estes elementos exemplares de representação negativa da colonização feita pelos portugueses tiveram menor espaço na revista. No caso da escravidão, a questão gradualmente saiu da esfera colonial, para ter seus tópicos analisados em uma esfera muito mais atual – o que refletia a discussão política do presente, em que se discutia o andamento da abolição: em outras palavras, falava-se mais da escravidão desde o início do Brasil como corpo político emancipado do que sobre suas raízes coloniais. Para o caso da censura e da proibição da imprensa, o assunto relacionava-se menos ao interesse de desvalorizar a metrópole como administradora da colônia, e mais a uma tentativa que se tornou constante naqueles dias: a valorização do Brasil como Império, no qual se gozava, por suas instituições, de grande liberdade, inclusive de expressão – posto que não se coibia ou censurava de forma alguma, por exemplo, nem mesmo as mais ácidas e, por vezes, debochadas críticas ao Imperador.

Desde o início, a ocupação e vocação política de proximidade e convivência com a Monarquia, tornava o IHGB em parte uma instituição consultora e auxiliar daquela – os problemas e as decorrências de ordem política eram enfrentados em conjunto com aquela. No final do século XIX, as questões e circunstâncias políticas estavam voltadas à Monarquia em si, ao seu histórico, à suas estruturas – e os principais indivíduos que tanto trabalharam para

latinidade, segundo Virginia Camilotti, é território histórico/lingüístico, definindo uma geografia moral, uma comunidade no tempo, e não no espaço. CAMILOTTI, Virginia “Um nós Expandido – Portugal e Brasil ou a Noção de *Latinidade* em João do Rio”. In NAXARA, MARSON, BREPOHL (org), Op. Cit, pp 307-329

legitimar-lhes tais elementos já não mais se encontravam nas sessões ou no quadro social. Ademais, aqueles que se filiavam aos ideais monárquicos ainda naqueles dias, as gerações mais novas presentes no quadro social dos sócios e que defendiam a reforma da Monarquia para que ela prevalecesse, tinham diante de si o trabalho historiográfico de seus predecessores, voltado a dar solidez aos mesmos elementos que agora precisavam ser reformados.

O entusiasmo dos anos anteriores pautara-se na necessidade da construção da História para uma nação que se forjava. Ao final do século, a nação já formada encontrava-se em fase de revisão, diante da necessidade de mudanças. Em paralelo ao desprestígio da monarquia, o Instituto também enfrentava dificuldades e se via obrigado a revisar suas práticas, suas finanças, seu papel no espaço letrado, a relação com seus sócios – até mesmo suas instalações precisaram mudar.

Sua comunicação com outras associações letradas, redações de periódicos, bibliotecas, nacionais ou estrangeiras, tomava grande parte dos expedientes das sessões, pois o recebimento de material vindo delas era constante. Possivelmente, em um olhar comparativo, esses comunicados sinalizavam o fervilhar de trabalhos emergentes em outros núcleos, e ressaltavam as dificuldades que o IHGB enfrentava. Ilustraria esta idéia o momento em 1880 em que é comentada a sugestão da Biblioteca pública em fazer uma exposição de História do Brasil. Ao mencioná-la na sessão aniversária, Norberto valorizava-a pelo serviço prestado á história nacional, mas dizia sentir que a idéia não tivesse surgido dentre seus pares – comentário que sugere talvez uma pontada de ciúme. Os sócios sabiam das limitações e dos problemas. Norberto na mesma ocasião mencionava que na tentativa de levar a cabo a missão e lembrando as propostas originais de 1839, que previam até mesmo a organização de cursos, o IHGB vinha fazendo não o que deveria, mas o que podia: “Por falta de recursos não franqueamos aos estudiosos das cousas da pátria a nossa rica bibliotheca, nem estabelecemos cursos históricos e geographicos, e nem damos á luz da imprensa importantes documentos que não cabem nas estreitas páginas da nossa *Revista Trimensal*”⁹⁰².

Se havia um esfriamento – que seria mesmo percebido nestes termos por alguns dos sócios – ele era sintoma da necessidade de reformulação, percebida e almejada. Assim, o silêncio de trabalhos, antes efervescentes, convivia com uma intensa atividade, típica de uma metamorfose. O Instituto, não estava parando, ou envelhecendo. Capistrano de Abreu

⁹⁰² Sessão Aniversária de 15 de dezembro de 1880” in *RIHGB*, Tomo XLIII, parte II, 1880, p. 500

caracterizou com ironia aqueles momentos vividos pelo IHGB como “sono de crisálida”; na verdade parece ter acertado em parte na explicação para aquilo que é chamado por Pandiá Calógeras de “modorra” e por Lucia Paschoal Guimarães de “perda de brilho” em um “cenário de rotinas burocráticas”: uma crisálida é o ponto de transformações agudas por que passa determinado ser vivo, na passagem necessária de um momento de sua vida para outro, em que terá novas formas e viverá experiências diferentes. Se havia um menor número de monografias lidas em sessão – conforme os próprios sócios percebiam –, se havia uma diminuição de publicação de trabalhos originais, é porque se tratava também do momento de questionamento da forma como estes deveriam se dar. O IHGB se tornou um organismo em crisálida – o que não necessariamente indica um corpo a dormir: conhecendo um momento chave de latência, estava ativo e ocupado em se renovar para continuar vivendo, em um Brasil que se tornava mais do que nunca um ambiente político diverso daquele que gestara e fizera nascer, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Transformações de abordagem, na escolha dos temas, na interpretação – como foi discutido ao longo dos capítulos deste trabalho – foram constantes e tiveram sem dúvida conexões com a esfera política. Daquela fundação, em que se propôs organizar os documentos espalhados pelas províncias para escrever a História do Brasil ou arquivar fontes para historiadores vindouros, muito foi feito para corresponder aos objetivos de estabelecer uma imagem para a nação, organizar um sentido para seu presente, com base no passado. Nos primeiros tempos, perceberam os atritos, em que a legitimidade da administração da Coroa no Brasil era ainda tênue; as possibilidades de não se conseguir levar a feito a unidade nacional pretendida, dadas as diferenças tão profundas das províncias e os levantes regionais. Para organizar uma identidade que desse conta destas heterogeneidades, tomara em mãos o passado colonial – de que se utilizou para dar a entender aquela unidade, delineá-la voluntariamente, e para marcar o ponto inicial da nação, fazendo com que ela fosse considerada específica desde o momento em que os portugueses pisaram em solos do Novo Mundo. Primeiras pegadas marcantes também para estes que, sujeitos da origem, seriam os criadores de uma nova nação, deixando-se, por sua vez, renovar também – sem renegar seu passado em Portugal, mas permitindo que o Brasil fosse específico e particularizado.

Com a estabilização da monarquia, os membros do Instituto ver-se-iam outras vezes buscando no Descobrimento as origens da administração metropolitana portuguesa explicações

para o ponto de seu nascimento e para a organização de determinados elementos de seu presente. Cuidando, ainda que por vezes sem sucesso, para que versões diferenciadas e desequilibradoras do todo historiográfico que compunha não transparecessem e não dessem margem a afrontas políticas, buscaram fortalecer, cristalizar e monumentalizar determinados marcos para a História do Brasil, dissolvendo confrontos que tivessem por ventura testemunhado os eventos escolhidos para estes marcos. Aqui, confrontos, levantes e motins são apaziguados e pacificados, para dar legitimidade ao sentido da história escolhido.

Enfim, conforme as decorrências políticas gradualmente trazem a tona a necessidade de se repensar diversas instituições monárquicas, tais como a escravidão, a centralização e o Poder Moderador, a Colonização passa a ser alvo de discussões e críticas. Momento chave de transformações, os tempos coloniais recebem novos personagens – e aqueles já consagrados podem ser apresentados com novas roupagens –, novas abordagens e fontes, e seus cenários pautados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro passam a ser disputados por outras províncias.

Entretanto, os últimos anos do Império trouxeram uma reformulação geral, inclusive na maneira de se relacionar com o Imperador. No começo, a um só tempo sócio principal, primeiro e assíduo aluno, perpétuo protetor; depois uma figura algo distante, cujo envelhecimento era nítido, transformado gradualmente em apenas símbolo, presença da qual se tem saudade mas se reconhece a superação. Aliás, com o final do Império, o tratamento dispensado pelo afastamento de Pedro II é bastante sereno: Norberto comentaria das necessidades da política e da nova ordem de coisas, rogando apenas para que a república tivesse tanta liberdade quanto tivera o governo do Imperador que partia. João Severiano da Fonseca, por sua vez, comentaria que aquele núcleo letrado enxergava no rei que partia não um decaído, mas um aposentado cuja partida era consequência imperiosa e imprescindível da nova ordem de coisas, necessidade inevitável. Pedro II, ao sair, executaria ainda sua tarefa de garantir estabilidade da nação: para que o novo se estabelecesse e para que sua individualidade de imperador fosse preservada, retirava-se – com honras e distinções.

Ainda naquele ano, na última sessão em 6 de dezembro – em 1889 não aconteceria a sessão aniversária – Norberto mencionava que o Barão Homem de Mello sugerira que se dirigissem os sócios ao governo provisório para felicitá-lo. Ocorre então uma recusa circunstancial, a engendrar outra, fundamental: a proposta de Homem de Mello é rejeitada sob a justificativa de que o Instituto “não era uma instituição política, mas uma associação de letras”.

Tenta-se estabelecer uma mudança essencial: o IHGB declina, ainda que momentaneamente, sua missão e vocação políticas. Se compararmos esta idéia com seu percurso, cujos meandros tentamos vislumbrar nestas linhas, verificaremos um marco: nos primeiros instantes da República, há uma tentativa de isentar o núcleo letrado de identificação com a política em curso e assim talvez quisessem alterar o reconhecimento que tinha de si. Ao fazê-lo, entretanto, ironicamente reafirmava sua vocação política – a tentativa de imparcialidade outra vez falharia. Ao não cumprimentar o governo provisório e em manter determinadas posturas protocolares, nos primeiros anos republicanos o Instituto seria identificado como reduto de monarquistas, sofrendo sérias consequências por conta disto até que finalmente fosse aceito como associação literária e científica pela República.

O caminho percorrido na construção da História e da Geografia nacionais, como vemos, não deixou de ser uma empreitada intelectual eficiente na execução de seus objetivos. Não era contraposta a esta obra, entretanto, a participação das paixões e questionamentos políticos, advinda não só do perfil dos sócios que trabalhavam no aparelho administrativo imperial, ligados a partidos; mas também do próprio foco que tinham os candidatos a sócio: sabiam, ainda que buscassem superficialmente a imparcialidade, que estavam sujeitos a se tornarem enunciadores de um discurso político. Ora, estabelecer uma história nacional era uma tarefa da agenda política, que expressou e se comunicou com outros enunciados de seu período e se deixou permear pelas circunstâncias contemporâneas. Todos estes elementos formam uma densa teia, cujos meandros este trabalho buscou apenas começar a divisar. Na verdade, o material produzido para além da Revista – as obras de sócios, que tiveram circulação diferente, chegando por exemplo ao Colégio Pedro II na forma de textos didáticos – e os diálogos estabelecidos pelo Instituto com outras esferas letradas, com a imprensa e a administração política do Brasil certamente constituem-se em fonte bastante rica. Um estudo como este permitirá uma compreensão mais profunda acerca daquilo que era produzido dentro do Instituto e responderá a diversas questões levantadas pela leitura das atas e dos artigos da RIHGB, além de deixar vislumbrar muito mais sobre como o Instituto atuou nestas relações tênues estabelecidas entre organização da História e da Memória nacionais e a política dos tempos do Império Brasileiro.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomos I ao LII, 1839-1889

"Relação da Vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses, em setembro de 1710" in *RIHGB*, Tomo XXIII, 1860

"Elogio dos Sócios Falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até hoje pronunciado na Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de dezembro de 1890". In *RIHGB*, Tomo LII, Parte II, 1890

"Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In: *RIHGB* 1839. Terceira edição, Tomo I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908

"Relação verdadeira de todo o sucedido na Restauração da Bahia de todos os santos desde o dia em que partiram as armadas de S. Majestade até o dia em que em da dita cidade foram arvorados seus estandartes com grande glória de Deus, exaltação do Rei e do Reino, nome de seus vassallos que nesta empresa se acharam aniquilação e perdas dos rebeldes holandeses ali domados". In: *RIHGB*, Tomo V, 1843

"Representação dirigida a El Rei d. João V pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro acerca do procedimento que contra eles tinham os filhos da terra nas eleições dos oficiais do Senado da câmara" in *RIHGB*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial: 1848 , T. X

ALMEIDA, Cândido Mendes, "Notas para a História Pátria. Terceiro Artigo. João Ramalho, o Bacharel da Cananéia, precedeu Colombo na descoberta da América? " In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XL, 1877

_____. "Notas para a História Pátria. Segundo Artigo. Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéia?" In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XL, 1877

_____. "Notas sobre a História Pátria, lidas na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 10 de Dezembro de 1875". In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XXXIX, 1876

ALMEIDA, Gabriel Ribeiro "Memória da tomada dos Sete Povos de Missões da América de Espanha, 1806" in *RIHGB*; tomo V, 1843

BAENA, Antônio Landislau Monteiro "Memória sobre o intento dos ingleses de usurpar as terras ao Oeste do Rio Repunuri", in *RIHGB*, 1841, tomo III.

BARATA, Francisco José Rodrigues, "Diário da viagem que fez à Colônia Holandesa de Suriname o porta-bandeira da 7ª companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios deste estado em diligência do real serviço" in *RIHGB*, 1846, tomo VIII

BRITO, Pedro Torquato Xavier de, "Memória sobre o Assédio e a Rendição da Praça da Colônia do Santíssimo Sacramento em maio de 1777 com um mappa". In *RIHGB*, Rio de Janeiro, TomoXXXX, 1877

DIAS, Antônio Gonçalves "A Memória Histórica do Sr. Machado de Oliveira e o Parecer do Sr. Ponte Ribeiro". In *RIHGB*; Tomo IX, 1853

DIAS, Antônio Gonçalves, "Reflexões acerca da Memória do Illustre Membro o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva" In: *RIHGB*, Tomo XVII, 1855

FERREIRA, Alexandre Rodrigues, "Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal, 1792" in: *RIHGB*:1841, tomo III

FONSECA, Felis, F. “Relação do que aconteceu aos demarcadores portugueses e castelhanos no sertão das terras da Colônia” in *RIHGB*: 1860, Tomo XXIII

FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira “Apontamentos Diplomáticos sobre os Limites do Brasil” in *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, 1870

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840”. In *RIHGB*, Tomo X, 1848

MARQUES, César Augusto “O dia 28 de julho, memória histórica lida na noite de 27 de julho de 1883, oferecida ao Barão de Paranapiacaba” in *RIHGB*, Tomo XLIX, 1886

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von, “Como se deve escrever a história do Brasil”, *RIHGB* Vol. 219, abril-junho, 1953

MATTOS, R.J da Cunha. BARBOSA, J da Cunha “Breve Notícia sobre a Criação Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In *RIHGB*, Tomo I, 1839

MELLO, Francisco I. H. de “Discussão Histórica: O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos Portuguezes para Povoar o Brasil? Ponto desenvolvido em sessão de 16 de junho de 1871.” In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XIV, 1871

OLIVEIRA, Cândido Baptista “Apontamentos sobre alguns fatos notáveis que se acham relatados na História da fundação da cidade de Assumpção, capital do Paraguai, e das conquistas dos Espanhóis no Rio da Prata; obra escrita no começo do século XVII, pelo paraguaio Ruy de Gusmán, descendente de um dos conquistadores” in *RIGHB*, 1854, Tomo XVI

_____ “Parecer sobre a Memoria Histórica do Sr J.J. Machado de Oliveira, acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevideo” in *RIHGB*, 1853, Tomo IX

OLIVEIRA, Joaquim José de Machado, “Memórias sobre o Descobrimento do Brasil – Algumas Considerações” *RIHGB*, Tomo XVII, 1855

_____ “Memória Histórica sobre a Questão de Limites entre o Brazil e Montevidéu” in *RIHGB*, Tomo IX, 1853

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Discussão Histórica: O que se deve pensar do Systema de Colonisação adoptado pelos Portuguezes para Povoar o Brasil?. Ponto desenvolvido em sessão de 14 de julho de 1871.” In *RIHGB*. RJ, B.L Garnier Livreiro-Editor, Tomo XIV, 1871

REBELLO, J.R. “Povoação do Brazil relativamente á origem e influência dos Primeiros Povoadores Portuguezes nos costumes nacionais”. In: *RIHGB*, Tomo XLV, 1882

RIBEIRO, Duarte da Ponte “Limites do Brasil com o Paraguay. Carta da Fronteira do Império do Brasil com a Republica do Paraguay” (anexos). In: *RIHGB*, Tomo XXXV, 1872

_____ “Parecer sobre a referida Memória, lido na sessão do Instituto Histórico de 17 de Junho de 1853” in *RIHGB*, Tomo IX, 1853

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro, “Relação Geográfica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa”. oferecido por Estevão Ribeiro de Andrade, *RIHGB*, Tomo XIII, 1850

SILVA, J. Norberto de Souza “Refutação às Reflexões do Digno Membro Sr.Dr. A.Gonçalves Dias” . *RIHGB*,Tomo XVII, 1855

_____ “Sobre o Descobrimento do Brazil” in *RIHGB*, 1852, Tomo XIV

SILVA, Joaquim Caetano da "Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa" *RIHGB*, Tomo XIII, 1850

SOARES, Sebastião Ferreira Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typ Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp. 1860; Disponível em http://books.google.com.br/books?id=bmACAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=carestia+dos+g%C3%AAneros+aliment%C3%ADcios+do+imp%C3%A9rio+do+Brasil&lr=&as_brr=3&ei=JZnfSuuJJo2UyATz0N2OBw#v=onepage&q=&f=false

VEIGA, Luiz Francisco da “Elogio histórico do general Manoel Luiz Osório, Marquez do Herval, determinado por uma resolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: *RIHGB*, Tomo XXXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1879

2. Bibliografia

ABREU, Eide Sandra Azevedo *O Evangelho do comércio universal. O desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do IFCH, Fevereiro 2004

ALENCAR, José de *Guerra dos mascates : (cronica dos tempos coloniais)*. Rio de Janeiro : Garnier, 1873

ALENCASTRO, Luis Felipe “Memórias da Balaiada: Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.23, março 1989, p. 11;

_____. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. SP: Cia das Letras, 200

ALGRANTI, Leila Mezan *Livros de Devoção, Atos de Censura*. SP: HUCITEC, 2004, pp. 133-136

ANDRADE, André L. Alípio *Variações de um Tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de Escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/Instituto de Economia. 2002,

ANDRADE, M.C. de (org) *Confederação do Equador*. Recife: Massangana, 1988;

Assunção, Mathias R. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luiz, Sioge, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho *Onda Negra, Medro Branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BARATA, Alexandre Mansur *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, pp. 175,308.

BEIGUELMAN, P. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP; Recife: UFPE, 2006,

BETHELL, Leslie (org) *História da América Latina, Vol 1- América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BLANCO, Silvana Mota Barbosa *A Sphinge Monárquica: O poder moderador e a política imperial*. Tese de doutorado. Departamento de História do IFCH/Unicamp, 2001

_____. *Republica das Letras: Discursos Republicanos na província de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao depto de História do IFCH/Unicamp, 1995

BOXER, Charles R. “Paulistas e Emboabas” *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 87-100;

BRASILIENSE, A. *Os programas dos partidos políticos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979;

CALDEIRA, Jorge (org) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo, Editora 34, 2002

CALLARI, Cláudia Regina “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes” in *Revista Brasileira de História*, Humanitas-FFLCH-USP, São Paulo, v.21, nº 40

CAMILOTTI, Virginia “Um nós Expandido – Portugal e Brasil ou a Noção de Latinidade em João do Rio”. In NAXARA, Márcia Regina Capelari, MARSON, Izabel Andrade, MAGALHAES, Marion Brepohl de *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009

CARONE, E. *O centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional: 1827-1877*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.

CARRARO, Elaine Cristina *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da Sociedade*. Dissertação de Mestrado/IFCH, Departamento de Sociologia, 2002, p. 121.

CARVALHO, José Murilo de (org) *Paulino José Soares de Souza. Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002

_____ (org). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____ *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ Relume Dumara. 1996,

_____ *A formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

_____ *Pontos e Bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998

CASTRO, Celso *A Invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

_____, “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono ‘brasileiro’” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vl. 14, no. 25, 2000;

CERTEAU, Certeau, Michel de "A Operação Histórica" in Le Goff, Jacques e Nora Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976

CERVO, Amado Luís. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores. (1826 - 1889)*. Brasília, Ed. da UnB, 1981

CEZAR, Temístocles “Presentismo, Memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista” in PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, Linguagem, Objetos. Leituras de História Cultural*. Bauru, SP, EDUSC,

CHALHOUB, Sidney *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 2ª reimpressão

_____ *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. SP: Cia das Letras, 1996

CHARTIER, Roger “Introdução” in *A História cultural. Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1990

CONRAD, R *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. RJ: Civilização Brasileira, 1978

COSTA, Emilia Viotti *Da monarquia a república*. São Paulo: Editora Unesp, 2007

_____ *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

_____ “Brasil: Era da Reforma 1870-1880” in BETHELL, Leslie (org) *História da América Latina: de 1870 a 1930. Vol V*. SP: Ed da USP. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008

COSTA, Francisco de Assis *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1992

DOM PEDRO II, *Viagens pelo Brasil. Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859*. Prefácio e Notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2003

DOMINGOS, Simone Tiago *Política e Memória: A Polêmica sobre os jesuítas na Revista IHGB e a política imperial (1839-1886)* Campinas, Dissertação de Mestrado/Unicamp- Departamento de História, 2009

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX” in HEIZER, Alda ; Videira, Antonio Augusto Passos *Nação, Civilização e Império nos Trópicos* Acess,

“A Noção de civilização na visão dos construtores do Império”: A Revista do IHGB, 1838-1850/60. Niterói: 1990, Dissertação de Mestrado.

DORATIOTO, Francisco *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

“O Império do Brasil e as grandes potências” in MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília; IBRI, 2003

General Osório: A espada liberal do Império. SP: Companhia das Letras, 2008,

DUNLOP, C. J. *Apontamento para a história dos bondes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1953;

FARIA, Maria Alice de Oliveira “Os Brasileiros no Instituto Histórico de Paris” in *RIHGB*, jan-mar, 1965, vol 266

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes *Memória, política e negócios: A trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de Doutorado/Departamento de História, IFCH - Unicamp, Agosto 2002, p.49

FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002

FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial” in: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. 13 no. 2 Rio Janeiro. Abril/Junho 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200005&lng=en&nrm=iso .

FERRETI, Danilo J.Z. & CAPELATO Maria H.R.. "João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil", in: *Revista Tempo*. Dep.de História da UFF. v. 04, nº 08, dez/1999. URL:http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf

FRAGOSO, Augusto Tasso *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922

FREITAS NETO, José Alves “As Histórias de Mitre. A Argentina e seus outros”. In NAXARA, , MARSON, , MAGALHAES, *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009

FURTADO, João Pinto. Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2009. doi: 10.1590/S0102-01882001000300005.

GAY, João P. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre/Caxias do Sul, 1980

GILENO, Carlos Henrique *Perdigão Malheiro e as crises do sistema escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp. Campinas, 2003

GNERRE, Maria Lucia Abaurre *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. Tese/ Doutorado Unicamp/IFCH. Campinas, 2006.

GOMES, F. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flavio. Palmares. *Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008,

GRAHAM, S.L. *O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880*. São Paulo: RBH, 10:20, pp.211-232

GRINBERG, Keila *Código Civil e Cidadania* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002,

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. In *RIHGB*: Rio de Janeiro, 156 (388): 459-613, jul/set 1995, pp. 477-478

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006

_____. “O Império De Santa Cruz : A Gênese da Memória Nacional” in Heizer, Alda ; Videira, Antonio Augusto Passos *Nação, Civilização e Império nos Trópicos* Acess, pp 265-285

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 8

_____. “Para reescrever o passado como História: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte” in Heizer, Alda ; Videira, Antonio Augusto Passos *Nação, Civilização e Império nos Trópicos* RJ: Acess, 2001

_____. “A revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857), Fazendo a História Nacional” in Wehling, Arno *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado* ERCA Editora e Gráfica: Rio de Janeiro, 1989

_____. Historia e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Oct. 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 12 May 2009. doi: 10.1590/S0104-59702000000300008.

HAAG, Carlos A *Ciência feita na raça*. Disponível em [HTTP://revistapesquisa.fapesp.br/index.php](http://revistapesquisa.fapesp.br/index.php) Edição Impressa 163, setembro 2009, consulta em 14 de outubro de 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque (dir). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo 2 O Brasil Monárquico*. SP: Difel, 1985

HOLLOWAY, *Polícia no rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JANCSÓ, István (Org.) . *Independência: História e Historiografia*. 1a.. ed. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005;

_____. *Formação do Estado e da Nação*. SP Hucitec/Ed. Unijuí/FAPESP, 2003, p.286

JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Balaiada*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LADEIRA, Saionara Gomes. “André Lamas e José Maria da Silva Paranhos: Fontes documentais para o estudo das ratificações dos Tratados de 1851”. In *Vestígios do passado. A história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História-RS

- LARA, Silvia Hunold “Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Companhia das Letras: 1996
- LEITMAN, Spencer *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Trad: Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979;
- LIMA, Sobrinho B *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- LISBOA, Karen Macknow, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOBO, Maria Eulália L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo : HUCITEC, 2001.
- LUZ, Nícia Vilela *A Amazônia para os americanos: As origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana “Memória da Independência: Marcos e Representações simbólicas” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, no. 29, 1995
- MACHADO, Lia Osório . *Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 8, 2000.
- MACHADO, Maria Helena P. T *O plano e o pânico: os movimentos sociais da década da abolição Rio de Janeiro*; São Paulo: UFRJ: EDUSP, 1994
- MAGNOLI, Demétrio *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997
- MALERBA, Jurandir (org) *A Independência Brasileira - Novas Dimensões* Rio de Janeiro, FGV, 2006
- MANCHESTER, Alan K *Preeminência Inglesa no Brasil* São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 144.
- MARQUES, João P. *Os sons do Silêncio: O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999
- MARQUESE, Rafael de Bivar *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- MARSON, Izabel *O Império do Progresso – A revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)* São Paulo: Brasiliense, 1987,
- _____. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: Tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008
- _____. “ ‘Poupar os submissos e debelar os soberbos’: humilhar para ‘conciliar’ ” in MARSON, I; NAXARA, Márcia (org) *Sobre a humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. São Paulo: EDUFU, 2005.
- _____. “Liberalismo e Escravidão no Brasil – Século XIX. A condição servil como alteridade e pedagogia da liberdade”. In NAXARA, MARSON, MAGALHAES, *Figurações do outro na história*. Uberlândia, EDUFU, 2009
- MATTOS, Ilmar Rohloff de . *O Tempo Squarema*. São Paulo: Ed Hucitec, 1987;
- MELLO, Evaldo C. de *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. RJ, Ed Nova Fronteira, 1984
- _____. *A Outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. SP, Ed. 34, 2004
- MELO, Arnaldo Vieira de Bolívar, *o Brasil e os nossos vizinhos do Prata (da questão de Chiquitos a Guerra da Cisplatina)*. Rio de Janeiro, 1963.

- MENDONÇA, J.M. N *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999
- MENDONÇA, Renato *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942
- MIRANDA, L.F.A. “O Sertão dos Viajantes”. In *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom pp.4-5
- MOTA, Carlos Guilherme (org) *Viagem Incompleta. 1500-2000. A Experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 199
- _____. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- MOREL, Marco, *O Período das Regências*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2003
- NABUCO, Joaquim *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, Tomo Primeiro e Segundo
- NAXARA, Márcia Regina Capelari *Cientificismo e Sensibilidade Romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004
- NORA, P. (Dir.). *Les lieux des mémoires*. Paris: Gallimard, 1984-85
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “O Museu Paulista da USP e a memória da Independência” in . *Cad. CEDES*: Campinas, v. 22, n. 58, Dec. 2002
- _____. *A Astúcia Liberal*, Bragança Paulista: Edusf e Ícone, 1999, pp129-131.
- _____. (org) *Zacarias de Góis e Vasconcellos*. São Paulo: Editora 34
- _____. *O “Espetáculo do Ypiranga”: mediações entre história e memória*. Tese apresentada ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo para Concurso de Livre Docência junto à Divisão Técnico Científica de Acervo e Curadoria na área do História do Imaginário. São Paulo, outubro 2009
- OLIVEIRA, Marcela Marrafon de *Paqueta, São Francisco e Tietê: as imagens dos rios e a construção da nacionalidade* Dissertação de Mestrado em História/Departamento de História-IFCH, Unicamp. 2007
- PAULI, Evaldo “*Enciclopédia Simpozio*” Santa Catarina: Fundação Cultural Simpozio/UFSC, 1997
<http://www.simpozio.ufsc.br/Port/9-enc/y-mega/EncReg/EncSC/MegaHSC/Santa%20Catarina%20Provincial/91sc1034-1047.htm>
- PENA, Eduardo Spiller *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Tese/Doutorado. Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1998.
- PEREIRA, Miriam H., *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, Instituto Camões, 2002
- PESAVENTO, Sandra Jatahy *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997;
- PICCOLO, Helga *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998;
- PINASSI, Maria Orlanda *Três Devotos, uma fé, nenhum milagre*: Nitheroy, Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 109.
- PINHEIRO, Rachel *As Histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Dissertação/Mestrado. Unicamp/Instituto de Geociências, 2002 .

_____. *O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX*. TESE/Doutorado. Unicamp/Instituto de Geociências, 2009. .

POPPINO, Rollie E.. “A Century of the Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro”, in: *The Hispanic Historical Review*, vol. 33, nº 02 (May, 1953), pp. 307-323.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia *Comissão das borboletas : a ciência do império entre o Ceará e a corte 1856-1867*. Fortaleza : Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003

PRADEZ, Charles. *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris: Ernest Thorin Editeur. 1872.

QUEIROZ, Juliana “A Obra de Joaquim Manuel de Macedo através de anúncios do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro”. *XI Congresso Internacional da ABRALIC – Tessituras, Interações Convergências*. 13 a 17 de julho de 2008, USP, São Paulo, Brasil, pp.3-4. Disponível em http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/JULIANA_QUEIROZ.pdf , consulta em 29 de dezembro de 2009.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 10 volume, Belém:Universidade Federal do Pará, 1970.

RIBEIRO, Gladys S *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, RJ: Relume Dumara, 2002

ROCHA, Justiniano José “Ação, Reação, Transação: Duas palavras acerca da atualidade” in Magalhães Jr, R. *Três Panfletários do Segundo Reinado* SP: Editora Nacional, 1956

RODRIGUES, José Honório *Uma história diplomática do Brasil 1531-1945*. Organização de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

ROMEIRO, Adriana “Os rumores na Guerra dos Emboabas” in FURTADO, Júnia F, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. SP/BH: Annablume/Fapemig, 2005

ROWLAND, Robert “A Cultura Brasileira e os Portugueses” in BASTOS, Cristina. ALMEIDA, Miguel Vale de. FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007,

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jan. 2009. doi: 10.1590/S0102-01881998000200010

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883. (reed. Conselho Federal de Cultura), 1970

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras Negras ao Sul: A Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com Afro-Descendentes Norte-Americanos na Década de 1860*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.

SANCHEZ, Edney Christian *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp-IEL- Departamento de Teoria e História Literária, Campinas, 2003.

SANTOS, Luiz Cláudio Villafane Gomes *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o Antiamericanismo (Do congresso do Panamá à Conferencia de Washington)*. SP: Editora da Unesp, 2004.

SCANAVINI, João Eduardo *Anglofilias e Anglofobias: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826-1837)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História – IFCH – Unicamp. Campinas. Fevereiro/2003

- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. "Crianças e escolas na passagem do Império para a República". In *Revista Brasileira de História*., São Paulo, v. 19, n. 37, Setembro. 1999 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2009. doi: 10.1590/S0102-01881999000100004.
- SCHULTZ, John, *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, SP: Edusp, 1994,
- SCHWARCZ, Lília K. Moritz *Os "Guardiões da Nossa História Oficial" – Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros* – São Paulo: IDESP, 1989
- _____. *O Império em Procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- _____. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Cia das Letras, 2002
- SILVA, Ana Rosa Clotet *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp. 2006,
- SILVA, J. L. W *da Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira*. Dissertação de Mestrado defendida na UFF, 1979;
- SIRIANI, Silvia Cristina Lambert "Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos" in *Almanack Brasiliense no 02*, São Paulo, novembro 2005
- SODRÉ, Nelson Werneck *História da Imprensa no Brasil* Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999
- SOUZA, Adriana Barreto "Para que não se perca a fé no futuro: Gonçalves de Magalhães na repressão à Balaiada" in *Anais ANPUH/ Conferências*, Rio de Janeiro, 2004
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999
- SOUZA, Laura de Mello *O Sol e a Sombra: Política e Administração da América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- SOUZA, Paulo César. *A sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. SP: Editora Brasiliense, 1987.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982
- SZMRECSÁNYI, Tamás. LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império* São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
- TORRÃO FILHO, Amílcar *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: 2008.
- VAINFAS, Ronaldo (dir) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)* Rio de Janeiro, Objetiva, 2002
- VEIGA, Luiz Francisco da *O Primeiro Reinado estudado á luz da sciencia ou a revolução de 7 de abril de 1831 justificada pelo direito e pela história*. Rio de Janeiro : G. Leuzinger, 1877 .
- VIANA FILHO, Luiz . *A Sabinada (a Republica bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1938
- WEHLING, Arno *De Varnhagen a Capistrano. Historicismo e Cientificismo na Construção do Conhecimento Histórico* Tese apresentada ao concurso para professor titular de metodologia da História, do Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1992
- _____. *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado* ERCA Editora e Gráfica: Rio de Janeiro, 1989

Anexo

Dados biográficos fizeram-se mais do que esclarecedores e necessários para o andamento da pesquisa. Colaboram para verificar como os sócios do Instituto – participantes da vida política – apresentaram experiências políticas diversas, que se fizeram sentir em seus trabalhos.

Abaixo, breves esclarecimento sobre membros cujas participações se destacaram ⁹⁰³, ao longo da pesquisa.

Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881) nascido na cidade de Campanha, em Minas Gerais, foi bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, formou-se em ciências jurídicas na Academia de São Paulo. Dedicou-se desde 1850 à advocacia, em São Paulo e na Corte. Representou São Paulo na Câmara entre 1869 e 1872; foi ainda curador de africanos livres, procurador da fazenda, advogado do conselho de Estado e presidente da Ordem dos Advogados Brasileiros, além de ter pertencido a outras associações de letras. Os três volumes de sua obra mais importante, *A Escravidão no Brasil*, foram escritos entre 1864-1867. Para ele, a escravidão afetava o desenvolvimento do país econômica e moralmente, e indicava que a mudança deveria ser controlada pelas elites, de maneira a amenizar os efeitos do cativo, mesmo após sua extinção. Essa mudança deveria ser um processo cuidadoso e gradual ⁹⁰⁴.

Alfredo de Escragnolle Taunay (1843-1899) nascido no Rio de Janeiro, formou-se bacharel em letras pelo Colégio Pedro II e em ciências físicas e matemáticas, e engenheiro geógrafo pela Escola Central. Em 1861, assentou praça no exército, atingindo o posto de major do corpo de estado maior. Durante a Guerra do Paraguai, atuou como engenheiro militar em 1865; também foi secretário do comando geral de forças, encarregado do diário do exército – experiências que deu origem ao seu livro *A Retirada da Laguna*. Foi presidente da província de Santa Catarina. Lecionou História, Mineralogia, geologia e botânica na escola militar. Representou Goiás na Câmara, tendo sido eleito representante de Santa Catarina entre 1881 e 1883.

Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889) nascido em Porto Alegre, sua mãe era descendente dos antigos casais açorianos que povoaram a capitania. Dedicou-se ao magistério, lecionando português e filosofia. Elegeu-se deputado à assembleia provincial, comprometendo-se com os movimentos políticos de 1836, mudou-se, para evitar perseguições, para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu um colégio de educação secundária – o Liceu de Minerva. Foi presidente e diretor honorário das aulas do asilo das órfãs da Sociedade Amante da Instrução, foi tesoureiro do IHGB durante muitos anos, sócio da Sociedade Beneficente e Humanitária Rio-Grandense. Escreveu em 1855 uma obra de *Lições de História do Brasil*, que trazia no seu final o texto da Constituição do Império. Recebeu várias novas edições, até 1877.

Antonio David Vasconcellos Canavarro (1828-1882) nasceu no Pará, estudou medicina na Bahia e no Rio de Janeiro; foi deputado na assembleia provincial do Amazonas diversas vezes, onde também exercera diversos cargos, como inspetor de saúde. Era sócio também da Sociedade Amante da Instrução, e do Instituto Episcopal Religioso do Rio de Janeiro.

Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865) nascido no Rio de Janeiro, obteve em 1809 um ofício na chancelaria do reino. Em 1821, em Portugal, tomou conhecimento da Independência no

⁹⁰³Dados majoritariamente pesquisados em: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 8 vls

⁹⁰⁴ Conf. GILENO, Carlos Henrique *Perdigão Malheiro e as crises do sistema escravocrata e do Império*. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp. Campinas, 2003

Brasil, para lá voltando para trabalhar em prol desta causa e por reconhecimento a Pedro I. em 1823, apoiou o gabinete dos Andradas, processado e degredado, partiria com eles para a França quando a Constituinte foi dissolvida. Em 1829, entrou na carreira diplomática como encarregado dos negócios interino e cônsul geral na Prússia. Encarregou-se de negócios na Sardenha, Roma e Toscana. Aposentou-se em 1862 como ministro plenipotenciário em Portugal.

Antônio Deodoro de Pascual (1822-1875) natural da Espanha, firmou residência no Brasil em 1852, no Rio de Janeiro, onde lecionou diversas línguas, história e filosofia. Trabalhou na secretaria dos negócios estrangeiros como tradutor. Escreveu, dentre outros: *Le Brésil et les républiques sud-américaines*, em 1856 e *Um episódio da História Pátria – as quatro derradeiras noites dos inconfindentes*, 1858; *Rasgos memoráveis do Senhor D. Pedro I.*

Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) filho de negociante português, nasceu na cidade de Caxias, Maranhão. Fez em Portugal os estudos preparatórios e o curso de direito na universidade de Coimbra, graduando-se em 1844. Voltou a Caxias, onde se dedicou a advogar. Em 1846, foi para a Corte e foi nomeado lente de história e latinidade do Colégio Pedro II. Examinou o estado da instrução pública sob incumbência do governo em 1851, foi oficial da secretaria de estrangeiros e em 1854 partiu a Portugal para verificar o estado da instrução pública dos principais países da Europa. Regressou em 1858, e partiu para o Ceará na Comissão Científica e Exploradora, como chefe da seção etnográfica. Voltou a Corte em 1861, voltou ao Maranhão no ano seguinte e a seguir partiu para a Europa. Na viagem de retorno, viria a falecer em naufrágio a bordo do paquete *Ville de Boulogne*. Entre 1849-1851, escreveu junto a Manoel Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e J.C. Fernandes Pinheiro a revista mensal, artística, científica e literária *Guanabara*, na qual publicou as *Reflexões sobre os Annaes históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo*. Sob o pseudônimo *Optimus criticus*, publicou em folhetins do *Correio da Tarde*, em 1848 uma série de escritos chamada de *A Independência do Brasil*, em que critica o poema de Antonio Gonçalves Teixeira e Souza.

Antonio Henriques Leal (1828-1885) nasceu em Itapecurumirim no Maranhão. Formou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro em 1853; foi vereador e presidente da Câmara municipal, deputado provincial (1866) na capital de sua província natal. Trabalhou na redação do *Diário Oficial*, foi diretor do Colégio Pedro II. Foi membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, sócio fundador do Instituto Literário Maranhense, sócio honorário do Gabinete Português de Leitura.

Antônio Joaquim Ribas (1819-1890) nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Ciências jurídicas e sociais na Academia de São Paulo, recebendo o grau de bacharel aos vinte anos. Estudava ao mesmo tempo as línguas grega, alemã, italiana e espanhola, aprofundando-se em outros estudos, e em latinidade. Foi nomeado professor de História Universal naquela academia. Entre 1856-1860, ocupou as cadeiras de Direito Público Universal e Direito das gentes. Em 1860, foi nomeado Lente de Direito Civil Pátrio comparado com o Romano, permanecendo até 1870. Recebeu o título de Conselho do Imperador. Deputado na Assembléia provincial de São Paulo em 1849, foi reeleito seis vezes; foi também secretário da Comissão Revisora do Projeto do Código Civil. Escreveu, entre outros, *A História dos Paulistas*, nos séculos XVI, XVII e XVIII, para o que estudou nos livros da Secretaria do Governo, Câmaras Municipais, Câmara Episcopal e Cartórios de Tabeliães. Esta obra teria sido elogiada por José Bonifácio. Entre 1875 e 1876 foi comissionado pelo Governo para escrever *A Consolidação das Leis do Processo Civil*⁹⁰⁵.

Antônio Ladislau Monteiro Baena (1781?-1850) nasceu em Lisboa, chegou na província do Pará em 1803, como segundo tenente de artilharia. Participou dos movimentos na província do Pará, tomando partido da causa da independência. Foi reformado como tenente-coronel.

⁹⁰⁵ O discurso do orador do Instituto em 1890, o comendador José Luiz Alves trouxe diversas informações importantes; “Elogio dos Sócios Falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até hoje pronunciado na Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de dezembro de 1890”. In *RIHGB*, Tomo LII, Parte II, 1890, pp. 620-623

Antonio Pereira Pinto (1819-1880) nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em direito na faculdade de São Paulo e foi eleito por esta província como deputado. Foi promotor público da capital, juiz de direito em Guaratinguetá, diretor do arquivo público do Império e diretor da secretaria da câmara de deputados. Presidiu as províncias: Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina. Fez diversos estudos sobre direito internacional, coleções de dados a respeito dos três poderes, e um trabalho que tratava de movimentos ocorridos no Brasil desde 1783 (1866).

Augusto Fausto de Souza (1835-1890) nasceu no Rio de Janeiro, fez o curso da Escola Militar, recebendo grau de bacharel em matemática e ciências físicas. Chegou ao posto de tenente-coronel no Exército Brasileiro, em 1883. Exerceu o cargo de instrutor de topografia na Escola de Aplicação da Praia Vermelha; na campanha da Guerra do Paraguai, assistiu à rendição da cidade de Uruguaiana

Aureliano de Souza Coutinho (1800-1855) nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em direito na Universidade de Coimbra, depois de estudar na Academia Militar. Foi senador do império pela província de Alagoas e conselheiro de Estado. Presidiu as províncias de São Paulo e Rio, participou de gabinetes de ministros nas pastas do império, justiça e estrangeiros. Em 1833, ocupando a da justiça, tendo sabido da organização de um partido para restaurar o governo de Pedro I, cuja direção se atribuía a Bonifácio, mandou prendê-lo, suspendendo a tutoria de Pedro II.

Caetano Alves de Sousa Filgueiras (1830-1882): nasceu em Salvador, estudou Direito na Faculdade de Olinda, recebendo o título de bacharel em 1850. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar como advogado. Presidiu a província de Goiás, e partiu para a Paraíba a seguir – onde ocupou uma cadeira na assembléia. Foi sócio de várias associações literárias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Candido Baptista Oliveira (1801-1865) nasceu na capital do Rio Grande do Sul. Estudou humanidades no seminário de São José do Rio de Janeiro; em Coimbra, fez o curso de matemática e filosofia, graduando-se, por mérito, gratuitamente. Na França, estudou na escola politécnica. De volta à pátria, foi nomeado em 1827 lente substituto da academia militar. Foi inspetor do tesouro nacional entre 1831 e 1834, e de 1837 a 1838. Nos anos de 1834-1837 foi ministro residente em Turim – sua carreira diplomática também incluiu uma missão a São Petersburgo e a Viena. Foi deputado por sua província em diversas legislaturas; senador escolhido em 1848; conselheiro de Estado; ministro da fazenda e dos negócios estrangeiros em 1839; da marinha em 1848. Também dirigiu o Banco do Brasil e o Jardim Botânico. Escreveu dentre outros trabalhos, *A Escravidão no Brasil e a época provável de sua extinção*; participou da composição da *Revista Brasileira: jornal de sciencias, letras e artes* entre 1857-1861.

Cândido José de Araújo Viana (1793-1875) o marquês de Sapucaí nasceu em Sabará, Minas Gerais; formou-se bacharel em direito em Coimbra. Na política, foi senador, conselheiro de Estado, fez parte do Conselho do Imperador, ministro do supremo tribunal de justiça. Representou sua província na constituinte de 1823, e nas quatro legislaturas posteriores até entrar no senado em 1839. Foi presidente das províncias de Alagoas e Maranhão, dirigiu as pastas dos negócios da Fazenda e da Justiça (dezembro de 1832-junho de 1834) e a do Império (1841-1843). Foi mestre de literatura e ciências positivas do Imperador e das princesas Isabel e Leopoldina.

Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) nasceu na Vila do Brejo, Maranhão. Formou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 1839, tendo exercido na capital da província o cargo de promotor entre 1841-1842. Obteve por concurso a nomeação de professor de geografia e história, matérias que lecionou no Liceu de São Luiz por quatorze anos. Na corte, foi chefe de seção na secretaria do Império, depois diretor da secretaria da justiça. Representou na Assembléia provincial do Maranhão em cinco legislaturas desde 1843; em 1871, foi eleito e escolhido Senador. Detentor de idéias ultramontanas, participou na questão religiosa, tomando a defesa dos bispos no processo que sofreram, junto a Zacarias de Góes Vasconcelos. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Londres, de Paris e de Lisboa – presidindo a seção desta no Brasil.

Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901) filho de Carlos Honório de Figueiredo, nasceu na corte, formou-se bacharel em letras pelo Colégio Pedro II (1865) e em medicina na faculdade do Rio de

Janeiro (1872). Foi professor de clínica das moléstias infantis na Polyclínica daquela cidade, tendo inaugurado-a em 1882, na presença do Imperador. Era membro do Instituto dos Bacharéis em letras, da Academia Nacional de Medicina, além de professor honorário da faculdade de medicina de Santiago do Chile – dentre outras sociedades médicas na Europa e na América –, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Publicou diversos artigos sobre ciências médicas, em português, francês, espanhol e italiano. Estudou e atuou profissionalmente também em Paris.

Carlos Honório de Figueiredo (1824-1881) nascido em Pernambuco, foi bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Olinda (1843). Foi adido na secretaria do Império entre 1857-1858, passando à secretaria de Agricultura como segundo oficial em 1859, ascendendo a chefe de seção. Foi membro da SAIN, sócio do Instituto Arqueológico Pernambucano, e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

César Augusto Marques (1826-1900): nascido em Caxias, Maranhão, partiu para Coimbra para cursar Matemática, mas foi obrigado a interromper o curso por conta da Revolução de Maria da Fonte, que fechou a universidade. Cursou medicina na faculdade da Bahia, depois entrou para o corpo de saúde do exército. Demitiu-se, e exerceu a seguir vários cargos no Amazonas, Piauí, Maranhão. Ainda foi arquivista da câmara municipal, e trabalhou junto à inspetoria geral da instrução pública. Foi condecorado com a medalha de Simon Bolívar, na Venezuela. Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto de Medicina no Rio de Janeiro, Instituto Literário Maranhense, Atheneu Maranhense, do Instituto Histórico e Geográfico Rio Grandense, Instituto Archeologico pernambucano e do alagoano.

Cláudio Luiz da Costa (1795-1869) nascido na província de Santa Catarina, formou-se cirurgião pela antiga escola da corte, recebendo o grau em 1849. Na Bahia, prestou importantes serviços na guerra da Independência, como cirurgião mor do batalhão, tendo sido condecorado. Foi conselheiro de Estado, também. Membro da Academia Imperial de Medicina. Chegou a escrever uma memória sobre a rebelião de 25 de outubro de 1824, publicada na revista do Instituto em 1867; outra sobre a conquista da Guiana Francesa, em 1809, por forças enviadas do Pará.

Conrado Jacob Niemeyer (1788-1862) Português de Lisboa, assentou praça aos quinze anos como cadete, ingressando no Colégio Militar da Luz. Emigrou para o Brasil na ocasião da invasão francesa. Fez o curso de matemática e formou-se também engenheiro militar. Teve atuação importante na repressão aos movimentos de 1817 e 1824 em Pernambuco – acusado de arbitrariedades e abusos, foi chamado à corte em 1828. Outra vez seria chamado em 1832, acusado de contrariar o governo e colaborar na perturbação da ordem pública. Embora absolvido, decidiu a seguir reformar-se, em 1833, como coronel engenheiro – para construir, a seguir, uma carreira de cartógrafo e engenheiro. Organizou plantas de cidades, ergueu pontes, estabeleceu linhas telegráficas e estradas. Ocupou cargo na secretaria de obras públicas do Rio de Janeiro. Foi pioneiro, em conjunto a Pedro Alcântara Bellegarde, na organização da *Carta Corográfica da província do Rio de Janeiro*⁹⁰⁶.

Diogo Soares da Silva Bivar (1785-1865) natural de Portugal, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Ocupava o cargo de juiz de fora na vila de Abrantes, onde nasceu, quando ocorreu a invasão francesa – foi preso e deportado para a Bahia. Ao chegar, foi anistiado pelo príncipe e lá permaneceu, adotando o Brasil por pátria na Independência. Participou do conselho do Imperador.

Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) o Visconde de Araguaia nasceu no Rio de Janeiro e faleceu em Roma, onde trabalhava como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Era participante do conselho do Imperador. Graduou-se em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro em 1832. Foi professor do Colégio Pedro II. Ocupou o cargo de secretário do governo no Maranhão e no Rio Grande do Sul – neste, em tempos de convulsões políticas. Quando a província foi pacificada, foi eleito seu representante na legislatura de 1845 a 1848. Dedicou-se à carreira diplomática a partir de 1847 – quando partiu para Turim, Nápoles e Viena. Em 1867, partiu para os Estados Unidos, como ministro plenipotenciário; em 1871 para o Paraguai em missão especial para organizar tratados com Mitre.

⁹⁰⁶ GUIMARÃES, Lucia “Conrado Jacob Niemeyer” in VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial*, Op.Cit, p. 164

Também tomou parte na Questão Religiosa, tendo intermediado como ministro as questões entre o Império e a Santa Sé.

Duarte da Ponte Ribeiro (1794-1878) o Barão da Ponte Ribeiro era português, nascido em uma vila do bispado de Vizeu, tendo vindo ao Brasil em 1808 com seu pai, que acompanhava a família real. No Rio de Janeiro, cursou medicina. Foi nomeado tesoureiro da fazenda dos defuntos e ausentes. Na carreira diplomática, trabalhou como cônsul geral da Espanha, encarregado de promover o reconhecimento da Independência. Esteve a seguir em Portugal, no Peru, no México e Bolívia. Em 1841 foi nomeado chefe de seção da secretaria dos estrangeiros. Foi ministro residente em Buenos Aires até a guerra ao governo de Rosas em 1851, de onde partiu para as repúblicas do Pacífico, para informa-las dos motivos da guerra. Em seu regresso, firmou o tratado de 23 de outubro de 1851. Aposentou-se trabalhando na secretaria de estrangeiros, em 1857, tendo mesmo depois tomado parte de comissões, já em avançada idade, por ser do Conselho do Imperador. Era sócio da SAIN, do Instituto da África em Paris, do Instituto Histórico de Buenos Aires, da Real Academia das Ciências e Sociedade Geográfica de Lisboa.

Ernesto Ferreira França Filho (1828-1888): seu pai fora conselheiro, ministro do supremo tribunal de justiça e ministro dos negócios estrangeiros. Pernambucano, França Filho foi doutor em direito civil e canônico pela faculdade de Leipzig, doutor em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de São Paulo; advogado do conselho de Estado, sócio do Instituto da Ordem dos Advogados, da Academia Real das Ciências de Lisboa, e outras associações de letras.

Felizardo Pinheiro de Campos (1813- 1890) sócio do Instituto desde 1838, era nascido no Rio de Janeiro, fez o curso preparatório no Seminário de São Joaquim, passando a freqüentar as aulas do Curso Jurídico de São Paulo. Em 1834, obteve o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, passando a advogar no Rio até ser nomeado professor público da cadeira de Retórica e poética. Em 1842, entrou para a carreira de Magistratura como juiz municipal e de órfãos do termo de Cabo Frio, onde também foi delegado de polícia. Em Minas Gerais, foi professor de francês, história e geografia⁹⁰⁷.

Francisco de Adolpho Varnhagen (1816-1878) o Visconde de Porto Seguro nasceu na província de São Paulo. Interrompeu o curso de matemática do colégio militar em Portugal para concluí-lo no Brasil, tendo alistado-se voluntariamente pela causa do imperador D. Pedro I, quando este buscou firmar a restauração constitucional. Concluiu os estudos em 1840; dois anos depois, participou do corpo imperial de engenheiros do qual se demitiu anos depois para dedicar-se à carreira diplomática como adido em Lisboa – carreira que acompanhou sua carreira nas letras como historiador, geógrafo, poeta, dramaturgo, biógrafo e matemático. Em 1851 foi a Madrid como encarregado de negócios, de onde foi ao Paraguai em 1859 – posto que abandonou sem licença do governo. Esteve nas repúblicas da Venezuela, Nova Granada, Equador, Chile, Peru e em Viena – para onde partiu como plenipotenciário. Seu título remete ao descobrimento do Brasil, evento cuja história o ocupou em arquivos e bibliotecas.

Francisco Freire Alemão (1797-1874) nascido em Campo Grande, tinha origem pobre: buscou a ajuda do vigário, que o fez sacristão e ensinou latim. Foi ao Seminário de São Jose, mas sem vocação para a vida eclesiástica, se tornou professor de algumas matérias enquanto fazia o curso de medicina. Contou com a ajuda de amigos durante vários momentos de sua formação. Graduou-se cirurgião pela antiga escola do Rio, doutor pela faculdade de Paris, médico da imperial câmara, do conselho do Imperador. Membro da Antiga Academia de Medicina, sócio e presidente da sociedade Velosiana, membro da SAIN, da Academia Philomatica do Rio de Janeiro, e de varias outras associações letradas no Brasil e no Mundo. Estudou botânica, tendo classificado muitas plantas.

Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918), nascido em Pindamonhangaba, estudou humanidades no seminário episcopal de Marianna, fez curso de Direito em São Paulo, formando-se em

⁹⁰⁷ “Elogio dos Sócios Falecidos desde 15 de dezembro de 1888 até hoje pronunciado na Sessão Magna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 15 de dezembro de 1890”. Op. Cit, pp. 617

1858. Foi presidente da câmara municipal em sua cidade de nascimento; no Rio de Janeiro, foi nomeado em 1861 professor de história antiga e medieval do Colégio Pedro II, pedindo demissão do cargo quando foi nomeado, em 1864, presidente da província de São Paulo. Depois administrou também as províncias do Ceará e do Rio Grande do Sul – em 1867, época da Guerra do Paraguai. Já em 1878, administrou a província da Bahia. Entre 1867 e 1870, representou São Paulo na legislatura; entre 1878 e 1881 também. Foi ministro dos negócios do Império no gabinete de 28 de março de 1880. Exerceu cargo de inspetor da instrução pública, e quando a República foi proclamada, foi nomeado professor do colégio militar. Foi membro da Sociedade de Geographia do Brazil, da SAIN, da Sociedade Brasileira de Aclimação, dentre outros.

Guilherme Schuch de Capanema (1824-1908) o Barão de Capanema nasceu em Minas Gerais, formou-se doutor em matemática e ciências físicas pela antiga escola militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela Escola Polythnica de Vienna da Áustria. Durante sua viagem pela Europa, esteve em contato com o Visconde de Barbacena, Spix e Martius. Foi fundador (1852) e diretor da repartição geral dos telégrafos até 1889, professor da Academia de Belas Artes, e adjunto da seção de geologia e mineralogia do Museu Nacional, desde 1849; sócio da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais que se desmembrou. Capanema a seguir fundaria a Sociedade Palestra Científica do Rio de Janeiro, 1856 – no mesmo ano em que participou da Comissão Científica do IHGB, como diretor da Seção Geológica e Mineralógica⁹⁰⁸.

Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantoja (1798-1867) nascido em Salvador, estudou na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. Foi juiz de fora da vila de Penedo; ouvidor da comarca do Sertão; desembargador da relação de Pernambuco, e depois do Maranhão; ministro do Supremo Tribunal de Justiça, deputado da assembléia geral por Alagoas na 1ª legislatura (1826-1829) e por Ceará em 1842. No gabinete de 5 de fevereiro de 1836, encarregou-se das pastas do Império e da Justiça, e no de 1º de novembro nas pastas da Justiça e Negócios Estrangeiros. Tornou-se conselheiro de Estado em 1841⁹⁰⁹.

Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894), o Visconde de Beaurepaire nasceu em Niterói, assentou praça muito jovem, sendo em 1829 promovido a segundo tenente de artilharia. Subiu sucessivamente de postos, tendo mudado para o corpo de engenheiros, até chegar a tenente general por decreto em 1880. Esteve em comissões importantes, em tempos de guerra – foi condecorado com a medalha da rendição de Uruguaiana – e de paz, na Corte ou nas províncias. Presidiu a província do Pará e Paraíba, fez parte do gabinete de 31 de agosto de 1864 na pasta da guerra. Formou-se bacharel em ciências físicas e matemática, fez parte do Conselho de Estado e do Conselho Supremo Militar. Foi sócio também do Instituto Fluminense de Agricultura, da Associação Brasileira de Aclimação e outras.

Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) um dos sócios fundadores do Instituto, nascido no Rio de Janeiro, era presbítero secular, ordenado em 1803. Em 1808 já era pregador da capela real e lente de filosofia. Teve papel importante na Independência, fundando com Gonçalves Ledo uma imprensa no Rio; foi preso em 7 de dezembro de 1822, deportado para a Europa por influência de Bonifácio, então primeiro ministro do Império. Voltou do exílio em 1823, por ser considerado inocente, e recebeu a cadeira de cônego da capela imperial. Também foi deputado na primeira legislatura pela província de Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro ao mesmo tempo. Foi diretor da imprensa e da biblioteca nacionais. Pertencia a muitas associações de letras e ciências, nacionais ou estrangeiras. Escreveu além de um grande número de sermões, relatórios, memórias e poesias.

João Franklin da Silveira Távora (1842-1888), cearense, era bacharel pela faculdade do Recife, foi diretor da instrução pública, deputado da assembléia provincial e curador geral dos órfãos da província de Pernambuco. Chegou a ser secretário da presidência do Pará, exercendo o lugar de oficial da secretaria de estado dos negócios do Império. Literato, fundou a Associação de homens de letras. Também era membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, da seção do Rio da Sociedade de Geografia de

⁹⁰⁸ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia, Op. Cit, p. 16

⁹⁰⁹ Portal do Supremo Tribunal Federal, ministros do supremo tribunal de justiça do Império. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=287>, consulta em 26 de dezembro de 2009.

Lisboa; sócio honorário do Clube Literário Limoeirense e outras. Escreveu diversos textos, dentre os quais contavam-se romances históricos que ficaram conhecidos como a série *Litteratura do Norte*.

João Manuel Pereira da Silva, (1817-1895) nasceu no Rio de Janeiro, fez Direito em Paris. De volta ao Brasil, advogou até 1850, tendo se dedicado também ao jornalismo (escrevia para o *Jornal do Commercio*). Deputado na assembléia provincial em várias legislaturas desde 1840, na assembléia geral desde 1843, por vezes seu nome foi apresentado à coroa em listas para senador. Foi escolhido pela princesa Isabel, afinal, em 1888. Era filiado ao partido conservador desde sua formatura. Foi advogado do Conselho de Estado, e tinha o título do Conselho do Imperador. Era sócio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Arcádia de Roma, do Instituto Histórico da França, dentre outras.

João Ribeiro de Almeida (1829-1908), nascido no Rio de Janeiro, o Barão Ribeiro de Almeida era bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, doutor em medicina pela faculdade daquela cidade. Trabalhou no lazareto do Livramento durante a epidemia de febre amarela e fez parte do corpo de saúde da armada em 1852. Esteve na região do Prata no ano seguinte, chegando a ser agraciado com uma medalha da campanha do Paraguai.. Recebeu o título do conselho do Imperador e de medito da imperial câmara, além de cirurgião-mor reformado da armada. Era membro da Academia Nacional de Medicina.

João Wilkens de Mattos, (1822-1889), Barão de Maruiá, nasceu em Belém do Pará. Estudou matemática e engenharia civil nos Estados Unidos, foi professor de inglês no liceu paraense. Foi diretor interino da instrução pública, secretário da província do Amazonas, diretor geral das obras públicas na mesma, diretor dos índios, deputado da assembléia provincial – daquela e também do Pará. Foi presidente da província do Amazonas entre 1868 e 1870 e do Ceará em 1872. Foi ainda cônsul do Brasil na Guiana Francesa e no Peru. Participou da secretaria de Agricultura em 1874, aposentando-se em 1882 no cargo de diretor do correio geral da corte. Era coronel reformado da guarda nacional; sócio da Sociedade Amante da Instrução, da Sociedade Auxiliadora da Industria, do Atheneo de Artes de Manaus, dentre outros.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1823-1876) nascido na cidade do Rio de Janeiro, recebeu as ordens de presbítero, sendo escolhido para secretário particular do Conde de Irajá. Ao mesmo tempo, conduzia como substituto o seminário episcopal, as cadeiras do curso de Teologia e logo depois retórica, poética e Historia. Em 1852 foi nomeado cônego da capela imperial. Lecionou no Colégio Pedro II. Foi membro do Instituto da França, da Academia de Ciências de Madrid e Lisboa, da Sociedade de Geografia de Paris e Nova Iorque. Escreveu em 1850 sobre o descobrimento do Brasil (*Folhinha Histórica Brasileira de Laemmert*), *Episódios da História Pátria contados à infância*, 1859; *História do Brasil contada aos meninos*, 1870, além de outros textos, muitos ligados à religião.

Joaquim Caetano da Silva (1810-1873) era gaúcho de Jaguarão, doutor em medicina pela Faculdade de Montpellier e bacharel em letras, membro correspondente do Instituto de França, sócio da Sociedade de Geografia de Paris. Foi nomeado, voltando ao Brasil em 1838, lente de gramática portuguesa, retórica e grego do colégio Pedro II, substituindo o bispo de Anemuria no ano seguinte como reitor. Em 1851 foi nomeado encarregado dos negócios do Brasil na Corte da Holanda, e em 1854 cônsul geral. Foi diretor de instrução da corte, diretor do arquivo nacional.

Joaquim Floriano de Godoy: (1826-1907) Doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, sua cidade natal. Presidiu a província de Minas Gerais, foi várias vezes deputado à assembléia de sua província e à assembléia geral legislativa, além de senador.

Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) nasceu na província do Rio de Janeiro, em Itaboraí. Era formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, professor de corografia e história do Brasil no Colégio Pedro II, membro do conselho diretor da instrução pública da corte. Era sócio fundador, foi orador e 1º vice-presidente do IHGB; era também membro da SAIN. Chegou a ocupar uma pasta no gabinete de 31 de agosto de 1864, mas renunciou. Foi deputado provincial em várias legislaturas, deputado geral em duas: de 1864-1868 e 1878-1881. Romancista, dramaturgo, poeta e historiador. Dentre seus romances, contam-se *As Victimias Algozes*, em que, segundo Sacramento Blake, procura excitar a compaixão para o escravo e

propagar o abolicionismo. Escreveu vários livros para instrução de História no Colégio Pedro II. Publicou também n' *A Nação*, do partido liberal no Rio de Janeiro, entre 1852-1854, em conjunto com Francisco de Salles Torres Homem.

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja (1812-1896). Nascido no Rio de Janeiro, bacharel em direito pela faculdade de São Paulo, entrou na secretaria de estado dos negócios estrangeiros. Foi nomeado ministro plenipotenciário nos Estados Unidos em 1840. Em 1870 foi ao Paraguai; em 1878 aposentou-se da carreira diplomática. Dirigiu a instrução pública no Espírito Santo e no Pará. Fazia parte do Conselho de Estado. Escreveu vários trabalhos a respeito dos limites do Brasil, das Guianas e Argentina

Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891): nasceu no Rio de Janeiro, foi sócio de outras associações como o Instituto Niteroyense e o Atheneo de Lima; seu pai o havia destinado para a carreira comercial, na qual já era iniciado, mas a abandonou para trabalhar no funcionalismo público. Sua escolha foi em parte motivada pela tendência para as letras mostrada desde cedo, já que publicou seu primeiro livro aos 21 anos. Teve cargos na secretaria da assembléia provincial do Rio de Janeiro, passou para a secretaria dos negócios do Império, onde depois da reforma de 1872 continuou como adido no cargo de chefe de seção. Colaborou em periódicos, com *Minerva Brasiliense*, *A Semana* e *Jornal do Commercio*. Deixou extensa obra literária, em prosa e poesia. Reuniu uma coleção de poetas nacionais, para a Livraria Garnier. No âmbito da História, escreveu, dentre outros, *Historia da Conjuração Mineira*, na qual analisa os Autos da Devassa. Foi presidente do Instituto Histórico entre 1886 e 1891⁹¹⁰.

Joaquim Pires Machado Portella (1827-1907) nasceu em Recife e foi deputado em várias legislaturas, além de presidente das províncias de Pernambuco (1857, 1861, 1862) do Pará (1870-1871), Minas Gerais (1871-1872) e Bahia (1872). Foi diretor do Arquivo Nacional entre 1873-1898.

José Antonio Lisboa (1777-1850) nascido no Rio de Janeiro, formou-se em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi ministro da fazenda do Brasil entre 2 de outubro e 3 de novembro de 1830, fez parte do conselho do Imperador. Foi nomeado para várias comissões de estatística e da Fazenda, tendo organizado o Código do Comércio. A pedido do monarca, fez um estudo sobre finanças públicas, propondo medidas para melhorar o estado em que se encontravam.

José Bernardo Fernandes Gama (1809-1853) nasceu em Pernambuco. Era capitão do estado maior de primeira classe, assentando praça na campanha da Independência na Bahia, onde militou e pela qual foi condecorado.

José Clemente Pereira (1787-1854) português da Vila Velha do Castelo de Mendo, comarca de Trancoso, era graduado em direito canônico pela Universidade de Coimbra, fez parte do batalhão que em 1808 combateu as tropas francesas que invadiram Portugal. Veio ao Brasil em 1815, e após dedicar-se a advocacia, tornou-se porta-voz do comércio português. Na magistratura, foi nomeado juiz de fora de Niterói – elaborou para esta vila um planejamento das ruas e abastecimento de água. Em 1821 tornou-se juiz de fora da Corte. Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 1822, encaminhou a D. Pedro uma representação solicitando sua permanência, em desobediência às ordens das Cortes portuguesas. Apoiou a criação de uma Constituinte independente das cortes. Foi indiciado como conspirador em 1822, preso e exilado na França, onde permaneceu até 1824. Sua carreira seria retomada dois anos depois, quando foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Entre 1828 e 1829 foi ministro do Império, exercendo interinamente o cargo de Ministro da Guerra. Integrou a Câmara de 1838 a 1841, junto ao grupo de conservadores fluminenses – saquaremas. Em 1842 foi escolhido Senador pela província do Pará⁹¹¹.

⁹¹⁰ Conf. GUIMARÃES, Lucia “Joaquim Norberto Machado de Oliveira” in VAINFAS *Dicionário do Brasil Imperial*, Op. Cit. pp. 413-414

⁹¹¹ Conf. ENGEL, Magali Gouveia. “José Clemente Pereira” in VAINFAS, *Dicionário do Brasil Imperial*. pp. 426-427

José Domingues Ataíde Moncorvo atuou nos primeiros anos do Instituto ativamente, intermediando principalmente a oferta de relatórios e documentos ligados aos ministérios e às administrações provinciais. Foi capitão de mar e guerra, pertencendo a ilustre família carioca. Participou entre 1833-1841 e entre 1843-1845 da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, ascendendo de oficial a oficial maior graduado e chefe da primeira seção. Em sua casa ocorreram reuniões da loja maçônica *Comércio e Artes*, quando foi reinstalada em 1821⁹¹². Foi secretário da Loja União e Tranquilidade.

José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847) nascido em Santos, viria a ser agraciado com o título de Visconde de São Leopoldo. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, foi o primeiro presidente do Instituto, até falecer – no tempo em que a função era ainda perpétua – sucedido pelo marquês de Sapucaí. Bacharel, desembargador, foi deputado às Cortes de Lisboa em 1821, representando São Paulo. A mesma província o elegeu para a Constituinte; em 1826, passou a ser senador e Conselheiro de Estado. Foi presidente da Província do Rio Grande do Sul. Defendeu a idéia de criar uma Faculdade de Direito em São Paulo e em Olinda – projeto que seria adiado com a dissolução da Assembléia, mas retomado em 1827, quando era ministro do Império e da justiça. Ocupou funções em missões diplomáticas.

José Ildefonso de Souza Ramos (1812-1883) bacharel de direito pela faculdade de São Paulo, era mineiro. Foi senador por sua província, presidente do conselho fiscal do Instituto Fluminense de Agricultura, pertenceu ao conselho do Imperador e de Estado. Presidiu as províncias do Piauí, Paraíba e Minas, foi deputado em varias legislaturas, ocupou a pasta da justiça em dois gabinetes e do Império em um.

José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867): nascido em São Paulo, assentou fez parte da legião dos voluntários reais, depois denominada Legião das Tropas Ligeiras da província de S. Paulo e subiu a vários postos sucessivamente, sendo reformado no de brigadeiro em 1844. Nos primeiros postos, serviu nas campanhas contra Montevidéu e Buenos Aires de 1811 a 1812, com os de capitão, major e tenente-coronel do estado-maior do exercito militou de 1816 a 1827, entrando nos combates de S. Borja e do Passo do Uruguai em 1816, e Catalão em 1817. Foi membro do governo provisório do Rio Grande do Sul e de seu primeiro conselho; representou essa província na primeira legislatura geral e sua província natal na sexta legislatura. Foi deputado nas assembléias de S. Paulo e S. Catarina; encarregado de negócios e cônsul geral junto ao governo do Peru e da Bolívia; presidente do Pará, de Alagoas, do Espírito Santo e de Santa Catharina. Foi presidente da sociedade Federal Paraense.

José Maria da Silva Paranhos, (1819-1880) o Visconde do Rio Branco⁹¹³ foi um dos mais destacados políticos do Partido Conservador. Nascido em Salvador, foi deputado pelo Rio de Janeiro na Assembléia provincial, secretario, vice-presidente e presidente daquela província. Em 1848 foi eleito deputado na Assembléia Geral. Sua carreira foi bastante intensa, tendo trabalhado como deputado, senador, conselheiro de Estado, diplomata, ministro de vários gabinetes (nas pastas da Marinha, Negócios Estrangeiros, Guerra e Fazenda). O título de Visconde do Rio Branco lhe foi concedido por sua atuação nas negociações para a paz na região do Prata, após a Guerra do Paraguai. O gabinete que levou seu nome foi o mais longo do Segundo Reinado, tendo durado quatro anos e empreendeu várias reformas, algumas das quais eram pleiteadas pelo partido liberal – o que já foi compreendido como uma tentativa de esvaziar o programa político da oposição.

José Mauricio Wanderley (1815-1889). O Barão de Cotegipe nasceu em São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande, Pernambuco, foi um dos principais políticos conservadores surgidos após a Maioridade. Coursou Direito na Faculdade de Olinda, foi juiz de direito, deputado, chefe de polícia – cargo

⁹¹² BARATA, Alexandre Mansur *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, pp. 175,308. *Código dos relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Setembro de 1929. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=QnQUAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q=&f=false> , consulta em 26 de dezembro de 2009.

⁹¹³ Conf. ABREU, Martha . “José Maria da Silva Paranhos” In VAINFAS *Dicionário do Brasil Imperial*, Op. Cit. pp. 438-439

que acumulou enquanto atuava tanto na assembléia provincial quanto na geral. Assumiu o ministério da Marinha em 1855, e também uma vaga no Senado. Em sua carreira nacional, participou de muitos gabinetes, nas pastas de Marinha, Fazenda, Estrangeiros. Durante o período liberal de 1817 a 1875, governo do liberal Visconde do Rio Branco, esteve um pouco ausente. Volta como ministro de Finanças e antes de sua morte foi ainda primeiro-ministro. Teve participação nas negociações do Prata e nos debates em torno das reformas eleitorais. Principalmente, sua atuação colaborou no encaminhamento da lei de 1886, que libertava os sexagenários – posicionou-se, entretanto, contrário à abolição dois anos depois, porque a lei de 1889 não previa indenização para o proprietários ⁹¹⁴.

José Silvestre Rebello: nascido em Portugal entre o terceiro e o quarto quartel do século XIX, e faleceu no Rio de Janeiro em agosto de 1844. Negociante, quando se tratou da emancipação do Brasil aderiu à causa e cooperou para sua realização, indo aos Estados Unidos com o fim de tratar do reconhecimento da Independência. Associou-se a Januário da Cunha Barbosa e ao brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos para fundar o IHGB. Foi sócio da SAIN e comendador da ordem da rosa. Tratou dos primeiros introdutores de cana, café, tabaco e outros vegetais em textos lidos nas sessões de 1838-39, recebendo pareceres sobre seu trabalho. Na sessão de 1840, apresentou uma monografia de sua autoria a respeito de Diogo Álvares Correia.

José Tito Nabuco de Araújo (1832-1879) nascido no Rio de Janeiro, era filho do senador pelo Espírito Santo José Thomaz Nabuco de Araújo, irmão do senador pela Bahia de igual nome. Maria de Fátima Gouveia ⁹¹⁵ o identifica como um dos líderes da Câmara durante os anos da “Liga Progressista” em conjunto aos deputados José Pedro Figueiredo de Carvalho, José Batista Pereira e Francisco Leocádio de Figueiredo.

Luis Francisco da Veiga (1834 -1899), estudou humanidades no Colégio João Baptista Callogeras. Em 1852, iniciou o curso jurídico em São Paulo, concluindo em Recife em 1856. No ano seguinte foi nomeado promotor público de Niterói. No ano seguinte, foi nomeado 2º oficial da Secretaria de Justiça. Em 1861 foi transferido para a Secretária da Agricultura, onde se fixou até que, dez anos depois, foi promovido ao cargo de chefe de seção, cargo no qual se aposentou para passar a seguir a trabalhar como consultor jurídico da Companhia da Estrada de Ferro Leopoldina, até quando esta foi vendida aos ingleses. Em 1871 e 1872 foi nomeado membro da comissão superior da Exposição Nacional e da comissão brasileira da Exposição Internacional no Chile. Pertenceu ao Instituto Científico de São Paulo. Escreveu nos periódicos: *Revistas dos Atheneos Paulistano e Pernambucano; Ypiranga, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Correio Mercantil, Chroniuca Fluminense, Constitucional de Pernambuco, Diário de São Paulo*, dentre outros. Algumas de suas publicações trataram de obras públicas, estradas de ferro, telégrafos, navegação e dos privilégios industriais e da legislação sobre o elemento servil e sua libertação. Dentre as peças que ficaram inéditas com sua morte, contava-se *O 15 de novembro e a decorrente Republica Dictatorial* ⁹¹⁶.

Manoel Araújo Porto Alegre (1806-1879), o Barão de Santo Ângelo nasceu Manoel José de Araújo na cidade do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Inclinou-se ainda jovem para as ciências naturais. Em 1826, partindo à corte, matriculou-se na Academia de Belas Artes. Estudou com Debret em 1831 na França, viajando a seguir à Bélgica, Itália, Suíça, Inglaterra e Portugal. Foi um dos fundadores do Conservatório dramático e da Academia da Opera Lyrics, exercendo o cargo de cônsul geral do Brasil na Prússia desde 1859, antes de exercer o mesmo cargo em Portugal. Foi honrado com o título de sócio honorário do IHGB, sendo seu orador por quatorze anos. Era sócio também do antigo Instituto Histórico da Bahia e do Instituto Histórico da França, da Sociedade de Belas Artes e Belas Letras dentre outras.

⁹¹⁴ GRINBERG, Keila “José Mauricio Wanderley” Ibidem, pp. 441-442

⁹¹⁵ GOUVEIA, Fátima *O Império das Províncias*, Op. Cit., p. 220

⁹¹⁶ Dados mencionados no Discurso do Orador Alfredo Nascimento, em homenagem aos sócios falecidos na Sessão aniversária do Instituto em 1899. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXII, parte II, 1900, pp. 436-439.

Manoel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903): nasceu na vila de Itaboraí do Rio de Janeiro. Bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, foi médico no corpo policial da corte até 1863, quando foi nomeado professor de história antiga e moderna do Colégio. Foi membro do Instituto Histórico de Goyana, do Instituto Acadêmico, do Retiro literário e da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro. Também fez parte do conselho diretor da Instrução primária e secundária do município neutro. Escreveu, dentre outros: *Mosaico Brasileiro* (coleção de fatos históricos sobre brasileiros célebres); *Os Franceses no Rio de Janeiro*, romance histórico, *Rio da Prata e Paraguai*, tratando da atuação brasileira nas duas campanhas; *Homens do passado*, crônica dos séculos XVIII e XIX e *Os partidos políticos no Brasil*, notícia escrita em homenagem à Exposição de História do Brasil em 1881.

Manoel Ferreira Lagos (1816-1871) era primeiro oficial da secretaria de estado dos negócios estrangeiros, diretor da seção zoológica do Museu Nacional, oficial da Instrução pública da França. Foi comissário brasileiro na primeira exposição universal de Paris, e fez parte da Comissão Científica de exploração do norte, como chefe da seção de zoologia.

Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864) nascido em São Paulo, foi um dos primeiros matriculados da faculdade de Direito daquela cidade, recebendo o grau de bacharel em 1832 e o de doutor no ano seguinte. Presbítero secular, ordenou-se em 1807; foi lente da cadeira de história eclesiástica, servindo ao mesmo tempo como substituto na cadeira de exegética. Fazia parte do conselho do Imperador. Deputado na terceira e na quinta legislaturas gerais, colaborou para o projeto do código comercial. Acompanhou o padre Feijó na defesa da abolição do celibato clerical.

Manuel Buarque de Macedo (1837-1881) nascido em Recife, era bacharel em matemática pela escola central, e doutor em ciências jurídicas e administrativas pela universidade de Bruxelas. Foi deputado por sua província, ministro da agricultura, fez parte do conselho do Imperador, era membro e vice-presidente do Instituto Polytechnico Brasileiro, membro do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres. Trabalhou como engenheiro ajudante da estrada de ferro D. Pedro II, engenheiro fiscal da estrada de Recife a S. Francisco e depois de 1873 foi chefe da diretoria das obras públicas da secretaria de estado.

Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856) o segundo Visconde de Santarém nasceu em Lisboa, foi ministro do reino na regência de D. Isabel Maria em 1827, e depois ministro dos negócios estrangeiros. Veio ao Brasil com a família real, onde se dedicou a investigações históricas especialmente no tocante à diplomacia, nos arquivos do Estado e na Biblioteca da cidade. A partir de 1809 coligiu e classificou por ordem cronológica todos os apontamentos e notícias a respeito dos contatos do Brasil com as nações estrangeiras. Em 1811 foi nomeado conselheiro de embaixada para acompanhar o ministro plenipotenciário Antonio Saldanha da Gama ao congresso de Viena, mas por suas ocupações na organização de memórias sobre limites, decidiu-se que ficaria no Brasil. Não aderiu aos acontecimentos políticos de 1820, indicando uma possível predileção aos ideais absolutistas, viu-se obrigado a abandonar Portugal, partindo para Londres, e dali para Paris. Regressou a Lisboa em 1821. Partiria outra vez a Paris em 1834, nunca mais voltando a Portugal. Ali dedicou-se exclusivamente às letras⁹¹⁷.

Maximiano Marques de Carvalho (1820-1896) nascido na corte, cursou humanidades no Seminário de São José, onde lecionou filosofia durante 28 anos. Também se formou em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, viajou para a Europa para aperfeiçoar seus conhecimentos e terminou por abraçar o sistema homeopático. Diversos dos textos escritos por ele versam sobre saúde, com raras exceções como o “Da Propagação e cultura do Chá na província de São Paulo”, publicado no *Auxiliador da Industria Nacional*, periódico da SAIN, em 1849; e *Considerações gerais sobre a indústria fabril e manufatureira no Brasil*. Foi diretor da Escola Homeopática da Cidade do Rio de Janeiro e fundador da Enfermaria de Nossa Senhora da Conceição.

⁹¹⁷ Sobre o Visconde de Santarém, detalhes disponíveis em <http://www.arqnet.pt/dicionario/santarem2v.html>, consulta em 29 de dezembro de 2009.

Miguel Maria Lisboa (1809-1881) o Barão de Japurá, nascido no Rio de Janeiro, foi mestre de artes pela universidade de Edimburgo, participou do conselho de Estado. Pertenceu à academia arqueológica da Bélgica, da Real Academia Espanhola, da Associação de artistas de Coimbra, da Associação de Geografia e da Sociedade de Arquitetos de Lisboa. Entrou na carreira diplomática em 1828, foi como adido a Londres, daí passando a ocupar diversos cargos diferentes, também no Chile e na Venezuela até 1847, quando foi exonerado para servir na secretaria de negócios estrangeiros. Foi ministro residente na Bolívia em 1851, passando em missões especiais para Venezuela, Equador, Nova Granada e Peru. Esteve nos EUA em 1859 e em Portugal em 1869, onde faleceu como ministro plenipotenciário.

Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906) seguiu carreira na magistratura, ocupou cargos diversos entre promotor público e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, tendo sido também chefe de polícia das províncias de Goiás, São Paulo e da Corte. Ao ser nomeado para o Supremo Tribunal Federal, deste órgão foi vice-presidente durante a República até se tornar presidente. Representou sua província natal, São Paulo, na Assembléia Geral (1867-1870 e 1878-1881), e presidiu a Província de Minas Gerais (1884-1885). Participou do Conselho de Estado. Tendo chegado a ser presidente do IHGB, associou-se também à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Ateneu de Lima, do Instituto Geográfico Argentino, dentre outros

Pedro Alcântara de Lisboa (?-1885) nasceu no Rio de Janeiro e morreu com cerca de sessenta anos de idade. Foi bacharel em letras pelo colégio Pedro II, engenheiro químico pela escola central de Paris, professor de matemática, sócio da SAIN e outras sociedades.

Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864) doutor em matemática, marechal de campo, lente da escola militar, vogal do conselho supremo militar, do conselho do Imperador, sócio fundador do Instituto Histórico, além de sócio da Sociedade de Antiquários do Norte e outras associações de letras. Foi lente e diretor da escola de arquitetos da província do Rio de Janeiro. Participou de uma comissão especial no Paraguai, de 1848 a 1851. Foi diretor do arsenal de guerra da corte em 1852, ministro da guerra em 1853 e da agricultura em 1863 – ano em que também se elegeu deputado na assembléia geral, na qual não tomou assento.

Pedro Torquato Xavier de Brito (1822-1880) nascido no Rio de Janeiro, foi bacharel em matemática pela Escola Central, brigadeiro reformado do exército e fundou o Instituto Polytechnico. Seguiu o curso inteiro da antiga Academia Militar. Serviu em várias comissões no corpo de engenheiros, desde ajudante até chefe do distrito das obras públicas da província do Rio de Janeiro e engenheiro fiscal das obras da colônia D. Francisca em Santa Catarina. Colaborava no *Indicador Militar*, publicando artigos sobre o uso de instrumentos topográficos. Durante a Guerra do Paraguai, escreveu uma notícia histórica e geográfica daquela República e também se ocupou da composição de Cartas das Repúblicas do Paraguai e Uruguai com partes confinantes do Brasil e da Confederação Argentina

Raimundo José Cunha Mattos, (1776-1839) um dos sócios fundadores do Instituto, era nascido em Algarve, onde assentou praça aos quatorze anos, no regimento de artilharia. Ali estudou matemática. Trabalhou incessantemente, junto às armas ou às letras, percorrendo as regiões ocidentais da África, investigando ao mesmo tempo a história e a geografia das regiões que percorria. No Brasil, foi deputado pela província de Goiás nas duas primeiras legislaturas. Faleceu como marechal de campo e secretario perpétuo da SAIN; era também membro do Instituto Histórico da França e outras.

Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (1799-1855) baiano, exercia o cargo de ministro plenipotenciário na argentina quando faleceu. Era bacharel em direito pela universidade de Coimbra, seguiu a carreira na magistratura até ser desembargador da relação do Maranhão; presidiu as províncias do Pará, de Alagoas, do Rio Grande do Sul, foi juiz de direito e deputado provincial. Representou a província de Alagoas na quarta legislatura e o Pará na quinta.

Sebastião Ferreira Soares (1820-1887) formou-se em ciências físicas e matemática na antiga academia militar, serviu no corpo de engenheiros com o posto de 2º tenente, militou na campanha de sua província em 1839. Foi escriturário do tesouro, nomeação obtida por concurso, cargo no qual desempenhou

importantes comissões. Foi fundador e secretário do imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em que buscou expandir a ciência estatística. Faleceu como diretor geral da repartição especial de estatística do tesouro nacional.

Tristão Alencar Araripe (1821-1908) bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, dedicou-se à magistratura, exercendo diversos cargos até se tornar ministro do supremo tribunal de justiça e do supremo tribunal federal. Recebeu o título de conselho do Imperador. Representou sua província natal, o Ceará, várias vezes na assembléia geral, presidindo também províncias (Pará e Rio Grande do Sul); além de ter sido ministro da fazenda do governo do marechal Deodoro. Depois foi ministro da justiça e negócios interiores. Escreveu defendendo a abolição da escravidão, em 1871; sobre a Questão religiosa em 1873; além de discursos, dentre outros vários textos. Em 1876, escreveu um texto de conferência chamado *Como Cumpre escrever a história pátria*.